

Tamara Flores Pérez



Mundos em Mudança

COORDENADORES

Lurdes de Castro Moutinho

Alberto Gómez Bautista

Helena Rebelo

Luís Pinto Salema

Maria Teresa Roberto

Paulo Osório

Rosa Lúcia Coimbra

Rosa Maria Lima

Tamara Flores Pérez

MUNDOS EM MUDANÇA

COMISSÃO CIENTÍFICA DO VOLUME

Abdellah Suisse | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Alberto Gómez Bautista | ISCAL/CLLC, Portugal
Amélia Polónia | Universidade do Porto/CITEM, Portugal
Ana Garrido | Universidade de Varsóvia, Polónia
Ana Margarida Ramos | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Ana Telma Monteiro de Sousa | Universidade do Estado do Pará, Brasil
Anthony Barker | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
António Andrade | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Antonio Romano | Universidade de Turim, Itália
Carlos Morais | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Chiara Simonigh | Universidade de Turim, Itália
Danuta Ewa Gabrys-Barker | Universidade de Silésia, Polónia
David Callahan | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Elisa Fernández Rei | CLLC/Univ. de Santiago de Compostela/ILG, Espanha
Elisabetta Paltrinieri | Universidade de Turim, Itália
Elisabeth Teixeira | Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
Francisco Pereira Smith Junior | IEMCI/Universidade Federal do Pará, Brasil
Gillian Moreira | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Helena Rebelo | Universidade da Madeira/CLLC, Portugal
Izabel Seara | Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jean Léo Léonard | Universidade Paul Valéry – Montpellier 3, França
João Manuel Torrão | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal

José Sena | Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil
Leonardo Marcotulio | Universidade de Aveiro/DLC, Portugal
Luís Gonçalves | Princeton University, Estados Unidos da América
Lurdes de Castro Moutinho | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Maria Manuel Baptista | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Maria Teresa Alegre | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Maria Teresa Roberto | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Mário Avelar | Universidade de Lisboa/CEAUL, Portugal
Nicola Bermingham | Universidade de Liverpool, Reino Unido
Orietta Abbati | Universidade de Turim, Itália
Otilia Martins | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Paolo Mairano, Universidade de Lille, França
Paulo Osório | Universidade da Beira Interior/CLLC, Portugal
Regina Célia Fernandes Cruz | Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil
Rosa Lúcia Coimbra | Universidade de Aveiro/CLLC, Portugal
Rosa Maria Lima | ESE de Paula Frassinetti/CLLC, Portugal
Sílvia Benchimol | Universidade Federal do Pará, Bragança, Brasil
Susan de Oliveira | Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Xosé Luis Regueira | Universidade de Santiago de Compostela/ILG, Espanha
Xulio Sousa Fernández | CLLC/Univ. de Santiago de Compostela/ILG, Espanha

Coordenação: Lurdes de Castro Moutinho | Alberto Gómez Bautista | Helena Rebelo | Luís Pinto Salema
Maria Teresa Roberto | Paulo Osório | Rosa Lúcia Coimbra | Rosa Maria Lima | Tamara Flores Pérez

Capa: Imagem de Juliana Gonçalves

Paginação: Pedro Panarra

© Autores. Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0

Edições Húmus, 2023

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

1.ª edição: dezembro 2023

ISBN: 978-989-755-945-7

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

Depósito legal: 524975/23

Este evento foi financiado por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito do projeto UIDB/04188/2020

Os conteúdos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

índice

- 7 Apresentação
- 9 Presentation

CONFERÊNCIAS

- 13 Les vestiges d'une langue comme monument
et comme ressource de découverte
Antonio Romano
- 33 Ideoloxías lingüísticas e redes sociais en galego: Debates e usos
lingüísticos nunha lingua minorizada no contexto da globalización
Xosé Luís Regueira

COMUNICAÇÕES

- 67 A língua mirandesa na encruzilhada: uma reflexão sobre
mudança linguística e sustentabilidade
Alberto Gómez Bautista | Lurdes de Castro Moutinho
- 83 Le Supplément au Voyage de Bougainville,
une défense de l'anticolonialisme
Ana Fernandes
- 97 Viagem e mudança de aspectos prosódico-entoacionais
da fala de mulheres açorianas e brasileiras
*Beatriz Martins Rachadel | Victória Vivian Fôrmolo |
Izabel Christine Seara | Lurdes de Castro Moutinho*
- 123 Rádio pela Internet: Comunidade e pertença de ouvintes migrantes
Claudiene dos Santos Costa | Maria Érica de Oliveira Lima
- 139 A multiplicidade gráfica no CORGA: Métodos para o seu
recoñecemento automático
Eva María Domínguez Noya | María Sol López Martínez

- 163 Formação de leitores quilombolas: Uma proposta didático-pedagógica
Gabhriele Rodrigues de Oliveira | Célia Zeri de Oliveira
- 191 Feminino/ masculino/ neutro no fenómeno linguístico @
da linguagem inclusiva: a gramática do género em latim,
português e noutras línguas românicas
Helena Rebelo
- 219 A vitalidade de “amecê” no concelho de Machico (Madeira)
Jéssica Freitas Olim | Helena Rebelo
- 247 O alinhamento tonal e a variação prosódica em Minas Gerais
Leandra Batista Antunes
- 269 Production of Brazilian Portuguese intonational patterns
by russophone immigrants
*Luciana Lucente | Anna Smirnova Henriques | Pavel Skrelin |
Tatiana Kachkovskaia | Daria Guseva | Sandra Madureira*
- 287 Mudar de lugar, mudar de falar?
O que dizem os dados AMPER
Lurdes de Castro Moutinho | Rosa Lídia Coimbra
- 301 Projeto Literatura de Mulheres: memórias, periferias
e resistências no atlântico luso-afro-brasileiro
Margarida Rendeiro | Susan de Oliveira
- 321 Formação de professores e a diversidade linguístico-cultural
da sala de aula: novo cenário
Maria Aparecida Caltabiano
- 337 “Movimentos de fuga não são viagens”: A ficção distópica
de José Eduardo Agualusa
Maria do Carmo Mendes
- 349 The automated analysis of affective facial expressions
Mario A. S. Fontes | Sandra Madureira
- 365 Oralidad y textos escritos: El caso del cómic
Noemí Pérez Pérez
- 387 Reflections on the English language teaching in Brazilian public schools
Solange Maria Sanches Gervai
- 401 Romances históricos contemporâneos, vias ao pensamento decolonial
Thiana Nunes Cella | Gilmei Francisco Fleck

Apresentação

Nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2022, realizou-se no Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro, Portugal, o Congresso Internacional *Mundos em Mudança*, que reuniu investigadores de diferentes áreas científicas, Literatura, Linguística e Cultura, com o objetivo de refletirem, em conjunto, sob diversas temáticas, cujo tema agregador foi *mundos em mudança*.

O evento incidiu sobre as causas subjacentes às mudanças que vão ocorrendo nas línguas, nas culturas e no mundo em geral. Este questionamento sobre o papel dessa diversidade na construção do pensamento contemporâneo, a visão do outro e a imagem que cada cultura constrói de si mesma, com os dilemas e desafios que coloca a diversidade linguística e cultural ou o seu desaparecimento, foram também objeto de análise neste encontro, já que nos devem merecer uma atenção permanente e aprofundada.

O volume inclui textos de duas conferências e de diversas comunicações orais após terem sido submetidos a uma revisão científica cega por pares. As temáticas abordadas situam-se nos domínios da Linguística, da Literatura, da Cultura ou de outras áreas relacionadas.

Presentation

On July 20, 21 and 22, the International Conference on Changing Worlds took place at the Languages, Literatures and Cultures Centre of the University of Aveiro, Portugal. It brought together researchers from different scientific areas, Literature, Linguistics and Culture, with the aim of together reflecting on several topics, whose aggregating theme is *Changing Worlds*.

The event focused on the underlying causes of the changes that are taking place in languages, in cultures and in the world in general. The debate about the role of this diversity in the construction of contemporary thought, the perspective of the other and the image that each culture constructs of itself, with the dilemmas and challenges posed by linguistic and cultural diversity or its disappearance, were also addressed in this meeting, since they deserve our permanent and in-depth attention.

The volume includes texts from two conferences and several oral communications after they were subjected to blind scientific peer review. The topics addressed are located in the domains of Linguistics, Literature, Culture or other related areas.

Conferências

Les vestiges d'une langue comme monument et comme ressource de découverte

The remnants of a language as
monument and as a resource of discovery

ANTONIO ROMANO*

«Après avoir longtemps cherché de tous côtés le développement naturel du langage, les linguistes ont fini par reconnaître qu'on ne l'observe exactement nulle part et que toutes les langues connues, populaires ou savantes, trahissent la préoccupation d'un mieux dire qui partout a conduit les sujets parlants à emprunter le langage de ceux qui sont censés parler mieux. Chaque différenciation est tôt ou tard, et parfois immédiatement, suivie d'une réaction qui tend à rétablir ou à instaurer l'unité de langue là où il y a unité de civilisation» (Meillet 1911: 419).

Résumé: Dans cet article, à partir d'une série de réflexions de linguistes du XX^e siècle qui font autorité, je me propose de réfléchir au rôle des chercheurs en sciences du langage, dans le domaine de l'aménagement linguistique et de l'étude des langues en danger à l'aube du troisième millénaire, où l'idée du progrès culturel de l'humanité semble s'opposer à la nécessité de sauvegarder la diversité linguistique. Le prétexte pour discuter de ces questions découle non seulement du thème et du titre de la conférence *Mundos em Mudança*, mais aussi de sa référence directe aux événements

* Université de Turin

du dernier locuteur du dalmate, une langue dont la description linguistique la plus accréditée est attribuée à M.G. Bartoli, l'un des fondateurs de l'Institut de l'Atlas Linguistique Italien (ALI, auquel se rattache mon laboratoire), qui détient la majeure partie du matériel linguistique qu'il a conservé sur cette langue et sur d'autres.

Mots-clés: Mort de langues; langues menacées d'extinction; linguistique écologique; dalmate; grec; latin.

Abstract: In this paper, starting from a series of authoritative reflections by 20th century linguists, I propose to reflect on the role of researchers in the field of language planning and the study of endangered languages at the dawn of the third millennium, when the idea of mankind's cultural progress seems to clash with the need to safeguard linguistic diversity. The pretext for discussing these issues arises not only from the theme and title of the conference, Changing World, but also from its direct reference to the events of the last speaker of Dalmatian, a language whose most authoritative linguistic description is attributed to M.G. Bartoli, one of the founders of the ALI Institute (the Italian Linguistic Atlas, to which my laboratory belongs), which holds most of the linguistic material that has been preserved on this and other languages.

Keywords: Language Death; endangered languages; ecological linguistics; Dalmatian; Greek; Latin.

Introduction¹

Dans certaines sociétés, les langues en danger constituent un objet d'intérêt anthropologique et socio-culturel plus que linguistique au sens propre. Il arrive souvent que la fonction communicative de ces langues soit très réduite, alors que

1 Les sujets abordés ici sont le résultat de mon élaboration personnelle de concepts, d'informations et de considérations auxquels j'ai été exposé au fil des ans grâce à la bienveillance de collègues, d'amis et de collaborateurs. Je tiens tout d'abord à remercier Michel Contini (Grenoble) et Nikola Vuletić (Zadar). Cependant, je ne peux pas oublier Vesna Deželjin† (Zagreb) et Gabriele Iannaccaro† (Milan) à qui je dédie cette contribution. Je suis particulièrement reconnaissant au personnel de l'Institut de l'ALI (Dir. Matteo Rivoira), qui m'a facilité la consultation des documents de Matteo G. Bartoli, et à l'une de mes premières thésardes, Maria Grazia Belci, qui m'a conduit (en 2003-2004) dans les domaines de l'istriote et du dalmate, ainsi que de l'*istroveneto* et du *čakavien* qui se situent (et se sont superposés historiquement) dans cet espace.

des valeurs identitaires et des sentiments de nostalgie envers elles gardent une certaine vitalité et poussent à une récupération, temporaire et partielle, souvent dans les domaines d'emploi littéraire (si cela est possible par l'existence d'une tradition écrite) et artistique, là où le souvenir peut s'ancrer à une chanson, des comptines, une danse, un récit...

À cette condition se réfèrent beaucoup de linguistes militants ou des organismes politiques (parfois étrangers ou supranationaux), dans le souci d'aider, indirectement, la communauté à « retrouver son identité », en montrant l'intérêt de sauvegarder la diversité linguistique. Des chercheurs professionnels, parfois moins sentimentaux, sont engagés dans des opérations de récolte de données, avant qu'il ne soit trop tard pour la sauvegarde du souvenir d'une langue peut-être importante pour contribuer à comprendre la variation linguistique dans les langues du monde ou, plus localement, pour déterminer les échelons d'un continuum dialectal et/ou historique. En même temps, on peut encore rencontrer des simples locuteurs, des membres de la communauté avec ou sans formation explicite dans ce domaine, qui s'inquiètent de la perte potentielle de la langue de leurs ancêtres et s'appliquent obstinément à la codification explicite de certains éléments qui, d'après eux, pourraient en relancer l'usage. Avec beaucoup d'admiration de la part de certains concitoyens ou l'opposition cynique d'autres, il arrive de les voir travailler sur un *corpus planning* anachronique ou sur la promotion de la langue menacée en termes de *status planning*, de construction d'un ensemble d'éléments qui puissent produire un renforcement de l'estime de soi et rappeler aux locuteurs les avantages que leur langue au risque d'extinction lui a apporté au cours de l'histoire.

L'intérêt d'étudier le latin ou le sanskrit, en tant que langues mortes, peut encore être justifié – ça va sans dire – par l'énorme impact historique qu'ils ont eu sur un grand nombre de langues encore parlées et par l'importance de leur usage dans certains milieux encore de nos jours. Il arrive toutefois que, localement (mais avec une certaine insistance dans le domaine de la linguistique écologique), l'on fasse souvent référence au *veglioto*, un dialecte dalmate parlé autrefois sur la côte adriatique de l'actuelle Croatie qui a survécu jusqu'au début du XX^e siècle sur l'île de Krk (Veglia), où il a été possible de recueillir (par écrit) les derniers vestiges de cette langue, en documentant son importance pour la reconstruction de l'évolution historique des langues romanes. Au-delà de cet élément, la présence d'une référence à cette langue dans beaucoup d'ouvrages encore récemment s'explique, malgré sa taille modeste et sa marginalité, par le caractère récent de sa disparition et par le fait qu'elle a été documentée et discutée par de nombreux linguistes d'une certaine importance tels que M.G. Bartoli, C. Tagliavini,

C. Merlo, P. Skok, P. Tekavčić et Ž. Muljačić. C'est surtout grâce à Bartoli (1906), «Das Dalmatische Altromanische Sprachreste», que nous disposons aujourd'hui d'un véritable monument à cette langue. Il est souvent rappelé sur une échelle mondiale pour exemplifier le concept de mort de langue et il est parfois employé comme admonition que le linguiste militant adresse à la communauté qu'il étudie pour qu'elle entreprenne une action d'inversion du processus de diminution d'usage qui l'expose au risque d'extinction.

1. Une sensibilité éco-linguistique

Il existe aujourd'hui une sensibilité dite éco-linguistique très répandue qui amène à réfléchir sur la nécessité d'éviter la disparition de langues qui ont assuré le développement et le progrès de nations entières pendant des siècles. La disparition des systèmes linguistiques, dont la diversification a montré à quel point le génie humain peut se décliner dans de nombreuses dimensions, est aujourd'hui associée dans de nombreux domaines à une homologation linguistique qui, d'une part, rapproche l'humanité et facilite les échanges économiques et la rapidité du progrès scientifique, mais qui, d'autre part, entraîne une perte de variété dans les qualités par lesquelles l'humanité s'est différenciée au cours des millénaires (v. §3).

Le concept d'éco-linguistique que je propose ici est bien sûr celui qui se développe comme branche de la sociolinguistique et qui est souvent appelé écologie linguistique (Haugen 1972) pour éviter la confusion avec d'autres directions d'études inhérentes à d'autres champs disciplinaires².

2 Il s'agit d'un domaine d'étude qui, malgré la vision différente que certains auteurs peuvent en avoir (voir Stibbe 2015, Furiassi 2020, Law & Matthiessen 2023), justifie amplement l'utilisation du terme écolinguistique, c'est-à-dire un sous-secteur de la linguistique qui évalue les risques de la perte et les bénéfices de la préservation de la diversité linguistique. L'analogie est ici faite avec la préservation de la biodiversité, préoccupation des biologistes, botanistes, zoologistes, nutritionnistes etc. Il ne s'agit donc pas, comme l'ont légitimement soutenu Berruto & Grassi (1974) [appartenant à l'école de B. Terracini, lui-même élève de M.G. Bartoli (cf. Grassi 1969)], d'une orientation d'étude visant les représentations linguistiques des phénomènes naturels. Il n'est pas question d'une linguistique versée dans l'analyse écocritique du discours qui vise à sensibiliser aux questions environnementales. Bien sûr, cela mérite également une grande attention en linguistique (Halliday 1990) et définit une dimension d'étude dans laquelle plusieurs auteurs se spécialisent de nos jours. Toutefois, l'analyse des solutions linguistiques motivées par une alarme générale face au changement climatique et à la globalisation de l'information (ainsi que celles conçues pour dissimuler les problèmes connexes), sur un plan strictement disciplinaire, ne représente rien de plus qu'une simple application des techniques d'analyse du discours à un champ d'expression spécifique inclus dans le thème plus large du langage politique.

Notre préoccupation aujourd'hui est en fait l'appauvrissement de la variété linguistique.

Le scénario dans lequel cela se produit peut être très varié et se traduit dans de nombreux cas par le remplacement, l'expulsion d'une langue de l'usage quotidien par des groupes sociaux qui, possédant d'autres langues, les adaptent progressivement – même au sein de la même génération – aux usages auxquels elles étaient autrefois réservées (voir aujourd'hui l'extension à presque tous les dialectes italo-romans des phénomènes de substitution décrits par Berruto 1987 ; cf. plus en général, Dressler 1982).

Les symptômes de ces processus peuvent déjà être observés dans le *code-shifting* qui se produit par conditionnement involontaire mais aussi par le recours massif aux emprunts et aux calques, comme on l'observe aussi dans les nombreux cas de bilinguisme, même imparfait, qui se ramènent à différentes modalités de colonisation (et/ou de créolisation, v. §4).

Le linguiste, comme l'a montré N. Dorian depuis Dorian (1981), est confronté au dilemme de savoir s'il doit intervenir, dans quelle mesure et, selon l'état d'avancement du processus, également dans quelle direction (et dans quels endroits : familles, écoles, institutions...).

C'est sur ces considérations que devraient appuyer leurs récriminations les défenseurs de la diversité des langues, dans une véritable dimension éco-linguistique. Cela est très important pour ne pas déséquilibrer des conditions de bilinguisme (Brenzinger *et alii* 2003) et ne pas contribuer à la création de situations de conflit ethnique (Crystal 2000, Nettle & Romaine 2000, Hagège 2002).

De plus, lorsqu'il est trop tard, quand la recherche des derniers porteurs plus ou moins « authentiques » qui puissent transmettre leurs connaissances au jeune gens est vouée à l'échec, toute action ne peut que prolonger l'agonie de la langue et le rôle du linguiste, de l'anthropologue ou du sociologue risque d'empirer les conditions d'inconfort des locuteurs et un désarroi prolongé des savants locaux (Dell'Aquila & Iannàccaro 2003). Si toutefois des mesures efficaces peuvent rétablir des conditions d'usage occasionnel, voire renverser le processus de substitution par une autre langue – selon les célèbres catégories de Fishman (2001) –, une récupération tardive peut mener à un nouveau système qui ressent d'interférences occasionnelles et/ou de degrés différents d'artificial³.

3 Sur ce thème voir aussi Grenoble & Whaley (2005).

2. Le monument au végliote comme admonition à la sauvegarde de la diversité linguistique

Le cas du végliote (*veglioto*) ou du dalmate, au croisement de divers domaines linguistiques, bien au-delà des raisons de son extinction, a connu une histoire très intéressante et il est devenu paradigmatique.

Je n'ai pas l'intention ici de résumer une bibliographie au sujet de toutes les implications que ces parlers comportent pour l'histoire des langues romanes (v. Tagliavini 1931, 1982, Muljačić 1971, 1995). Les caractères conservatifs de certains traits et les innovations spécifiques qui ont pris naissance par le contact et les pressions exercées par des modèles de superstrat ou d'adstrat sur un substrat déjà controversé ont été maintes fois analysées par des spécialistes bien connus (parmi les contributions les plus récentes je rappelle celles de Maiden 2004, 2016 et Vuletić 2011, 2013, 2015)⁴.

Je ferai ici plutôt quelque référence au développement d'une sensibilité spéciale pour ces thèmes qui découlent d'une transmission de savoirs et de talents individuels. Avec des précautions bien cogitées, l'école turinoise s'est en effet bien appliqué dans ce cadre de recherche, a renforcé son engagement dans divers domaines linguistiques de l'espace roman (Berruto 2009), a contribué à propager l'intérêt pour la vitalité des variétés minoritaires (cf. Dal Negro 2004) et a bénéficié d'une longue tradition qui remonte – comme on le disait – à M.G. Bartoli («Das Dalmatische», 1906, v. Fig. 1), sans oublier, précisément dans notre cas, son élève B. Terracini («Come muore una lingua», 1957).

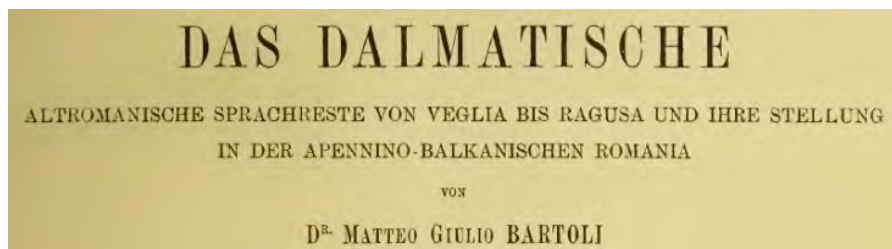


Fig. 1. Image tirée de la couverture de Bartoli (1906).

4 L'intérêt soulevé encore de nos jours par ce parler désormais extinct est aussi témoigné par une édition récente en italien de l'ouvrage de M.G. Bartoli, *Il Dalmatico: Resti di un'antica lingua romanza parlata da Veglia a Ragusa e sua collocazione nella Romània appennino-balcanica* (aux soins d'Aldo Duro, pour l'Istituto della Enciclopedia Italiana «Treccani», Rome, 2000).

A partir de la situation historiquement documentée pour ces parlers et d'autres conditions actuelles que l'on observe dans l'espace adriatique et balkanique (Šimičić *et alii* 2018), je voudrais donc revenir sur le concept d'agonie d'un dialecte ou de *dialetto 'morente'*, que Ascoli (1873) avait employé pour décrire le végliote, auquel sont consacrés Ive (1886) et Bartoli (1906), qualifiant le parler qu'ils analysent respectivement comme «antico dialetto» et «Altromanische Sprachreste». Car, même s'il y a d'autres dialectes qui se forment, qui se rapprochent ou s'éloignent, c'est parfois sur les vestiges d'un dialecte mort ou mourant que l'on peut étudier un ensemble de traits spécifiques ou des traces isolées d'une longue histoire évolutive⁵.

Dans ce domaine on peut retrouver – d'un côté – des chercheurs «étrangers» qui montrent leur intérêt pour la langue agonisante et peut-être involontairement manifestent une *admonition* aux derniers témoins pour qu'ils s'engagent dans la préservation d'un système transmis par leurs ancêtres. De manière différente – de l'autre côté –, comme cela arrive dans les Beaux-Arts, on rencontre des chercheurs qui travaillent à la construction d'un *monument* à la langue menacée⁶.

À une *admonition* ne pouvait pas songer certainement Matteo G. Bartoli (Albona 1873-Turin 1946) quand il a rencontré Antonio Udina (Tuone Udaina "Burbur", Veglia 1823-1898), car il était désormais le "dernier locuteur" connu de langue maternelle dalmate : il savait bien qu'avec sa mort (survenue, comme nous le rappelle l'intitulé de cette Conférence, le 10 juin 1898) serait disparue également cette langue romane pour laquelle il a participé alors, consciemment, à la construction d'un *monument*.



Fig. 2. De gauche à droite: portrait de Antonio Udina [Das Dalmatische, p. 309] et photographies de Matteo G. Bartoli (au milieu) et avec son équipe de travail au début du XXe siècle [Archive ALI, Turin].

5 Il va de soi que des visions différentes, parfois politiquement motivées, peuvent conditionner l'interprétation de ces traces (cf. Merlo 1910).

6 Et d'ailleurs, "monument" et "admonition" remontent à une même racine : lat. *MONERE* 'prévenir' (avant un événement ou – paradoxalement – après).

Le cas du dalmate, en dehors du mythe, est donc emblématique : la description que donne Bartoli de la manière dont divers linguistes précédents avaient interagi avec la population locale de l'île et des relations entre les informateurs fournit un récit dont peuvent se réjouir les jeunes linguistes en formation en apercevant leur rôle dans une perspective de long terme.

Les petites histoires de la vie quotidienne de Burbur, de sa femme, de ses camarades dans les années de guerre ou de famine, les rencontres avec des marins et des commerçants d'autres régions de la Méditerranée, les croisements de cultures qui avaient lieu dans cette région de l'Adriatique septentrionale restent dans des ethnotextes de valeur indiscutable, proférés dans une langue qui a des «sonorités» incroyables qui ressortent encore parfois dans les parlers de l'Istrie, un domaine linguistique non moins suggestif du paysage humain qui l'héberge. Plus que fournir une collection d'éléments lexicaux finalisée à une théorie – soumise aux contraintes de son époque –, la transcription fidèle qu'offre Bartoli des passages dalmates qu'il a écoutés, comme celles des informations qui nous livrent les «derniers locuteurs» des anciennes colonies éparpillées dans toute l'Europe romane que nous étudions, laissent des documents extraordinaires.

Je voudrais en commenter ici juste deux passages. Le premier (Fig. 3) reproduit quelques paragraphes (165-180) d'un témoignage de Burbur tirés de Bartoli (1906), mais repris de Ive (1886 : 136). Il nous permet d'apprécier, au-delà des faits spécifiques de la vie que menait l'informateur à cette époque, les traitements systématiques de certaines voyelles qui produisent des ruptures vocaliques (*vowel breakings* ou *frangimenti*, témoignant d'une unité «appennino-balcanica» qui se ramène au concept de *România Interadriatica* de H. Lausberg et de *România Circumadriatica* de P. Tekavčić, v. Tekavčić 1979). D'autre part on relève la présence dans ce parler d'éléments lexicaux bien répandus au-dessus des frontières entre espaces romans et slaves et qui sont encore attestés (avec des traitements différents) dans d'autres langues et dialectes (*tuòta* < *tata* 'père', *basalca* 'église', *trok* 'garçon').

Dans d'autres passages Burbur rappelle ses rencontres, et celles d'autres informateurs, avec des enquêteurs qui voulaient avoir une description détaillée du végliote. Toutefois, il ne se retient au sujet des relations familiales qui avaient permis à ces informateurs d'apprendre, partiellement, assez bien, cette langue. Au-delà des raisons commerciales, administratives ou religieuses, il arrive souvent en effet que d'autres personnes, souvent même des linguistes, partiellement liées à la communauté, apprennent des formules ou des sections de la langue en voie de disparition et, avec leur exemple, encouragent les locuteurs natifs à continuer de s'en servir.

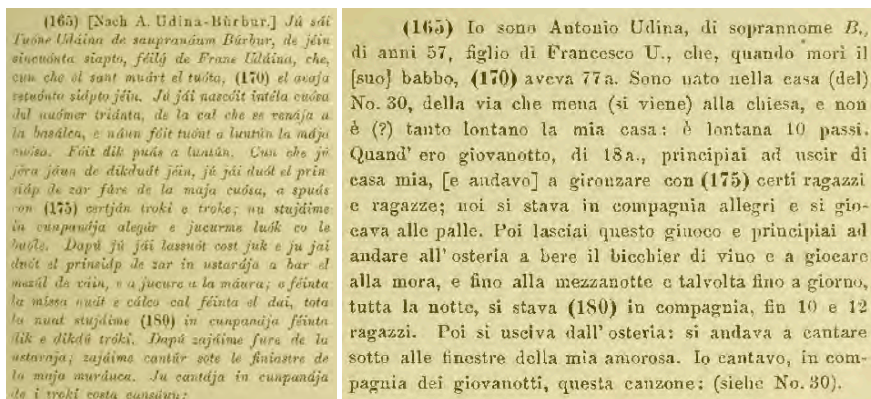


Fig. 3. Reproduction de quelques paragraphes d'un témoignage de Burbur en végliote (à gauche) et traduction italienne (à droite) [tirés de Bartoli (1906); cf. Ive (1886)].

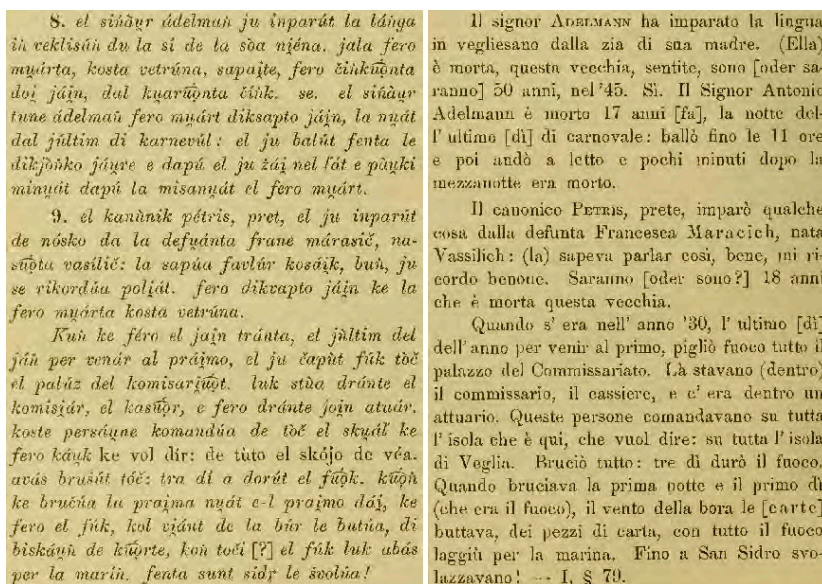


Fig. 4. Reproduction de quelques paragraphes d'un témoignage de Burbur en végliote (à gauche) et traduction italienne (à droite) [tirés de Bartoli (1906)].

Le deuxième (Fig. 4) reproduit un autre passage (cf. Fig. 3) qui montre d'autres attestations lexicales intéressantes (ex. *vetrún* 'vieux' < VETERANU) et des exemples de conservation de *kl* et de *k < c* (dans des contextes dans lesquels la plupart de parlers romans montrent une palatalisation).

On considère que des aboutissants comme ceux-ci étaient surement présents à un moment donné dans une aire géographique plus large ou dans d'autres aires marginales et/ou plus conservatives (comme une partie de la Sardaigne, par exemple) – celui-là est bien un argument de la philologie romane ainsi que de la géolinguistique –, mais seulement certains dialectes les ont gardés, alors qu'il y a toujours un risque de perte irréversible⁷.

3. Changement linguistique et état de santé d'une langue

Au contraire, dans l'expérience quotidienne de beaucoup de locuteurs, d'utilisateurs naïfs de la langue, la perte d'un témoin fait partie naturellement du changement du monde.

Mais cela est aussi vrai pour la langue, où il est tout à fait naturel que des phénomènes attestés autrefois ne le soient plus, par accident ou par évolution systématique.

Dans certains cas, l'innovation peut s'associer à la réduction de l'aire de conservation ou bien peut résulter d'une koinéisation, ou même d'un processus qui frappe uniquement une série de conditions ou un phénomène ponctuel qui n'intéresse qu'un seul mot (on attribue traditionnellement à J. Gilliéron l'expression «chaque mot a son histoire»). La perte d'autonomie d'un dialecte peut s'arrêter alors à divers degrés. Tout au long de l'histoire de l'humanité, des centaines de langues et de cultures sont apparues et ont disparu. La mort d'une langue peut passer inaperçue. Celle d'un dialecte intéresse encore moins. La substitution d'un mot, pour les locuteurs, n'importe nullement.

Cependant, dans les années 1990 et encore au début des années 2000 plusieurs rapports ont été publiés, indiquant que le rythme de disparition de certaines langues augmentait considérablement (cf. Crystal 2000). Depuis lors, les études sur les processus menant à l'extinction des langues et des cultures se sont multipliées dans le monde et ont révélé un symptôme de changement dans la sensibilité des linguistes (Nettle & Romaine 2000 ; cf. §1).

7 Des considérations sur ce point apparaissent dans les travaux suivants de M.G. Bartoli (entre autres, Bartoli 1907, 1908).

Plusieurs groupes de travail ont entamé la recherche de méthodes pour assurer le monitoring d'un milieu qui est souvent connu par le biais de descriptions hétérogènes et subjectives.

Brenzinger *et alii* (2003) ont défini des critères pour évaluer le degré de mise en danger d'une langue (*endangerment*) sur la base de 9 paramètres : 1. *Intergenerational language transmission*; 2. *Absolute number of speakers*; 3. *Proportion of speakers within the total population*; 4. *Trends in existing language domains*; 5. *Response to new domains and media*; 6. *Materials for language education and literacy*; 7. *Governmental and institutional language attitudes and policies including official status and use*; 8. *Community members' attitudes towards their own language*; 9. *Amount and quality of documentation*.

Pour huit des neuf paramètres (à l'exception du 2), les auteurs proposent également une échelle qui attribue à chacun une valeur numérique de 5 à 0, sur la base de critères descriptifs aussi objectifs que possible. Par exemple, pour le facteur 1, le score 5 équivaut à «the language is used by all ages, from children up», 4 équivaut à «the language is used by some children in all domains; it is used by all children in limited domains», 3 équivaut à «the language is used mostly by the parental generation and up», 2 équivaut à «the language is used mostly by the grandparental generation and up», 1 équivaut à «the language is used mostly by very few speakers, of great-grandparental generation», 0 équivaut à «there exists no speaker». La grille permet donc également, si on le souhaite, de préparer un score global, ou une valeur moyenne des scores sur chaque échelle, qui peut servir d'indice quantitatif de l'état de santé de la langue (Brenzinger *et alii* 2003: 8).

Aux remarques générales de ces mêmes auteurs se sont ajoutées celles d'autres chercheurs, car plus d'un paramètre peut être discuté. Dressler (2003 : 13) observe, par exemple, que les chiffres absolus de la taille de la population ne sont pas toujours très significatifs, citant des exemples de communautés linguistiques comptant un petit nombre de locuteurs, mais qui ne sont pas menacées. L'importance d'une petite communauté pour le maintien d'une langue est en effet plus controversée qu'il n'y paraît, au-delà de la simple observation de bon sens selon laquelle il vaut toujours mieux être nombreux que peu nombreux à parler une langue. Ce qui est certain, c'est que l'impact entre la société moderne et une petite communauté traditionnelle fermée est potentiellement catastrophique. Mais sur ce sujet, que je ne peux pas aborder ici, je renvoie aux nombreuses contributions qui paraissent chaque année, entre autres, dans la revue «*International Journal of the Sociology of Language*».

4. Modèles de survie et méthodes descriptives

Plusieurs linguistes, face à une situation observable *in vivo* dans laquelle un dialecte (ou une langue) est lentement abandonné par les locuteurs en faveur d'un autre (dans des usages où autrefois il était employé) ont cru intéressant se référer à d'autres événements bien décrits dans d'autres conditions (géographiques ou historiques) pour faire des prédictions sur l'évolution des répertoires linguistiques étudiés. Parfois, même dans des cas où on sait quels étaient les états de départ et d'arrivée, on ignore ce qui s'est passé entretemps et on fait alors des hypothèses avec des scénarios de convergence et divergence qui se sont produits et qui peuvent s'appliquer à l'actualité d'une autre communauté⁸. L'observation de l'évolution de situations réelles auxquelles on a pu personnellement assister permet de projeter dans le passé ou dans l'espace les phénomènes observés, à conditions de pouvoir reconnaître *mutatis mutandis* des analogies, bien entendu.

Par ailleurs il est assez naturel que les grands procès d'unification nationale comportent une perte progressive des différences régionales et, au contraire, la fragmentation et la séparation des peuples établis sur des territoires qui restent isolés pendant des siècles mène à une divergence linguistique⁹.

Définissant diverses conditions de colonisation (par ex. celle qui a concerné les langues celtiques/ibériques/italiques au contact avec un superstrat latin)¹⁰ et de substitution (les parlers romans qui ont été progressivement compromis par l'affirmation des langues nationales...), on peut considérer que même une condition de fixation, de codification d'une langue agonisante en représente la mort :

[Quando il parlante si rende conto che una tradizione linguistica nuova] «avvolge ormai più elasticamente la sua individualità, la lingua vecchia è morta, sia che il

8 L'étude de ces phénomènes est suggérée dans les travaux de P. Auer (v., entre autres, Auer *et alii* 2005).

9 A cet égard, Meillet (1911) – que j'ai mentionné en exergue – discutait déjà des différentes dynamiques de différenciation et d'unification des langues et estimait que l'unité des langues correspond à une unité des civilisations. Terracini (1957: 12) introduit le concept de «prestige» et souligne comme la substitution dans ces cas dépend de l'affirmation par le sujet parlant de sa propre liberté spirituelle en présence d'une collision et d'un contact entre systèmes. Une forme de langue, un dialecte, est vouée à mourir dans un mélange de peuples parlant des langues différentes, dont l'une est «porteuse d'une forme supérieure de civilisation» (trad. notre).

10 Terracini (1957) décrit distinctement une colonisation par «immigrazione o infiltrazione». Sa référence, surtout au sujet de la progressive réduction géographique des langues celtiques est naturellement Vendryes (1933) et sa première définition de «mort des langues», parfois attribuée distinctement aux codes oral et écrit.

suo sistema vada dissolvendosi sia che venga fissandosi rigidamente» (préface de M. Corti à Terracini 1957, éd. 1996)¹¹.

Il y a donc deux possibilités pour la mort d'une langue, en dehors de la condition très malheureuse dans laquelle tous ses locuteurs meurent : une mort par désintégration du système (*Morte per disfacimento del sistema*, comme cela s'est produit dans le cas du gaulois, submergé par le latin) ou une mort par raidissement du système (*Morte per irrigidimento del sistema*, comme cela s'est produit pour le latin qui s'est dissout dans les parlers romans, tout en laissant une forme qui a survécu comme langue superlittéraire) (Terracini 1957: 26).

Beaucoup d'ouvrages ont réanalysé maintes fois cette matière, avec un regard de plus en plus inclusif pour les diverses conditions de la planète, dans les petits et grands conflits entre innovation et conservation qui ont parcouru l'histoire de plusieurs communautés au cours du XX^e siècle.

On a assisté à la mort, à la transformation et même à la résurrection des langues.

En m'occupant du grec (et de l'albanais) de l'Italie du Sud et me référant aux catégories définies par les «Language Attrition Research Archives» (v. entre autres, Romano & Marra 2006)¹², j'ai observé dans certaines localités une situation qui pouvait être classée, au début (il y a 25 ans environ), comme de *Language renewal*, alors que, successivement, j'ai dû avouer que même pas de mesures de *Language revival* n'auraient été efficaces dans certains cas (pour certaines aires le processus est désormais irréversible, cf. Stamuli 2008)¹³.

11 Lorsque le locuteur se rend compte qu'une nouvelle tradition linguistique enveloppe désormais son individualité de manière plus élastique, l'ancienne langue est morte, que son système soit en train de se dissoudre ou qu'il soit rigidement fixé (notre trad.).

12 De nombreux articles consultés ont permis de dresser une proposition de classement des actions souhaitables pour les diverses situations linguistiques : 1) le *Language revival*, consistant à remettre en usage une langue qui n'est plus largement parlée ; 2) la «revitalisation linguistique» (*Language revitalization*), qui est au contraire la tentative d'ajouter de nouvelles formes et fonctions à une langue menacée dans le but ultime d'en accroître l'usage et d'en augmenter le nombre d'utilisateurs ; 3) le *Language reversal*, défini par J. Fishman, comme l'assistance que l'on peut fournir aux communautés parlantes dont les langues maternelles sont menacées parce que leur continuité intergénérationnelle se déroule avec une augmentation progressive des usages et des locuteurs ; 4) le *Language renewal*, entendu comme la tentative de garantir qu'au moins certains membres d'un groupe dont la langue traditionnelle est menacée continuent à utiliser cette langue en encourageant son apprentissage par d'autres membres du groupe. Ce concept a également été formulé comme un «ensemble d'actions» visant à supprimer les barrières qui s'opposent à l'expression courante dans une langue donnée, et orientées vers la promotion, la stabilisation et l'élargissement de la connaissance et de l'utilisation des compétences linguistiques à l'intérieur et à l'extérieur d'un contexte communautaire.

13 Au grec (et à l'albanais) des colonies de l'Italie du Sud j'ai consacré des archives de parole, à partir d'interviews à des locuteurs motivés qui s'efforcent de «retrouver les mots» pour raconter les

5. Le rôle du linguiste dans une perspective de long terme

Dans ces conditions, j'ai dû revoir mes intentions initiales. Plus que songer à inciter les locuteurs à relancer l'usage de leur langue, à les interroger pour faire ressortir le secret de l'origine de leur plurilinguisme, je me suis dit que je devais les aider à garder un bon souvenir de la langue de leurs ancêtres. Plus que développer un modèle de variation et diffusion de la langue ou essayer de faire remonter à la surface les rouages les plus profonds de sa syntaxe ou de son lexique, j'ai compris que mon rôle pouvait être d'accompagner les derniers locuteurs plurilingues et les plus jeunes monolingues dans une connaissance de leur histoire commune, sans les agacer avec des invitations insistantes à parler une langue dont ils ne savent plus se servir et qui n'exprime plus leurs ambitions, leurs désirs d'adhésion à un monde qui a changé.

Ils peuvent, malgré tout ça, profiter des «épaves» de leur culture que l'on peut encore recueillir pour rassembler des mémoires et raconter l'aventure de leur peuple à leurs propres descendants.

Et c'est avec que cette orientation que j'ai relu «Das Dalmatische» en découvrant ainsi que les témoignages recueillis par Bartoli dans cet ouvrage (tout comme dans les dossiers de son archive) vont bien au-delà d'un intérêt linguistique et nous offrent un paradigme que l'on peut facilement étendre à d'autres espaces géographiques dans lesquelles le linguiste, l'opérateur culturel, a l'opportunité de montrer comme ses activités sur le terrain, au contact avec les populations locales, peuvent fournir des informations incontournables pour la compréhension de l'histoire des peuples.

Plus que fournir une description finalisée à une théorie – soumise aux contraintes de son époque – les transcriptions qu'offre Bartoli, comme celles qui nous livrent les «derniers locuteurs» des anciennes colonies éparpillées dans toute l'Europe romane que nous étudions, nous fournissent un document extraordinaire. Les témoignages écrits du passé, ou les archives sonores de nos jours, nous permettent d'écouter indirectement de vive voix des derniers locuteurs d'un dialecte l'expression de leurs rapports avec les langues qu'ils utilisent pour se transmettre des valeurs.

Au-delà de la syntaxe, de l'intonation, des mots bruts, c'est justement ces voix qui nous aident à retracer les itinéraires de migration, de la diaspora et de la médiation transculturelle qui intervient dans la définition des parcours de progrès culturels, du commerce et de la littérature d'un peuple.

histoires de leur communauté. Le désir de reprendre une langue de la nostalgie pousse parfois les locuteurs à la réinventer. V. Romano (2011) : www.lfsag.unito.it/ark/proverbi_griki.html; Romano (2018) : www.lfsag.unito.it/ark/san_marzano.html. V. aussi les réponses interférées présentes parfois dans l'archive sonore publié par Romano (2023) : https://www.lfsag.unito.it/ark/calimera_ali.html.

Conclusions

La référence au dalmate dans les motivations de *Mundos em mudança* semblait conçue expressément pour m'offrir l'occasion de récupérer – sans l'ambition de rajouter des faits essentiels sur le plan linguistique – des réflexions sur les conditions de naissance et de mort d'une langue, mais surtout de valoriser les données recueillies sur une langue menacée, comme témoignages d'histoires individuelles au sein d'une société qui change.

L'opportunité à saisir dépendait également du fait que, comme je l'ai montré, M.G. Bartoli avait obtenu un poste à Turin où il avait fondé l'Institut de l'Atlas Linguistique Italien (ALI) qui est l'institution à laquelle se rattache le laboratoire de phonétique d'Arturo Genre, dans lequel je mène mes recherches depuis désormais plus de vingt ans.

Les archives de l'Institut conservent des documents de M.G. Bartoli qui permettent de reconstruire son parcours de définition progressive d'un modèle de variation et diffusion des langues dans l'espace qui a été mis en question par d'autres linguistes (comme C. Merlo et Ž. Muljačić) et ensuite redéfini par B. Terracini à l'instar de celui de E. Coşeriu.

Au-delà des positions politiques et des discussions que cette langue et ses modèles causaient dans la première moitié du XX^e siècle – arguments déjà décelés par Vuletić (2013, 2015) – les thèmes de ses origines et de son appartenance à un domaine, à un moment historique et à un peuple, se retrouvent *mutatis mutandis* dans nombre de situations.

Ainsi, ayant toujours comme référence le cadre dressé par B. Terracini, qui accorde au changement linguistique le pouvoir de se relationner avec des notions telles que la naissance ou à la mort d'une langue, sans les impliquer (*la mutevolezza del linguaggio esprime l'infinità di una forza vitale che sta al di sopra del concetto di morte e perfino di quello di nascita*, cf. Terracini 1957: 6), je m'efforce de garder un esprit objectif. Tout en me retrouvant indirectement à encourager les locuteurs à redonner un nouvel élan à leur langue agonisante, j'essaie néanmoins de vaincre les tentations d'une adhésion émotive qui pousse à altérer l'état des choses.

J'ai donc ajouté quelques réflexions issues de mon expérience de recherche sur les langues menacées des Pouilles et du Piémont, sur lesquelles je travaille avec continuité.

Lorsque j'entends parler du mirandais, du barranqueño, ou du minderico (v. les contributions de divers auteurs dans Moutinho *et alii* 2019), j'essaie de comprendre les spécificités de ces univers et je m'engage à le valoriser dans une dimension descriptive que je laisse à la disponibilité des locuteurs : même lorsqu'on ne

peut plus renverser le processus de substitution, il est toujours possible de garder un souvenir d'une langue en danger comme ressource de découverte (présente et future).

Les chercheurs qui se penchent aujourd'hui sur les «épaves», dispersées et récupérables, des langues du passé, ne peuvent qu'imaginer une humanité incon nue et les dynamiques de sociétés retracées par le biais d'autres connaissances disciplinaires. Mais si on s'occupe des «radeaux» de communautés linguistiques auxquelles on peut encore porter secours, nous avons affaire avec la vive voix de naufrages qui nous consignent la charge de leurs regrets, de leurs espérances, de leurs désirs... et le rôle du linguiste est alors bien plus ample et consiste à maintenir vivant l'univers culturel qui tourne autour de ces langues, même si cela ne se réalise pas obligatoirement avec le maintien des langues du passé. Plutôt que de garder une langue chancelante, réélaboré artificiellement ou appliquée à des domaines d'utilisation où les locuteurs sont plus à l'aise avec d'autres ressources linguistiques de leur répertoire, on peut la «laisser mourir» et concentrer les efforts (1) pour l'ancrer au mieux possible dans la mémoire collective et (2) pour l'archiver dans des collections sonores qu'on laisse à la disposition de la communauté, comme un album de famille.

Les linguistes, quant à eux, pourront aussi s'en servir pour leurs analyses et leurs théories, avec un esprit scientifique et/ou avec un sentiment. Les mots de Michel Contini me reviennent à l'esprit dans ce cas : «Les études que nous menons ne sont jamais achevées, comme n'est jamais achevée l'analyse de langues que les hommes parlent, depuis des centaines de milliers d'années, et de l'univers culturel qu'elles véhiculent et qui nous émerveille chaque jour tout le long de notre existence» (Contini 2015, in Moutinho *et alii*, 2019: 4).

Références

- ASCOLI, G. I. (1873). Saggi ladini. *Archivio Glottologico Italiano*, I, 435-446.
- AUER, P., Hinskens, F. & Kerswill, P. (2005). *Dialect Change Convergence and Divergence in European Languages*. Cambridge University Press.
- BARTOLI, M. G. (1906). *Das Dalmatische Altromanische Sprachreste*. A. Hölder.
- BARTOLI, M. G. (1907). Note dalmatique. *Zeitschrift für romanische Philologie*, 32(1), 1-16.
- BARTOLI, M. G. (1908). Riflessi slavi di vocali labiali romane e romanze, greche e germaniche. In AA.VV. *Jagić-Festschrift: Zbornik U Slavu Vatroslava Jagića* (pp. 30-60). Weidmann.
- BERRUTO, G. (1987). Lingua, dialetto, diglossia, dilalia. In G. Holtus & J. Kramer (eds.). *Romania et Slavia Adriatica. Festschrift für Žarko Muljačić* (pp. 57-81). Buske.

- BERRUTO, G. (2009). Lingue minoritarie. In AA.VV. *XXI Secolo. Comunicare e rappresentare* (pp. 335-346). Istituto della Enciclopedia Italiana «Treccani», [https://www.treccani.it/enciclopedia/lingue-minoritarie_%28XXI-Secolo%29, last accessed May 2023].
- BERRUTO, G. & Grassi, C. (1974). Dinamica dei sistemi morfologici e degradazione culturale dell'area: proposta per un'ecolinguistica. In L. Heilmann (ed.), *Atti dell'XI congresso della Società di Linguistica Italiana* (Bologna-Florence, 28 agosto - 2 settembre 1972) (pp. 805-811). Il Mulino, I.
- BRENZINGER, M. et alii (2003). *Language vitality and endangerment*. UNESCO Programme "Safeguarding of Endangered Languages". Paris : UNESCO [UNESCO "Language Vitality and Endangerment" <https://ich.unesco.org/doc/src/00120-EN.pdf>, last accessed May 2023].
- CRYSTAL, D. (2000). *Language Death*. Cambridge University Press.
- DAL Negro, S. (2004). *The Decay of a Language. The Case of a German Dialect in the Italian Alps*. Lang.
- DELL'AQUILA, V. & Iannàccaro, G. (2003). *La Pianificazione Linguistica*. Carocci.
- DORIAN, N. (1981). *Language Death : The life cycle of a Scottish Gaelic dialect*. University of Pennsylvania Press.
- DRESSLER, W. U. (1982). Language Shift and Language Death : A Protean challenge for the linguistics. *Folia Linguistica*, 15, 5-28.
- DRESSLER, W.U. (2003). « Dallo stadio di lingue minacciate allo stadio di lingue moribonde attraverso lo stadio di lingue decadenti : una catastrofe ecolinguistica considerata in una prospettiva costruttivista ». In G. Bernini, P. Cuzzolin, P. Molinelli & A. Valentini (a cura di), *Ecologia Linguistica*, Roma: Bulzoni, 9-25.
- FISHMAN, J. A. (2001). *Can Threatened Languages Be Saved? (Reversing Language Shift, Revisited: A 21st Century Perspective)*. Multilingual Matters.
- FURIASSI, C. (2020). Ecolinguistica/Ecolinguistics. In: G. Latini, M. Bagliani & T. Orusa (eds.). *Lessico e nuvole: le parole del cambiamento climatico* (pp. 150151). UniToGo.
- GRASSI, C. (1969). Il concetto di «vitalità» nella linguistica di Benvenuto Terracini. *Revue de linguistique romane*, 33, 129-130.
- GRENOBLE, L. A. & Whaley, L. J. (2005). *Saving languages. An introduction to language revitalization*. Cambridge University Press.
- HAGÈGE, Cl. (2002). *Halte à la mort des langues*. Odile Jacob.
- HAUGEN, E. (1972). *The Ecology of Language*. Stanford University Press.
- IVE, A. (1886). L'antico dialetto di Veglia. *Archivio Glottologico Italiano*, IX, 115-186.
- LAW, L. & Matthiessen, Chr.M.I.M. (2023). Revisiting Halliday (1990) "New ways of meaning: The challenge to applied linguistics": What has changed and what still needs to be done?. Paper presented at the Conference on Language and Ecology: Towards a Shared Narrative in Interdisciplinary Research (Hong Kong, 5-7 September 2019), 30 p. [https://www.researchgate.net/publication/362067399_2023, last accessed May 2023].

- MAIDEN, M. (2004). Into the past. Morphological change in the dying years of Dalmatian. *Diachronica*, 21 (1), 85-111.
- MAIDEN, M. (2016). Dalmatian (Vegliote). In A. Ledgeway & M. Maiden (eds). *The Oxford Guide to the Romance Languages* (pp. 126-138). Oxford University Press.
- MEILLET, A. (1911). Différenciation et unification dans les langues. *Scientia*, IX (5), 402-419.
- MERLO, CL. (1910). Vegliotto e ladino. *Rendiconti del (Reale) Istituto Lombardo di Scienze e Lettere*, 43, 271-281.
- MOUTINHO, L. C., Coimbra, R. L., Fernández Rei, E., Sousa, X. & Gómez Bautista, A. (2019). *Estudos em variação linguística nas línguas românicas*. UA Editora. [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/26311/1/2019_vl.pdf, last accessed May 2023].
- MOUTINHO, L. C., Coimbra R. L. & Gómez Bautista, A. (2020). *Línguas minoritárias e variação linguística*. UA Editora [https://ria.ua.pt/bitstream/10773/29915/3/2020_Linguas-Minoritarias-e-Variacao-Linguistica.pdf, last accessed May 2023].
- MULJAČIĆ, Ž. (1971). Dalmate. In P. Bec (éd.). *Manuel pratique de philologie romane*, vol. II (pp. 393-416). Picard.
- MULJAČIĆ, Ž. (1995). Il dalmatico. In G. Holtus, M. Metzeltin & Ch. Schmitt (eds.). *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, vol. II (pp. 32-42). Niemeyer.
- NETTLE, D. & Romaine, S. (2000). *Vanishing voices: the extinction of the world's languages*. Oxford University Press.
- ROMANO, A. (2018). Vitalità dell'alloglossia nelle comunità greca e albanese di Puglia. In L. Šimičić et alii (eds.). 227-258.
- ROMANO, A. & Marra, P. (2008). Il griko nel terzo millennio: « speculazioni » su una lingua in agonia. Parabita (Lecce). Il laboratorio.
- STAMULI, M. F. (2008). Morte di lingua e variazione lessicale nel greco di Calabria. Tre profili dalla Bovesia. *Thèse de Doctorat de recherche en Phylologie moderne*. Napoli: Università degli Studi "Federico II".
- ŠIMIČIĆ, L., Škevin, I. & Vuletić, N. (eds.) (2018). *Le isole linguistiche dell'Adriatico*. Aracne.
- STIBBE, A. (2015). *Ecolinguistics: Language, Ecology and the Stories We Live By*. Routledge.
- TAGLIAVINI, C. (1931). Dalmatica, Lingua. *Enciclopedia Italiana*. Istituto della Enciclopedia Italiana «Treccani».
- TAGLIAVINI, C. (1982). *Le origini delle lingue neolatine*. Patron (1^e éd. 1949).
- TEKAVČIĆ, P. (1979). Il posto dell'istroromanzo nella România Circumadriatica. *Studia Romanica et Anglica Zagrabienis*, 24, 21-46.
- TERRACINI, B. (1957). Come muore una lingua, *Criterio*, I(1), 47-54 et 185-197 [éd. it. de *Conflictos de lenguas y de cultura*, Buenos Aires : Imán, 1951] (répr. dans le chap. I de *Conflitti di Lingue e di Cultura*, Venezia : Neri Pozza ; cit. de la II éd. Torino : Einaudi, 1996, 3-35).
- VENDRYES, J. (1933). La mort des langues. *Conf. de l'Institut de Linguistique de l'Univ. de Paris*, I, 5-15.

- VULETIĆ, N. (2011). Una proposta per l'atles dels vestigis lexicals dalmàtics a la riba oriental de l'Adriàtic. *Estudis Romànics*, 33, 171-188.
- VULETIĆ, N. (2013). Le dalmate: panorama des idées sur un mythe de la linguistique romane. *Histoire Épistémologie Langage*, 35(1), 14-64.
- VULETIĆ, N. (2015). Il dalmatico di Muljačić: note sull'evoluzione di un modello complesso di storia linguistica. *Studi Italiani di Linguistica Teorica e Applicata*, XLIV (1), 143-154.

Ideoloxías lingüísticas e redes sociais en galego: debates e usos lingüísticos nunha lingua minorizada no contexto da globalización

Linguistic ideologies and social networks in Galician: Language debates and uses in a minority language in the context of globalization

XOSÉ LUÍS REGUEIRA

Resumo: Neste capítulo, a través da análise das interaccións en galego producidas en TikTok e Twitter, móstrase que en Galicia existe unha situación sociolingüística complexa na que as redes sociais se tornan espazos de interacción propicios para a construción de identidades ligadas á modernidade e a repertorios multilingües. Na sociedade galega prevalece a ideoloxía do estándar, que é contestada desde posicións de resistencia e pola emerxencia de novas normatividades, que desafían as hexemonías establecidas e, de facto, constrúen outras (micro)hexemonías.

Palabras chave: lingua minorizada; ideoloxías lingüísticas; estándar; identidades; redes sociais.

Abstract: In this chapter, through the analysis of interactions in Galician produced on TikTok and Twitter, it is shown that in Galicia there is a complex sociolinguistic situation in which social networks become spaces of interaction

* Instituto da Lingua Galega | Universidade de Santiago de Compostela

conducive to the construction of identities linked to modernity and multilingual repertoires. In Galician society, the ideology of the standard prevails, which is contested from positions of resistance and by the emergence of new normativities, which challenge established hegemonies and, de facto, build other (micro) hegemonies.

Keywords: minorized language; language ideologies; standard language; identities; social networks.

1. Introducción

Nas sociedades occidentais están moi estendidas as ideoloxías lingüísticas que preconizan a preeminencia da lingua estándar sobre as demais variedades, que Susan Gal (2006: 14) considera a ideoloxía lingüística dominante na Europa actual, así como as que vinculan linguas con identidades nacionais, establecéndose equivalencias entre nación e lingua (“unha nación, unha lingua”, cfr. Cooke & Simpson, 2012), ata o punto de que as linguas se converten en emblemas das nacións (Baggioni, 1997, p. 19), de onde deriva a idea de que o monolingüismo é a situación “normal” (McLelland, 2021, p. 110).

Nas linguas nacionais emerxentes (Joseph, 2004, p. 126), de normalización tardía e que a miúdo se encontran en situación de minorización (como é o caso do galego), estas ideoloxías adoptan características particulares, debido a que os procesos de estandarización se producen no contexto sociopolítico e cultural da modernidade tardía. Agora a esfera pública está sometida a tensións entre as formas tradicionais de dominación e a aparición de novas voces, as categorías sociolingüísticas tradicionais como “arriba” e “abaixo” ou “estándar” e “non estándar” se volven menos nítidas (Heyd & Schneider, 2019) e aparecen tendencias á variación e á desestandarización (Kristiansen, 2021). Esas novas voces encontran nas redes sociais un terreo propicio para a expresión de opinións e crenzas e para a difusión de actitudes sobre as linguas, novos espazos de relación (e de confrontación), en que se poñen en cuestión as hexemonías e se constrúen novas lexitimidades (Heyd & Schneider, 2019, p. 438).

Neste capítulo preséntase unha análise de mensaxes e de comentarios metalingüísticos presentes nun corpus de interaccións de TikTok e Twitter, como exemplos de (re)producción de ideoloxías lingüísticas dominantes ou estendidas na sociedade galega, utilizando o marco teórico da sociolingüística interaccional e a análise crítica do discurso (van Dijk, 1993; Blommaert, 2005;

Fairclough, 2010). A través destas interaccións pode asistirse á (re)producción de identidades sociais e políticas diferenciadas e, moitas veces, enfrontadas, así como ao xurdimento e a posta en discusión de hexemonías (e microhexemonías), o que permite analizar algúns marcos ideolóxicos que resultan relevantes para comprender a sociedade galega actual.

2. Ideoloxías lingüísticas na sociedade: marco teórico

O estudo das crenzas, opinións e actitudes das persoas sobre a lingua son un terreo que coñeceu un intenso traballo nos últimos anos, a partir do traballo de Michael Silverstein (1979), en que definía as ideoloxías lingüísticas como “sets of beliefs about language articulated by users as a rationalization or justification of perceived language structure and use” (p. 193). Este concepto foi discutido e refinado en traballos posteriores (p.e. Kroskrity, 2000; Blommaert, 2006).

Como foi mencionado na introdución, as ideas sobre a preeminencia da lingua estándar sobre o resto das variedades ten particular relevancia nas sociedades europeas. James Milroy e Lesley Milroy (1999, p. 19) consideran “appropriate to speak more abstractly of standardisation as an *ideology*, and a standard language as an idea in the mind rather than a reality—a set of abstract norms to which actual usage may conform to a greater or lesser extent”. A lingua estándar é vista como un ideal de lingua, mais tamén como unha lingua ideal (“a sort of platonic idea of the language, existing behind and above all its variant and imperfect versions”, en palabras de Hobsbawm 1990, p. 57), unha forma mellor e máis correcta de falar a lingua nacional, mais tamén se inclúe “the idea that it is necessary for a modern society to develop a standard language and enforce its use in public, in school, in business, etc.” (Kristiansen, 1998, p. 127).

En relación con estas ideoloxías lingüísticas, tamén poden distinguirse outras ideas estendidas entre a poboación e mesmo entre lingüistas profesionais. Así, aínda que é común repetir a idea de que as linguas son feitas polas persoas que as falan, son tratadas como obxectos externos a esas persoas (Lass, 1980, p. 120), como entidades autónomas que poden ser descritas e, en boa medida, estar contidas en gramáticas e dicionarios. É a reificación da lingua de que falaba Robert Le Page (1988, p. 33). As linguas son entendidas como obxectos discretos (netamente delimitados), contables (cóntanse e enuméranse) e que ocupan espazos xeográficos separados por fronteiras lingüísticas definidas. As linguas así concibidas teñen diferentes valores percibidos (que non teñen por que coincidir co seu valor funcional) e establécense xerarquías. Esta concepción das linguas está

a ser desafiada en traballos desenvolvidos nas últimas décadas, que cuestionan mesmo o concepto de “lingua”, por non corresponder a un obxecto claro de análise (Harris, 1990; Pennycook, 2010; Young, 2016). Por tanto, aínda que neste traballo falaremos de linguas (de galego, español, portugués ou inglés, por exemplo), centrarémonos sobre todo no estudo dos repertorios lingüísticos das persoas, entendidas como conxuntos non discretos e híbridos (Blommaert, 2010).

Nas linguas minorizadas que experimentan procesos de estandarización e de difusión social, chamados frecuentemente “procesos de normalización”, prodúcese unha transferencia de ideoloxías dos estándares das linguas estatais, que pasan a ser reproducidas e imitadas, mais en situación de conflito. Eses procesos pretenden modificar os equilibrios preexistentes entre as linguas, transformar as reximentacións lingüísticas (Kroskrity, 2000), o que supón a creación de novas xerarquías e a reestruturación do capital simbólico das variedades lingüísticas afectadas, singularmente o que está asociado ao coñecemento das novas variedades lingüísticas lexitimadas (os estándares lingüísticos) (Recalde, 2021). Unha das consecuencias desta operación é que certos grupos de falantes de variedades vernáculas sufran un dobre estigma: por falaren a lingua minorizada e ademais falaren variedades non estándar (Gal, 2006; Costa et al., 2018). Por outra parte, en contraposición ás linguas estatais, o estándar da lingua minorizada pode ser percibido como carente da autoridade e da anonimidade da “lingua nacional”, mais tamén da autenticidade ligada á capacidade de indexar identidade local que se asocia xeralmente ás variedades vernáculas das linguas minorizadas (Woolard, 2008; Costa et al., 2018).

Xeralmente a lingua estándar é percibida como “a lingua” (nun proceso de sinécdoque, cfr. Joseph, 1997, p. 2) e todas as outras variedades son vistas como subordinadas a aquela. Son entendidos como “dialectos” ou variantes da “lingua” (do dialecto elevado a estándar), o que carece de sentido desde o punto de vista lingüístico, como ben afirma Penny (2000, p. 16). En xeral, nas linguas con estándares consolidados historicamente non se discute a autoridade e a preeminencia do estándar nin se discute sobre a súa forma (con algunhas excepcións, cfr. máis adiante 5.3). Mais nos momentos en que se efectúan reformas ou modificacións dalgún aspecto desa variedade si se producen xeralmente vivas discusións e debates sobre a forma da lingua, como sucedeu co Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (Vid. p.e. Melo-Pfeifer, 2016) ou a Reforma da Ortografía do Alemán de 1996 (Vid. p.e. Osterwinter, 2011), por citar dous casos próximos.

No caso dos procesos en que, como ocorre co galego, se está a asistir á construción do estándar *in vivo* (Recalde, 2022, p. 399), son frecuentes as

polémicas sobre a forma e a orientación que debe ter o estándar, especialmente entendido como unha forma escrita de lingua. É necesario lembrar que o galego iniciou a súa estandarización e a súa extensión social no século XIX (no proceso coñecido como Rexurdimento), asociado a un proxecto de construción nacional encabezado por un movemento político e cultural nacionalista, de maneira máis ou menos simultánea con outras linguas (como o catalán, p.e.). Este proceso estendeuse durante todo o século XX, con notables progresos no primeiro terzo do século XX, mais foi interrompido pola guerra civil española e pola ditadura de Franco. Só despois do final da ditadura a lingua galega foi declarada oficial no Estatuto de Autonomía de Galicia (1981), e foi neses anos cando se reiniciou un proceso de estandarización formal e de extensión social da lingua (coñecido como “normalización lingüística”). As *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, elaboradas polo Instituto da Lingua Galega e pola Real Academia Galega (RAG & ILG, 1982) foron declaradas oficiais polo goberno galego en 1982. Estas normas, no esencial, limítanse a codificar unha representación ortográfica e uns paradigmas que dan continuidade á lingua escrita que se viña utilizando desde o século XIX. Estas ortografía foi contestada por grupos políticos e sociais, agrupados arredor dun discurso “reintegracionista” que promove o achegamento ao portugués (vid. AGAL, 1983); os debates lingüísticos e políticos foron moi vivos nalgúns momentos e, en parte, chegan aínda ata o momento presente (Herrero, 2011; Regueira, 2021).

Un dos aspectos da codificación e da planificación da lingua estándar é o purismo lingüístico, que Thomas (1991, p. 12) define como “a desire on the part of the speech community [...] to preserve a language from, or rid it of, putative foreign elements or elements held to be undesirable elements (including those originating in dialects, sociolects and styles of the same language”. No caso do galego, que se encontra en contacto intenso co español, as actitudes puristas están dirixidas aos elementos que son xulgados resultantes do contacto co español. Na introdución das *Normas* este criterio purista está exposto de maneira explícita (“a norma debe acoller un galego fiel a si mesmo e limpo de canto de alieo innecesario hai incrustado na fala viva pola presión do castelán”, RAG 2012, p. 9) e é continuado e desenvolvido en moitos outros traballos (p.e. Freixeiro, 2009). O purismo diríxese tamén, aínda que con menor contundencia, a formas das variedades populares, o que provoca que moitas persoas sintan que non falan “correctamente” (cfr. McLelland, 2021). O portugués, por contra, non é obxecto de rexeitamento, senón que se considera “un recurso fundamental” para “o arriquecemento do léxico culto, nomeadamente no referido aos ámbitos científico e técnico” (RAG, 2012, p. 10). Esta política levou á incorporación de

préstamos do portugués (*orzamento, vestiario, até...*) ou de variantes coincidentes co portugués (formas verbais como *sexa*, subx. de *ser*, os sufixos *-aría* e *-bel*, eleccións léxicas, como *sustentable*, entre outras) e conta coa actitude favorable dunha parte importante da intelectualidade galega.

Os medios electrónicos (radio, tv), en que aparece a lingua oral, e sobre todo as redes sociais (tanto escritas coma orais) facilitaron o acceso ao espazo público e a aceptación dunha maior diversidade de variedades lingüísticas (Fairclough, 1992, p. 201; Coupland & Kristiansen, 2011). As redes sociais como Twitter, Tik Tok, Instagram ou Youtube constitúen un espazo de comunicación pública menos regulamentado e institucionalizado ca os medios tradicionais e permiten unha comunicación “horizontal”, á que teñen acceso moitas máis voces do que ocurría nos medios de comunicación “verticais” (prensa escrita, radio e tv). En particular, Twitter permite establecer, como din Gillen & Merchand (2013, p. 47), unha sorte de conversación “at once democratic, in that everybody can join, on equal footing, and a powerful way of communicating one’s message in an age of ‘networked individualism’ (Wellman, 2001)”. Estas prácticas non poden ser desbotadas como pouco relevantes e periféricas nin desconsideradas por seren interaccións “virtuais”, xa que polo feito de seren efectuadas a través das redes sociais non son menos “reais” (Blommaert & May, 2019).

Estes novos ámbitos de comunicación e de interacción constitúen, por tanto, espazos propicios para a contestación da autoridade establecida, que debe buscar novas formas de lexitimación (Heyd & Schneider, 2019). No contexto da globalización e dun crecente multilingüismo cuestiónase a ideoloxía do estándar (McLelland, 2021) e as redes son un espazo privilexiado para a deslexitimación das normatividades existentes e para a emerxencia de normatividades alternativas. Mais tamén se manifestan posicións de defensa das ideoloxías do estándar e defensores do purismo lingüístico (o que Lukač, 2018 denomina “grassroots prescriptivism”), producíndose así debates e confrontacións que manifestan as ideoloxías lingüísticas de diferentes sectores da poboación, dando lugar a manifestacións das crenzas e actitudes da cidadanía, que son o ámbito de interese dos estudos do que se denominou lingüística popular (“folk linguistics”) ou sociolingüística cidadá (“citizen sociolinguistics”) (Albury, 2014; Niedzielski & Preston, 2000; Rymes, 2020; Spencer-Bennett, 2020).

3. Metodoloxía

Este traballo realízase no marco do proxecto “Contacto, cambio lingüístico e ideoloxía en contextos de minorización lingüística”, que se desenvolve no Instituto da Lingua Galega¹, onde se están a compilar e a estudar córpora de interaccións en Tik Tok, en que se recollen empregos lingüísticos e comentarios metalingüísticos dunha serie de perfís, así coma un corpus de Twitter, levado a cabo de maneira colaborativa co alumnado do Grao de Lingua e de Literatura Galegas da USC, que actualmente conta con máis de 6000 chíos.

O corpus de interaccións en Twitter resulta especialmente interesante, pois nesa rede conformouse unha comunidade, Galitwitter, definida polo uso da lingua galega, que mantén unha actividade intensa e que, nos anos previos á pandemia, organizaba unha votación (en Twitter, naturalmente) para elixir e premiar os perfís que tiveran, a xuízo da comunidade de usuarios, unha actividade máis destacada². Dentro desta rede son moi frecuentes os debates e os comentarios metalingüísticos e ademais tamén aparecen usos lingüísticos innovadores, que son manifestación de repertorios híbridos e multilingües. Entre estes últimos, ten especial relevancia o emprego de elementos do inglés, o que se vincula coas ideoloxías da globalización, mais tamén o español e, en menor medida, do portugués. Non se inclúen nesta análise o emprego de linguas como o español ou o inglés por perfís que utilizan habitualmente o galego e que están dirixidos a audiencias do estado español ou de alcance xeral, como p.e. o perfil de Manuel Gago (@magago), quen emprega o inglés para certos chíos dirixidos a unha audiencia (potencialmente) global na serie de fíos que publica todos os mércores sobre castros (co hashtag [#HillfortsWednesday](#)). Estes casos corresponden ao que Bell (1984) denominou “audience design” e non aos comportamentos que son o obxecto deste traballo.

1 Este proxecto conta con financiamento do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades do Goberno de España (ref. PID2019-110352GB-I00).

2 Vid. <https://www.crtvg.es/informativos/galitwitter-con-maria-yanez-4005365> (último acceso 13 de febreiro de 2023).

4. Ideoloxías lingüísticas en TikTok

A rede social TikTok, propiedade da empresa chinesa ByteDance, goza dunha gran popularidade entre a xente nova en todo o mundo. Utilízase para compartir vídeos curtos en formato vertical e permite a interacción por medio de comentarios escritos, ademais de poder marcar o agrado por medio dun corazón vermello (pt. *curtir*). Nos últimos anos foron aparecendo numerosos perfís que utilizan esta rede para interactuar en galego sobre diferentes temas, aínda que non se constituíu unha comunidade específica, do tipo do Galitwitter.

4.1. A lingua estándar e a autoridade lingüística

Un dos perfís máis seguidos nesta rede é o de #DígochoEu, que naceu como unha serie de pequenos vídeos sobre cuestións lingüísticas dentro dos servizos informativos de Televisión de Galicia que posteriormente se difundían a través das redes sociais desta cadea, especialmente Youtube, TikTok e Instagram. Actualmente tamén se emiten programas semanais en Twitch, no formato específico deste medio. O éxito obtido a través de TikTok superou as outras redes e actualmente este perfil conta con máis de 300.000 seguidores e máis de 7 millóns de “likes”. Trátase dun perfil institucional que se define como “un proxecto de servizo público da CRTVG para achegar o galego dunha forma dinámica e entretida”³, orientado por tanto á difusión do coñecemento da lingua e á corrección lingüística.

Aínda que os vídeos deste perfil poden presentar diferentes formatos e estar estruturados de maneiras diversas, unha parte importante deles parten dunha pregunta formulada, real ou supostamente, por algunha persoa que se dirixe ao programa, como “En galego pódese dicir mercadillo?”⁴, e a partir de aí respóndese (neste caso “mellor non”) e efectúanse propostas:

Podes dicir *feira*, *mercado*, e se queres poñerlle un apelido tamén podes: *feira ambulante*, *mercado ao aire libre*. Mellor así que *mercadillo* ou *mercadño*, que non deixa de ser un mercado pequeno (#DígochoEu 22/07/2022).

3 Vid. <https://digochoeu.gal/> (último acceso 13 de febreiro de 2023).

4 Vid. <https://www.tiktok.com/@digochoeu/video/7119446957252218117> (último acceso 13 de febreiro de 2023).

Estas respostas están reforzadas graficamente por letreiros coas palabras mencionadas, en verde as recomendadas, e en vermello e marcadas cun asterisco as desaconselladas. Nos últimos tempos os formatos foron variando, para recomendar a utilización de formas galegas no canto de anglicismos moi estendidos, coma *firewall*, que aparece con fondo azul e a bandeira inglesa, mentres que a palabra recomendada para ese concepto, *devasa*, móstrase con fondo verde e a bandeira galega (#DígochoEu 15/01/2023)⁵. Ademais, desaconséllase o calco *cortalumes*, que aparece con fondo amarelo. A recomendación fundaméntase na Real Academia Galega (“*Devasa*, e non *cortalumes*, é o termo que aconsella a Real Academia Galega”) e especificamente no dicionario desta institución. De feito, nun pequeno vídeo a presentadora do do programa preséntase como “unha DRAG queen” (#DígochoEu 2/06/2022)⁶, facendo un xogo de palabras coas siglas do Dicionario da Real Academia Galega (DRAG). A RAG é, por tanto, a autoridade invocada para autorizar e lexitimar as diferentes escollas léxicas e gramaticais que se efectúan.

Por outra parte, incorpórase nalgúns vídeos unha sección denominada “apuntamento lusófono”, no que se comentan formas portuguesas, xeralmente en contraste co galego. Ademais, realízase un Twitch, xeralmente con periodicidade semanal, no que interveñen falantes de Portugal e do Brasil⁷ no que se fan comentarios e se intercambian informacións sobre lingua e cultura, utilizando cada persoa a súa lingua correspondente (galego, portugués europeo ou portugués brasileiro).

Estas actuacións e mais a forma en que están presentadas as linguas supoñen unha manifestación da ideoloxía lingüística dominante en Galicia: o galego e portugués teñen estándares diferentes (aínda que intercomprensibles), mais o portugués non é unha “lingua estranxeira” en Galicia (p.e. a TVG non subtitula as intervencións en portugués en documentais e informativos). Mais por outra parte, estes programas supoñen a posta en práctica das ideoloxías lingüísticas referidas ao estándar, desde a identificación das linguas con países ou nacións (coa simbolización por medio de bandeiras) ata a idea de que existe unha forma “correcta” e mellor de falar a lingua (“non digas..., mellor di...”). Este programa manifesta un prescritivismo moderado, no que se ofrecen diferentes alternativas de expresión, mais sempre coa exclusión dos elementos de orixe castelá (purismo

5 Vid. <https://www.tiktok.com/@digochoeu/video/7188848944695217414> (último acceso 13 de febreiro de 2023).

6 Vid. <https://www.tiktok.com/@digochoeu/video/7104604631250111750> (último acceso 13 de febreiro de 2023).

7 Vid. <https://digochoeu.gal/etiqueta/twitch/> (último acceso 13 de febreiro de 2023).

selectivo). É un exemplo da ideoloxía do estándar dominante na sociedade, cunha referencia explícita á autoridade dunha institución, encarnada nun dicionario, como fundamentación e lexitimación das recomendacións.

4.2. Sociolingüística cidadá

Outras interaccións de interese para o estudo das ideoloxías encóntranse nos comentarios a diferentes vídeos de TikTok. Un deles, especialmente rico en comentarios metalingüísticos, é o de Alba Castro Castro (@mamatopa_alba), que conta con máis de 30.000 seguidores e máis de 600.000 “likes”. Alba comenta cuestións da súa vida cotiá, con frecuentes referencias ao lugar en que se sitúa (na área de Fisterra, no occidente da provincia da Coruña), na fala común da poboación dese lugar, é dicir, na variedade vernácula da zona, que se caracteriza, entre outras cuestións, por trazos de pronuncia non estándar, como son a *gheada* e o seseo.

O *seseo* é a denominación dos sistemas de fricativas das falas galegas occidentais, que, fronte ao sistema de tres fonemas resultante da evolución das sibilantes medievais que caracteriza o galego estándar (/θ/ interdental, /s/ apicoalveolar e /f/ laminopostalveolar), presentan só as sibilantes /f/ e /s/ ou ben, noutras áreas, /f/ e /s/ laminoalveolar. Estes sistemas carecen, por tanto, da oposición /θ/ - /s/ (*casa* / *caza*), característica das falas centrais e orientais (e da variedade estándar) (Fernández Rei 1990: 189-213). Por outro lado, a *gheada* consiste en pronunciar, no canto da velar oclusiva ou aproximante [g] ~ [ɣ], un son fricativo que, nas falas máis conservadoras, é glotal [h] (voceada [ɦ] en certas posicións) ou faringal [ħ] ([ʕ]) e nas falas da costa e na xente máis nova, unha velar [x] (máis raramente, coa fricativa voceada [ɣ] en certas posicións), coincidente coa fricativa do español castelán (Fernández Rei 1990: 164-189).

Estas pronuncias están socialmente marcadas e, a pesar de que, en principio, a RAG admite estas pronuncias na lingua estándar, non se utilizan nos usos asociados a esta variante. A *gheada* está especialmente estigmatizada xa desde o século XIX, con cualificativos como “defecto de la gente idiota”, “manera incivil de hablar”; “grosero hábito”, “sonido extraño y desapacible, signo de rusticidad y de incultura”, “horrible contaminación castellana de origen africano” (Vid. Recalde 2022: 285-300). Actualmente gran parte do debate provén de ser considerada unha “contaminación” producida polo [x] do español ou de ser entendida como un fenómeno de orixe autóctona, producido por evolución interna (Recalde, 2022, pp. 83-114). En calquera caso, constitúe un

marcador identitario de primeira orde, en que se entrecruzan categorías como, entre outras, clase, ruralidade, educación ou autenticidade. Por estas razóns, a gheada é obxecto de debates académicos, ás veces tamén na prensa escrita e, por suposto, nas redes sociais.

O emprego destas pronunciacións por Alba Castro provoca, consecuentemente, comentarios aos seus vídeos, aos que, en ocasións, responde de maneira explícita, con vídeos en que defende a súa forma de falar e ataca os seus detractores. Nestes comentarios e nas súas respostas podemos encontrar unha fonte moi rica de manifestacións das ideoloxías lingüísticas da sociedade galega actual. Nun destes vídeos responde ao seguinte comentario: “Ola, guapísima, procura falar un pouco mellor o galego. Contaxio. En galego non existe a j. e pra min dis [moitos] tacos. Grciñas”. A crítica refírese a un vídeo en que Alba utilizaba a palabra “contagio” (que a persoa que comenta corrixe pola forma galega “contaxio”) e apunta a inexistencia da “j” (letra que en español representa o son [x], inexistente no galego, agás como unha das posibles pronunciacións da gheada). Alba responde nun vídeo⁸, argumentando:

Mira| vouche explicar|| Eh | en GHALLEGHO non existe a GHOTA|| Pero existe a GHEADA | Entendes?|| Eu podo DESIR GHATO|| GHATO é válido en GHALLEGHO|| Porque a GHEADA é normativo||⁹ (@mamatopa_alba, 23/06/2021).

Na súa resposta Alba acode á autoridade da RAG, que ten indicado en diferentes ocasións que a gheada é unha pronunciación aceptable e válida: “é válido (...) é normativo”.

A súa fala, con dialectalismos e cos castellanismos habituais na lingua popular da súa zona, é obxecto de comentarios como: “Me da vergüenza ser gallega viendo de que manera destrozados el idioma ...con lo hermoso que es”, ou “Pq tienes que hablar así??? Los gallegos no hablamos así, normal que piensen q somos paletos, siempre exagerando el acento”. Estes comentarios son

8 Vid. https://www.tiktok.com/@mamatopa_alba/video/6976867721648672005 (último acceso 13 de febreiro de 2023).

9 A transcripción do vídeo está realizada utilizando as convencións ortográficas habituais do galego, mais substituíndo a puntuación por barras rectas simples (|) ou duplas (||) para marcar os grupos fónicos menores e maiores. A grafía *gh* é a forma de representar a gheada de forma explícita e as maiúsculas indican a énfase na pronunciación. As maiúsculas representan a énfase na enunciación.

respondidos por Alba noutro vídeo¹⁰, coa seguinte argumentación (indícanse os castelanismos e os dialectalismos):

Claro| Os GHALLEGHOS <CAST> falamos coma ti | En castellano <CAST>|| Si eres <CAST> GHALLEGHO <CAST>| que o dudo <CAST>|| Eh | Saberás que en cada parte de GHALISIA se fala dunha maneira|| Por falar como falo eu non son paleta <CAST>|| Paleta <CAST> é unha persona <CAST> coma ti que pon este tipo de comentarios|| Así que | si non che GHUSTA como falo eu non veñas | Mandenche <DIAL> vir eu? No |ENTONSES a que vés?|| A que vés?|| Así que veña|| Como non che mandén <DIAL> vir | vai por donde <CAST> viñestes <DIAL> | SERRA o TikTok e ponte a leer <CAST> un libro | En GHALLEGHO <CAST> mellor | Vale? || Veña::|| (@mamatopa_alba, 25/10/2021).

O comentario é descualificado por estar escrito en castelán, o que leva mesmo ao cuestionamento da pertenza a Galicia da persoa que o fixo, mais sobre todo a autora reafírmase na maneira de falar propia (“falar como falo”), así como na defensa do galego (“en ghallegho mellor”). Resulta especialmente interesante a crítica efectuada por ser un comentario non solicitado (“Mandenche vir eu? No”), que provoca unha reacción de rexeitamento e de reafirmación na propia fala. Neste caso non se acode á protección dunha autoridade externa, coma no caso anterior, e a lingua utilizada non é a variedade estándar, senón que contén numerosos castelanismos léxicos e dialectalismos morfolóxicos (“mandén” por “mandei”, “viñestes” por “viñeches”).

Hai por tanto, neste perfil, unha interesante actitude de aceptación da ideoloxía do estándar (acode ao argumento de “é normativo”) mais ao mesmo tempo unha non aceptación do estándar para as súas interaccións e a defensa, por contra, da súa propia variedade vernácula. Noutro vídeo¹¹ realiza unha afirmación explícita da súa variedade:

Eu levou dous anos en Tik Tok | facendo vídeos | falando | como falén durante os trinta e dous anos que teño || a maneira de falar que temos aquí | en FISTERRA [...] || Usamos a gheada | usamos o seseo | e non sei falar doutra maneira porque [...] levo trinta e dous anos falando así || E::: | habrá xente que digha que falo mal | non falo

10 Vid. https://www.tiktok.com/@mamatopa_alba/video/7022976443390987525 (último acceso 13 de febreiro de 2023).

11 Vid. https://www.tiktok.com/@mamatopa_alba/video/7194543826025991429 (último acceso 13 de febreiro de 2023).

o ghallegho perfecto | claro que no || pero non porque use a gheada e o seseo | non falo perfecto porque uso moitos castelanismos || (@mamatopa_alba, 5/02/2023).

O fundamento é, pois, a autenticidade da variedade vernácula ligada ao lugar (Woolard 2008: 304), aínda que tamén se recoñece a autoridade do estándar e se acepta a actitude purista (“non falo perfecto porque uso moitos castelanismos”). Neste sentido Alba é un exemplo das tendencias á desestandarización, entendidas como “a progressive weakening of the norm in favour of variation” (Kristiansen, 2021, p. 667), de maneira que van aparecendo diferentes variedades nos dominios públicos, mais sen facer unha oposición explícita á ideoloxía do estándar dominante.

Estes exemplos mostran como os comentarios metalingüísticos son unha fonte para explorar ideoloxías lingüísticas e comprobar como elementos lingüísticos poden indexar categorías sociais múltiples, como educación, clase e hábitat (“*paleta*”, que contén connotacións de falta de educación e de ruralidade), así como cuestionar a súa autenticidade (Aslan & Vasquez, 2018). Estas avaliacións non solicitadas da lingua utilizada por Alba son mostras da sociolingüística cidadá (“citizen sociolinguistics”), “which happens when people have conversations about language and share their street-level expertise with a wider community” (Rymes, 2020, p. 7). Demostran tamén que as ideoloxías lingüísticas sobre a lingua estándar son compartidas por amplos sectores da poboación, xa que, aínda que nun principio a ideoloxía do estándar fose promovida sobre todo polas elites intelectuais como parte do programa de construción nacional (Hobsbawm, 1990, p. 57), como afirma Joseph (2004, p. 121), isto pode ser certo nos períodos iniciais da construción nacional, mais “this ceases to be the case once it enters the educational sphere, and once education is widespread”. Mais tamén outras interaccións mostran do “grassroots activism or resistance to outsiders and top-down impositions to more standardized language” comentado por Rymes (2020: 9). En último termo, tamén se deixa traslucir a xerarquía de linguas dominante na sociedade galega (español > galego estándar > galego popular), que é contestada por Alba Castro no que se refire ao español e, de facto, no referente ao galego estándar (aínda que de maneira máis indirecta).

5. Debates e ideoloxías lingüísticas en Galitwitter

Como foi mencionado máis arriba, Galitwitter é unha comunidade (informal e de fronteiras difusas) en que a lingua ten un papel relevante, pois a propia comunidade autodefínese polo emprego do galego. Por tanto, os usos lingüísticos son especialmente conscientes e son obxecto de escrutinio e comentario, o que fai que sexan relevantes para investigar ideoloxías lingüísticas presentes na sociedade galega. Este carácter fai que sexan frecuentes os debates sobre aspectos lingüísticos, entre os que son recorrentes algúns como o emprego da gheada e do seseo nos usos públicos (e na lingua escrita), o reintegracionismo e a relación do galego co portugués (xeralmente de maneira indirecta), os “neofalantes” ou a discusión sobre o emprego de variedades non estándar nas redes sociais.

Nesta sección trataremos de ilustrar de maneira breve, por razóns de espazo, algunhas destas discusións, nomeadamente a cuestión da gheada, do reintegracionismo (a través dunha discusión léxica), así como o debate entre autenticidade das variedades autóctonas e a lexitimidade da variedade estándar, para rematar mostrando algúns usos lingüísticos que son manifestación de ideoloxías lingüísticas diverxentes e da emerxencia de novas normatividades.

5.1. Os debates sobre a gheada

Os debates sobre a gheada son recorrentes no Galitwitter. Sen facer unha busca exhaustiva, aparecen mencións a esta cuestión en marzo do 2021, en agosto e en outubro do mesmo ano, así como en xaneiro e en xuño de 2022, que comprenden o período en que se recolleu a información para este traballo. Este carácter recorrente é sinalado con ironía por @posseamado (19/03/ 2021): “Mañá no galitwitter toca o tema gheada e seseo segundo o meu calendario”.

A pesar de que está expresamente admitida como pronuncia alternativa para a letra <g> pola RAG (RAG & ILG, 2012, p. 13) e mesmo se habilita o dígrafo *gh* para facer explícita a pronuncia con gheada, se se quixer marcar, a gheada é unha pronuncia fortemente estigmatizada, como xa foi dito máis arriba (Vid. 4.2). Dentro das políticas de estandarización da lingua galega, e particularmente na parte que practica máis escrupulosamente o purismo dirixido contra o español e promove a aproximación ao portugués, deféndese que é un fenómeno orixinado polo contacto co español (sobre esta cuestión véxase a revisión realizada por Recalde, 2022, pp. 83-111), e por tanto inadmisíbel no galego. Por outra parte, é un elemento indexador de identidade vernácula, de autenticidade e, en certos

empregos públicos (na música ou en performances poéticas, p.e.), pode ser empregado como símbolo de non aliñamento coa (ou de resistencia á) ideoloxía lingüística dominante (Labraña, 1999), mais non aparece nos espazos en que o código lexítimo (nos termos de Bourdieu 1982) é requirido. Unha mostra pode ser o incidente que recolle o diario *El País* o 24/12/2012¹², na súa edición para Galicia, nunha noticia titulada “TVG pide a una presentadora que no utilice la ‘gheada’”, polas protestas dun espectador ao que lle “resultaba chocante” esa pronuncia.

As protestas contra a utilización da gheada en público tamén aparecen na prensa asinadas por lingüistas, como Pilar García Negro¹³, quen lles pide a Lucía Aldao e María Lado que non empreguen a gheada nas súas performances poéticas e musicais, por considerala “pegada directa do dominio do español”, que forma parte “[d]ese chamado galego popular [que] é unha fala corrompida pola contaminación da lingua oficial do Estado”, e por tanto resulta inadmisíble. A mesma autora publicara tamén en 2018 outro artigo na prensa en que comparaba a gheada coa “marca férrea das greas de cabalos: a marca do propietario (español) sobre a súa besta (o galego)”, e considerábaa “herdo perverso do idioma oficial do Estado” (apud Recalde, 2022, p. 299). Non obstante, as actitudes sociais cara á utilización desta pronuncia en público, cando menos nalgúns contextos, son cada vez máis positivas, como mostran estudos experimentais recentes (Recalde, 2022) e como manifesta Henrique Monteagudo, nunha resposta a García Negro publicada no mesmo medio¹⁴, en que fai fincapé en que esta pronuncia foi “revalorizada por falantes, cantantes e artistas orais como un risco dotado de autenticidade, de expresividade e dunha certa connotación subversiva contra un estándar oral que se percibe como artificial, irto e distante”. Isto vén ilustrar o que, en palabras de Recalde (2022, p. 442), constitúe “un contradiscurso que reinterpreta o valor indexical da gheada, resignificándoa como símbolo identitario, signo de autenticidade e singularidade e indicador de membresía grupal”.

Neste contexto é no que se producen as discusións sobre a gheada e Twitter (e tamén en TikTok, como foi visto), que, neste caso, reproducen e amplifican discusións que proveñen de medios académicos e políticos. Mais se estas discusións antes se producían a través da prensa convencional, agora as redes sociais fan que a base das persoas que participan sexa máis ampla, polo que os resultados son diferentes.

12 Vid. https://elpais.com/ccaa/2012/03/24/galicia/1332614868_924474.html (último acceso 17.02.2023).

13 Vid. <https://www.nosdiario.gal/opinion/maria-pilar-garcia-negro/carta-aberta-aos-jeadistas/20220606151037145072.html> (último acceso 17.02.2022).

14 Vid. <https://www.nosdiario.gal/opinion/henrique-monteagudo/gheada-reivindicada/20220608135121145267.html> (último acceso 17.02.2022).

No Galitwitter a discusión respecto deste artigo de García Negro produciuse despois de que @RitaGlez puxese un chío: “Moi interesante o que conta aquí García Negro” (7/06/2022), cunha ligazón ao artigo publicado en Nós Diario. Nos días seguintes prodúcense diferentes reaccións, mais na súa maioría non se aliñan coa posición defendida no artigo. A expectativa de que se produciría un aliñamento das posicións reintegracionistas, baseado na idea da orixe “castelanista” da gheada, é manifestado no chío: “Dícideme, por favor, que hai algunha reintegrata que desbote a teoría castelanista da orixe da gheada. Hai alguén aí?” (@agrafoxo, 10/06/2022). Mais ese aliñamento é desmentido por algunhas respostas de perfís que defenden o reintegracionismo, como @DiegoBernalRico (“Acho que o debate é mais complexo do que reintegracionistas vs. isolacionistas”) ou @_cun_:

- Tweet 1 (@_cun_: 8/06/2022): “Eu penso que é un debate improdutivo e mesmo lesivo. Linguisticamente é difícil de probar que é un espanholismo, e mesmo que o fosse, porque fazer disputa disso? Eu defendo un modelo mais harmónico com o PT, mas não vejo qualquer inconveniente em que a língua oral saia em canções, filmes, no humor e por suposto no dia a dia sem qualquer prejuízo. Não há tal hipercorreção (e por vezes classismo) com o ceceo ou com termos como paxaro, medrar etc.”

Isto é, desde posicións reintegracionistas admítese o uso da gheada en situacións de non formalidade, e mesmo se apunta a idea de clasismo para rexeitar este tipo de purismo. Outra reacción máis directa, tamén desde posicións reintegracionistas, foi a de @karloskvar (7/06/22): “A gheada nom molesta por razons filolóxicas, mas de classe”.

Nas redes sociais aparecen, de maneira nítida e sintética, as mesmas análises que podemos encontrar, de forma máis fundamentada e argumentada, nos estudos académicos, como o de Recalde (2022), quen defende que a “estigmatización da gheada e a desposesión simbólica dos seus usuarios” ten a súa raíz nas “desigualdades de poder entre as clases sociais”, en tanto que “foi unha construción discursiva difundida desde o alto da pirámide social” (p. 330). As respostas encontradas no Twitter, a partir dunha base social máis ampla da que xeralmente ten acceso á prensa escrita, son tamén unha mostra da mudanza producida nas actitudes a respecto desta pronuncia nos últimos anos.

5.2. Debates arredor das ideas do reintegracionismo

Os movementos reintegracionistas, minoritarios mais con certa presenza en ambientes universitarios, promoven unha confluencia, parcial ou total, co portugués europeo¹⁵, especialmente na ortografía e, en menor medida, en aspectos morfolóxicos e léxicos (Regueira, 2021). Como afirma @emgalego, o perfil da Asociación Galega da Língua (AGAL), a principal asociación reintegracionista: “O galego internacional ou reintegrado é uma forma de representar na escrita o galego. Falar, falamos igual” (4/05/2020). Ou @alexfeba: “O galego reintegrado escreve-se, nom se fala. Só se trata de usar a ortografia portuguesa, usar as palavras galegas e, em caso de estas nom existirem, optar polas soluçons lusófonas” (3/03/2021). Por tanto, a ortografía é o foco da atención, seguida de certos elementos morfolóxicos e léxicos, tomados do portugués. Despois de que se producisen discusións moi vivas durante os anos 1980-90, nas últimas décadas existe un ambiente de coexistencia entre os partidarios do reintegracionismo e as institucións que impulsaron e sosteñen a normativa oficial, nomeadamente a RAG e o Instituto da Lingua Galega (ILG). Por tanto, xeralmente non se reproducen debates ou ataques directos nas redes sociais, aínda que si cando xorde algunha cuestión puntual.

Un destes casos de interese para o estudo das ideoloxías lingüísticas foi o que se produciu arredor a palabra *bochecha*. A discusión foi iniciada a partir dun chío de Jon Amil (Vid. máis abaixo Tweet 1) en que comenta que propuxo á RAG que incluíse no seu dicionario a palabra *bochecha* e inclúe imaxe da resposta do servizo de lexicografía da Academia, na que se afirma que “a normativa actual non considera correcta” esta forma, que si se rexistra en portugués, en “dicionarios antigos” e nalgúns textos escritos. No extracto seguinte mostramos o chío orixinal e algunhas respostas:

- Tweet 1 (@AmilGZ, 20/12/2018): “Esta é a resposta que me deu a Real @ AcademiaGalega cando lle suxerín que incluíse a palabra BOCHECHA no seu dicionario. Disque non é unha palabra galega, que é portuguesa. De verdade? Vós non usades ou tendes ouvido usar BOCHECHA en galego?”
 - R1¹⁶: “Bochechas?: de toda a vida. Sou de Vigo. Usaba-o meu pai, de Tui” (@ CelsoACaccamo, 31/10/2018).
 - R2: “Sempre escuíttei “bochecha” nas Rias Baixas” (@Barulho_gz, 23/05/2019);

15 Vid. <https://a.gal/textos-normativos/> (último acceso 20 de febreiro de 2023).

16 Utilizamos as iniciais R por Resposta e RR como Resposta á Resposta, seguidas dun número de orde, cando sexa necesario.

- R3: “Na zona de Padrón dicímolo” (@anxaAnxoma, 30/10/2018).
- R4: “De sempre bochecha” (@GalizaCeltista, 30/10/2018).
- R5: “OMG!! Bochecha forever” (@do_alto, 30/10/2018).
- R6: “Sempre. Bochecha era o nome dunha das pasas de California e ademais díó Shin-chan. E onde estea Shin-chan, que achante a RAG” (@SkaleSaverhagem, 30/10/2018).
- R7: “Se é usada nalgumha parte de Galiza debería estar no dicionário. A RAG debe estar para enriquece-la lingua, nom para empobrece-la (@josean116, 30/10/2018)
- R8: “Eu em Muros-Noia nom o ouvira, mas agora vou-no usar. Porque a língua está viva e fazemo-la nós” (@euccastro, 1/11/2018).

Nas respostas déixase ver que a lexitimidade da forma *bochechas* se sustenta no seu uso, asociado a áreas concretas (R1, R2, R3) ou a empregos percibidos en falas non localizadas (R4, R5, R6), probablemente debido á extensión desta forma na dobraxe galega da serie xaponesa de debuxos animados Shin Chan, emitida pola TVG e que se fixo moi popular entre a xente nova e á que se alude na resposta R6. Os datos lingüísticos mostran que é unha palabra moi localizada xeograficamente e de uso moi limitado: o *Atlas Lingüístico Galego* (ALGa) rexistra esta forma só en tres puntos do baixo Miño na fronteira con Portugal (Salceda de Caselas, Tomiño e A Guarda) (ILG, 2005, mapa 38b) e só aparece utilizado ocasionalmente na literatura dos anos recentes¹⁷.

Aparecen aquí, por tanto, ideas contrapostas, xa que por unha parte, a lingua é feita polas persoas que a falan (R8) e niso se fundamenta a lexitimidade e a autenticidade das formas lingüísticas, mais estas deben estar recollidas “no dicionario” (R7), e “o dicionario” é o dicionario da RAG, institución á que inicialmente se lle propón a inclusión desta palabra. A ideoloxía do estándar e a autoridade “do dicionario” (a reificación da lingua, que se concibe como contida en gramáticas e dicionarios, cfr. Milroy & Milroy, 1999, pp. 22-23) permea toda a discusión. A este respecto, resulta interesante observar que, mesmo entre estes perfís reintegracionistas, a lexitimidade non se sustenta en ser *bochecha* a forma xeral do portugués europeo, senón en ser utilizada en galego, así como que a autoridade de referencia á que se dirixen (aínda que sexa para criticala) é a RAG.

17 No Tesouro Informatizado da Lingua Galega (TILG)(<http://ilg.usc.gal/TILG/>) non se rexistra, mais no Corpus de Referencia do Galego Actual (CORGA) (<https://corpus.cirp.gal/corga/>) rexístrase 1 exemplo dos anos 1970, dun autor natural de Tomiño, e 12 máis dos últimos 30 anos.

5.3. Estándar e corrección

No Galitwitter tamén se encontran exemplos de correccións lingüísticas e comentarios non solicitados, como o que se produce ao chío en que Nós diario anuncia o novo disco das Tanxugueiras, un grupo musical moi popular en Galicia e en España:

- Tweet 1 (@NosDiario 1/07/2022): “[CULTURA] ‘Diluvio’: así é o novo disco das Tanxugueiras, que sairá á venda o 29 de xullo”
 - R: “Dioivo” (@rilomos, 2/07/2022)

Neste caso a corrección non é adecuada, porque a forma estándar do galego é o cultismo *diluvio*, aínda que existe a forma popular *dioivo* co sentido de ‘chuvia moi abundante e corrente que orixina’¹⁸, mais a intención da resposta queda clara.

De maneira xeral, as correccións non solicitadas non son admitidas e, nos casos en que se producen, aparecen reaccións críticas coma as de @MaxadoGZ (2/05/2022): “putos brasas, a culpa e dos brasas fanáticos que van dando leccións”, de @Sainza_Olalla (7/01/2022): “É a ‘pulicia’ do galego, están onde menos contas. Aburren a unha santa 😊” ou de @amexeriks (7/01/2022): “Non sei q ten este tipo de xente co galego macho, de verdade, que ou falas 100% como di a RAG ou nada”, entre outros. Estas actitudes fixeron que este tipo de correccións fose diminuíndo ata case desaparecer, o que tamén é un indicio dunha mudanza nas actitudes lingüísticas da cidadanía.

Mais si aparecen algúns intercambios en que se producen críticas selectivas, coma a do caso seguinte, en que se censura que a TVG empregue o termo *plantexar* (adaptación do esp. *plantear*):

- Tweet 2 (@villarenaga, 25/03/2022): “Coa cantidade de veces que na @TVGalicia empregan ‘plantexar’ non me extraña que logo todocristo lle dea uso. Un pouquiño de coidado coa lingua mal non viña”
 - R1: E cal é a palabra correcta? Hai que ensinar ao que non sabe, non só afeallle o erro. 😊 (@RamonFreire3, 25/03/2022)
 - R1R1: “expor, formular” (@maryanlopeztrad, 25/03/2022)
 - R1R2: “Podes ver no meu TL que nunca corrixo a ningún particular. Celebro cada palabra na lingua de cada un de nós. Outra cousa é cando o ente que ten

18 Vid. <https://academia.gal/diccionario/-/termo/dioivo> (último acceso 23 de febreiro de 2023).

que garantir a transmisión da lingua exerza o desleixo para con ela. Por iso a miña crítica, só centrada na #Tvg” (@villarenaga, 25/03/2022)

- R2: “Cal sería a forma correcta?” (@xurxogpe, 25/03/2022)
 - R2R: “Formular, propoñer, deseñar...” (@Xoan_Bascuas, 25/03/2022)
 - R2RR: “Grazas” (@xurxogpe, 25/03/2022)

Aparece aquí unha acción correctora selectiva, por tanto, orientada a aquelas instancias que deberían ter “un pouquiño de coidado coa lingua” (Tweet 2) porque teñen unha responsabilidade pública (“garantir a transmisión da lingua”, R1R2), mais non “a ningún particular” (R1R2). Isto é unha mostra das actitudes xeneralizadas no Galituiter nos últimos anos, en que as correccións non solicitadas non son ben recibidas. Non obstante, resulta tamén de interese que algúns perfís preguntan pola “forma correcta” (R1, R2) e agradecen a información (R2RR). Son mostras da prevalencia das ideoloxías do estándar, mais os “self-appointed guardians” (Milroy & Milroy, 1999) agora xa se senten autorizados só a corrixir a certas institucións que son consideradas como autoridades ou que teñen unha responsabilidade particular na transmisión do estándar.

Debe terse en conta que este tipo de comentarios e correccións son comúns tamén noutras linguas, particularmente no Twitter en español, onde non é raro encontrar mensaxes coma a da xornalista arxentina @gabyspepe (10/01/2022): “Qué es esta epidemia de gente que ahora de golpe dice HUBIERON en vez de HUBO. ‘Hubieron contagios récord’. Lo que no hubo fueron clases de lengua”. No ámbito do español, unha lingua cunha forte implantación do estándar e cunha ideoloxía do estándar pouco discutida, estas actitudes só son contestadas desde países como México, onde algunhas lingüistas defenden que resulta clasista xulgar unha persoa pola súa ortografía (Vid. p.e. o fío de Mónica Aguilar, @onica_aguilar, 9/01/2021, quen argumenta que os “grammar nazis” temen “perder el poder de discriminar a otros”). A ortografía, por tanto, é analizada como marca de clase e arma de discriminación por parte de lingüistas, aínda que esta visión fainos obxecto de críticas e ataques, como comenta Dr. Jo Rangel, @Jo_ran_, 9/01/2021): “La reacción de la gente ha sido virulenta (e interesante) con relación a este tema. También me tocó recibir candela en Twitter por comentar algo tan evidente para nosotros los lingüistas”. Estas reaccións contrarias ás correccións son máis frecuentes en linguas con procesos de estandarización recentes e menos asumidos socialmente, como no Twitter en asturiano: “[...] vaya panorama” de los que se dediquen a correxir la ortografía de los qu’intenten escribir n’asturianu. Que somos cuatro gatos ho, de qué

vais”, e conclúe: “Nun pueo con esti clasismu” (@davidfesia, 18/05/2022). A corrección é percibida, por tanto, como unha discriminación de clase, cando menos na medida en que o estándar é percibido como unha lingua aprendida (“clases de lingua”) e, particularmente, os detalles ortográficos dunha lingua que está aínda en proceso de estandarización, como o asturiano. Parece que estas reaccións se producen de maneira máis clara, por tanto, en contextos en que o acceso á educación e ao coñecemento dos detalles da lingua escrita resulta máis desigual, e por iso a lingüista mexicana Violeta Vázquez-Rozas critica a idea “de que si tienes mala ortografía ‘no sabes pensar’ o si dices ‘haiga’ ‘no sabes hablar’” (@violetavr, 29/09/2018), xa que “Decir ‘haiga’ refleja acaso, tu clase social de origen, de ahí la asociación con el nivel educativo, pero no es ‘deficiencia’” (@violetavr, 30/09/2018).

A vinculación entre estándar e clase social, como unha variedade aprendida e distante da fala popular, están presentes tamén en numerosos chíos do Galitwitter, como de @SonGuille_, que comenta con ironía a pronuncia [ks] en palabras como *complexo* (que son pronunciadas con [f] de maneira xeral, como adaptación do español *complejo*) (Vid. máis abaixo Tweet 3) ou no de @rainhaveremella, perfil duna médica galega que narra unha situación vivida por ela e que mostra o descoñecemento da palabra estándar *xaxún*, para a que é común o préstamo do español *ayuno* (“como se di ‘ayuno’ en galego”) (Tweet 4):

- Tweet 3 @SonGuille_ (28/04/2021): “Hoxe comecei a pronunciar /komplekso/ de xeito cotián. Sinto que camiño entre mortais, simples humanos con problemas cativos. A miña fonética superior elévame e afástame, pero faime sentir responsábel. Ás veces enfatizo moito o ks, nun intento de eleválos da súa ignorancia”.
- Tweet 4 (@rainhaveremella, 15/01/2022):
 - “- eu: camiño polo corredor do hospital
 - señora descoñecida: Nena! Como se di “ayuno” en galego?
 - eu (a nena): xaxún
 - señora (á súa acompañante): ves??? Que ía ser se cho poñen enriba da cama en maiúsculas pegado cunha tirita???
 - #contexto”

A lingua estándar percíbese así como separada das variedades populares, e por tanto como unha lingua de clase. Este carácter é reforzado por asimilarse ao acento do galego urbano, que presenta características fonéticas máis similares ao español e é percibido como máis moderno e ligado á educación superior

e profesións de prestixio (González González 2003: 70), mais tamén oposto á lingua das clases traballadoras, como se deixa ver en chíos como o de @xabitubbi (28/09/2021): “I don’t know whether I abhor more the posher French that Paris irradiates, the cocky Spanish that Madrid does, or the monotonous, antiredneck Galician that Santiago does”.

A través desta mostra percíbese que, aínda que persisten as ideoloxías do estándar e esa variedade é considerada como correcta e como superior ás outras variedades, tamén é percibida como artificial, distante da fala habitual da xente, aprendida a través da educación e ligada á capital (Santiago de Compostela), e sobre todo como unha lingua de clase.

5.4. A emerxencia de novas normatividades

As reaccións contra a corrección purista e as diverxencias respecto do estándar gradúanse para dar paso a propostas máis explícitas, como a de @OPailan (17/05/2022): “Falade o galego que vos aprenderon as vosas abuelas, as vosas mais, o aprendido na escuela, tele... mezcládeos. O idioma é cultura e o vocabulário aínda máis”. O feito de que aparezan palabras non estándar (castelanismos como *abuela*, *mezclar*) incide na reivindicación das variedades autóctonas, mais sen rexeitar o estándar. O seguinte intercambio pode ser ilustrativo destas ideoloxías lingüísticas:

- Tweet 1 (@Ebod_Ithi, 21/07/2021): “Que eu a tope con que a xente comece a falar galego cando sexa, pero que non me toquen a cona con como chamarlle a miña abuela. Erache o que me faltaba, que me digan que falo mal 4 pipiolas que non teñen castelanismos porque ata fai dous días non sabían nin o que era o galego”
 - R1: “Home nin tanto nin tan pouco. Eu chamo “abuela” á miña avoa e teño claro que é un castelanismo, e que nun país cunha lingua normalizada seguramente non a chamaría así. Igual que non me saírían palabras como “ghuevos” ou “ighlesia”. Non vexo o drama en recoñecer o evidente” (@Coegho, 21/07/2021)
 - R1R: “No si eu douche a razón. E so que a min dame a impresion que estas discussions teñen un tono de desprecio cara os que temos estos deixes porque e como aprendimos a falar. En plan “mira os de aldea que hai que ensinarlles a falar ben” que e o que me toca a cona” (@Ebod_Ithi, 21/07/2021)

Neste intercambio, @Ebod_Ithi reacciona contra os “gardiáns autonomeados” (Milroy & Milroy 1993) que lle corrixen o castelanismo *abuela*, forma utilizada de maneira xeral na fala popular, e reivindica a lexitimidade da súa lingua, como falante nativa e dun ámbito galegofalante (“os que temos estos deixes porque e como aprendimos a falar”), e que percibe como unha discriminación (“desprecio”) por parte de falantes urbanos (“4 pipiolos que non teñen castelanismos porque ata fai dous días non sabían nin o que era o galego”) cara aos falantes rurais (“os de aldea”). Por tanto, esa reivindicación de lexitimidade susténtase sobre todo na oposición a esa discriminación de clase. A acusación de clasismo contra estas actuacións aparece noutros chíos, como o de @PirataSenParche (21/07/2021): “Criticar que alguén mantenha “abuela” non é moi diferente de criticar o seseo ou a gheada. [...] Canto síndrome RAE”. Non obstante, diante da argumentación de @Coegho (R1) sobre a conveniencia das actuacións puristas contra os castelanismos léxicos (debidos a que non estamos “nun país cunha lingua normalizada”), @Ebod_Ithi asume a ideoloxía do estándar e a lóxica purista (“si eu douche a razón”). Non obstante, a forma lingüística das súas mensaxes non seguen as convencións do estándar escrito en numerosos puntos, ademais da presenza de castelanismos léxicos, nunha actuación semellante á de Alba Castro vista máis arriba (Vid. 4.2).

Desta maneira, pode verse que estes espazos de intercambio comunicativo son un terreo en que emerxen novas normatividades. Entre estas encóntranse, ademais da transposición de fórmulas da lingua oral, o que é facilitado pola natureza liminar deste tipo de comunicación (nas redes mantemos “conversas” por escrito, e neste sentido teñen algunhas características de intercambios orais), diferentes modos de transgresión das normatividades que forman parte do réxime lingüístico (Kroskrity, 2000). Estas transgresións prodúcense por mesturas de elementos da lingua estándar con outros non estándar, propios da lingua popular (“Falade o galego que vos aprenderon as vosas abuelas [...] o aprendido na escola,tele...mezcládeos”), con frecuentes castelanismos léxicos, mais tamén con cambios de código co inglés e co español, principalmente, e tamén con formas lingüísticas innovadoras habilitadas para expresar realidades sociais de aparición recente na esfera pública.

Neste último aspecto destaca a utilización das formas flexionadas en *-e* (*amigue, famose*) para evitar a expresión binaria do xénero gramatical *-o/-a* (*amigo/amiga, famoso/famosa*). Estes usos combínanse habitualmente con outros recursos, como se ve nos exemplos a seguir, coma o emprego de formas non estándar (representación gráfica do seseo, no Tweet 2) ou cambios de código (Tweets 3 e 4):

- Tweet 2 (@Aldan_Gundamaro 13/07/2021): Oficialmente teño e mose máis linde do mundo? Si, oficialmente.
- Tweet 3 (@Ivan_piper, 31/10/2021): As videochamadas borracho con amigos? Lo mejor.
- Tweet 4 (@todomalva, 6/10/2021): xeralmente paseo por santiago sen pena nin gloria pero hoxe xa me pediron fotos dúas veces e quedáronse mirando moitísimas mais. só facendo vídeos en galego podes ter influencer treatment sen ser famose.

A utilización de palabras, frases e expresións do inglés son frecuentes, especialmente nalgúns perfís. Os exemplos van desde préstamos máis ou menos comúns asociados a ámbitos concretos, coma o mundo da moda (como *eyeliner* ou *outfit*, Tweet 9), palabras que se fixeron usuais na linguaxe da xente nova (como *crush*, *vibes*, *boomer*, cfr. Tweets 5, 6), expresións usuais en Twitter con sentidos pragmáticos específicos (*meaning*, *unpopular opinion*, Tweets 7, 12), expresións asociadas a memes (*stay hydrated*, mal grafado no Tweet 8), frases completas en inglés (Tweet 9) ou casos que se aproximan ao que algúns sociolingüistas denominan mestura de códigos (ou *language mixing*, Auer 1999; vid. Tweet 7):

- Tweet 5 (@javierbalea 16/06/2021): Un ano máis sendo o crush dos mosquitos
- Tweet 6 (@_Virgulinha 15/09/2021): dios a canción de una vaina loca faime revivir a miña adolescencia pero en plan VIBES EXACTAS de cando o pasaba ben (o sea una media hora en total o así)
- Tweet 7 (@arancharf, 16/07/2021): hoxe unha persoa (*meaning*, un fulano) tivo a ousadía de me chamar infantil e eu díxenlle que OGALLÁ. ou sexa, if only non ter que preocuparme por toda esta merda fodidamente adulta. logo pirei, claro.
- Tweet 8 (@_sonrepunante, 5/06/2021): weno, como non tenho nada que promocionar stay hydrated portativos ben e ánimo cos exames finais.
- Tweet 9 (@todomalva, 9/09/2021): eu mirando as rapaciñas con outfits impresionantes e eyeliner simétrico comprando larios no super: i am you but older and worse.

Tamén os cambios de código co español son frecuentes, aínda que presentan características diferentes dos vistos para o inglés. No caso do español aparece, de maneira semellante ao visto arriba no Tweet 3, en pequenas frases completas, como nos chíos 10 e 11; xeralmente son expresións idiomáticas frecuentes ou mesmo algunhas que se utilizan a modo de memes (Tweet 12):

- Tweet 10 @antitese_ (13/01/2021): ola como se distingue un modificador dun complemento do nome??? es que no me da la neurona.
- Tweet 11 @Neves_Rguez (16/09/2021): Ir un pouco alegre as 12 do mediodia sálva a cordura. Te lo digo ió.
- Tweet 12 (@oritortu, 22/06/2022) A miña unpopolar opinion de hoxe é que a tendencia esta de ser como fanáticos ó extremo das vosas parellas e estar TODO O CACHO presumindo en plan deusaraíñaesa octavamarabilladouniverso-nonmerezotalhonrapíselacara dáme mazo de cringe. Que aghobio, mimá, suélteme del brazo.

As transgresións das convencións ortográficas (acentos, puntuación, maiúsculas) son tamén habituais nestes chíos.

A introdución de materiais lingüísticos do inglés e do español poden entenderse, non obstante, de maneiras diferentes. Por unha parte, a utilización de palabras e expresións inglesas está relacionada coas ideoloxías do multilingüismo, con connotacións de internacionalización e de modernidade, mais tamén de educación e de clase (trátase do “multilingüismo de elite”, cfr. Barakos & Selleck, 2019); ademais, ao tratarse de elementos discursivos recorrentes neste tipo de textos denotan familiaridade coa comunicación nas redes sociais e cos seus códigos expresivos, asociada fundamentalmente ás xeracións máis novas.

No caso do español, non obstante, o seu uso no Galitwitter, unha comunidade que opera de maneira xeral sempre en galego, que mostra actitudes de defensa política desta lingua e, en boa medida, asume as actitudes puristas fronte a español, non pode entenderse da mesma maneira, pois o emprego do español non confire ningún prestixio. Neste sentido, podería interpretarse como unha instancia do que Rampton (2018) denomina “crossing” e que se pode definir como unha “reflexive communicative action in which a person performs specially marked speech in a language, dialect, or style that can be heard as anomalously ‘other’, raising questions of legitimacy and entitlement for the participants” (Rampton et al. 2019: 629). Neste modo específico de cambio de código, as persoas que o utilizan “aren’t accepted members of the group associated with the second language they employ” (Rampton 2018: 270); no caso do galego todas as persoas son bilingües e poderían ser membros da comunidade españolfalante de Galicia, mais non o son por elección e por construción identitaria, de maneira que si se produce “a conspicuous disjuncture between social identity and linguistic code selection” (Rampton et al., 2019, p. 631) que é característica do “crossing”.

Mais as propias persoas que o utilizan presentan reflexións metalingüísticas, pois están a efectuar actos conscientes. Resulta de interese a este respecto un

chío de @Coegho (2/10/2021): “Conste que eu non creo que a utilidade do español sexa a de comunicarse. Concretamente, a utilidade do español é poñer unha voz ridícula cando queres deixar claro que non falas en serio ou que estás a imitar a alguén que che cae mal”. A mención á “voz” conduce directamente á interpretación de que as persoas do Galitwitter que utilizan este tipo de cambio de código non o fan coa súa propia voz, senón que utilizan outras voces (“unha voz ridícula”), as voces doutras persoas connotadas sociolingüísticamente, seguindo a idea de “double-voicing” desenvolvida por Bakhtin (1981), a través do cal a persoa que fala pode empregar as palabras doutras persoas para os seus propios propósitos, engadíndolles novas intencións semánticas, de maneira que nun discurso aparezan dous contidos semánticos, dúas voces (cfr. Rampton 2018: 218).

En resumo, dentro destas comunidades aparecen comportamentos que, a pesar de se participaren de maneira xeral das ideoloxías lingüísticas dominantes, rompen as barreiras convencionais entre linguas, aínda que de maneira limitada e orientada (diferentemente no caso do inglés e do español), contéstase en certos puntos a reximentación lingüística (no sentido de Kroskrity, 2000) e experimentábase con novas formas de linguaxe (linguaxe inclusiva non binaria). A imaxe que emerxe é, por tanto, ambivalente e en parte contraditoria, polo que non é de estrañar que existan discusións abertas sobre cuestións lingüísticas, como se viu máis arriba (Vid. 5.1, 5.2, 5.3) e, referido a este punto 5.4., a que se manifesta no seguinte intercambio:

- Tweet 13 (@fromgaliza, 8/01/2022): Se vos pido que traduzades tanto anglicismo desnecesário para que vos entendamos ides-me chamar punitivista? 😬
- R1: (@tv_g_infantil_xa, 8/01/2022): Eu digo soporto lóxico e físico no lugar de software e hardware. Eu estou contigo 😊
- RR1 (@fromgaliza, 8/01/2022): Nom chego tam longe.... 😭

Neste intercambio, @fromgaliza avoga por limitar o emprego dos anglicismos “desnecesários”, frecuentes en Twitter, mais admite outros, e ata el mesmo emprega elementos do inglés no seu nome de usuario. Nótese o emprego de formas indirectas de discurso e a utilización de emojis como procedementos de atenuación na formulación da crítica ao emprego dos préstamos e dos cambios de código.

6. Conclusións

As interaccións lingüísticas a través das redes sociais favorecen a emerxencia de manifestacións públicas de actitudes favorables á demotización da comunicación escrita, á desestandarización e á emerxencia de novas normatividades, diverxentes, distantes e opostas aos estándares establecidos e ás autoridades recoñecidas (Academias, centros universitarios). Nestas redes encontramos exemplos que confirman a afirmación de Coulmas (2018, p. 20) de que os falantes empregan as linguas e as variedades lingüísticas “as parts of theirs linguistic repertories without asking permission before transgressing any boundaries, real or imagined”. Ao mesmo tempo estas transgresións conviven, como se mostrou tanto nos casos estudados en TikTok como no Galitwitter, coas ideoloxías da estandarización, con actitudes elitistas e con discriminacións lingüísticas de diferente tipo. Segue a ser certa, aínda nesta altura, a afirmación de Burridge (2022, p. 29), a respecto das ideoloxías encontradas na sociedade australiana: “It is no longer socially acceptable to criticize fellow human beings based on their race or their class, and yet remains fully acceptable to criticize them on the basis of their language use, something so integral to their identity”.

Podería obxectarse que o ocorre nas redes sociais non é representativo da sociedade (e que Galitwitter non é Galicia). As redes sociais, como é sabido, compórtanse máis ben como unha “cámara de eco” (Díaz & Nilsson, 2023), é dicir, un medio en que as persoas participantes encontran información ou opinións que reflicten e reforzan as ideas que tiñan previamente. Non obstante, non podemos desbotalas como non pertencesen á realidade social, como se as interaccións nas comunidades “virtuais” fosen alleas ás interaccións da sociedade “real”. Como afirman Blommaert & May (2019): “contemporary social life is not only played out in an ‘offline’ physical arena of copresent participants encountering each other in public space [...], but also in online spaces crosscutting the online ones in complex ways (cf. Blommaert, 2018). We live our lives in an online-offline nexus”. As redes forman parte da vida social das persoas e están configurando de maneira relevante as nosas percepcións e a nosa cultura (e por suposto as nosas ideoloxías).

A través das interaccións analizadas pode percibirse como na sociedade galega prevalece a ideoloxía do estándar, aínda que tamén é contestada desde posicións de resistencia (“putos brasas”) e pola emerxencia de novas normatividades (“mestúraos como queiras”). O estándar é visto como a variedade correcta, a variedade “lexítima” (Bourdieu, 1982), produto da aprendizaxe e do estudo e por tanto asociada a identidades de clase e a capital cultural. Mais, por esas mesmas características, esta variedade institucionalizada, protexida polas autoridades

recoñecidas (institucións académicas, culturais e políticas), é percibida como un produto artificial e distante das variedades populares de galego, que encontran a súa lexitimidade na identidade étnica, no enraizamento nunha comunidade e nunha cultura local. Prodúcese, así, as tensións entre a “anonimidade” do estándar e a “autenticidade” de que falaba Woolard (2008).

As actitudes puristas diríxense sobre todo aos elementos tomados do español e, en menor medida, a elementos que se consideran desviados do estándar aceptado, aínda que é neste punto onde se produce unha contestación maior. A resistencia ao purismo antiespañol só se produce en nome da autenticidade da variedade vernácula (“que non me toquen a cona con como chamarlle a miña abuela”), mais só de maneira parcial, xa que dunha ou doutra maneira participase da ideoloxía do estándar (“Eu chamo ‘abuela’ á miña avoa”). Por contra, non se manifestan posicións abertamente contrarias ao portugués. Así, pode constatarase, seguindo a O’Rourke (2018, p. 97), que “[t]he normalisation process has become part of a Galician consciousness, shaping both people’s linguistic ideologies and their perception of legitimacy and ownership in relation to the language”. Mais ao mesmo tempo as persoas, a través das súas prácticas, están desafiando as hexemonías establecidas e, de facto, construíndo outras (micro) hexemonías, xa que, como asegura Norman Fairclough, recorrendo á noción de “ordes do discurso” de Foucault (1971): “As producers and interpreters combine discursive conventions, codes and elements in new ways in innovatory discursive events, they are of course cumulatively producing structural changes in orders of discourse: they are disarticulating existing orders of discourse, and rearticulating new orders of discourse, new discursive hegemonies” (Fairclough, 1992, p. 97).

Dentro dunha situación sociolingüística complexa, coma a existente en Galicia, as redes sociais convértense en espazos de interacción que permiten e facilitan a realización de construcións identitarias novas, ligadas á modernidade e a repertorios multilingües, facendo patente a idea de que os repertorios lingüísticos son unha parte esencial destes procesos identitarios, como afirma (Joseph, 2010, p. 9): “people’s choice of languages, and ways of speaking, do not simply reflect who they are, but make them who they are – or more precisely, allow them to make themselves. In turn, the languages they use are made and re-made in the process”. E así, estes espazos convértense, ao mesmo tempo, en laboratorios de experimentación en que a lingua galega se (re)produce e se (re) inventa para afrontar os novos desafíos do presente.

Referencias

- AGAL, Associação Galega da Língua (1983). *Estudo crítico das normas ortográficas e morfológicas do idioma galego*. A Coruña: AGAL.
- ALBURY, N. (2014). Introducing the folk linguistics of language policy. *International Journal of Language Studies*, 8(4), 85-106.
- ASLAN, E. & Vásquez, C. (2018). 'Cash me ousside': A citizen sociolinguistic analysis of online metalinguistic commentary. *Journal of Sociolinguistics*, 22(4), 406-431.
- AUER, P. (1999). From codeswitching via language mixing to fused lects: Toward a dynamic typology of bilingual speech. *International Journal of Bilingualism*, 3(4), 309-332.
- BAKHTIN, M. M. (1981). *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Ed. Michael Holquist. Trad. C. Emerson & M. Holquist. University of Texas Press.
- BARAKOS, E. & Selleck, C. (2019). Elite multilingualism: discourses, practices, and debates. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 40(5), 361-374.
- BELL, A. (1984). Language style as audience design. *Language in Society*, 13(2), 145-204.
- BLOMMAERT, J. (2005). *Discourse. A critical introduction*. Cambridge University Press.
- BLOMMAERT, J. (2006). Linguistic ideology. In K. Brown (ed.), *Encyclopedia of Language & Linguistics* (2nd ed., vol. 6, pp. 510-522). Elsevier.
- BLOMMAERT, J. (2010). *The sociolinguistics of globalization*. Cambridge University Press.
- BLOMMAERT, J. (2018). *Durkheim and the Internet. On sociolinguistics and the sociolinguistic imagination*. Bloomsbury.
- BLOMMAERT, J. & May, I. (2019). *Invisible lines in the online-offline linguistic landscape*. Tilburg University.
- BOURDIEU, P. (1982). *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Fayard.
- BURRIDGE, K. (2022). Truthiness and language. Popular perception and fall-out. In A. Storch & R. M. W. Dixon (Eds.), *The art of language* (pp. 17-41). Brill.
- COOKE, M. & Simpson, J. (2012). Discourses about linguistic diversity. In M. Martin-Jones, A. Blackledge & A. Creese (Eds.), *The Routledge handbook of multilingualism* (pp. 116-130). Routledge.
- COSTA, J., de Korne, H. & Lane, P. (2018). Standardising minority languages: reinventing peripheral languages in the 21st century. In P. Lane, J. Costa & H. de Korne (Eds.), *Standardizing minority languages. Competing ideologies of authority and authenticity in the global periphery* (pp. 1-23). Routledge.
- COULMAS, F. (2018). Urbanisation and linguistic multitude. In D. Smakman & P. Heinrich (Eds.), *Urban sociolinguistics. The city as a linguistic process and experience* (pp. 12-24). Routledge.
- COUPLAND, N. & Kristiansen, T. (2011). SLICE: Critical perspectives on language (de) standardisation. In T. Kristiansen & N. Coupland (Eds.), *Standard languages and language standards in a changing Europe* (pp. 11-35). Novus.

- DIAZ Ruiz, C. & Nilsson, T. (2023). Disinformation and echo chambers: how disinformation circulates on social media through identity-driven controversies. *Journal of Public Policy & Marketing*, 42(1), 18–35.
- FAIRCLOUGH, N. (1992). *Discourse and social change*. Polity Press.
- FAIRCLOUGH, N. (2010). *Critical discourse analysis. The critical study of language* (2nd ed.). Routledge.
- FERNÁNDEZ Rei, F. (1990). *Dialectoloxía da lingua galega*. Xerais.
- FOUCAULT, M. (1971). *L'ordre du discours : Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Gallimard.
- FREIXEIRO Mato, X. R. (2009). *Lingua de calidade*. Xerais.
- GAL, S. (2006). Migration, minorities and multilingualism: language ideologies in Europe. In: C. Mar-Molinero & P. Stevenson (Eds), *Language ideologies, policies and practices. Language and the future of Europe* (pp. 13-27). Palgrave Macmillan.
- GILLEN, J. & Merchand, G. (2013). Contact calls: Twitter as a dialogic social and linguistic practice. *Language Sciences*, 35, 47–58
- GONZÁLEZ González, M. (Dir.) (2003). *A lingua segundo a mocidade*. Real Academia Galega.
- HARRIS, R.(1990). On redefining linguistics. In H. G. Davis & T. J. Taylor (Eds.), *Redefining linguistics* (pp. 18–52). Routledge,.
- HERRERO Valeiro, M. J. (2011). *Guerra de grafías e conflito de elites na Galiza contemporânea*. Através.
- HEYD, T. & Schneider, B. (2019). The sociolinguistics of late modern publics. *Journal of Sociolinguistics*, 23, 535-449.
- HOBBSBAWM, E. J. (1990). *Nations and nationalism since 1780. Programme, myth, reality*. Cambridge University Press.
- ILG, Instituto da Lingua Galega (2005). *Atlas Lingüístico Galego*. Vol. 5: *Léxico. O ser humano (I)*. Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- JOSEPH, J. E. (1997). Eloquence and power: the rise of language standards and standard languages. Frances Pinter.
- JOSEPH, J. E. (2004). *Language and identity. National, ethnic, religious*. Palgrave Macmillan.
- JOSEPH, J. E. (2010). Identity. In C. Llamas & D. Watt (Eds.), *Language and identities* (pp. 9-17). Edinburgh University Press.
- KRISTIANSEN, T. (1998). The role of standard ideology in the disappearance of the traditional Danish dialects. *Folia Linguistica*, 32(1-2), 115-129.
- KRISTIANSEN, T. (2021). Destandardization. In W. Ayres-Bennett & J. Bellamy (Eds.), *The Cambridge Handbook of Language Standardization* (pp. 667-690). Cambridge University Press,
- KROSKRITY, P. V. (ed.) (2000). *Regimes of language. Ideologies, politics and identities*. School of American Research Press.

- LABRAÑA Barrero, S. (1999). Galego e gheada. Prexuízos, normalización e vangarda. In *Homenatge a Jesús Tusón* (pp. 182-19). Empúries.
- LE page, R. B. (1988). Some premises concerning the standardization of languages, with special reference to Caribbean Creole English. *International Journal of the Sociology of Language*, 71, 25-36.
- LUKAČ, M. (2018). *Grassroots prescriptivism*. LOT.
- MCLELLAND, N. (2021). Language standards, standardisation and standard ideologies in multilingual contexts. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 42(2), 109-124
- MELO-PFEIFER, S. (2016). Public understanding of language planning and linguistic rights: The debate on the current Portuguese orthographic reform. *Language in Society*, 45(3), 423-443.
- MILROY, J. & Milroy, L. (1993). *Authority in language. Investigating Standard English* (3rd ed.). Routledge.
- NIEDZIELSKI, N. & Preston, D. (2000). *Folk Linguistics*. Mouton de Gruyter.
- O'ROURKE, B. (2018). Negotiating the standard in contemporary Galicia. In P. Lane, J. Costa & H. de Korne (Eds.), *Standardizing minority languages. Competing ideologies of authority and authenticity in the global periphery* (pp. 84-100). Routledge.
- OSTERWINTER, R. (2011): *Die Rechtschreibreform (1996/1998) in Presstexten. Eine kritische Analyse der Agentur-Orthographie und ihrer Umsetzung in der Frankfurter Allgemeinen Zeitung*. Winter.
- PENNY, R. (2000). *Variation and change in Spanish*. Cambridge University Press.
- PENNYCOCK, A. (2010). *Language as a local practice*. Routledge.
- RAG & ILG, Real Academia Galega & Instituto da Lingua Galega (1982). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. ILG / RAG.
- RAG & ILG, Real Academia Galega (2012). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* (23ª ed.). ILG / RAG.
- RAMPTON, B. (2018). *Crossing. Language and ethnicity among adolescents* (3rd. ed.). Routledge.
- RAMPTON B., Charalambous, C. & Charalambous, P. (2019). Crossing of a different kind. *Language in Society*, 48(5), 629-655.
- RECALDE, M. (2021). Indexicalidad, gentrificación lingüística y desigualdad social en el proceso de estandarización del gallego. *International Journal of the Sociology of Language*, 271, 167-194.
- RECALDE, M. (2022). *A gheada e o seseo: entre as ideoloxías da estandarización e as ideoloxías da resistencia* [Tese de doutoramento]. Universidade de Santiago de Compostela.
- REGUEIRA, X. L. (2021). Portuguese as a contact language in Galicia: convergence, divergence, ideology and identity. In M. Bouzouita, R. Enghels & C. Vanderschueren (Eds.), *Convergence and divergence in Ibero-Romance: case studies from the Ibero-Romance world* (pp. 147-175). Mouton de Gruyter,.

- RYMES, B. (2020). *How We talk about language: exploring citizen sociolinguistics*. Cambridge University Press.
- SILVERSTEIN, M. (1979). Language structure and linguistic ideology. In P. R. Clyne, W. F. Hanks & C. F. Hofbauer (Eds.), *The elements: a parasession on linguistic units and levels* (pp. 193-247). Chicago Linguistic Society.
- SPENCER-BENNETT, J. (2020). The people's critical linguistics: Using archival data to investigate responses to linguistic informalisation. *Language in Society*, 50, 283-304.
- THOMAS, G. (1991). *Linguistic Purism*. Longman.
- VAN DIJK, T. (1993). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283
- WELLMAN, B. (2001). Physical place and cyberplace: the rise of personalized networking. *International Journal of Urban and Regional Research*, 25, 227-252.
- WOOLARD, K. A. (2008). Language and identity choice in Catalonia: the interplay of contrasting ideologies of linguistic authority. In K. Süselbeck, U. Mühlischlegel, P. Masson (Eds.), *Lengua, nación e identidad: la regulación del plurilinguismo en España y América Latina* (pp. 303-323). Iberoamericana / Vervuert,.
- YOUNG, R. J. C. (2016). That which is casually called a language. *Publications of the Modern Language Association*, 131(5), 1207-1221.

Comunicações

A língua mirandesa na encruzilhada: uma reflexão sobre mudança linguística e sustentabilidade

The mirandese language at the crossroads: a reflection on language change and sustainability

ALBERTO GÓMEZ BAUTISTA | LURDES DE CASTRO MOUTINHO *

Resumo: Este trabalho tem por objetivo mostrar o contributo que o estudo e preservação de uma língua minoritária podem dar para a sustentabilidade de um território. Para isso, analisaremos os aspetos que, do nosso ponto de vista, são mais importantes para preservar uma língua minoritária e minorizada, como a mirandesa, e como esta língua pode contribuir para o desenvolvimento humano sustentável do território onde se insere.

Refletiremos sobre a relação entre as mudanças linguísticas e as mudanças socioeconómicas e exploraremos ainda o potencial que existe na salvaguarda de uma língua minoritária e ameaçada como podendo ser ela mesma o motor do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: mirandês; mudança linguística; diversidade linguística; sustentabilidade; sociolinguística.

* CLLC, Universidade de Aveiro

Abstract: This work aims to show what contribution the study and preservation of a minority language can make to the sustainability of a territory. For this, we will examine the aspects that, from our point of view, are most important to preserve a minority and minorized language, such as Mirandese, and how this language can contribute to the sustainable human development of the territory where it operates.

We will reflect on the relationship between linguistic changes and socio-economic changes and explores the potential that exists in the preservation of a minority and endangered language as an engine of sustainable development.

Keywords: Mirandese; language change; linguistic diversity; sustainability; sociolinguistics.

1. Introdução

A nossa experiência como linguistas, em particular quando trabalhamos com línguas minoritárias, tem-nos colocado perante algumas questões, como por exemplo, sobre qual poderá ser o contributo que o estudo e preservação de uma língua minoritária podem dar para a sustentabilidade e o meio-ambiente. Normalmente, as línguas minoritárias estão inseridas em comunidades que são objeto de profundas mudanças sociais, económicas e ambientais, no caso que aqui nos ocupa, o da língua mirandesa, isto parece-nos evidente. Essas mudanças têm, como não poderia deixar de ser, reflexo no plano linguístico. Como é bem sabido, as mudanças sociais e económicas têm também impacto na língua dessas comunidades:

Se ha de tener presente que buena parte de lo que los emigrantes veían en Francia no existía en la sociedad mirandesa, que es eminentemente rural. Por eso tomaban palabras francesas y las adaptaban a las reglas del mirandés [...] *cunfror, forruje, filo-blue, menaige o manaige, potrina, pumbelo o pubelo, ridó, bacanças, andibas* (Gómez, 2021, p. 278).

A citação que acima transcrevemos mostra como o fenómeno de emigração, neste caso, para França e que marcou várias gerações de mirandeses, deixou a sua marca no idioma. Encontramos também vários exemplos da influência das mudanças sociais e económicas no vocabulário ligado às novas tecnologias em palavras importadas do inglês: *computador, anترنت* ou *antrerrede* (Gómez,

2021, pp. 279-280). Sendo a língua inglesa incontornável em diversas esferas do dia-a-dia, é possível encontrarmos exemplos de palavras importadas do inglês também no desporto como, por exemplo, as palavras *futebol*, *bute* e *beque* ou em outros âmbitos como no caso de *bumerange*. A palavra *futebol* não tem tido grande sucesso em mirandês, já que, nesta língua, a expressão mais utilizada para referir este popular desporto é *jogo de la bola* (Gómez, 2021, pp. 279-280). O que acabámos de referir, com ou sem emigração, é um fenómeno transversal a toda a sociedade, seja devido a fenómenos de contacto linguístico, onde as palavras “importadas” são, em muitos casos, adaptadas à língua que as recebe ou mesmo usadas na sua forma original, ocorrendo este último caso, com grande predominância, no domínio da informática. Neste âmbito, a língua mirandesa não apresenta, no essencial, diferenças relativamente às outras línguas que a rodeiam, embora este idioma esteja numa fase ainda incipiente do processo de codificação.

O que nos interessa analisar neste trabalho é o potencial que o mirandês tem como fator de desenvolvimento sustentável, num território, objeto de mudanças profundas e que enfrenta enormes desafios. Destacamos aqui o problema demográfico que flagela esta e outras regiões do interior de Portugal, problema que, aliás, não é exclusivo de Portugal, pois afeta, em maior ou menor medida, outros países. Se destacamos este aspeto, é porque, na nossa opinião, consideramos ser a maior ameaça que o mirandês enfrenta atualmente. No âmbito desta problemática, parece-nos da maior relevância a seguinte afirmação de Eduardo de Santiago Rodríguez y Esther Prada Llorente:

En el marco de las actuales dinámicas de vaciamiento, crisis y transformación del medio rural [...] cada vez emerge con más importancia la necesidad, no ya sólo de preservar los valores naturales del medio (vinculados a la provisión de servicios ambientales, custodia del territorio, preservación de la biodiversidad, seguridad alimentaria, etc.), sino de promover también la protección de los socioecosistemas tradicionales fruto de la experiencia espacial acumulada a lo largo de generaciones y la ecoeficiencia de los recursos culturales. (2021, p. 2).

E voltamos à questão com que começámos esta reflexão: qual o contributo que o estudo e preservação de uma língua minoritária podem dar para a sustentabilidade e o meio-ambiente? A resposta não é simples. Antes de mais, há que referir que toda a língua tem um valor económico *per se*. Isto é, a língua para além de ser veículo de comunicação e estar presente em tudo o que tem a ver com o ser humano e a vida em sociedade, também pode ser, em si mesma, um fator de criação de riqueza. A língua está no cerne de recursos e serviços que

podem gerar benefício económico e social às suas populações. Isto é evidente nas línguas mais faladas e mais estudadas, mas também se pode aplicar, em outra escala, às línguas minoritárias. Essa experiência acumulada ao longo de gerações, a que fazem referência Eduardo de Santiago Rodríguez e Esther Prada Llorente, foi armazenada e transmitida de uma geração para as seguintes através da língua mirandesa. Língua e contexto foram-se retroalimentando e moldando ao espaço e às necessidades da comunidade, ao longo de vários séculos. Esse saber tem sido transmitido e conservado com recurso ao idioma. Na nossa opinião, não é possível desligar esse conhecimento da língua que o verbaliza.

Neste sentido, a língua veicula conhecimentos e saberes que vão muito para além do interesse puramente linguístico. As designações para cada tipo de terreno em função dos alimentos que produz, bem como as formas de organização do espaço e da sociedade podem proporcionar informação valiosa para a exploração mais eficiente e sustentável do território. As aldeias onde se fala mirandês são o resultado de séculos de trabalho, experimentação e desenvolvimento de técnicas e de métodos para obter o alimento e os produtos necessários para a sobrevivência daquelas populações. Em paralelo, foram adotadas diversas formas de organização social e económica que se adaptaram às necessidades de cada comunidade. Em todo esse conhecimento, armazenado durante séculos, e nas formas tradicionais de organização social desenvolvidas ao longo do tempo (e.g. o comunitarismo, bem presente em todo o noroeste da Península Ibérica), pode estar a chave, ou pelo menos algumas ferramentas importantes, para alavancar o desenvolvimento destes territórios que hoje perdem população, relevância económica e política.

Pense-se ainda nas grandes aglomerações urbanas, recetoras desse êxodo populacional que sai das aldeias e vilas do denominado “interior” de Portugal e que continuam a crescer de forma desmedida. É verdade que as melhores oportunidades de emprego estão nas grandes urbes do litoral português, mas também é certo que em muitos empregos o teletrabalho está a ganhar terreno, a necessidade de estar presente já não é tão importante em alguns setores, sobretudo, depois da experiência do teletrabalho que se generalizou com a pandemia de Covid-19, parecendo que o teletrabalho veio para ficar. Se a isto acrescentarmos o aumento do custo de vida nas cidades, com especial destaque para a habitação, não será descabido pensar que poderá surgir um movimento de população em sentido inverso ao observado nas últimas décadas, isto é, um movimento das grandes urbes do litoral para localidades do interior que, até há bem pouco tempo, estavam a perder população. Se esta redistribuição da população, de forma mais equilibrada, entre o litoral e o interior se concretizasse, seria positivo

para o conjunto do país, pois o interior conseguiria parar a excessiva e rápida redução demográfica, e, além disso, este movimento migratório contribuiria para libertar as grandes áreas urbanas, do litoral português, da enorme pressão demográfica que, atualmente, se verifica nessas zonas. Apesar disso, não nos iludamos, porque se esta hipótese se tornasse realidade traria novos desafios para línguas como o mirandês, pois um número considerável dos “repovoadores” poderão desconhecer o idioma e não seria, por isso, garantido que o mirandês ganhasse um maior número de falantes e uma maior relevância económica e política. Os movimentos migratórios para a Terra de Miranda, oriundos doutras regiões de Portugal, não são algo inédito. Na década de cinquenta do século XX, aquando da construção das Barragens de Picote, que entraram em atividade no ano de 1958, a de Miranda do Douro, em 1960, e a de Bemposta, em 1964, houve numerosos contingentes de população provenientes de outros locais de Portugal que se fixaram neste território durante a construção das barragens do Douro (Ferraz, 2016 [1960]). A maioria destas pessoas falavam português. As consequências que, no plano linguístico, teve este aumento de falantes de português, no território onde se fala mirandês, ainda não foram devidamente estudadas, mas é bem provável que o contacto dos mirandeses com um maior número de falantes de português, não tenha contribuído para a preservação da língua mirandesa, bem pelo contrário.

Tendo em conta o anteriormente descrito, não será descabido afirmar que o estudo de uma língua minoritária vai muito para além do interesse meramente linguístico. Na verdade, o conhecimento e a divulgação de uma língua minoritária permitem reforçar a autoestima dos membros da comunidade que a fala. Os falantes veem, assim, alicerçada a dimensão identitária inerente à sua língua, podendo mesmo, esta tornar-se um elemento agregador no seio da comunidade que a fala e, ainda, constituir-se como uma alavanca para o desenvolvimento social e económico. No caso das línguas minoritárias, o fator identitário reveste-se de uma importância ainda maior, porque, geralmente, esses idiomas apresentam um reconhecimento institucional muito frágil. A língua surge, assim, como um pilar fundamental para a sobrevivência da comunidade, contribuindo para a sua coesão e para a sua subsistência enquanto realidade linguística, social e cultural distinta e única.

É frequente, vemos entre alguns linguistas, o estabelecimento de um paralelismo entre a biodiversidade e diversidade linguística, já que as línguas também concorrem entre si, nos múltiplos *habitats* que servem de cenário aos seus usos, numa determinada comunidade. É sabido que a diversidade natural traz vantagens e a defesa desta diversidade tornou-se incontornável nos tempos em que

vivemos, no meio de uma crise climática. Porém, atualmente, a defesa da diversidade linguística já não é tão consensual e são muitos os que pensam que o amplo mosaico de línguas faladas no mundo cria problemas de comunicação. Porém, achamos que defender a diversidade natural e cultural é indissociável da defesa da diversidade linguística, das diversas formas de dizer o mundo (Tusón, 2019). O desaparecimento de uma língua tem como resultado imediato o empobrecimento cultural e linguístico, sendo também empobrecedor do ponto de vista económico. Veja-se, por exemplo, o que acontece na Amazônia, onde o desaparecimento de muitas comunidades indígenas, com as suas respetivas línguas, culturas e saberes ancestrais, está associado ao empobrecimento da biodiversidade, tendo como consequência a destruição do ecossistema onde essa língua era falada. Quantos saberes ancestrais terão desaparecido, saberes fruto de séculos de experiência? Achamos que a verdadeira maldição da humanidade não é essa diversidade linguística representada pela torre de Babel, mas sim a substituição das línguas, e de toda a cultura imaterial a elas associadas, por uma língua única, tão almejada por alguns. Talvez essa língua universal facilitasse a comunicação entre os indivíduos. No entanto, uma língua única, tornar-nos-ia muito mais pobres no plano cultural e, muito provavelmente, também no plano material. Além disso, é fácil prever os problemas que levantaria a escolha dessa língua única, pois este tipo de propostas fazem sentido, quando se parte do princípio de que a língua universal seria a nossa, mas quando esta proposta implica renunciar ao nosso idioma, normalmente, o entusiasmo decresce drasticamente.

Deixando essa perspetiva mais global e passando a uma escala mais regional ou local, podemos afirmar que o estudo de um idioma como o mirandês permite também o acesso a um melhor conhecimento do *habitat* onde o idioma é falado. Neste caso, o uso desse idioma, tornar-se-ia um veículo privilegiado para a expressão dos saberes de uma comunidade que vive, essencialmente, da agricultura e da pecuária. Refira-se, no entanto, que nos últimos tempos, o setor dos serviços tem vindo a ganhar relevo, especialmente no que diz respeito aos serviços relacionados com o turismo e o comércio. Recorde-se que uma parte importante do território onde se fala mirandês está inserido no Parque Natural do Douro Internacional e, por isso, o futuro desta língua e desta área protegida são indissociáveis.

Neste tipo de abordagens, um outro aspeto, não menos relevante, é a importância que pode ter o estudo científico das línguas. Um bom exemplo disto encontramos-lo na tese de doutoramento de Cristina Martins, onde analisa a questão do bilinguismo mirandês-português para, entre outras coisas, apurar a veracidade da seguinte premissa:

«Ora, a *vox populi*, subscrita claramente por uns, ou assumida de forma menos explícita por outros, sustenta e defende que a situação de bilinguismo mirandês-português é muitíssimo prejudicial para as crianças que a experimentam [...]» (Martins, 2008, p. 21).

Esta ideia de que o bilinguismo mirandês-português seria prejudicial, já que levaria à confusão entre ambas as línguas, impedindo os falantes de distinguir uma de outra, estava muito divulgada entre a população mirandesa até há muito pouco tempo. O trabalho de Cristina Martins, *Línguas em contacto “Saber sobre” o que as distingue* (2008), demonstrou que esta ideia não tinha fundamento e pôs em relevo as vantagens que o bilinguismo tem nas crianças. Trabalhos como este e o labor dos docentes do Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro têm tido resultados positivos. Isto reflete-se no aumento significativo de estudantes, que, nos últimos anos, optam pela disciplina de mirandês nas escolas deste agrupamento.

Apresentaremos aqui alguns exemplos da estreita relação existente entre a língua mirandesa, o desenvolvimento sustentável da comunidade que a fala e a preservação do meio ambiente. Apontaremos caminhos que permitam entender o mirandês como uma língua capaz de contribuir para a construção de uma economia verde e sustentável, num território periférico, cada vez mais despovoado, envelhecido e empobrecido.

2. Património natural, diversidade linguística e desenvolvimento sustentável

O património natural conta com diversas ferramentas para a sua proteção e preservação. Entre outros espaços protegidos, podemos referir o Parque Natural do Douro Internacional instituído, em 1998, ou a declaração, em 2015, da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica, que inclui áreas protegidas anteriormente, como o Parque Natural Arribes del Duero. Citemos ainda o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Natural de Montesinho e, também, a Rede Natura 2000. Este património natural é indissociável da língua tradicionalmente falada nesse território. Na fronteira entre Espanha e Portugal, na região ocupada pelo distrito de Bragança e a província espanhola de Zamora, tanto de um lado, como do outro da fronteira, falam-se variedades do asturo-leonês, com diversos graus de vitalidade, que adotam glotónimos diversos: o mirandês, o saiaçuês e o alistano. No entanto, do ponto de vista linguístico, são variedades muito próximas do mesmo sistema linguístico: o asturo-leonês.

Do lado espanhol, na comarca de Saiago, a variedade linguística tradicional foi substituída pelo castelhano num processo que terá atingido o seu auge no século XX. Apesar disso, na variedade de castelhano falada em Saiago ainda estão presentes numerosos traços asturo-leoneses, sobretudo no vocabulário relacionado com os trabalhos do campo, nomes de plantas e animais. Em algumas aldeias de Aliste (e. g. Llateu, Latedo em castelhano) ainda é possível encontrar falantes de asturo-leonês (alistano na designação local), mas há já algum tempo que deixou de ser a língua habitualmente falada entre os habitantes destas aldeias. Do lado português, o mirandês goza de bastante vitalidade, mas enfrenta desafios importantes que podem pôr em causa a continuidade do idioma a médio ou longo prazo.

Vimos acima que essas transformações económicas, políticas, sociais e do meio-ambiente afetam também a língua falada nesse espaço sociocultural, por esta ser elemento essencial e indissociável do território onde é falada. A língua está no âmago do processo de construção do espaço agrário e cultural, e, quando há transformações nesse espaço, a língua vê-se também afetada. A língua dá conta dessa paisagem cultural que é moldada pelos homens e mulheres que pensam e falam nesse idioma. Isto está patente em palavras como *cortina*, *cerrado*, *uolga*, *faceira* ou *ourrieta* que transpõem para o plano linguístico essa complexa paisagem cultural cheia de matizes e que foi construída ao longo dos séculos pelas gerações que foram povoando a Terra de Miranda. Essa paisagem encontra-se, atualmente, em risco de desaparecer devido ao declínio do trabalho agrícola e ao decréscimo da população, a ponto de algumas aldeias, onde se fala mirandês, estarem próximas de ficarem desabitadas.

Como já referimos, o turismo no Concelho de Miranda do Douro é de grande importância, mas na nossa opinião, é essencial e necessário articular a oferta cultural, turística, incluindo o turismo de natureza, com o património linguístico e cultural mirandês. Nesse sentido, parece-nos ajustado o que nos é proposto no documento *Roteiro para a Língua Mirandesa* (Ferreira et al., 2021), onde se estabelece como uma das prioridades para o «desenvolvimento do mirandês a longo prazo» (Ferreira et al., 2021, p. 5), a criação de emprego no contexto da língua e da cultura mirandesas:

«A língua é uma das principais áreas de emprego em qualquer território. Não sendo, no presente, esse o caso do mirandês, as linhas de ação enunciadas antes oferecem a base para um polo de serviços culturais centrados na língua. Os potenciais empregos, no setor cultural e criativo, incluirão funcionários com competências em mirandês, tradução e, edição e criação de textos e outros conteúdos, formação de intérpretes do património cultural, serviços de acompanhamento e mediação de investigadores

da língua e da cultura, formação de professores e uma bolsa de agentes turísticos e guias. Se for devidamente enquadrada e protegida, esta indústria pode crescer organicamente, sustentada pelo turismo e por uma rede de clientes provenientes de fora da Terra de Miranda» (Ferreira et al., 2021, p. 8).

Este polo de serviços culturais em torno da língua mirandesa está ainda numa fase inicial, mas esta estratégia está já a dar os primeiros frutos, graças ao labor da Associação de la Lhéngua i la Cultura Mirandesa (ALCM) que desenvolve um trabalho de mediação e promoção cultural à volta da língua e da cultura mirandesas. Outra das iniciativas que tem vindo a ganhar maior visibilidade na paisagem linguística da cidade de Miranda do Douro, para além das placas toponímicas bilingues (em mirandês e português), colocadas pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia, são os canteiros de flores com textos em língua mirandesa colocados em diversos pontos da cidade de Miranda.

3. Variação, mudança e diversidade linguística

Em mirandês a palavra tradicional para designar um *terreno em pousio* é *adil*. Mas esta designação está a desaparecer do léxico de muitos falantes da língua mirandesa pois acabam por preferir o termo português *pousio*.

É sobejamente conhecido este fenómeno de variação e mudança linguística a que todas as línguas estão sujeitas e o mirandês também não constitui exceção. Apesar de ser um processo natural, o problema coloca-se quando essa mudança é motivada pela supremacia da língua dominante, fazendo com que seja o léxico desta última que permanece.

A língua mirandesa, apesar de estar confinada num espaço de uns 550 Km², apresenta bastante variação diatópica. Este facto estará também ligado, à ausência de uma norma consolidada, à inexistência de meios de comunicação de massas em mirandês e ao facto de que o ensino do idioma nas escolas do concelho começou há poucas décadas, concretamente em 1986 (Ferreira et al. 2021, p. 5; Raposo, 2000, pp. 99-107). Recorde-se ainda que a *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa* foi publicada há pouco mais de 20 anos, em 1999, e redigida em português (Ferreira e Raposo, 1999). O mirandês conta com uma norma ainda pouco sólida e carece de muitas ferramentas linguísticas como as que existem para outros idiomas, tais como dicionários, gramáticas, glossários ou corretores ortográficos, para referirmos apenas alguns dos recursos linguísticos mais comuns nos dias de hoje.

Nesta conjuntura, a escassez de instrumentos que deem prestígio e consolidem o processo de codificação e normalização do idioma, os estudos científicos sobre a língua mirandesa revestem-se de uma importância crucial. Estes estudos permitem criar as bases para que a língua seja conhecida e possa ser utilizada em domínios que, até há bem pouco tempo, lhe eram vedados, como por exemplo, o caso da literatura erudita. Além disso, o seu estudo e o seu conhecimento mais aprofundado contribuem para o prestígio deste idioma. É com esse objetivo, o de contribuir para o conhecimento, divulgação e prestígio da língua mirandesa, que decidimos incluir a língua mirandesa num projeto de investigação no âmbito da variação geoprosódica: o Projeto AMPER-MIR (AMPER para o mirandês), como um subprojeto do Projeto AMPER - Atlas Multimédia do Espaço Românico. É sobre esse projeto que versará o ponto seguinte.

4. Um exemplo do contributo da investigação linguística na valorização do mirandês: o Projeto AMPER-MIR

O projeto AMPER-MIR ancorado no AMPER, é um projeto de investigação que pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado da variação prosódica do mirandês, à semelhança do que é feito para outras línguas românicas.

O AMPER-MIR foi iniciado em 2015, pelos autores deste texto e tem como principal objetivo estudar diversos aspetos da prosódia do idioma mirandês. O grande objetivo é a elaboração de um atlas multimédia prosódico, onde, a par de outras línguas românicas, também se incluam resultados sobre esta língua, valorizando-a através do seu estudo e divulgação. Nesta mesma região, foram feitas também gravações para a língua portuguesa, o que nos permitirá também comparar a prosódia das duas línguas.

O primeiro trabalho a realizar é recolha de *corpora in loco* e teve o seu início em dezembro de 2015. Com o segundo momento, que teve lugar em 2019, podemos dizer que este trabalho de recolha está praticamente concluído. Atualmente, estão a ser analisados, acusticamente, os dados recolhidos, sendo que os já analisados deram origem a várias apresentações e publicações de carácter nacional e internacional (Bautista, Coimbra & Moutinho, 2015; Moutinho & Bautista, 2017; Bautista & Moutinho, 2019, 2021).

No mapa abaixo estão representadas as localidades onde se fala mirandês. Com uma estrela branca rodeada de um círculo negro estão marcados os lugares onde já foram feitas as gravações nos dois momentos referidos anteriormente.

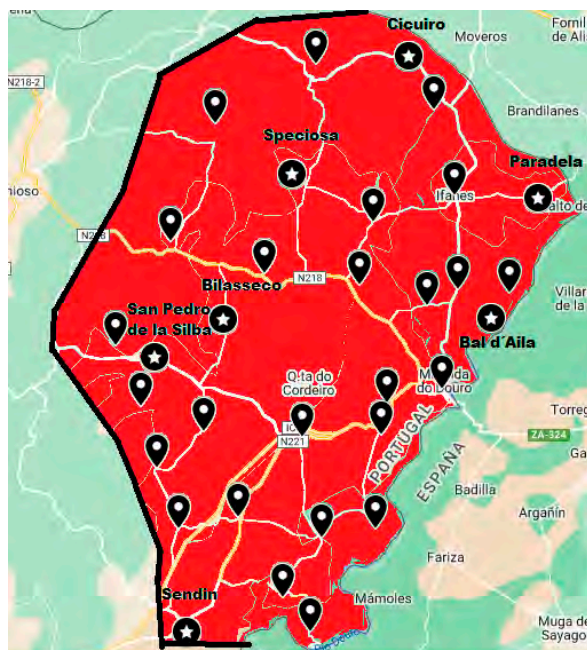


Figura 1: Mapa das localidades onde é falado o mirandês. Os pontos onde já foi efetuada a recolha estão assinalados com uma estrela (elaboração própria).

4.1 A nossa experiência no terreno

Apesar da dificuldade em arranjar informantes que preencham as características que pretendemos – falantes habituais da língua, pouco escolarizados e que sempre tenham vivido na região – conseguimos fazer gravações em sete aldeias das 33 que falam mirandês. Essas sete aldeias incluem Cicuiro, Paradela, Bal d’Aila, Speciosa, Bilasseco, San Pedro de la Silba e Sendin. A nossa preocupação na escolha destes pontos de recolha prende-se com o facto de querermos ter representadas as três variedades do mirandês descritas por Leite de Vasconcelos (1901, pp. 27-42): mirandês raiano: San Martino, Cicuiro, Costantin, Infanç e Paradela; mirandês central: todas as restantes aldeias exceto Sendin; e o sendinês que é descrita por este filólogo como uma variedade à parte.

Durante o trabalho de recolha de *corpora* sentimos, em diversas ocasiões, a necessidade de pedir a muitos deles, e repetidamente, que falassem em mirandês. Embora na equipa um dos elementos fale mirandês, é natural que isto aconteça, porque a situação sai do quotidiano do falante. Seria natural que o mirandês

fosse falado entre vizinhos e familiares, mas com pessoas de fora da comunidade fala-se sempre *grabe* ou *fidalgo*, isto é, em português. A utilização das expressões *grabe* ou *fidalgo*, para se referirem à língua portuguesa, testemunha bem a menorização do mirandês face ao português e também a situação de diglossia em que tem vivido o mirandês durante séculos, e ainda presente nos dias de hoje.

Esta realidade contrasta com a vontade de quererem preservar a língua mirandesa, embora nem sempre a usem de forma espontânea. Por um lado, há o peso de muitos anos de “repressão linguística”, sobretudo na escola, onde a língua mirandesa não tinha lugar. Os que a falassem eram estigmatizados, chegando mesmo a ser castigados. Esta mudança, relativamente rápida, da perceção do mirandês, que deixou de ser vista como uma língua que não servia para nada, para ser considerada uma língua com algum prestígio de que é hoje detentora, não apagou certos hábitos, mais ou menos conscientes, nem fez desaparecer a situação de diglossia em que se encontra.

4.2 Resultados e produção científica

Os estudos por nós realizados, relativos à variação prosódica do mirandês, levam-nos a crer que, sem querermos entrar em detalhe, por não ser esse o objetivo deste texto, os resultados obtidos até o momento, embora de natureza diferente, vão, globalmente, no mesmo sentido da variação descrita, para outro tipo de estudos, pelo nosso filólogo do princípio de século XX, Leite de Vasconcelos, embora com alguma diferença relativamente ao mirandês falado em Sendin. Há ainda um volume de dados importante à espera de serem analisados e que nos podem trazer novas informações sobre essa variação prosódica na língua mirandesa. Este projeto, para além de ser um contributo importante para o estudo da prosódia da língua mirandesa, ao seguir a metodologia do projeto AMPER, permitirá comparar os resultados obtidos para a língua mirandesa com todos os outros obtidos para as línguas românicas que fazem parte desse Projeto. Este facto dará visibilidade e prestígio ao mirandês, contribuindo para a sua valorização.

Destacamos de entre a produção científica as seguintes publicações:

- Capítulos de livros: Proposta para o estudo da variação prosódica em mirandês contemporâneo (Bautista, Coimbra & Moutinho, 2015); Uma primeira abordagem ao estudo da prosódia da língua mirandesa (Moutinho & Bautista, 2017).
- Artigos em revistas: Aspetos da Geoprosódia no Planalto Mirandês (Bautista & Moutinho 2019). (2021) –Um estudo da variação prosódica em mirandês (Moutinho & Bautista, 2021).

- Diversas comunicações orais em eventos científicos como, por exemplo: Bautista & Moutinho - (2021) – Quanta giente fala (an) mirandês? comunicação oral apresentada às *III Jornada de Lhéngua i Cultura Mirandesa* Amadeu Ferreira, organizadas pela Associação de la Lhéngua i Cultura Mirandesa, Miranda do Douro, 19 de junho de 2021.

Além deste tipo de divulgação, foi realizado, no âmbito deste projeto, um pós-doutoramento em Prosódia do mirandês, concluído em 2020, realizado pelo primeiro autor deste texto, sob a orientação da segunda autora.

Refira-se ainda, desde 2016, a organização de eventos vários, incluindo a realização bianual de *Jornadas em Línguas Minoritárias*, com o objetivo de criar um espaço de debate e reflexão também sobre o mirandês.

5. Considerações finais

De tudo o que ficou exposto, devemos sublinhar, por um lado, que o aprofundar de conhecimentos científicos, nomeadamente linguísticos, não impossibilita a existência e permanência de preconceitos sobre as línguas, mas esse conhecimento pode torná-las mais fortes e mais respeitadas. Por outro lado, há um dever ético que nos impele a preservar a diversidade linguística que herdamos das gerações anteriores. Além da questão ética, a língua não é algo que possa dissociar-se do socioecossistema. Ela é a sua essência, estando na base e no âmago de tudo o resto.

No séc. XXI a língua mirandesa é um fator de desenvolvimento e fixação de populações, como demonstra o crescente número de publicações em língua mirandesa, bem como o interesse, cada vez maior, que portugueses e estrangeiros demonstram pelo mirandês. Além disso, o idioma mirandês está a tornar-se num ativo turístico importante, pois atrai cada vez mais pessoas interessadas em conhecer a língua e a cultura deste território da Terra de Miranda. No entanto, este processo apresenta-se ainda pouco consolidado e carece de uma estratégia global e integradora, para se constituir como um polo de desenvolvimento sustentável.

Uma língua é muito mais do que um veículo para a comunicação. É o elemento central de toda a sociedade, a componente central e agregador da comunidade que fala essa língua, estando em inter-relação com o espaço cultural e natural, portadora de saberes acumulados por diversas gerações ao longo dos séculos. Além disso, as línguas, com mais ou menos falantes, têm um valor económico intrínseco que, no caso da língua que aqui nos ocupa, essa vertente está ainda por explorar de forma adequada. Contudo, como já foi assinalado, os passos que

estão a ser dados, permitem-nos ser otimistas em relação ao potencial económico da língua mirandesa como motor de desenvolvimento sustentável num território empobrecido e envelhecido como é a Terra de Miranda.

Para concluir, não podemos esquecer que as línguas são faladas por seres humanos, com direitos e com a sua dignidade de pessoa humana. Deixar que uma língua desapareça, impedir, por ato ou omissão, que seja utilizada em certos espaços da esfera pública, como na escola, na igreja, na política, nos negócios, etc., é um atentado aos mais basilares direitos humanos.

6. Referências

- BAUTISTA, A. G. & Moutinho L. C. (2019). Aspetos da Geoprosódia no Planalto Mirandês. L. Moutinho (CLLC/UA) – Portugal, S. Madureira (PUC/SP) – Brasil (eds.). A prosódia das línguas românicas. Número temático da *Revista Intercâmbio*, v. XXXIX, 2019.: LAEL/PUCSP, S. Paulo pp. 30-42.
- BAUTISTA, A. G. & Moutinho L. C. (2021). Um estudo da variação prosódica em mirandês. *Revista Lletres asturianas*, (124), pp. 33-49.
- BAUTISTA, A. G. (2021). *El mirandés: historia, contexto y procesos de formación de palabras*. Academia de la Llingua Asturiana.
- BAUTISTA, A. G., Coimbra, R. L. & Moutinho L. C. (2015). Proposta para o estudo da variação prosódica em mirandês contemporâneo. *Estudos em variação geoprosódica*. UA Editora, pp. 9-19.
- DE Santiago Rodríguez, E. & Prada Llorente, E. (2021). El planeamiento urbanístico contra el territorio: Desencuentros entre planeamiento urbanístico, territorio y paisaje tradicional. El caso de la comarca de Sayago. *Estudios Geográficos*, 82(290), e057. <https://doi.org/10.3989/estgeogr.202069.069>
- FERRAZ, T., Ferreira, A. (trad.) (2016 [1960]). *O lodo e as Estrelas / L lhodo i las Streilhas*. Âncora Editora.
- FERREIRA, J. P., Cameirão, A., Meirinhos, A., Teixeira, O., Gomes, M., Fernandes, A., Fernandes, A., Belezas, F. e Afonso, A. (2021). *Roteiro para a Língua Mirandesa*. Associação de la Lhêngua i la Cultura Mirandesa. https://lhengua.org/wp-content/uploads/2021/06/ROTEIRO-PARA-A-LINGUA-MIRANDESA_18062021.pdf
- FERREIRA, M. B. & Raposo, D. (coords) (1999). *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*. Câmara Municipal de Miranda do Douro / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Cristina (2008). *Línguas em contacto. “Saber sobre” o que as distingue*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

- MOUTINHO L. C. & Bautista, A. G. (2017). Uma primeira abordagem ao estudo da prosódia da língua mirandesa. *Ecolinguismo e línguas minoritárias*. UA Editora, pp. 117-140.
- MOUTINHO L. C. & Bautista, A. G. (2021). Quanta giente fala (an) mirandés? comunicação oral apresentada às III Jornada de Lhéngua i Cultura Mirandesa Amadeu Ferreira, organizadas pela Associaçon de la Lhéngua i Cultura Mirandesa, Miranda do Douro, 19 de junho de 2021.
- RAPOSO, A. D. (2000). Ansino de l mirandés. J. F. Meirinhos (coord.). *Estudos Mirandeses. Balanço e Orientações*. Granito, pp. 99-107.
- TUSÓN, J. (2019). *Patrimoni natural. Elogi i defensa de la diversitat lingüística*. Editorial Empúries.
- VASCONCELOS, J. L. (1901) *Estudos de Philologia Mirandesa*. vol II. Imprensa Nacional.

Le Supplément au Voyage de Bougainville, une défense de l'anticolonialisme

Supplément au Voyage de Bougainville,
a defense of anticolonialism

ANA FERNANDES

Résumé: Présenter l'anticolonialisme comme le produit exclusif de l'expérience coloniale des XIX^{ème} et XX^{ème} siècles, alors qu'il s'agit d'une tendance dominante chez les historiens, est extrêmement trompeur. En effet, en ce qui concerne l'opposition coloniale familiale européenne, un certain nombre de défis articulés et énergiques à l'entreprise coloniale ont certainement été présentés avant le XIX^{ème} siècle. Notre communication abordera la question de savoir comment Diderot déploie une analyse libre, grâce à l'anonymat, dans l'*Histoire des deux Indes*. Dans un second temps, nous aborderons le fait que Diderot défend le droit à l'hospitalité dans cet ouvrage et décompose les conséquences découlant du commerce sous une vision inspirante pour les analyses contemporaines. Nous affirmons aussi que l'auteur critique sans détours le colonialisme et l'esclavage, s'attardant d'abord sur les fragments de cet ouvrage attribués à Diderot. De telles généralisations réductrices ont tendance à occulter des idéologies ou des événements significatifs, simplement parce qu'elles compliquent les périodes distinctes que les historiens ont appliquées rétrospectivement.

* CLLC, Universidade de Aveiro

Mots-clé: anticolonialisme; cosmopolitisme; esclavage; hospitalité; empire.

Abstract: Presenting anticolonialism as the exclusive product of the colonial experience of the 19th and 20th centuries, when it is a dominant trend among historians, is extremely misleading. Indeed, when it comes to European familial colonial opposition, a number of articulate and forceful challenges to the colonial enterprise were certainly presented before the 19th century. Our communication will address the question of how Diderot deploys a free analysis, thanks to anonymity, in the *History of the two Indies*. Secondly, we will discuss the fact that Diderot defends the right to hospitality in this book and breaks down the consequences arising from trade under an inspiring vision for contemporary analyses. We also affirm that the author is a straightforward critic of colonialism and slavery, dwelling first on the fragments of this work attributed to Diderot. Such reductive generalizations tend to obscure significant ideologies or events, simply because they complicate the distinct time periods that historians have applied retrospectively.

Keywords: anti-colonialism; cosmopolitanism; slavery; hospitality; Empire.

Introduction

Présenter l'anticolonialisme comme un produit exclusif de l'expérience coloniale des XIX^{ème} et XX^{ème} siècles, bien qu'il s'agisse d'une tendance dominante parmi les historiens, est extrêmement erroné. De telles généralisations réductrices ont tendance à dissimuler des idéologies ou des événements simplement parce qu'elles compliquent les périodes distinctes que les historiens ont appliquées rétroactivement. En fait, dans la mesure où l'opposition coloniale intérieure européenne est concernée, plusieurs défis articulés et frappants à l'entreprise coloniale ont certainement été présentés avant le XIX^{ème} siècle. Le texte de Denis Diderot intitulé *Supplément au voyage de Bougainville* se détache sur différents aspects dans ce champ négligé de l'anticolonialisme européen du début de la modernité. Le travail de Diderot attaque de manière convaincante l'idéologie de l'empire tout en occultant le Bon Sauvage ou l'orthodoxie de "l'homme naturel" à travers laquelle les partisans de l'empire voyaient généralement l'Autre colonial. À sa place, Diderot a postulé une image de ces « autres » comme des êtres profondément cultivés, plutôt que de simples projections caricaturales de l'imagination que le paradigme du

Bon Sauvage leur faisait paraître. Ainsi, la nouvelle de Denis Diderot mérite d'être considérée par les futurs historiens comme un exemple important de littérature proto-anticoloniale.

1. Définitions et compréhension de l'anticolonialisme

Des définitions précises de la terminologie utilisée dans cette étude sont fondamentales pour son approche méthodologique et la contextualisation de ses concepts centraux. La psyché perçoit souvent le terme « anticolonialisme », un peu à tort, comme une idéologie qui promulgue une aversion viscérale et un rejet des Européens, en plus d'un rejet de toutes les formes de gouvernement colonial. Cette perception, cependant, s'est largement développée à partir des spécificités de l'expérience coloniale du XX^{ème} siècle: attribuer à Diderot des tendances idéologiques similaires simplement en raison de son rejet commun de l'empire reviendrait à commettre la grave erreur historique de voir le passé à travers le prisme du présent. En fait, l'anticolonialisme au XX^{ème} siècle, le sens du terme aurait été répréhensible pour Diderot ; bien qu'il ait certainement été un philosophe radical et progressiste, il était fondamentalement un homme de son temps.

De même, les vues de Diderot sur l'implication européenne dans le « Nouveau Monde » et les îles lointaines du Pacifique comme Tahiti, étaient différentes de ses vues sur l'Europe, implication dans ce qu'on appelait alors "l'Orient". Contrairement aux Amériques et aux îles du Pacifique largement inexplorées, l'Orient a eu une longue histoire souvent controversée avec ses voisins européens. La civilisation orientale était, dans l'esprit des Européens du XVIII^{ème} siècle, le principal, sinon le seul, prétendant viable au titre de culture. En tant que telle, l'ingérence européenne dans cette région a été considérée par Diderot plus comme une manifestation d'une rivalité ancienne et controversée entre les civilisations que comme une relation asymétrique entre un assujetti avare et des indigènes innocents. En fait, selon Anthony Strugnell (Strugnell, 2011, p. 83), un érudit studieux réputé de Diderot, les vues du philosophe sur le colonialisme appartenant spécifiquement à l'Inde "denote an inability to escape the straitjacket of European superiority".

En outre, l'engagement européen à l'Orient au cours de cette période visait principalement à élargir les routes commerciales, tandis que dans les Amériques et le Pacifique, le colonialisme était intrinsèquement lié à l'institution de l'esclavage. Diderot, un remarquable partisan de ce mouvement anti-esclavage qui naissait, aurait été mené à s'opposer aux efforts coloniaux en dehors de l'Orient pas seulement à cause des échecs fondamentaux qu'il voyait dans la logique

coloniale, mais aussi à cause de l'économie esclavagiste qu'elle a souvent apportée avec elle. Cette croyance en l'inévitable mélange de colonialisme et d'esclavage a grandement étayé son argument dans le *Supplément*. Avec ces frontières géographiques et conceptuelles critiques fermement établies, on peut mieux comprendre ce que le terme "anticolonialisme" signifiait pour Diderot.

1.1. Denis Diderot et l'anticolonialisme

Comme il était certainement un parfait homme de lettres français, Diderot était sans doute plus familier et plus soucieux de la poursuite spécifique de l'empire par la France. Par conséquent, le défi anticolonial qu'il pose dans le *Supplément* doit être vu à travers une lentille fondamentalement française. Le règne personnel de Louis XIV, qui a commencé en 1661, a été le tournant pour l'empire français, car il a ensuite été transformé d'un "regroupement aléatoire de territoires" en un vaste et formidable réseau colonial relié principalement par le commerce. En effet, le marché de produits tels que le sucre, le tabac et seulement le coton des Caraïbes françaises a grandi énormément. Le nombre croissant d'esclaves était fondamental pour la production de ces produits qui exigeait une main d'œuvre intense. De même, la participation française en Afrique et dans l'océan Indien s'était développée au XVIII^{ème} siècle sous l'autorité de sociétés commerciales autorisées par l'État qui étaient impliquées dans l'expansion de la traite des esclaves africains et donc de l'économie. La région la plus vaste géographiquement sous contrôle français à cette époque était la région de l'Atlantique Nord-Ouest connue sous le nom de Nouvelle France. Bien qu'elle ne soit pas statistiquement significative en termes d'implication dans la traite négrière, la Nouvelle-France a fourni à la métropole une richesse considérable en raison de sa centralité dans les industries de la pêche et de la fourrure. Tel était l'état des affaires coloniales sur lequel Diderot a probablement commencé à apprendre après son arrivée à Paris en 1728.

2. La relation de Diderot avec Rousseau : le concept du Bon Sauvage

Il est possible que la plus significative des relations que Diderot a construites ait été sa relation avec un autre grand penseur de la France du XVIII^{ème} siècle, Jean-Jacques Rousseau, dont les attaques caustiques contre les coutumes européennes ont affecté une grande partie de sa pensée (l'échange était certainement

réci-proque). Rousseau était cependant l'un des principaux représentants de la théorie du Bon Sauvage, que Diderot rejetait catégoriquement dans le *Supplément*. De plus, l'articulation par Rousseau de cette idée trop populaire a été à la fois extrêmement influente parmi ses penseurs contemporains et largement représentative de ses propres approches. Le fait que Diderot ait longtemps été proche de Rousseau et de son éventuel éloignement rend probable que Diderot se soit fondé au moins en partie, sur sa réfutation du Bon Sauvage dans le *Supplément* selon la compréhension de ce concept par Rousseau.

Rousseau expose davantage sur ce mythe dans son ouvrage intitulé *Le Discours sur l'Origine et les Fondements de l'Inégalité parmi les hommes* (Rousseau, 2023). Cela commence par un rejet amer de la civilisation décadente, corrompue et immorale qu'il percevait autour de lui. Rousseau était catégorique sur le fait que l'Europe de son temps s'était tragiquement éloignée du passé primitif et naturel dans lequel les relations sociales imbriquées, voire la société dans son ensemble, étaient inexistantes. L'homme à cet état naturel était une créature amoral, semblable à un animal, qui répondait simplement à ses besoins immédiats sans réflexion ni jugement moral. Il était, par essence, totalement exempt d'artifice. Bien sûr, dans cet état heureux et innocent de l'homme, le seul impératif moral était de poursuivre ses propres intérêts avec le moins de dommages possible aux autres. L'homme métaphorique de cette existence céleste est dans l'esprit de Rousseau forgé par le sexe, la compétition, la conscience de soi, et donc la propriété personnelle, les lois, la moralité et la culpabilité. Tous ces facteurs impliquent nécessairement d'autres personnes ; en fait, plusieurs d'entre eux forment la base même de la société civile et de la culture. Cet homme tombé et domestiqué finirait par devenir faible, timide, servile ; et son mode de vie doux complète l'insertion de sa force et de son courage.

Il y a peu ou pas de sous-texte dans l'écriture de Rousseau. Sa critique cinglante l'état actuel de l'homme faisait clairement référence au stade avancé de l'interdépendance sociale qu'il voyait en France et à la dépravation morale qu'il croyait avoir générée. Quant à cet "homme naturel" ou Bon Sauvage, Rousseau admet promptement au début du *Discours* que son récit n'est guère probant ou empirique, mais plutôt une création de théorisation conjecturale qui est plus appropriée pour clarifier la nature des choses que pour exposer leurs origines naturelles. Cependant, il utilise à plusieurs reprises des références ethnographiques à diverses caractéristiques comportementales et culturelles des "sauvages" qui ont été décrites dans les récits des voyageurs du monde.

Il ne faut donc pas s'étonner que les hottentotes du Cap de Bonne-Espérance voient des navires en haute mer que les Hollandais voient avec leurs télescopes

ou que des Américains sauvages reniflent des Espagnols sur les sentiers, ainsi que les meilleurs chiens ; ou que toutes ces nations barbares supportent leur nudité sans gêne.

Cette référence, et plusieurs similaires, suggèrent que le paradigme du Bon Sauvage sur ce qu'il a élaboré dans le *Discours* est, bien que certainement imaginatif sur certains points, fondamentalement basé sur le fait qu'il les a étudiés et examinés à partir des récits de voyage précédemment mentionnés. Essentiellement, dans la construction d'un état idéal hypothétique des affaires humaines, Rousseau construisait aussi une "allégorie référentielle" de l'autre colonial, ou le Bon Sauvage comme incarnation de cet idéal.

2.1. Impact de la théorie du Bon Sauvage sur le discours colonialiste au XVIII^{ème} siècle

Cette théorie du Bon Sauvage a eu un impact extrêmement significatif sur le discours concernant le colonialisme au XVIII^{ème} siècle. Rousseau, intentionnellement ou non, a créé une image de l'homme naturel comme animal et présocial et a ensuite inextricablement lié cette image aux habitants des régions de la période coloniale et précoloniale. En niant à ces « indigènes » même les caractéristiques fondamentales de l'humanité comme l'ont fait les Européens, Rousseau a créé un sentiment d'altérité insurmontable et l'a enveloppé d'une aura imméritée de fait anthropologique. Ces « sauvages » n'étaient dans l'esprit de nombreux Européens, pas vraiment humains. Ceci, à son tour, a clairement eu pour effet de détruire toute base significative de compréhension entre les Français et ceux qui sont sous leur domination coloniale. L'ampleur de l'œuvre de Rousseau qui constituait une attaque amère contre les fondements de la civilisation occidentale a été pratiquement ignorée par la majorité. Ce que le public de Rousseau réalisa volontiers, c'était que ces peuples primitifs étaient semblables aux bêtes à presque tous égards et avaient donc un besoin urgent d'instruction sur leur chemin vers la civilisation. Fournir ces orientations était un rôle que l'Europe s'est rapidement approprié comme devoir.

3. La critique de l'entreprise coloniale dans le *Supplément* de Diderot

L'attribution d'une position anticoloniale au *Supplément* de Diderot rend tentant d'identifier des prédispositions anticoloniales similaires dans d'autres parties du vaste corpus de ses œuvres. Ces liens directs sont cependant extrêmement

difficiles à trouver. Il est cependant possible de remarquer la présence de sentiments et d'insinuations suggérant une telle position dans plusieurs de ses œuvres, mais pas l'existence d'un système de pensée anticoloniale complet à partir du *Supplément*. Par exemple, dans l'article qu'il a écrit pour l'*Encyclopédie* intitulé "Autorité politique" et publié pour la première fois en 1751, Diderot déclare sans équivoque que "Aucun homme n'a reçu de la nature le droit de commander aux autres" et que "la puissance qui s'acquiert par la violence n'est qu'une usurpation" (Diderot, Article "Autorité Politique" de l'*Encyclopédie*, 2022, p. 3). Compte tenu de la centralité de l'entreprise coloniale dans les affaires de l'État à l'époque de Diderot, il est difficile d'imaginer comment il aurait pu écrire ces mots sans se rendre compte de leurs implications. En fait, il est beaucoup plus probable qu'il avait spécifiquement l'entreprise coloniale dans son esprit, mais qu'il était prudent d'être précis en raison des pouvoirs de la censure bien connus employés activement par l'Ancien Régime.

D'autres exemples de cette tendance anticoloniale peuvent être tirés des nombreuses contributions non créditées de Diderot à l'histoire coloniale interdite de l'abbé Raynal intitulée *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les Deux Indes* (Raynal, 2019). En plus de dénigrer l'entreprise coloniale et parfois explicitement, Diderot a également fait de nombreuses allusions à une révolution à venir dans laquelle il croyait que les seigneurs européens seraient renversés par leurs sujets coloniaux. Dans sa bien connue œuvre *De l'athéisme à l'anticolonialisme* (Benot, 1970), Yves Benot a spécifiquement souligné plusieurs de ces occasions. Un exemple peut être trouvé lorsque Diderot, s'adressant à "tyrans injustes, cruels et inflexibles", s'exclame : "Le monde que vous avez envahi doit se libérer de celui dans lequel vous vivez. Ainsi, les mers ne sépareront que deux amis, deux frères." (Raynal, 2019, p. 557). En invoquant un ton aussi radical de libération et une image d'unité mondiale, Diderot a clairement démontré non seulement un dégoût pour les partisans de l'empire, mais aussi de l'empathie pour la situation de ceux qui sont sous la domination coloniale et l'espoir d'un monde futur dans lequel les relations interculturelles seraient fondées sur l'égalité. Bien que ces points disparates et dispersés dans le corpus massif de l'œuvre de Diderot expriment de forts sentiments anticoloniaux, ils ne sont pas des preuves suffisantes pour prétendre l'existence d'une idéologie cohérente en dehors du *Supplément* (Diderot, *Supplément au voyage de Bougainville*, 1995). Ils suggèrent cependant que l'attaque radicale de Diderot contre les fondements de la théorie coloniale dans le *Supplément* n'était pas entièrement anormale, mais indiquait plutôt de fortes convictions qui s'étaient manifestées au début de sa carrière.

Le *Supplément* était fondé en partie sur un souvenir réel écrit par le vrai capitaine Bougainville à son retour en France après avoir fait le tour du monde. La nouvelle, publiée à titre posthume, se concentre spécifiquement sur le récit par Diderot des expériences de Bougainville à Tahiti au cours de ses voyages. Il commence par une conversation entre deux personnages semi-narratifs anonymes, A et B, dont le second prétend avoir déjà lu les mémoires de Bougainville, alors que le premier ne l'a pas fait. Les deux discutent pendant un certain temps des détails du voyage de Bougainville, déplorant les difficultés qu'il a dûes endurer et les dangers auxquels il a certainement été confronté. Puis ils se tournent vers la discussion sur le fait que Bougainville écrit avoir trouvé, même sur les îles les plus reculées, plusieurs espèces d'animaux. En expliquant ce phénomène apparemment bizarre à son compagnon, B commence à philosopher et déclare: "Qui connaît l'histoire primitive de notre globe? Combien d'espaces de terre qui sont maintenant isolés étaient en temps continu..." (Diderot, *Supplément au voyage de Bougainville*, 1995, p. 29). Diderot ne faisait certainement ici aucune référence à une théorie scientifique prouvée, cependant il semble que la spéculation oisive est mûre de sens. Bien que Diderot n'excelle plus sur ce point, cela implique sans aucun doute que, dans son esprit, toute l'humanité a une ascendance commune. Ces peuples étrangers, semble dire Diderot, ne sont rien de plus qu'une branche de l'arbre qui s'est développée dans un environnement différent, étant ainsi responsable de leurs différences radicales. Par conséquent, dès le début du *Supplément*, Diderot présente une image de l'humanité qui, si elle est pleinement appréciée, fournit une base solide pour la compréhension et l'empathie que la théorie du Bon Sauvage ne permettait pas.

Plus tard dans ce premier chapitre, A et B commencent à discuter sur l'histoire d'un Tahitien nommé Aotourou que Bougainville a ramené avec lui en France. Le couple discute brièvement des diverses difficultés qu'Aotourou a rencontrées en essayant de s'adapter à la vie française. De toute évidence, peu de temps après son arrivée, Aotourou "s'est jetée dans la première femme européenne qui est venue à sa rencontre et était sur le point de montrer très sérieusement sa politesse tahitienne" (*Ibidem*, pp. 35-36). Il était également incapable d'apprendre à parler le Français parce que cela était difficile pour ses "organes inflexibles" (*Ibidem*, p. 36). Dire simplement que ces deux informations sur Aotourou reflètent le trope du Bon Sauvage typique, bien que superficiellement vrai, cela était loin de ce que l'auteur sous-entendait. Diderot suggérait, bien que subtilement, que bien qu'Aotourou puisse sembler sauvage, son incapacité à comprendre la culture française ou à apprendre la langue française n'est pas dérivée de ses caractéristiques. En fait, cela est dû plutôt au fait qu'il a grandi dans le contexte d'une société

particulière. Il n'était pas sauvage, juste peu habitué. Aotourou n'a pas vécu une existence primitive de la période présociale ; il était simplement un produit de sa propre culture. Diderot aborde toujours ce thème, qui bouleverse le paradigme du Bon Sauvage, plus loin dans le texte.

Le deuxième chapitre, "Les Adieux du vieillard", est essentiellement la fictionnalisation par Diderot d'une scène qui s'est produite lorsque Bougainville et son équipage quittaient Tahiti. Diderot utilise la voix d'un vieux tahitien à la fois pour critiquer Bougainville et son équipage vorace et déplorer le fait que la visite de Bougainville augure sans aucun doute la mise en œuvre future de ses projets coloniaux. Au début du chapitre, le vieil homme articule avec véhémence une attaque verbale contre les intentions vraisemblablement avides de Bougainville et, par conséquent, contre la logique même de l'empire. Diderot annonçait ainsi que ce premier passage des Français à Tahiti serait suivi par d'autres et que les habitants de l'île fortunée auraient sans doute, dans un proche avenir, à regretter amèrement la bienveillance amicale avec laquelle ils avaient accueilli Bougainville et ses marins. Dans l'œuvre de Diderot, une telle diatribe anticolonialiste n'est pas isolée. L'auteur a nourri en effet de propos semblables dans sa collaboration à l'*Histoire des deux Indes* de Raynal – ouvrage qui dénonce les exactions commises par les Européens dans les Indes occidentales (les Amériques) et orientales (l'Asie du Sud-Est).

Ce pays est à toi ! et pourquoi ? Parce que tu y as mis le pied ! Si un Otaïtien débarquait un jour sur vos côtes et qu'il gravât sur une de vos pierres ou sur l'écorce d'un de vos arbres : Ce pays est aux habitants d'Otaïti, qu'en penserais-tu ? Tu es le plus fort - et qu'est-ce que cela fait ? (*Ibidem*, p. 41).

C'était certainement une notion radicale pour un Français du XVIII^{ème} siècle de conceptualiser un "sauvage" revendiquant la propriété du territoire européen. Diderot expose ainsi la logique derrière l'équation imparfaite de la présence physique et de la propriété coloniale, affirmant simplement sa logique opposée dans une *reductio ad absurdum* convaincante. En épousant le point de vue de l'Autre, Diderot se trouvait en mesure d'appréhender le pouvoir de corruption et de nuisance à l'œuvre dans le voyage tel que le pratiquaient les Européens.

Le vieillard précise alors comment Bougainville et son équipage ont été méritants et ingrats de la gentillesse et de l'hospitalité montrées par les Tahitiens. Il déclare également que, en raison de l'intrusion des Européens, "L'idée du crime et le danger de la maladie sont entrés avec nous" (*Ibidem*, p. 44). Ici, Diderot avait clairement l'intention d'attaquer la notion de supériorité morale européenne et la

supposée universalité traduisible de la culture européenne qui était au cœur de l'effort colonial. Il suggère non seulement que la culture européenne ne devrait pas être imposée à personne en raison de ses défauts fatals de dépravation morale, mais aussi qu'elle ne pourrait jamais exister pacifiquement à Tahiti parce qu'elle était trop différente des habitudes et des coutumes indigènes. Simone Mazaauric, dans un article sur le *Supplément* (Mazaauric, 1977), discute le concept de "barbarie vertueuse", qu'elle considère un thème central de l'œuvre de Diderot, se référant à l'idée que les sociétés considérées comme "barbares" selon les normes européennes peuvent posséder des vertus et des valeurs morales supérieures à celles des sociétés dites civilisées. Le système européen est profondément corrupteur, voire dévastateur, par contre, dès le moment où l'on s'emploie à l'imposer ailleurs, dans un contexte où il ne peut apparaître qu'hétérogène et n'est pas justifié par l'histoire ou la tradition. Il est inhumain de vouloir imposer aux peuples des antipodes ses propres lois, au détriment de celles qui y règnent et qui ne sont pas moins légitimes ou moins fondées que les lois respectées ailleurs.

Le troisième et le quatrième chapitre du *Supplément* tournent autour de l'histoire d'un aumônier qui accompagnait Bougainville et a été invité par un Tahitien, nommé Orou, à rester chez lui pendant le séjour du navire dans son pays. Grâce à leurs conversations, le lecteur apprend l'énorme planification sociale qui se produit dans l'environnement de la société. De plus, il est clair que celle-ci est axée sur l'exploitation de l'instinct naturel pour le bien commun plutôt que de le réprimer, une tendance que Diderot attribue explicitement à l'Europe. Le premier jour de son séjour avec Orou, les deux commencent à discuter à propos de la religion à laquelle l'aumônier prétend adhérer fermement. Orou a beaucoup de mal à comprendre les fondements du christianisme non seulement à cause de son incrédulité quant à l'existence d'un être divin omnipotent, mais aussi parce qu'il ne peut pas comprendre pourquoi une si grande partie du christianisme semble se concentrer sur une répression urgente. En outre, l'aumônier admet volontiers que le protocole religieux chrétien est souvent transgressé même par les plus pieux, y compris les moines et les nonnes. Il admet également que l'adultère et l'inceste sont contagieux. Lorsque l'aumônier demande comment les Tahitiens gardent leurs pulsions sexuelles sous contrôle sans imposer un mandat religieux, Orou répond : "C'est l'objet principal de l'éducation domestique et le point le plus important des mœurs publiques." (Ibidem, p. 64) Il continue ensuite à détailler les pratiques utilitaires qui ont généré des attitudes sexuelles saines qui semblent destinées à augmenter la population (ce qui sert les intérêts de tous). Au lieu de diffamer les relations sexuelles qui se produisent en dehors du mariage, les Tahitiens encouragent toutes les connexions sexuelles entre partenaires et célèbrent la naissance

de tous les enfants, quel que soit leur statut parental. Après avoir réfléchi à tout ce qu'il a appris sur la culture tahitienne, l'aumônier commente clairement "cette passion qui produit tant de crimes et de maux dans nos contrées, serait ici tout à fait innocente." (Ibidem, p. 75). Le sens de cette phrase est double. D'une part, l'aumônier (et à travers lui Diderot) dit que "cette passion" a un équivalent dans la société tahitienne et identifie ainsi une similitude interculturelle qui pourrait servir de base à la compréhension de l'humanité partagée des Tahitiens et des Européens. Deuxièmement, l'aumônier affirme que les Tahitiens ont fait de cet instinct une culture qui n'attribue pas à la nature le statut de péché, mais était plutôt un système pour le grand Bien. Il semble louer cette réalisation et admet donc implicitement que les Tahitiens ont admirablement réconcilié leurs impulsions naturelles avec les exigences de leur existence civilisée.

Plus tard dans ce dialogue entre Orou et l'aumônier, le Tahitien parle davantage des aspects négatifs de la vie sur son île natale. Le lecteur apprend que les Tahitiens ont constamment "des ennemis voisins à combattre" et un "besoin de soldats" (Ibidem, p. 78). Tout n'est certainement pas paisible et innocent dans cette société prétendument primitive. Les "sauvages" ne vivent pas une existence presque céleste et édénique. Les structures sociales existent non seulement à des fins de reproduction, mais aussi pour la défense commune. La culture antique interagit évidemment avec d'autres groupes en tant qu'unité cohésive ; c'est un groupe culturel qui, comme tout autre, est défini par ce qui est contre, au sens figuré comme au sens littéral. Diderot oppose ainsi directement les Tahitiens à la culture pré culturelle, pacifique et farouchement indépendante que Rousseau donnait du Bon Sauvage.

Le cinquième et dernier chapitre du *Supplément* s'articule autour d'un dialogue entre A et B dans lequel ils passent en revue les histoires qu'ils ont lues et discutent de leurs implications. C'est à ce moment-là que Diderot boucle son discours et postule ce qui était certainement une composante majeure de sa vision philosophique (pas seulement par rapport au colonialisme). Au début du chapitre, lorsque A demande à B comment il comprend le sens du mot "coutumes", celui-ci répond "J'entends une soumission générale et une conduite conséquente à des lois bonnes ou mauvaises. Si les lois sont bonnes, les mœurs sont bonnes ; si les lois sont mauvaises, les mœurs sont mauvaises." (Ibidem, p. 82) Diderot dirige à nouveau son image de l'être humain si profondément cultivé et formé en grande partie par la société dans laquelle il se trouve. Les coutumes des Tahitiens n'étaient pas déterminées par quelque chose de gravé dans la nature, mais elles étaient en fait malléables et déterminées par les Tahitiens eux-mêmes. Les Tahitiens étaient, comme les Européens, les produits de leur milieu. Comparer les deux cultures côte à côte supposerait

qu'elles avaient suffisamment de fondements communs, en plus de leur humanité commune, sur lesquelles fonder une telle revendication. La civilisation européenne n'aurait donc pas pu être supérieure à quoi que ce soit. Cela aurait pu être différent et incomparable. Diderot à ce sujet a subverti la "mission civilisatrice" qui reposait sur cette prétendue supériorité et était au centre de la logique de l'empire.

Diderot aborde cette question à travers A et B plus loin dans le chapitre. Quand A interpelle B s'il est effectivement nécessaire de civiliser le "sauvage" tahitien, B répond incisivement en disant :

Si vous vous proposez d'en être le tyran, civilisez-le. Empoisonnez-le de votre mieux d'une morale contraire à la nature... le voulez-vous heureux et libre ? ne vous mêlez pas de ses affaires... (Ibidem, p. 92).

Le mot "civiliser" tel qu'il est utilisé dans cette citation implique essentiellement d'élever les Tahitiens à la culture standard qu'était l'Europe. Cependant, comme les Tahitiens étaient dans l'esprit de Diderot des gens radicalement différents, les "civiliser" était une ligne de conduite qui brouillerait l'équivalence morale de leur culture avec celle de l'Europe et ne donnerait que la tyrannie. Selon Pierre Boule (Boule, 1961), Diderot utilise la société tahitienne comme une critique de la société européenne, en particulier de son hypocrisie morale et de son intolérance religieuse.

Les deux points précédemment démontrés que Diderot fait dans ce dernier chapitre, que la culture forme la moralité et que "civiliser" est donc implicitement moralisateur, sont inextricablement liés dans une phrase courte, mais profonde que A exprime dans les dernières lignes du *Supplément* : "Prendre le froc du pays où l'on va, et garder celui du pays où l'on est." (Ibidem, p. 96). La morale ici est assez claire : elle est un concept relatif et fluide qui varie considérablement selon les contextes. Les Tahitiens étaient eux-mêmes des gens et devraient donc être autorisés à continuer à poursuivre la vision de leur société de la "bonne vie" comme ils l'entendaient. Le colonialisme, comme le suggère Diderot dans ce texte, suppose inévitablement une culture au-dessus d'une autre, indépendamment du fait que les cultures sont spécifiques du contexte et donc incommensurables. Si nous prenons le "froc" comme métaphore de la culture, Diderot promulguait donc une vision du monde culturellement relativiste qui, telle qu'exprimée dans le *Supplément*, plaide spécifiquement contre le colonialisme et ses mécontentements. Ce que recommande Diderot, c'est plutôt – sauf à devenir Tahitien à Tahiti – de rester chez soi et de renoncer à ses extensions territoriales qui n'amèneront rien de bon pour les populations artificiellement "européanisées". Diderot a tenté,

dans le *Supplément*, d'allumer un contre-feu : imposer l'idée que seuls doivent voyager ceux qui acceptent d'adopter les lois des contrées où ils débarquent.

Il y a beaucoup d'historiens et de théoriciens littéraires qui se moquent de la possibilité que Diderot attaque les fondements du colonialisme dans le *Supplément*. Leurs arguments prennent généralement l'une des deux positions suivantes. Tout d'abord, ils affirment que la nouvelle est plus une apologie du libertinage sexuel qu'autre chose. Il s'agit toutefois d'une vision réductrice qui ignore pratiquement la centralité multiforme du sexe dans l'expérience humaine et, par conséquent, son énorme capacité métaphorique. Deuxièmement, nombreux sont ceux qui disent que le *Supplément* est avant tout une critique de la culture européenne faite par l'intermédiaire du porte-parole de l'étranger tahitien. Cette affirmation est certainement vraie en partie. Il est difficile d'imaginer, cependant, comment Diderot a pu choisir des interlocuteurs aussi remarquablement actuels et utiliser une telle diction référentielle sans avoir compris ce qu'ils impliquaient. Dans la littérature, tout est inclus par choix et, en tant que tel, on ne peut rien dire qui existe dans le vide.

Conclusion

Denis Diderot était, même à une époque connue pour ses esprits brillants, un talent radicalement unique. Une façon spécifique dont ce radicalisme s'est manifesté dans sa carrière a été à travers l'attaque qu'il a lancée contre la lucrative compagnie coloniale parrainée par l'État dans son ouvrage intitulé *Supplément au voyage de Bougainville*. En sapant l'image de l'autre colonial, qui avait été largement défini par le trope du Bon Sauvage, et en affirmant la fraternité et l'origine commune de toute l'humanité, Diderot a postulé une vision qui présentait le colonialisme comme extrêmement injuste et nécessairement inhumain. À l'époque qui a suivi la rédaction du *Supplément*, l'entreprise coloniale elle-même et dans le domaine de la littérature anticoloniale qui l'a influencée devait être considérablement élargie.

Le *Supplément*, cependant, semble avoir été largement oublié ou mal interprété en raison de sa genèse, à une époque marquée par un large soutien à l'effort colonial. Les historiens feraient bien d'éviter les hypothèses d'uniformité culturelle dans les études futures de la pensée anticoloniale. En fait, de telles généralisations présomptueuses sont révélatrices d'une approche superficielle de la recherche historique. Le *Supplément*, plus de deux siècles après sa première publication, devrait maintenant être autorisé à prendre sa place dans le panthéon de la littérature anticoloniale.

Références

- BENOT, Y. (1970). *De l'athéisme à l'anticolonialisme*. Maspéro.
- BOULLE, P. (1961). Le Supplément au voyage de Bougainville et la tolérance de Diderot. *L'Esprit Créateur*, 1(3), 210-226.
- DIDEROT, D. (s.d.). (D. Collin, Producteur) Retrieved march 20, 2022, from <http://denis.collin.perso.orange.fr/>; <http://denis.collin.perso.orange.fr/>
- DIDEROT, D. (1995). *Supplément au voyage de Bougainville*. Le Livre de Poche.
- DIDEROT, D. (2019, avril 30). *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Retrieved novembre 11, 2022, from fr.wikisource.org/w/index.php?title=Histoire_philosophique_et_politique_des_%C3%A9tablissements_et_du_commerce_des_Europ%C3%A9ens_dans_les_deux_Indes/Livre_IV/Chapitre_33&oldid=9604473; <https://fr.wikisource.org/>
- DIDEROT, D. (2022, mars 22). Article «Autorité Politique» de l'Encyclopédie. <https://doi.org/http://dx.doi.org/doi:10.1522/cla.did.aut>
- MAZAURIC, S. (1977). Le Supplément au voyage de Bougainville ou la barbarie vertueuse. *Dix-Huitième Siècle*, 9, 75-85.
- RAYNAL, A. (2022, fevereiro 15). *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. wikisource: https://fr.wikisource.org/wiki/Histoire_philosophique_et_politique_des_%C3%A9tablissements_et_du_commerce_des_Europ%C3%A9ens_dans_les_deux_Indes#
- ROUSSEAU, J.-J. (2012). <https://www.rousseauonline.ch/pdf/rousseauonline-0002.pdf>. Retrieved janvier 18, 2023, from www.rousseauonline.ch
- STRUGNELL, A. (2011). Diderot's Anti-colonialism: A Problematic Notion. Dans J. E. Fowler (Ed.), *New Essays on Diderot* (pp. 74-85). Cambridge UP.

Viagem e mudança de aspectos prosódico-entoacionais da fala de mulheres açorianas e brasileiras

Travel and change of prosodic-entoactional aspects in the speech of azorean and brazilian women

BEATRIZ MARTINS RACHADEL* | VICTÓRIA VIVIAN FÔMOLO** |
IZABEL CHRISTINE SEARA*** | LURDES DE CASTRO MOUTINHO****

Resumo: Este estudo examina parâmetros prosódico-entoacionais de frases declarativas neutras e interrogativas totais produzidas por mulheres de comunidades brasileiras, localizadas no interior de Florianópolis (SC-Brasil) e colonizadas por açorianos. Pesquisa também dados de mulheres de freguesias açorianas, localizadas nas ilhas de São Miguel, Pico e Terceira. Nosso objetivo é investigar a eventual viagem da prosódia das mulheres açorianas até as brasileiras. Para isso, buscamos, na comparação entre dados de açorianos e brasileiros, verificar se há comportamentos prosódico-entoacionais semelhantes entre eles. Os resultados mostraram que, considerando que são mais conservadores aqueles que apresentam maior aproximação com os dados produzidos pelos açorianos, as mulheres florianopolitanas foram mais conservadoras do que os homens. Isso quer dizer que se percebe a viagem da prosódia açoriana para Florianópolis a partir dos

* UFSC/PIBIC-CNPq

** UFSC/PIBIC-CNPq

*** UFSC/CNPq

**** CLLC/UA

dados de homens e mulheres, no entanto, para os homens, já se notam maiores mudanças dessa melodia.

Palavras-chave: mulheres; aspectos prosódico-entoacionais; Açores; Florianópolis.

Abstract: This study examines prosodic-intonational parameters of neutral declarative and total interrogative sentences produced by women from Brazilian communities located in the interior of Florianópolis (SC-Brazil) and colonized by Azoreans. It also researches data on women from Azorean communities, located on the islands of São Miguel, Pico and Terceira. Our aim is to investigate the eventual journey of prosody from Azorean women to Brazilian women. For this, we sought, in the comparison between data from Azoreans and Brazilians, to verify if there are similar prosodic-intonational behaviors between them. The results showed that, considering that those who are closer to the data produced by the Azoreans are more conservative, Florianopolitan women were more conservative than men. This means that one perceives the journey of Azorean prosody to Florianópolis from the data of men and women, however, for men, greater changes in this melody are already noted.

Keywords: women; prosodic-intonational aspects; Azores; Florianópolis.

Introdução

Motivado por resultados de pesquisas anteriores (Moutinho; Seara, 2019; Seara; Moutinho, 2022), este estudo analisa parâmetros prosódico-entoacionais de frases declarativas neutras e interrogativas totais produzidas por mulheres do interior de Florianópolis (Santa Catarina-Brasil), localidade colonizada por açorianos. Para compararmos a melodia das comunidades do interior de Florianópolis (Santo Antônio de Lisboa, Ribeirão da Ilha e Lagoa da Conceição) com freguesias açorianas, selecionamos as freguesias de Vila Nova, Madalena do Pico e Fenais da Ajuda, localizadas nas ilhas de São Miguel, Pico e Terceira, respectivamente. Recorrendo à comparação das características prosódicas das comunidades florianopolitanas e açorianas, pretendemos verificar se houve uma eventual viagem da prosódia das mulheres açorianas até as brasileiras a partir da observação de comportamentos prosódico-entoacionais que se assemelhem.

Moutinho e Seara (2019) reportam resultados concernentes às características prosódico-entoacionais de homens açorianos e brasileiros das mesmas localidades. Com suporte nos dados masculinos e nos resultados do presente estudo, buscaremos verificar quem mais se assemelha à prosódia açoriana, se homens ou mulheres florianopolitanos. Essa comparação nos permitirá averiguar se há inovação da melodia nas falas de homens e mulheres florianopolitanos ou se um deles é mais inovador do que o outro. Para esse fim, consideraremos que, quanto mais distante estiver da prosódia açoriana, mais inovadora será a prosódia apresentada pelos florianopolitanos.

Localização da ilha

Florianópolis tem uma parte insular e uma continental. É na parte insular que se situam as inúmeras localidades colonizadas por açorianos. Essa colonização ocorreu entre 1748 e 1756 e adicionou 6.071 açorianos aos 4.197 que já viviam na ilha, em especial nas localidades de Ribeirão da Ilha (ao Sul), Santo Antônio de Lisboa (ao Norte) e Lagoa da Conceição (ao Leste). Desse total de açorianos, segundo Furlan (1989), 4,2% vieram da ilha de São Miguel, 9,9% da Ilha de Graciosa, 11,6% da Ilha Terceira, 15, 4% da Ilha de Faial, 22,7% da Ilha do Pico, e 36% da Ilha de São Jorge. No entanto, foram informantes açorianos da presente pesquisa os moradores das ilhas de São Miguel, Terceira e Pico. Veja, na Figura 1, a localização da parte insular de Florianópolis e das localidades brasileiras e açorianas nas suas respectivas ilhas, selecionadas para investigação.

As novas tecnologias de análise de dados de fala têm-nos permitido criar ou adaptar ferramentas que possibilitam o desenvolvimento de investigações na área da linguística e, no presente caso, no campo da prosódia e entoação. Nesse campo, destacamos o projeto AMPER – Atlas Multimédia Prosodique de l'Espace Roman (AMPER) – criado por Michel Contini, na Universidade de Grenoble Alpes, França e, atualmente, coordenado por Antonio Romano, da Universidade de Turim, Itália, onde cabe a investigação de todas as línguas românicas. A presente pesquisa se enquadra nesse Projeto, tratando, no entanto, no caso que aqui nos ocupa, da língua portuguesa falada no Brasil e em Portugal (AMPER-POR)¹. Esse projeto é coordenado por Lurdes de Castro Moutinho, da Universidade de Aveiro, e investiga, no domínio da geoprosódia das línguas românicas, aspectos relacionados à prosódia e entoação de sentenças declarativas

1 Mais informações sobre este projeto estão disponíveis em http://www.varialing.eu/?page_id=704.

neutras e interrogativas totais do português do Brasil e de Portugal. As pesquisas realizadas no âmbito deste projeto dão conta de diferentes variedades do português brasileiro (PB) (Abraçado, Coimbra; Moutinho, 2007; Ramos; Reis, 2007; Moraes, 2008; Cruz, 2016; Nunes, 2011, 2015; Antunes; Bodolay, 2019; Antunes, 2021, dentre outros) e europeu (PE) (Moutinho 2005; Bautista; Moutinho, 2019; Rebelo, 2019, dentre outros).

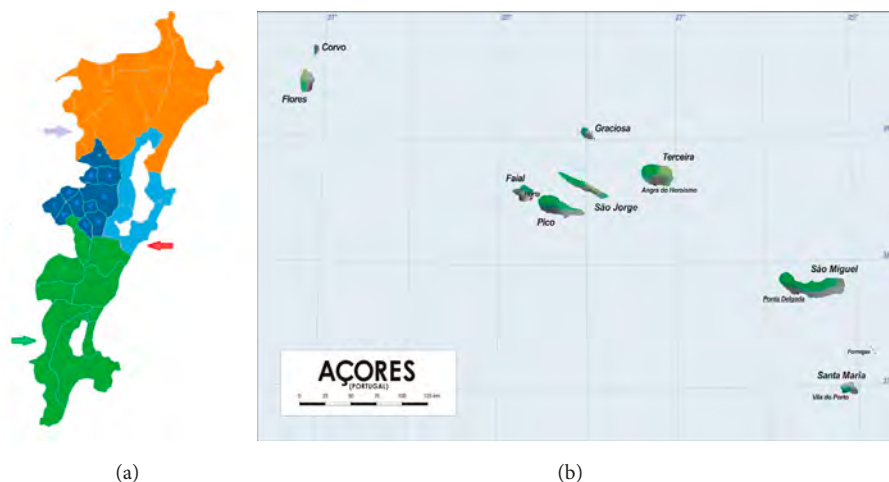


Figura 1. (a) Parte insular de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, com setas apontando para Santo Antônio de Lisboa, localizado ao Norte da ilha (em lilás), Ribeirão da Ilha, localizado ao Sul da ilha (em verde) e Lagoa da Conceição, localizada a Leste da ilha (em vermelho); (b) Arquipélago dos Açores com as ilhas de São Miguel, Terceira e do Pico

Fontes: (a) <https://www.acif.org.br/regionais/regional-lagoa-da-conceicao/>; (b) <https://byacores.com/mapa-dos-acores/>

Nossa análise abarcará os parâmetros referentes à frequência fundamental (F0) como alinhamento e posição do pico de F0 na região nuclear das sentenças investigadas e a tessitura. Também incidirá sobre aspectos temporais como a duração da sílaba tônica na região nuclear.

Considerando que, segundo a literatura (Moutinho, 2001; Clempi; Rodrigues, 2020, dentre outros), as mulheres são mais inovadoras do que os homens, as questões que guiam este estudo são: as florianopolitanas integrariam aspectos prosódico-entoacionais presentes na fala de açorianos ou refletiriam mudança de melodia no seu modo de falar, mostrando-se, desse modo, inovadoras? Esse comportamento seria semelhante aos dos homens

florianopolitanos? Nossa hipótese é a de que as mulheres apresentarão um comportamento diferente em relação aos homens, já que estudos em outras áreas da Linguística (Labov, 1990, Moutinho, 2001; Freitag, 2015; Clemp; Rodrigues, 2020; dentre outros) afirmam que, em fenômenos de mudança linguística, as mulheres são mais inovadoras do que os homens. Essa afirmação nos levará, assim, a diferenças significativas dos parâmetros associados às características melódicas apresentadas pelas produções das mulheres brasileiras em relação às mulheres açorianas. Ou seja, a prosódia das mulheres florianopolitanas estará mais distante da prosódia das mulheres açorianas.

Revisão de literatura

Antes de avançarmos para a apresentação da pesquisa que aqui reportamos, faremos, primeiramente, uma pequena referência a estudos relacionados com esta temática e que se debruçam sobre atitudes inovadoras ou conservadoras de homens e mulheres com relação a fenômenos linguísticos. Além desses, exporemos, de forma sucinta, outras pesquisas desenvolvidas no âmbito da prosódia que também mencionam características peculiares do falar florianopolitano.

Estudos sobre a variação entre homens e mulheres (Labov, 1990) indicam que, em fenômenos sociolinguísticos estáveis, homens usam com maior frequência variantes não padrão do que as mulheres. E, na maior parte dos fenômenos de mudança linguística, são as mulheres que usam com maior frequência mais formas inovadoras do que os homens.

Revisitando esta questão, Labov (2001) formula que as mulheres tendem a se conformar mais às normas sociolinguísticas explicitamente prescritas do que os homens. Assim, em variáveis estáveis, elas apresentam taxas mais altas das variantes de prestígio revelando um comportamento conservador e conformista. Da mesma maneira, em mudanças com consciência social (*changes from above*), as mulheres buscam as formas de prestígio por meio de um comportamento inovador, mas que também está em conformidade às normas explicitamente estabelecidas. No entanto, quando essas mudanças são da ordem interna à variedade em uso e sem consciência social (*changes from below*), as mulheres apresentam com maior frequência as formas inovadoras do que os homens, apresentando comportamento inovador, mas em não-conformidade às normas explícitas.

Dessa forma, percebe-se que as mulheres, em geral, rejeitam formas socialmente estigmatizadas e que o comportamento feminino quanto à inovação parece depender do fenômeno em estudo.

Se nos referirmos, agora, a pesquisas sobre o falar florianopolitano (Pires de Oliveira, Seara, Sosa, 2019; Seara, Sosa, Pires de Oliveira, 2018; Seara, Sosa, 2017), estas têm demonstrado que esse falar apresenta características prosódicas próprias. Uma dessas características diz respeito a um contorno declarativo com *upstep*, menos ou mais pronunciado, que exhibe, no núcleo entoacional (final da sentença), um pico bastante alto seguido por uma grande queda na parte inferior do registro do falante. Veja, na Figura 2, um exemplo do contorno declarativo com *upstep*.

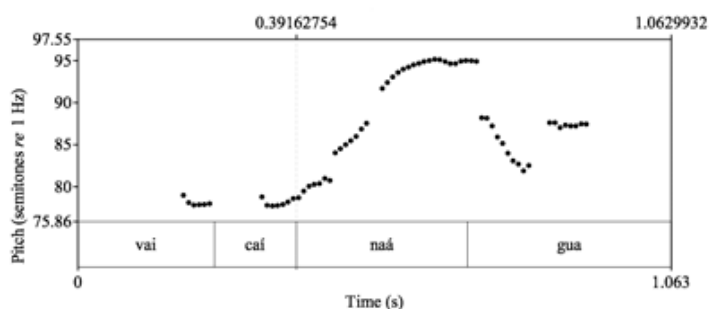


Figura 2. Contorno declarativo com *upstep* presente em produções da variedade florianopolitana.

Fonte: Seara, Sosa e Pires de Oliveira (2018, p. 635).

Segundo Seara, Sosa; Pires de Oliveira (2018), o contorno declarativo com *upstep*, próprio da identidade manezinha², difere do padrão canônico da modalidade declarativa observado para o PB. Desse modo, julgamos necessário investigar se haveria características prosódico-entoacionais na fala florianopolitana que pudessem estar relacionadas ao falar açoriano e que aproximassem estes dois falares.

Estudos sobre a variedade florianopolitana comparada a outras variedades (Nunes, 2011, 2015) têm mostrado diferenças, por exemplo, entre a variedade lageana e florianopolitana (Nunes, 2011) com relação à observação da sílaba em que se encontra o pico de F0 e seu alinhamento. Nesse caso, para as interrogativas, o lageano apresenta alinhamentos à direita e o florianopolitano um alinhamento medial. Nunes (2015), dando continuidade à sua pesquisa, observou distinção

2 O termo *manezinho* é frequentemente empregado como adjetivo afetuoso por aqueles que conhecem e admiram a variedade dialetal florianopolitana por suas particularidades e não como um termo pejorativo. Essa variedade é típica, principalmente, de regiões não-urbanas de Florianópolis, a capital do Estado de Santa Catarina.

entre as variedades dialetais sergipana e florianopolitana no que concerne a média de F0, a variação de altura de F0 no movimento de subida e a tessitura.

Também Moutinho; Seara (2019), pesquisando sobre a prosódia em produções de homens de comunidades não-urbanas de Florianópolis, ao fazerem o cruzamento das produções de Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha com os das freguesias de Fenais da Ajuda (ilha de São Miguel) e Vila Nova (ilha Terceira), observaram que havia semelhanças quanto à variação de F0 entre declarativas neutras e interrogativas totais; que os valores de F0 das interrogativas eram mais elevados do que das declarativas e, quanto à duração das vogais, foi verificada uma correlação de forte a moderada entre os dados das duas freguesias açorianas e Ribeirão da Ilha.

As autoras, continuando suas pesquisas sobre as comunidades não-urbanas de Florianópolis, analisando então as produções de homens da Lagoa da Conceição (Seara; Moutinho, 2022), compararam esses dados e os de Madalena do Pico (ilha de Pico) com dados das comunidades já estudadas por Moutinho; Seara (2019) e observaram diferenças significativas entre os dados da Lagoa da Conceição e de Madalena do Pico com respeito aos demais.

Com relação ao alinhamento do pico de F0 no núcleo entoacional, verificaram que os dados referentes à Madalena do Pico se distanciam tanto dos dados das demais freguesias dos Açores, quanto das comunidades forianopolitanas. Já os dados da Lagoa da Conceição se assemelham aos dados das freguesias açorianas, principalmente nas declarativas constituídas por vocábulos paroxítonos e proparoxítonos, exibindo alinhamento à esquerda na pré-tônica e alinhamento à esquerda na tônica, respectivamente. Quanto à tessitura, foram observadas diferenças significativas entre todos os cruzamentos, à exceção do cruzamento entre Vila Nova (Terceira) x Ribeirão ($p=0,4524$) e Fenais da Ajuda (São Miguel) x Santo Antônio de Lisboa ($p=0,4873$). Pode-se perceber também que os valores de tessitura das sentenças produzidas em Madalena do Pico são significativamente menores do que os apresentados nas produções das demais localidades, assim como os valores de tessitura exibidos pelas sentenças produzidas nos dados da Lagoa da Conceição são significativamente maiores do que os apresentados nos dados das demais localidades brasileiras e portuguesas.

Conclui-se assim que os dados produzidos por homens tanto de Madalena de Pico quanto da Lagoa da Conceição revelam valores de tessitura que se afastam um do outro e das demais localidades, posicionando-se, entre os valores médios obtidos, nos extremos mais baixo e mais alto, respectivamente (Seara; Moutinho, 2022).

Passemos agora à descrição da metodologia utilizada no presente estudo.

Procedimentos metodológicos

Os dados aqui analisados foram coletados nas comunidades brasileiras de Santo Antônio de Lisboa, Ribeirão da Ilha e Lagoa da Conceição e nas comunidades açorianas de Fenais da Ajuda (ilha de São Miguel), Vila Nova (ilha Terceira) e Madalena do Pico (ilha do Pico). Foram gravadas sentenças declarativas neutras e interrogativas totais. Essas sentenças têm seus núcleos e pré-núcleos entoacionais compostos por imagens que induzem o falante à produção de palavras proparoxítonas, paroxítonas e oxítonas. São guardadas as três melhores repetições de tais sentenças³ que podem conter de 10 a 14 sílabas. Observe na Figura 3 exemplos das sentenças constituídas com imagens.



Figura 3. Exemplos de sentenças constituídas por imagens que compõem o *corpus* do Projeto AMPER-POR. Em (a), imagens para o PB e, em (b), imagens para os Açores.

Fonte: as autoras.

Como estudos (Nunes, 2011, 2015) reportam que não há variação em função do número de vogais, mas sim em função da posição da sílaba no núcleo entoacional, optamos por selecionar, para este estudo, apenas sentenças constituídas de 10 vogais, com estrutura simples, do tipo SVO. No Quadro 1, são apresentadas as sentenças analisadas para os dados do PB e do PE e, à esquerda do quadro, os respectivos códigos AMPER.

3 Como melhor repetição subentendem-se sentenças que não contenham hesitações ou ênfases e que as vogais apagadas estejam na mesma posição nas três repetições de cada sentença.

<i>Decl.</i>	<i>Inter.</i>	<i>Brasil</i>	<i>Açores</i>
kwka/	kwki	O bisavô gosta do bisavô./?	O capataz gosta do capataz./?
kwpa	kwpi	O bisavô gosta do pássaro./?	O capataz gosta da música./?
kwta	kwti	O bisavô gosta do Renato./?	O capataz gosta do fadista./?
pwka	pwki	O pássaro gosta do bisavô./?	A música fala do capataz./?
pwpa	pwpi	O pássaro gosta do pássaro./?	A música fala da música./?
pwta	pwti	O pássaro gosta do Renato./?	A música fala do fadista./?
twka	twki	O Renato gosta do bisavô./?	O fadista gosta do capataz./?
twpa	twpi	O Renato gosta do pássaro./?	O fadista gosta da música./?
twta	twti	O Renato gosta do Renato./?	O fadista gosta do fadista./?

Quadro 1: Sentenças do *corpus* AMPER-POR constituídas de 10 vogais e seus respectivos códigos.

Fonte: Brasil (http://www.varialing.eu/?page_id=272) Açores (http://www.varialing.eu/?page_id=1972)

As sentenças gravadas foram segmentadas individualmente com o auxílio do *software* PRAAT (Boersma; Weenink, 2019) e todas as vogais produzidas foram etiquetadas com *v* e aquelas que não foram produzidas, etiquetadas com *f*. Foi segmentado um total de 216 sentenças constituídas de 10 vogais e etiquetadas 2.160 vogais considerando-se os dados das variedades brasileira e portuguesa. Veja um exemplo de etiquetagem na Figura 4.

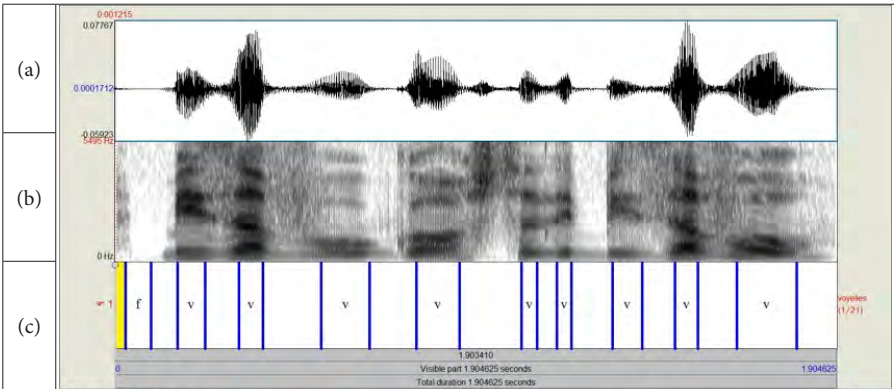


Figura 4. Exemplo de etiquetagem da sentença *O bisavô gosta do bisavô*, produzida pelo informante da comunidade brasileira de Santo Antônio de Lisboa. Na janela em (a), tem-se a forma de onda; na janela em (b), o espectrograma e, na janela em (c), a etiquetagem das vogais.

Fonte: as autoras.

Depois de etiquetadas, um *script* é rodado via PRAAT e os valores numéricos dos parâmetros duração (ms), F0 (Hz) e intensidade (dB) são coletados e dispostos em formato de tabela automaticamente, e são guardados em arquivos nomeados com o código da localidade e da sentença. Veja, na Figura 5, para o arquivo que corresponde aos dados apurados para a sentença *O bisavô gosta do bisavô*.

Note-se que a vogal **1** tem valores atribuídos automaticamente pelo *script*, indicando que a vogal não foi produzida.

BD61kwka0 - "O bisavô gosta do bisavô"					
	duration [ms]	energy [dB]	fo1	fo2	fo3 [Hz]
1	0	0	50	50	50
2	56	55	199	219	224
3	48	63	232	225	213
4	72	52	146	163	182
5	96	55	166	146	145
6	36	53	200	188	184
7	26	53	178	180	173
8	39	49	165	163	158
9	58	63	202	214	227
10	86	60	269	242	194

Figura 5. Tabela gerada automaticamente pelo PRAAT com parâmetros que correspondem à sentença *O bisavô gosta do bisavô*, produzida pelo informante da comunidade brasileira de Santo Antônio de Lisboa.

Fonte: as autoras.

Na sequência, os dados são rodados em uma outra interface que gera gráficos que possibilitam a comparação de sentenças declarativas e interrogativas, conforme os exibidos na Figura 6.

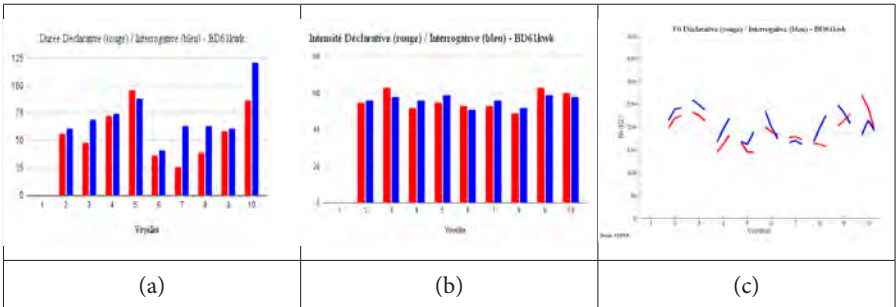


Figura 6. Gráficos comparando o comportamento de declarativas neutras (em vermelho) e interrogativas totais (em azul) quanto aos parâmetros: (a) duração (ms), (b) intensidade (dB) e (c) F0 (Hz).

Fonte: as autoras.

Observe, na Figura 7, que os valores de F0 são coletados em três pontos dentro da região etiquetada. Veja também em verde a localização do pico de F0 na sílaba tônica da palavra *bisavô* e seu alinhamento à esquerda nessa sílaba.

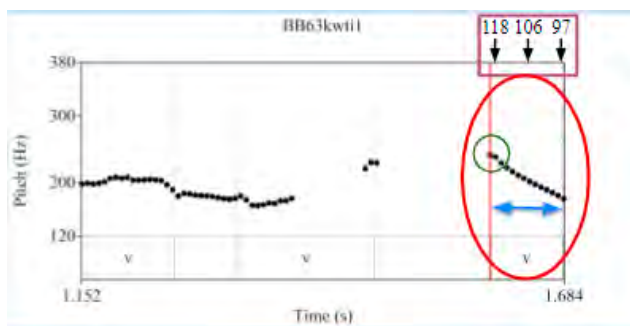


Figura 7. Exemplo de alinhamento e localização do pico de F0 da sentença *O bisavô gosta do Renato*.

Fonte: as autoras.

A tessitura, um dos aspectos observados, é definida como “a escala melódica do falante, i.e. os limites em que se situam os seus valores mais altos e mais baixos de F0, quando fala normalmente” (Mateus *et al.*, 1990: 193). Na Figura 8, são indicados os valores mais alto e mais baixo da sentença interrogativa *O bisavô gosta do Renato*.

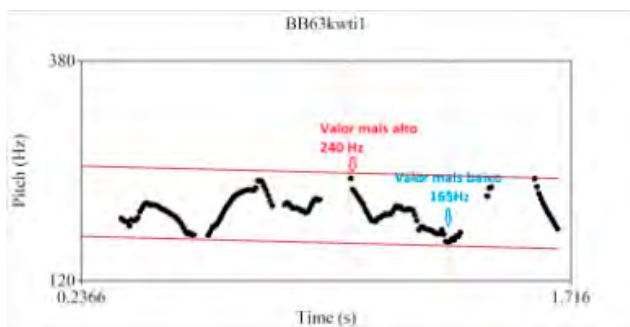


Figura 8. Exemplo dos valores de tessitura da sentença *O bisavô gosta do Renato*.

Fonte: as autoras.

Os testes estatísticos

Para a análise estatística dos dados, a partir do *software* R, rodamos o teste de Shapiro para verificar a normalidade dos dados. Valores de $p < 0,05$ indicam que os dados não são normais e o teste de diferenças empregado será o teste de Wilcoxon, recomendado para testes não-paramétricos. Caso os dados sejam normais (resultados do teste de Shapiro com $p > 0,05$), o teste de diferenças empregado será o teste t de Student, recomendado como teste para dados com distribuição normal. Serão consideradas diferenças significativas quando o valor de $p < 0,05$.⁴

Resultado das análises

Iniciaremos nossa análise com a observação da localização e alinhamento de pico de F0 na região nuclear de sentenças declarativas neutras e interrogativas totais. Na Tabela 1, temos os resultados concernentes às mulheres e na Tabela 2, os dados referentes aos homens. Nessa primeira análise, o que pretendemos verificar é se há semelhanças entre os dados de florianopolitanos e açorianos, observando-se homens e mulheres separadamente.

4 Valor de p é o nível de significância da hipótese nula (não há diferença entre os grupos) em um teste estatístico. Assim, um valor de p inferior a 0,05 indica fortes evidências contra a hipótese nula.

Localidades	Sílabas em que se encontra o pico de F0		Alinhamento do pico de F0 na sílaba	
Oxítonas				
Modalidade	Decl.	Inter.	Decl.	Inter.
Pico	pré-tônica2	pré-tônica1	à esquerda	à esquerda
Terceira	pré-tônica1	pré-tônica1	à esquerda	à esquerda
São Miguel	pré-tônica2	pré-tônica1	à esquerda	à esquerda
Sto Antônio	tônica	pré-tônica2	medial	medial
Ribeirão	pré-tônica1	pré-tôn2/tônica	à esquerda	medial
Lagoa	tônica	tônica	à esquerda	à esquerda
Paroxítonas				
Pico	pré-tôn/tônica	pré-tônica	à esq/medial	à esquerda
Terceira	pré-tônica	pré-tônica	à esquerda	à esquerda
São Miguel	pré-tôn/tônica	pré-tônica	à esq /medial	à esquerda
Sto Antônio	pré-tôn/tônica	pré-tônica	à esq /med/à dir	medial/à direita
Ribeirão	pré-tôn/tônica	pós-tônica	à esq /medial	à esquerda
Lagoa	tônica	pré-tônica	medial	medial
Proparoxítonas				
Pico	pós-tônica2	tônica	à esquerda	à direita
Terceira	tônica	pós-tônica2	à esquerda	à esquerda
São Miguel	pós-tônica2	pós-tônica2	à esquerda	à direita
Sto Antônio	pós-tônica1	pós-tônica2	à esquerda	à esq /medial
Ribeirão	pós-tônica1	pós-tônica1	à esq /medial	à esquerda
Lagoa	tônica	tônica	à direita	à esquerda

Tabela 1. Localização do pico de F0 e seu alinhamento na região nuclear nas modalidades declarativas neutras e interrogativas totais, produzidas por **mulheres** de localidades brasileiras (de Florianópolis) e açorianas, considerando-se as palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Em vermelho, salientamos quando há semelhanças entre o comportamento dos dados brasileiros e açorianos.

Fonte: as autoras.

Localidades	Sílabas em que se encontra o pico de F0	Alinhamento do pico de F0 na sílaba		
Oxítonas				
Modalidade	Decl.	Inter.	Decl.	Inter.
Terceira	pré-tônica2	tônica	à esquerda	medial
São Miguel	pré-tônica1	pré-tônica1	à esquerda	medial/ à esq
Sto Antônio	pré-tônica2	tônica	medial	medial
Ribeirão	pré-tônica2	tônica	à esq/ medial	medial
Paroxítonas				
Terceira	pré-tônica	tônica	à esquerda	medial
São Miguel	pré-tônica	tônica	à esquerda	medial
Sto Antônio	pré-tôn/tônica	tônica	à esq/medial	à direita
Ribeirão	pré-tônica	tônica	à esq/medial	à direita
Proparoxítonas				
Terceira	tônica	tônica	à esquerda	medial
São Miguel	tônica	tônica	à esquerda	medial
Sto Antônio	tônica	tônica	à esquerda	medial/à direita
Ribeirão	tônica	tônica/pós-tôn1	à esq/medial	à dir/à esq

Tabela 2. Localização do pico de F0 e seu alinhamento na região nuclear nas modalidades declarativas neutras e interrogativas totais, produzidas por **homens** de localidades brasileiras (de Florianópolis) e açorianas, considerando-se as palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Em vermelho, salientamos quando há semelhanças entre o comportamento dos dados brasileiros e açorianos.

Fonte: Seara; Moutinho (2022, p. 136)

Vemos então que, entre as comunidades açorianas e florianopolitanas, as semelhanças são encontradas com maior frequência em declarativas e, em especial, naquelas com núcleo entoacional paroxítono. Remarcamos que este é um resultado relevante, se pensarmos que 62% das palavras da língua portuguesa têm acentuação paroxítona (Viaro; Guimarães-Filho, 2007).

Em uma segunda análise das Tabelas 1 e 2, o que se quer observar, com relação aos parâmetros alinhamento e posição do pico de F0, são as semelhanças entre homens e mulheres de mesmas localidades. Percebe-se então que há semelhanças entre os dados de homens e mulheres e elas ocorrem mais em sentenças declarativas com núcleo entoacional paroxítono e também proparoxítono. Novamente, temos um resultado relevante visto, como acima referido, o grande percentual de paroxítonas que constitui a língua portuguesa.

Quanto à tessitura, iniciamos nossa investigação comparando os dados de declarativas e interrogativas. Os testes estatísticos empregados nos permitem dizer que não há distâncias estatisticamente significativas de tessitura entre

declarativas e interrogativas. Se compararmos as declarativas e interrogativas das comunidades florianopolitanas entre si e das freguesias açorianas entre si, também assim acontece. Observem-se esses resultados inscritos na Tabela 3.

Tessitura	Shapiro	Teste de Wilcoxon
	valor de p	valor de p
Decl x Inter (todos)	0,000	0,813
Decl x Inter (Açores)	0,000	0,950
Decl x Inter (Fpolis)	0,000	0,309

Tabela 3. Resultados dos testes estatísticos empregados para a observação de diferenças/semelhanças entre sentenças declarativas neutras e interrogativas totais, produzidas por mulheres, concernentes à tessitura.

Fonte: as autoras.

Partimos então para a análise da tessitura das sentenças declarativas, fazendo o cruzamento das diversas localidades pesquisadas, e verificamos que os testes estatísticos evidenciaram, para as mulheres, foco do presente estudo, distâncias significativas entre os dados na maior parte dos cruzamentos. No entanto foram verificados comportamentos semelhantes entre os dados de Pico e Terceira, entre Pico e as comunidades de Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha e também entre Terceira e as comunidades de Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha. A Tabela 4 exibe tais resultados estatísticos.

Tessitura Declarativas	Shapiro	Teste de Wilcoxon	Teste t
	valor de p	valor de p	valor de p
Lagoa x Ribeirão	0,021	0,000	
Lagoa x Sto Antônio	0,051	0,002	
Ribeirão x Sto Antônio	0,061		0,025
Pico x Terceira	0,552		0,079
Pico x S. Miguel	0,025	0,000	
S. Miguel x Terceira	0,000	0,000	
Lagoa x S. Miguel	0,007	0,000	
Lagoa x Pico	0,080		0,000
Lagoa x Terceira	0,776		0,029
Pico x Ribeirão	0,038	0,438	
Pico x Sto Antônio	0,034	0,224	
S. Miguel x Ribeirão	0,216		0,000
S. Miguel x Sto Antônio	0,043	0,000	
Terceira x Ribeirão	0,006	0,129	
Terceira x Sto Antônio	0,328		0,667

Tabela 4. Resultados dos testes estatísticos empregados para a observação da tessitura em sentenças declarativas neutras, produzidas por mulheres das comunidades pesquisadas.

Fonte: as autoras.

Já, em Seara; Moutinho (2022), verificou-se também que, para os homens, não houve distâncias significativas entre os dados das comunidades de Terceira (Vila Nova) e Ribeirão da Ilha e entre São Miguel (Fenais da Ajuda) e Santo Antônio de Lisboa.

Observando agora os resultados referentes à tessitura de sentenças interrogativas produzidas pelas mulheres das localidades em estudo, os testes estatísticos mostraram que não houve distâncias significativas entre os dados de Pico e as comunidades florianopolitanas de Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa; o mesmo acontecendo para a Terceira em relação à comunidade de

Ribeirão da Ilha. Também não houve distância significativa entre os dados de Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa. Confira os resultados em negrito na Tabela 5.

Tessitura Interrogativas	Shapiro	Teste de Wilcoxon	Teste t
	valor de p	valor de p	valor de p
Lagoa x Ribeirão	0,002	0,000	
Lagoa x Sto Antônio	0,000	0,026	
Ribeirão x Sto Antônio	0,142		0,200
Pico x Terceira	0,037	0,041	
Pico x S. Miguel	0,001	0,000	
S. Miguel x Terceira	0,000	0,000	
Lagoa x S. Miguel	0,000	0,000	
Lagoa x Pico	0,003	0,000	
Lagoa x Terceira	0,033	0,000	
Pico x Ribeirão	0,000	0,406	
Pico x Sto Antônio	0,044	0,104	
S. Miguel x Ribeirão	0,001	0,000	
S. Miguel x Sto Antônio	0,000	0,000	
Terceira x Ribeirão	0,049	0,120	
Terceira x Sto Antônio	0,001	0,003	

Tabela 5. Resultados dos testes estatísticos empregados para a observação de diferenças/semelhanças de tessitura para sentenças interrogativas totais, produzidas por mulheres das comunidades pesquisadas no presente estudo.

Fonte: as autoras.

Passamos agora à observação dos dados referentes à duração da sílaba tônica na região nuclear das sentenças em estudo. Veja na Figura 9 os gráficos que permitem a observação das sílabas tônicas nos núcleos entoacionais formados por vocábulos oxítonos, paroxítonos e proparoxítonos.

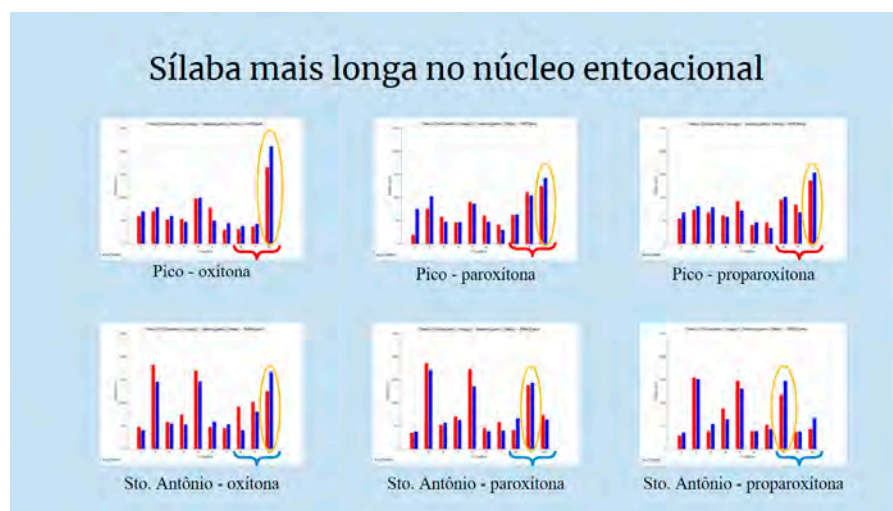


Figura 9. Gráficos de barra que exemplificam o comportamento da duração média das vogais produzidas por mulheres nas sentenças declarativas neutras e interrogativas totais de duas comunidades estudadas (Pico e Santo Antônio de Lisboa). No círculo amarelo, estão as sílabas mais longas do núcleo entoacional.

Fonte: as autoras.

Primeiramente, verificamos pela observação dos gráficos de duração média que, para os açorianos, a sílaba recorrentemente mais longa do núcleo entonacional é a última sílaba das sentenças, sejam as sentenças declarativas (94%) ou interrogativas (71%). No entanto, para os florianopolitanos, a sílaba mais longa do núcleo entonacional é frequentemente a sílaba tônica, seja a sentença declarativa (96%) ou interrogativa (96%).

Apesar de verificarmos que a sílaba tônica não é sempre a mais longa do núcleo para as produções açorianas, resolvemos investigar, primeiramente se a sílaba tônica das comunidades portuguesas e brasileiras tinham duração semelhantes. Em seguida, verificamos também se a duração das sílabas mais longas do núcleo entoacional das produções açorianas eram semelhantes às durações das sílabas tônicas das produções brasileiras, já que, para as brasileiras, a sílaba tônica era recorrentemente a mais longa. Para isso, foram rodados testes estatísticos e os resultados dos testes aparecem nas Tabelas 6 e 7.

Duração da sílaba tônica no núcleo entoacional em sentenças declarativas			
Localidades	Shapiro	Teste de Wilcoxon	Teste t
	valor de p	valor de p	valor de p
Pico x Lagoa	0,113		0,286
Pico x Ribeirão	0,014	0,004	
Pico x Sto Antônio	0,188		0,773
S. Miguel x Lagoa	0,058		0,000
S. Miguel x Ribeirão	0,115		0,000
S. Miguel x Sto Antônio	0,177		0,000
Terceira x Lagoa	0,000	0,000	
Terceira x Ribeirão	0,000	0,000	
Terceira x Sto Antônio	0,007	0,033	
Duração da sílaba tônica no núcleo entoacional em sentenças interrogativas			
Localidades	Shapiro	Teste de Wilcoxon	Teste t
	valor de p	valor de p	valor de p
Pico x Lagoa	0,134		0,444
Pico x Ribeirão	0,009		0,015
Pico x Sto Antônio	0,065		0,241
S. Miguel x Lagoa	0,015	0,000	
S. Miguel x Ribeirão	0,001		0,000
S. Miguel x Sto Antônio	0,124		0,000
Terceira x Lagoa	0,002	0,006	
Terceira x Ribeirão	0,004	0,000	
Terceira x Sto Antônio	0,166		0,000

Tabela 6. Resultados dos testes estatísticos empregados para a observação de diferenças/semelhanças de duração da **vogal tônica do núcleo entonacional** para sentenças declarativas e interrogativas, produzidas por mulheres das comunidades pesquisadas no presente estudo.

Fonte: as autoras.

Duração da sílaba mais longa no núcleo entoacional em sentenças declarativas			
Localidades	Shapiro	Teste de Wilcoxon	Teste t
	valor de p	valor de p	valor de p
Pico x Lagoa	0,003	0,000	
Pico x Ribeirão	0,001	0,000	
Pico x Sto Antônio	0,006	0,000	
S. Miguel x Lagoa	0,003	0,000	
S. Miguel x Ribeirão	0,000	0,000	
S. Miguel x Sto Antônio	0,072		0,000
Terceira x Lagoa	0,000	0,000	
Terceira x Ribeirão	0,000	0,000	
Terceira x Sto Antônio	0,007	0,000	
Duração da sílaba mais longa no núcleo entoacional em sentenças interrogativas			
Localidades	Shapiro	Teste de Wilcoxon	Teste t
	valor de p	valor de p	valor de p
Pico x Lagoa	0,000	0,000	
Pico x Ribeirão	0,009	0,000	
Pico x Sto Antônio	0,000	0,000	
S. Miguel x Lagoa	0,025	0,000	
S. Miguel x Ribeirão	0,212		0,000
S. Miguel x Sto Antônio	0,007	0,000	
Terceira x Lagoa	0,003	0,000	
Terceira x Ribeirão	0,003	0,000	
Terceira x Sto Antônio	0,182		0,000

Tabela 7. Resultados dos testes estatísticos empregados para a observação de diferenças/semelhanças de duração da **vogal mais longa do núcleo entonacional** para sentenças declarativas e interrogativas, produzidas por mulheres das comunidades pesquisadas no presente estudo.

Para a observação entre sílabas tônicas, apenas não foram observadas distâncias estatísticas entre os dados de Pico e as comunidades da Lagoa e Santo Antônio tanto no núcleo entoacional de declarativas quanto de interrogativas. Já quando se compara a sílaba mais longa das produções brasileiras (a tônica) e a das açorianas (a última da sentença), todos os cruzamentos indicam distância estatística entre as durações. Isso indica que os valores de duração das sílabas mais longas das comunidades açorianas são estatisticamente menores do que as sílabas mais longas produzidas por florianopolitanas. E mesmo em se comparando as tônicas, também se percebem que os valores de duração das sílabas tônicas das produções açorianas são estatisticamente menores do que as produzidas pelas brasileiras.

Depois dessa análise, reunimos todos os resultados, fazendo um levantamento das diferenças/semelhanças e as tabulamos. Observe a Tabela 8.

Cruzamentos	Tessitura decl.	Tessitura inter.	Dur. tônicas	Dur.síl.mais longa
Pico X Sto Antônio				
Pico x Ribeirão				
Pico x Lagoa				
S. Miguel x Sto Antônio				
S. Miguel x Ribeirão				
S. Miguel x Lagoa				
Terceira x Sto. Antônio				
Terceira x Ribeirão				
Terceira x Lagoa				

Tabela 8. Levantamento das similitudes (em verde) entre os dados produzidos por mulheres, considerando-se a tessitura e a duração da tônica.

Fonte: as autoras

Podemos observar pela Tabela 8 que, à exceção dos dados de São Miguel, os demais apresentam alguma similitude entre as comunidades açorianas e florianopolitanas, quer de tessitura, quer de duração. Ainda na busca de indícios de aproximação entre açorianos e florianopolitanos, os dados foram agrupados em função de suas relações de similitude, considerando-se o parâmetro F0.

Desse modo, a partir da aplicação automática de um algoritmo de agrupamento hierarquizado (Moutinho; Coimbra; Bernardes, 2015) para a comparação da proximidade entre os locutores das comunidades em estudo, foram calculadas as distâncias prosódicas relativas a F0, a fim de validar as diferenças e/ou semelhanças observadas nas análises anteriormente efetivadas. Os agrupamentos concernentes às produções das mulheres encontram-se na Figura 10 e os concernentes aos homens, na Figura 11.

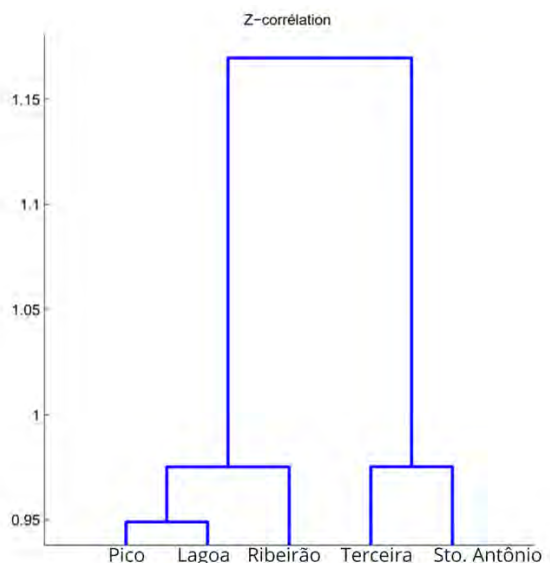


Figura 10. Agrupamentos hierarquizados evidenciando as similitudes referentes às produções femininas.

Fonte: as autoras.

Pela Figura 10, constatamos que São Miguel não aparece nos agrupamentos das produções femininas a partir das similitudes em relação a F0. Esse comportamento pode ser reforçado pelos resultados referentes à tessitura e à duração da vogal tônica que mostraram distâncias estatísticas em todos os agrupamentos com São Miguel. Verificamos também que as mulheres formam agrupamentos que incluem uma comunidade açoriana e uma florianopolitana, enquanto que, se observamos a Figura 11, os homens fazem primeiramente agrupamentos das comunidades florianopolitanas para, em seguida, se agruparem com as comunidades açorianas que também fazem um primeiro agrupamento entre elas.

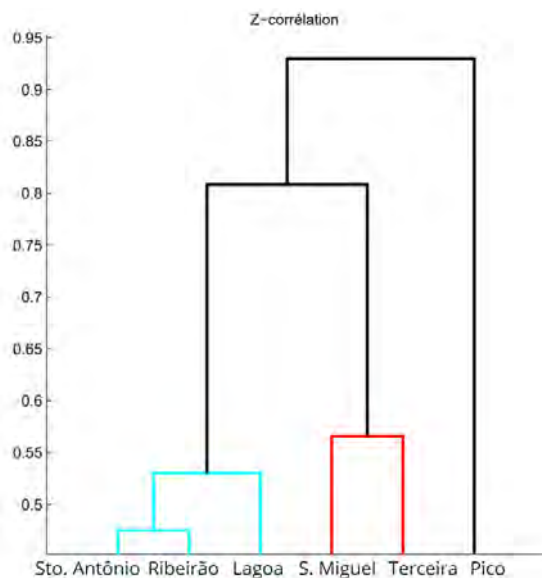


Figura 11. Agrupamentos hierarquizados evidenciando as similitudes referentes às produções masculinas.

Fonte: as autoras.

Percebe-se claramente, pelos agrupamentos apresentados na Figura 11, um maior distanciamento para os dados masculinos entre Lagoa e as outras comunidades brasileiras, por um lado, e entre os dados de Pico e as demais comunidades, por outro. Esse distanciamento já vem sendo observado em estudos sobre as produções masculinas dessas mesmas comunidades, reportados em Seara; Moutinho (2022). Para as mulheres, no entanto, observa-se um primeiro agrupamento justamente das duas comunidades que nos aparecem afastadas para os homens, ou seja, para os locutores de Lagoa e Pico.

Outra observação relevante é que a ilha em que vemos menor aproximação nos dados femininos com as comunidades florianopolitanas, é a ilha de São Miguel. De notar, que também foi a de menor presença no processo histórico: 4,2% contra os 11,6% da Ilha Terceira e os 22,7% da Ilha do Pico.

Considerações finais

Pressupondo que seriam mais inovadores aqueles que mais se afastassem dos falares de seus colonizadores, nos dados aqui pesquisados, podemos dizer que as mulheres parecem mais conservadoras do que os homens, justamente pela aproximação observada nos agrupamentos hierarquizados entre as mulheres florianopolitanas e açorianas.

No entanto, ainda podemos dizer que há uma certa aproximação nos dados masculinos entre Açores e Florianópolis. Efetivamente, imagina-se que essa semelhança seja um fator identitário para os falantes da ilha de Santa Catarina, dadas as características prosódicas típicas dessa variante, já reportadas em Seara; Sosa (2017).

Referências

- ABRAÇADO, J., Coimbra, R. L. & Moutinho, L. C. (2007). Relação entre acento e entoação numa variedade do PB: análise de caso de um falante do Rio de Janeiro. In: *I Jornadas Científicas AMPER-POR-Actas*. Universidade de Aveiro.
- ANTUNES, L. B. (2021). Estudo prosódico comparativo de declarativas e interrogativas totais do português brasileiro e do português europeu. *CALIGRAMA: Revista de Estudos Românicos*, 26, 217-239.
- ANTUNES, L. B. & Bodolay, A. N. (2019). Variação prosódica mineira no âmbito do Projeto AMPER-POR. *Revista Intercâmbio*, 39, 162-179.
- BAUTISTA, A. G.; Moutinho, L. C. (2019). Aspectos da Geoprosódia no Planalto Mirandês. *Revista Intercâmbio*, XXXIX, 30-42.
- BOERSMA, P. & Weenink, D. (2019). *Praat: doing phonetics by computer*. Amsterdã: Instituto de Ciências Fonéticas de Amsterdã. Disponível em: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- CLEMPI, C. B. & Rodrigues, A. (2020). O papel do gênero social nos estudos sociolinguísticos: desafios metodológicos na análise do futuro variável. *Estudos Linguísticos*, 49(1), 452-470.
- CRUZ, R. C. F. (2016). A relação entre acento lexical e entoação na caracterização prosódica do português brasileiro falado no Norte do Brasil. *Dialectologia*, 1, 75-93.
- FREITAG, R. M. (2015). (Re)discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: R. M. Freitag & C. G. Severo (orgs.). *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira* (pp. 17-74). Edgard Blücher Ltda.
- FURLAN, O. A. (1989). *Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina*. UFSC.

- LABOV, W. (1990). The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language variation and change*, 2(2). 205-254.
- LABOV, W. (2001). *Principles of linguistic change: social factors*. Blackwell Publishers.
- MATEUS, M. H. M., Andrade, A., Viana, M. C. & Villalva, A. (1990). *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Universidade Aberta.
- MORAES, J. A. (2008). Pitch Accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis. In: *Proceedings of the Fourth Conference on Speech Prosody, 2008* (pp. 389- 397). Unicamp.
- MOUTINHO, L. C. (2001). *Falar do Porto com todos os bês. Um estudo sociolinguístico*, Ed. Campo das Letras.
- MOUTINHO, L. & Seara, I. C. (2019). A presença dos Açores em duas comunidades de Florianópolis (SC): aspetos prosódico-entoacionais. *Géolinguistique*, 19, 1-19.
- MOUTINHO L. C., Coimbra R. L. & Bernardes, M. C. R. (2015). Sul de Portugal continental e Açores: Distância geográfica também distância prosódica?. In L. C. Moutinho, R. L. Coimbra & E. Fernández Rei (coord.). *Estudos em variação geoprosódica* (pp. 111-119). UA Editora.
- MOUTINHO, L. et al. (2005). Variação entoacional em três áreas dialectais de Portugal Continental. In: J. Lai. (ed.). Project AMPER – Atlas Multimédia Prosodique de l'Espace Roman. *Géolinguistique*, hors série, 3, 19-37.
- NUNES, V. G. (2011). *Análises entonacionais de sentenças declarativas e interrogativas totais nos falares florianopolitano e lageano* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- NUNES, V. G. (2015). *A prosódia de sentenças interrogativas totais nos falares catarinenses e sergipanos* [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina, Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PLLG0605-T.pdf>
- PIRES de Oliveira, R. P., Seara, I. C. & Sosa, J. M. (2019). Contorno entonacional declarativo com upstep no falar manezinho e seu significado: uma abordagem crítica. In: L. C. Moutinho, R. L. Coimbra, E. F. Rei, X. Sousa & A. G. Bautista (Orgs.). *Estudos em variação linguística nas línguas românicas* (pp. 338-355). UA Editora.
- RAMOS, J. & Reis, C. (2007). *Prosódia da variedade do Português Brasileiro: o Estado de Minas Gerais*. In: *I Jornadas Científicas AMPER-POR-Actas*. Universidade de Aveiro.
- REBELO, H. (2019). A Prosódia Madeirense e Porto-Santense: comparação de curvas melódicas de frases interrogativas. *Revista Intercâmbio*, XXXIX, 119-143.
- SEARA, I. C. & Moutinho, L. C. (2022). Da ilha do Pico (nos Açores, Portugal) à ilha do Desterro (atual Florianópolis no Brasil): aspectos prosódico-entonacionais. *Working Papers em Linguística*, 23, 113-143.
- SEARA, I. C., Sosa, J. M. & Pires de Oliveira, R. P. (2018). A vitalidade identitária de contornos entonacionais característicos do falar manezinho. *Gragoatá* (UFF), 23, 632-653.

- SEARA, I. C. & Sosa, J. M. (2017). A identidade dialetal do “manezinho” com foco em características entonacionais. *Letras de Hoje*, 52, 51-57.
- VIARO, M. E. & Guimarães-Filho, Z. O. (2007). Análise quantitativa da frequência dos fonemas e estruturas silábicas portuguesas. *Estudos Linguísticos*, 36(1), 27-36.

Rádio pela Internet: Comunidade e pertença de ouvintes migrantes

Internet radio:
Community and belonging of migrant listeners

CLAUDIENE DOS SANTOS COSTA | MARIA ÉRICA DE OLIVEIRA LIMA

Resumo: Investigamos como a transmissão pela Internet do programa de rádio “Sábado de todas as maneiras” atua no senso de pertencimento à Sobral, Ceará (Brasil). Na cultura da convergência dos media (Jenkins, 2015), a rádio sofre influências da entrada deste meio na Internet (Lopez, 2010), e o deslocamento geográfico percorrido por ouvintes em suas migrações não impede a vivência de aspectos de suas identidades ligadas ao local de origem, que ficou distante na contemporaneidade da globalização. Realizamos etnografia virtual (Hine, 2017) com ouvintes que encontram na rádio um comum mediático aglutinador (Sousa, 2010) na ligação com o território.

Palavras-chave: cultura; identidade; Internet; rádio; Sobral.

Abstract: We investigated how the Internet transmission of the radio program “Saturday in every way” acts on the sense of belonging to Sobral, Ceará (Brazil).

* Universidade Federal do Ceará

In the media convergence culture (Jenkins, 2015), radio is influenced by the entry of this medium into the Internet (Lopez, 2010), and the geographical displacement traveled by listeners in their migrations does not prevent the experience of aspects of their identities linked to the place of origin, which has become distant in the contemporary world of globalization. We observe interactions of listeners who find in radio a common unifying media (Sousa, 2010) in connection with this territory.

Keywords: culture; identity; Internet; radio; Sobral.

Introdução

Analizamos a escuta pela Internet do programa de rádio “Sábado de todas as maneiras”, veiculado a partir da cidade de Sobral, Ceará (Brasil) pela Tupinambá FM 100,1. Há 26 anos ele é apresentado pelo humorista sobralense Tupinambá Marques. Seu conteúdo é baseado nos lugares, hábitos e moradores daquela cidade, o que gera identificação com o público que compartilha daquele repertório. Por ser transmitido também via Internet, tornou-se independente o fato de se estar na cidade para tornar-se ouvinte, propiciando seu acompanhamento por quem mora em outras cidades, estados e até países. Consideramos que o veículo atua na manutenção de um senso de pertencimento daquele público à Sobral, pois o humor requer compartilhamento de repertório com os utilizadores para se fazer inteligível e gerar o riso (Bergson, 2020). Nesta pesquisa em curso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (Brasil), em nível de doutoramento, fazemos etnografia virtual (Hine, 2017) de interações de ouvintes na página do radialista no Facebook. Buscamos observar aspectos das identidades culturais (Hall, 2020) de pessoas nascidas naquela região, mas que hoje moram em outros locais e têm nos conteúdos em múltiplas plataformas (Jenkins, 2015) a possibilidade de viver a pertencimento à Sobral com a escuta da rádio¹ pela Internet.

1 Apesar da pesquisa se passar no Brasil, onde se utiliza “o rádio” no gênero masculino com frequência, seguiremos neste texto o padrão de Portugal quanto a utilizar “a rádio”, no gênero feminino.

Migrações e identidades na globalização

Entre os conceitos trabalhados nesta pesquisa estão as migrações, vendo tal fenómeno, principalmente, sobre o ângulo das identidades coletivas multiculturais. Como alguns ouvintes do “Sábado de todas as maneiras” saíram do país, consideramos que a transnacionalidade põe em xeque a relação entre territórios e as orientações de pertencimento a unidades socioculturais, políticas e económicas das pessoas.

O Brasil pode figurar como contexto de chegada e, por outro lado, como contexto de partida de migrantes. As narrativas e histórias de vida de migrantes passaram a ocupar o espaço antes dado ao discurso da media, das elites e parlamentares, ou apenas a visão dos grupos majoritários sobre os migrantes. Localizamos aí nosso interesse, na narrativa de migrantes que tiveram a cidade de Sobral, ou pelo menos o estado do Ceará, como ponto de partida, e suas manifestações na página do Facebook do radialista Tupinambá Marques.

Sobre identidade de migrantes, a visão atual de identidade fragmentada pode ser reinterpretada de modo a captar a transitoriedade da situação dos migrantes, que afeta suas formulações sobre si mesmos, “uma noção de identidade sob a metáfora do “portal”, aquilo que emoldura um espaço de passagem de um local a outro, e adotam uma nova categoria analítica, que chamam de “pertencimento” (*belonging*)” (Freitas, 2008). Assim se contempla uma noção de identidade produzida por um processo contínuo que combina “ser” e “tornar-se”. Permite focar como os indivíduos e grupos almejam novos tipos de ligação a pessoas, a lugares ou a maneiras de ser. Neste sentido, observamos a escuta pela Internet do “Sábado de todas as maneiras” como um exercício dos ouvintes de ativamente utilizar a Internet para expressar aspectos de suas identidades no que se relaciona às histórias mostradas naquele programa da rádio.

A territorialidade é um dos diversos componentes das identidades. Para existir, as identidades dependem de uma negação, porque são também marcadas pela diferença e ganham sentido a partir da linguagem e da representação simbólica. À medida que os sistemas de significação se multiplicam, os indivíduos se deparam com uma possibilidade imensa de identidades, que vão sendo assumidas de acordo com o momento vivido, com a morada atual e o contexto em que estão inseridos.

O deslocamento ou fragmentação das identidades modernas é atribuído, sobretudo, ao caráter de mudança constante, rápida e permanente da globalização nas sociedades contemporâneas. Diferente dos modos de vida dos tipos tradicionais de ordem social, as sociedades modernas são permeadas por

descontinuidades, divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” para os indivíduos. Porém, embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e “resolvida”, herança das primeiras fases da vida.

Há ainda o conceito de identidade cultural, que surgiu como objeto de pesquisa nos Estudos Culturais (Escosteguy, 2010, p. 145) devido à desestabilização gerada pela modernidade e a discussão do panorama de crise moderno; e os processos de globalização que se intensificaram a partir desta última década do século XX. “As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento” (Hall, 1996, p. 70). São aspectos de nossas identidades que surgem de nossa “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, principalmente, nacionais.

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (Hall, 2020, p. 38).

Junto à maior velocidade e espectro de possibilidades de vida no mundo contemporâneo globalizado, Stuart Hall destaca como características positivas novas articulações, com a desarticulação de identidades estáveis do passado. Novas identidades e novos sujeitos são recompostos em torno de pontos nodais particulares de articulação. Num deslocamento, junções, cruzamentos, bifurcações e convergências são momentos de passagem de uma estrutura para outra. No caso de migrantes em relação a outros contextos culturais, mantém-se em uma cultura nacional conceitos preponderantes da “comunidade imaginada” (Anderson, 2006), como memórias do passado, desejo por viver em conjunto e perpetuação de heranças (Hall, 2020, p. 58).

Na cultura da convergência dos meios de comunicação (Jenkins, 2015), inclui-se nas possibilidades de contato as interações online, revelando a potência sociocultural das experiências ancoradas nos espaços de lugar, do testemunho de acontecimentos, trocas para reforço comunitário, gestão dos fluidos tempo e espaço, assim como novas formas artísticas, vão crescer nos próximos anos. “Trata-se de práticas que enfatizam o espaço de lugar, que servem como reforço comunitário, onde imagens, vídeos e sistemas de localização tornam-se formas de comunicação, de contacto com o outro, de conversação (Lemos, 2009, p. 13).

É próprio da globalização o surgimento de localismos diante da dificuldade em se lidar com os níveis ascendentes de complexidade cultural. “As dúvidas e

ansiedades são algumas das razões para a instalação do que chamou de “localismos”, ou o desejo de permanecer numa localidade delimitada e de “voltar ao lar” (Paiva, 2003, p. 29). A autora brasileira Raquel Paiva supõe que talvez o indivíduo, ao defrontar-se dentro da globalização com ordens tão variadas, acione uma estrutura que lhe permita reconhecer-se e não ser pulverizado, recorrendo cada vez mais e com maior vigor a facetas características do ambiente comunitário. Daí a importância das narrativas no interior de uma comunidade, cujas interpretações podem definir a organicidade do corpo social, a maneira como o grupo de indivíduos se relaciona com o mundo.

Neste sentido, vemos a importância das histórias contadas no programa “Sábados de todas as maneiras”, em lugares reais e baseadas no cotidiano de Sobral, na sustentação de uma imagem da cidade, de um espaço de pertencimento, uma noção de comunidade. A noção de comunidade vem sempre associada a termos como “território”, “solidariedade”, “igualdade”, “identidade”, “tradição” (Paiva, 2003), e tem como imagem, grosso modo, um grupo de pessoas vinculadas umas às outras por tradição e laços de solidariedade (Maia & Castro, 2006, p. 183).

Vivendo em comunidade, a sobrevivência de um grupo estaria garantida, ou seja, assim se possibilitaria condições de vida a todos diante de duras circunstâncias, naturais ou não, e as memórias seriam passadas para outras gerações, utilizando-se da linguagem. Assim, as relações comunitárias constituem formas de enraizamento dos indivíduos, contacto com outros grupos, considerando-se a coletividade e também o território ocupado pela dita comunidade, que no caso do objeto de pesquisa consideramos a cidade de Sobral (CE).

Quanto à identidade que desenvolvemos em relação a um território, a “identificação territorial”, esta foi tradicionalmente vinculada à cidade e à nação. Porém, atualmente, cede lugar a identificações de outras naturezas, nas quais os meios de comunicação têm importância decisiva. Contemporaneamente, a identidade é bem menos estável, fixa, enraizada. “De fato, é vista como algo a ser vivida livremente, constituída pelos indivíduos na multiplicidade de realidades culturais pelas quais trafegam. Nessas circunstâncias, os laços de fraternidade, de solidariedade se esvaziam ou se pluralizam ao extremo” (Maia & Castro, 2006, p. 184).

Ao focar em uma parcela de ouvintes que residem fora de Sobral, da versão do “Sábado de todas as maneiras” transmitida pela Internet, consideramos também a interculturalidade como uma convivência democrática entre diferentes culturas, buscando a integração entre elas sem anular sua diversidade, ao contrário, incentivando o potencial criativo e vital resultante das relações entre diferentes agentes e seus contextos. Este conceito de se aproxima do referenciado por Néstor García Canclini como hibridação, termo escolhido para “designar

as misturas interculturais propriamente modernas, entre outras, aquelas geradas pelas integrações dos Estados nacionais, os populismos políticos e as indústrias culturais” (García Canclini, 2006, p. 30). A identidade também foi vista a partir da diáspora (Hall, 2003b) e da mestiçagem (Martín-Barbero, 2013); além das identidades de resistência (Castells, 2018), criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeia, as instituições da sociedade, ou mesmo opostos (Castells, 2018, p. 24).

Sobretudo, ressaltamos que os sujeitos não possuem uma identidade fixa, essencial e permanente, nem mesmo possuem uma única identidade. São identidades que se formam e se transformam ao passo que o sujeito é inserido em novos sistemas culturais (Hall, 2020). O contacto com novos sistemas culturais vem sendo expandido com a efervescência tecnológica, cada vez mais presente na contemporaneidade, levando as pessoas a inovar nas formas de se relacionar, aprender e transmitir informações, e compreender que as identidades não são fixas, e que a construção identitária é um processo de criação de discursos.

Recobramos aqui que as identidades culturais têm como característica a mutabilidade. E mesmo em comunidades mais remotas do globo, os efeitos da globalização, podem colocar em risco a manutenção dos modos e costumes regionais, dada a enorme facilidade de acesso a outras culturas. Porém, Hall argumenta que, junto com o impacto do global, foi percebido também um novo interesse pelo local. Isso porque a globalização, na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de nichos de mercado, também explora a diferenciação. Assim, ao invés de pensar no global como substituindo o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o ‘global’ e o ‘local’ (Hall, 2020).

Com um alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições-de-identidade, além de um aumento de polarização entre elas, esses processos constituem outras consequências possíveis da globalização, apontadas por Hall: a possibilidade do fortalecimento de identidades locais ou a produção de novas identidades. Se a origem territorial de alguém é algo fixo, num campo de características mutantes, lembramos que “lugar” é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado; o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas.

Os processos de globalização diminuem a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentavam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas. Os referentes de identidade, pontua García Canclini (2001, p.

124), formam-se, agora, mais do que nas artes, na literatura e no folclore, na relação com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios eletrônicos de comunicação e com a globalização da vida urbana. Entre processos mediáticos e práticas de redes contemporâneas de relacionamento, a dimensão tradicional de pertencimento a comunidades vê-se hoje ampliada.

Senso de comunidade em ambiente de Internet

Quanto ao público que habita a Internet, por mais que tecnicamente desterritorializante, global e sem fronteiras, ele tem, neste novo espaço de sociabilidade, outras “formas de segmentar ainda mais sua identidade, ligando-se a grupos e estilos de vida cada vez mais específicos” (Sousa, 2010, p. 49). E há ainda os que não necessitam de uma comunidade para lhes garantir boas condições de sobrevivência. Isso seria uma responsabilidade e uma conquista de cunho individual.

Chegamos aí a uma tensão: enquanto a identidade é vivida como construção individual, a comunidade é uma forma de sociabilidade coletiva, onde o caráter político aparece inevitavelmente. Ainda mais, se a comunidade permanece como ideal – de um passado ou de um futuro – ou elemento discursivo, ela permite “vislumbrar algumas das marcas que constituem a fronteira flutuante entre público e privado, hoje, especialmente em relação aos processos de elaboração da identidade” (Maia & Castro, 2006, p. 184). O viver em comunidade, alerta o sociólogo Zygmunt Bauman, traz consigo ideais de proteção, segurança e identidade, sendo esta última a *substituta da comunidade*, do lar supostamente natural. Sobre identidade e comunidade, “Nenhuma das duas está à disposição em nosso mundo rapidamente privatizado e individualizado, que se globaliza velozmente, e por isso cada uma delas pode ser livremente imaginada, sem medo do teste da prática” (Bauman, 2003, p. 20). A vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade de sua construção, quando solitária, levam os construtores da identidade a procurar cabides onde possam “pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos” (Bauman, 2003, p. 21).

Na cultura da convergência dos media (Jenkins, 2015), a construção narrativa da rádio segue fundamentada em uma base sonora mas é complementada pelo conteúdo multimedia de transmissão multiplataforma, inserido no contexto da tecnologia das informações, e sofre influências principalmente da rádio digital e da entrada deste meio na Internet (Lopez, 2010). Assim, o deslocamento

geográfico percorrido pelos ouvintes em suas migrações não impede a vivência de aspectos de suas identidades ligadas ao local de origem, que ficou distante na contemporaneidade da globalização.

Programas radiofônicos produzidos para comunidades de diáspora inserem-se numa estrutura de mediapaisagem, enquanto um conjunto de “comunidades imaginadas desterritorializadas”. O objetivo do programa para o público é, de certa forma, “reterritorializar” a comunidade emigrante na cultura do país que deixou. Para isso, aproveita a proximidade emocional e afetiva característica da rádio, com o meio sonoro favorecendo o pensamento nostálgico sobre a nação que se perdeu no momento da emigração. Se por um lado os media podem difundir conteúdos globais através de dispositivos tecnológicos para comunidades fisicamente distantes, numa perspectiva mais negativa podem criar comunidades sem sentido de lugar. O que está em jogo é a capacidade da rádio reproduzir a localidade da cultura do país de origem, assegurando também a “relocalidade” do país onde se encontram (Alves, 2017, pp. 330–331).

No mercado global de estilos, lugares e imagens, facilitado pelas viagens internacionais, imagens da media e sistemas de comunicação globalmente interligados, as identidades se tornam desalojadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicos. A difusão do consumismo contribuiu para um efeito de “supermercado cultural”, onde diferentes identidades se mostram como escolhas e apelam a diferentes partes de nós. Inclusive as diferenças e as distinções culturais definidoras de identidade são reduzidas a uma espécie de moeda global, num fenômeno conhecido como “homogeneização cultural”, o “grito angustiado” daqueles que estão convencidos de que a globalização ameaça solapar as identidades e a “unidade” das culturas nacionais (Hall, 2020).

Outro caminho, além da homogeneização, é a assimilação ou ainda a tradução, com o sentido de “transferir”; “transportar entre fronteiras”. Identidades traduzidas seriam o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais, onde as pessoas aprendem a habitar mais de uma identidade, a falar linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas, como as culturas híbridas. São as formações de identidade compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Elas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas não acalentam a ilusão de um retorno ao passado. São obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades.

Observamos também no “Sábado de todas as maneiras” características do programa da rádio que se referem, mais do que à memória do radialista Tupinambá Marques sobre Sobral, à memória de uma coletividade. Associamos

ao termo memória as ideias de registro, no sentido de gravação em um suporte; repositório (armazenamento); lembrança, como testemunho ou prova; passado (conservação), acesso recorrente, no caso de recuperação; comemoração (evocação de fatos; testemunhos), estando essas acepções associadas ao conceito de informação. Os sistemas de informação, seja os analógicos ou digitais, esforçaram-se em imitar as funções da memória e, como tal, as funções de registro, repositório, acesso, recuperação, conservação ou preservação constituem-se como “funções indissociáveis da produção, da organização e do uso da informação e estabelecem pilares essenciais de qualquer sistema de informação” (Passarelli et al., 2014, p. 91). Outrossim, a memória pode ser compreendida como mais do que uma prática de recuperar no tempo fatos, informações e circunstâncias, mas o modo como, no presente, enquadramos os fatos que nos antecederam.

Mais do que para compreender o passado, a memória é acionada para tensionar e buscar entender o presente e projetar o futuro. Inclusive utilizando memória produzida pela mídia, Bianchi (2010) destaca o importante papel dos meios de comunicação na constituição da memória coletiva. A autora investiga configurações midiáticas, no caso do rádio, que transpõem para o presente aspectos de uma memória radiofônica construída com o passar dos anos, e as caracteriza como “buscar refletir sobre o que foi vivido, mas não uma vivência guardada no passado, e sim a experiência que ainda hoje está presente, pois configura a trajetória do indivíduo com as mídias” (Bianchi, 2010, p. 15). A rádio pode se colocar como um ambiente de inscrição ou mesmo reinscrição dos fatos que ele testemunha e registra, seja nos agenciamentos de temas e perspectivas para os ouvintes, seja na busca de uma revisão história dos próprios acontecimentos em si, à luz da atualidade, potencializando-os e recondicionando-os.

Muitas imagens podem estar carregadas de simbolismos e significados para, por exemplo, nordestinos, os nascidos na região Nordeste do Brasil, e para outros brasileiros sequer ter o mesmo valor informativo. Isso porque as informações, ou códigos, são decodificados de forma diferente pelo público (Hall, 2003a). A perspectiva de uma recepção linear, numa mensagem enviada por um emissor para um receptor, no início das pesquisas em comunicação de massa, discorda do entendimento contemporâneo de mensagens carregadas de elementos significativos e fluxos variáveis de produção e consumo, ainda mais nas plataformas digitais de usuários com múltiplos papéis.

Daí a conexão na boa recepção das referências a Sobral, ao humor do estado do Ceará, pois os lugares e tipos da cidade são reconhecidos pelo público que frequentou aquela cidade. A codificação pode ser naturalizada num escopo de códigos amplamente distribuídos em uma cultura, aprendidos desde cedo que

chegam a parecer não terem sido construídos. “A operação de códigos naturalizados revela não a transparência e a ‘naturalidade’ da linguagem, mas a profundidade, o caráter habitual e a quase universalidade dos códigos em uso” (Hall & Sovik, 2003).

Nesta articulação pertencimento-comunidade, ampliam-se as reflexões para comunidade imaginada, comunidade virtual, comunidade de apropriação, comunidade interpretativa, comunidades hermenêuticas, além das redes contemporâneas de relacionamento mediadas por novas tecnologias. Os fluxos informacionais e físicos deixam mais frágeis referências coletivas e utopias, levando à busca de novas formas de enraizamento e desenraizamento, e oscilação de compromissos, normas e valores. “Assim, a dimensão simbólica compartilhada em práticas que geram identificação, se é um traço constitutivo da comunidade, hoje não se vincula necessariamente a territórios físicos delimitados” (Sousa, 2010, p. 38). Não pressupõe lugares nem o contacto face a face, mas resguarda-se na materialidade visível de interesses sendo compartilhados e que envolvem participação, assegurando-se como linguagem de pertencimento (Paiva, 2003, p. 68).

Ainda sobre a unidade reconhecida na diversidade, o modelo radiofónico baseado na comunidade é fundamental para “contrariar os efeitos de uma globalização que tende a tornar tudo indiferenciado e homogêneo”, acentua Madalena Oliveira (2014). No contexto radiofónico, em que impera a base sonora, a rádio, em geral, e os projetos comunitários, em particular, cumprem um papel especialmente relevante na defesa da identidade linguística. “Assente na palavra – que é o seu elemento plástico dominante –, ela oferece uma possibilidade para insistir na diferenciação linguística, que é uma questão não apenas de código gramatical, mas também de sons, de ritmos, de materialização de afetos (Oliveira, 2014, p. 54).

As potencialidades da rádio para o reforço de laços históricos e simbólicos se amparam na comunicação “entendida como contacto, relação e interação, partilha não apenas de ideias, mas também de emoção, sensações e afeição. Ora, compreendendo todas estas ações, o espírito da rádio é essencialmente o de construir comunidade” (Oliveira, 2014, p. 51). Esse efeito agregador, de reunir pessoas para ouvi-lo, promove uma relação intimista, o que contrasta com os contextos de escuta hoje muito mais marcados por práticas de individuação. Ainda assim, sintonizar uma rádio é uma forma de integrar comunidade de ouvintes que partilham interesses, gostos, preferências musicais e sensibilidades humorísticas”.

Senso de pertencimento em rádio: de Sobral ao mundo

Utilizamos nesta pesquisa a metodologia da Etnografia Virtual (Hine, 2017) na escuta do programa “Sábado de todas maneiras” em sua versão pelo Facebook, a partir da página pessoal de seu apresentador, o humorista Tupinambá Marques, concomitante à sua transmissão pela rádio analógica na estação Tupinambá FM 100,1 em Sobral, Ceará (Brasil).

Ressaltamos que, no ambiente digital, valores, sentidos, conhecimentos, narrativas e representações são ressignificados pela interação dos atores em rede, o que exige uma postura de imersão e a observação participante do pesquisador, sem dispensar a necessidade de distanciamento do olhar na interpretação da situação detetada. Essas perspectivas vem sendo garantidas pela incorporação da etnografia virtual (Hine, 2017). “A partir da ótica etnográfica, as pesquisas buscam identificar, interpretar e compreender o modo como os atores em rede constroem e desenvolvem novos hábitos, usos, sentidos e narrativas e a maneira como se apropriam das novas tecnologias da informação e da comunicação” (Passarelli et al., 2014, pp. 98–99).

O objetivo é a análise crítica e a interpretação das culturas produzidas pelos agentes na Internet, onde se reconfiguram identidades, sociabilidades e novas formas de reterritorialização da vida em interatividade. As possibilidades de experienciar o “real” se ampliam, em “relações virtuais, assim estabelecidas pelos atores na e pela rede, dadas sua fluidez, sua multiplicidade e sua impermanência”. Podem ser utilizados como modos de captura de informações a coleta dos dados disponíveis no próprio ambiente on-line frequentado pela comunidade em foco, como dados de arquivo, sem influência do pesquisador, até dados extraídos, de entrevistas, e de campo, a partir da observação direta do pesquisador sobre a interação dos participantes e de sua própria participação.

As mensagens listadas no quadro abaixo foram colhidas durante a transmissão do programa pela Internet, originariamente nas tardes de sábado, desde o início do curso de Doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Ceará em 2019. A pequena amostra neste artigo compõe quadros maiores na pesquisa ainda em andamento, e separamos apenas os de ouvintes moradores fora da cidade de Sobral. Foram acrescentados os respectivos locais de moradia dos ouvintes que deixaram as mensagens, conforme relatado em suas páginas pessoais no Facebook.

Amigo, os sobralenses que moram em outra cidade tem que acompanhar pelo rádio o que acontece em nossa urbe! (Fortaleza/Ceará)
Olá, meu amigo Tupinambá. Tô aqui no Rio de Janeiro na sua escuta. Um abraço a todos os sobralenses. Sou seu fã. (Rio de Janeiro)
Parabéns, Babá, e toda sua equipe. Sobral, a zona norte, o Brasil e seus internautas no mundo afora, que são seus fiéis seguidores. (São Paulo)
“Tarde boa!!!! Saudades do meu Sobral – Ceará!!!!” (Rio de Janeiro)
“Hoje a saudade da minha cidade bateu forte” (Santa Catarina)
“Foi um enorme prazer ter feito uma visita a sua pessoa, pois além de fã e acompanhar pelo Facebook o seu programa, a partir de agora, já que não o conhecia pessoalmente, adquiri um carinho e apreço à sua pessoa. Grande abraço, meu amigo” (Paraná)
“Babá, um forte abraço. Estamos juntos até em Coimbra, PT” (Portugal)
“Alô, amigo, tô aqui em Lisboa, Portugal! Aqui em Portugal é 19h24. Abraço” (Portugal)
Oi, Babá. Manda um abraço para os meus sogros que estão aqui em casa por favor? Estamos na França. Em Montepelier. Um abraço. Saudades. Meu sogro vai te adicionar no Facebook. Gostou muito do programa. (França)
Sou de Groaíras. Moro na Itália há quatro anos. (Itália)
Olá, Babá. Estamos em Buenos Aires assistindo seu programa. São 13 sobralenses que invadiram Buenos Aires. (Argentina)

Fonte: autoria própria.

Percebemos nos relatos dos ouvintes, escolhidos entre o corpo de amigos do radialista no Facebook, manifestações de afeto ao apresentador e à região da cidade-tema do programa, com saudosismo de ouvintes que afirmam morar atualmente em locais como a capital do estado do Ceará, Fortaleza (distante 230 km de Sobral), e outros estados do Brasil a mais de 3 mil quilômetros (São Paulo e Rio de Janeiro), até a região ao extremo oposto do Ceará, como Santa Catarina, no sul do país. Há também relatos do estrangeiro, alguns em país também lusófono, e outros como a ouvinte na Itália, que conta ter nascido em pequena cidade vizinha a Sobral, com atualmente população de 11 mil pessoas. Uma sobralense que conta morar atualmente na França relata que estava a receber os sogros em casa. Cita a expressão “Saudades”, de uso bastante comum no Brasil, para designar lembrança afetuosa de algo ou alguém ausente.

A característica de afetividade e proximidade para com o ouvinte por parte da rádio consegue reproduzir numa instância mediática a localidade – versus a globalidade – procurada pelas comunidades ausentes do seu país de nascimento, assegurando também a “relocalidade” do país onde se encontram (Oliveira & Prata, 2015). Sintonizar uma rádio é uma forma de “integrar uma comunidade de ouvintes que partilham interesses, gostos, preferências musicais e até, em muitos casos, sensibilidades humorísticas” (Oliveira, 2014, p. 51). As potencialidades da rádio para o reforço de laços históricos e simbólicos se amparam na comunicação “entendida como contacto, relação e interação, partilha não apenas de ideias, mas também de emoção, sensações e afeição”, prevalecendo o espírito essencial da rádio de construir comunidade.

Conclusões

Consideramos que a transmissão do “Sábado de todas as maneiras” pela Internet possibilita que os ouvintes distantes fisicamente da cidade-tema do programa tenham experiências de comunidade, ainda que em ambiente de Internet cada ouvinte viva longe um do outro, o que outrora era condição indispensável de uma comunidade.

Mais um aspecto relacionado à escuta do referido programa radiofónico pela Internet é que, num cenário de globalizações ou mundializações de culturas diferentes, a valorização de identidades locais ou regionais é um reforço de fronteiras, uma necessidade de valorizar marcos de referência mais próximos de si, numa significação ampliada e atualizada do conceito de pertencimento. Nesse sentido, o local de origem é favorecido nesta agregação de valor do que é de certa forma imutável, no leque disponível de características mutáveis que compõem as identidades dos migrantes.

O ato de ouvir a rádio pode configurar um ritual de produzir vínculos sociais, o que liga os indivíduos entre si e entre eles, como se dá entre ouvintes do “Sábado de todas as maneiras”. Este público compartilha a memória mostrada no programa sobre a cidade em que alguns viveram uma época da vida e representa uma parcela de sua identidade, ligada à territorialidade. O pertencimento a este grupo, nem que seja por instantes, durante a transmissão da rádio, conforma uma aglomeração social com forte componente emotivo, onde os ouvintes produzem subjetividade e vivem a imagem de uma sociedade numa comunidade emocional. O alívio da solidão, em relação a estar longe do lar original, vem no processo de afirmação do indivíduo no grupo, e do grupo no todo social.

Referências

- ALVES, A. T. P. da C. (2017). *Os sons da lusofonia: contextos multiculturais do serviço público de rádio em Portugal e no Brasil*. Universidade do Minho. [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/50817/1/Ana Teresa Pintassilgo da Costa Alves.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/50817/1/Ana%20Teresa%20Pintassilgo%20da%20Costa%20Alves.pdf)
- ANDERSON, B. (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso books.
- BAUMAN, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Jorge Zahar.
- BERGSON, H. (2020). *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Edipro.
- BIANCHI, G. S. (2010). Memória radiofônica – a trajetória da escuta passada e presente de ouvintes idosos. In L. A. Ferraretto & L. Klöckner (Eds.), *E o rádio? - Novos horizontes midiáticos* (pp. 11-27). Edipucrs.
- CASTELLS, M. (2018). *O poder da identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura* (Vol. 2). Editora Paz e Terra.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. (2010). *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Autêntica.
- FREITAS, L. G. de. (2008). *Discurso e Identidade em Narrativas de Migrantes*. Universidade de Brasília.
- GARCÍA Canclini, N. (2001). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. UFRJ.
- GARCÍA Canclini, N. (2006). *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. EDUSP. <https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127148010.pdf>
- GUSHIKEN, Y. (2004). *Noites-Máquinas: comunicação e subjetividade em festas rave*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GUSHIKEN, Y. (2020). Circuitos Culturais e Comunicacionais no Brasil: Reinventando os meios e as mediações. *La Comunicación Pública En Iberoamérica: I Conferencias de Las Cumbres Iberoamericanas de Comunicadores* (pp. 395-408). [http://www.dspace.uce.edu.ec:8080/bitstream/25000/21913/1/La comunicaci3n p3blica en Iberoam3rica.pdf#page=395](http://www.dspace.uce.edu.ec:8080/bitstream/25000/21913/1/La%20comunicaci%C3%B3n%20p%C3%BAblica%20en%20Iberoam%C3%A9rica.pdf#page=395)
- HALL, S. (1996). Identidade Cultural e Diáspora. *Revista Do Patrim3nio Hist3rico e Art3stico Nacional*, 24, 68-75.
- HALL, S. (2003a). Codifica33o/decodifica33o. *Da Di3spora: Identidades e Media33es Culturais*, 1, 364–381.
- HALL, S. (2003b). Identidade cultural e di3spora. *Da Di3spora*, 392-403.
- HALL, S. (2020). *A identidade cultural na p3s-modernidade* (12th ed.). Lamparina Editora.
- HALL, S., & Sovik, L. (2003). *Da di3spora: identidades e media33es culturais*. UFMG.
- HINE, C. (2017). Ethnographies of online communities and social media: Modes, varieties, affordances. In *The SAGE handbook of online research methods* (Vol. 2, pp. 401–415). Sage Publications London.

- JENKINS, H. (2015). *Cultura da convergência*. Aleph.
- LEMOS, A. (2009). Nova esfera conversacional. In D. A. Künsch, D. A. Da Silveira & et al S.A. (Eds.), *Esfera Pública, redes e jornalismo* (pp. 9-30). Ed. E-Papers.
- LOPEZ, D. C. (2010). *Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. LabCom. http://labcom.ubi.pt/ficheiros/20110415-debora_lopez_radiojornalismo.pdf
- MAIA, R., & Castro, M. C. P. S. (Eds.) (2006). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Editora Ufmg.
- MARTÍN-BARBERO, J. (2013). Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. In *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia* (5th ed.). UFRJ.
- OLIVEIRA, M. (2014). Colônias de som: O papel da rádio na expressão sonora das lusofonias. *Atas Do IV Congresso Internacional Em Estudos Culturais*, 50–55. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40729/1/MO_2014_atas_congresso_estudos_culturais.pdf
- OLIVEIRA, M., & Prata, N. (2015). Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários. In *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários*. CECS Universidade do Minho. http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/39717/1/MO_NP_radioptbrasil.pdf
- PAIVA, R. (2003). *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo* (2a. edição). Mauad.
- PASSARELLI, B., Silva, A. M. da & Ramos, F. (2014). *E- infocomunicação: estratégias e aplicações*. Editora Senac.
- SOUSA, M. W. De. (2010). O pertencimento ao comum mediático: a identidade em tempos de transição. *Significação*, 34, 31-52. <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/download/68112/70670/89544>

A multiplicidade gráfica no CORGA: métodos para o seu recoñecemento automático

Graphical multiplicity in CORGA:
methods for its automatic recognition

EVA MARÍA DOMÍNGUEZ NOYA* | MARÍA SOL LÓPEZ MARTÍNEZ*

Resumo: A variación ortográfica e morfolóxica dificulta de xeito notable a aplicación de ferramentas de lematización e anotación morfosintáctica automáticas. Neste contexto, afróntase a multiplicidade gráfica no CORGA e descríbense as estratexias que se aplican para acadar o recoñecemento automático, recorrendo, por unha banda, á base de datos léxica e, pola outra, explorando unha nova vía de actuación para a lematización automática a través de regras lingüísticas. O maior logro radica no establecemento dun lema canónico (*hiperlema*) baixo o que se acubillan os lemas variantes, para os que se poden obter os datos nos tres niveis: hiperlema, lema e forma concreta.

Palabras-chave: Corpus; variación; etiquetaxe automática; recuperación de información; galego.

* Instituto da Lingua Galega | Centro Ramón Piñeiro para a investigación en humanidades
Universidade de Santiago de Compostela

Abstract: Orthographic and morphological variation hinders the use of tools for automatic lemmatisation and morphosyntactic annotation. In this paper, we first analyse the graphical multiplicity existing in CORGA and then discuss the strategies applied to automatic recognition. This is done by either resorting to a lexical database or developing a set of linguistic rules for automatic lemmatisation. Our main contribution was to set a canonical lemma (hyperlemma) encompassing all variant lemmas and allowing searches to be made at three levels: hyperlemma, lemma and specific word form.

Keywords: Corpus; variation; automatic tagging; information retrieval; Galician.

1. Introducción

Nos últimos anos a investigación sobre lingua presta unha especial atención á variación e á frecuencia: mídese a riqueza lingüística dun texto en relación coa ratio *type-token* (ratio que ten en conta o número de palabras distintas con respecto ao número total de palabras dun texto); créanse dicionarios de frecuencias dinámicos, de maneira que se acceda non só ao índice de uso e dispersión dos elementos léxicos, senón que tamén se procura a versatilidade da ferramenta tentando cubrir así as distintas necesidades que quen consulta o corpus poida presentar en cada momento (CORGA, CAES, ESLORA); empréganse os corpus lingüísticos como fonte para a elaboración de modelos de lingua e mesmo nacen como recurso para mellorar o ensino (CORTEGAL, CAES).

Por outra banda, esíxese que as novas tecnoloxías incorporen procesamento da linguaxe natural: facemos uso de sistemas telefónicos de voz interactiva cando solicitamos cita médica (IVR, *Interactive Voice Response*, nas súas siglas en inglés), queremos que Alexa ou Siri nos entendan cando formulamos unha petición en galego, desexamos que un dicionario predictivo nos auxilie cando escribimos un *whatsapp*, facemos uso de correctores ortográficos en procesadores de texto, empregamos tradutores automáticos etc.

Nesta liña debe encadrarse a anotación morfosintáctica de corpus, por unha banda, procurando facilitar o estudo de fenómenos gramaticais e, pola outra, como fornecedora de recursos para o propio procesamento da linguaxe natural. Non obstante, tal e como sintetizan con notable acerto González Seoane e Santamarina (2017), o proceso de lematizar e etiquetar automaticamente textos en galego presenta un serio atranco:

[...] no galego moderno (en especial antes da codificación de 1982) circularon unha grande abundancia de variantes, tanto morfolóxicas como fonéticas e gráficas, moitas veces imprevisibles. Esta circunstancia dificulta moi notablemente a posibilidade de aplicar programas de lematización e anotación automáticas. En calquera caso, a vantaxe de poder recuperar conxuntamente baixo un lema canónico todas estas variantes compensou con creces o enorme esforzo en tempo e recursos que supuxo a lematización manual [do TILG]. (p. 159)

Nesta contribución, tras revisar as causas da enorme variación gráfica que presenta o *Corpus de Referencia do Galego Actual* (en diante, CORGA) e ofrecer unha mostra representativa, expóñense as estratexias que se aplican para facilitar o seu recoñecemento automático: duplicidade de entradas na base de datos léxica, engádegas de desinencias nos grupos de derivación e, por último, lematización automática mediante regras. Guíanos a esperanza de que poida resultar útil tanto para a súa futura inclusión en estudos de procesamento da linguaxe natural que empreguen este corpus como para o estudo da variación do galego ou, a modo de dicionario de frecuencias dinámico, dar a coñecer un inventario lexicográfico que acubilla baixo o *hiperlema* (lema canónico) as variantes que se rexistran no corpus (lemas e/ou formas ortográficas), coa súa frecuencia de uso e acceso directo ás ocorrencias.

2. A multiplicidade ortográfica: causas

Á variación inherente a calquera lingua natural -xeográfica ou diatópica, social ou diastrática, situacional ou diafásica e temporal ou diacrónica-, é preciso sumar en galego dous factores que contribúen a incrementala dun xeito notable. Trátase, por unha banda, da ausencia ata 1982 dunha norma oficial que guíe a súa ortografía e, por outra, da convivencia no mesmo territorio de dúas linguas: galego e castelán.

O galego carece de norma oficial ata maio de 1982, ano en que a Real Academia Galega (RAG) e o Instituto da Lingua Galega (ILG) publican de modo conxunto as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego* (en diante, NOMIG). Con todo, con anterioridade a ese ano, xa desde principios do século pasado entidades ou persoas especialmente comprometidas coa lingua galega promoveron distintas iniciativas co fin de establecer un modelo que axudase á unificación da lingua escrita. Entre elas queremos destacar a proposta presentada en 1933 polo Seminario de Estudos Galegos (SEG), a *Gramática do*

galego elemental de Carballo Calero en 1966, a proposta da RAG de 1971 ou as *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego* de 1977, froito dunha serie de seminarios promovidos polo ILG. Non obstante, ningunha destas propostas ou directrices alcanzou o consenso necesario para prosperar.

Só trala aprobación en 1981 do Estatuto de Autonomía e a oficialidade do galego se consensúa un texto normativo oficial aceptado pola maioría: as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, texto que se actualiza lixeiramente en 1995 e que sofre modificacións de maior calado no ano 2003, buscando alcanzar un maior consenso.

Así pois, nun período de tempo relativamente curto, se as normas da RAG de 1971 establecen a acentuación ortográfica das voces agudas rematadas en ditongo decrecente (*i.e. marchóu, animáis*), as de 1982 prescriben o contrario (*marchou, animais*); mentres que, aplicado agora á flexión do xénero, o feminino dos xentilicios *alemán* e *catalán* era ata 2003 *alemana* e *catalana*, mais tras esa data a única forma que avala a norma é *alemá* e *catalá*.

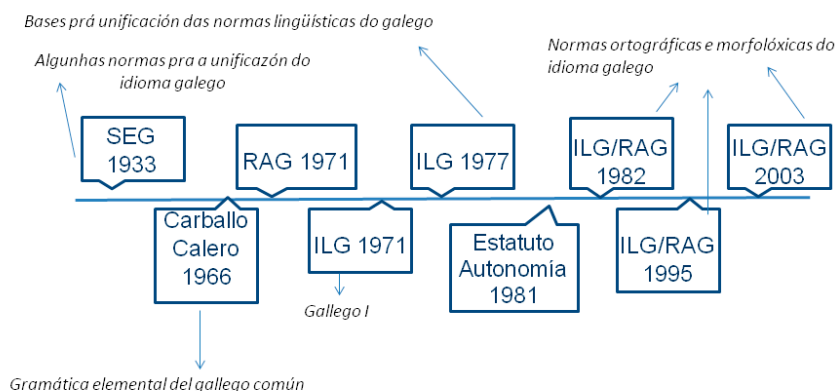


Figura 1. Liña temporal de tentativas e logros no proceso de normativización.

Este é o contexto no que debemos situar o CORGA, un corpus documental aberto, representativo do galego, que abarca cronoloxicamente desde 1975 ata a actualidade, co cal recolle documentos publicados con anterioridade á existencia das NOMIG, documentos que se acomodan ás NOMIG de 1982, documentos que seguen as NOMIG de 1995 e, por último, documentos que se axustan ao

modelo normativo propugnado no ano 2003. En definitiva, un hábitat (o corpus) no que existen multiplicidade de organismos (as formas que contén o corpus) clasificables en diferentes familias (as diversas normativas ou carencia desta) que conviven e que comparten os recursos dispoñibles (a etiquetaxe automática de todas as formas e mais a plataforma de recuperación de información).

Vexamos, xa que logo, unha pequena mostra representativa da multiplicidade ortográfica rexistrada no CORGA, para, deseguido, explicar como se propicia a súa identificación e caracterización na anotación morfosintáctica practicada no corpus.

3. Unha mostra da variación gráfica existente no CORGA

3.1. O corpus: composición e características xerais

O CORGA, *Corpus de Referencia do Galego Actual*, (<http://corpus.cirp.gal/corga>) é un corpus documental aberto, equilibrado e representativo do galego¹ que abrangue cronoloxicamente dende 1975 ata a actualidade, co que é, a través dos textos que recolle, reflexo fiel do lento e inacabado proceso de normativización. Cómpre remarcar neste sentido que os documentos nel introducidos respectan escrupulosamente as eleccións realizadas polos autores, de xeito que non se modifican nin normativizan as formas presentes nas obras. Así pois, a codificación que se practica, ben mediante marcaxe estrutural ben mediante anotación morfosintáctica, aplícase directamente sobre o texto orixinal, sen alteralo².

Ademais, o CORGA está codificado no estándar XML e foi enriquecido con anotación morfosintáctica automática coa ferramenta XIADA (<http://corpus.cirp.gal/xiada/>). Trátase dun etiquetador fundamentalmente estatístico baseado nos modelos de Markov de grao 2, desenvolto conxuntamente entre o Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades (CIRP) e o grupo COLE das universidades da Coruña e Vigo, destinado a etiquetar automaticamente o CORGA e contribuír así ao deseño e desenvolvemento de recursos que axuden

1 Mostra da súa representatividade son as cesións do corpus para extraer del ngramas e inferir modelos de lingua, primeiramente para o proxecto Recursos para novas tecnoloxías da fala (COTOVÍA) por parte do Grupo de Tecnoloxías Multimedia dirixido por Carme García Mateo (Piñeiro et al. 2018), e máis recentemente para o macroproxecto Nós (<https://nos.gal/>).

2 Para unha descrición pormenorizada da codificación que se aplica véxase Domínguez, López e Barcala 2020.

á incorporación do galego ás Tecnoloxías da Información e a Comunicación e, asemade, posibilitar a obtención de datos para o estudo de aspectos léxicos, gramaticais, discursivos, etc.

O Etiquetador/Lematizador do Galego Actual (XIADA) contén, entre outros, módulos de segmentación de oracións, tokenización, anotación morfosintáctica e lematización. Conta, ademais, con regras lingüísticas de restrición (Barcala, Molinero e Domínguez 2007) e de podado (Domínguez, 2016) que contribúen a incrementar sensiblemente o seu nivel de acerto. En concreto, en relación coa súa cobertura, precisión e robustez na análise, tendo en conta os datos proporcionados por Domínguez, Barcala e Molinero (2009), pode afirmarse que a súa taxa de acerto está en liña co estado da arte na materia (96 %). No ano 2019 liberouse o código do etiquetador (<https://github.com/crpih/xiada>), xunto cos recursos que utiliza, entre os que están os aquí descritos e, continuando nesa liña de poñer á disposición pública recursos realizados con financiamento público e contribuír a unha maior difusión destes, na próxima versión habilitarase o emprego do etiquetador sobre arquivos para que calquera investigador, mesmo sen coñecementos técnicos, poida anotar o seu corpus.

Coma calquera etiquetador, o de XIADA aplica un conxunto de etiquetas, o etiquetario, ao corpus obxecto de anotación, o CORGA. En tanto que etiquetador estatístico, faino fundamentalmente a partir dunha base de datos léxica na que se asocia a cada entrada unha etiqueta e un lema, así como dun corpus de adestramento que proporciona o modelo de desambiguación.

Grosso modo, o CORGA permite:

- Realizar consultas combinando variables clasificatorias (data, tipo de texto, área temática etc.) con variables léxicas e gramaticais.
- Obter as concordancias, a frecuencia simple e as frecuencias completas dunha forma ou estrutura.
- Obter o inventario dos elementos gramaticais ou lemas distintos que teñen as características desexadas, coa indicación da frecuencia de cada un.
- Obter as coaparicións dun elemento ou lema dado.
- Acceder aos fragmentos de audio que corresponden ao resultado da consulta.
- Ampliar o contexto e acceder á análise morfosintáctica completa da secuencia.
- Descargar o resultado da consulta en formato TSV (*Tab Separated Values*).

Respecto á composición do corpus, os 43,2 millóns de palabras dos que consta o CORGA distribúense como segue:

- 672 xornais que representan 12.735.307 palabras distribuídas en 42.569 noticias. Inclúe exemplares completos d'A *Nosa Terra*, *A Peneira*, *De Luns a Venres*, *Diario Oficial de Galicia*, *Galicia Hoxe*, *Novas do Eixo Atlántico*, *O Correo Galego*, *O Xornal de Galicia* e *Sermos Galiza*.
- 337 revistas que supoñen 5.954.275 palabras repartidas en 9343 noticias. Engloba números d'A *Voz de Vilalba*, *Cerna*, *Código Cero*, *Consumer Eroski*, *Disquecool*, *Díxitos*, *Entregas de Comunicación Cultural*, *Feiraco*, *Galicia Internacional*, *Gciencia*, *Luzes*, *Man Común*, *Petroglifo*, *SCQ Basket Magazine*, *Sprint motor*, *Teatro do Noroeste*, *Teima*, *Tempos Novos* e *Revista Galega de Economía*.
- 617 libros distribuídos en 3057 documentos que totalizan 23.129.194 palabras repartidas do seguinte xeito³:
 - 212 novelas que suman 10.552.473 palabras.
 - 171 ensaios que supoñen 8.244.615 palabras distribuídas en 7 libros de texto (511.067 palabras), 10 memorias (474.905 palabras), 52 artigos científicos (321.026 palabras) e 628 documentos de divulgación (6.937.618 formas).
 - 140 coleccións de relatos que supoñen 3.166.359 formas ortográficas.
 - 95 obras de teatro que conforman un global de 1.364.622 palabras.
- 18 guións televisivos (*A vida por diante*, *As leis de Celavella*, *Casa Manola*, *Era visto!*, *Matalobos*, *Padre Casares*, *Pazo de familia*, *Serramoura*, *Terra de Miranda...*) e 1 incluído nunha colección de relatos (*A noite dos cans doentes*) que suman 130.778 palabras.
- 203 entradas constituídas por 65.864 palabras pertencentes aos blogs *Natureza Dixital*, *Se o vello Sinbad tivese fillos*, *Está en galego!* e *Diario dun filólogo confinado*.
- 45 horas de transcricións dos programas radiofónicos *Camiño de Volta*, *Caza e pesca*, *Come e fala*, *Crónica das dúas*, *Diario Cultural*, *Galicia por diante* (entrevista), *Informativo*, *O miradoiro*. *Paco Feixó*, *Pensando en ti*, *Xamón Xamón* ou a conferencia de Guillermo Rojo *Aproximación á estrutura estatística do léxico galego*. En total, 439.618 palabras.

3 Ante a imposibilidade de relacionar os títulos, remitimos á listaxe dos documentos recollidos na base de datos que fornece a aplicación de consulta no enderezo http://corpus.cirp.gal/corga/etiquetado_automaticamente/documentos.

Especialmente interesante para o tema que nos ocupa é a distribución cronolóxica do corpus tendo en conta as NOMIG que aplican en cada período, de maneira que, como ilustra a Táboa 1⁴, o corpus integra documentos publicados con anterioridade á existencia das NOMIG, documentos que se acomodan ás NOMIG de 1982, documentos que seguen as NOMIG de 1995 e, por último, documentos que se axustan ao modelo normativo propugnado polas NOMIG do ano 2003.

Período	Número de palabras
1975-1982	1.626.217
1983-1995	8.713.263
1996-2003	11.973.786
1983-2003	20.687.049
2004-2020	20.162.040

Táboa 1. *Distribución do CORGA segundo a norma que aplica.*

Para rematar con esta descrición, queremos facer fincapé na flexibilidade e potencialidade da plataforma de consulta que permite empregar nunha mesma procura comodíns, operadores booleanos, sensibilidade a acentos ou maiúsculas e mais variables clasificatorias dos documentos combinándoos cos distintos tipos de modalidade de busca, por palabras ortográficas ou elementos gramaticais, ben sucesivos ben descontinuos, ofrecendo os resultados en concordancias, frecuencias completas, coaparicións ou inventario de elementos únicos, o que converte o CORGA nunha ferramenta sumamente útil para obter datos da lingua galega actual de tipo léxico, gramatical, terminolóxico, fraseolóxico, discursivo etc.

4 Para pescudar nos metadatos dos documentos introducidos débese empregar no ítem *Resultado* a opción *Nómina*, a cal, en combinación cos parámetros *Dende* e *Ata*, permite obter os datos relativos aos documentos introducidos e mais o número de palabras polo período cronolóxico desexado.

3.2. A mostra

A mostra que ofrecemos a continuación é unha representación da variación gráfica, principalmente lexicográfica, aínda que tamén morfolóxica, que podemos atopar no corpus. Non se establece, non obstante, unha tipoloxía en función de se a variante se debe a interferencias co castelán, se é unha ultracorrección, se se debe ao cambio da norma etc., dado que o substancial para nós é a súa presenza no corpus e non a causa que a orixina.

Recollemos en primeiro lugar algunhas das flutuacións que se producen no vocalismo. Estas teñen lugar tanto en palabras invariables, as preposicións *sen/sin* e as conxuncións *e/i* ou *se/sí*, coma nas clases flexivas exemplificadas polo substantivo *fociño/fuciño*, o demostrativo *este/iste*, *isto/esto* ou os verbos nos que o cambio se produce ben na raíz *custar/costar* ben na vogal temática, *converter/convertir*.

Outros exemplos son os seguintes:

- Clases invariables: **entre**/antre, **nin**/nen, **coidadosamente**/cuidadosamente, **iradamente**/airadamente, **moito**/muito, **emporiso**/emporeso...
- Clases variables: **ceo**/ceu, **lerchán**/larchán, **gravidade**/gravedade, **perecedoiro**/perecedeiro, **andoriña**/anduriña, **mesmo**/mismo, **el**/il, **loitosa**/luitosa, **coidadoso**/cuidadoso, **pau**/pao, **apuntar**/apontar, **dormir**/dormir, **loitar**/luitar, **coidar**/cuidar, **combater**/combatir...

Todas as formas que recolle a mostra, as que acabamos de sinalar e mais as que están por vir, documéntanse no CORGA en textos publicados con posterioridade ao 2003, ano da última actualización da norma oficial. A maiores, a marcaxe dunha das variantes con negra non é casual: sinala a forma que avala a norma vixente e que nós elevamos a hiperlema, do que falaremos máis adiante.

Sen que esta relación esgote todas as posibilidades, as variacións gráficas máis habituais no CORGA que afectan o consonantismo poden agruparse nos seguintes subapartados:

- Flutuacións no emprego de ‘b’ e ‘v’: **voda**/boda, **avogado**/abogado, **covarde**/cobarde, **marabilla**/maravilla, **vulto**/bulto, **vermellón**/bermellón...
- Vacilacións no uso de ‘s’ e ‘x’: **estraño**/extraño, **estranxeiro**/extranxeiro, **estender**/extender...

- Variación na utilización de 'r' e 'l': **brando**/blando, **clamor**/cramor, **cumprir**/cumplir, **prato**/plato, **plantar**/prantar, **clarexar**/crarexar...
- Presenza ou ausencia de 'h': **ai**/ahí, **ola**/hola, **inchar**/hinchar, **harmonía**/armonía, **harpa**/arpa...
- Ausencia ou presenza de 'n': **ameaza**/amenaza, **cadea**/cadena, **condenar**/condear, **zona**/zoa...
- Ausencia ou presenza de 'l': **veo**/velo, **xeo**/xelo, **só**/solo...
- Aparición de adverbios en *mentes*: **expresamente**/expresamentes, **razoablemente**/razoablemente, **soamente**/soamentes, **tristemente**/tristementes, **verdadeiramente**/verdadeiramente...

Pola súa vez, no que respecta á simplificación dos grupos cultos, pode darse a supresión da consoante, xeralmente situada na coda, (**estrutura**/estructura, **dictar**/dictar, **conflito**/conflicto, **descripción**/descripción, **condutor**/conductor, **substancia**/sustancia, **vítima**/víctima, **pneumonía**/neumonía, **psicólogo**/sicólogo etc.) ou a súa vocalización, como ocorre en **reitor**/rector, **seita**/secta ou **doutrina**/doctrina. Este grupo é bastante numeroso no CORGA, mais é lóxico dado que está orixinado por un dos cambios de calado que trouxo consigo a última revisión da norma oficial.

Doutra parte, as variacións na acentuación débense na maior parte dos casos á ausencia de acento diacrítico en voces que deberían levalo (i.e. *da, e, compre, fora, mais, ven, so...*) ou a presenza de acento cando en galego non é necesario (*ésta, él, lá, pó, sí, tí...*). Debemos integrar neste grupo tamén os adverbios en *-mente* acentuados (*empíricamente, físicamente, simbólicamente, xenéticamente...*), as voces graves rematadas en ditongo crecente, por influxo do portugués (*auséncia, evidéncia, licéncia, balneário, cenário, solidária...*), e mais as voces agudas acabadas en ditongo decrecente, entendemos que debido sobre todo á interferencia do castelán (*paséi, suméi, prometéu, desfái, tardóu...*), así como a convivencia da acentuación grave, a normativa, e a esdrúxula, a dialectal ou influenciada polo castelán, das formas verbais de 1ª e 2ª plurais dalgúns tempos como son o copretérito, pospretérito e antepretérito de indicativo (*estábamos, falaríades, pensaríades, poderíamos...*)⁵, sen esquecermonos do

5 Neste grupo entra ademais o pretérito de subxuntivo, mais nel invértese a situación: as formas con acentuación grave (*andasemos, comesemos, partisedes*) son as que avalaban as NOMIG de 1982 e 1995 e as que rexeitan as NOMIG de 2003. Ou sexa, neste caso dáselle preferencia á acentuación esdrúxula sobre a grave, invertendo así a indicación sobre a súa normatividade. Exemplos presentes no corpus con posterioridade a 2004 son *tivesemos, estivesemos, decataseamos, puidesemos, atopasemos, fixesedes* etc.

subgrupo constituído polas formas que carecen do acento ortográfico en hiatos coma *atribuir, construír, gratuito, ruido, saír, xuicios, tua, sua* etc.

No plano morfosintáctico pódese destacar a presenza da conxunción copulativa *e/i*, ou de formas flexionadas nas que ben o plural (*tribunales, musicales, pectorales, iraquíes, maniqués, cuestiones, estos...*) ben o feminino (*leite desnatada, aprendizaxe automático, o viaxe, o fraude, a estrataxema...*) son incorrectos. Destaca, así mesmo, a desaparición da alternancia vocálica en certos verbos, visible en *durmes, durmen* ou *sigues, siguen* no canto de *dormes, dormen, segues e seguen*, e incluso o emprego de formas tomadas directamente do español coma *valga, sale, creen* ou *podamos* no sitio de *valla, sae, cren* e *poidamos*.

Por último, e sen detérmonos nisto, cómpre dar conta tamén nas oscilacións gráficas que se deben tratar computacionalmente das duplicidades que avala a norma actual, entre as que destacamos i) as que presentan os sufixos *ble* e *bel* (***amable/amábel, crible/críbel, ilexible/ilexíbel, terrible/terríbel, establecer/estabelecer...***), ou *aría* e *ería* (***cafetaría/cafetería, consellaría/consellería, enfermaría/enfermería...***); ii) as flutuacións consonánticas entre o emprego de 's' e 'x' ou outras consoantes (***esixir/exixir, esaxerar/exaxerar, osísexo/oxíxeno, axexar/asexar, axexo/asexo, alcohol/alcol...***) e iii) a conxugación regular e irregular para *bendicir* e *maldicir* (*bendiciu, bendixo, maldicira, maldixera...*) fronte a *predicir* (*prediciu, predicira...*), formas estas últimas que tamén se documentan no corpus mais cuxa presenza non auspicia a norma.

Vexamos agora como se lle dá cabida e como se manexa toda esta variabilidade nun sistema de recoñecemento automático coma XIADA.

4. Estratexias para a análise automática

4.1. O lexicón

Á hora de identificar e tratar a variación gráfica presente no CORGA o principal recurso do que se vale o etiquetador é a base de datos léxica ou lexicón. Mais neste non hai formas; estas teñen que ser xeradas a partir da información que nel consta para cada entrada. Seguindo a Graña (2000):

Quando nos enfrentamos a lenguajes naturales que presentan un paradigma de inflexión de gran complejidad, resulta impensable que el usuario tenga que introducir en el diccionario todas y cada una de las formas derivadas de un lema dado. En lugar de esto, resulta mucho más conveniente realizar un estudio previo

que identifique los diferentes grupos de inflexión (género, número, irregularidad verbal, etc.), de manera que a la hora de introducir posteriormente un nuevo término en el diccionario, el usuario sólo tenga que hacer mención de las raíces involucradas en él y de los grupos de inflexión mediante los cuales se realiza la derivación de formas desde cada una de esas raíces. (p. 39)

Isto é, reducimos a flexión nominal e verbal do léxico galego en modelos flexivos que dean conta de calquera irregularidade ortográfica ou acentual⁶. Deste xeito, para todos os lemas que se flexionen seguindo un modelo dado, *i.e. porta, neno, cantar*, non é preciso introducir todas as formas do paradigma senón só a información seguinte:

1. Raíz: base común a todo o paradigma. Para os exemplos anteriores: *porta, nen, cantar* no caso do substantivo e *cant* no caso do verbo.
2. Subetiqueta: caracterización morfolóxica relativa á raíz. Respectivamente, Scf substantivo común feminino, Sc substantivo común, Scm substantivo común masculino e V verbo.
3. Grupo de derivación: conxunto de desinencias coas cales acaban de formarse e definirse todas as formas do paradigma. As raíces anteriores remítense, respectivamente, ao grupo G29, G1, G30 e V1. O G29, por exemplo, dá conta de todas as entradas que só flexionan número, non modifican a raíz de ningún xeito e caracterízanse por ser singulares se non segue nada e plurais se segue un 's'.
4. Lema: representante do paradigma: *porta, neno, cantar*.
5. Hiperlema: permite neutralizar a variación ortográfica existente entre lemas irmáns e facilita a obtención dos datos cando o verdadeiramente importante é o padrón estrutural e non o lema concreto. Nos exemplos que tratamos lema e hiperlema coinciden.
6. Categoría do lema: clase de palabra asignada ao lema desa entrada. S Substantivo, S, S e V Verbo, respectivamente, para os casos que tratamos. En XIADA o lema sempre se asocia a unha clase de palabra, de xeito que nas listaxes de lemas, por exemplo, existe un *cantar* substantivo e un *cantar* verbo.

6 Para un ser humano *audaz* segue o mesmo padrón na flexión de número ca *mar*, dado que engade '-es'. Agora ben, para o recoñecemento automático, o cambio de 'z' a 'c' no plural impide que se derive ao mesmo modelo flexivo e obriga a incorporar a alteración na grafía á formación do plural.

7. Normatividade do lema segundo as NOMIG do 2003: resposta dicotómica cos valores *si* ou *non*. Nos casos que ilustramos todos os lemas responden con *si*.
8. Fonte: obra ou recurso do que se parte para a introdución do lema na base de datos léxica. A principal fonte foi o VOLGa e logo o CORGA a partir das listaxes de palabras descoñecidas máis frecuentes. A relación de fontes que empregamos para o enriquecemento do lexicón está accesible en http://corpus.cirp.gal/xiada/descargas/texto_lexico.

A produtividade deste proceder é manifesta cando ollamos que se remiten 30.814 entradas ao grupo G29, 11.755 ao G1 e 4679 ao grupo V1. Ou sexa, en lugar de introducir as 67 formas ás que dá orixe, segundo o DRAG, a conjugación de *bailar*, só se incorpora a información que consta na Figura 2:

Raiz	Normativa raiz (2003)	Subetiqueta	Grupo	Lema	Hiperlema	Lema recomendado	Normativa lema (2003)	Categoría lema	Fonte	Lexicón
bail		V	V1	bailar	bailar		si	V	volga_2004	xeral

Figura 2. Información que consta no lexicón de XIADA para o lema *bailar*.

A partición da información en raíces e grupos de derivación non pode considerarse de ningún xeito unha segmentación morfolóxica ao uso, xa que, por exemplo, o segmento ‘*armos*’, caracterizado no interior do grupo V1 como 1ª persoa plural do infinitivo conjugado, constitúe unha única desinencia e non é segmentado en vogal temática ‘*a*’, sufixo modo-temporal ‘*r*’ e sufixo de número e persoa ‘*mos*’.

O deseño descrito resulta de suma utilidade para implementar novas desinencias nos grupos xa establecidos coas que facilitar o recoñecemento e caracterización de novas variantes, normativas ou non, como amosaremos no apartado 4.1.2.

Cómpre precisarmos nesta altura que concibimos a anotación morfosintáctica do CORGA como unha tarefa que debía ser desenvolta no longo prazo e por fases. Así, se tomamos como analoxía unha cebola, as capas máis externas equivalerían ás solucións que propugna a norma oficial, as cales deberían ser tratadas computacionalmente en primeiro lugar; isto é, o etiquetador debía favorecer a identificación das formas presentes no corpus que seguisen os modelos de flexión ou conjugación normativos correspondentes

ao paradigma dos lemas recollidos no VOLGa ou das 100 000 formas máis frecuentes do propio corpus. Logo, en fases sucesivas, iríamos adentrándonos no interior da cebola, sacando capas, de maneira que actuaríamos xa sobre variantes dialectais, castelanismos, lusismos, ultracorreccións etc., propiciando cada vez unha etiquetaxe máis fina e global, sempre dun xeito automático, procurando guiarnos pola frecuencia de uso do fenómeno e pola produtividade da solución.

4.1.1 Estratexia 1: introdución de entradas

A solución maioritaria para incorporar a variación gráfica presente no CORGA cando esta ten lugar na raíz consiste na introdución das variantes como entradas novas na base de datos léxica. Seguimos este procedemento con todas as formas duplas acabadas en ‘-ble’ e ‘-bel’ (*amable, amábel*), as terminadas en ‘-aría’ e ‘-ería’ (*cafetaría, cafetería*), con ausencia ou presenza de grupo culto (*ditar, dictar; osíxeno, oxíxeno*), con variación no vocalismo (*fociño, fuciño; mesmo, mismo*) etc. Na Figura 3 obsérvase a similitude na información presente nas entradas correspondentes a *fociño* e *fuciño*, que teñen como elementos discordantes a raíz, o lema e a normatividade deste, produto do peche nun grao da vogal de abertura media semipechada da serie velar:

Raíz	Normativa raíz (2003)	Subetiqueta	Grupo	Lema	Hiperlema	Lema recomendado	Normativa lema (2003)	Categoría lema	Fonte	Lexicón
fociño		Scm	G29	fociño	fociño		si	S	volga_2004	xeral
fuciño		Scm	G29	fuciño	fociño		non	S	volga_2004	xeral

Figura 3. Entradas para *fociño* e *fuciño* en XIADA.

A discordancia pode producirse así mesmo no lema e no grupo de derivación ao que se remite a raíz para que acaben de formarse e definirse os elementos do paradigma, coma no caso recollido na Figura 4, onde a existencia no CORGA das formas *combatir* (49), *combatindo* (3), *combatiu* (2), *combatirei* (1) etc. obrigan a crear unha conjugación paralela para *combatir*, coa vogal temática ‘i’ propia da terceira conjugación, por influxo do castelán, ao lado da máis tradicional *combater* con vogal temática ‘e’.

Raiz	Normativa raiz (2003)	Subetiqueta	Grupo	Lema	Hiperlema	Lema recomendado	Normativa lema (2003)	Categoría lema	Fonte	Lexicón
combat		V	V2	combater	combater		si	V	volga_2004	xeral
combat		V	V3	combater	combater		non	V	corga	xeral

Figura 4. Entradas para *combater* e *combater* en XIADA.

Agora ben, toda a variación ortográfica que amosan as entradas duplicadas pode neutralizarse mediante o que denominamos *hiperlema*, constituído polo lema modélico en caso de existir un, de forma que todos os lemas irmáns, como sucede coas 10 variantes do adverbio *quizaís* que se recollen no CORGA: *cecais*, *cicais*, con e sen acento ortográfico, *quizaís*, *quizaives*, *quizaís* e *quizaí*, se vinculan no lexicón mediante o hiperlema, neste caso o lema que recomenda o DRAG: *quizaís*. Esta información facilita que, na plataforma de consulta, un usuario interesado nas formas que expresan dúbida en galego poida recuperar, empregando na procura a información gramatical que proporciona o *hiperlema*, cunha única consulta polo tanto, todos os casos de todas as variantes mencionadas. Para iso, na pantalla de captación de datos da plataforma de consulta selecciónase a procura por elementos gramaticais; na caixa do hiperlema, seguindo o modelo que se percibe, cóbrese con *quizaís*, e nos resultados, en vez de concordancias ou frecuencias, óptase pola modalidade *inventario*, co que tras realizar a procura recuperamos as 10 formas⁷, xunto coa frecuencia absoluta, a dispersión en documentos distintos e o acceso directo ás concordancias dunha das formas con só clicar nos datos numéricos respectivos. A modo ilustrativo do que esta modalidade de visualización dos datos pode ofrecer para os estudos de variación, engadimos a distribución segundo os períodos cronolóxicos nos que se distribúe o corpus, como se aprecia na Figura 5.

7 No caso do adverbio, forma e lema coinciden, mais nas clases flexivas, coma o verbo, as procuras por hiperlema devolven, á demanda do usuario, os *tokens* ou os lemas, en función da opción que se seleccione no ítem *Agrupación*. De escoller lemas, na listaxe que resulte da busca, se se preme nun dos lemas, accederase ás formas documentadas no corpus que se agrupan baixo ese lema concreto, xunto coas frecuencias e demais datos.

The screenshot shows the CORGA web application interface. At the top, there is a navigation bar with links like 'Inicio', 'Buscar', 'Ayuda', 'Contacto', and 'Acerca de'. Below this, there is a search bar and several filters. The main content area displays a table of results for the hyperlemma 'quizaís' distributed by gender. The table has columns for 'Lema', 'Forma', 'Género', 'Número de palabras', and 'Porcentaje'. The results are organized into a grid with 10 columns and 10 rows.

Lema	Forma	Género	Número de palabras	Porcentaje
quizaís	quizaís	masculino	1	100%
quizaís	quizaís	femenino	1	100%
quizaís	quizaís	neutro	1	100%
quizaís	quizaís	plural	1	100%
quizaís	quizaís	plural	1	100%
quizaís	quizaís	plural	1	100%
quizaís	quizaís	plural	1	100%
quizaís	quizaís	plural	1	100%
quizaís	quizaís	plural	1	100%
quizaís	quizaís	plural	1	100%

Figura 5. Resultados do CORGA para o hiperlema *quizaís* distribuídos por lustro.

En suma, ampliáanse as posibilidades de recuperación de información no CORGA á demanda do usuario, segundo este desexa obter datos relativos a unha variante concreta ou prefira abstraerse da variación gráfica, anulándoa, na medida en que o *hiperlema* agrupa os paradigmas dos lemas que se vinculan permitindo neutralizar a variación ortográfica para estudar un comportamento máis global.

No que respecta ao tamaño, o lexicón de XIADA contén as entradas do VOLGA (case 12 500) e as 100 000 formas máis frecuentes do CORGA, o que supón algo máis de 65 000 lemas neste momento.

4.1.2 Estratexia 2: grupos de derivación

A segunda das estratexias consiste en aproveitar os grupos de derivación para integrar neles desinencias que forman parte desa segunda ou terceira capa de cebola á que faciamos referencia máis arriba. Dáse cabida así á variación cando esta é de tipo morfolóxico e ten lugar na terminación, isto é, nas desinencias e non xa na raíz ou lexema, de modo que afecta á flexión ou á conjugación.

Un exemplo de variación morfolóxica implementada no sistema témolos na formación do plural dos polisílabos agudos que rematan en ‘-l’ (i.e. *animal*, *papel*), os cales se remiten ao grupo G32, onde, ao lado da desinencia ‘-is’ que preconiza a norma para o plural (*animais*, *papeis*), figura a terminación ‘-les’ (*animales*, *papeles*), que é a solución máis estendida en todo o territorio galego. A engádegas de ‘-les’ como desinencia de plural non normativa favorece que se recoñezan tamén no CORGA, por exemplo, ao lado dos plurais prototípicos

animais e *papeis*, con 4363 e 2164 ocorrencias respectivamente, tamén *animales* e *papeles*, á súa vez con 22 e 43 casos.

Evidentemente, son moi baixas as frecuencias concretas de aparición dos plurais non normativos de *animal* e *papel*; porén, este mecanismo debe vulgarse pensando en todas as entradas que se remiten ao grupo de derivación G32 (2638 adxectivos e 628 substantivos) e na súa repercusión conxunta tanto na taxa de acerto do etiquetador como na mellora que supón para o usuario acceder a máis elementos etiquetados correctamente.

Esta mesma vía seguímola ao introducir no G46 a desinencia ‘-s’ caracterizada como plural coa indicación de non normativa, coa fin de habilitar a formación do plural característico do bloque central do galego das rematadas en -n: *relaciós*, no canto do plural normativo *relacións*. Deste xeito facilítase o recoñecemento, por exemplo, de *relaciós* (104), *condiciós* (64), *millós* (59), *eleccióis* (36), *camiós* (11), *botós* (9) etc.

Asemade, a reestruturación que sofre o paradigma do xénero gramatical coa aparición das formas con grafas innovadoras para a linguaxe inclusiva, é dicir, a denominada linguaxe non binaria directa, asúmese no sistema de XIADA cun esforzo relativamente pequeno grazas á fragmentación en raíces e grupos de derivación da base de datos léxica. Así, no G1⁸ ao lado de ‘a’ feminino singular, ‘as’ feminino plural, ‘o’ masculino singular e ‘os’ masculino plural, engadíronse as terminacións ‘@’, ‘a/o’, ‘o/a’ caracterizadas como xenérico singular e ‘@s’, ‘as/os’, ‘os/as’ e ‘xs’ clasificadas como xenérico plural, unhas e outras marcadas como non normativas, fronte ás desinencias flexivas canónicas cualificadas como normativas. Pois ben, a inclusión no G1 destas desinencias provoca que calquera entrada que flexione seguindo o modelo formal representado por *nen* (11 755 entradas, ademais de todos os participios regulares), sexa recoñecida polo etiquetador. A modo de exemplo ilustrativo, recolleemos deseguido as variantes que aparecen no CORGA, xunto co número de ocorrencias, para as formas inclusivas dos lemas *nen* e *amigo*: *nen@s* (27), *nen/a* (15), *nenos/as* (11), *nenas/os* (1), *nen@* (1); *amig@s* (8), *amigos/as* (7), *amigo/a* (5), *amigas/os* (1), *amigo/a* (1), *amigxs* (1).

Non queremos pechar esta epígrafe sen ilustrar a produtividade que esta estratexia ten para a variación nas desinencias verbais. Na fala, e no corpus como mostra desta, coexisten nas persoas 1ª e 2ª do plural do copretérito, pospretérito e antepretérito de indicativo e do pretérito de subxuntivo as

8 Naturalmente, á parte de no G1, as desinencias para a linguaxe inclusiva implementáronse tamén nos restantes grupos de derivación que en XIADA acollen outros modelos flexivos formais.

acentuacións paroxítonas (*andabamos, andariamos...*) coas proparoxítonas (*andábamos, andaríamos...*). Fóra o pretérito de subxuntivo, onde se produce un cambio nas NOMIG do 2003, as formas con acentuación grave son as que promove a normativa, co cal forman parte xa da primeira capa da cebola que analiza automaticamente o corpus. Non así as formas con acentuación esdrúxula para os tempos referidos cuxo recoñecemento se facilitou en etapas posteriores coa introdución nos correspondentes grupos de conjugación verbal das desinencias necesarias. Isto permitiu incrementar o recoñecemento nos seguintes termos: copretérito (955 casos; *i.e. podíamos* [73], *queríamos* [60], *estábamos* [59], *facíamos* [37], *sabíamos* [32] etc.), pospretérito (860 ocasións; *i.e. poderíamos* [179], *deberíamos* [76], *teríamos* [73], *diríamos* [28], *estaríamos* [27] etc.), antepretérito de indicativo ou pretérito de subxuntivo en *ra* (319 ocorrencias; *i.e. fixéramos* [14], *quixéramos* [14], *tivéramos* [12], *dixéramos* [11] etc.) e pretérito de subxuntivo en *se*⁹ (1143 ocorrencias, das cales 209 son anteriores a 2003; *i.e. tivésemos* [98], *puidésemos* [84], *estivésemos* [73], *quixésemos* [31], *fixésemos* [28] etc.).

Cabe destacar tamén neste grupo a incorporación das desinencias relativas á acentuación dos ditongos decrecentes característicos da 1ª singular do futuro de indicativo (201 ocorrencias; *diréi* [14], *seréi* [14], *teréi* [14], *faréi* [9], *daréi* [8], *poderéi* [7], *falaréi* [6] etc.) e mais a 1ª e 3ª singulares do pretérito de indicativo dos verbos da primeira conjugación (4761 casos, dos que os máis frecuentes son: *chegóu* [189], *pasóu* [154], *deixóu* [107], *botóu* [103], *cheguéi* [39], *paséi* [37], *atopéi* [33], *deixéi* [30], etc.), así como a inclusión da desinencia *che* para a 2ª singular do pretérito de indicativo (413 ocorrencias; *fixeche* [28], *oíche* [22], *viche* [22], *foche* [19], *dixeche* [18], *fuche* [18], *deche* [8]...).

É certo que con este método se sobredimensiona o lexicón, mais cómpre non perder de vista que o principal motivo da súa existencia é etiquetar o CORGA, e se o volume se converte nun problema, sempre se pode prescindir das formas que xera o lexicón e que non aparecen no corpus.

9 No pretérito de subxuntivo as NOMIG do 2003 inverten a consideración da normatividade para a acentuación paroxítona e proparoxítona, de xeito que as formas con acentuación graves que seguían a norma ata o 2003 son consideradas dende ese momento non normativas; pola contra, as formas con acentuación esdrúxula, que eran ata entón tratadas como incorrectas, pasan a ser as propugnadas pola normal oficial.

4.2 Estratexia 3: lematización automática

O etiquetador XIADA consta dun módulo de adiviñación mediante o cal todas as formas presentes no corpus, inda que non estean na base de datos léxica, reciben unha etiqueta en función da terminación e mais das formas e etiquetas que rodean a forma descoñecida, pero non se lle asigna lema, o que supón unha carencia seria de cara á recuperación de información. É neste contexto onde se sitúa a terceira das estratexias emprendidas, a lematización automática: trátase de facilitar no corpus a identificación do lema, e mesmo do hiperlema, que corresponda ás formas descoñecidas a partir de regras lingüísticas. Preténdese así complementar o módulo de adiviñación, o cal xa proporciona unha etiqueta, con este outro procedemento que vai asignar un lema aproveitando información que está presente no lexicón, mais que pode actuar ademais sobre a anotación morfosintáctica condicionando a etiqueta.

Neste momento están operativas na versión 4.0 as correspondentes aos adverbios en *-mente*, os superlativos absolutos en *-ísimo*, os diminutivos en *-iño*, as formas con gheada¹⁰ e as que presentan o prefixo *auto-*, a xeito de test esta última coa fin de explorar as posibilidades do método para os prefixos.

Así, a regra enunciada para *auto* formulouse nos seguintes termos lingüísticos: se a palabra descoñecida comeza por *auto-*, debe eliminarse ese segmento e comprobar se a palabra resultante está no lexicón. Se está e é un substantivo, un adxectivo, un adverbio ou un verbo, débesele asignar a etiqueta e o lema que teña esa forma sen *auto*; por último, cómpre recompoñer *auto* no lema. Posteriormente a regra trasládase a linguaxe computacional e impleméntase no sistema, onde se verifica a súa adecuación.

10 Para os efectos ilustrativos recolleemos aquí íntegra a máis simple das regras enunciadas: a que facilita a anotación morfosintáctica de calquera forma que presente gheada no CORGA. Lingüisticamente, indícase que se unha forma contén o dígrafo 'gh' e non está etiquetada como nome propio, o etiquetador debe eliminar da palabra o 'h', comprobar se a forma resultante consta no lexicón e, en caso de que a resposta sexa afirmativa, asignar a etiqueta e lema á forma do corpus. Estas instrucións tradúcense computacionalmente como segue:

```
if word =~ /gh/
  new_word = word.gsub(/gh/,'g')
  return @dw.get_emissions_info(new_word, ['Sc*',A*',V*',W*',N*',Y*',Z*',I*',P*',R*',C*'])
end
```

Non obstante, esta regra non ten en conta que 'gh' cando segue 'i' ou 'e' debe transformarse en 'gue' e 'gui' para que no lexicón se atope a forma resultante sen gheada: *cheghe* > *chegue*; *ghitarra* > *guitarra*, co cal debe ser corrixida e aumentada.

Deste xeito, non só se etiquetan correctamente formas coma *autoabastecemento*, *autoemprego*, *autoodio* ou *autoproclámase*, senón que se ofrece tamén para elas o lema, malia non estaren recollidas na base de datos léxica. En definitiva, mellórase a anotación e ampliáanse as posibilidades de obtención de datos lingüísticos sen incrementar o lexicón, o que semella unha solución eficaz para todos os prefixos que se documentan con trazo (*a-morais*, *agro-gandeiro*, *co-fundador*, *ex-ministro*...) e tamén, cando menos, para aqueloutros cunha extensión considerable coma *etno* (*etnopaísaxe*, *etnotextos*), *macro* (*macroacontecemento*, *macrorredada*), *meta* (*metadatos*, *metarrelato*), *micro* (*microorganismo*, *microinsectar*), *multi* (*multianalitos*, *multiidioma*), *xeo* (*xeobotánica*, *xeorradar*) etc. nos que as probabilidades de confusión entre prefixo e parte do lexema son ínfimas.

Na figura seguinte pódese observar a lematización e etiquetaxe morfosintáctica de dúas secuencias anotadas nas que se verifica a eficacia da etiquetaxe e lematización automática na análise dun adverbio en *mente* acentuado graficamente, unha forma verbal que presenta gheada cun pronome átono enclítico, un elativo, unha forma con *auto-* e un apreciativo en *-iño*, ningunha das cales se recolle na base de datos léxica de XIADA.

XIADA: Etiquetador/Lematizador do Galego Actual

Introduza as secuencias a analizar
(separadas cun retorno de carro e ata un máximo de catro):

Aseghúroche enérxicamente que é unha persoa agradabilísima.
Autodefiniuse cun textiño soberbio.

Limpar **Analizar**

Elementos:	aseghuro	che	enérxicamente	que	é	unha	persoa	agradabilísima	.
Etiquetas:	Vpi10s	Rad2as	Wm	Cs	Vpi30s	Difs	Scfs	Asfs	Q.
Lemas/Hiperlemas:	asegurar	che	enérxicamente	que	ser	un	persoa	agradable	.

Elementos:	autodefiniu	se	con	un	textiño	soberbio	.
Etiquetas:	Vei30s	Rao3aa	P	Dims	Scms	A0ms	Q.
Lemas/Hiperlemas:	autodefinir	se	con	un	texto	soberbio	.

Figura 6. Saída da versión demo de XIADA con lematización automática mediante regras.

5. Conclusións

No ámbito do procesamento da linguaxe natural, a variación ortográfica, mais non só, dificulta de xeito notable a aplicación de ferramentas de lematización e anotación morfosintáctica automáticas. Neste contexto, encaramos a multiplicidade gráfica presente no CORGA e, tras unha pequena mostra representativa extraída do corpus, damos conta das tres estratexias que se aplican para acadar o seu recoñecemento automático facendo uso dos recursos dispoñibles, principalmente o lexicón: duplicidade de entradas, engádegas de desinencias nos grupos de derivación e lematización automática mediante regras. A combinación destes tres métodos mellora visiblemente a etiquetaxe do corpus, pois (i) identifícanse e caracterízanse de xeito automático numerosas formas que quedarían fóra se atendésemos só ao que prescribe a norma; (ii) increméntanse as posibilidades de recuperación da información do corpus empregando parámetros gramaticais para formas que carecían deles (lema e hiperlema); (iii) facilítase o estudo lingüístico cualitativo e cuantitativo da variación mediante a incorporación do *hiperlema* e mais do inventario dinámico de frecuencias; (iv) mellora a taxa de acerto do etiquetador e, en último termo, (v) localízanse áreas moi concretas nas que o ensino do galego e os responsables normalizadores deben poñer o foco para evitar as interferencias co castelán, lóxicas por outra banda dada a situación de convivencia entre ambas as linguas. Finalmente, cómpre subliñar a creación de regras lingüísticas para a lematización automática do corpus e a mellora na etiquetaxe do *guesser* como unha vía eficaz no procesamento da linguaxe natural. Porén, sen dúbida, o maior logro deste tratamento radica no establecemento dun lema canónico (*hiperlema*) baixo o que se acubillan os lemas variantes que, pola súa vez, acollen os distintos elementos constitutivos de cada paradigma, e é o usuario quen decide en cada momento para que nivel de profundidade desexa obter as concordancias e/ou frecuencias de uso: hiperlemas, lemas, formas ou mesmo de todos eles.

Recursos electrónicos

CAES: *Corpus de aprendices de español*. <<https://galvan.usc.es/caes>> [Consultado: 3/11/2022]

CORGA: *Corpus de Referencia do Galego Actual*. <<http://corpus.cirp.gal/corga>> [Consultado: 3/11/2022]

CORTEGAL: *Corpus de textos galegos escritos por estudantes no ámbito académico*. <<http://ilg.usc.gal/cortegal/>> [Consultado: 3/11/2022]

DRAG: *Dicionario da Real Academia Galega*. A Coruña: Real Academia Galega. <<https://academia.gal/dicionario>> [Consultado: 29/09/2022]

ESLORA: *Corpus para el estudio del español oral*. <<http://eslora.usc.es>> [Consultado: 3/11/2022]

TILG: *Tesouro informatizado da lingua galega*. <<http://ilg.usc.es/TILG/>> [Consultado: 3/11/2022]

XIADA: *Etiquetador/Lematizador do Galego Actual (XIADA)* <<http://corpus.cirp.gal/xiada>> [Consultado: 3/11/2022]

Referencias

- BARCALA, F. M., Molinero, M. A. e Domínguez, E. (2007). XML rules for enclitic segmentation. En R. Moreno-Díaz, F. Pichler y A. Quesada-Arencibia (Eds.), *Computer Aided Systems Theory*, volumen 4739, *Lecture Notes in Computer Science* (pp. 273-281). Springer-Verlag.
- CARBALLO Calero, R. (1966). *Gramática elemental del gallego común*. Galaxia.
- DOMÍNGUEZ Noya, E. M., Barcala, F. M. e Molinero, M. A. (2009). Avaliación dun etiquetador automático estatístico para o galego actual: Xiada. *Cadernos de Lingua* 30(31), 151-193. <https://doi.org/10.32766/cdl.30-31.37>
- DOMÍNGUEZ Noya, E. M. (2016). O etiquetador probabilístico de XIADA e o seu teito de acerto: a elaboración de regras lingüísticas. En M. González González (ed.), *Lingua, pobo e terra. Estudos en homenaxe a Xesús Ferro Ruibal* (pp. 213-232). Xunta de Galicia / Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades.
- DOMÍNGUEZ Noya, E. M., López Martínez, M. S. e Barcala Rodríguez, F. M. (2020). Corpus de Referencia do Galego Actual (CORGA): composición, codificación, etiquetaxe e explotación. En M. Blanco, H. Olbertz e V. Vázquez Rozas (Coords.), *Corpus y construcciones: perspectivas hispánicas* (pp. 179-218). Universidade de Santiago de Compostela. <https://dx.doi.org/10.15304/9788417595876>
- GONZÁLEZ González, M. e Santamarina Fernández, A. (Coords.). (2004). *Vocabulario ortográfico da lingua galega (VOLGa)*. Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega.
- GONZÁLEZ SEOANE, E. e Santamarina, A. (2017). Avances e tendencias actuais en lexicografía galega. *LaborHistórico*, 3(1). <http://doi.org/10.24206/lh.v3i1.17112>
- GRAÑA Gil, J. (2000). *Técnicas de análisis sintáctico robusto para la etiquetación del lenguaje natural* [Tese de doutoramento inédita]. Universidade da Coruña. <http://hdl.handle.net/2183/12358>
- INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1977). *Bases para unificación das normas lingüísticas do galego*. Universidade Santiago / Anaya. (ed. non venal).
- PIÑEIRO Martín, A., García-Mateo, C., Docío-Fernández, L. e Regueira, X. L. (2018). Estudio sobre el impacto del corpus de entrenamiento del modelo de lenguaje en las prestaciones de un reconocedor de habla. *Procesamiento del Lenguaje Natural* 61, 75-82. <http://dx.doi.org/10.26342/2018-61-8>

- REAL ACADEMIA GALEGA (1971). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Real Academia Galega.
- REAL ACADEMIA GALEGA E INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1982). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Real Academia Galega/Instituto da Lingua Galega; 13ª ed. revisada, 1995; 18ª ed. revisada, 2003.
- SEMINARIO DE ESTUDOS GALEGOS (1933). *Algunhas normas pra a unificazón do idioma galego*. Santiago de Compostela, Nós.

Formação de leitores quilombolas: Uma proposta didático-pedagógica

Formation of quilombol readers:
A didactic-pedagogical proposal

GABHRIELE RODRIGUES DE OLIVEIRA | CÉLIA ZERI DE OLIVEIRA

Resumo: Este trabalho objetiva conhecer o processo de formação leitora em comunidades tradicionais para identificar quais fatores interferem na iniciação do gosto pela leitura. A pesquisa foi realizada com uma turma do 6.º ano de uma escola quilombola, na região norte do Brasil. A pesquisa-ação se constitui em um projeto de identificação e intervenção dos fatores intervenientes a partir de atividades de leitura. Percebeu-se que há elementos que afetam diretamente no êxito desse processo, como a falta de preparação adequada de professores e a falta de recursos, como o acesso às obras literárias; se minimizados, a formação de leitores é facilitada.

Palavras-chave: formação de leitores; comunidades tradicionais; remanescentes quilombolas; literatura.

Abstract: This work aims to understand the reader formation process in traditional communities to identify which factors interfere in the initiation of the taste for reading. The research was carried out with a 6th grade of elementary at a quilombola school, in the north of Brazil. Action-research constitutes a project of identification and intervention of intervening factors based on reading activities. It was noticed that there are elements that responded directly to the progress of this process, such as the lack of adequate preparation of teachers and the lack of resources, such as access to literary works; if minimized, the formation of readers is facilitated.

Keywords: readers formation; traditional communities; remaining quilombolas; literature.

Introdução

O processo de formação de leitores pode ser facilitado se houver espaços bem estruturados, como escolas de educação básica e bibliotecas, sendo as bibliotecas espaços agradáveis, ventilados, com livros literários organizados e que possuam temáticas distintas disponíveis aos potenciais leitores. Além disso, o professor, como principal agente do processo de formação de leitores dentro do espaço escolar, com apoio da escola, precisa ter formação continuada adequada e necessita ser um leitor, haja vista que, se o formador não atribui importância ao ato de ler, tampouco conseguirá demonstrar aos discentes o poder que a literatura possui.

Compreende-se que, para que haja formação de leitores, é necessário que a escola, como responsável, em uma macro perspectiva, por esse processo, entenda o conceito de leitura literária como um hábito cultural que deve ser estimulado de forma que o prazer pelas obras literárias seja o meio e o fim das práticas no ambiente escolar. Também, é importante entender que, mesmo com interesse, é indispensável que se tenha uma metodologia sistemática, aplicável e coerente, visto que o fazer docente, como toda prática educacional, exige domínio de conhecimento e experiência.

Nesse sentido, as escolas mais afastadas do contexto urbano, como as escolas localizadas em comunidades tradicionais¹, possuem dificuldades específicas

1 Tais grupos possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (IPHAN).

que necessitam de intervenções e preocupações por parte dos profissionais da educação e dos pesquisadores que se dedicam a fazer registros que dão voz a essas comunidades.

Então, uma pesquisa-ação foi realizada na turma do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro II – Quilombola, localizada no Furo do Maracujá, no sítio Itancoãzinho, do município de Baixo Acará. A pesquisa consiste em realizar estudos investigativos no ambiente escolar sobre os processos de formação de leitores e aplicar atividades que fomentem este processo, junto a doação de livros com o intuito de incentivar a continuidade desta prática.

Realizamos uma pesquisa de cunho etnográfico a fim de conhecer o funcionamento da escola, das práticas docentes, as relações entre professores, funcionários, discentes e conhecimento acadêmico. Atividades de leitura foram realizadas para que se comparasse o momento antes dos encontros, ainda com os fatores intervenientes bastante presentes com o momento em que alguns dos fatores que interferem no processo de formação de leitores foram minimizados.

1. Por que a literatura é tão importante?

É papel da escola fomentar a leitura, bem como concebê-la como hábito cotidiano, além de apresentar a literatura aos alunos como prática cultural que pode oferecer a eles uma multiplicidade de mundo, por meio da apresentação de inúmeros personagens verossímeis, diversas culturas, espaços geográficos e períodos históricos que apenas a literatura proporciona com tanta riqueza de detalhes e diversidade, para que possa acessibilizar aos discentes liberdade e organização no mundo. Como confirma Antonio Candido em **O direito à literatura**:

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a literatura é mutilar a nossa humanidade. (Candido, 1995, p. 256)

Compreende-se que a literatura, para o leitor, não deve ser apresentada como uma obrigação, pois tal metodologia distancia as obras literárias do verdadeiro objetivo. A literatura deve ser apresentada como de fato é, um direito dos indivíduos que a desejarem. Partindo desse princípio, é importante mencionar

também que a escola, como lugar de acesso à informação, precisa compreender e difundir para o corpo estudantil – atingindo também as famílias – a imprescindibilidade que a literatura carrega em si.

Nesse contexto, a literatura representa um direito emancipador determinante, visto que essas comunidades manifestam nas mais diversas áreas o esquecimento histórico e social promovido pela sociedade. Nesse sentido, a literatura, de forma simbólica e prática, se apresenta como fator de resistência social e de liberdade. Para que isso de fato ocorra, é imprescindível que haja a compreensão docente e discente da leitura como acesso à autonomia, à criatividade e ao conhecimento, haja vista que para que os alunos de comunidades tradicionais se tornem indivíduos capazes e interessados em narrar a própria história, é preciso que tomem a autonomia educacional como arma por meio da leitura.

Lhosa (2004) conclui que “numa sociedade fechada, o poder não se arroga apenas o direito de controlar as ações dos homens – o que fazem e o que dizem: aspira também a governar sua fantasia, seus sonhos e, evidentemente, sua memória” (Lhosa, 2004, p. 206). A liberdade para conhecer, pensar, refletir, questionar e elaborar ideias próprias é o que a literatura também pode. A leitura é um ato de resistência e de permanência da memória de povos.

A leitura, embora seja um ato realizado muitas vezes em silêncio, dá voz aos mais diversos personagens e aos mais distintos enredos e lugares que geram e alimentam sonhos e fantasias em indivíduos que, muitas vezes, já perderam a esperança de desejar, ou em indivíduos que desistiram de lutar pelo direito de desejar. O poder da literatura alcança diversas áreas da vida humana, ela humaniza e promove a subjetividade.

As obras literárias podem aproximar realidades distintas e, ao pensar em comunidades remanescentes quilombolas, as afastadas do contexto social urbano, os diferentes enredos podem apresentar histórias que permitam o encontro do leitor consigo mesmo e com seu passado e presente, que proporcionam a representatividade, algo que o leitor se identifique e se perceba como ser existente e possuidor de uma história e de um povo. Além disso, os livros podem contar histórias de pessoas e lugares nunca imaginados por eles, ambientes e objetos novos que suscitem a criatividade e a imaginação, que façam ampliar o pensamento e o desejo pelo conhecimento.

A literatura proporciona um estudo indireto das vivências humanas, haja vista que as obras literárias são fontes de inúmeras histórias e enredos capazes de instruir sobre a história da sociedade em diferentes países, das questões políticas, das questões raciais, de gênero, dos preconceitos e de incontáveis contextos e experiências que mostram a perspectiva interna do ser humano. Assim como

outras áreas do conhecimento, a literatura é eficaz para compreender a sociedade e as muitas interpretações de um mesmo acontecimento.

Como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente (mas, ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a experiência humana. (Todorov, 2009, p. 77)

Os livros proporcionam, então, a experiência de conhecer a própria existência e a existência de outras realidades e vivências próximas e distantes dos leitores. A literatura é importante por permitir que os indivíduos, por mais afastados de um contexto que estejam, conheçam e sejam conhecidos, que não ignorem o mundo diverso que existe e que não sejam impedidos de se relacionar com ele.

Também, a importância da literatura está no poder de amenizar a dor da existência, em alguns momentos de dificuldade que não se encontra outro indivíduo que manifeste o entendimento necessário. A literatura, por permitir a compreensão do mundo, possibilita a compreensão da dor, da tristeza.

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercamos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. (Todorov, 2009, p. 76)

A partir da subjetividade presente na leitura, o leitor passa por diversas transformações pessoais que têm impactos sociais. A leitura pode aproximar indivíduos que leem as mesmas obras, que trocam experiências leitoras, ou que, simplesmente, por conhecerem personagens verossímeis, passam a compreender as diferenças existentes entre os mais diversos seres humanos e a respeitá-las. Junto a todos esses fatores, a literatura propõe o desenvolvimento na qualidade do ser humano.

Por meio da leitura se concretiza o autoconhecimento a partir do conhecimento dos outros seres humanos diversos e peculiares que existem, como afirma Luzia de Maria falando da transcendência que a literatura proporciona: “lendo a grande literatura, torno-me mil homens e ainda permaneço eu mesmo” (Maria, 2016, p. 81). Sendo assim, a leitura literária proporciona a

transformação do indivíduo perante sua própria existência e realidade, o leitor, quanto mais letrado literariamente, mais empático se torna por já ter entrado em contato com várias vivências.

O poder da literatura, então, é compreendido quando se tem contato direto com os livros literários. O professor, nesse sentido, precisa conhecer os estudos voltados para esse tema para que esteja sempre respaldado em suas práticas docentes. A literatura é importante porque promove pensamento crítico e reflexivo, fomenta a emancipação dos indivíduos. Nesse sentido, é interessante que as obras sejam de fácil acesso aos leitores, principalmente nas escolas de educação básica, onde a leitura deve ser frequente.

2. O letramento literário

O processo de letramento literário visa a prática da leitura como hábito cultural que, se estimulada, com o tempo é amadurecida para leituras diferentes, mais complexas e sólidas. O leitor passa a ser mais crítico e reflexivo tanto com a leitura que é realizada, quanto com as realidades ao seu redor. O amadurecimento no processo de letramento literário acontece quando o indivíduo-leitor se dispõe a desvendar os caminhos da leitura, o amadurecimento ocorre na multiplicidade dos enredos e dos autores.

É interessante considerar as muitas perspectivas narradas por autores diferentes nas mais diversas áreas – gênero, raça, idade, local geográfico e de fala – então, a leitura produtiva é aquela que permite compreender o outro e estar aberto e disponível para conhecer o mundo. Cosson confirma tal processo quando diz que:

É preciso estar aberto à multiplicidade do mundo e à capacidade da palavra de dizê-lo para que atividade da leitura seja significativa. Abrir-se ao outro para compreendê-lo, ainda que isso não implique em aceitá-lo, é o gesto essencialmente solidário exigido pela leitura de qualquer texto. (Cosson, 2018, p. 27)

A leitura literária, então, propicia a ampliação da visão de mundo que o indivíduo-leitor possui. Este processo oferece melhores relações interpessoais em qualquer idade, pois facilita a compreensão dos diversos e múltiplos seres existentes em muitas realidades distintas e específicas. Ao praticar a leitura, o leitor entra em contato com personagens e, possivelmente, passa a adotá-los como amigos ou, talvez, como pessoas difíceis, com atitudes inadequadas em um ponto

de vista moral, mas que merecem o mínimo de compreensão por apresentarem uma história de vida que as leva a serem quem são.

Ao tratar de letramento literário, Cosson (2018) apresenta três teorias sobre leitura e interação. São elas: Ascendente – a teoria que afirma que a interação parte do texto para o leitor e das letras para o significado; a Descendente – que compreende o leitor como central no processo de leitura, ou seja, o leitor fornece sentido ao texto partindo de seu interesse pessoal; e a Conciliatória – aquela que percebe o leitor tão importante quanto o texto que é lido, permitindo a ideia de que há um diálogo mediado pelo texto entre leitor e autor.

Nesse sentido, é possível considerar a teoria Conciliatória como a mais adequada para os conceitos de leitura, visto que para discutir esta teoria, Cosson afirma que “o ato de ler, mesmo realizado individualmente, torna-se uma atividade social” (Cosson, 2018, p. 40), isto é, a teoria Conciliatória propõe a leitura como diretamente associada ao contexto e às práticas sociais. O letramento literário refere-se a um hábito que pode ser facilitado se for estimulado desde a infância.

Por outro lado, em uma perspectiva psicanalítica, considera-se a proposição em Klein (1991) de que, na primeira infância, o indivíduo recebe as referências e apreende de forma que se manifestam na personalidade e as mantém na vida adulta. Por isso, adota-se o pensamento de que crianças que têm os pais ou responsáveis como referenciais para o hábito da leitura serão, mais possivelmente, leitoras. A partir desse posicionamento, ratifica-se que os responsáveis - sejam eles os pais ou as pessoas que criam a criança, ou a escola -, compreendam a importância da literatura e admitam um conceito adequado de leitura. Partindo desses pressupostos, é essencial pontuar que a escola possui a responsabilidade de iniciar o letramento literário e disponibilizar obras literárias, sejam elas canônicas ou não, aos alunos de todas as faixas-etárias.

O letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura [...], mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder de humanização. (Cosson, 2018, p. 23)

Então, compreender a literatura como meio e fim de si mesma é indispensável para que uma boa escola realize o fomento da leitura. A escola é responsável por ter o conhecimento necessário da estrutura mínima indispensável para esse processo, bem como da formação docente voltada para a formação de leitores e das metodologias aplicáveis às mais diferentes realidades e contextos educacionais.

É fundamental perceber, ainda, que o letramento literário é um processo em que a prática do prazer é conciliada com a educação sistemática e organizada. É importante que a escola “permita que leitura literária seja exercida sem o abandono do prazer, mas com o compromisso de conhecimento que todo saber exige” (Cosson, 2018, p. 23). O processo de letramento literário é efetivado se houver prazer no ato de ler, a obrigatoriedade não pode ser uma opção neste processo, assim como, por se tratar da aquisição de conhecimentos, deve ser organizado com metodologias específicas para as realidades que o professor se encontra.

A literatura quase sempre é apresentada a partir de trechos de textos que não contemplam a obra e a importância da leitura. Caio Meira (2009), ao escrever o prólogo de **A literatura em perigo** de Tzvetan Todorov, afirma apropriadamente que “o perigo está no fato que, por uma estranha inversão, o estudante não entra em contato com a literatura mediante a leitura dos textos literários propriamente ditos, mas com alguma forma de crítica, de teoria ou de história da literatura” (Todorov, 2009, p. 10). É preciso, então, que o processo de formação de leitores no ambiente escolar seja feito por profissionais capacitados para evitar a escolarização que ensina a história da literatura e, em relação ao estudo da Língua Portuguesa que tem instrumentalizado os textos literários para extrair conteúdos gramaticais e, dessa forma, minimiza o direito à subjetividade dos discentes e o direito à literatura.

O que se deve negar não é a escolarização da literatura, mas a inadequada, a errônea, a imprópria escolarização da literatura, que se traduz em sua deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendida que, ao transformar o literário em escolar, desfigura-o, desvirtua-o, falseia-o (Soares, 2001, p. 22)

Desse modo, a leitura literária na escola deve ser promovida por meio do contato direto com o livro. A formação e o amadurecimento de um leitor literário são desenvolvidos a partir do acesso às obras literárias e por meio da motivação que, segundo Oliveira (2015), é um fator indispensável para o impulso e persistência no processo de letramento. A motivação está relacionada com a cognição e com o afeto que um indivíduo recebe e dispensa por uma determinada atividade, por esse conceito é que a motivação é um instrumento importante que o professor pode lançar mão para alcançar os aprendizes, visto que isso o direcionará a iniciar e manter as práticas que o levarão ao letramento literário.

As metodologias de ensino, portanto, devem possuir didáticas equivalentes às realidades das turmas em que o professor ministra aulas. No que diz respeito

ao letramento literário, é importante que a didática prime pelo contato do aluno com a obra, diretamente, sem que haja a terceirização da prática, isto é, sem que o docente leia e torne o discente passivo e mero ouvinte.

3. Seleção das obras para a formação de leitores literários

É fundamental discutir a grande problematização que pais e professores promovem em torno da seleção de livros literários, visto que, para manter um certo status intelectual, estabeleceu-se a importância da leitura apenas para textos canônicos. Entretanto, o processo de formação de leitores compreende níveis de amadurecimento literário e, sendo assim, espera-se que o potencial leitor inicie com obras que se relacionem de alguma forma com sua realidade, seja por identificação, inconformismo ou desejo de vivenciar tal leitura.

Nesse sentido, é primordial que haja o prazer pelo que se lê e, para isso, autonomia para escolher o que se lê. É inconsequente considerar que um indivíduo ao iniciar seu processo como leitor inicie por obras do cânone como fator determinante para ser considerado um leitor literário. Se há a concordância de que a leitura proporciona prazer – e assim se espera que aconteça – não há sentido algum em obrigar e impor leituras apenas sob a justificativa do cânone.

Para uma formação inicial de leitores, é importante que se ofereça aos alunos aquilo que pode os interessar a partir do contexto social em que estão inseridos. É relevante estabelecer motivações para a leitura do texto. Entretanto, não significa excluir a literatura canônica, pois esta é essencial e deve ser de acesso de todos os indivíduos. É preciso, portanto, iniciar os estudantes com leituras de maior interesse, apenas depois ofertar o cânone literário.

Portanto, esperar ou desejar que o discente inicie sua formação como leitor a partir de obras específicas é não compreender a literatura como diversa e não considerar o aluno como ser autônomo e capaz de reconhecer suas próprias vivências para encontrá-las ou não em um livro.

E, se defendo, com veemência, que o prazer da leitura é ingrediente básico, fundamental, indispensável na formação de leitores, não acho justo esperar que estudantes com pouca ou nenhuma leitura de obras literárias, às vezes nenhuma leitura de livro algum, comecem a ler pelas obras-primas. (Maria, 2016, p. 42)

A escolha das obras por terceiros, se não objetivar alcançar o prazer dos potenciais leitores, dificilmente atingirá a formação de um leitor ou promoverá

seu letramento literário. Iniciar pelos cânones é atropelar o processo de amadurecimento com o propósito apenas de enaltecer um conjunto de obras que, de fato, são importantes, mas não são as únicas que podem assegurar a transformação social.

É preciso pontuar que, muitas vezes, essa seleção preestabelecida afasta potenciais leitores da literatura. Michèle Petit em **Os jovens e a leitura** aponta algo relevante sobre a imposição que os pais, na tentativa de aproximar os filhos da leitura, apenas realizam uma imposição desprazerosa.

Nas formas tradicionais de integração social, se reproduzia mais ou menos, a vida dos pais. E a leitura, quando se tinha acesso a ela, participava dessa reprodução, e até de um adestramento – para alguns, já era, ao contrário, um modo privilegiado de modificar as linhas do destino social. (Petit, 2009, p. 18)

A literatura deve ser acessível a todos, inclusive às crianças que são os alvos principais na formação de leitores. Pensando nisso, confronta-se algumas atitudes arraigadas nos responsáveis ao permitir o acesso das crianças aos livros, como o fato de que não se considera o indivíduo leitor como agente primordial e ativo no seu processo de letramento. Se há o contato com a leitura, há uma imposição do que deve ser lido e quando é possível realizar as leituras. Nesse pressuposto, concebe-se a leitura como sendo sempre mediada por alguém que considera a literatura importante, no entanto, limitada e pouco libertadora.

O enfrentamento entre essas duas tendências obedecia a uma contradição fundamental da literatura infantil: os livros são escritos, comprados e avaliados por adultos. Os “críticos” da literatura infantil são, na prática, uma multidão: a de todos aqueles que exercem um papel de poder decisivo sobre o acesso das crianças à leitura. (Colomer, 2003, p. 46)

Nesse viés, ratifica-se que a formação de leitores permite que o leitor, como agente ativo, participe da escolha do que será lido, haja vista que o letramento literário exige que haja prazer e liberdade no processo de amadurecimento do leitor literário. Junto a isso, é imprescindível refletir acerca da imposição dos responsáveis e professores para que haja, de qualquer maneira, a efetivação de uma leitura pré-selecionada.

Nas escolas, evidentemente, após o processo de amadurecimento do leitor literário, as leituras referentes ao cânone podem, e devem, ser contempladas, haja

vista que são atuais e importantes para os discentes. Constata-se, portanto, que o letramento literário visa a liberdade – das escolhas de leituras – para que se alcance a liberdade – conhecimento crítico e interações sociais reflexivas.

4. A prática autônoma e libertária na educação para a formação de leitores

A prática autônoma e libertária na educação é voltada para os alunos, para os educadores, para o corpo docente e, sem dúvida, para todos os que se compreendem como adeptos da educação de qualidade. O saber não pode estar associado, de forma alguma, à censura, à intolerância e ao descaso político e social, é necessário que haja liberdade e autonomia para quem se engaja no processo de formação de leitores.

A educação, visando o processo de formação de leitores, julga necessária a transformação do indivíduo. Ao avaliar a educação em comunidades tradicionais, de maneira mais específica, percebe-se a inevitabilidade de recriar, criativamente, as realidades existentes nas comunidades. É interessante compreender que é preciso ter “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (Freire, 2017, p. 67). A leitura é, indubitavelmente, uma forma de aprender para intervir em sua própria realidade e em realidades que há descaso, carências ou falta de acesso à educação de qualidade.

A autonomia do aluno, no que se refere ao seu processo de aquisição de conhecimento, constitui o direito de não depender mais do professor como mediador eterno de suas informações. “É a liberdade da autonomia, a possibilidade que tem um leitor de construir conhecimentos sem a mediação de um professor, é a promoção do autodidatismo” (Maria, 2016, p. 83). Se há formação de leitores pelos professores, há a formação de educandos críticos e capazes de procurar suas próprias leituras e realizarem suas próprias reflexões, sem terceirizar seus pontos de vista.

A leitura, na perspectiva autônoma, entende a importância da criticidade e do contato direto do leitor com a obra, se tornar um indivíduo ativo e pensante como sujeito apto a interagir com diferentes textos sem se considerar passivo no ato de apreender com os livros é essencial para a prática da liberdade.

Não se lê criticamente, como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado. Ler vinte livros, trinta livros. A leitura verdadeira me compromete

de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. Ao ler não me acho no puro encaixo da inteligência do texto como se fosse ela produção apenas de seu autor ou de sua autora. Esta forma viciada de ler não tem nada que ver, por isso mesmo com o pensar certo e o ensinar certo. (Freire, 2017, p. 29)

A interação com o livro lido instiga a capacidade autônoma de criticar, refletir, recriar e compreender realidades e vivências diversas. O leitor autônomo é livre para escolher e para pensar, ele reitera a Teoria Conciliatória mencionada por Cosson (2018) e manifesta a leitura com um conceito amplo que proporciona a comunicação entre obra, autor, leitor e sociedade.

Nesse contexto, pontua-se que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. (Freire, 2017, p. 58), ou seja, o fazer docente, sendo profissional e ético, propõe o respeito à liberdade dos discentes, bem como o corpo docente – a direção e coordenação escolar – deve trabalhar com autonomia e liberdade em relação às práticas do professor.

É primordial que haja a percepção de um panorama geral do que se compreende por democracia ao tratar de formação de leitores. Como já discutido, Maria (2016) afirma assertivamente que a democracia de um país está diretamente ligada à importância que se dá à formação de leitores, isto é, se o governo investe em projetos para leitura, a democracia se estabelece de fato, visto que a leitura é prática de conhecimento, reflexão e liberdade.

Considerando Cosson (2018), avalia-se que uma boa formação de leitores é atribuída à educação de qualidade, ou seja, para que se tenha leitores em formação em ambiente escolar é necessário que se tenha metodologias sistemáticas, coerentes e aplicáveis. Ainda, para que exista a educação é indispensável que exista também a pesquisa.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro, enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 2017, p. 30, 31)

Infere-se, portanto, que para que um governo seja democrático é substancial que haja estímulo e apoio à pesquisa nacional. Se um governo afirma ser democrático, mas não promove projetos de leitura, não investe em educação e

tampouco incentivava a pesquisa, consequentemente o país se encontra em crise e urge por mudanças. Nesse sentido, pesquisas-ações se fazem imprescindíveis neste contexto.

É fundamental que se realize estudos em comunidades e grupos sociais pouco lembrados pelos governantes a fim de registrar e conhecer as necessidades dessas outras realidades, junto a ações que objetivem compartilhar o conhecimento produzido nas universidades. Tais intervenções se apresentam como basilares no âmbito educacional, social e político.

5. O *locus* da pesquisa e o contexto histórico

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro II – Quilombola é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação – SEMED e está localizada no Furo do Maracujá, sítio Itancoãzinho, no município de Acará, na região norte do Brasil. A escola existe desde 1970 e mudou de localidade diversas vezes, sendo por certo tempo uma escola ribeirinha – ou seja, aquela que fica à beira do rio –, quando localizada no igarapé do rio Maracujá.

O presidente da comunidade de Itancoãzinho foi o responsável pelo reconhecimento da comunidade como remanescente quilombola, visto que, de fato, ali viveram muitas pessoas escravizadas e seus descendentes permaneceram no lugar, embora o território não tenha sido um quilombo – haja vista que quilombos eram espaços onde os escravos vindos do continente africano se escondiam para sobreviver.

Segundo documentos gerados por relatos de moradores de Itancoãzinho, a história da comunidade se relaciona com uma fazenda chamada Itancoãzinho, que se localiza bem próximo de onde hoje é a escola, que pertencia primeiro à família Guilherme e, posteriormente, pertenceu à família Guerreiro e, devido à doação das terras a uma afilhada do capitão Guerreiro, foi dividida e deu origem à comunidade de Santa Quitéria, região ao lado de Itancoãzinho, por já terem sido uma só, as duas comunidades quase sempre são retratadas juntas.

Moradores da comunidade de Santa Quitéria e Itancoãzinho relatam que a fazenda Itancoãzinho possuía escravos desde o século XVIII até os tempos da família Guilherme, e depois repassou o patrimônio, inclusive os escravos, para a família Guerreiro, que tinha algum parentesco com a família Farias Maciel. Durante o período da escravidão, os negros de Santa Quitéria e Itancoãzinho desenvolveram

atividades agrícolas no território de Santa Quitéria e trabalhavam na olaria de Itancoânzinho (Equatorial Transmissão, 2018, p. 8)

Tal história marca a origem da comunidade e significa parte da memória do lugar onde os educandos da escola estudam atualmente. É interessante saber que os discentes conhecem a história do território, dos moradores mais antigos e sentem curiosidade quanto aos diversos acontecimentos da região. O espaço onde a escola está situada era um cemitério em que eram enterrados os escravos e no lugar ainda existem resquícios das vivências que existiram ali, como uma história que terminou há pouco tempo.

Desde o século XVIII os proprietários da fazenda possuíam escravos e tinha como principal trabalho uma olaria. Até hoje este lugar possui vestígios deste período. Os alunos da escola têm conhecimento deste lugar e, com certa frequência, frequentam onde ficava a fazenda e o chamam de Calha.

Quando ocorreu a abolição da escravatura, os fazendeiros que ficavam na região do Baixo Acará não conseguiram se manter e foram morar nas cidades, ficando os escravos nas terras, permitindo que eles trabalhassem nela para tirar o sustento. Entretanto, isso só era possível mediante cobrança de um aluguel que, até os anos de 1960, ainda era cobrado.

“Ele conta que chegou por volta de 1960, contratado por dona Teresa, última descendente de Guerreiro, com objetivos de recolher mensalmente o aluguel de 65 famílias de descendentes de escravos daquela localidade. Segundo sr. Urbano “as pessoas pagavam com o que tinham, pagavam com a roça, seringa, cacau, mas não compensava pagar em produto, então iam no Ver-o-Peso, vendiam e me entregavam o dinheiro””. (Equatorial Transmissão, 2018, p. 9)

É interessante perceber que a história da comunidade permanece viva, ainda, graças à oralidade, haja vista que os relatos são recentes e têm passado por gerações. As histórias repassadas por meio da oralidade permitem que boa parte das informações dessa comunidade tradicional seja preservada.

6. Metodologia

Para conhecer o *lôcus* da pesquisa-ação foi realizado um estudo de cunho etnográfico – aquele que visa um contato intersubjetivo entre o pesquisador e o objeto de pesquisa – a fim de descobrir qual a concepção de língua/ linguagem

que a professora da turma possui, bem como as formas que as relações entre alunos, professores, coordenação, ambiente e conhecimento são estabelecidas. A pesquisa se deu a partir de conversas gravadas com a professora, com a autorização assinada. Ainda, várias conversas foram realizadas com profissionais da escola para conhecer o funcionamento da instituição, foi feita também a leitura de documentos sobre a escola, como o tempo de existência e informações sobre a história da comunidade.

Um passeio durante o período de aulas foi realizado com a turma foi realizado pelos arredores da escola a fim de conhecer a estrutura da comunidade. As oficinas foram elaboradas após o período inicial que foi utilizado para conhecer os alunos, a escola e a professora. A investigação inicial do espaço foi necessária para que se soubesse com a maior precisão possível se a escola poderia dispor de materiais, como livros literários e, ainda, para saber qual gênero seria de maior interesse para a turma. Para concretizar a pesquisa-ação foram investigados possíveis fatores que interferem diretamente no processo de formação de leitores na escola de Itancoãzinho.

Foram identificados, então, cinco fatores primordiais que se constituem obstáculos a serem superados para que haja formação de leitores. Sabendo disso, foram selecionados três dos cinco fatores para se intervir, minimizando-os por meio das oficinas de leitura na turma. Os fatores selecionados foram o pouco acesso às obras do interesse dos alunos; a carência de uma metodologia reflexiva e a inadequação na concepção de leitura por parte da professora de linguagens da turma. O critério de escolha foi realizado a partir das condições de possibilidade dentro do tempo, recurso e função da pesquisa, isto é, existem fatores que, infelizmente, estão acima das possibilidades de intervenção neste estudo. Minimizados alguns dos principais fatores intervenientes no processo, a hipótese era de que a formação de leitores na turma do 6º ano seria facilitada.

Entende-se que este processo é demorado e exige acompanhamento dos professores no decorrer do amadurecimento do leitor, contudo, estipula-se que os primeiros indícios de interesse pela leitura se revelem durante as oficinas no período dos encontros com os alunos. Nesse sentido, no primeiro dia de encontro foi possível conhecer os alunos por meio de uma conversa em roda que permitiu saber quais os interesses dos discentes no que se refere aos gêneros. Percebeu-se, então, que o suspense era de maior encanto da turma, possivelmente porque a comunidade já possui bastante relação afetiva com as histórias de terror contadas por gerações. Ainda, para que os alunos tivessem acesso aos textos, foi necessário imprimir cópias para toda a turma.

Para realizar as oficinas didático-pedagógicas foi feita uma adaptação da Sequência Básica proposta por Cosson (2018), que consiste em apresentar e realizar uma leitura em sala de aula em quatro etapas: Motivação, que significa construir pontes entre as realidades dos alunos e a leitura que será feita com o intuito de que haja interesse pelo enredo proposto pelo professor; Introdução, que constitui o momento destinado pelo professor para falar sucintamente a respeito do autor e um pouco da obra; Leitura, que é o ato realizado pelo aluno de finalmente entrar em contato com o livro e lê-lo; e, como a última etapa da Sequência Básica, a Interpretação, que aqui foi optado chamar de Interação, que equivale ao momento em que os alunos leitores podem manifestar as impressões que tiveram do que foi lido.

É necessário, ainda, tratar do critério de seleção dos textos dentro do gênero suspense. Para avaliar a leitura dos alunos foi selecionado A lenda da cobra grande com o intuito de que se partisse de uma realidade próxima dos estudantes, visto que é uma lenda contada na comunidade. A segunda leitura foi **A moça do táxi**, de Monteiro (2000), a fim de que se expandisse a ideia de espaço na obra, partindo para a realidade de Belém. A terceira obra foi o conto **A lâmpada**, contido no livro **O cão da morte**, de Christie (2012), que já apresenta espaços e personagens bem mais distantes das realidades dos alunos, fator que possibilitou aos discentes constatar outros contextos. E o último texto foi o conto **Venha ver o pôr-do-sol**, de Lygia Facundes Telles (2007), esse o enredo foi escolhido com o objetivo de que os alunos pudessem realizar a atividade de produção de um livro, haja vista que é uma obra que permite tal interesse.

A primeira oficina, no segundo encontro, foi destinada para a Motivação que foi efetivada a partir da adaptação da atividade chamada palavra-chave. Consistiu em solicitar que os alunos escrevessem informações e sentimentos que possuem em relação ao gênero suspense e, posteriormente, colar com fita adesiva os papéis no quadro. Após essa atividade, foi lido em voz alta os escritos e, brevemente, se teve uma conversa sobre histórias de suspense considerando o repertório e o interesse dos alunos. A partir dessa oficina foi possível obter por escrito dos alunos o que acham das histórias de terror e suspense.

É notório que os discentes possuem uma relação com as histórias orais de terror e suspense, visto que, como relatado pela maioria dos aprendentes nesse encontro, a família e amigos têm o hábito de se reunir para contar enredos que, normalmente, têm como palco a própria comunidade ou comunidades próximas. Considerando tal informação, o gênero escolhido promoveu grande euforia e interesse da parte dos alunos, visto que puderam se sentir ativos e participantes no processo de leitura, como indivíduos que partem da própria realidade e se sentem integrados e conhecedores de parte do que é lido e conversado.

Ainda nesse encontro, foi realizada uma avaliação diagnóstica acerca do nível de compreensão dos alunos na leitura. Para isso, foi proposta uma leitura individual e silenciosa da **A lenda da cobra grande** e, em seguida, solicitado que a turma comentasse o que achou de mais interessante na leitura, bem como se já conheciam, se perceberam alguma diferença da lenda já ouvida por eles em outro momento, com o objetivo de avaliar qual seria o melhor procedimento durante as oficinas de formação de leitores. Realizada a leitura silenciosa e concretizada a conversa, o texto com a lenda foi lido em voz alta pela professora com as ênfases do suspense e, em uma conversa, as compreensões dos aprendentes com a obra foram confirmadas.

Na segunda oficina, a relação com o contexto social dos discentes foi a prioridade, para tal, foi feita a oficina Mitologia brasileira em que se falou sobre a importância das lendas e da oralidade para a manutenção das histórias, como e com qual intuito as lendas surgem e a não necessidade de manter um rigor em sua contação. Em seguida, os discentes tiveram tempo para compartilhar as lendas que conhecem, tal atividade foi primordial para dar protagonismo para os educandos, bem como para conhecer a realidade e as histórias da comunidade que passam de geração a geração e, dessa forma, relacionar o gênero suspense com as lendas que os alunos já conhecem.

Na terceira oficina foi apresentado autor da obra que foi selecionada para esse dia aos alunos, bem como sobre o local onde acontece a obra. Houve a leitura do conto **A moça do táxi**, de Walcyr Monteiro. A metodologia adotada a partir da avaliação diagnóstica foi a leitura silenciosa e individual dos alunos e, posteriormente, foram feitas perguntas oralmente aos alunos sobre o que acharam do texto, se já foram nos lugares onde se passa o enredo, se acreditam que essa história é verdadeira, tudo com o intuito de que a turma pudesse manifestar a interação que tiveram com a leitura.

A quarta oficina foi destinada para a leitura do conto A lâmpada, contido no livro **O cão da morte**, de Ágatha Christie. O conto, por ser mais extenso, foi dividido ao meio para ser lido em dois encontros. Dessa forma, o quinto encontro constitui a continuação da leitura deste mesmo conto. A metodologia seguiu a mesma das leituras anteriores, sempre contando com a interação dos leitores com a obra.

Na sexta oficina, o texto trabalhado foi o conto **Venha ver o pôr-do-sol**, de Lygia Fagundes Telles. O conto foi cortado no clímax para que os alunos, após leitura e discussão do texto, pudessem realizar a atividade de escrever um final para a história, com o intuito de que exercitassem a criatividade e se colocassem no lugar do escritor de um texto. Foi solicitado aos alunos, então, que escrevessem em um papel como acreditam que seria o fim da história, depois os papéis foram recolhidos para que pudessem passar a limpo no encontro seguinte.

Na sétima oficina, oitavo e último encontro, foram disponibilizados materiais para que os discentes passassem a limpo suas produções para uma folha de papel A4. Os materiais foram as folhas de papel A4, canetas, lápis de cor, giz de cera e o encarte do livro que foi preparado anteriormente. Neste encontro foi realizada a produção de um livro que contém como início o conto de Lygia Fagundes Telles, da parte que foi lida em sala e, como final, tem os diversos textos escritos pelos educandos.

Ainda, foi lido o final do conto escrito pela autora da obra. Ao fim do encontro, houve breve conversa com os alunos da turma sobre a importância da leitura e foi percebida grande curiosidade quanto ao final da história, pois os estudantes desejavam saber qual final se aproximava mais daquele construído pela autora. Nesse sentido, a criatividade e as curiosidades dos alunos foram estimuladas com tal atividade, visto que puderam elaborar finais a partir dos repertórios que possuem, assim como conhecer os finais elaborados pelos outros colegas de turma.

Em seguida, foi feita a doação de livros para que deem continuidade no processo de letramento literário. Os livros doados tratavam de temáticas diversas e foram escolhidos no ato da doação pelos cada estudante. Essa prática visou estimular o interesse pela leitura, para que os educandos pudessem levar as obras para casa e desfrutar da leitura sozinhos ou com os familiares.

7. Fatores intervenientes para a formação de leitores

A formação de leitores na turma do 6º ano da E.E.I.F. Nsa. Sra. do Perpétuo Socorro II – Quilombola enfrenta diversas dificuldades para que seja concretizada. Com o período para a pesquisa-ação de cunho etnográfica no ambiente escolar foi possível constatar cinco principais fatores intervenientes para o processo, sendo eles: falta de verba para o acesso à escola por meio dos barcos; ausência de uma sala de leitura eficiente; pouco acesso às obras do interesse dos alunos; carência de uma metodologia reflexiva e concepções de leitura inadequadas para o contexto de aplicação por parte da professora de linguagens da turma.

Alguns desses fatores afetam diretamente no processo de educação dos alunos, pois afetam na frequência dos alunos na escola, como por exemplo a falta de verba para que os barqueiros realizem o transporte dos educandos. A partir dessa realidade, entende-se que o processo de formação de leitores constantemente enfrentará dificuldades para ser efetivado se a prefeitura do Baixo Acará não intervir nesta problemática.

Considerando tal contexto educacional, foi preciso selecionar alguns dos fatores encontrados para que se realizasse intervenções minimizando-os a fim de que houvesse formação de leitores na referida turma. Para isso, foi necessário avaliar quais dos intervenientes eram passíveis de modificação considerando os recursos e tempo disponíveis para a pesquisa-ação. No que se refere ao acesso dos alunos à escola quilombola, o principal meio de transporte é feito por barcos e canoas, desse modo, os discentes das comunidades arredores são buscados por alguns barcos-escolas até a comunidade de Itancoãnzinho, os alunos que possuem canoa própria e podem manter o custo do transporte a utilizam e dividem com colegas que também estudam na escola, realizando uma espécie de carona.

Nesse sentido, muitos alunos ficam impossibilitados de frequentar a escola por vários meses devido à falta de verba da prefeitura do município do Baixo Acará que não mantém em dia o salário dos barqueiros e nem dos próprios professores e funcionários da escola. Ainda, é primordial que nas escolas haja uma sala de leitura/biblioteca agradável, com iluminação e ventilação suficiente para que o ambiente seja favorável e os discentes se sintam bem com a leitura. É indispensável também que tenha variedade de livros com o objetivo de alcançar o maior número de alunos com grande diversidade de temáticas.

Entretanto, na escola trabalhada há ausência de uma sala de leitura eficiente. A sala de leitura existe, contudo, consiste em uma antiga sala de aula com livros diversos que se misturam entre literatura infantil, paradidáticos, acadêmicos e técnicos. Os livros estão desorganizados, além de empoeirados e desgastados. A sala conta apenas com a iluminação de uma janela, constantemente fechada, e sem ventilação. Sobretudo, é preciso mencionar que a sala de leitura é de responsabilidade de uma professora que tem por metodologia escolher um dos livros e levá-lo à sala de aula, em vez de permitir o livre acesso dos alunos aos livros. Durante os encontros, foi constatado por meio das falas dos educandos e, de fato, verificado por diversos dias, que a sala de leitura fica trancada e os alunos não podem frequentá-la.

Nesse contexto, por conta da falta de organização na sala de leitura, os alunos passam a ter pouco acesso às obras do interesse deles. Para o processo de formação de leitores é imprescindível que o potencial leitor perceba prazer no ato da leitura, nesse sentido, a escolha da leitura que não considera o aluno como maior interessado no processo corre grande risco de ser maçante e, por conseguinte, de não atingir o resultado pretendido. É importante que haja mudanças na sala de leitura, que haja uma seleção ao receber doações de livros para a escola e, também, que ocorra uma organização das obras por categorias que facilitem o encontro dos alunos com os livros.

Ainda nesse contexto, é essencial pontuar que a professora da turma pode amenizar tal problemática selecionando obras que sejam atrativas para os alunos, verificando relações do enredo com as realidades dos aprendentes. Dessa maneira, é possível que o processo de formação de leitores seja facilitado. Somado a essas adversidades, ainda existe o fato de que a escola, por não oferecer EJA – Educação de Jovens e Adultos, permite que a turma receba alunos com idades díspares, prova disso é que a turma do 6º ano é constituída por alunos na faixa-etária de 11 a 24 anos. Fator que, sem dúvida, dificulta a metodologia da professora no que se refere aos textos propostos, visto que há conflito de interesse entre os alunos de idades muito distantes.

Outro interveniente na formação de leitores se refere à carência de uma metodologia mais consciente do contexto educacional por parte da professora que, frequentemente, realiza atividades de ditado com os alunos. De acordo com a docente, a metodologia aplicada é a de fazer leituras para os alunos de textos com palavras que geram dúvida na escrita por conterem consoantes que representem sons iguais em algumas palavras e, em seguida, verificar o caderno dos alunos para avaliar se as palavras foram escritas dentro da norma padrão da língua portuguesa.

Outrossim, é mister mencionar que a educadora opta por uma metodologia que expõe os alunos, haja vista que é solicitado, diversas vezes, que os discentes realizem leituras de textos escolhidos por ela em voz alta, em pé, na frente da turma. Tal escolha metodológica inibe o interesse dos potenciais leitores pela literatura, pois gera um desconforto ao permitir que seja associado a vergonha e incapacidade ao ato de ler. Junto às questões metodológicas, há também outro indicativo que se estabelece como obstáculo no processo de formação de leitores, a inadequação na concepção de leitura.

Seria viável registrar apenas a concepção da professora de língua portuguesa como distorcida, entretanto, percebe-se que há um desvio generalizado na escola a respeito do conceito de leitura. A leitura é comumente apresentada como punição para os alunos, sendo tida como negativa e cansativa, a concepção distorcida promove o distanciamento dos alunos com a leitura.

Para a educadora, a leitura está diretamente associada à interpretação de texto no sentido mais gramatical possível, considerando que atividades de leitura devem vir sempre acompanhadas de perguntas sobre a Língua Portuguesa e de questões que servem apenas para avaliar a atenção do aluno e a capacidade de retornar ao texto em busca de respostas que podem, facilmente, ser transcritas e copiadas no caderno. Sabendo disso, o processo de formação de leitores na Escola E. I. F. Nsa. Sra. Do Perpétuo Socorro II – Quilombola é dificultado pelos

fatores intervenientes identificados e, para que se forme leitores, é imprescindível que haja a diminuição considerável desses elementos contraditórios na escola de Itancoãzinho.

É nítido, portanto, que nem todos os aspectos são passíveis de alteração por meio da presente pesquisa. Considerando tal realidade, três dos cinco fatores identificados receberam intervenções que os minimizassem com o intuito de promover, com maior eficiência, o processo de formação de leitores na turma do 6º ano.

8. Resultados

Os fatores intervenientes identificados foram: 1. falta de verba para o acesso à escola por meio dos barcos; 2. ausência de uma sala de leitura eficiente; 3. pouco acesso às obras do interesse dos alunos; 4. carência de uma metodologia coerente e 5. o déficit na concepção de leitura. Destas, as que foram interferidas foram as 3, 4 e 5.

A partir do projeto de intervenção foi possível identificar quais os fatores que interferem no processo de formação de leitores na turma do 6º ano da escola de Itancoãzinho e, partindo disso, minimizar alguns desses elementos e esperar que o interesse pela leitura aumentasse. Considerando a primeira oficina, constatou-se que o nível de leitura dos alunos era suficiente para que se optasse pela metodologia de leitura individual e silenciosa para, posteriormente, ser feita a leitura pela professora em voz alta, com as devidas entonações e, em seguida, a interação dos leitores com a obra.

Nessa oficina foi verificado que um dos alunos da turma não sabia ler, enquanto os demais alternavam apenas na fluidez da leitura, apresentando bom nível de compreensão. Os fatores intervenientes selecionados para intervenção foram: pouco acesso às obras do interesse dos alunos, carência de uma metodologia adequada ao contexto social dos alunos e, também, a inadequação na concepção de leitura apresentada aos discentes.

A partir desses elementos, foi possível verificar os resultados durante as atividades, sendo importante registrar que a metodologia procurou facilitar o processo de formação de leitores, partindo sempre dos elementos intervenientes como obstáculos a serem superados. Para minimizar o pouco acesso às obras de interesse dos alunos, primeiro se descobriu qual o gênero que os discentes possuíam interesse em comum.

Feito isso, foi necessário disponibilizar as leituras por meio de materiais impressos e distribuídos em sala para os alunos. Percebeu-se, a partir disso, que durante todas as oficinas os alunos manifestavam vontade e curiosidade sobre

o que seria lido, tendo a obra em mãos e obtendo o conhecimento de que o enredo faz parte do afeto que dispensam pelo gênero que tanto é dividido oralmente na comunidade, os leitores mostraram empenho em se dedicar durante as leituras.

Foi notado que, antes de possibilitar as leituras que sejam proveitosas para os alunos, os discentes não mantêm a atenção nos textos, não realizavam as leituras solicitadas pela professora da turma e conversavam durante o momento que seria para ler, fazendo com que a professora precisasse disputar o tom de voz com a turma, transformando a sala de aula em um ambiente desagradável durante o horário de leitura. Em comparação, ao propor leituras que estimulavam a curiosidade dos educandos, o desejo pela leitura foi manifestado, sendo possível perceber isso por meio do silêncio dos alunos no momento da leitura e pelo controle da conversa dos alunos pelos próprios alunos.

Ainda, foi notado que no fim das atividades, os leitores pediam para saber qual seria a próxima leitura do encontro seguinte e, também, propunham temáticas de enredo, demonstrando interesse em continuar as atividades de leitura e seguir a metodologia aplicada. No momento dedicado para a interação com a obra, os aprendentes participavam com fascínio e com autonomia e domínio. Durante o decorrer das atividades e dos encontros, o número de participação dos alunos no momento da interação aumentou consideravelmente.

No que diz respeito ao fator da carência de uma metodologia mais adequada foi importante realizar constantes avaliações dos encontros feitos com os aprendizes, ou seja, os processos pedagógicos e as escolhas metodológicas eram reavaliadas com o intuito de que se pudesse verificar se as necessidades dos educandos estavam sendo atendidas, isto é, cada nova oficina partia das percepções da oficina anterior. Os alunos, a princípio, apresentavam resistências quanto ao contato com a leitura e, segundo a professora da turma, recusavam-se a realizar as leituras da forma como a docente apresentava a metodologia.

Foram elaboradas, então, oficinas adaptadas à aprendizagem dos alunos e à realidade da comunidade, como a escolha de gêneros textuais que se aproximam do contexto de oralidade que já possuem estes como repertório pessoal e cultural. Foi observado que, após a metodologia aplicada, considerando também a adaptação da Sequência Básica, os estudantes mostraram grande diferença no que se refere à participação.

Foi percebido, ao comparar que antes os alunos se recusavam a ler, indo na frente da sala para leitura em voz alta e que, com a nova metodologia, além de ler em silêncio individualmente e participarem do momento de interação, os alunos começaram a pedir para, em vez da professora ler sozinha em voz alta, que os

discentes pudessem ajudar com a leitura, acontecendo, então, espontaneamente um amadurecimento na relação com a leitura.

Foi realizada uma metodologia que percebe o aluno como autônomo, agente ativo e participativo em seu próprio processo de aprendizagem, os discentes passaram a optar por dividir os personagens e a leitura em voz alta, tal contexto foi uma adaptação durante o processo, a adaptação foi realizada a partir do interesse dos educandos, permitindo flexibilidade na metodologia à medida em que o amadurecimento no contato com a leitura evoluía. A metodologia que considera a interação direta do aluno com a obra permitiu constatar que os leitores, ao ter a oportunidade de se manifestar quanto aos seus saberes, impressões e, ao mesmo tempo, poder ouvir os saberes do outro e as diversas impressões possíveis de um mesmo texto, se sentiam mais confiantes quanto à leitura.

Nessa nova perspectiva, o processo de formação de leitores foi estimulado e os leitores, cada vez mais ativos, davam novas ideias para as leituras seguintes. No que se refere ao desvio do conceito de leitura por parte da professora da turma, foi apresentado aos alunos, e a professora da turma pôde também ter contato com essa outra face da leitura, um conceito da literatura diferente da gramática e dos questionários superficiais que exigem do aluno sempre o mínimo. Nesse contexto, a metodologia considerada adequada se relaciona diretamente com a adoção de um conceito de leitura que compreende o livro como completo, no sentido de conteúdo, informação, cultura e a leitura como ato suficiente, no sentido de não exigir os questionários e perguntas gramaticais como fins do ato de ler.

Os resultados observados quanto à mudança do conceito de leitura foi a participação significativa dos estudantes nas leituras e interesse em continuar o processo. Os alunos passaram a interagir com a turma, fator que não acontecia antes, visto que sentiam vergonha uns dos outros. Ainda, como já mencionado, é necessário pontuar que na turma há um único aluno que não sabe ler e que os professores o passam de ano mesmo sem esse conhecimento.

Quanto aos alunos que não podiam ir à escola com frequência devido à falta de barco, o processo de formação de leitores não os atingiu da mesma forma, ou seja, estes alunos sofrem consequências em seus processos de aprendizagem por conta da falta de comprometimento da Prefeitura Municipal do Acará que está interferindo na frequência dos alunos a despeito da falta de pagamento dos barqueiros.

Para que os resultados do processo de formação de leitores continuem, foi feita a produção de um livro pelos alunos com o intuito de que o livro fosse guardado na sala de leitura para incentivar que os discentes frequentem a sala, bem como para que solicitem a abertura da sala de leitura com mais constância. Ainda

nesse contexto, foi realizada a doação de livros para que os leitores possam, em suas casas, ou nos ambientes da escola, dar continuidade no amadurecimento na leitura literária.

Compreende-se, portanto, que os resultados obtidos na presente pesquisa-ação se constituem de avanços significativos com os alunos que tiveram acesso à escola com maior frequência e grande melhoria no que diz respeito ao interesse pela leitura, além de conquistas realizadas no que se refere à conclusão da leitura de textos que antes eram considerados grandes e, ainda, obstáculos superados quanto à percepção de uma nova metodologia e concepção de leitura. Nesse aspecto, percebe-se que se minimizados alguns dos principais fatores intervenientes, o processo de formação de leitores é facilitado e os alunos se sentem mais estimulados a realizar leituras literárias.

9. Discussão dos resultados

Compreende-se da presente pesquisa que a Escola E. I. F. Nsa. Sra. Do Perpétuo II – Quilombola sofre com fatores que interferem no processo de formação de leitores dos alunos, por falta de recursos básicos vindos da prefeitura do Baixo Acará, bem como da falta de formação docente no que diz respeito aos conceitos de leitura e da importância do letramento literário nas escolas. Ainda, dos fatores intervenientes, constatou-se que a escola não dedica atenção para o espaço da Sala de Leitura, pois mesmo tendo uma bibliotecária responsável pelo espaço e mesmo com tempo para leitura no horário de aulas dos alunos, a literatura ainda é maçante e obrigatória. Considerando os resultados alcançados, percebe-se que se os fatores intervenientes são minimizados, o processo de formação de leitores é facilitado.

Constata-se que o ato de ler, constituído como um direito de todos os indivíduos, não se trata apenas de gosto, ou seja, não se trata apenas de gostar ou não de ler, a questão para o aprimoramento da leitura nas escolas é a forma como a coordenação e professores lidam com a importância da leitura em seus tempos, dentro e fora da sala de aula. Se o corpo docente é leitor, possivelmente irão se referir à leitura como positiva e não como algo a ser superado dentro do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, ao minimizar alguns dos fatores intervenientes presentes no contexto dessa escola, o interesse pela leitura pode ser promovido.

A partir dessa reflexão, é compreensível que o processo de letramento literário, como um direito, não está condicionado ao gosto, mas sim ao acesso à leitura com metodologias voltadas para a realidade da escola e da turma. Se há transporte, profissionais qualificados, livros diversos, biblioteca organizada

e agradável, entende-se que o processo de formação de leitores é facilitado. Portanto, no que se refere ao fator transporte, há um grande ataque à educação dos alunos atingidos, visto que sem acesso à escola, os recursos desses discentes se reduzem consideravelmente e tornam-se escassos. Com a falta de verba para transporte por meio dos barcos-escolas os estudantes da comunidade atingida só tiveram a oportunidade de participar de dois encontros nas oficinas do total de oito.

Nesse contexto, o processo de formação de leitores é prejudicado e, infelizmente, não houve como intervir nesse fator que interferiu diretamente no contato dos alunos com a leitura na escola. A ausência de uma sala de leitura eficiente está relacionada, em geral, com a falta de recursos ou de interesse da escola pela leitura. No caso da escola trabalhada, o fato de haver uma sala de leitura, mas com livros empilhados, empoeirados e pouco organizados para o interesse dos alunos, pode indicar que a leitura não estava posta como prioridade para a escola.

A sala de leitura sempre trancada indica que os alunos não têm livre acesso aos livros, apenas com a mediação da professora responsável pela sala, fator que também dificulta o processo de formação de leitores porque conta apenas com a escolha da leitura pela professora e com uma metodologia que terceiriza a leitura, isto é, torna-se apenas uma contação de histórias, transformando um instrumento que leva à leitura no objetivo final. Esse fator também não pôde ser minimizado ou modificado porque exigia tempo e interesse da escola.

Por esse motivo foi necessário levar os materiais e textos impressos para os alunos e produzir o livro com o intuito de que as idas à sala de leitura se tornassem mais frequentes e assim estimulassem a coordenação a manter a sala aberta durante o horário de funcionamento da escola. O pouco acesso às obras que se relacionam com a realidade dos alunos foi minimizado ao se estabelecer uma relação com a turma e questioná-los de seus interesses pela leitura.

Nesse sentido, o acesso às obras se caracteriza como um recurso e que está diretamente ligado à metodologia do professor. Ao elaborar as oficinas concluiu-se que o básico para o processo de formação de leitores é disponibilizar os livros para os alunos, sendo assim, o professor precisa também ser consciente de que os recursos na escola ainda são poucos e para isso seria necessário sempre partir do conhecimento dos discentes.

Entretanto, tal metodologia estava afastando os discentes da leitura e, ainda, estabelecendo bloqueios de socialização quando decide expor os educandos na frente da turma. Minimizado tal fator, isto é, modificada a metodologia de exposição, obrigatoriedade de leitura em voz alta e questionários sobre a leitura com

perguntas gramaticais e superficiais, os leitores demonstraram interesse pela leitura e, inclusive, manifestaram interesse espontâneo pela leitura em voz alta com a sala, dispostos em roda.

Considera-se, portanto, que quando se oferece aos alunos recursos suficientes, espaço e tempo para serem ativos em seus processos de ensino e aprendizagem, observa-se que o desempenho dos aprendizes é melhor e mais eficaz. Durante esta pesquisa-ação constatou-se que permitir que os educandos pudessem manifestar seus interesses pessoais e, durante as oficinas, terem tempo e voz para participar e contribuir com seus conhecimentos e impressões e percepções sobre a leitura realizada, tornou o contato com a literatura mais amigável e favorecido.

Ainda, foi avaliado durante o período de estudo do processo de formação de leitores na turma do 6º ano que os alunos que frequentavam as aulas tiveram maior desempenho durante as oficinas. Os intervenientes de transporte e sala de leitura precisam ser obliterados com o intuito de que os estudantes tenham seus direitos, tanto à escola, como à literatura, respeitados. Entretanto, cabe à prefeitura intervir na problemática da falta de verba para o transporte e cabe aos professores e ao corpo pedagógico elaborar projetos que movimentem a Sala de Leitura e que promovam a organização desse espaço. Quanto aos demais fatores intervenientes, ao serem minimizados, facilitaram o contato agradável dos alunos com a literatura.

Considerações finais

O processo de formação leitora é de grande importância para a intelectualidade de uma sociedade. Entende-se que uma sociedade democrática é oriunda de uma sociedade leitora, visto que a leitura é instrumento de prazer, de criticidade, de reflexão e permite acesso a diversas culturas, tempos, espaços e pessoas. Esta pesquisa se voltou para a necessidade de estudar como é a realidade da formação de leitores em comunidades tradicionais.

Ainda, o processo de formação de leitores enfrenta obstáculos no que se refere às metodologias que facilitem o contato dos alunos do 6º ano do ensino fundamental com a literatura. Se os fatores identificados forem minimizados, é provável que os alunos se identifiquem com as leituras e deem continuidade em seus processos como leitores. Para que isso seja propício aos alunos, a doação dos livros foi realizada com o objetivo de que os leitores fossem estimulados a dar continuidade no processo de leitura literária, dessa forma, os alunos, como ativos, podem se fazer responsáveis pela construção de seus conhecimentos.

A educação, portanto, precisa considerar os alunos como agentes ativos em seus processos de aprendizagem. O presente trabalho considera a formação de leitores em ambiente escolar um direito dos alunos e, principalmente, quando se trata de educação em comunidades tradicionais, um processo emancipatório e democrático. A criticidade, a cultura e as diversas realidades e tempos conquistados e aprendidos em leituras são essenciais para os alunos remanescentes quilombolas e, junto a isso, o acesso à cultura e ao lazer por meio do acesso aos livros literários. A presente pesquisa é importante por promover o acesso à leitura em comunidades tradicionais já bastante esquecidas socialmente, este trabalho apresenta a leitura como instrumento libertador e emancipador, a fim de que alunos de comunidades remanescentes quilombolas tenham perspectiva de escrever e narrar sua própria história. Além disso, é importante por estudar as metodologias presentes e os fatores intervenientes que existem e que dificultam o processo de ensino-aprendizagem nas escolas quilombolas, bem como realizar o registro escrito de informações históricas, territoriais e culturais da comunidade estudada, evitando o esquecimento e dando voz aos que, historicamente, não puderam a ter. É essencial que a comunidade acadêmica realize estudos sobre as comunidades tradicionais, assim como ações que promovam o acesso aos bens culturais que são direito de todos os indivíduos para que os alunos remanescentes quilombolas se mantenham resistentes e ativos em seus processos de educação. Junto a isso, os estudos são essenciais para que os moradores das comunidades tradicionais tenham acesso aos seus direitos e recursos de lutar por melhorias em seus territórios, tornando-se professores, historiadores, médicos, e quaisquer outras profissões que considerarem importantes para a manutenção da sociedade.

Referências

- CANDIDO, A. (1995). O direito à literatura. *Vários escritos*. 3. ed. Duas Cidades.
- COLOMER, T. (2003). *A formação do leitor literário*. Tradução de Laura Sandroni. Global.
- COSSON, R. (2018). *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. 7. reimpressão. Contexto.
- EQUATORIAL Transmissão. (2018). *Relatório Socioambiental Resumido*: Componente quilombola Santa Quitéria, Itancoãzinho. Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.
- FREIRE, P. (2017). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 55.ed. Paz e Terra.
- KLEIN, M. (1991). *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (1946-1963). Trad. da 4.ed. inglesa de Elias Mallet da Rocha. Imago Ed.

- LHOSA, M. V. (2004). *A verdade das mentiras*. Tradução de Cordélia Magalhães. Arx.
- MARIA, L. de (2016). *O clube do livro: ser leitor, que diferença faz?* 2. ed. Global.
- PETIT, M. (2009). *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Tradução de Celina Olga de Souza. 2. ed. Editora 34.
- SOARES, M. B. (2001). A escolarização da literatura infantil e juvenil. In A. Evangelista, B. Brandão & M. Z. Machado (Orgs.). *Escolarização da leitura literária*. Autêntica.
- TODOROV, T. (2009). *A literatura em perigo*. Tradução de Caio Meira. DIFEL.

Feminino/ masculino/ neutro no fenómeno linguístico @ da linguagem inclusiva: a gramática do género em latim, português e noutras línguas românicas ¹

Feminine/ masculine/ neutral at the linguistic phenomena @ from the inclusive language: gender grammar in latin, portuguese, and others romance languages

HELENA REBELO*

Resumo: O Conselho Económico e Social (CES) de Portugal aprovou em 2021 um Manual para a Linguagem Inclusiva na Administração Pública. Já em 1999, 22 anos antes, a UNESCO concebia o *Guia Sobre a Linguagem Neutra* em função do sexo, evidenciando uma interdependência entre género gramatical e sexo. Outros organismos se têm manifestado a propósito de questões de Linguística e Gramática que interessam à comunidade mundial, em que qualquer pessoa parece ter opinião e posição. Há uma mudança a acontecer e ela tem vindo a manifestar-se nas línguas românicas. É o que se pretende observar, sobretudo, para o português.

Palavras-chave: sociedade-cultura; linguagem inclusiva; sexo-género; gramática; línguas românicas.

* CLLC | Universidade de Aveiro
FAH-DLLC e CIERL | Universidade da Madeira

1 O presente trabalho retoma em parte o tema “Feminino/ Masculino/ Neutro no fenómeno linguístico @: Igualdade nas Diferenças”, apresentado por convite no painel de reflexão subordinado ao tema “Linguagem inclusiva: o melhor caminho para a igualdade?”, quarta-feira, 23-03-2022, 11:00, sala 21, na Universidade da Madeira, com a organização de Cristina Santos Pinheiro e Dora Isabel Fialho Pereira.

Abstract: The Economic and Social Council of Portugal approved in 2021 a handbook about Inclusive Language at the Public Administration. In 1999, mostly 22 years before, UNESCO prepared a *Guidelines for Neutral Language* reporting to sex, explaining the grammatical intersection between gender and sex. Some other institutions had given their point of view about Linguistics and Grammatical issues that interest the international community, because anyone seems to have something to say about this subject and a personal position. A changing is happening, and it is evident in the Romance Languages. This is what we want to observe specially for the Portuguese.

Keywords: society-culture; inclusive language; sex-gender; grammar; romance languages.

Considerações introdutórias

Nas línguas românicas, considerando em específico o italiano, o francês, o castelhano e o português, pela Gramática, faz-se a distinção de gênero com duas possibilidades: feminino/ masculino, excluindo um o outro, o que faz com que nunca possam coincidir. Mesmo quando é uniforme (ex.: *docente, estudante, utente*), relaciona-se sempre com uma das duas possibilidades. Ao empregar uma, em situação de uso, a outra não é tida em conta, o que faz com que o elemento linguístico classificado gramaticalmente como masculino não será feminino e o feminino não será masculino (ex.: *a docente/ o docente, a estudante/ o estudante, a utente/ o utente*). É uma evidência e um dos primeiros exercícios gramaticais mais difíceis, quando se aprende uma das línguas românicas, passando de uma para outra, por exemplo, pela tradução. Ao iniciar a aprendizagem de uma língua, mesmo sendo românica, compreende-se que as questões de gênero (critério gramatical) são arbitrárias e vão variar de língua para língua. Muitos dos elementos nem sexo têm, mas possuem gênero, corroborado, nomeadamente, pelos determinantes como os artigos. Porque o gênero é uma categoria importante para as línguas que derivaram do latim, acontece assim. Para o português, o artigo “o” representa o gênero masculino e o “a” o feminino: *o chapéu, a bengala, o apagamento, a criatividade, a bondade, o medo, o passeio, a rua, o lagarto, a lagartixa, a mesa, o banco*, etc. Na maior parte dos casos, o vocabulário masculino termina com “-o” e o feminino com “-a”. Embora nem sempre seja assim (“chapéu”, “criatividade”, “bondade”), geralmente, o segmento “-o” equivale a masculino e o “-a” é entendido como feminino. O gênero gramatical associado

às pessoas, quando são nomeadas, varia em função do sexo e isso tem reflexos linguísticos, interligando-se, neste caso sexo e género. Esta relação vai ter implicações (linguísticas-não linguísticas) e está a levar a alterações nas comunidades de falantes, sobretudo no conjunto de países com línguas românicas, mas não exclusivamente, verificando-se que o debate da linguagem inclusiva está a acontecer na Alemanha e em Inglaterra e em várias outras latitudes.

No final do século XX e no princípio do XXI, uma diversidade de questões de identidade individual estão a revolucionar toda a dinâmica da gramática ancestral das línguas, em particular das românicas. Há uma viva oposição à visão classificada como binária entre a dualidade feminino/ masculino, renegando-a para defender o uso do neutro. Na Internet, na escrita das redes sociais, em que qualquer pessoa pode emitir opinião, foi-se assistindo ao fenómeno linguístico de substituição de “o” e “a” nas várias línguas românicas por @², considerado elemento representativo do que se está a designar como “linguagem inclusiva”. O assunto é linguístico e gramatical, sendo também cultural e social. Suscita muita problemática e cada pessoa tem uma opinião (cf. observar, por exemplo, a grande quantidade de páginas nos motores de busca na Internet).

O propósito é “pensar sobre”: aceitando as opiniões de todos e apresentar reflexão própria porque, se o problema é social e cultural, ele tem reflexos linguísticos e consequências gramaticais. Pela observação linguística que se vai fazendo, verifica-se que as línguas são elásticas e não têm limitações (ex.: neologismos como “empoderamento” e outras formulações, nas quais se inseriria “car@ amig@”). Uma das reflexões que se tem aprofundado é que “linguagem inclusiva” e “linguagem neutra” não são o mesmo, embora apareçam associadas. Com o qualificativo “inclusiva”, pressupõe-se, à partida, uma motivação feminista, com a “adição” do feminino a uma vertente masculina da linguagem. Ao juntar “neutra” a “linguagem”, verifica-se que se pretende “apagar” qualquer referência do género gramatical, na função referencial ao sexo. O feminino desaparece ao mesmo tempo que o masculino. É para a anulação do feminino/ masculino que surge o recurso a @, entre outras soluções. Pretende substituir as marcas gramaticais “a + -a” / “o + -o”. O discurso feminista combate o predomínio do masculino. O discurso dos defensores do neutro anula o

2 Houve quem usasse outros símbolos, como, por exemplo, uma estrela. Aqui, a opção foi considerar o arroba (@) bastante divulgado, ultrapassando o plano das redes sociais na Internet para figurar em algum correio oficial nas empresas, como nas universidades, nomeadamente nos “e-mails”, na indicação: “Car@ coleg@” em substituição de “Caro Colega e Cara Colega”/ “Caro(a) Colega”/ “Caros Colegas”. Linguisticamente, nas línguas com “-o / -a”, foi surgindo o “-e” para substituir as anteriores marcas binárias de género. A proposta é controversa porque o segmento “-e” existe em algum vocabulário, como sucede com o uniforme.

feminino tanto quanto o masculino. São duas correntes distintas e não equivalem ao mesmo, não devendo confundir-se. Isso é observável em documentação internacional e nacional. Aqui, pretende-se dar conta da dualidade de pontos de vista e observar tanto alguma documentação existente como o reflexo da legislação destas duas correntes na sociedade. A tendência do apagamento do binário ainda não chegou às ofertas de emprego pelas empresas, onde continua a discriminação camuflada pela não discriminação das mulheres, o que a legislação tem procurado combater.

1. Muita legislação, dois documentos

No sentido de analisar a mudança linguística e de mentalidades em curso e na sequência de trabalhos anteriores ligados à Linguagem da Sexualidade, propõe-se desenvolver uma reflexão sobre a *Linguagem Inclusiva*, a partir de informações veiculadas na Internet, através dos motores de busca disponíveis. Pretende-se confrontar esses dados com as posições veiculadas num manual do Conselho Económico e Social (CES) e nas recomendações da UNESCO, com a finalidade de tirar algumas ilações que talvez possam auxiliar na revisão do sistema e da estrutura da língua portuguesa, uma vez que estão a acontecer na Sociedade e na Cultura contemporâneas.

Quando se defende a “igualdade de género”, o que se pressupõe é que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, sobretudo a nível social e cultural, não podendo haver discriminação. Muitos têm sido os documentos legais para proteger os direitos das mulheres, numa sociedade ocidental ainda muito dominada pelos homens. Nesta luta cultural, foram surgindo outros grupos que pretendem também alcançar direitos, como o procuram fazer as mulheres. Enumeram-se alguns documentos legislativos para ter a noção da dimensão destas questões ao longo de décadas, com uma intensificação nos últimos anos: 1990- Conselho da Europa: Recomendação aos Estados-Membros (REC, 90, 4); 1999- UNESCO: Guia sobre Linguagem Neutra em Função do Sexo; 2006- linguagem não discriminatória: Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2006; 2007- Conselho da Europa: Recomendação sobre Normas e Mecanismos para a Igualdade de Género (REC, 2007, 17); 2017- em conformidade a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA 2017-2023) aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº107/2017; 2018- Lei nº 4/2018: regime jurídico da avaliação de impacto de género de atos normativos; 2018- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não

Discriminação 2018-2030, ENIND, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018; 2018- revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018; 2019- Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o sexismo (REC, 2019, 1); 2019- Conselho de Ministros n.º 21/2019; 2019- Lei n.º 45/2019; 2019- Decreto-Lei no 169-B/2019; 2020- Instituto Nacional para a Reabilitação (2020), Manual Saúde e Atividades Diárias - Medidas Gerais de prevenção e Controlo da Covid 19 para Pessoas com Deficiência (Capítulo 7, Glossário); 2021- Manual de Linguagem Inclusiva (aprovado em Plenário do CES de 20/05/2021), Portugal, Conselho Económico e Social. A lista seria bem mais longa porque a temática da “igualdade de género”, da “linguagem inclusiva” e da “linguagem neutra” estão na ordem do dia. É, no entanto, a defesa do direito das mulheres que motiva a grande maioria. Isso acontece em especial a nível internacional. Vejam-se, por exemplo, da ONU, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e, do Conselho da Europa, a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica.

Para focar a atenção nas duas dimensões registadas, ou seja, por um lado, a linguagem inclusiva (com feminino e masculino) e, por outro, a linguagem neutra (sem feminino e masculino), propõe-se, para o efeito, uma leitura do *Guidelines on gender-neutral language*³ (doravante *Guidelines*) de 1999, promovido pela UNESCO, e do *Manual de Linguagem Inclusiva*⁴ (doravante *Manual*) de 2021, produzido pelo Conselho Económico e Social de Portugal. A leitura da publicação de 1999 veicula a informação de que foi redigido em 1987 e o propósito era a defesa de uma linguagem não sexista: «Claude Navarro (...) a conçu avec Janet Doolaege la première édition du guide «Pour un langage non-sexiste» en 1987.» No documento, registam-se dados para a defesa de uma linguagem inclusiva “com feminino” para a defesa das mulheres. Veja-se a seguinte citação de um excerto da introdução:

UNESCO is committed to justice and to the avoidance of discrimination in all its fields of competence, notably in the area of education. Despite the existence of all the necessary legal instruments to enforce these principles, the majority of women and girls are still not benefiting from the educational programmes that do exist. The reasons for this are varied and complex. The fact is that women and girls cannot claim their equal rights as long as the economic, political, social, and cultural

3 Parallel title: *Pour l'égalité des sexes dans le langage*, Corporate author: UNESCO [62954], Person as author: Pavlic, Breda [editor], 1999.

4 Aprovado em Plenário do CES de 20/05/2021). Portugal. Conselho Económico e Social.

environments they live in are exclusionist. Concerned with the persistent discrepancy between internationally accepted norms of equality and the actual living conditions of women, UNESCO seeks to transform behaviour and attitudes that legitimize and perpetuate the moral and social exclusion of women.

Esta vertente em defesa de uma linguagem inclusiva “com feminino” para a defesa das mulheres vai surgindo ao longo do *Guidelines*. A discriminação estará em grande parte na linguagem, nas palavras usadas. As palavras são mesmo uma poderosa arma/ uma ferramenta (power tool) para combater, na luta das desigualdades sociais (Language is a powerful tool). A explicação da importância das palavras para a afirmação da igualdade – a não inferioridade das mulheres – nota-se, por exemplo, no excerto abaixo:

This development indicated a growing awareness that language does not merely reflect the way we think: it also shapes our thinking. If words and expressions that imply that women are inferior to men are constantly used, that assumption of inferiority tends to become part of our mindset. Hence the need to adjust our language when our ideas involve. Language is a powerful tool: poets and propagandists know this – as, indeed, do victims of discrimination.

São apresentadas algumas alternativas e vários comentários. A corrente expressão “man and wife” (marido e mulher) poderia passar a “husband and wife” (esposo e esposa) ou trocar a ordem porque o primeiro lugar de uma expressão é relevante: “wife and husband” (esposa e esposo). Uma das propostas nos exemplos do *Guidelines* visa neutralizar para acabar com a ambiguidade. Os diversos exemplos em inglês⁵ revelam bem que todas as línguas passam pelo mesmo processo. Em 1999, já se combatiam “estereótipos” veiculados pela linguagem corrente como no exemplo 2 (“he helps her with housework” – esta formulação também se regista nas línguas românicas; aliás, culturalmente, são as próprias mulheres a usá-la recorrentemente em frases como “ajuda-me a estender a roupa”: a mulher vai “pedir ajuda” ao marido para um trabalho de casa que deveria ser de ambos) e no exemplo 8 (o médico e a enfermeira – a diferença

5 Vejam-se, por exemplo:

“businessman -> business manager, executive, head of firm, agent, representative, business traveller; (pl.) business community, business people -> The appropriate term will depend on the context. salesman/girl -> shop assistant, sales assistant, shop worker; (pl.) sales staff. The teacher is usually appointed on the basis of his training. -> Teachers are usually appointed on the basis of their training. -> Changed to plural”.

apresenta uma distinção profissional socialmente frequente; em português, já se faz a distinção a nível linguístico, continuando, contudo, a diferença a nível social, ao haver, por exemplo, mais enfermeiras do que enfermeiros):

2. John and Mary both have full-time jobs; he helps her with the housework. -> . . . they share the housework. ->The example quoted implies that housework is a duty for a woman, optional for a man. The alternative is still comprehensive enough to designate a traditional situation, since it does not imply that they necessarily share equally. Whether they do can be made clear by the context.

(...)

8. Woman doctor, male nurse -> Doctor, nurse ->Specify sex if sex indication is relevant to the context.

Por um lado, a vontade de neutralizar é realçada pela desvalorização das marcas linguísticas para evidenciar o feminino (cf. ponto 19 do *Guidelines*): “19. Authoress ->Author -> Avoid -ess wherever possible. It is often pejorative or perceived as such./ Poetess -> poet/ Steward/stewardess -> flight attendant; (pl.) cabin crew”. Vendo bem, em português, faz-se a distinção entre “escritora/ escritor”, mas tem-se registado uma certa tendência para isso não acontecer com “a poetisa” que é, provavelmente, menos usado para as mulheres que escrevem poesia, ao serem designadas por “poetas” como os homens. A expressão “pessoal de cabine” tem-se generalizado. Por outro lado, a par da tendência para o neutro, realça a importância de marcar o feminino, como nos títulos e nas formas de tratamento (Titles and forms of address): “3. Chairman -> Chairperson, chair, president, presiding officer. -> When addressing the individual: Madam Chairperson, Mr Chairperson. -> When new bodies are set up or rules of procedure, etc. of existing bodies are updated, chairperson, chair or president should be used in place of chairman.” Convirá referir que a nível académico é difícil ultrapassar o masculino, sempre que uma mulher ocupa um cargo. Mesmo na indicação às categorias académicas, estas vêm constantemente referidas no masculino (ex.: professor auxiliar, na regulamentação oficial, não ganha o feminino: professora auxiliar). No ponto intitulado “THE ADVANCEMENT OF WOMEN AND WOMEN’S RIGHTS: DEFINITION OF SOME CONCEPTS”, são apresentados conceitos para a defesa dos direitos das mulheres, na sua afirmação e no reconhecimento de que mulheres e homens são biologicamente diferentes, mas deveriam ter as mesmas oportunidades e ser tratados em equidade, ganhando elas poder. Alguns dos conceitos evidenciam a necessidade de reforçar o papel das mulheres, como “EMPOWERMENT OF WOMEN”, com o verbo “empoderar” que tem surgido em português (empoderamento das

mulheres), “EQUITY” (Equity programmes favour treating women and men differently in order to achieve the equal status of women and men.), “GENDER” (Biological differences between women and men do not change. But the social role that they are required to play varies from one society to another and at different periods in history.), “GENDER EQUALITY” (Gender equality means an equal visibility, empowerment and participation of both sexes in all spheres of public and private life. (...) Gender equality does not mean that men and women become the same, but that their opportunities and life chances are equal.).

A vertente da linguagem inclusiva “com feminino” e realce da importância das mulheres também é evidenciada neste *Guia*, na parte em francês, que apresenta diversas observações sobre a linguagem com exemplos para “solutions aux différents problèmes qui peuvent se poser” pelas “Formes de langage courantes”. As “formas duplas” surgem para ultrapassar o uso do masculino singular e assinalar a presença feminina na linguagem:

- a) Ne pas occulter l'un des deux sexes (s'agissant de personnes indéterminées) -> le candidat... il -> le candidat ou la candidate, le ou la candidat(e), le candidat/ la candidate... il ou elle, il/elle -> Ne pas abuser de ces formules doubles. Indiquer éventuellement dans une note que le masculin se réfère aussi aux candidates.
- b) Féminiser les noms de fonction ou d'agent (s'agissant de personnes déterminées) (en parlant d'une femme) -> l'acheteur -> l'acheteuse
l'administrateur -> l'administratrice

Apesar de defender a afirmação do feminino, também apresenta exemplos para a linguagem neutra (sem feminino ou masculino): «gender-neutral (textes généraux): non sexiste, sans distinction de sexe, sans a priori sexuel./ _____ . (textes spécialisés): indépendant du genre.»

Em síntese, no *Guidelines*, de 1999, promovido pela UNESCO, há tanto a vertente linguística que realça o feminino, como a que a anula, através da neutralização. Junta os dois pontos de vista. O mesmo sucede com o *Manual* de 2021, sobre a linguagem inclusiva, do Conselho Económico e Social, que começa por citar, como fonte, a obra *Guidelines*:

Em 1999, a UNESCO editou um Guia sobre Linguagem Neutra em Função do Sexo, sublinhando que: A linguagem não reflete apenas o modo como pensamos: também forma o nosso pensamento. Se palavras e expressões que pressupõem que as mulheres são inferiores aos homens são reiteradamente usadas, o assumir desta inferioridade tende a tornar-se parte da nossa mentalidade.

Linguisticamente, o *Manual* apresenta “Glossários temáticos (Anexo 2)” e emprega a expressão binária “mulheres e homens”, que surge, por exemplo, nos capítulos “Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens”, “A especificação de ambos os sexos”. Também sublinha a tendência de neutralizar, como no capítulo “Neutralização ou abstração da referência sexual”. Num outro capítulo, reporta-se expressamente à “Linguagem Inclusiva: referência a situações específicas”.

A tendência binária surge em expressões do preâmbulo, como: “igual visibilidade e simetria de mulheres e homens”; “os contributos de conselheiras e conselheiros do CES”; “boas práticas que contribuam para o uso da linguagem inclusiva, enquanto reconhecimento quotidiano da igual dignidade e da igual visibilidade das mulheres e dos homens”; “fundamentação quanto à relevância de uma linguagem que inclua tanto mulheres como homens”.

Também no preâmbulo, o *Manual* refere, concretamente, através de citação, a Gramática e, especificamente, a gramática da língua portuguesa, identificando, inclusive, a obra de Celso Cunha e Lindley Cintra:

- “A gramática portuguesa – como sublinham os mesmos autores [Cunha e Cintra] – oferece-nos um “rico repertório de possibilidades” (*ibidem*). É, pois, a partir das alternativas que a língua portuguesa nos oferece que são aqui apresentadas sugestões de uma comunicação institucional sensível à igual simetria e visibilidade de mulheres e homens e à inclusão de todas as pessoas, independentemente das suas circunstâncias específicas.
- verifica-se “a necessidade de adequar as práticas linguísticas à situação histórica e cultural portuguesa de hoje e às normas que regem atualmente a promoção da igualdade entre homens e mulheres, e aperfeiçoar o nosso modo de usar a língua, com a gramática que temos, mas usando-a também como uma estratégia para a igualdade” (CITE, 2003, p. 252)

A problemática situa-se, essencialmente, no modo de ultrapassar o chamado “falso neutro”, ou seja, pretende “alternativas ao uso do universal masculino” para que haja uma linguagem inclusiva (com feminino e masculino). Contudo, as propostas são diversas e chegam ao ponto do apagamento do feminino e do masculino, enquanto referências ao sexo, para equacionar as questões de género com o sexo (con)fundido. Assim, consideram os dois pontos de vista: “utilizar as formas feminina e masculina ou neutra das designações” – para marcar a igualdade. Observem-se as seguintes citações (sublinhados nossos):

Este Guia, por sua vez, apoiou-se no trabalho prévio que congregou várias peritas na elaboração de um Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens (CITE, 2003, capítulo sobre Linguagem). Reproduzimos parte da fundamentação quanto à relevância de uma linguagem que inclua tanto mulheres como homens:

Contraposta à capacidade de referência meramente específica do feminino, a dupla função – genérica e específica – dos termos que se referem aos homens, constitui um importante mecanismo de reforço de um modelo em que o homem se torna a medida do humano, a norma ou o ponto de referência (o cidadão, o requerente, os funcionários, o diretor, os trabalhadores...). Subsumidas na referência linguística aos homens, as mulheres tornam-se praticamente invisíveis na linguagem e, quando visíveis, continuam marcadas por uma assimetria que as encerra numa especificidade, uma “diferença” natural (o sexo), numa “humanidade” de um outro tipo. Quando considerado a um nível sociocognitivo este sistema de género é assim o modelo, inscrito na língua, de uma categorização, que, com base em critérios biológicos, exclui as fêmeas humanas da humanidade, isto é, do humano geral. (...) A questão central é a substituição do masculino genérico ou, na designação de Maria Isabel Barreno, o ‘falso neutro’ - por formas não discriminatórias que respeitem o direito de homens e mulheres à representação linguística da sua identidade e impliquem o reconhecimento de que nenhum dos dois sexos tem o exclusivo da representação geral da humanidade ou da cidadania.” (Abranches, 2009, pp. 12- 13)

e

Em 2019 a Recomendação do Conselho da Europa sobre a prevenção e a luta contra o sexismo (REC, 2019, 1) reitera o papel da linguagem inclusiva na garantia da igualdade entre mulheres e homens, referindo a importância de utilizar as formas feminina e masculina ou neutra das designações e de usar a forma feminina e masculina ou neutra quando nos dirigimos a um grupo, bem como, a título de boa prática, a preparação de manuais de utilização de linguagem e comunicação, para uso na administração pública e seus documentos, que sejam não sexistas e não perpetuem estereótipos, ou seja, preconceitos profundamente enraizados sobre papéis sociais de homens e de mulheres, que limitam a liberdade individual, designadamente em matéria de escolhas profissionais e de progressão nas carreiras, e que impedem a concretização da igualdade de facto entre mulheres e homens.

Por conseguinte, o *Manual*, comprovadamente, também propõe as duas alternativas: 1) linguagem neutra com um único nome e 2) a referência a ambos os sexos. Alternando entre as duas como se comprova abaixo com duas citações:

2. Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens

Esta secção do Manual apresenta sugestões que permitem evitar o uso do masculino universal, estruturando-se em torno de duas alternativas:

O uso da linguagem neutra: procura utilizar um nome comum que não aluda ao sexo. Por exemplo, a pessoa que se candidata ou a pessoa candidata.

A especificação explícita do sexo: procura fazer referência a ambos os sexos. Por exemplo, a candidata e o candidato.

Relativamente à linguagem neutra, é acrescentado que a discriminação ultrapassa o parâmetro “sexo”, envolvendo “raça”, “etnia”, “nacionalidade”, “idade”, “deficiência” e “religião”:

3. Linguagem Inclusiva: referência a situações específicas

Os estereótipos que estão na base da discriminação em razão do sexo cruzam-se com outros estereótipos que sustentam outros fatores de discriminação como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência e a religião. Esta interseção revela como as experiências de discriminação não podem ser assumidas como homogêneas, exigindo a capacidade de construir respostas que atendam a necessidades determinadas por situações específicas.

Em linha com as boas práticas linguísticas de inclusão, importa dissociar a pessoa/ ser humano da situação específica que se pretende descrever. A título ilustrativo, não é a pessoa que é deficiente, pelo que não é a pessoa que se qualifica, mas sim a situação de deficiência que pode limitar ou “impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade”

A linguagem neutra (sem feminino ou masculino) é explicitada e exemplificada, rejeitando alguns plurais masculinos, como é visível no “Quadro 1. Neutralização através do nome coletivo, sobrecomum ou comum de dois”, no qual se fazem propostas de “em vez de”, sugerem: “Os imigrantes -> As pessoas imigrantes; comunidades imigrantes”, “Os jovens -> Juventude; a população jovem; as pessoas jovens”, “Os idosos -> A população idosa; as pessoas idosas”, “Médicos, Enfermeiros, etc. -> Profissionais de saúde; pessoal de enfermagem; profissionais de enfermagem; pessoal médico”, “Professores -> O corpo docente; docentes”, “Eleitores -> O eleitorado”, “Alunos -> Discentes”, “Direitos do Homem -> Direitos Humanos”.

Continuando com a linguagem neutra (sem feminino ou masculino), no “Quadro 2. Outras alternativas (alguns exemplos)”, em vez de, sugerem: “O candidato deve enviar o formulário de candidatura até dia x -> O formulário de candidatura deve ser enviado até dia x”, “O requerente pode consultar as instruções na plataforma x -> As instruções sobre o requerimento podem ser consultadas na plataforma x”, “Os subscritores da petição -> Petição subscrita por”, “Nascido em -> Local de nascimento”, “Filho de -> Filiação”.

De seguida, regressa à linguagem inclusiva (com feminino e masculino), como em “2.2. A especificação de ambos os sexos”, no “Quadro 3. Utilização de formas duplas” em que em vez de é sugerido outro uso: “Os alunos -> As alunas e os alunos”, “Os estudantes -> As e os estudantes”, “Os pais -> O pai e a mãe”, “Os reformados -> Os reformados e as reformadas”. Este alongamento da expressão com as formas duplas não é funcional. Até que ponto será aplicável, na prática, o recurso a estas “formas duplas”?

Alternando exemplos de linguagem inclusiva (com feminino e masculino) e de linguagem neutra (sem feminino ou masculino), estes últimos reaparecem no “Quadro 4. Exemplos de Linguagem Inclusiva aplicada a situações específicas”, em que “inclusiva” é associada a “neutra”, exemplificando casos de substituição linguística com “em vez de -> sugere-se”: “Deficiente, Portador de deficiência -> Pessoa com deficiência”, “Deficiente motor -> Pessoa com deficiência motora, Pessoa com mobilidade reduzida”, “Velhos -> Pessoas idosas; seniores”, “Raça cigana -> Comunidades ciganas / pessoas ciganas”, “Sem-abrigo -> Pessoa em situação de sem abrigo”, “Fazer referência a pessoas de um continente (quando o objetivo não é esse) -> Fazer referência às pessoas do(s) país(es) específico(s) que se pretenda mencionar”.

De seguida, volta à linguagem inclusiva “com feminino” e à defesa das formas duplas:

Quanto à utilização de formas duplas que referenciam explicitamente ambos os sexos, sugere-se ainda que a ordem seja alterada ao longo do documento de trabalho.

Exemplo:

os trabalhadores e as trabalhadoras.

as trabalhadoras e os trabalhadores.

Sempre que se verificar a aplicação de adjetivo(s) no recurso a formas duplas, sugere-se a respetiva concordância com o substantivo mais próximo (Cunha e Cintra, 1984, p. 274; Abranches, 2009, p. 19).

Exemplo:

As e os pensionistas abrangidos.

Os e as pensionistas abrangidas.

A utilização de barras pode ser uma opção quando os substantivos têm a mesma forma no feminino e no masculino (substantivos comuns aos dois). Por exemplo:

A/O utente.

O/A estudante.

A/O jovem.

O/A requerente.

(...)

O uso de parênteses deve ser evitado na referência a ambos os sexos, pois, tal como referido por Cunha e Cintra (1984, p. 660), a sua utilização serve para intercalar uma indicação acessória num texto. Neste sentido, pode sugerir a secundarização do determinante entre parênteses (Abranches, 2009, p. 21). O mesmo raciocínio não se aplica às palavras no plural, como por exemplo:

A/O(s) utente(s) O/A(s) titular(es)

As várias soluções encontradas e registadas, no *Guidelines* e no *Manuel*, merecem observação na sua aplicação quotidiana. Pela observação linguística de usos quotidianos em diversas línguas, ninguém, podendo encurtar, alonga a expressão com a forma feminina e a masculina. Os parêntesis para colocar a marca do feminino (-a) também não têm servido porque há mulheres que consideram que ficam sempre em posição de inferioridade. Como se chegou a este ponto linguístico, colocando em causa a gramática por razões sociais e culturais? Vários têm sido os estudos dedicados a questões de género/ sexo observados sob diversos ângulos (cf., por exemplo: Rebelo, 2000; Yaguello, 2000; Carvalho, 1999; Gallardo Barbarroja, 1999; Magalhães, 1995, ou Rossi, 1978). Em todas as línguas (o inglês, como se comprovou, também), em particular nas românicas, o género gramatical parece colocar a mesma problemática.

2. A gramática do género em latim, português e noutras línguas românicas

A temática do “género” ultrapassa a Gramática, mas é inquestionável que é igualmente desse âmbito e da área da Linguística. Por exemplo, em português, “medo” é masculino (“o medo”), como em castelhano (“el miedo”), e, em francês, é feminino (“la peur”), como em italiano (“la paura”), havendo proximidade entre as duas línguas ibéricas e as restantes duas. Os nomes, os substantivos, designam

coisas, ideias, seres, isto é, todas as realidades existentes, inventadas ou por criar no mundo empírico, físico e metafísico. Todos os nomes terão género gramatical. Depois, há casos que vão variar em função de diversos contextos. Em português, a título exemplificativo, uma palavra como “bebê” poderá ser ou feminina (“a bebê”) ou masculina (“o bebê”) em função do sexo da criança, mas, enquanto não se conhecer, usa-se o masculino. É uma convenção linguística. A problemática do binómio género-sexo ou o inverso sexo-género demonstra bem o quanto quem estuda linguística não se pode abstrair da realidade representada pelas línguas. Os dicionários são instrumentos que permitem observar a evidência.

Jean Dubois, no *Dictionnaire de Linguistique*, tem uma entrada para “genre”⁶ e desenvolve o assunto, reportando-se, essencialmente, ao caso da língua francesa. Em qualquer dicionário de francês, a entrada existirá. Por exemplo no *Dictionnaire du Français Contemporain - Spécial Enseignement* da Larousse (s/d) surge a seguinte definição na entrada 3 para “genre”:

Caractéristique grammaticale d’un substantif (de ses déterminants ou de ses qualificatifs) par laquelle celui-ci se trouve placé dans la classe des masculins ou dans celle des féminins. (Cette répartition correspond à un sexe différencié [noms d’êtres animés] ou à un classement arbitraire, le plus souvent en rapport avec la terminaison ou le suffixe [noms d’êtres inanimés].) [V. FÉMININ.]

A consulta da entrada 2 de “féminin” inclui uma tabela com várias indicações sobre formas de feminino. Na entrada 1, vem a ligação entre género e sexo evidenciada, logo de início, com a explicação “Propre à la femme”. No final, há mesmo duas palavras da mesma família “féminisme” e “féministe”, este com a definição “Partisan d’une doctrine visant à donner à la femme les mêmes droits qu’à l’homme.”

Para o castelhano, abra-se, por exemplo, o *Diccionario del Estudiante. Secundaria y Bachillerato* da Real Academia Española (2016) e, na entrada “género”

6 Ver 1973, p. 230: «À cette catégorisation relevant de propriétés formelles (genre grammatical) est associée le plus souvent une catégorie sémantique (genre naturel) relevant d’une représentation des objets du monde par leurs propriétés spécifiques. Les classifications les plus constamment associées sont: (1) l’opposition entre les personnes et les objets (animés et non-animés), les non-animés étant neutres relativement à la distinction de genre masculin / féminin; en français cette classification apparaît dans la distinction entre *qui? que? quoi?*; (2) l’opposition de sexe à l’intérieur des animés entre mâle et femelle. Ainsi, on peut avoir des animés mâles (*masculins*), des animés femelles (*féminins*), des non-animés (*neutres*).» e «En français, le genre naturel (*mâle / femelle*) et le genre grammatical (masculin / féminin) sont le plus souvent associés (mais non constamment) quand il s’agit de personnes; ils le sont moins systématiquement quand il s’agit d’animaux; quant aux noms non-animés, ils sont répartis en masculins et féminins selon leurs propriétés formelles inhérentes».

encontram-se explicações lineares, sem grandes desenvolvimentos. Veja-se o sentido 7 “Gram. Accidente gramatical de un nombre o pronombre por el cual han de tomar una forma en -o o una forma en -a los adjetivos de dos terminaciones que a ellos se refieran. *El atributo ha de concordar con el sujeto en género y número.*”

A consulta do dicionário de italiano *Bi Dizionario Italiano Linguistico e Grammaticale Pittano*, da Gulliver Libri das Edizione Calderini (1995), na entrada “genere (dei nomi)” a explicação problematiza o assunto, colocando, inclusive, uma questão:

I nomi di cose si dividono anch'essi in **maschili** (*albero, sasso, monte*) e **femminili** (*pianta, pietra, montagna*), senza alcun riferimento di sesso.

Ma allora, come si fa a capire se *mano, cenere, gru, problema, sport, crisi* sono maschili o femminili?

Non esistono, purtroppo, regole o norme precise per distinguere i nomi di cosa maschili da quelli femminili. Solo la pratica e il vocabolario potranno aiutarci a distinguere il genere di tali nomi.

Depois da definição, como para a entrada do dicionário francês citado, são apresentadas orientações gramaticais para a identificação, através das terminações, do género gramatical. No final, há um bloco informativo com o subtítulo “il sesso delle parole”. O comentário explicativo é interessante, envolvendo, novamente, perguntas de fundo. Citam-se excertos (sublinhados nossos):

Grammatici, filologi, linguisti, psicologi e storici non hanno ancora risolto il difficile problema del sesso delle parole. (...)

Come è nata, allora, la distinzione tra parole maschili e femminili? Inizialmente il genere corrispondeva, forse, alla distinzione biologica del sesso degli esseri rappresentati dalla parola; per questo esistevano nelle lingue antiche tre generi: il maschile per indicare le persone e gli animali di sesso maschile; il femminile per le persone e gli animali di sesso femminile; il neutro (dal latino *ne-uter* = né l'uno né l'altro) per indicare le cose. A poco a poco, il neutro, per il suo carattere indefinito, si affievolì e scomparve in quasi tutte le lingue moderne e le parole assunsero, senza alcuna regola, la desinenza maschile o femminile, acquistando così un genere grammaticale che non avevano mai avuto e che fisiologicamente non hanno. Che la divisione sia irrazionale lo dimostra il fatto che una parola come *mare* è maschile in italiano, femminile in francese, neutro in latino e in tedesco. L'inglese ha radicalmente risolto la questione abolendo il genere che rimane vivo solo nei pronomi personali: *he* (= egli), *she* (= ella), *it* (= esso, ciò).

Il genere grammaticale è dunque una convenzione che non ha nulla a che vedere col genere fisiologico, ad eccezione degli esseri animati. Non sempre, però: *la recluta*, ad esempio, è femminile pur riferendosi a uomo; *il soprano* è maschile pur riferendosi a donna.

Para compreender um pouco a dinâmica evolutiva do latim para as línguas românicas, a nível do género, consulte-se, por exemplo, a *Linguística Românica* de Heinrich Lausberg (1963), em que no capítulo dedicado à Morfologia dos substantivos (pp. 245-295), é abordada a evolução do feminino, do masculino e do neutro latinos. Em algumas línguas românicas, há um ou outro elemento linguístico a lembrar o neutro, mesmo se predomina a oposição feminino/ masculino. No português, na classe dos pronomes, a par do masculino “este”, há o feminino “esta” e o neutro – gramaticalmente masculino – “isto” para aquilo que se coisifica e não se sabe bem o que é. Acontece também no francês, com, por exemplo, o masculino “celui-ci”, o feminino “celle-ci” e um neutro “ceci”. Na Gramática das línguas românicas, o género e o número são dois parâmetros fundamentais e a anulação do género apenas sucede quando, pela função referencial, se remete para um indivíduo. Se uma pessoa não quer ser identificada nem com o masculino, nem com o feminino, o problema coloca-se a nível referencial e é aí, nesse caso, que a linguagem neutra é necessária para não discriminar aquela pessoa. Portanto, situando-se no âmbito individual, não se deveria generalizar. Contudo, como proceder? Serve o segmento @ para identificar homens e mulheres? No plano fonético, que pronúncia tem? Como se articula “car@s amig@s”? É, claramente, um fenómeno da escrita na Internet, sendo um elemento gráfico usado nos endereços da Internet. Ao procurar o significado de @, ou seja, “arroba”, fica-se a saber que equivale à preposição latina “ad”. Esta preposição representada assim como sobreposição de abreviatura foi muito empregue na Idade Média, sendo uma variante de “ad” para poupar espaço. A sobreposição das duas letras, “a + d” não corresponde a “a + o” que se poderia interpretar em “car@s amig@s”, ou seja, “caroas amigos”.

O português – como o castelhano, o francês, o italiano, entre outras línguas – é uma língua riquíssima, flexiva, maleável e permeável que oferece inúmeras possibilidades, mas é preciso conhecê-la e aprendê-la. Os recursos que apresenta são muitíssimos. Por exemplo, em português, as questões gramaticais de género e de número são extremamente interessantes, embora pareçam básicas e elementares à maioria da população. O que são e o que representam os géneros gramaticais feminino e masculino, na língua portuguesa contemporânea? De onde provêm? Existe o género gramatical neutro? O que significa? O singular e o plural

enquanto classificações gramaticais correspondem a quê? Quando se combinam as categorias de gênero e de número, o que se pretende? Quem nunca sentiu estranheza ao dizer “os meus avós” para indicar “o avô paterno e o materno” e “a avó paterna e a materna”? O mesmo se passa com o masculino plural “os meus pais” para fazer referência “ao pai e à mãe”. Quando, numa escola, se quer fazer referência, por exemplo, à mãe (continua a ser a pessoa mais convocada pela escola, e aqui, na prática, é que se revela a desigualdade) para cada uma das crianças, surge sistematicamente a dúvida se se deve empregar o singular (cada criança tem uma mãe) ou o plural (todas as mães, de todas as crianças). Qual é a expressão mais adequada: “convoca-se a mãe das crianças de 1.º ano” / “convocam-se as mães das crianças de 1.º ano” / “convoca-se a mãe de cada criança de 1.º ano”. O plural a neutralizar o gênero é um recurso linguístico simplificador e redutor. Por exemplo, dizer “os falantes” para homens e mulheres é um plural e é inclusivo, mesmo se no masculino, embora admita feminino: “as falantes”. Fará sentido duplicar o artigo “os e as falantes”? Linguisticamente, a investigação vai-o revelando, quando se alonga a expressão, logo de seguida, os fenómenos fonéticos de redução levam ao encurtamento. Considera-se que a tendência defensora do alongamento, a nível de expressão, com o feminino e o masculino, não parece ter grande futuro.

A linguagem verbal tem sexo? É machista? É feminista? Considera-se que não. As sociedades e as culturas é que o são. Há opressão e exclusão social, podendo ambas manifestar-se linguisticamente, mas o contrário também é verdade. Defende-se que a linguagem é, por natureza inclusiva, nem machista, nem feminista, porque é assexuada. Para isso, é preciso conhecê-la. Quem não quiser dizer “Obrigado!” ou “Obrigada!” pode dizer “Agradeço!”. Desconhecer os seus recursos é que pode levar a não incluir alguém: é, por conseguinte, comportamental e depende das opções de quem domina e de quem fala a língua. Por exemplo, politicamente, ao trocar um “bilhete de identidade” por um “cartão do cidadão”, as entidades governativas (que estranhamente defendem a linguagem inclusiva) reduzem qualquer “cidadã” a “cidadão”. O masculino singular é machista quando se reporta a uma mulher. Nas questões de Política Linguística, é o que se deve combater. De modo que um “cartão de cidadã ou cidadão” poderia ser um “cartão de cidadania”, servindo para qualquer pessoa. O mesmo se regista nas categorias universitárias, em que as mulheres recebem os graus no masculino “Professor Associado”. Aliás, nas universidades, quando as mulheres assumem cargos, nem sempre é evidente alterar, por exemplo, endereços de “e-mail” oficiais para funções, registando-se, por exemplo, coordenador@mail.pt, quando o cargo é exercido por uma mulher. Esta diferença deveria passar

para o registo linguístico porque refere diferenças sexuais ou de identidade – de género – extralinguísticas. No entanto, no mundo laboral, não parece ter grandes reflexos. Na identificação de documentação universitária, se se escreve “o aluno”, não é o mesmo que “a aluna”. O singular masculino é, em si problemático, se referencialmente se reporta a uma estudante. São casos como este que suscitam debate, já que os plurais masculinos, considera-se, não serão tão problemáticos (“os alunos”). Aliás, a moda de “Portuguesas e Portugueses” tende a desvanecer-se porque “Portugueses” é o conjunto.

Em síntese, do que ficou dito, observa-se que existem, por conseguinte, no mundo ocidental, duas perspectivas distintas, duas tendências sociais e culturais divergentes. Uma é favorável à igualdade – feminino relativamente ao masculino como “poeta – poetisa” ou outras marcas como em “Madame le Professeur” (fr.). A outra apaga o binário e é pela neutralização do masculino e do feminino com, por exemplo, @ arroba (car@ amig@s). Por qual delas a língua deve optar para incluir quem quer uma e quem pretende a outra? Como fazer? A estratégia seria deixar a estrutura da língua portuguesa como está e formar-educar para que, na comunidade, se adquiram mais conhecimentos linguísticos em defesa de qualquer pessoa e pelos respetos humanos. Outra estratégia é alterar a estrutura da língua portuguesa e anular as diferenças de género gramatical, apagando-as (neutralizando-as). A opção pelo fenómeno @ que, entre o feminino e o masculino, prefere o neutro, nem masculino, nem feminino, ou seja, o não binário, está a ganhar algum alcance como uma possibilidade. Tem, contudo, oposição, a começar pela transposição para o registo oral. Como se deve ler “car@ amig@” – “cararroba amigarroba”? Embora usado na escrita, enquanto elemento linguístico, tem de passar para a oralidade. Aliás, uma língua antes de ser escrita é falada.

De qualquer modo, na gramática, o género gramatical, é arbitrariamente feminino ou masculino, dependendo, inclusive, das línguas (ex. em português, “o sol” é masculino e “a lua” é feminino e, por exemplo, no alemão, é o inverso). Acabar com essa diferença é empobrecer a língua. É sabido que o masculino e o feminino nem sempre indicam sexo/ género extralinguísticos. Assim, o masculino e o feminino vão sendo usados em diversos elementos: *o muro, o copo, o gargalo, o indivíduo, o membro*⁷, *a parede, a pasta, a cadeira, a pessoa*. O sufixo

7 Num caso real, informaticamente, engenheiros prepararam texto para, automaticamente, servir de apoio para membros de uma comissão numa mensagem por “e-mail”. Consideraram “membro” com a possibilidade de variar em género com a indicação “cara membro da Comissão”. Não pensaram que o género de “membro” é masculino como o de “pessoa” é feminino”.

“-ão” pode ser tanto masculino como feminino (o avião – a aluvião), a marca “-e”⁸ pode corresponder a masculino ou feminino: *a / o componente, o/ a estudante, o/a cliente, o dente, o pente, a mente, a lente*. As diferenças de gênero gramatical evidenciam a nível linguístico várias distinções como *o mato, a mata*. Observe-se como expressam a dimensão (grande/ pequeno) ou o todo e a parte. Veja-se, por exemplo, o valor do feminino em “-a” (= GRANDE, CONJUNTO) e o do masculino em “-o” (= PEQUENO, INDIVIDUAL): *a banca / o banco, a polícia / a mulher polícia / o polícia, a ribeira / o ribeiro, a ria/ o rio, a saca/ o saco, a casaca/ o casaco*. Na variedade regional madeirense, com a diferença de gênero, opera-se a distinção entre interior / exterior, em, por exemplo, *a corredora* (corredor interior, nas casas)/ *o corredor* (no exterior, uma latada junto à casa). Além disso, há elementos linguísticos que nada têm em comum e as terminações não apontam para qualquer distinção, a não ser terem origens diferentes: *a casa, o caso; a novela, o novelo*.

Pelos exemplos explorados, e muitos mais haveria, no sentido de analisar a mudança linguística e de mentalidades em curso, confirma-se que as diferenças de gênero gramatical funcionam linguisticamente com outros propósitos que não os do sexo. Apontam para oposições que importa considerar. Todas as palavras da língua portuguesa (e das restantes línguas românicas) têm gênero e a maioria não tem nada a ver com sexo. Operando a associação, serão questões da ligação linguagem-sexualidade que estarão em causa. Na sequência de trabalhos anteriores ligados à Linguagem da Sexualidade, a reflexão sobre a linguagem inclusiva (com feminino), a partir de informações veiculadas na Internet, através dos motores de busca disponíveis, confrontam-se com os dados das posições veiculadas no *Manual* do CSE e nas recomendações do *Guidelines* da UNESCO. Ambas as referências querem a igualdade, mas até que ponto existe na realidade? Com a finalidade de tirar algumas ilações, que talvez possam auxiliar na revisão do sistema, da estrutura da língua portuguesa, uma vez que estão a acontecer na Sociedade e na Cultura contemporâneas, observem-se alguns casos, incluindo anúncios com ofertas de trabalho, publicados na imprensa.

8 Há quem passe para o feminino formas que, habitualmente, são uniformes: *o/ a mestre (a mestra), a/o presidente (a presidenta), a/o parente (a parenta)*, com, no total, duas formas para o feminino. Popularmente, há inclusive quem aplique esta variação a “bastante”, usando “bastanta” como em “bastanta comida”.

3. Observação de alguns casos

Será a linguagem inclusiva o melhor caminho para a igualdade? A questão vai sendo colocada e é difícil apresentar uma resposta categórica e definitiva. Fica a dúvida e resta saber o que se entende por “linguagem inclusiva”. Se a definição é “a linguagem que não exclui”, a resposta é afirmativa: uma linguagem que não exclui ninguém, sobretudo mulheres, é o melhor caminho para chegar à igualdade. Não será a linguagem já assim? Não dependerá a exclusão linguística dos usos que as pessoas fazem das línguas que falam? Andar a pensar nestes assuntos e recolher dados faz com que se considere que as línguas vivas permitem uma linguagem inclusiva porque são maleáveis. Se é certo que as línguas servem para oprimir, realce-se que também servem para libertar, depende do conhecimento que delas se tem e do uso que delas se faz ou se pretende fazer. A solução parece estar na necessidade do aprofundamento e do estudo linguístico. O domínio linguístico é essencial e implica intensificar o conhecimento da língua, em especial a materna, mas também as estrangeiras, e prestar atenção ao(s) uso(s) que dela se faz(em).

Exemplos de documentos reais publicados especialmente na imprensa (cf. abaixo figuras) revelam o caminho que é ainda necessário fazer para a inclusão das mulheres e dos homens em determinados mundos laborais. As vivências sociais e culturais são fundamentais e os usos linguísticos advêm das aprendizagens. Como se verificou, o masculino singular não é manifestação da linguagem inclusiva ou da linguagem neutra (as duas não são o mesmo, como se comprovou). Quando, numa cidade, à entrada ou saída, se escreve na paisagem o elemento linguístico BEM-VINDO (cf. Figura 1), esse uso é não inclusivo e não neutro porque se destina única e exclusivamente a um destinatário masculino. A mensagem exclui o feminino (BEM-VINDA). Seria mais inclusivo o plural (BEM-VINDOS). Para quem quiser neutralizar, eliminando completamente o ponto de vista referencial, poderiam dar-se as BOAS-VINDAS. Exemplos algo machistas como este – que é recorrente na sociedade – há muitos. Apenas depende de quem decide a nível político e publicitário.

Na imprensa, no caso da língua portuguesa (poderiam analisar-se outras línguas, em particular as românicas), parte dos anúncios de qualquer jornal, a opção tem sido a do uso da chamada “linguagem inclusiva” (e não a da linguagem neutra). Uma leitura atenta de usos correntes revela que a discriminação, mesmo na dita linguagem inclusiva não desaparece. Veja-se, por exemplo, a sequência de figuras abaixo em que o masculino surge sempre em primeiro lugar, correspondendo logo à partida à vontade de quem emprega de contratar homens e

não mulheres. A sequência com masculino em primeira posição: “Empregado/a”, “Empregados/as”, “Ajudante de cozinha (M/F)” são esclarecedoras. A contradição da figura 5 confirma a intenção expressa já no anúncio (AJUDANTE DENTÁRIA) de contratar para a função uma mulher, embora tenha M/F, ou seja, o masculino primeiro. A figura 6 (cf. a figura 5), por contraponto às anteriores, ao indicar o feminino antes do masculino (“FARMACÊUTICA/ O”), revela que, para ocupar o lugar, é pretendida uma mulher. A questão da posição do género nos anúncios de emprego não é, por conseguinte, inocente, já que os potenciais empregadores, dentro do quadro da lei⁹, incluem os dois géneros/ sexos. No entanto, colocam em evidência aquele que pretendem. Assim, verifica-se que continua a haver um conjunto de profissões mais reservadas aos homens e outro às mulheres, mesmo se, social e culturalmente, no mundo ocidental, já se progrediu bastante. Noutras partes do mundo, houve regressões totais, prejudiciais às mulheres, proibidas, pelos homens, de tudo, inclusive do direito à palavra.



Figura 1. “PORTO MONIZ/ BEM-VINDO” – uso inapropriado do masculino singular porque a mensagem se destina a várias pessoas.

9 Encontra-se legislação específica sobre a formulação dos anúncios de emprego. Veja-se, por exemplo: Artigo 7 do Decreto-Lei n.º 392/79 (cf. https://www.igf.gov.pt/leggeraldocs/DL_392_79.htm). A CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) aborda a questão linguística do género nos anúncios de emprego (cf. <https://cite.gov.pt/documents/14333/17872/10-91n.pdf/2339c5f2-fbd6-48a0-a937-e733c9a97d6d>).

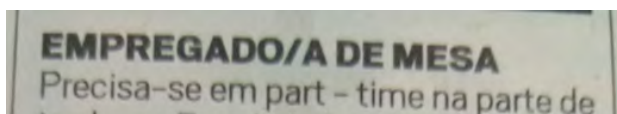


Figura 2. “EMPREGADO/A”: masculino singular em primeira posição.



Figura 3. “EMPREGADOS/ AS”: masculino plural em primeira posição.

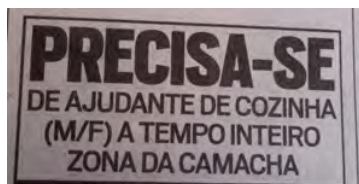


Figura 4. “AJUDANTE DE COZINHA” (M/F): masculino em primeira posição.



Figura 5. “(M/F) ASSISTENTE DENTÁRIA”: masculino em primeira posição, mas o feminino “dentária” revela o sexo para a pessoa “assistente” – uma mulher.

Na figura 5, sublinha-se o feminino de “dentária” associado ao nome uniforme terminado em “-e” que é “assistente”. O grupo profissional de médicos dentistas tem assistentes e curiosamente, a coadjuvar, na grande maioria dos casos, são mulheres. Socialmente, essas funções estão limitadas às mulheres. Linguisticamente, a visão social e cultural desta tarefa manifesta-se, depois, nesta oferta de emprego. O anúncio seguinte atesta uma situação idêntica com o mundo profissional do ambiente farmacêutico. Encontram-se muitas mulheres nas farmácias portuguesas, havendo, aqui, porém, alguma mudança em curso, embora, o feminino seja mais frequente e isso é evidente pelo pedido na figura 6.



Figura 6. “Farmacêutica/o”, feminino em primeira posição porque é pretendida uma mulher.

Certas ofertas de emprego não deixam dúvidas, quanto ao sexo/ gênero da pessoa que pretendem contratar. Na figura 7, embora ocorram as duas maiúsculas M- masculino / F- feminino, não há qualquer engano, a indicação é para contratar homens porque o masculino surge em todas as contratações pretendidas: “Director de obra”, “encarregado de Construção civil”, “preparador de obra”, “pedreiro 1.^a” e “carpinteiro 1.^a”. Nenhuma apresenta o correspondente feminino. A construção civil, embora tenha muitas engenheiras formadas, continua a ser um mundo de homens. Trata-se, claramente, de uma discriminação, mas, simultaneamente, o anúncio é revelador da fase em que se vive, quanto à inclusão de

mulheres nas mais diversas profissões. Comprova-se que, no tríptico LÍNGUA-SOCIEDADE-CULTURA, a língua é reflexo das vivências sociais e culturais. Os anúncios poderiam ter outras formulações. Contudo, são reflexo do que é pretendido pelas estruturas sociais e culturais. O *Guidelines* e o *Manual* podem propor alterações linguísticas, mas elas não alteram as mentalidades. Não é por ter “M/F” logo de início que um anúncio se torna inclusivo ou permite a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

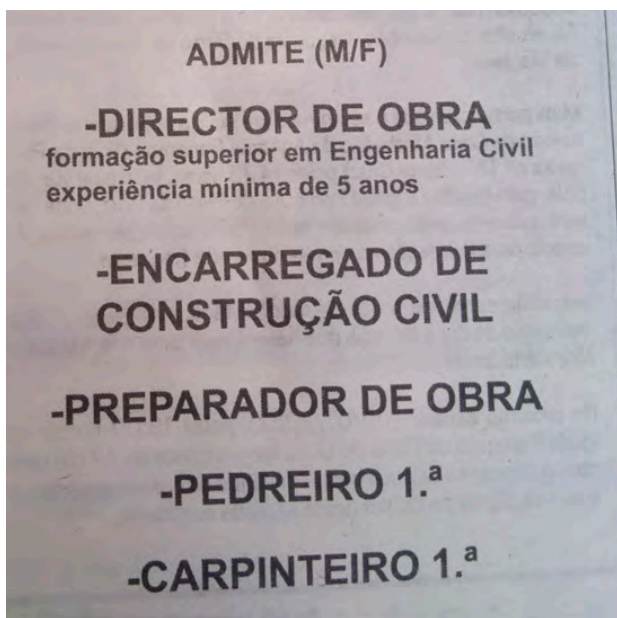


Figura 7. “(M/F)” é negado pelo masculino singular dos cargos identificados

Estes exemplos revelam que se discrimina (masculino), não discriminando (M/F). O binário é negado pelo masculino dos cargos. Social e culturalmente, poderá não haver “mulher pedreiro” (“a pedreira”, linguisticamente, não funciona como feminino de “o pedreiro”) ou “carpinteiras”, mas haverá “directoras de obra” e “encarregadas de construção civil”. A opção será a de querer contratar apenas homens.

Uma empresa publicita ofertas de emprego em função de quem pretende contratar. A comparação de dois anúncios de uma mesma firma (cf. Figuras 8 e 9) evidencia-o, ao colocar o género dos nomes, a remeter, nos anúncios, ora

para o masculino, ora para o feminino. Comprova-se que a profissão de secretariado ainda é tendencialmente feminina (cf. Figura 9). Na figura 8, o masculino “angariador” vem por extenso e o “a” do feminino é um pormenor. Na figura 9, os femininos “secretária” e “recepcionista” estão ambos escritos integralmente, para que não restem dúvidas quanto às tarefas a desenvolver e às funções exigidas às mulheres. Além da gralha de “requisitos”, linguisticamente, não se pode ignorar o masculino “utilizador” (na expressão de conhecimentos de informática enquanto “utilizador”). Seria possível substituir este masculino correntemente em uso e bastaria uma construção como “conhecimentos práticos de informática”. As línguas têm recursos para expressar a igualdade de direitos. Em grande parte, os usos condicionam, mas podem ser alterados pelos próprios falantes; resta saber se a nível social e cultural as comunidades estão dispostas a isso. A legislação e os documentos podem multiplicar-se; as mentalidades apenas mudarão se se ensinar a conhecer mais em pormenor a língua em uso.



Figura 8. M/F – sobretudo para homem

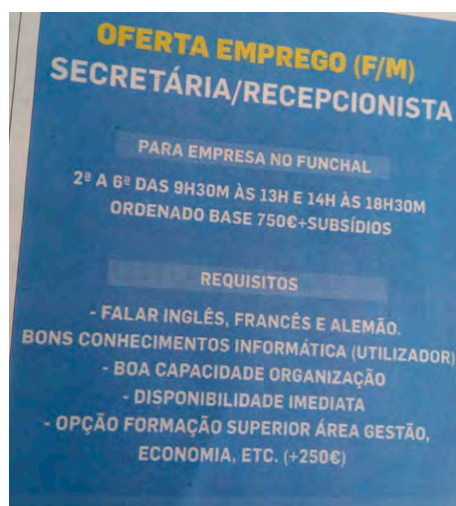


Figura 9. F/M – para mulher

No mundo laboral ocidental, não são apenas as questões de linguagem inclusiva que estão em causa, há também as da linguagem neutra que vão sendo colocadas. Como ficou explícito, não são o mesmo. Favorável à neutralização, eliminando o masculino e o feminino, recentemente, surgiu a notícia de que a companhia aérea Lufthansa, pela defesa de igualdade de direitos, elimina “senhoras

e senhores” de saudações (“without men and women neutral language equality of wrights”) para a “IGUALDADE DE DIREITOS, ALEMANHA” (cf. Ashutosh Pandey, 13/07/2021 13 de julho de 2021), assim “Companhia aérea alemã decide adotar linguagem mais neutra em termos de gênero e instrui funcionários com lista de alternativas para garantir que nenhum passageiro se sinta excluído.” Este caso é completamente distinto do abordado com os anúncios para ofertas de emprego. Atesta-se que não é unicamente o português que está a ser posto em causa, mas todas as línguas, em especial no que se refere à Gramática ou, mais precisamente, ao gênero gramatical. Onde levará o apagamento do masculino e do feminino nas formas de tratamento ou nas saudações?

A linguagem inclusiva e a linguagem neutra não são o mesmo. O *Guidelines* e o *Manual* consideraram não haver igualdade nas referências a mulheres e homens. São apresentados exemplos linguísticos para ultrapassar a considerada assimetria, através da análise de alguns casos. No sentido de os documentos institucionais promoverem uma “igual visibilidade e simetria de mulheres e homens” e “alternativas ao uso universal masculino”, defendem, em parte, o sistema binário – feminino/ masculino – e, inesperadamente, isso tem levado a propostas para a sua anulação, optando pela neutralização.

Considerações finais

O Conselho Económico e Social (CES) de Portugal aprovou em plenário em meados de 2021 um manual para a *Linguagem Inclusiva na Administração Pública*, no sentido de os documentos institucionais promoverem uma “igual visibilidade e simetria de mulheres e homens” e “alternativas ao uso universal masculino”. Isso significa que o CSE considerou não haver igualdade nas referências a mulheres e homens. No *Manual*, são apresentados exemplos linguísticos para ultrapassar a considerada assimetria. Já em 1999, praticamente 22 anos antes, a UNESCO concebia um guia orientador, ao incorporar a linguagem neutra em função do sexo, evidenciando uma interdependência entre gênero gramatical e sexo.

Outros organismos se têm manifestado a propósito de questões de Linguística e Gramática que, claramente, interessam à comunidade mundial, em que qualquer pessoa parece ter opinião e posição. Há uma mudança a acontecer e ela tem vindo a manifestar-se de tal modo que não é unicamente o português que está a ser posto em causa, mas todas as línguas, em especial no que se refere à Gramática ou, mais precisamente, ao gênero gramatical. Acontece, sobremaneira, nas línguas românicas, porque elas são basicamente binárias – feminino/

masculino – e isso tem levado a propostas para a sua anulação, defendendo uma neutralização. Vão surgindo propostas diversas para substituir as vogais finais que costumam, por exemplo, em português, identificar o feminino (-a) e o masculino (-o). Há quem opte por @, quem escolha uma estrela ou outro desenho/ ícone/ símbolo qualquer para não empregar as vogais tão características do género gramatical, a fim de não discriminar ninguém, a nível sexual. Se parece ter alguma aceitação na grafia, coloca problemas no registo oral porque o fenómeno @ não funciona para a neutralização. É, na origem, uma preposição e, oralmente, não é concretizável enquanto terminação (marca ou morfema de género), embora pareça funcionar na escrita. Haverá quem julgue tratar-se de uma sobreposição das letras “ã” e “o”, mas, na realidade, é-o de “ã” e “d” (preposição “ad”). Indo ao encontro do pretendido com o fenómeno @ ou de outro semelhante, inclusive o que usa o “-e” final, colocam-se duas hipóteses: 1) apagar as vogais finais “-o / -a”, quando há referências extralinguísticas, e conservar as consoantes: alun / s alun; 2) juntar as duas vogais “caroas amigos”. Nenhuma delas parece ter adeptos, mas há mudanças linguísticas em curso.

O melhor caminho para a igualdade é estudar as línguas, sobretudo a língua materna, e conhecer bem os seus recursos, mudando, não a estrutura da língua, mas as atitudes e os comportamentos sociais e culturais que têm repercussões linguísticas. Na prática, o conceito de “linguagem inclusiva” não corresponde ao de “linguagem neutra”, como ficou demonstrado. A neutralização, através do recurso a termos gerais como o de “coordenação” em vez de “coordenador” ou “coordenadora”, apaga a referência e não identifica se quem exerce o cargo ou a função é ou não mulher, o que, à partida, se quereria destacar. Se se retirarem as terminações “-a/ -o”, há um empobrecimento linguístico, mas se for essa a vontade predominante, na comunidade de falantes, então, a língua pode ser reestruturada. Ela é maleável e está ao serviço dos falantes. É instrumental e uma ferramenta fundamental para a vida em sociedade. O que mudará com a “linguagem inclusiva” e a “linguagem neutra”? No presente, as gramáticas das línguas estão a ser colocadas em causa.

Referências

- Bi Dizionario Italiano Linguistico e Grammaticale* Pittano (1995). Gulliver Libri, 2º edizione maggio 1995, 1º edizione 1981, Edizione Calderini.
- CARVALHO, P. T. de (1999). O Sexo da Língua, *Público*, 1999/07/03; *Diário de Notícias*, 1999/05/04.

- Diccionario del Estudiante. Secundaria y Bachillerato* (2016). Real Academia Española.
- Dictionnaire du Français Contemporain - Spécial Enseignement* (s/d). Larousse.
- DUBOIS, J. et alii (org.) (1974). *Dictionnaire de Linguistique*. Larousse.
- GALLARDO Barbarroja, M. (1999). Cuestiones de Género: cambio social y uso lingüístico en España en el lenguaje publicitario. *International Journal of Iberian Studies*, 12(2), 78-92.
- LAUSBERG, H. (1963). *Linguística Românica*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- MAGALHÃES, I. A. de (1995). *O sexo dos textos*. Caminho.
- ROSSI, R. (1978). *Le parole delle donne*. Editori Riuniti.
- REBELO, H. 2000. O sexo da linguagem: Breve estudo baseado em *O Dragão de Fumo* de João Aguiar. In E. Almeida e M. Maillard (Org.), *O Feminino nas Línguas, Culturas e Literaturas* (pp. 359-373). Centro METAGRAM e Universidade da Madeira.
- YAGUELLO, M. (2000). Le féminin comme catégorie biologique, sociale et grammaticale: Étude comparée du Français et de l'Anglais. In E. Almeida e M. Maillard (Org.), *O Feminino nas Línguas, Culturas e Literaturas* (pp. 443-450). Centro METAGRAM e Universidade da Madeira.

Webgrafia

- ASHUTOSH, Pandey (2021). “IGUALDADE DE DIREITOS ALEMÃO Lufthansa elimina “senhoras e senhores” de saudações <https://www.dw.com/pt-br/lufthansa-elimina-senhoras-e-senhores-de-sauda%C3%A7%C3%B5es/a-58255998>, consultado em 13-07-2021.
- CITE (1991) PARECER N.º 10/CITE/91, Assunto: Anúncios de Emprego e outras formas de publicidade - Discriminação em função do sexo <https://cite.gov.pt/documents/14333/17872/10-91n.pdf/2339c5f2-fbd6-48a0-a937-e733c9a97d6d>, consultado em 31-03-2023.
- DECRETO-LEI n.º 392/79 (1979) <https://dre.tretas.org/dre/30776/decreto-lei-392-79-de-20-de-setembro>, consultado em 31-03-2023.
- PAVLIC, Breda (1999). *Guidelines on gender-neutral language* UNESCO https://unesdoc.unesco.org/in/rest/Thumb/image?id=p%3A%3Ausmarcdef_0000377299&author=Pavlic%2C+Breda&title=Guidelines+on+gender-neutral+language&year=1999&TypeOfDocument=UnescoPhysicalDocument&mat=PGD&ct=true&size=512&isPhysical=1&siteId=mainSite, consultado em 13-07-2021.

A vitalidade de “amecê” no concelho de Machico (Madeira)

The vitality of “amecê” in the municipality of Machico (Madeira)

JÉSSICA FREITAS OLIM* | HELENA REBELO**

Resumo: Em dois momentos (um primeiro geral ou de contextualização e um segundo com dados de um inquérito circunscrito), pretendemos abordar uma forma de tratamento que está a ser cada vez menos usada, no século XXI, quando parece ter tido, no passado, grande vitalidade, no arquipélago madeirense. Trata-se de “amecê” que se ouvia correntemente na ilha da Madeira. Foi atestada em ambiente familiar no concelho de Machico, aqui em estudo, há vinte e cinco anos, em usos comuns no diálogo com idosos, num nível de língua popular e coloquial. Qual a sua etimologia? Que significação e usos continua a ter?

Palavras-chave: formas de tratamento; “amecê”; património linguístico; sociedade; cultura.

* Universidade da Madeira

** CLLC | Universidade de Aveiro
FAH-DLLC e CIERL | Universidade da Madeira

Abstract: In two parts (the first one, a contextualization, is general and a second is a questionnaire with specific data), we intend to approach a form that is being less used in the 21st century, when it seems to have had great vitality in the Madeiran archipelago in the past. It is the word “amecê” that was currently heard in the island of Madeira in the past. It was attested in a family environment in the municipality of Machico, here under study, twenty-five years ago, in common uses in dialogue with the elderly, at a level of popular and colloquial language. What’s its etymology? What meaning and uses it continues to have?

Keywords: respect forms; “amecê”; linguistic patrimony; society; culture.

Considerações introdutórias

Com o tempo, alteram-se a forma de falar e a de agir em sociedade. Aquilo que dantes era corrente; hoje, é (ou pode ser completamente) inusitado. No entanto, revela-se como manifestação de Património Linguístico, enquanto herança dos antepassados que permanece viva na cultura. Ao longo das gerações, as formas de tratamento vão mudando porque se alteram as convivências e as relações sociais. Nos contactos interpessoais, observa-se a existência de várias formas concomitantes, sendo algumas antigas e reveladoras de uma sociedade e de uma cultura diversas das do presente. Há muitos estudos sobre o assunto em geral que se têm debruçado sobre o Português (cf., por exemplo, LINDLEY CINTRA, 1972, e DUARTE, 2011, para citar apenas duas referências). Há formas de tratamento que não são usuais na norma. São, portanto, marginais porque, por exemplo, pertencem a uma variedade regional, que, habitualmente, nem é alvo de estudo. O caso de “amecê”, ainda hoje em uso, mas em franco declínio, na Região Autónoma da Madeira, é disso exemplo e comprova-se pela observação linguística junto da população. Por informações recolhidas *in loco*, sabe-se que era muito utilizada, por exemplo, no concelho de Machico, há 25 anos.

Este estudo tem a finalidade de esmiuçar este fenómeno de mudança. Por um lado, num plano teórico, pretende-se pesquisar a existência de “amecê” em dicionários, vocabulários/ glossários do século XX. Por outro lado, almeja-se uma vertente prática, registando a vitalidade e a dinâmica na comunidade. O propósito prático desta investigação é analisar os resultados de uma amostra de respostas obtida através de um pequeno inquérito, aplicado em Machico, em 2021. A análise dos dados permitirá compreender a amplitude do uso de “amecê”.

Interessará: descrever o significado que lhe é atribuído; comprovar se é coincidente com o das referências metalinguísticas; analisar as circunstâncias sociais de utilização; caracterizar o estatuto e o papel sociais do referente, ou seja, a quem se dirige o locutor, com o perfil ou a posição social do alocutário; o que, cultural e socialmente, simboliza e verificar o posicionamento dos inquiridos quanto ao conhecimento e ao uso. Embora ainda se ouça, tê-lo-ão as gerações mais novas anulado dos seus registos na dinâmica social? O poder dos *mass media* e das redes sociais é incontestável. Ao dar espaço à valorização do Património Regional e Local, certos humoristas madeirenses revitalizam diversos regionalismos, não deixando desaparecer/ morrer os bens linguísticos, mais ou menos valorizados, assumindo importância a variedade madeirense da língua portuguesa. É o que se observa com “amecê”, o assunto em estudo.

1. À procura da origem de “amecê”

Ir à procura da origem de usos linguísticos é uma tarefa quase inglória porque remete para tempos passados, sendo extremamente difícil identificar fontes. Procurar a origem para usos linguísticos populares, que se foram e vão propagando, ainda se torna mais complexo. O uso de “amecê”, forma de tratamento regional madeirense (por agora, apenas se atestou no arquipélago madeirense), resultará de “A VOSSA MERCÊ” que também terá dado “VOCÊ” (“vosmecê, vossemecê” -> “você”). Uma breve pesquisa por alguns dicionários nem é muito frutífera, já que a maioria dos consultados (cf. Tabela 1) nem regista a entrada, não apresentando, por isso, nenhuma significação para essa forma de tratamento que terá cariz comprovadamente, até prova em contrário, regional madeirense. Aliás, o dicionário em linha Priberam, com a vantagem de colher pesquisas pela Internet, é o único que atesta a forma, evidenciando a sua origem geográfica, enquanto regionalismo. Identifica uma vertente “informal”, quanto ao registo, o que não corresponderá propriamente aos usos registados, nem às respostas ao inquérito aplicado na área de Machico. A forma de tratamento “amecê” destina(va)-se a pessoas mais velhas, havendo algum distanciamento entre os interlocutores, embora possam (pudessem) ser da mesma família ou vizinhos, evidenciando conhecimento da baixa condição social partilhada. Por simples curiosidade, alargou-se a pesquisa ao galego, pela consulta do Estraviz (dicionário de galego-português) e *Dicionario da Real Academia Galega*. Verificou-se que, em ambos, também não regista nenhuma entrada para “amecê”.

Dicionários	“amecê”
Priberam [em linha] (2021)	(contração de vossa mercê), pronome pessoal de dois géneros, [Portugal: Madeira, Informal] Forma de tratamento informal que se dirige a pessoas que não são tratadas por tu e que obriga à concordância com o verbo na terceira pessoa. = VOCÊ, VOSSEMECÊ
Aurélio (2021)	Sem entrada: significado inexistente
Academia (2001)	Sem entrada: significado inexistente
Houaiss (2001 e 2005)	Sem entrada: significado inexistente.
Porto Editora (1999)	Sem entrada: significado inexistente.
Machado (1991)	Sem entrada: significado inexistente.
Cândido de Figueiredo (1986)	Sem entrada: significado inexistente.
Morais (1789, 1813)	Sem entrada: significado inexistente.
Bluteau (1712-1721)	Sem entrada: significado inexistente.

Tabela 1. Alguns dicionários de português: entrada “Amecê”.

No *Dicionário de Língua Portuguesa* de Houaiss (2001, 2005), a sequência “Vossa Mercê” está incluída na entrada “mercê” (Houaiss, 2005). Faculta a seguinte informação: “Vossa Mercê”: “Vossa M. forma de tratamento dada a pessoas que não tinham senhoria e às quais não se tratava por tu; vosmecê, vossemecê”. Complementando a consulta com a entrada “senhoria” (Houaiss, 2005), registam-se, por um lado, quatro sentidos: “1 autoridade ou qualidade de senhor ou senhora 2 domínio, direitos feudais sobre uma terra 3 a terra que está sob esse domínio 4 proprietária de bens imóveis; senhora” e, por outro, a seguinte informação: “Vossa S. tratamento cerimonioso us., sobretudo, em linguagem comercial”. Portanto, “Vossa Mercê” e “Vossa Senhoria” não são coincidentes, já que “Vossa Mercê” implica que a pessoa destinatária da forma de tratamento não tenha propriedade e “Vossa Senhoria” é destinado a quem possui propriedade. Pressupõem ambas um conhecimento concreto e pessoal existente entre os interlocutores para saber quem era ou não proprietário de

terras. Aqui, a questão não é “ser ou não ser”, mas é a de “ter ou não ter”. A propriedade privada, social e culturalmente, foi, e em certa medida continua a ser, sinal de riqueza e de estatuto social, merecendo consideração por parte de quem não tem e, de algum modo, depende de quem é proprietário. Por conseguinte, ter ou não ter bens implicava, consequentemente, uma forma de tratamento adequada. A forma “Vossa Mercê” implica(ria) que a pessoa com quem se fala(va) não tem (tivesse) propriedade, embora não se tratasse com familiaridade. Portanto, não é de uso informal. Assinalou-se que ambas as entradas não comportam nenhum outro elemento linguístico, por exemplo, artigo definido “a”, antes de “vossa”. No entanto, na forma em estudo parece ocorrer: amecê > a mecê > a vossa mercê. A reflexão em torno do assunto, levou a considerar a expressão “à mercê de” (ficar à mercê de alguém) próxima de “a vossa mercê”, enquanto antiga forma de tratamento, muito ao gênero do ainda hoje ouvido no comércio: “A minha senhora, deseja algo?”. O mesmo sucede com “O senhor pretende isto ou aquilo?” Os artigos definidos acompanham muitas vezes as expressões empregues para as formas de tratamento. Aliás, os possessivos também estão frequentemente presentes a marcar a ligação entre as pessoas, pelos laços sociais que as unem. O dicionário de referência consultado e mencionado acima indica a evolução pela qual passou “[a] vossa mercê” (suprimindo as maiúsculas) e faculta alguns dados para a etimologia: “pron. contr. de VOSSEMECÊ” e “ETIM. ver em você”. Assim, “vossemecê”, ainda em voga no mundo onde se fala português para tratar os mais idosos, resultou do contrair, pela aglutinação, de “vossa + “mercê”, através de alguns fenómenos fonéticos: 1) a mudança de timbre vocálico da vogal final de “vossa” > “vosse” e 2) a síncope da vibrante em final de sílaba interior. Indica o dicionário em consulta que, para a etimologia, se deve ler a entrada “você” (cf. Houaiss, 2005: “ETIM. ver em você”). Simplificando, “você” terá origem em “vossa mercê” (“ETIM. vossa mercê > vossemecê > vosmecê > você”). Etimologicamente, “mercê” vem do latim com o sentido de “recompensa”, “honorário”, “preço pago por um trabalho ou por uma mercadoria”. Consequentemente, na origem, nada tem de forma de tratamento usada no discurso. Em “Formas de Tratamento de Segunda Pessoa do Singular em Português: Representações e Crenças de Falantes Madeirenses”, Aline Bazenga (2022, 474)¹ dá conta de

1 Cf. Bazenga, 2022: “2.2. Variedade Insular PE (Arquipélago da Madeira): “Relativamente ao sistema de FT na variedade madeirense do PE, Aline Bazenga [nota 24] dá conta de algumas tendências regionais, nomeadamente no contexto familiar (...) Uma outra característica apontada pela autora diz respeito ao uso de expressões vocatórias, seguidas de interjeições, tais como “amecê”, “apaz” (rapaz)/“apariga” (rapariga), “home”, cujo uso está relacionado com sincronizações

algumas referências bibliográficas a atestar “amecê”, incluindo a forma no conjunto das «expressões vocatórias, seguidas de interjeições, tais como “amecê”, “apaz” (rapaz)/ “apariga” (rapariga), “home”». Ora, julga-se que “amecê” difere completamente das restantes três que, à partida, identificam o/a interlocutor/a: rapaz-“apaz”, rapariga-“apariga” e homem-“home”, não ocorrendo de igual maneira com “amecê”, destinado a qualquer tipo de interlocutor e por não parecer pertencer, propriamente, a um conjunto de “expressões vocatórias, seguidas de interjeições”. De seguida, facultam-se alguns usos.

2. Usos e ocorrências

Contrariamente aos dicionários de língua portuguesa folheados, os vocabulários regionais madeirenses, nomeadamente alguns dos publicados em livro (cf. Tabela 2) atestam o uso. São unânimes em considerar que é equivalente a “vossemecê”. Identificam-no com essa forma de tratamento generalizada, mas que deveria, no arquipélago, conviver com “amecê”. Nesse conjunto, é Abel Marques Caldeira quem faculta uma informação relevante, sublinhando uma grafia diferente. Apresentando um artigo (separado com ou sem hífen: “a-mecê” / “a mecê”) e a supressão do possessivo, restando apenas “mecê”, já com a síncope da vibrante, como sinónimo de “senhor” ou “senhora”, evidencia que a forma seria mesmo resultado de “A Mercê”, algo como, por exemplo, “O Senhor deseja...”, podendo ser feminino como em “A Senhora quer...”. As formas de tratamento podem ou não incluir o possessivo e, neste caso, seria excluído. Assim, “A Vossa Mercê” teria artigo e possessivo; “Vossa Mercê” abdicaria do artigo e “A Mercê” excluiria o possessivo. As possibilidades linguísticas são sempre muitas e a variação permite que os falantes encontrem as estratégias que mais lhes convêm.

de maior ou menor proximidade entre os interlocutores, no eixo da distância social. Destas expressões em uso nas variedades do português falado no arquipélago da Madeira, “amecê” é a única que se encontra registada na obra *Vocabulário Madeirense*, de Fernandes Augusto da Silva [nota 25], tendo sido também apontada por Canuto Soares, no seu artigo «Subsídios para o cancioneiro do arquipélago da Madeira [...]» [nota 26], publicado na revista *Lusitana* como sendo equivalente a “vossemecê”, ambas variantes do antigo “vossa mercê”. Esta FT também se encontra referida por José Rosado [nota 27] como estando em uso na ilha do Porto Santo, no seu artigo intitulado «Linguagem popular portossantense», publicado na revista *Xarabanda*.”

Vocabulários	Amecê
E. Ribeiro (1929)	“amecê – Por «vossemecê»”
F. A. da Silva (1950)	“Amecê – Vossemecê (Do antigo Vossa Mercê).”
L. de Sousa (1950)	“Amecê – Vossemecê. Notas: A. M. [Augusto Moreno?] regista a origem madeirense desta palavra e respectivo sentido.”
A. M. Caldeira (1993)	“A-mecê, trato pessoal; palavra rústica. (referindo-se à pessoa). [sic] – <i>A mecê sabe? A mecê quer saber? S’a mecê soubesse...</i> ”/ “ Mecê , Senhor ou senhora. – A mecê sabe <i>milhor</i> de qu’eu as coisas <i>cuma</i> são.”

Tabela 2. Alguns vocabulários regionais: entrada “Amecê”.

Em síntese, a entrada de “Amecê” com definição, no conjunto dos dicionários consultados, ocorre unicamente no Priberam [em linha], (2008 – 2021), evidenciando a aglutinação de “vossa mercê” (sem artigo) e com a indicação de pertencer à classe “pronomes pessoais” com dois géneros. Identifica a origem regional, assim como o nível de língua “[Portugal: Madeira, Informal]”. A definição é esclarecedora, contradizendo a noção de pronome pessoal por ser uma “Forma de tratamento informal que se dirige a pessoas que não são tratadas por tu e que obriga à concordância com o verbo na terceira pessoa.” Remete para “VOCÊ, VOSSEMECÊ”. Também elas formas derivadas de “Vossa Mercê”. Os restantes dicionários, tanto os portugueses, dos mais antigos (Bluteau e Moraes) aos mais recentes (Academia e Houaiss), nenhum atesta “amecê”. Sucede o mesmo com os dois dicionários de galego consultados. Situação completamente contrária se regista nos vocabulários regionais porque todos os aqui referidos (cf. Tabela 2) atestam a ocorrência e, apresentando entrada, definem a significação. Comprovam os vocabulários o uso regional, ignorado pelos dicionários nacionais e internacionais. Para o Padre Fernando Augusto da Silva, “amecê” liga-se a “Vossemecê (Do antigo Vossa Mercê)”. Quanto a Emanuel Ribeiro, tem a mesma proveniência: “amecê – Por «vossemecê»”, sucedendo o mesmo para Luís de Sousa: “Amecê – Vossemecê”. Segundo Abel Marques Caldeira, a grafia difere, estando a vogal “A” separada de “mecê”: “A-mecê, trato pessoal; palavra rústica. (referindo-se à pessoa). [sic] – *A mecê sabe? A mecê quer saber? S’a mecê soubesse...*”/ “**Mecê**, Senhor ou senhora. – A mecê sabe *milhor* de qu’eu as coisas *cuma* são.” A expressão “palavra rústica” evidencia um juízo de valor e, em simultâneo, remete para

o mundo rural e antigo. Luís de Sousa sublinha o regionalismo com uma observação, numa referência a “A. M.” que não se comprovou, deduzindo-se pela sua bibliografia, tratar-se de Augusto Moreno: “Notas: A. M. [Augusto Moreno?] regista a origem madeirense desta palavra e respectivo sentido.”

No sentido de pesquisar usos de “amecê”, procurou-se a sua existência numa obra de literatura regional madeirense de um autor do Norte da ilha da Madeira, mais precisamente da Ponta Delgada, do concelho de São Vicente: Horácio Bento de Gouveia, que está para a Madeira como Vitorino Nemésio para os Açores. Do vasto conjunto da sua produção, escolheu-se a que dedica à temática do bordado da Madeira. É de realçar que se afigurou não haver ocorrências para “amecê”. Em *Lágrimas Correndo Mundo*, Horácio Bento de Gouveia, nas múltiplas formas de tratamento que usou na boca das diversas personagens, procurando reproduzir o seu modo de falar, ao jeito de Gil Vicente, não se encontrou nenhuma ocorrência de “amecê”. Observe-se o seguinte levantamento para ter uma ideia da diversidade registada pelo escritor (sublinhados nossos que evidenciam usos desde “Vossa Senhoria” à forma verbal sem qualquer pronome ou outro elemento):

P.16 “ - Vossa Senhoria dá licença?”, “ - Sim, senhor”, “ - Então vamos ver se será bom fiscal para zelar interesses da Casa.”

P. 28 “ - Vocemecê não é da freguesia?”, “ - Vossa Senhoria deve ter razão.”

P. 30 “ - O senhor até parece caixeiro!”, “ - Você alembro-se (...)”

P. 35 “ - É porque a vizinha [= você] é mãe de filhos!”

P. 76 “ - Então quando vamos ao Norte, amigo Freitas”

P. 106 “ - Pai a sua bênção!”

P. 162 “ - Mê Pai, trouxe-lhe esta camisola!”

P. 163 “ - Sim, sr.^a Berta!”, “ - Olhe, vezinha Berta, ele anda mesmo tonto (...)”

P. 177 “ - D. Guilhermina! “

P. 179 “ - Sr. Professor Lopes, espero com interesse ler as suas crónicas...”

P. 182 “ - Antão Mestre Afonso, a cambota do «Morris» s’ tá pronta?”

Em “Address in portuguese and spanish” de Martin Hummel (cf. recortes abaixo), segundo Célia dos Santos Lopes, 2020, atestou-se a forma, evidenciando, na boca do “povo”, “amecê” ser diferente de “o senhor” (distanciamento), já que são “todos irmãos” (“tudo *irmão*” – da mesma condição). Nos recortes abaixo, chama a atenção a aproximação de “Madalena do Mar”, freguesia do concelho da Ponta do Sol, na zona sul, mais a ocidente da ilha da Madeira, ser identificada como pertencente ao Funchal, que se situa a uma distância bastante considerável.

Contudo, a localização ultrapassa as fronteiras de Machico aqui estabelecidas. O ponto 371 e a tabela 21 atestam “amecê”, que, pelo que se comprovou, nem sempre é (era) destinado a “parentes” porque pode (podia) ser para membros da comunidade com que pouco se convive (convivia):

Madalena do Mar (Funchal)

371: Chamam: *mê pai* ou *mi-pai*, *mê padrinho*, etc. Quando falam com eles tratam-nos por *amecê*. [...] Não empregam *o senhor*. Para o povo é tudo *irmão*.
‘Children use variants of ‘my father’, ‘my godfather’, etc. When they speak to them they use *amecê* (= reduced *vossamecê*). They do not use *o senhor*. For the general public everybody is called *irmão* ‘brother’

Table 21: Summary of the main forms of address used in the dialects of Portugal.

Categories	Appellative Forms	Actantial Forms
<-> young	First name, e.g. <i>João, Maria</i>	<i>tu</i> , 2P
<-> equals	First name, e.g. <i>João, Maria</i> ; <i>irmão</i>	<i>tu</i> , 2P, <i>você</i> , 3P
> parents	(ó) (<i>meu/mi-</i>) (<i>sr.</i>) <i>pai/mãe</i> ; <i>paizinho</i>	<i>o pai/a mãe, você, vo(sse)mecê, amecê</i>
> older (in-group)	<i>ó velh(inh)a, tio/a</i>	<i>você, vo(sse)mecê</i>
> strangers	<i>senhor/a</i>	<i>você, v(osse)mecê, o senhor</i>
> superiors	<i>patrão, senhora</i>	<i>vo(sse)mecê, o senhor, Vossa Excelência</i>

A Internet é uma fonte que permite registar o fenómeno da revitalização desta forma de tratamento em franco declínio na comunidade de falantes, pelo menos nos seus usos quotidianos, já bastante marcados pela escolarização. Os usos de “amecê” vão surgindo em algumas páginas de humor, em publicidade e em diversos outros formatos (cf. Figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

Registou-se a forma no plural (“amecê – amecês”), quando, portanto, o destinatário é um público e, no caso da divulgação digital, toda e qualquer pessoa que veja/ leia a mensagem enquanto utilizadora das redes sociais. Registou-se a grafia “Amessês” [As Vossas Mercês - Vossemecês], atribuindo-se a “mercês” os dois “ss” do possessivo que foi excluído, numa franca sobreposição de “vossas” (-ss-) e “mercês” (-c-). Aliás, em “vossemecês”, estão patentes ambas as grafias (-ss- + -c-). Na página de humor do Compadre Jodé (cf. Figuras 1 e 2) é assim grafado. Poderá também significar que quem escreveu não domina a língua e que escreve como entende, não seguindo qualquer convenção porque não tem muita escolarização. No entanto, colocando de lado esta nota relacionada com a

Ortografia que mereceria maior reflexão, observa-se que, no texto do Compadre Jodé, é claramente uma forma de tratamento que não envolve qualquer interjeição, reportando-se às pessoas que acedem aos conteúdos que ele coloca na página da Internet. Não sabe quem são essas pessoas (jovens, adultos, mulheres, homens, crianças, etc.), nem a sua condição social. Na figura 1, é empregue em vez de “vocês” (Bom dia, para vocês todos – “Bum duêa p’amessês toudos”). Trata-as em conjunto, empregando o masculino plural. Na figura 2, mantendo o uso, a forma verbal acompanha a terceira pessoa do plural: “Amessês são bauas pessaus” e “s’amessês são servidos”.



Figura 1. Imagem retirada da Internet [Facebook Compadre Jodé] em maio de 2021.



Figura 2. Imagem retirada da Internet [Facebook Compadre Jodé] em maio de 2021.

As duas figuras seguintes (cf. 3 e 4) reportam-se ao uso do plural “amecês” (= vocês) e do singular “amecê” (= você), atribuídos a uma mesma fonte. Registou-se na divulgação comercial de uma proposta gastronómica ligada à culinária regional com a designação da interveniente como “A Biqueira”. O emprego do plural ocorre na imprensa, na campanha promocional que o *Diário de Notícias da Madeira* tem divulgado em 2022. O uso do singular remete para a divulgação na Internet, através do *Youtube*, sendo anterior à da campanha levada a cabo na imprensa.



Figura 3. Campanha promocional e publicitária promovida pelo *Diário de Notícias da Madeira*.



Figura 4. Descrição de uma publicação, consultada na página do Facebook ‘A Biqueira’ em maio de 2021.

As duas formas de tratamento surgem em excertos de discurso dirigido ao(s) destinatário(s), à partida, madeirense(s) que conhece(m) a forma. Os verbos acompanham, como para “você” e “vocês” na 6.^a pessoa, ou seja, na 3.^a do plural. Reconhecendo-se, por isso mesmo, que funcionam como sujeito (“Amecô dava” e “Amecês que botem sentido”). Por conseguinte, têm dupla categorização – pronome e forma de tratamento –, mas nos contextos dados são claramente identificadas como forma de tratamento, isto é, formas empregues para identificar e tratar a pessoa com quem o “eu” fala. Estes exemplos ilustrados são meramente ilustrativos porque se vão achando vários outros, de modo especial na publicidade (cf. Figura 5). De qualquer modo, além de forma de tratamento, registaram-se outros usos: nomeadamente como alcunha², apelido (cf. Figura 6, é um apelido presente numa página pessoal de Instagram, cujos dados pessoais de identificação foram escondidos, para preservação da identidade), nome de loja, etc. A ocorrência presente na

2 Vivendo Jéssica Olim em Machico, havia, na área de residência, uma vizinha que era alcunhada de a “Amecê”.

publicidade da Figura 5 é deveras interessante porque permite perceber a idade dos destinatários (dos 16 aos 35) com quem se emprega essa forma de tratamento. Atestou-se no singular e a encabeçar uma interrogativa.



Figura 5. Cartaz Promocional – Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha.



Figura 6. Página pessoal de Instagram - apelido “Amecê”.

A diversificação quanto às funções e aos empregos de “amecê” revela a riqueza linguística e as possibilidades que um mesmo elemento tem para ocorrer numa variedade considerável de contextos. Aqui, a forma de tratamento submetida a um breve inquérito, na zona oriental da ilha da Madeira, a área de Machico, suscitou este trabalho exploratório de um vocábulo que importa estudar, já que vai sendo apagado no quotidiano, mas revitalizado, como identitário, nas redes sociais, na Internet.

3. Investigação: resultados de um inquérito

O vocábulo “Amecê” era frequentemente utilizado no concelho de Machico, não tanto nas gerações mais novas (ex: dos 10-39 anos), mas nas anteriores, a dos pais (40-69 anos) e avós (mais de 70 anos). Há dez-quinze anos, ainda era recorrente ouvir dizê-lo, várias vezes. Contudo, hoje, isso não acontece tanto, nas relações interpessoais. É de sublinhar que, com o passar do tempo, acabamos por alterar, de certo modo, a nossa forma de falar e de agir em sociedade. Aquilo que dantes era o normal; hoje, é visto como errado. É Património Linguístico. Foi uma herança que veio dos antepassados e que, até ao presente, permanece ainda vivo na nossa cultura. Esta investigação resultou de um inquérito, numa análise que irá permitir perceber se o vocábulo “amecê” ainda continua, ou não, em pleno uso na sociedade. Possibilitará compreender, ao mesmo tempo, se é conhecido o seu significado, as circunstâncias de utilização, a quem é dirigido na maior parte das vezes, o que simboliza e entender se, do ponto de vista dos inquiridos, está a cair em desuso. É impressionante o poder dos *media* ao promover o trabalho de alguns humoristas madeirenses que não deixam morrer aquilo que é comunitário e identitário: particularidades linguísticas específicas da língua portuguesa, destacando de forma bem característica a(s) pronúncia(s) e os vocábulos madeirenses.

Neste trabalho³, além da procura em alguns dicionários como, por exemplo: Priberam (2021), Houaiss (2001 e 2005), Porto Editora (1998), Machado (1991), Cândido de Figueiredo (1986), e em vocabulários madeirenses, como o do Padre Fernando Augusto da Silva (1950) e o de Abel Marques Caldeira (1993), para

3 Este estudo resultou da unidade curricular de Património Linguístico, regida por Helena Rebelo, no Mestrado em Estudos Regionais e Locais, na Universidade da Madeira, visando perceber se o vocábulo “amecê” continua, ou não, a ser utilizado na Região Autónoma da Madeira, mais precisamente no concelho de Machico. Quanto ao inquérito/ questionário, foi elaborado através da plataforma Survio e esteve disponível apenas em formato digital, em altura de pandemia por COVID-19.

fixar o significado de “amecê”, foi elaborado e aplicado um breve questionário, para inquirir a população sobre a forma. Procedeu-se a uma análise, tendo em conta dados pessoais, como idade, sexo, nível de escolaridade e freguesia de residência, através das diversas questões colocadas e, desta forma, perceber até que ponto estes diversos parâmetros tiveram, ou não, influência nas opções selecionadas pela população inquirida desta localidade.

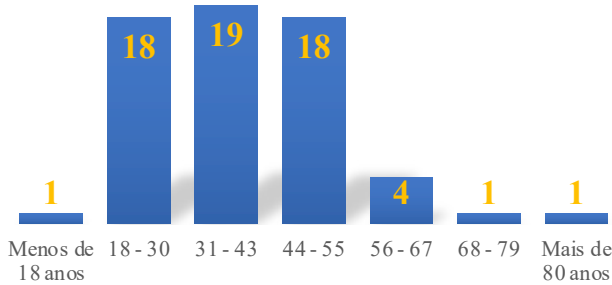
Nos dias estabelecidos para a recolha de respostas, obtiveram-se 62 inquiridos. Apesar dos números alcançados, destaca-se o facto de mais de metade da população que acedeu ao *link* ter apenas entrado na plataforma, mas, por alguma razão, decidiu não contribuir para este estudo. Chegaram aos 51.9%. Contudo, os restantes inquiridos que responderam ao questionário (48.1%), na sua maioria, despenderam entre um e dois minutos do seu tempo. Estamos a falar de um inquérito curto e bastante acessível.

Nos vários vocabulários consultados, a definição de “amecê” é muito vaga e este termo regional não foi alvo de muitos estudos. Para a maioria da população nacional, a palavra é totalmente desconhecida, o que pode acontecer com a regional madeirense. O interesse consistia em perceber se os inquiridos iriam fazer eco da situação verificada com os dicionários e vocabulários, numa dimensão nacional-regional. Até que ponto identificariam o significado do vocábulo “Amecê” como uma forma de tratamento utilizada, tanto para o masculino como para o feminino, semelhante à que hoje utilizamos com “você” (pouco empregue em Portugal)/ “vossemecê” (ainda em uso em zonas rurais de Portugal continental, mas também a desaparecer, pelo conhecimento que se tem da zona centro do país, por regiões como Beira Litoral e Beira Alta). Apresentam-se os dados do breve inquérito.

3.1. Faixa etária

Em relação à faixa etária (cf. Gráfico 1 – Tabela 1), foi visível que a população com idades entre os 31 e os 43 anos de idade foi a que mais contribuiu para esta pesquisa. Não muito atrás, e com o mesmo número de resultados (29.0%), encontram-se os inquiridos com idades entre os 18 e os 30 anos e os 44 e 55. Houve quatro elementos com idades entre os 56 e 67 anos que responderam a este inquérito. Um indivíduo com menos de 18 anos, um com idade entre os 68 e 79 e um outro com mais de 80 anos também cooperaram para esta investigação. Desta maneira, é notório o facto de que há, pelos menos, um indivíduo de cada faixa-etária, que preencheu este questionário, destacando-se, sem margem para dúvidas, a população jovem/adulta.

Gráfico 1. Faixa etária.

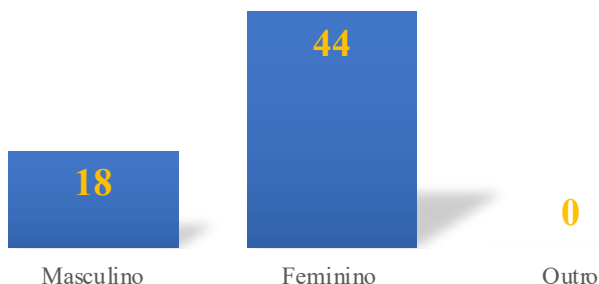


Idades	Respostas	Percentagem (%)
- 18	1	1.6%
18 – 30	18	29.0%
31 – 43	19	30.6%
44 – 55	18	29.0%
56 – 67	4	6.5%
68 – 79	1	1.6%
+ 80	1	1.6%

Tabela 1. Faixa etária.

3.2. Sexo

Quanto ao sexo (cf. Gráfico 2 – Tabela 2), é a população feminina que se destaca. Houve 44 inquiridos do sexo feminino que colaboraram para esta investigação e 18 do sexo masculino. É possível acrescentar que há, pelo menos, uma mulher, de cada faixa etária, que preencheu este inquérito. Contudo, na sua maioria, têm entre 18 e os 55 anos de idade. Dos 18 indivíduos do sexo masculino, três têm idades entre os 18 e os 30 anos, sete entre os 31 e 43 anos, cinco com idade entre os 44 e os 55 e, por fim, três com idade entre os 56 e 67 anos.

Gráfico 2. Sexo.

Sexo/Género	Respostas	Percentagem (%)
Masculino	18	29.0%
Feminino	44	71.0%
Outro	0	0.0%

Tabela 2. Sexo.

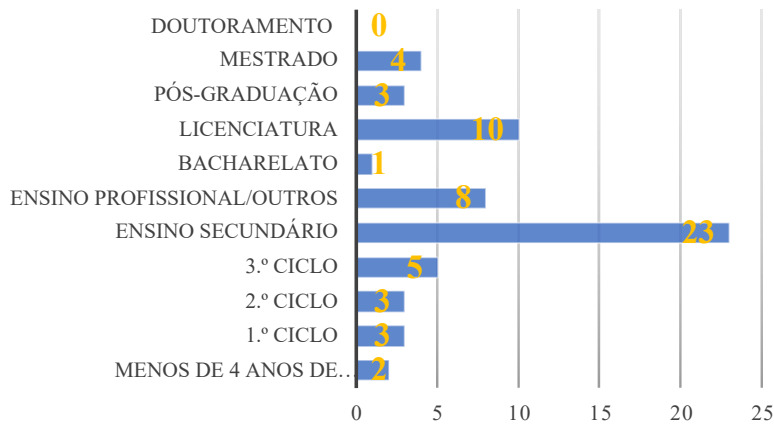
3.3. Nível de escolaridade

Relativamente ao nível de escolaridade (cf. Gráfico 3 – Tabela 3), a população, na sua maioria, tem pelos menos o 12.º ano (último nível do ensino obrigatório, em 2021). Com maior percentagem, estão os inquiridos que têm, completo, o ensino secundário (37.1%), depois os indivíduos com licenciatura (16.1%), de seguida os que têm um Curso Profissional/Outros (12.9%) e, posteriormente, com o 3.º Ciclo de Escolaridade (8.1%). Segue-se a população que tem Mestrado (6.5%) e, posteriormente, com 4.8% dos inquiridos, estão os indivíduos com o 1.º e o 2.º Ciclos de Escolaridade e com uma Pós-Graduação. Por fim, e com as percentagens mais baixas, figuram os inquiridos com menos de quatro anos de escolaridade (3.2%) e com Bacharelato (1.6%). Com o nível de Doutoramento, não houve nenhuma pessoa que contribuisse para este estudo.

Em comparação com as alíneas anteriores, grande parte da população com o Ensino Secundário tem entre 18 e 55 anos de idade. No grau de Licenciatura, é também esta mesma faixa-etária que se destaca. Com idades entre os 56 – 67 anos, o nível de escolaridade que predomina é o 1.º Ciclo. Com 68 – 79 anos de idade, é o Ensino Secundário e, por fim, com mais de 80 anos, há um indivíduo que

contribuiu para esta investigação, possuindo menos de quatro anos de escolaridade. A maioria dos indivíduos do sexo feminino tem o Ensino Secundário, assim como os do sexo masculino. Tanto a população feminina como a masculina tem, na sua maioria, o 12.º ano de escolaridade. Segue-se o Ensino Profissional/Outros e a Licenciatura com o mesmo número de inquiridos, em relação ao sexo feminino. Quanto ao masculino, logo depois, é a Licenciatura que prevalece.

Gráfico 3. Nível de escolaridade.



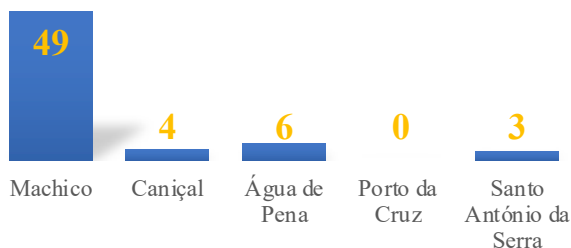
Escolaridade	Respostas	Percentagem (%)
Menos de 4 anos de escolaridade	2	3.2%
1.º Ciclo do Ensino Básico	3	4.8%
2.º Ciclo do Ensino Básico	3	4.8%
3.º Ciclo do Ensino Básico	5	8.1%
Ensino Secundário	23	37.1%
Curso Profissional/Outros	8	12.9%
Bacharelato	1	1.6%
Licenciatura	10	16.1%
Pós-Graduação	3	4.8%
Mestrado	4	6.5%
Doutoramento	0	0.0%

Tabela 3. Nível de escolaridade.

4. Freguesia de residência

O concelho de Machico está dividido em cinco freguesias: Caniçal, Porto da Cruz, Água de Pena, Santo António da Serra e a freguesia de Machico. Nesta investigação (cf. Gráfico 4 – Tabela 4), os inquiridos são, quase na sua totalidade, da freguesia de Machico (79%). Segue-se a freguesia de Água de Pena, com seis indivíduos (9.7%), de seguida a do Caniçal com quatro (6.5%) e, por fim, a do Santo António da Serra com três inquiridos (4.8%). Não foi possível chegar a, pelo menos, um sujeito que residisse na freguesia do Porto da Cruz. Relaciona-se o dado da residência com a faixa etária, o sexo e a escolaridade. Relativamente à freguesia de Machico, é possível verificar que a maior parte tem idades entre os 18 e os 55 anos. Para o Caniçal, têm de 18 a 30 anos; quanto a Água de Pena, vão de 31 a 55 anos e, para Santo António da Serra, as idades vão dos 18 aos 30 anos. É possível acrescentar que, na amostra, há, pelo menos, uma mulher em cada uma das freguesias deste concelho, salvo Porto da Cruz. Trinta e quatro mulheres são da freguesia de Machico, quatro do Caniçal, três de Água de Pena e outras três do Santo António da Serra. Os inquiridos do sexo masculino são, na sua maioria, da freguesia de Machico. Apenas três são da freguesia de Água de Pena. O nível de escolaridade que predomina na freguesia de Machico, nesta amostra, é o Ensino Secundário; no Caniçal, é o 3.º Ciclo de Escolaridade; em Água de Pena, o Ensino Secundário e o Ensino Profissional/Outros e, em Santo António da Serra, o Mestrado.

Gráfico 4. Freguesia de residência.



Residência	Respostas	Percentagem (%)
Machico	49	79.0%
Caniçal	4	6.5%
Porto da Cruz	0	0.0%
Água de Pena	6	9.7%
Santo António da Serra	3	4.8%

Tabela 4. Freguesia de residência.

5. Conhece ou já ouviu o vocábulo “amecê”?

Nesta amostra de 62 inquiridos (cf. Gráfico 5 – Tabela 5), na resposta à pergunta “Conhece ou já ouviu o vocábulo “amecê?””, houve 56 indivíduos que afirmaram conhecer este vocábulo. Apenas seis inquiridos asseguram que não o conhecem, nem nunca o ouviram. É de salientar que os seis indivíduos que responderam “não” têm um menos de 18 anos de idade e os restantes cinco entre 18 e 30 anos. Desta forma, é possível realçar o facto de que este vocábulo só não é conhecido pela população mais jovem. Isto corrobora a hipótese de a palavra estar, muito possivelmente, a desaparecer no quotidiano machiquense. É possível acrescentar que estes seis indivíduos que afirmaram não conhecer este vocábulo são todos do sexo feminino. Terá a escolaridade influência no conhecimento e no uso deste vocábulo? Quem optou por “não” tem, no mínimo, o 3.º Ciclo de Escolaridade e no máximo o Mestrado, ou seja, são indivíduos escolarizados, mas desconhecem a palavra “amecê”, não sendo uma forma de tratamento em uso na escola. Este vocábulo não é conhecido apenas numa freguesia; há, pelos menos, um indivíduo que conhece esta forma de tratamento nas identificadas. A partir desta pergunta, os inquiridos que responderam “não” finalizaram o seu inquérito pois, não fazia sentido prosseguirem se não conhecem nem nunca ouviram este vocábulo. Desta forma, esta investigação continua com uma amostra de 56 indivíduos.

Gráfico 5. «Conhece, ou já ouviu o vocábulo “amecê”?»



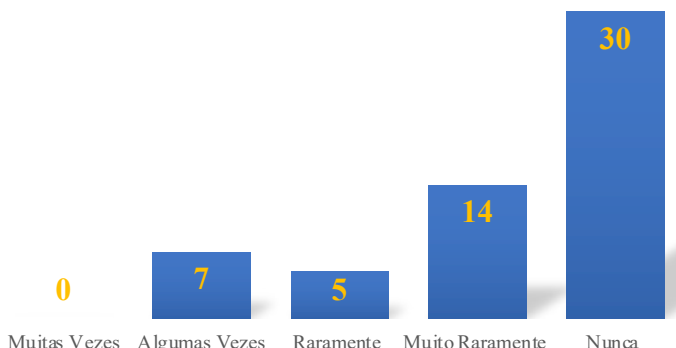
Conhecimento	Respostas	Percentagem (%)
Sim	56	90.3%
Não	6	9.7%

Tabela 5. «Conhece, ou já ouviu o vocábulo “amecê”?»

6. Com que frequência o utiliza?

Em relação à pergunta “Com que frequência o utiliza?” (cf. Gráfico 6 – Tabela 6) é notório que a maioria, ou seja, 55.2% da população inquirida, nunca o utiliza apesar de o conhecer ou de já o ter ouvido. No entanto, há quem o use muito raramente (24.1%), raramente (8.6%) e algumas vezes (12.1%). É de salientar que não há ninguém que o utilize muitas vezes. Nesta investigação, foi possível perceber que é a faixa-etária dos 18 aos 55 anos de idade que domina esta pesquisa, a maior parte dos indivíduos optou por “muito raramente” e “nunca”, sendo estas opções também escolhidas, na sua maioria, tanto em relação ao sexo masculino como ao feminino. De acordo com os dados anteriores, é possível verificar que a população com menos formação é a que mais utiliza este vocábulo e, muito possivelmente, isto também se deve ao meio em que este mesmo segmento populacional se encontra inserido (a indicação de “rústico” de Abel Marques Caldeira) pode indiciar menos escolaridade/ menos urbanidade/ mais ruralidade). Segundo as freguesias, as opções acima mencionadas são também as que predominam. Desta forma, pela amostra, comprova-se que já não há um uso frequente deste vocábulo. Os indivíduos conhecem-no, mas já não o usam e se usam, é muito raramente.

Gráfico 6. «Com que frequência o utiliza?»



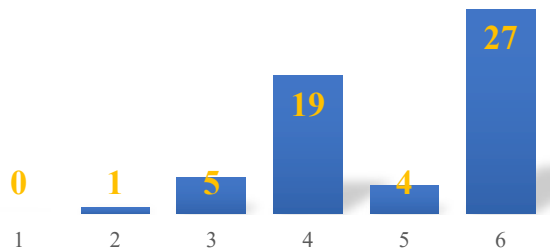
Frequência	Respostas	Percentagem (%)
Muitas vezes	0	0.0%
Algumas vezes	7	12.1%
Raramente	5	8.6%
Muito raramente	14	24.1%
Nunca	30	55.2%

Tabela 6. «Com que frequência o utiliza?»

7. Com quem costuma utilizar este vocábulo?

Na pergunta seguinte: “Com quem costuma utilizar este vocábulo” (cf. Gráfico 7 – Tabela 7), destaca-se, igualmente, o facto de grande parte dos inquiridos (49.1%) não o utilizar. É conhecido, mas não é usado na prática, na convivência em sociedade. Porém, é em conversa com a população idosa que dezanove dos inquiridos (33.3%) utilizam este vocábulo. Cinco indivíduos (8.8%) responderam que recorrem a esta palavra ao dirigem-se à população adulta; quatro (7.0%) afirmam que o utilizam quando comunicam com qualquer indivíduo e um (1.8%), quando aborda os mais jovens. Com as crianças, nenhum dos inquiridos utiliza este vocábulo. Em comparação com outros dados, acima de 18 anos de idade, a maior parte da população que completou este inquérito escolheu as opções “idosos” e “não utilizo”. De facto, é evidente que a população não o usa ou, se usa, é-o com os idosos. Com os mais novos, este termo não é de uso corrente no dia-a-dia. Em relação ao parâmetro sexo, a opção “não utilizo” foi a que predominou e, logo depois, “idosos”. O nível de escolaridade volta a não ter interferência nas opções dos inquiridos. Nas freguesias de Machico, de Água de Pena e de Santo António da Serra, a maior parte da população que contribuiu para esta investigação não utiliza este vocábulo. Contudo, no Caniçal, a maioria utiliza-o, mas só com a população idosa.

Gráfico 7. «Com quem costuma utilizar este vocábulo?».



Interlocutor	Respostas	Percentagem (%)
Crianças	0	0.0%
Jovens	1	1.8%
Adultos	5	8.8%
Idosos	19	33.3%
Com qualquer indivíduo	4	7.0%
Não utilizo	27	49.1%

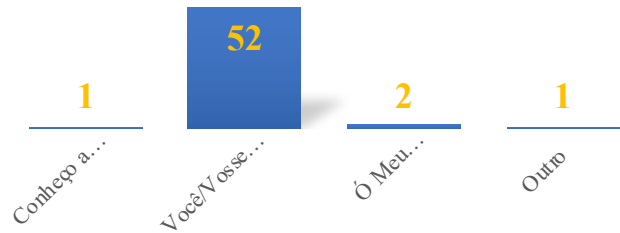
Tabela 7. «Com quem costuma utilizar este vocábulo?».

8. Para si, o que significa “amecê”?

O vocábulo “amecê” não é definido nos dicionários de Português, não sendo acessível encontrar o seu significado. O dicionário português Priberam, provavelmente pela recorrência da procura na Internet por parte dos falantes, acabou por registar o uso regional madeirense. No questionário, para a pergunta “Para si, o que significa “amecê” (cf. Gráfico 8 – Tabela 8), é evidente que quase toda a população inquirida (93%) sabe o significado desta palavra. Apenas dois indivíduos afirmam que o significado deste vocábulo é “ó meus [sic] deus senhor”. Ainda há uma pessoa que diz conhecer a palavra, mas que não sabe o seu significado e uma outra afirma que “amecê” significa, para si, “calma”. A opção “você/vossemecê” é a que, em todas as faixas etárias, foi a mais escolhida, tanto em relação ao sexo masculino como ao feminino. Em todos os níveis de escolaridade,

foi esta mesma escolha que preponderou, salvo no conjunto dos indivíduos que têm o 3.º Ciclo de escolaridade que optaram, de igual forma, por “você/vossemecê” e “ó meu deus senhor”. Porém, foi apenas na freguesia de Machico que as opções “ó meu deus senhor” e “conheço a palavra, mas não sei o seu significado”, foram escolhidas. Ainda um outro indivíduo desta mesma freguesia afirma que “amecê”, para si, é sinónimo de “calma”. Nas restantes, a única alínea escolhida foi “Você/Vossemecê”.

Gráfico 8. «Para si, o que significa “amecê”?»



Significado	Respostas	Percentagem (%)
Conheço a palavra, mas não sei o seu significado	1	1.8%
Você/Vossemecê	52	93.0%
Ó meu deus senhor	2	3.5%
Outro...	1	1.8%

Tabela 8. «Para si, o que significa “amecê”?»

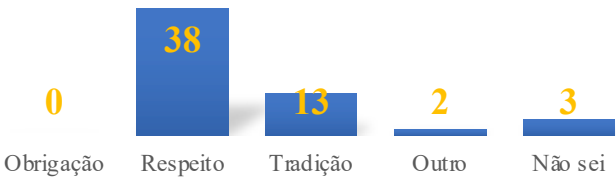
9. Para si, esta palavra simboliza o quê?

Na pergunta seguinte “Para si, esta palavra simboliza o quê?” (cf. Gráfico 9 – Tabela 9), a maior parte dos inquiridos (65.5%) diz que “amecê” significa “respeito”, ou seja, é uma forma de tratamento que, para eles, é sinónimo de respeito. Com uma percentagem de 22.4%, há treze indivíduos que afirmam que esta palavra simboliza uma tradição. Visto isto, podemos verificar que este vocábulo é entendido como algo que é habitual dizer/ouvir numa determinada

sociedade/cultura e que chegou até à presente geração como uma herança, como aquilo que veio do passado e que se manteve até hoje, mesmo sendo apenas um conhecimento passivo, vincado na mente/consciência. Três inquiridos (8.6%) não fazem a menor ideia do que simboliza esta palavra. Ainda um dos indivíduos respondeu que recorre à palavra “amecê” como uma “brincadeira” e um outro diz que este vocábulo simboliza “antiguidade”. Nenhum dos inquiridos referiu o item “obrigação”.

A opção “respeito” (bem diferente de “informal” na proposta do dicionário Priberam) foi a mais escolhida em todas as faixas etárias. No parâmetro sexo, também foi esta mesma alínea que se destacou perante as restantes, tanto para o lado masculino como para o feminino. Apenas quem tem o 2.º Ciclo de escolaridade e uma pós-graduação escolheu, maioritariamente, a opção “tradição”. De seguida, foi “respeito” que predominou. “Respeito” foi a resposta mais votada também em todas as freguesias do concelho de Machico. Contudo, é de salientar que a freguesia de Machico foi a única que teve indivíduos a marcar outras opções, como “tradição”, “não sei” e “outro”. Na globalidade, a população inquirida elegeu a opção “respeito”.

Gráfico 9. «Para si, esta palavra simboliza o quê?»



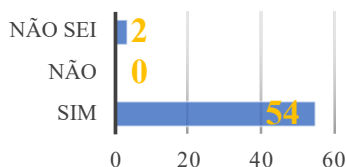
Valor	Respostas	Percentagem (%)
Obrigação	0	0.0%
Respeito	38	65.5%
Tradição	13	22.4%
Outro...	2	3.4%
Não sei	3	8.6%

Tabela 9. «Para si, esta palavra simboliza o quê?»

10. Considera que este vocábulo está a desaparecer na sociedade madeirense?

Finalmente, na última pergunta deste questionário/ inquérito: “Considera que este vocábulo está a desaparecer na sociedade madeirense?” (cf. Gráfico 10 – Tabela 10), é notório que a opção “sim” foi a mais assinalada (94%). Não houve um único inquirido que respondesse “não”. No entanto, dois indivíduos responderam “não sei”. A partir daqui, já é possível tirar algumas conclusões. As pessoas têm consciência de que esta forma de tratamento está a desaparecer gradualmente na comunidade, na sociedade madeirense hodierna. De acordo com esta investigação, os dois inquiridos que marcaram a opção “não sei” têm ambos entre 18 e 30 anos de idade e são do sexo feminino. Uma destas mulheres tem o 12.º ano de escolaridade e a outra uma licenciatura. Pertencem as duas à mesma freguesia, a de Machico.

Gráfico 10. «Considera que este vocábulo está a desaparecer na sociedade madeirense?»



Desaparecimento	Respostas	Percentagem (%)
Sim	54	94.8%
Não	0	0.0%
Não sei	2	5.2%

Tabela 10. «Considera que este vocábulo está a desaparecer na sociedade madeirense?»

Explorados os dez tópicos pensados para este breve questionário/ inquérito, aplicado em formato digital, que se manteve aberto durante cinco dias, sobre o conhecimento e o uso do vocábulo “amecê”, no concelho de Machico (Madeira), pela população daquela área geográfica, resta tirar algumas conclusões.

Comprovou-se a hipótese colocada logo de início: “amecê” está a perder vitalidade nos usos quotidianos da população.

Considerações finais

Em modo conclusivo, esta pequena investigação permitiu perceber que a forma em estudo “amecê” está a perder-se no quotidiano da nossa sociedade. Apesar de a população inquirida, em geral, conhecer ou já ter ouvido esta forma de tratamento, ela própria assume que não a utiliza quotidianamente e tem perfeita consciência de que está a cair em desuso. É possível averiguar que o vocábulo “amecê” é utilizado, em particular, com a população idosa, o que leva ao pressuposto de que só se usa(va) com os mais velhos. A população mais nova já não se enquadra nos usos desta ‘antiga’ forma de tratamento. Destacamos que, embora o vocábulo “amecê” esteja a desaparecer, por ter sido substituído por “você” ou “a senhora/ o senhor”, foi mais frequente em algumas camadas sociais do que noutras. Esta forma de tratamento está a ser utilizada com cada vez menos frequência. Comprovou-se com as respostas deste breve estudo pelos dados apresentados em gráficos e tabelas nas perguntas da 5 à 10. A maioria conhece a forma e não a usa. Ligam-na ao respeito pelas pessoas mais idosas com quem falam. Parece, por isso, ser uma forma de tratamento marcada no tempo: mudou a sociedade e alterou-se o modo de tratamento. Há vocábulos que surgem; são utilizados durante algum tempo; depois “envelhecem” e muitos acabam mesmo por desaparecer.

Será que podem ressurgir? Eis uma nova questão. A verdade é que cabe à população mais jovem tentar não deixar morrer aquilo que é Património Linguístico; aquilo que tem uma necessidade de preservação. Pode desaparecer, se social e culturalmente deixar de ter relevância, mas investigar é preservar e lembrar o que existiu. Com isto, é de salientar o papel importantíssimo que os meios de comunicação têm tido ao longos destes anos, com o apoio das redes sociais, no que diz respeito à promoção da língua portuguesa. O vocabulário madeirense tem sido, ultimamente, muito destacado em alguns programas televisivos, na rádio e principalmente nas redes sociais. Isto deve-se ao assíduo trabalho dos famosos humoristas madeirenses mais conhecidos como os ‘4litro’ (de que se poderiam dar exemplos, embora não estejam representados neste estudo) e o ‘Compadre Jodé’ (cf. Figuras 2 e 3). Este vocábulo (“amecê/amecês”) é frequentemente empregue no discurso humorístico, sobretudo pela sátira a populares pouco letrados.

Do que ficou expresso, cabe registrar “amecê” como um bem patrimonial em vias de extinção. Mesmo não sendo empregue, deveria atestar-se, para não deixar morrer aquilo que é Património Linguístico Madeirense (com necessidade de preservação), marcando uma época nas relações sociais e culturais entre as pessoas de uma mesma comunidade linguística. Os meios de comunicação têm um papel fundamental nesta preservação, pela sua experiência comunitária. Os humoristas, sobretudo os que caracterizam tipos populares, pela sátira, mas também as campanhas publicitárias para a gastronomia, como A Biqueira, retomam os usos (valor negativo e/ ou positivo) de “amecê”. Vão tendo um papel importantíssimo nos meios de comunicação social, no que se refere à identidade regional madeirense. Em suma, dos dicionários, dos vocabulários, dos usos diversos e do inquérito aplicado, é possível dizer que “amecê” ainda é um vocábulo conhecido, mesmo não sendo utilizado com frequência, pelo menos no concelho de Machico. Depreende-se que há a consciência de que está a cair em desuso. Sendo ainda utilizado, em particular, é-o com os idosos. A população mais nova já não emprega esta ‘antiga’ forma de tratamento.

Referências

- CASTELEIRO, M. J. (Coord.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Academia das Ciências de Lisboa e Verbo.
- CALDEIRA, A. M. (1993). *Falares da ilha: (Pequeno) Dicionário da Linguagem Popular Madeirense*. Eco do Funchal.
- CINTRA, L. F. L. (1972). Sobre “Formas de Tratamento” na *Língua Portuguesa*. Livros Horizonte.
- COSTA, J. A. e Melo, A. S. e (1998) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8ª edição revista e actualizada. Porto Editora.
- DUARTE, I. M. (2011). Formas de tratamento em português: Entre léxico e discurso., *Revista Matraga, Estudos Linguísticos & Literários*, 18(28).
- FIGUEIREDO, C. de (1986). *Grande dicionário da língua portuguesa*, 2 vols., 23.ª ed. Bertrand.
- HOUAISS, A., Villar, M. S. (2001 e 2005) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro, Objetiva.
- HUMMEL, M. (2020). Address in Portuguese and Spanish. In M. Hummel & C. S. Lopes (Coord.), *Estudos em Diacronia e Reconstrução Diacrônica*. Fundo Austríaco de Ciência (FWF).
- MACHADO, J. P. (1991). *Grande Dicionário da Língua portuguesa*, coordenado por Machado e publicado pelo Círculo de Leitores em 1997, retomando a edição das Publicações Alfa.

- RIBEIRO, E. P. V. “Em Terra Nossa – Palavras”, “Palavras do Arquipélago da Madeira”, *Folha de Viana*, n.º 568, 17 maio 1916; n.º 571, 7 jun. 1916; n.º 580, 9 ago. 1916; n.º 585, 13 set. 1916; n.º 590, 18 out. 1916; Id., “Palavras do Arquipélago da Madeira”, *Lusitana*, Vol. XXIII, n.os 1-4, 1920, pp. 131-137; Id., *Palavras do Arquipélago da Madeira*, Porto, Maranus, 1929.
- SILVA, F. A. (1950). *Vocabulário Madeirense. Vocabulário popular do Arquipélago da Madeira. Alguns Subsídios para o seu Estudo*. Junta Geral do Funchal.
- SOUSA, L. (1950). *Dizeres da Ilha da Madeira. Palavras e Locuções*. Funchal, ed. do Autor.

Referências online

- “AMECÊ”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ame%C3%A7e>>, [consultado em 07-05-2021].
- “AMECE”, in *Vocabulário Madeirense*. Edição Junta Geral do Funchal, 1950. Disponível em: <http://www.vetbiblios.pt/DIVERSOS/Actividades_Veterinarias/VocPopularMad.pdf>, [consultado a 07-05-2021].
- “AMECE”, in *Dicionário Online de Português*. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=Ame%C3%A7%C3%AA>>, [consultado a 07-05-2021].
- AURÉLIO, <<http://www.dicio.com.br/aurelio2/>>, [consultado a 10-05-2021].
- BAZENG, A. (2022) “Formas de Tratamento de Segunda Pessoa do Singular em Português: Representações e Crenças de Falantes Madeirenses”, in revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 4, Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 465-499. <https://ahm-abm.madeira.gov.pt>
- BLUTEAU (<<http://archive.org/>>), [consultado a 10-05-2021].
- ESTRAVIZ.ORG, <<https://estraviz.org>>, [consultado dia 10-05-2021].
- GONZÁLEZ González, M. (dir.): *Dicionario da Real Academia Galega*. A Coruña: Real Academia Galega. <<https://academia.gal/dicionario>>, [consultado dia 10-05-2021].
- MORAIS, <<http://archive.org/>>, [consultado dia 10-05-2021].
- Página Facebook *Compadre Jodé*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Compadre.Jode>>, [consultado dia 10-05-2021].

O alinhamento tonal e a variação prosódica em Minas Gerais

Tonal alignment and prosodic variation
in Minas Gerais

LEANDRA BATISTA ANTUNES

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir o alinhamento tonal em sentenças declarativas e interrogativas totais no falar de quatro cidades mineiras (Belo Horizonte, Mariana, Montes Claros e Varginha), a fim de verificar se o alinhamento é um dos fatores prosódicos que integra a variação linguística diatópica. Para tal, o alinhamento dos tons nucleares de 432 sentenças, constituintes do corpus do Projeto AMPER-Por, foi observado e classificado em adiantado, medial ou tardio, conforme sua posição na vogal tônica. Os resultados mostram uma tendência a um alinhamento mais adiantado no falar de Montes Claros comparado às demais cidades mineiras investigadas.

Palavras-chave: prosódia; variação diatópica; projeto AMPER; falares mineiros; alinhamento tonal.

* Universidade Federal de Ouro Preto

Abstract: This article aims to discuss tonal alignment in declarative and total interrogative sentences in the speech of four cities in Minas Gerais (Belo Horizonte, Mariana, Montes Claros and Varginha), in order to verify whether alignment is one of the prosodic features that integrate linguistic diatopic variation. To this end, the alignment of the nuclear tones of 432 sentences, constituents of the corpus of the AMPER-Por Project, was observed and classified as early, medial or late, according to their position in the stressed vowel. The results show a tendency towards a more advanced alignment in the speech of Montes Claros compared to the other cities investigated in Minas Gerais.

Keywords: prosody; diatopic variation; AMPER Project; speech from Minas Gerais; tonal alignment.

1. Introdução

A variação prosódica tem sido estudada por meio da investigação de três parâmetros acústicos clássicos, a saber, frequência fundamental (f_0), intensidade e duração (visão multiparamétrica da prosódia, proposta por Crystal, 1969). Destes três, a frequência fundamental tem sido apontada como o principal fator de distinção de variedades prosódicas diatópicas.

No português brasileiro, desde o estudo sobre a variação prosódica que consideramos inaugural, feito por Cunha (2000), até estudos mais recentes, como os de Antunes (2021) e Costa e Cruz (2022), por exemplo, variações nos movimentos de F_0 em pontos-chave da sentença (tônica inicial e tônica nuclear e sílabas adjacentes) têm sido apontadas como as principais diferenças prosódicas entre falares de localidades distintas.

O alinhamento desses movimentos melódicos e sua associação com o texto, no entanto, não têm sido satisfatoriamente explorados no que se refere ao estudo da variação prosódica em Minas Gerais. Em estudo precedente (Antunes & Bodolay, 2019), foi possível observar que sentenças declarativas e interrogativas totais do corpus do projeto AMPER, pronunciadas por falantes de cidades diferentes do estado de Minas Gerais, Brasil, possuem os mesmos movimentos melódicos que marcam a modalidade declarativa ou interrogativa dessas sentenças. Notou-se que o alinhamento desses tons e sua associação com o texto, no entanto, podem ser fator de diferenciação de falares de diferentes localidades.

Desse modo, este artigo tem por objetivo investigar se sentenças produzidas por falantes de 4 cidades mineiras, a saber, Belo Horizonte, Mariana, Montes

Claros e Varginha, apresentam variação quanto ao alinhamento dos tons do acento nuclear e do acento pré-nuclear, trazendo luz sobre o papel desse traço prosódico na variação diatópica prosódica no estado de Minas Gerais.

2. Alinhamento tonal e variação prosódica

2.1. Alinhamento tonal

O alinhamento tonal pode ser definido, segundo Pietro (2011), como o termo que se refere à implementação temporal dos movimentos de frequência fundamental com relação à cadeia segmental, ou seja, a associação da melodia ao texto.

Pode-se retomar a noção de alinhamento tonal desde o trabalho de Liberman (1975), quando, ao propor que a entonação não seria um conjunto de movimentos, mas sim de alvos que seriam interpolados na implementação fonética, o autor propõe que esses alvos deveriam se associar a certos pontos proeminentes da cadeia segmental. Na sequência, a noção de alinhamento passa a fazer parte de vários trabalhos fonético-fonológicos. Gösta Bruce (1977) explica a diferença entre os acentos de palavra do tipo I e II do sueco, como a diferença de *timing* do mesmo contorno tonal básico (alto, baixo, alto) associado a pontos diferentes no nível dos segmentos.

Normalmente o conceito de alinhamento tonal está associado à Teoria Autossegmental e Métrica (doravante TAM) da entonação (Liberman, 1975; Pierrehumbert, 1980; Pierrehumbert & Beckman, 1988). Embora não seja o objetivo desse artigo apresentar ou descrever essa teoria, resumimos aqui brevemente pontos que serão fundamentais ao estudo proposto neste texto. A TAM propõe analisar a entonação como um conjunto de pontos (alvos, especificações tonais) associados a determinadas partes do enunciado (sílabas proeminentes) que, quando interpolados, dão origem aos movimentos atestados na curva de frequência fundamental da uma frase. Nessa teoria, são especificados dois tons, alto (A) e baixo (B)¹. A associação desses tons pode se fazer a uma sílaba tônica (sendo que, na notação, quando associados às sílabas tônicas os tons são marcados com asterisco – alto A* ou baixo B*) ou a uma sílaba átona (representados pelas letras A e B sem marcação). Em um enunciado, são propostos os tons de fronteira (que determinam os valores inicial e final de f0 no enunciado), notados

1 Muitos autores optam por usar as abreviações H (para o inglês *High*) e L (para o inglês *Low*). Aqui optamos por usar as iniciais em português.

como A% ou B%; um ou mais acentos melódicos (que podem ser simples – A* ou B* – ou compostos – A*+B, A+B*, B*+A, B+A*), associados a sílabas proeminentes ao longo do enunciado, um acento de frase, que corresponderia ao valor de f0 após o último acento melódico, que pode ser A⁻ ou B⁻, antecedendo o tom de fronteira final (A% ou B%).

Nas descrições do português brasileiro, com base nas notações da TAM, as sentenças declarativas são descritas com acento pré-nuclear (aquele que acompanha a primeira sílaba tônica do enunciado) do tipo B*+A (Reis & Atzingen, 2002) ou B+A* (Moraes, 2008) e acento nuclear (aquele que acompanha a última sílaba tônica do enunciado, ou tônica nuclear) do tipo A+B* (Antunes, 2000; 2002; Moraes, 2008). Normalmente nas descrições do português não é utilizado o acento de frase, como proposto na teoria para o inglês. No caso das sentenças interrogativas totais, o acento pré-nuclear e o nuclear são representados por B+A* (Antunes, 2000; Moraes, 2008).

2.2. Alinhamento tonal e variação prosódica no português brasileiro

Os estudos do alinhamento tonal vêm sendo utilizados em conjunto com descrições da curva de frequência fundamental em vários trabalhos que descrevem e analisam prosodicamente o português brasileiro.

No trabalho de Moraes e Colamarco (2007), o pedido e a questão total na pronúncia de falantes do Rio de Janeiro são descritos com o mesmo acento nuclear B+A*, sendo que a diferença entre pergunta e pedido se dá porque no pedido o alinhamento do tom A* se dá no início da tônica nuclear, enquanto na questão total esse alinhamento seria no final da vogal tônica nuclear.

Moraes (2008) aponta que o alinhamento do acento nuclear da interrogativa total, diferentemente do da declarativa, se daria mais à esquerda (alinhamento tardio) da última vogal tônica do enunciado. Também observam esse alinhamento mais tardio na interrogativa total, diferente do alinhamento nas declarativas, que tende a ser medial, Serra e colegas (2019), no falar de um guratinguetaense.

No trabalho de Nunes et al. (2015), a fala de informantes de 4 cidades de Santa Catarina, a saber, Florianópolis, Blumenau, Lages e Chapecó, foi investigada. O alinhamento tonal foi verificado em interrogativas totais com final oxítono, paroxítono ou proparoxítono. Nas sentenças com final paroxítono e proparoxítono, não houve distinção de alinhamento do acento nuclear com a última tônica do enunciado, pois esse alinhamento foi sempre tardio (no final da vogal tônica ou mesmo na sílaba pós-tônica). Já nas sentenças com final oxítono, houve

alinhamento medial ou à direita (tardio) nos falares investigados. O alinhamento tonal pode depender, portanto, da posição da sílaba tônica nuclear dentro do enunciado (se final ou se não final).

Seara e Couto (2011) investigaram as diferenças entre a prosódia de sentenças declarativas e interrogativas totais, por meio do corpus AMPER-Por, nos falares florianopolitano (Santa Catarina) e petropolitano (Rio de Janeiro). As autoras afirmam que, na fala de Florianópolis, o alinhamento tonal tende a ser mais tardio nas sentenças interrogativas, enquanto na fala de informantes de Petrópolis esse alinhamento se daria mais adiantado, o que constituiria uma variação prosódica diatópica.

No trabalho de Seara e Moutinho (2020), as autoras investigaram o alinhamento tonal em sentenças declarativas e interrogativas totais do corpus AMPER-Por em frases de 10 sílabas, com final oxítono, paroxítono ou proparoxítono, proferidas por falantes das três capitais da região sul do Brasil, a saber, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Na região do acento pré-nuclear, as diferenças encontradas para o alinhamento dos tons não foram consistentes. Já no acento nuclear, para palavras com final oxítono e paroxítono, nas sentenças declarativas, falantes de Curitiba tendem a alinhar o tom mais à esquerda, enquanto em Florianópolis e em Porto Alegre esse alinhamento tende a ser mais medial. Nas sentenças que finalizavam por proparoxítonas houve semelhança entre o alinhamento nos três falares investigados.

Essa breve revisão de literatura aqui apresentada (não exaustiva) exemplifica o alinhamento tonal como um fator prosódico a ser investigado e leva a pensar neste fator como um daqueles que pode diferir na variação diatópica, auxiliando na caracterização de falares de diferentes localidades.

3. Metodologia

A fim de investigar se o alinhamento tonal tem papel relevante na distinção de falares mineiros de quatro localidades distintas, foram investigadas 432 sentenças proferidas por 8 informantes de 4 localidades do estado de Minas Gerais, com dados gerados de acordo com a metodologia do Projeto AMPER-Por. Informações detalhadas sobre este projeto podem ser obtidas em seu site². O objetivo geral do AMPER-Por é descrever a variação prosódica no português europeu e no português brasileiro.

2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, Projeto AMPER-Por. https://www.varialing.eu/?page_id=254

As quatro cidades mineiras foram escolhidas para investigação no projeto AMPER-Por para verificar se apresentam variação suprasegmental do mesmo modo como foi atestada variação segmental para essas localidades, como descrito em Ribeiro et al. (1977). Ribeiro e colegas mostraram que, segmentalmente, podem se considerar três falares distintos no estado de Minas Gerais: um situado no norte do estado, ao qual os autores denominaram baiano (assim denominado por ocorrer na parte que Minas Gerais faz fronteira com o estado da Bahia), caracterizado por maior abertura vocálica nas médias pré-tônicas e por nasalizar vogais pré-tônicas; um segundo falar presente no sul do estado e na região do Triângulo Mineiro, que se caracteriza principalmente pela realização retroflexa do som de “R” no final de sílaba, denominado de falar paulista (pois ocorre na região do estado mineiro que faz divisa com São Paulo); e um terceiro falar, ocorrente nas demais localidades do estado, ao qual os autores denominaram falar tipicamente mineiro, que não apresenta as características fonéticas segmentais apresentadas para os falares anteriores.

As quatro localidades escolhidas e que integram a investigação mineira no projeto AMPER-Por assim se distribuem: Belo Horizonte, a capital do estado, e Mariana, distante desta 120km, encontram-se no centro do estado e são representantes do falar denominado por Ribeiro et al (1977) como tipicamente mineiro; Montes Claros, que fica a 435Km da capital, encontra-se no norte do estado e representa o falar baiano; Varginha, por fim, dista 310 km da capital e se situa no sul do estado, sendo, pois, representante do falar paulista.

Em estudos anteriores (Antunes & Bodolay, 2019; 2022) observou-se uma tendência de a cidade de Montes Claros apresentar diferenças prosódicas em relação às demais cidades que integram o projeto AMPER-Por, já que o falar montesclareense se caracterizou como mais lento, com menor taxa de articulação se comparado aos falares belorizontino, marianense e varginhense. Também nesses estudos indicou-se a possibilidade de o falar de Montes Claros ter um alinhamento tonal diferente dos demais, o que levou ao desenvolvimento do presente estudo.

Conforme a metodologia proposta no projeto AMPER-Por, em cada localidade são feitas gravações de, no mínimo, 2 informantes adultos com nível baixo de escolaridade (consideramos critério de exclusão para esse quesito aqueles que tivessem completado mais de 6 anos de escolaridade), um do sexo masculino e um do sexo feminino. Como forma de complementar as análises, o projeto prevê ainda a gravação de informantes com escolaridade maior. Neste artigo serão apresentados dados referentes a informantes de nível universitário, um homem e uma mulher, de cada uma das localidades.

O corpus básico do projeto é formado por 66 sentenças, 33 declarativas e 33 interrogativas totais, gravadas 6 vezes para que se analisem as três melhores

repetições, sempre com estrutura sintática de sujeito, verbo e complemento. O sujeito pode ser formado por uma palavra apenas, acompanhada do artigo determinante, ou por uma palavra acompanhada do artigo determinante e modificada por um adjetivo ou sintagma preposicional. O verbo utilizado nos dados do português brasileiro é gostar, flexionado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, e complementado pela preposição de e por uma palavra com determinante ou um grupo formado por palavra, determinante e adjetivo ou sintagma preposicional que a complementam. Para investigar as diferentes tonicidades presentes no português, são usados no corpus nomes, adjetivos e sintagmas preposicionais oxítonos (bisavô, nadador, de Salvador), paroxítonos (Renato, pateta, de Veneza) e proparoxítonos (pássaro, bêbado, de Mônaco). As gravações se realizam por meio de apresentação de estímulos visuais (desenhos) a partir dos quais os informantes formulam as frases e as proferem para gravação. Quando a produção deve ser interrogativa um ponto de interrogação é acrescido aos desenhos. Um exemplo do desenho de estímulo de duas frases, com as respectivas frases formadas, pode ser visto na figura 1.



Figura 1. Estímulos visuais para produção de frases no projeto AMPER-Por (português brasileiro). Desenhos de estímulo para formação das frases: I) “O pássaro gosta do Renato.”; II) “O bisavô pateta gosta do pássaro?”. Fonte: Projeto AMPER-Por.

Depois de realizadas as gravações e escolhidas as 3 melhores repetições de cada frase (são consideradas melhores as repetições que soem mais naturais, que não apresentem ruídos de fundo, que não apresentem pausas entre seus constituintes), as frases são etiquetadas, conforme o código para cada localidade, para cada informante e para cada combinação de palavras apresentada na frase. Segue a essa etiquetagem uma segmentação das frases para indicação de cada vogal proferida ou não e sua localização no enunciado. A equipe de investigação de Minas Gerais utiliza, para essa segmentação, o software Praat (Boersma & Weenink, [s. d.]), procedendo à localização das vogais com a análise do espectrograma e

utilizando para sua marcação a grade de texto que esse software permite ajuntar à onda sonora. As vogais presentes são delimitadas em suas fronteiras e marcadas com a letra V e aquelas que não são produzidas, embora esperadas, recebem o rótulo F.

Depois de segmentadas as vogais de todas as frases investigadas, os dados são submetidos a um procedimento em que, por meio de um script automático, são calculados os valores de f0, duração e intensidade em cada vogal segmentada da frase. O resultado dessa operação é um arquivo do tipo texto tabulado (extensão txt) que traz: a) para cada vogal realizada, os valores de duração (em ms), intensidade (em dB) e f0, calculado no início, no meio e no final de cada vogal (em Hz); b) para cada vogal não realizada, são atribuídos os valores de 0ms, 0dB e 50Hz nos três pontos da vogal. Na figura 2 é possível ver esse arquivo de texto para a frase “O pássaro gosta do bisavô?”, proferida pelo informante do sexo masculino natural de Belo Horizonte.

	duration [ms]	energy [dB]	fo1	fo2	fo3 [Hz]
1	31	56	140	131	116
2	103	74	144	144	134
3	40	67	121	120	115
4	28	59	109	106	106
5	104	67	111	108	106
6	29	58	110	107	104
7	35	62	106	105	103
8	66	63	108	104	101
9	105	64	103	101	103
10	121	65	123	119	96

Figura 2. Arquivo de texto com valores de duração, intensidade e f0 das vogais da frase “O pássaro gosta do bisavô?”, numeradas de 1 a 10. Fonte: elaborada pela autora seguindo o protocolo experimental proposto no projeto AMPER-Por. Destaque para os valores considerados para anotação do alinhamento do acento nuclear (em vermelho).

Para o estudo do alinhamento tonal do acento nuclear, foram tomadas 9 declarativas e 9 interrogativas totais das 66 sentenças do corpus AMPER-Por, todas as frases correspondentes a sujeitos e complementos verbais formados por apenas uma palavra e seu determinante. Ao somar as 9 estruturas tomadas, com três repetições cada, 2 modalidades frasais (declarativa e interrogativa total), 2 informantes (um homem e uma mulher) de 4 localidades (Belo Horizonte, Mariana, Montes Claros e Varginha), chegamos ao total de 432 sentenças analisadas. Cabe lembrar que, das 9 estruturas frasais, 3 tinham final oxítono (bisavô), 3 terminavam em nome paroxítono (Renato) e 3 eram finalizadas por palavra proparoxítona (pássaro).

A metodologia complementar de análise para investigação do alinhamento tonal partiu do arquivo de texto para determinar a associação dos tons A e B em

relação à sílaba tônica nuclear e/ou a suas sílabas adjacentes. Antes de fazer as observações referentes à localização dos tons, todos os arquivos de texto foram colocados em uma planilha de trabalho do software Excel e os valores de 50 Hz, atribuídos automaticamente às vogais não pronunciadas, foram todos apagados, de modo que pudessem ser observados apenas os valores de f_0 calculados nas vogais foneticamente realizadas.

O alinhamento foi atribuído ao início da vogal (alinhamento inicial) quando o tom se manifestava por valor mais alto (tom A) ou mais baixo (tom B) de f_0 no primeiro valor de f_0 presente no arquivo de texto. Se o maior valor (tom A) ou menor valor (tom B) estivesse no segundo valor de f_0 exibido no arquivo txt para determinada vogal, o alinhamento foi considerado medial. Quando o valor mais alto (tom A) ou mais baixo (tom B) de f_0 ocorria no terceiro valor de f_0 presente no arquivo txt, o alinhamento foi considerado final. Foram utilizadas ainda as denominações adiantado, quando o alinhamento se deu na vogal que antecede a tônica nuclear, e tardio, quando se deu na vogal que a seguia. No exemplo da figura 2, o acento nuclear (B+A*) teve um alinhamento medial para o tom baixo, no meio da vogal que antecede a tônica nuclear, e o alinhamento do tom alto no início da tônica nuclear (valores com destaque em vermelho).

4. Resultados e discussões

Antes de discutir o alinhamento dos tons, faz-se necessário afirmar que, conforme expectativas, todos os movimentos melódicos encontrados nas sentenças analisadas para esse trabalho puderam ser codificados como vêm sendo descritos na literatura prosódica.

O acento nuclear nas sentenças declarativas apresentou, na curva de f_0 , um movimento melódico final descendente, com início na sílaba que antecede à tônica nuclear e finalizando na tônica nuclear (tônica do último item lexical do enunciado). Assim como encontrado em trabalhos anteriores (Antunes, 2002; Moraes, 2008; Serra et al., 2019; Seara & Moutinho, 2020), esse movimento melódico foi descrito com os tons A+B*.

Para as sentenças interrogativas, a característica mais forte na f_0 foi a subida melódica que ocorre entre a sílaba que antecede a última tônica lexical e essa sílaba. Esse movimento ascendente de f_0 foi notado como uma sequência dos tons B+A*, assim como descrito anteriormente (Antunes, 2002; Moraes, 2008; Seara & Couto, 2011; Nunes et al., 2015; Seara & Moutinho, 2020).

Após verificar a posição de cada tom do acento nuclear dentro das vogais às quais eles se associam, foram elaborados, com base nas percentagens de ocorrência de cada alinhamento, os gráficos de 1 a 4. Para cada um deles serão comentados os principais resultados obtidos.



Gráfico 1. Percentagens de alinhamento para os tons do acento nuclear A+B* de sentenças declarativas produzidas por falantes do sexo masculino. Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa.

Como mostrado no gráfico 1, as frases pronunciadas pelo locutor da cidade de Montes Claros apresentam a maior quantidade de alinhamento do tom A (início do movimento descendente de f_0) em posição inicial da vogal que antecede a tônica nuclear, inclusive é somente nos dados dessa cidade que ocorre o alinhamento adiantado (o início do movimento se dá na sílaba precedente à esperada). Nas frases produzidas por locutores de Belo Horizonte e Mariana também ocorre o alinhamento do tom A no início da vogal que antecede à tônica nuclear, mas isso em menor porcentagem (no total dos dados, 66,7% das ocorrências foram no início da vogal em Montes Claros, contra 29,6% de ocorrências de alinhamento inicial em Belo Horizonte, 22,2% em Mariana). Não houve nenhuma ocorrência de alinhamento do tom A no início da vogal que antecede a tônica nuclear em Varginha; nessa cidade os alinhamentos se repartiram entre a posição medial (48,1%) e final (51,9%) da vogal.

Para o tom B* do acento nuclear, que se alinha à última tônica das frases, ocorre algo semelhante ao alinhamento do tom A. Montes Claros é a única cidade com predominância de alinhamento medial (66,7%) do tom B* com a vogal tônica nuclear, enquanto Mariana, Varginha e Belo Horizonte têm predominância de alinhamento do tom B* no final da vogal tônica (percentagens de 59,2%, 70,4% e 92,6% respectivamente, no conjunto de todas as frases).

Desse modo é possível dizer que, para o falante masculino de Montes Claros, existe uma tendência de o alinhamento dos tons que compõem o acento nuclear nas frases declarativas serem mais adiantados que nas demais cidades mineiras investigadas.

Outra característica que se pode ver no gráfico é que, para algumas cidades, o fato de o enunciado finalizar por palavras com diferentes pautas acentuais (posição de sílaba tônica) pode influenciar o alinhamento dos tons do acento nuclear. Em Belo Horizonte, por exemplo, quanto mais a sílaba tônica se desloca à esquerda (frase finalizada por vocábulos proparoxítonos), mais o alinhamento dos tons A e B* se dá à esquerda da vogal (tendendo a inicial nas proparoxítonas). Nas frases produzidas pelo locutor marianense e pelo locutor montesclareense, o alinhamento do tom A tende a se posteriorizar (ir mais para a direita da vogal) nas frases finalizadas por proparoxítonas; já o tom B* se posterioriza na fala do marianense e se adianta, como em Belo Horizonte, na fala do montesclareense, quando as sentenças são finalizadas por proparoxítonas. No caso das frases proferidas pelo locutor de Varginha, não houve uma distinção do alinhamento que possa ser relacionada à posição da tônica no último item lexical das frases (lôcus do acento nuclear).



Gráfico 2. Percentagens de alinhamento para os tons do acento nuclear A+B* de sentenças declarativas produzidas por falantes do sexo feminino. Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa.

Similarmente ao ocorrido com os informantes do sexo masculino, para as informantes do sexo feminino, em Montes Claros há o menor índice de alinhamento final do tom A do acento nuclear (7,4% das sentenças). Varginha aparece como a segunda localidade com menor percentagem de alinhamento final do tom A (11,1%), seguida de Belo Horizonte (14,8%) e Mariana (25,9%). Apesar desta pequena tendência de um alinhamento mais adiantado para o tom A em Montes Claros, o alinhamento medial é o que mais ocorre na fala das informantes das quatro localidades pesquisadas.

Quanto ao tom B*, a informante de Montes Claros é a única que o alinha ao início da sílaba tônica nuclear, nas sentenças com final oxítono ou proparoxítono. A maioria dos tons B* em Montes Claros está alinhada ao meio da vogal tônica nuclear (66,7%). Para esse tom, na fala das informantes de Belo Horizonte Mariana, houve alinhamento principalmente final, com pequena percentagem de alinhamento medial na vogal tônica (11,1% em Mariana e 7,4% em Belo Horizonte). No caso de Varginha, similarmente aos dados para os informantes do sexo masculino, houve um equilíbrio entre o alinhamento medial (51,9% dos dados) e o alinhamento final (48,1% dos enunciados analisados).

Estes resultados vêm corroborar a hipótese de que, em Montes Claros, o alinhamento seja mais adiantado que na fala de outras localidades mineiras.

Quanto às diferenças de alinhamento em virtude da posição da tônica nuclear dentro da palavra (e, conseqüentemente, da frase), também foram observadas algumas tendências. Para o tom A, na fala da informante marianense, quanto mais à esquerda o acento nuclear (proparoxítonas), mais há tendência de o alinhamento se dar à esquerda. Para Montes Claros e Varginha ocorre justamente o contrário: nas proparoxítonas há tendência de o tom alinhar mais ao final da vogal. Para o tom B*, na fala das informantes de Mariana e de Belo Horizonte, o alinhamento se adianta quando as palavras finais são proparoxítonas. Os dados de Montes Claros e Varginha não mostram uma consistência de alteração do alinhamento em virtude da posição da sílaba tônica dentro da palavra (e da frase).



Gráfico 3. Percentagens de alinhamento para os tons do acento nuclear B+A* de sentenças interrogativas totais produzidas por falantes do sexo masculino Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa.

Como é possível perceber pelo gráfico, no caso do tom B, início do movimento final de f_0 ascendente que caracteriza as sentenças interrogativas totais, na fala dos locutores do sexo masculino, existe uma tendência a esse alinhamento ser medial para Varginha (em 66,7% das frases), bem distribuído entre medial e final em Belo Horizonte (37% e 40% dos enunciados, respectivamente), final em Mariana (88% dos dados) e final ou tardio em Montes Claros (74% e 22,2% dos dados respectivamente). Isso mostra uma tendência de, em Montes Claros, o movimento ascendente começar mais tarde, seja no final da vogal que antecede à tônica nuclear, seja nessa própria vogal tônica nuclear (sendo esse alinhamento tardio ocorrente apenas na localidade de Montes Claros).

Quanto ao tom A*, final do movimento de f_0 ascendente, ele ocorre no início da vogal tônica nos dados do informante de Belo Horizonte, sendo medial para algumas frases com final oxítono. No caso dos dados de Montes Claros e Varginha, ocorre principalmente o alinhamento medial. Para os enunciados proferidos pelo locutor de Mariana, o alinhamento do tom A* foi principalmente no final da vogal tônica nuclear.

Com o alinhamento do tom B, início do movimento ascendente, mais à direita (final da vogal anterior à tônica nuclear ou início da tônica nuclear) e o alinhamento do tom A* (fim do movimento ascendente) mais cedo, Montes Claros se destaca por apresentar um movimento melódico mais curto que nas demais localidades, movimento este que se concentra, em 22,2% das sentenças analisadas, somente na tônica nuclear. Essa pode ser uma variação prosódica a se levar em conta em estudos futuros, inclusive em um teste de percepção que possa atestar a importância dessa diferença caso falantes de outras localidades percebam esse movimento mais curto como diferente ou característico de determinadas localidades.

A respeito das diferenças devidas às diferentes posições da tônica dentro dos enunciados, os dados do informante de Mariana tendem a apresentar alinhamento mais adiantado (início da vogal) para o tom B nas sentenças proparoxítonas, enquanto os de Belo Horizonte e Varginha apresentam tendência de alinhar mais ao final nessas mesmas sentenças. Para Montes Claros, quanto mais à esquerda estiver o acento, maior a tendência de o alinhamento do tom B se dar no final da vogal ou ainda de forma tardia. Sobre o tom A*, os dados de Montes Claros e Varginha tendem a alinhar mais ao final quando o acento se adianta (palavras proparoxítonas), enquanto em Belo Horizonte há mais tendência de o alinhamento do tom A* ocorrer mais no início quando a tonicidade encontra-se mais à esquerda.



Gráfico 4. Percentagens de alinhamento para os tons do acento nuclear B+A* de sentenças interrogativas totais produzidas por falantes do sexo feminino. Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa.

O alinhamento do tom B no acento nuclear das interrogativas totais se dá em posição medial para Belo Horizonte Montes Claros (66,7% e 88,9% respectivamente) e em posição final para Mariana e Varginha (74% e 63% respectivamente) na maioria das sentenças analisadas.

Quanto ao tom A*, diferente do que ocorre para os locutores do sexo masculino, nos dados das locutoras observou-se uma tendência ao alinhamento final em Belo Horizonte em 66,7% das sentenças investigadas. Em Mariana há uma preponderância do alinhamento inicial, mas muitos dados têm alinhamento final (51,9% de alinhamento inicial contra 40,7% de alinhamento final). Em Varginha, há uma distribuição bem equilibrada entre alinhamento inicial (25,9% dos dados), medial (29,6% dos dados) e final (33,3% dos dados) para o tom A* que caracteriza o final do movimento melódico ascendente das interrogativas totais. Já em Montes Claros o alinhamento do tom A* é preferencialmente inicial, em 59% das sentenças analisadas.

Embora os dados das locutoras entrem em conflito com algumas análises feitas para os locutores, Montes Claros continua apresentando uma tendência a ter dados de alinhamento mais à esquerda da frase, afastando-se assim do que é encontrado nos falares das demais cidades de Minas Gerais cujo falar foi objeto de estudo para este texto.

Quanto às relações entre posição da sílaba tônica e alinhamento, somente em Montes Claros o alinhamento do tom B tende a ser mais medial quanto mais o acento tende à esquerda (proparoxítonas). Nas outras três localidades, quanto mais o acento está à esquerda, mais o alinhamento do tom B tende ao final da vogal que antecede à tônica nuclear. Em relação ao tom A*, o alinhamento tende menos ao final nas frases finalizadas por proparoxítonas nos falares de Belo Horizonte e Varginha e mais ao início da vogal tônica no falar marianense. Os dados de Montes Claros mostram uma tendência de alinhamento mais final nas sentenças finalizadas por paroxítonas, ocorrendo mais alinhamentos iniciais naquelas finalizadas por oxítonas e proparoxítonas.

Para facilitar a visualização e a discussão mais geral dos dados, apresentamos os gráficos 5 e 6, feitos a partir das médias dos valores de f0 nos movimentos melódicos finais de sentenças declarativas e interrogativas totais e da posição mais ocorrente para o alinhamento dos tons que compõem esse acento nuclear. Não representamos nos gráficos os valores de f0, pois a intenção foi mostrar os alinhamentos mais comuns em cada localidade e compará-los, embora os gráficos estejam em escala (a representatividade feita corresponde aos valores de f0 colocados como referência ao lado do gráfico, mesmo que eles não sejam exatos).

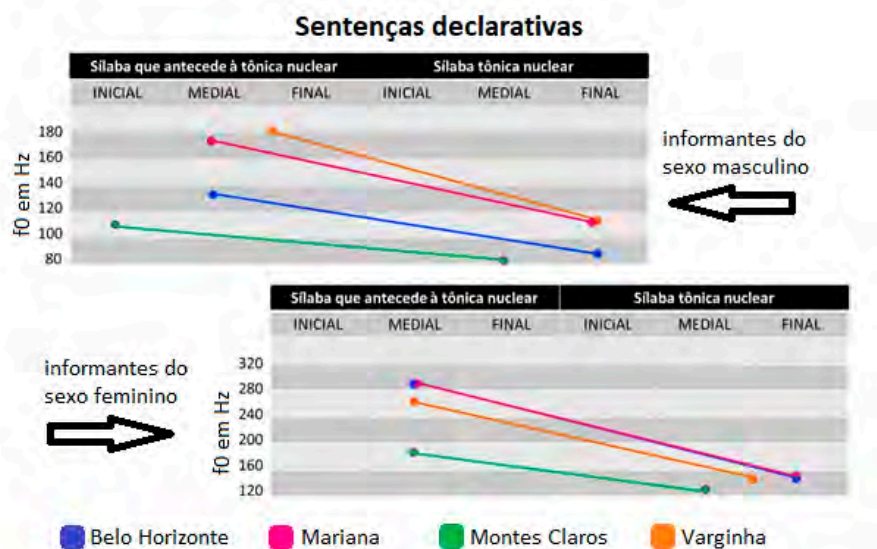


Gráfico 5. Esquema do alinhamento dos tons do acento nuclear A+B* de sentenças declarativas. Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa.

Para as sentenças declarativas investigadas, de modo geral, não se observam diferenças de alinhamento em relação aos tons A+B* do acento nuclear nos falares dos locutores de Belo Horizonte, Mariana e Varginha, que tendem a apresentar alinhamento medial para o tom A e final para o tom B*. Apesar de serem poucas as diferenças, Varginha tende a apresentar dados de alinhamento do tom A um pouco mais tardios que as demais cidades para o informante do sexo masculino e alinhamento do tom B* um pouco mais adiantado para a informante do sexo feminino. A cidade que teve os dados mais afastados das demais foi Montes Claros, pois, tanto para o informante do sexo masculino quanto para a informante do sexo feminino, teve uma alinhamento mais adiantado dos tons do acento nuclear. No caso do informante do sexo masculino, o tom A é mais adiantado que nas demais cidades, assim com o B*. Para a informante do sexo feminino, o tom A tem o mesmo alinhamento das demais cidades, mas o B* alinha-se mais cedo, no meio da vogal tônica, enquanto para as demais localidades a tendência é que esse movimento melódico termine no final da vogal tônica nuclear.

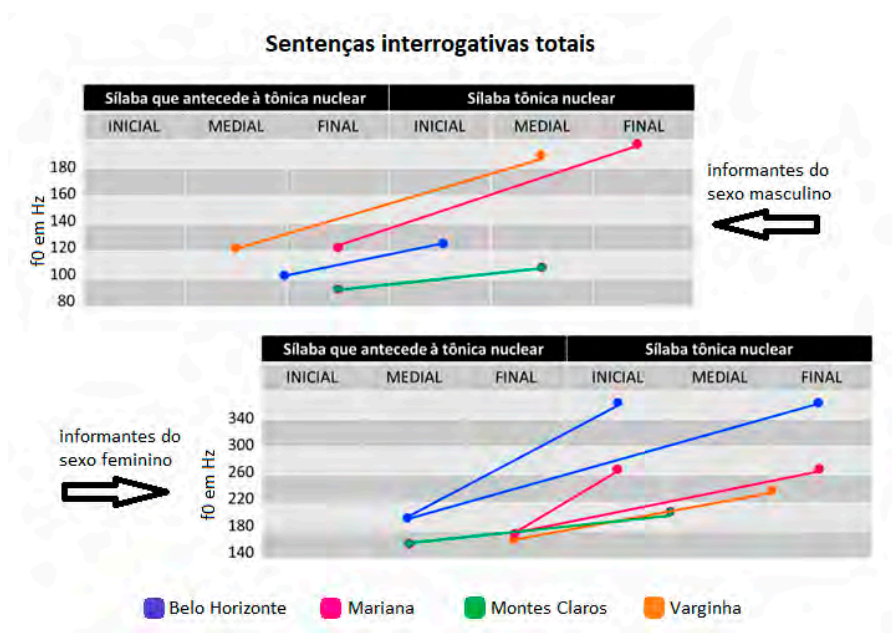


Gráfico 6. Esquema do alinhamento dos tons do acento nuclear B+A* de sentenças interrogativas totais. Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados da pesquisa.

Para as sentenças interrogativas totais analisadas, os dados não foram tão consistentes em diferenciar Montes Claros prosodicamente das demais localidades quanto para as sentenças declarativas. No caso dos informantes do sexo masculino, não somente o informante de Montes Claros usa a estratégia de alinhar o tom A de modo mais tardio, mas também o informante marianense. Quanto ao tom B*, o montesclarenses usa a estratégia de alinhá-lo à parte medial da vogal, assim como o varginhense, mas esse alinhamento é menos adiantado que aquele do informante belorizontino, que alinha o tom B* ao início da vogal tônica nuclear.

Quanto às informantes, pode-se ver, também, que a informante de Montes Claros partilha de um alinhamento do tom B mais adiantado com a informante de Belo Horizonte, diferindo dos dados de Mariana e Varginha, nos quais o alinhamento do tom B se dá na parte final da vogal que antecede à tônica nuclear. Em relação ao alinhamento do tom A*, a informante montesclarenses o realiza no início ou meio da vogal tônica nuclear. No caso de Mariana e de Belo Horizonte, as informantes realizam alinhamento inicial ou final, por isso optamos por

apresentar duas retas representando esses alinhamentos, uma vez que o alinhamento medial não ocorre, mas sim alinhamento inicial ou final. Para a locutora varginhense, os dados mostram alinhamento mais ao final da vogal tônica nuclear, seja medial ou final.

5. Considerações finais

De modo geral, foi possível ver que o falar de Montes Claros, naquilo que se refere ao alinhamento dos tons que compõem o acento nuclear de sentenças declarativas e interrogativas totais, é mais adiantado que no falar das demais cidades pesquisadas, quais sejam Belo Horizonte, Mariana e Varginha. Esse fator pode ser, pois, parte das pistas prosódicas que usamos para diferenciar o falar montesclarensense, ou mesmo o falar baiano, dos demais falares do estado de Minas Gerais.

Apesar de entendermos ser necessária uma investigação mais acurada a propósito do alinhamento tonal, ampliando e variando o corpus de análise, concluímos que esse fator prosódico também atua como indicador de variação prosódica diatópica, sendo, pois, recomendável sua observação em pesquisas que pretendem caracterizar prosodicamente falares de diferentes localidades, como é o caso do AMPER-Por.

O corpus AMPER-Por propiciou a investigação do alinhamento dos tons nucleares em sentenças declarativas e interrogativas totais. Cabe também fazer essa investigação em outros tipos de corpora, a fim de verificar se o que foi descrito aqui se realiza também em outros estilos de fala.

Referências

- ANTUNES, L. B. (2000). *Análise da entonação de enunciados declarativos e interrogativos na fala de crianças*. [Unpublished Master thesis]. Universidade Federal de Minas Gerais.
- ANTUNES, L. B. (2002). O alinhamento dos tons do acento nuclear em enunciados declarativos na fala de crianças. In C. Reis (Ed.). *Estudos em Fonética e Fonologia do Português* (pp. 77-101). Editora da UFMG. <http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/Estudos%20em%20Fon%C3%A9tica%20e%20Fonologia%20do%20Portugu%C3%AAs.pdf>
- ANTUNES, L. B. (2021). Estudo prosódico comparativo de declarativas e interrogativas totais do português brasileiro e do português europeu. *Calígrama*, 26(2), p. 217-239. <http://dx.doi.org/10.17851/2238-3824.26.2.217-239>

- ANTUNES, L. B. & Bodolay, A. N. (2019). Variação prosódica mineira no âmbito do projeto AMPER-Por. *Intercâmbio*, 39, 162-179. <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/44474/29490>
- ANTUNES, L. B., & Bodolay, A. N. (2022). Velocidade de fala no falar mineiro: Análise de dados do AMPER. *Intercâmbio*, 52, 78-99. <https://doi.org/10.23925/2237.759X.2022V52.e60296>
- BOERSMA, P. & Weenink, D. [s. d.] *Praat: Doing phonetics by computer*. University of Amsterdam. <https://www.fon.hum.uva.nl/praat/>
- BRUCE, G. (1977). *Swedish Word Accents in Sentence Perspective*. Gleerup.
- COSTA, M. S. da S. & Cruz, R. C. F. (2022). Mapeamento da variação prosódica na Amazônia: análise interdialeto do Português falado em Cametá (PA), Mocajuba (PA), Parintins (AM) e Borba (Am). *Intercâmbio*, 52, 100-124. <https://doi.org/10.23925/2237.759X.2022V52.e60297>
- CRYSTAL, D. (1969). *Prosodic Systems and Intonation in English*. Cambridge University Press.
- CUNHA, C. de S. (2000). *Entoação Regional no Português do Brasil*. 2000. [Unpublished Doctoral Dissertation]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LIBERMAN, M. Y. (1975). *The Intonational System of English*. Massachusetts Institute of Technology.
- MORAES, J. A. de. (2008, maio). The pitch accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis. In P. Barbosa, S. Madureira e C. Reis (Eds) *Proceedings of the fourth conference on speech prosody* (pp. 389-397), Campinas, Brasil.
- MORAES, J. A. de & Colamarco, M. (2007). Você está pedindo ou perguntando? *Revista de Estudos da Linguagem*, 15(2), 113-126. <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2451/2405>
- NUNES, V. G., Rilliard, A. & Seara, I. C. (2015). Pistas prosódicas do falar catarinense: Um estudo sobre interrogativas totais neutras. *Linguagem & Ensino*, 18(2), 251-274. <https://doi.org/10.15210/rle.v18i2.15282>
- PIERREHUMBERT, J. B. (1980). *The phonetics and phonology of English intonation*. Massachusetts Institute of Technology Press.
- PIERREHUMBERT, J. B. & Beckman, M. E. (1988). *Japanese tone structure*. Massachusetts Institute of Technology Press.
- PIETRO, P. (2011). Tonal alignment. In: M. V. Oostendorp, C. J. Ewen, E. Hume & K. Rice. *The Blackwell Companion to Phonology* (pp. 1185-1203). Wiley-Blackwell.
- REIS, C. & Atzingen, B. (2002) A representação fonológica do acento pré-nuclear. In C. Reis (Ed.). *Estudos em Fonética e Fonologia do Português* (pp. 57-75). Editora da UFMG. <http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Estudos%20em%20Fon%C3%A9tica%20e%20Fonologia%20do%20Portugu%C3%AAs.pdf>
- RIBEIRO, J., Zágari, M. R. L., Passio, J. & GAIO, A. (1977). *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Fundação Casa de Rui Barbosa.

- SEARA, I. C. & Couto, L. R. (2011, junho). Entoação de frases declarativas e interrogativas totais no falar fluminense e catarinense. In *XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina* (01-07), Alcalá de Henares, Espanha. <https://www.mundoalfal.org/alfal2011/index.html#/pdf/472alfal.pdf>
- SEARA, I. C. & Moutinho, L. de C. (2020). A variação na entoação de declarativas neutras e interrogativas totais nas três capitais do Sul do Brasil. *Revista do GEL*, 17(2), 230-266. <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v17i2.2454>
- SERRA, D., Polaczek, M., Tanuri, M., Madureira, S. (2019). Padrões entoacionais na fala de um Guaratinguetaense. *Revista Intercâmbio*, 39, 102-118. <https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/44471>

Production of Brazilian Portuguese intonational patterns by russophone immigrants

Produção de padrões entoacionais em Português Brasileiro por migrantes russófonos

LUCIANA LUCENTE* | ANNA SMIRNOVA HENRIQUES** | PAVEL SKRELIN*** |
TATIANA KACHKOVSKAIA*** | DARIA GUSEVA*** | SANDRA MADUREIRA**

Abstract: This work compares intonation curves of native Brazilian Portuguese (BP) speakers and Russophone BP speakers. Speech data from 6 native BP speakers and 6 speakers of Russian in five speech contexts were used. The intonational annotation of the data was performed using the DaTo system. For comparison of intonation curves regarding alignment, tonal variation and intonation pattern, its temporal normalization was done. The results showed that speakers of Russian produce intonation patterns in BP similar to those of native BP speakers, with differences in tonal variation values, greater in Russophones, and the general slope of the melodic curve, which is more prominent in natives.

Keywords: intonation; intonational patterns; L1-L2 influence; DaTo system; Brazilian Portuguese.

*Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

*** Saint Petersburg State University - SPbU

Resumo: Este trabalho compara curvas entoacionais de falantes do português brasileiros (PB) nativos e russos falantes de PB. Foram utilizados dados de fala de 6 falantes nativos e 6 russófonos em cinco contextos de fala. Foi feita a notação entoacional dos dados utilizando o sistema DaTo e posteriormente sua normalização temporal para comparação das curvas entoacionais quanto ao alinhamento, variação tonal e padrão entoacional. Os resultados mostraram que os falantes russos produzem padrões entoacionais próximos aos dos nativos, com diferenças maiores quanto aos valores de variação tonal, maior nos russófonos e à inclinação geral da curva melódica, mais proeminente nos nativos.

Palavras-chave: entoação; padrões entoacionais; influência L1-L2; sistema DaTo; português brasileiro.

Introduction

This work is part of a comprehensive research on the speech productions of Russophone immigrants who speak Brazilian Portuguese (henceforth BP) as L2 (Smirnova Henriques et al, 2019; 2020). With the objective of analyzing the differences between the intonational patterns of Russian (L1) and BP (L2), speech production in BP by first-generation Russian-speaking immigrants was observed. These data were compared with the production of native BP speakers in different contexts.

The intonational aspects of Russophone and Brazilian speakers' productions were analyzed using a system originally developed for BP intonational annotation.

This work presents the first observations on the intonation patterns produced by Russian speakers in relation to those of Brazilians.

1. L1 - L2 influence

In discussing L1-L2 influence, two main questions are often the focus of attention. Firstly, what is the direction of this influence? That is, does L1 influence L2, or can the opposite be observed as well? Is it possible that the resulting L2 speech may have its unique features, not present in either of the languages? Secondly, what features are affected by cross-language influence? Can we predict the particular features of L2 accent by comparing the phonology and phonetics of the two languages involved?

There seems to be quite a lot of publications on how segmental features are affected by cross-language influence (Jun & Oh, 2000). And only recently much attention has been drawn to prosody (Delais-Roussarie et al., 2015). Still, the field is under-investigated, as most publications only cover certain aspects of L1-L2 influence in prosody, while no single language contact situation seems to be fully described in terms of all possible prosodic features involved.

When we speak about cross-language influence, we have to bear in mind that L2 situations may significantly differ from each other. In multi or bilingual countries (like many African countries, or e.g. Canada) or bilingual families (where both parents' language is used in everyday situations), two languages are often acquired at quite an early age, and it is sometimes even hard to tell which of them is actually L1. Learning L2 "on purpose" – e.g., as part of standard education – usually comes later, after fully acquiring L1. In the latter case, we can further classify L2 situations in terms of learners' age (e.g., young children vs. adults, as learning mechanisms may differ). Next, we might ask ourselves about the purpose of L2 learning, namely – how crucial it is for the person to learn the new language? What is their learning environment? Is the person permanently staying in the L2 country, and how often do they use L2 (and how often do they come back to using L1)?

Learning a new language includes mastering the rules of this language: grammatical, syntactic and others, such as the prosodic ones. Of course, the result is highly dependent on how the language is taught (for more detail, see Ugarte Olea, 2018). In general, a lot of L2 textbooks do not cover the intonation or rhythm at all. Modern English textbooks do cover these prosodic aspects, but usually in very general terms: e.g., paying attention to producing a rise in yes/no questions, but not its phonetic features – intervals, ranges, or timing. Furthermore, a great number of textbooks with accompanying audiovisual materials are available. Authentic listening materials can help learners to acquire prosodic features by imitating L2 speech patterns. In immersive learning situations, interacting with native speakers tends to exert a positive impact on acquiring L2 prosodic patterns.

Thus, revisiting the points raised - 1) direction of L1-L2 influence, and (2) features involved – we consider that factors relating to the quality and quantity of input (Flege, 1995) matter.

When someone starts learning a L2, his/her first attempts to produce L2 utterances will probably contain a lot of features that are typical of his/her L1. This is probably why L1->L2 influence (also called negative transfer) is widely debated in the Linguistics literature. But at the same time, even at the beginning

stages of learning, the influential degree of the features involved in the process will depend on the teaching methods.

More rarely, one may find examples of L2->L1 influence in scientific literature, e.g., in Occitània, tonal features of questions produced in Occitan (L1) have been shown to be influenced by the dominant language (that is, French or Italian) (Delais-Roussaire et al., 2015, Chapter 5). But there are also cases when the result of cross-language influence is neither L1->L2 nor L2->L1, e.g., a study of Mexican Spanish learners of French has shown that specific tonal features of *wh*-questions in their L2 cannot be explained by L1 influence (Delais-Roussaire et al., 2015, Chapter 12).

Among the prosodic features addressed in various publications are intonation of various sentence types (often, yes/no questions and *wh*-questions), tonal patterns of accentual phrases, tones (for tone languages), and speech rhythm. A full list of potentially relevant prosodic features may be formulated by looking into prosodic typology. If we assume that L1-L2 influence is a result of differences between languages, then all of them could possibly lead to changes in L1 or L2 (or both). Prosodically, languages may differ in the following features (Ladd, 2001):

- mapping between melodic tunes and functions (two languages may use the same tune for different functions, or use different tunes for the same function),
- the total amount of melodic tunes (e.g., some languages may not use complex tunes such as fall-rise),
- sentence stress placement (especially in yes/no questions and *wh*-questions),
- phrasing (including syntax-prosody mapping),
- resolving tonal crowding, i.e. treating complex tunes produced on very short segmental strings (compression vs. truncation),
- intonational phonetics (declination, pitch range etc.).

This is quite in line with Mennen's L2 Intonation Learning theory (LILt) (Delais-Roussaire et al., 2015, Chapter 9) designed to compare contact languages in order to predict possible difficulties in L2 learning. In this framework, languages are compared in terms of 4 dimensions: (1) the inventory and distribution of categorical phonological elements ('systemic dimension'), (2) the phonetic implementation of these categorical elements ('realizational dimension'), (3) the functionality of the categorical elements or tunes ('semantic' dimension), (4) the frequency of use of the categorical elements ('frequency' dimension'). The latter

dimension is obviously new to what we can infer from Ladd's features; however, languages do differ in the frequency of melodic tunes and other categorical elements, which can have an impact on L2 learning.

On contrasting intonational patterns produced by native and non-native speakers of a language, it is helpful to resort to a prosodic annotation tool, such as DaTo (Lucente, 2012; 2017; 2022), which provides information on the height, movement, and alignment of the intonational contours.

In the following section the DaTo system of intonation annotation, which is used in this chapter to compare intonation contours of utterances in Brazilian Portuguese as produced by Russophones and Brazilians, is described and illustrated with examples.

2. The DaTo System

The DaTo (Dynamic Tones System) (Lucente, 2012; 2017; 2022; Lucente and Barbosa, 2009) is an annotation tool for phonetic and phonological aspects of intonation and prosody. It was especially developed for BP intonation, but some unpublished tests applied to Spanish and Russian intonation yielded satisfactory results.

As an annotation and a descriptive dynamic system, DaTo is made up of a set of labels which allow the researchers to describe the height, the movement, and the alignment of the intonational contours. As the system includes phonetic segmentation of phonetic syllables as v-to-v units which start in a vowel onset and end in the following vowel onset, including all consonants between them, it enables the detection of rhythmic components, such as the phrase accents, and the stress groups (Barbosa, 2006).

The DaTo system proposes a dynamical and nonlinear approach to intonational annotation. The dynamic contours described by the DaTo system are related to one another by the height at the end of the preceding contour or boundary. In this way, tonal prominences are not considered local events. Despite the use of phonological labels for annotation which represent the opposite characteristics in terms of high (H) and low (L) pitch, each annotation label describes a specific movement at the melodic curve considering the target to be reached.

The target can be reached by considering the effort implemented to raise the pitch and control the pitch fall at a specific point of alignment, taking as reference the stressed syllables. As a result of this mechanism, it is possible to

obtain phonetic measures relating to pitch range and the maximum speed of pitch change, and a precise alignment with the segmental components of speech (Lucente, 2012; 2022).

DaTo system annotation was conceived to be run in the Praat software (Boersma & Weenink, 2022) as it makes it possible to organize the annotation layers, which comprise the system labels, the segmentation into smaller units and the use of scripts for automatic extraction of acoustic features from the data. The general configuration of DaTo annotation can be seen in Figure 1.

The set of labels representing the dynamical contours of the DaTo system consist of rising and falling patterns, which are represented by the combination of the letters “L” and “H” and some diacritics. The reference for the alignment between contours and the segments of speech is the letter that is on the right of the labels, e.g., HLH represents a contour characterized by the fall and subsequent rise of the curve, with the stressed vowel aligned with the highest position in the curve. The notation of the height of f0 at the boundaries, called “boundary levels” in the system, uses only L and H, without combinations. The diacritic “>” represents a late movement of the curve, e.g., in >LH the reference point for the alignment occurs after the stressed vowel, and the diacritic “v” (letter V in lower case), represents a compression of the curve between two peaks.

In Figure 2, the labels of the DaTo system are described.

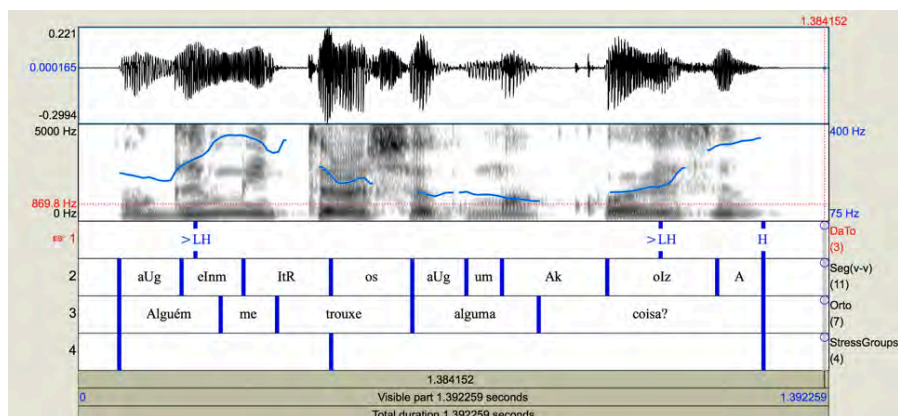


Figure 1. The general configuration of DaTo system annotation.

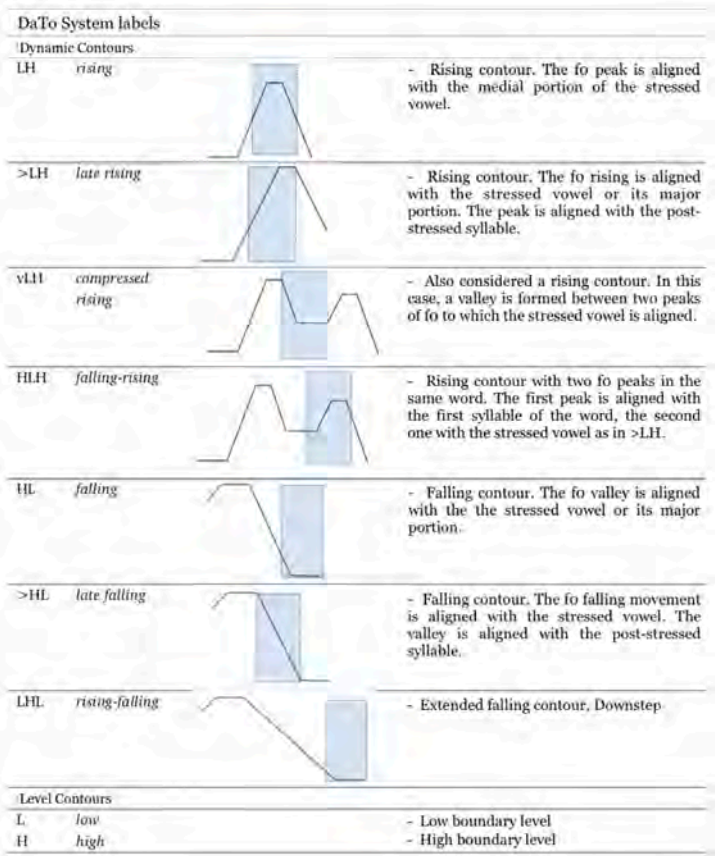


Figure 2. Set of labels of DaTo system. The blue rectangle represents the stressed vowel aligned with the specific dynamic contour.

3. Method

The data used for this analysis were extracted from the RusIm-Bra1 (First-generation Russophone Immigrants in Brazil) corpus that contains recordings of 40 Russophone participants and 17 native BP speakers (Smirnova Henriques et al., 2020, 2022). The intonation tasks proposed to the speakers were composed by the reading of 17 sentences/small dialogs elaborated by the research group of Dr. Skrelin from Saint Petersburg State University and translated into BP (Smirnova Henriques et al., 2022). The recordings were obtained in a sound-isolated cabin and analyzed using the Praat software.

For the present work, six sentences of five different contexts, extracted from the RusIm-Bra1, are analyzed. They are described in Table 1.

Context 1	Listing	<i>Se você for no supermercado, compra leite, queijo, tomate e cebola.</i> (If you go to the supermarket, buy milk, cheese, tomato and onion)
Context 2	Advising/ Requesting	<i>Saindo de casa, apague a luz.</i> (When you leave the house, turn off the lights)
Context 3	Requesting	<i>Quando chegar em casa, me liga.</i> (When you get home, call me up)
Context 4	Warning	<i>Cuidado, tem um degrau embaixo.</i> (Watch your step when you go downstairs.)
Context 5	Asking for information.	<i>Vai pegar o bonde?</i> (Are you going to catch the train?)

Table 1. The five contexts analyzed in the present work.

The selected sentences were produced by six Russophones, three men and three women who came to Brazil as adults and resided in São Paulo city for 6-8 years. Their mean age was 47 years. The control subjects were six Brazilians, also three men and three women residing in São Paulo city and recorded in the same conditions. Their mean age was 31 years.

The 60 sentences were analyzed using Praat. All files were segmented into vowel-to-vowel units (Barbosa, 2006) and orthographically labeled, and then their intonational annotation was made according to DaTo system protocol, as can be seen in Figures 3a and 3b.

To enable a comparison between the alignments and pitch range of the intonation curves of BP speakers as L1 and L2, a temporal normalization of the segments (v-v units) of each sentence was carried out.

The temporal normalization of the data was performed using a Praat script (Arantes, 2015) that preserves the f_0 values (in Hertz) associated with each speech segment. In this way, it was possible to generate in R software (Appelhans, Detsch & Nauss, 2015) overlapping images of the intonation curves of each speaker according to each utterance context, as can be seen in the Figure 4.

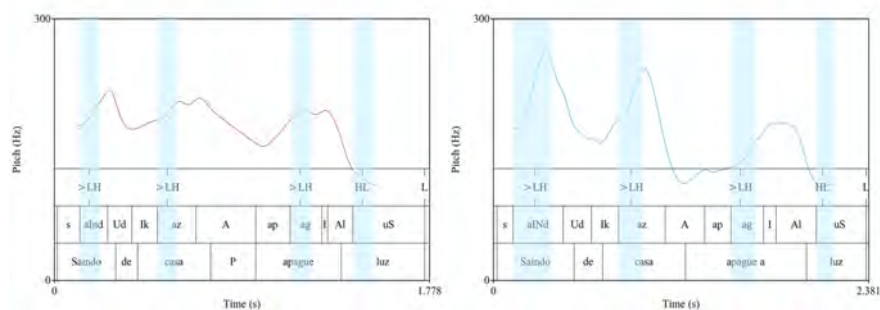


Figure 3. Figure 3a (left) shows the DaTo annotation and interpolated and smoothed f0 curve for a native speaker of BP; figure 3b (right) shows the DaTo annotation and interpolated and smoothed f0 curve for a Russian speaker of BP as L2.

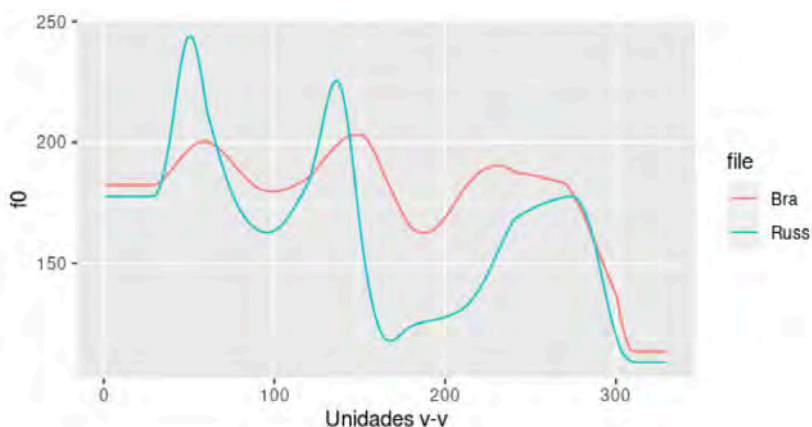


Figure 4. Overlapping of two speakers time-normalized intonational curves of the sentence “Saíndo de casa, apague a luz”.

4. Analysis

When looking at Figures 3a and 3b and the time-normalized overlapping of these in Figure 4, it is possible to notice that the intonational curves produced by Brazilian and Russian speakers have a very similar pattern, diverging slightly in relation to the peak alignment and more pronounced in the pitch range. Despite these differences, from the phonological point of view, the two speakers produce the same intonational contours.

It is based on this type of observation that this work intends to compare the curves of BP speakers as L1 and L2 in a preliminary quantitative analysis.

The analysis that follows considers similarities and differences between the normalized intonation contour patterns produced by Brazilian and Russian speakers. The intonation patterns are considered in the 5 speech contexts under analysis.

Context 1

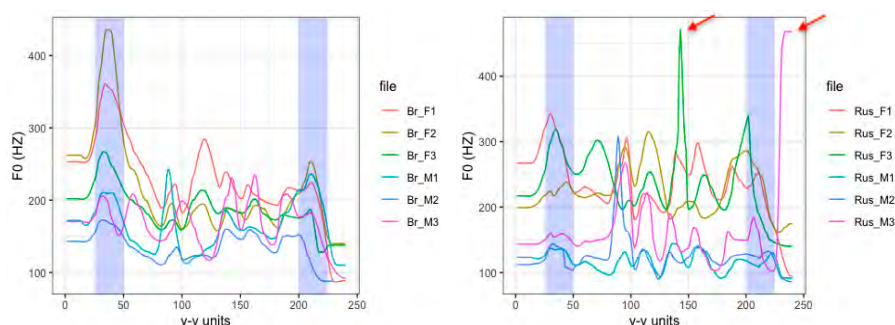


Figure 5. Figure 5a (left) shows the intonational contours of the sentence “*Se você for no supermercado, compra leite, queijo, tomate e cebola*” produced by male (M) and female (F) Brazilian speakers; figure 5b (right) shows the same intonational contours produced by Russian speakers. Both graphs show at x axis the number of segments multiplied per 10. The red arrows in the right graph indicate errors of f0 interpolation on Praat¹.

In context 1 (Figures 5a and 5b), which is characterized by the speech production of a list of items, excerpts with similar alignments are highlighted in blue, from the sentence where the alignment is quite similar between the two groups. At the beginning of the sentence the Brazilian (Br) speakers produce a late rising contour (>LH), which is expected for assertive sentences in BP. At the final boundary, Br speakers were consistent with a late falling contour (>HL) and a low boundary level (L). The Russian (Rus) speakers also produced the late alignment at the beginning of the sentence. However, at the final

1 Praat uses as linear interpolation in all tiers and grids with values at time points, so at all times between two adjacent points, the pitch values follow the straight line that connects the two points. In Figure 5b, for example, the so called “errors” of interpolation are caused by short high pitch values captured by the microphone.

boundary, they produce a downstepping, labeled by the rising-falling contour (LHL) and L boundary level.

In terms of pitch range, Br speakers show a global decrease of f0 during sentence production, characterized by a large increase in f0 at the beginning, more prominent in female speakers.

Context 2

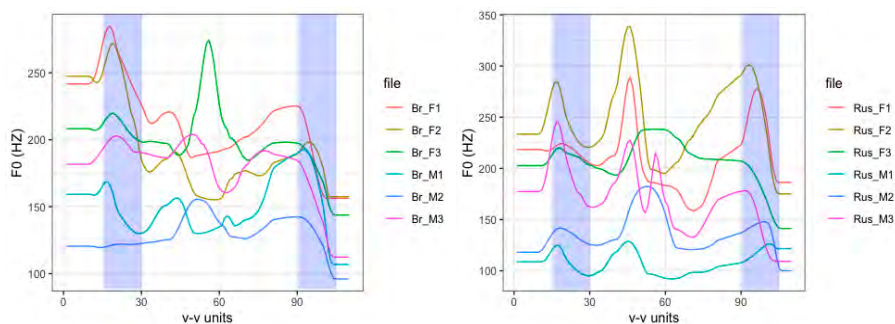


Figure 6. Figure 6a (left) shows the intonational contours of the sentence “*Saindo de casa, apague a luz*” produced by Brazilian speakers; figure 6b (right) shows the same structure produced by Russian speakers. Both graphs show at x axis the number of segments multiplied per 10.

Context 2 can be pragmatically understood as an advice or a request, but despite this fact, the two groups of speakers produced similar intonational and alignment patterns in the beginning and final boundary of the sentences. As can be seen in the Figures 6a and 6b, Br and Rus speakers produce a rising contour at the beginning, in most cases labeled as >LH, and the >HL contour followed by a L level at the final boundary. In general, it is possible to say that Rus speakers produce an intonational pattern similar to that of Br speakers, but with a wider pitch range. On the other hand, Br intonation contour patterns exhibit a steeper F0 inclination, starting with higher values of frequency, which decreased throughout the utterance.

It is interesting to note that all speakers, Brazilian and Russian, perform a focal prominence at some point in the medial portion of the sentence. The placement of this prominence aligned with a specific word may be associated with the type of pragmatic information that speakers intend to indicate, whether a request or advice.

Context 3

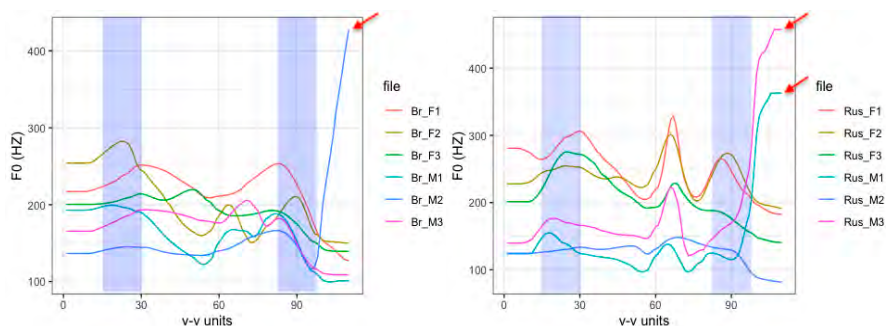


Figure 7. Figure 7a (left) shows the intonational contours of the sentence “*Quando chegar em casa, me liga*” produced by Brazilian speakers; figure 7b (right) shows the same intonational contours produced by Russian speakers. The red arrows in both graphs indicate errors of f0 interpolation on Praat.

Context 3 refers to a simple request in BP, and in comparison with context 2, speakers in both groups exhibit quite a similar intonation contour. Br speakers produce >LH at the beginning of the sentence and HL and L at final. As can be seen in Figure 7, speaker Br_M2 produces a final rising contour, indicated by the red arrow. This is one of the cases in which there’s an error of interpolation, as explained earlier.

For this specific context, Rus speakers were more consistent in terms of intonational curve if compared with Br speakers. The Rus speakers produced two fairly consistent patterns that only diverged in the final falling contour: all Rus speakers start the sentence with a >LH contour, and all speakers produce a prominence in the middle of the sentence, aligned with the word “casa” (house), described by the >LH contour. This is very likely the influence from Russian, where such rise-fall is typical in such contexts. The utterance “*Quando chegar em casa, me liga*” is divided into two intonational phrases, and “casa” bears the typical utterance-medial nuclear accent. However, at the final boundary, speakers Rus_F1 and Rus_F2 produced the same contour HL as the Brazilians, and Rus_F3 and Rus_M2 produced a LHL contour.

As indicated with the red arrows in Figure 7b, the intonational curves of speakers Rus_M1 and Rus M3 presented errors of interpolation in final boundaries. With the aim of showing the f0 curves without such errors, Figures 8a and 8b show the speaker’s curves only smoothed, but not interpolated.

When the curves are observed without interpolation one can see that speaker Rus_M3 (Figure 8a) produces a pattern similar to that produced by speakers Rus_F1 and Rus_F2, and the speaker Rus_M1 (Figure 8b) produces a similar pattern to that produced by speakers Rus_F3 and Rus_M2. Such a finding supports the fact that there are two patterns for Rus speakers in this context.

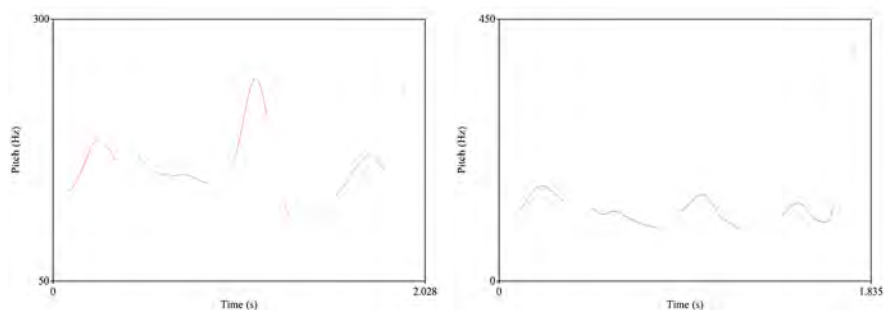


Figure 8. Figure (8a) shows the f0 curve without interpolation of the sentence “*Quando chegar em casa, me liga*” produced by Rus_M3, and figure (8b) shows the f0 curve without interpolation produced by Rus_M1.

Context 4

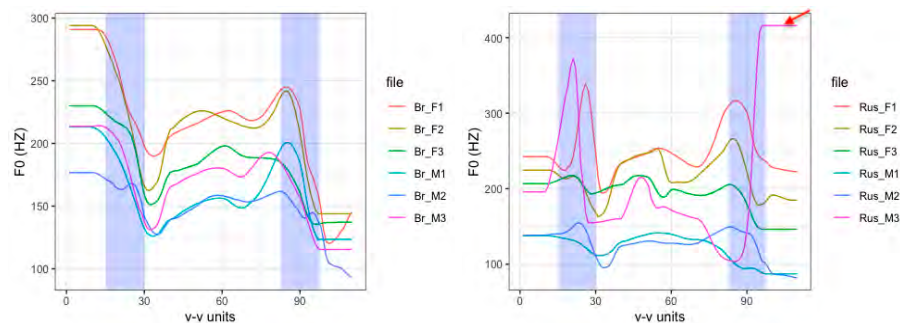


Figure 9. Figure 9a (left) shows the intonational contours of the sentence “*Cuidado, tem um degrau embaixo!*” produced by Brazilian speakers; figure 9b (right) shows the intonational contours of the sentence produced by Russian speakers. The red arrow in the right graph indicates errors of f0 interpolation on Praat.

Context 4 refers to a warning speech act. A very consistent intonation pattern is found in Br speech productions as can be seen in Figure 9a. The contours mostly found for Br speakers were >HL right at the beginning of the utterance and again >HL at the final boundary, followed by the L level contour.

The most divergent factor between Rus speakers' intonation curves in relation to Br speakers in this context is the difference in pitch range at the beginning of the sentence. Br speakers produce a falling pitch range of 100 Hz approximately, even for male speakers. This falling contour is a characteristic of the warning speech act in BP. Rus speakers produced very varied initial contours among themselves, but the final contours were more consistent in terms of alignment, varying between HL (falling) and LHL (rising-falling) followed by L. One of the Russophones, F1, uses a wide rise-fall within the word "Cuidado". This is the same IP-final rise-fall in Russian that we have already seen in contexts 2 and 3. In this context, however, it is only produced by one speaker, as one-word IPs are less likely than longer ones.

Context 5

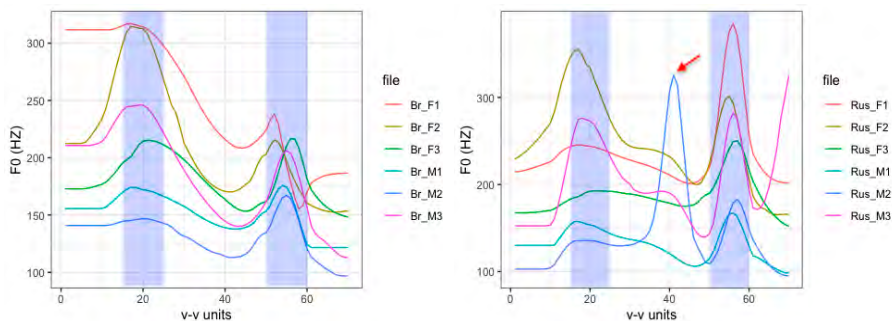


Figure 10. Figure 10a (left) shows the intonational contour of the sentence “Vai pegar o bonde?” produced by Brazilian speakers; figure 10b (right) shows the intonational contour of the sentence produced by Russian speakers. The red arrow in the right graph indicates errors of f0 interpolation on Praat.

This context (Figura 10) has been classified pragmatically as a request for information, but grammatically it is classified as a question. In BP the general intonational patterns for yes/no question, *Qu* question and *Qu* question *in-situ* are illustrated in the Figures 11, 12 and 13. For yes/no questions, the intonational

pattern is a late rising contour at the beginning, labeled as >LH, and again a late rising contour at the final boundary, also labeled as >LH. *Qu* question (corresponding to *Wh* question in English) starts with high f₀, providing a late falling contour, labeled as >HL, aligned with the *Qu* particle, followed by a down-step until the final boundary, labeled as LHL. The *Qu* question *in-situ* presents a pattern with a late rising contour preceding the *Qu* particle, which, in turn, is aligned with a falling contour. All these cases correspond to neutral interrogatives, that is, without focus on any word.

The type of question relating to the request for information is the yes/no question. Therefore, the intonational pattern present in Figures 10a and 10b shows the same pattern of yes/no question in Figure 11: a sequence of two late rising (>LH) contours, the first aligned with the auxiliary verb (*vai*) and the second with the last noun in the sentence. In terms of alignment, Rus speakers show an alignment similar to that of Br speakers. It is interesting to observe that Rus speakers make a higher prominence in the word “bonde”, or to the end of the sentence, while Br speakers put higher prominence in the auxiliary verb, or to the first word of the sentence.

The stronger accent on the final word in Russophones’ recording can be the result of L1 influence. In Russian, neutral yes/no questions are produced with the main accent on the finite verb. However, this utterance was produced in the following context:

- *Vai pegar o bonde?* (Are you going to take the tram?)
- *Sim, e você?* (Yes, what about you?)
- *E eu o ônibus.* (I’ll take the bus)

That is, the word “bonde” is in contrast with “ônibus” – thus it bears contrastive stress. In such cases in Russian speech the main accent is indeed on the contrasted word, i.e. “bonde”.

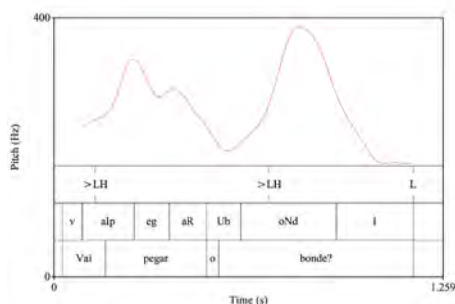


Figure 11. Yes/No question intonation pattern in BP.

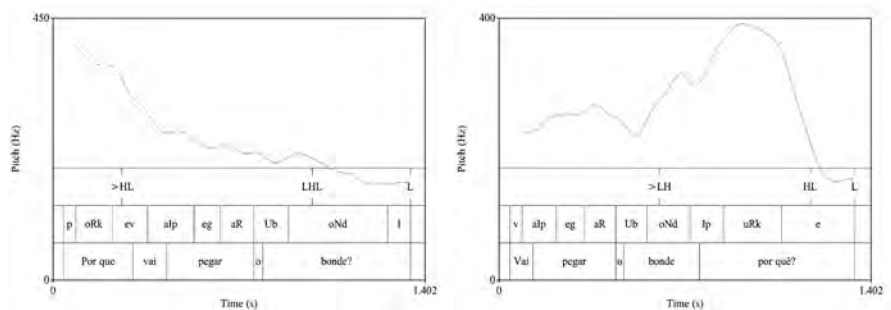


Figure 12 (left): *Qu* question intonation pattern in BP. **Figure 13** (right): *Qu* question *in-situ* intonation pattern in BP.

5. Conclusion

The comparative analysis of the BP intonation patterns produced by Russophones speaking Brazilian Portuguese and Brazilians showed that: i) the Rus speakers have succeeded in acquiring/learning the intonation system of L2, but some Russophones' recordings still contain melodic features typical of their L1 intonation; ii) pronounced differences in pitch range were found, with the range of rises and falls higher for Rus speakers; iii) besides the wider pitch range in Rus speakers, the general melodic pattern shows that Br speakers often start the utterance in higher f_0 than Russophones; iv) subtle differences in pitch alignment were found. These differences can be attributed in part to a larger variation in pitch range found in Russophone speech productions. As argued by Lucente (2015), the range of pitch variation can result in changes of F_0 alignment in stressed vowels. These findings may indicate a process of L2 adjustment by the speakers of Russian as L1.

It should be considered that some of the observed differences are similar to those typical for "neutral vs. expressive (emotional, ironic etc.) speech". However, languages differ in the way these features are used and interpreted. Thus, we may assume that for native speakers of BP the Russophones' recordings may sound unusual and contain additional connotations.

A possible limitation of this research is the use of time normalization. On the one hand, it is a great tool that enables the researcher to compare phrases of different lengths. On the other hand, by using this approach we lose a great tool that enables the researcher to compare phrases of different lengths, but it is indeed true that we lose information about the steepness of melodic change, which is crucial for perception.

References

- APPELHANS, T., Detsch, F. & Nauss, T. (2015). remote: Empirical Orthogonal Teleconnections in R. *Journal of Statistical Software*, 65(10), 1-19. <https://www.jstatsoft.org/article/view/v065i10>
- ARANTES, P. (2015). Time-normalization of fundamental frequency contours: a hands-on tutorial. In A. R. Meireles (Ed.), *Courses on Speech Prosody*. (pp. 98-123). Cambridge Scholars Publishing.
- BARBOSA, P. A. (2006) *Incursões em torno do ritmo da fala*. Editora Pontes.
- BOERSMA, P. & Weenink, D. (2022). Praat: doing phonetics by computer. Computer program, 2018. Disponível em: < <http://www.praat.org/> >.
- DELAIS-ROUSSARIE, E., Avanzi, M., & Herment, S. (Org.) (2015). *Prosody and language in contact: L2 acquisition, attrition and languages in multilingual situations*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-662-45168-7>
- FLEGE, J. (1995). Second Language Speech Learning: Theory, findings, and problems. In: W. Strange (Ed.). *Speech perception and linguistic experience: Issues in crosslanguage research* (pp. 233-277). Timonium, MD, York Press.
- JUN, S.-A., Oh, M. (2000). Acquisition of second language intonation. *The Journal of the Acoustical Society of America*, 107, 2802. <https://doi.org/10.1121/1.429024>.
- LADD, D.R. (2001). Intonational universals and intonational typology. In: *Language Typology and Language Universals: An International Handbook* (pp. 1380–1390). Mouton de Gruyter.
- LUCENTE, L. (2012). *Aspectos dinâmicos da fala e da entoação do português brasileiro* [Tese de Doutorado]. Unicamp.
- LUCENTE, L. (2015). Funções comunicativas e restrições articulatórias na determinação do alinhamento de contornos dinâmicos. *Diadorim*, 2(17), 52-66. DOI:10.17074/1980-2552.2016n17v2p(52).
- LUCENTE, L. (2017) Introdução à análise entoacional. In: R. M. K. Freitag & L. Lucente (Org.) *Prosódia da fala: pesquisa e ensino* (pp. 7-26). Editora Blucher.
- LUCENTE, L. (2022.) Notação entoacional. In: M. Oliveira (Org.) *Prosódia, prosódias* (pp. 27-43). Editora Contexto.
- LUCENTE, L. & Barbosa, P. A. (2009) Sistema DaTo de notação encoacional do português brasileiro: teoria e funcionamento. *Cadernos de Pesquisas em Linguística (PUCRS)*, 4, 41-66.
- SMIRNOVA Henriques, A., Fontes, M. A , Skrelin, P.A. , Kachkovskaia, T.V., Ruseishvili, S., Borrego, M.C., Piccin Bertelli Zuleta, P., Piccolotto Ferreira, L. & Madureira, S. (2020). Russian immigrants in Brazil: to understand, to be understood. *Cadernos de Linguística*, 1(2), 01-18.

- SMIRNOVA Henriques, A., Skrelin, P. A., Evdokimova, V. V, Kachkovskaia, T. V, Borrego, M. C., Ferreira, L. P., Zuleta, P.P.B., Ruseishvili, S. & Madureira, S. (2019). Perception of Brazilian Portuguese open and close mid vowels by native Russian speakers. *Joss Journal of Speech Science*, 8, 59-84.
- SMIRNOVA Henriques, A., Skorobogatova, A. S., Kachkovskaia, T. V., Skrelin, P. A., Ruseishvili, S., Madureira, S., Sekerina, I. A. (2022) BraPoRus, spoken corpus of heritage Russian in Brazil: protocol of data collection. *Cadernos de Linguística*, 3(1), e629, 01-20.
- UGARTE Olea, M. S. A. (2018). The Effectiveness of the Instruction of the Intonation of English Implications to L1 Spanish Trainee Teachers. *Logos: Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura*, 29(2), 399-414. DOI: 10.15443/RL2930

Mudar de lugar, mudar de falar? O que dizem os dados AMPER

Change of place, change of speech?
What the AMPER data also say

LURDES DE CASTRO MOUTINHO* | ROSA LÍDIA COIMBRA*

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

Luís Vaz de Camões

Resumo: Este estudo resulta de uma pesquisa mais ampla, enquadrada no projeto AMPER, com mais de vinte anos de existência (Contini, 2016; Contini, Romano, Moutinho & Rei, 2008). Os vários resultados apurados em estudos por nós realizados, especialmente no âmbito da prosódia, confirmam que a mudança de lugar pode implicar também mudança no falar. Embora esta variação seja mais facilmente percebida a nível fonético e a nível lexical, tanto no norte como no sul de Portugal continental e insular, aquela também ocorre e é desta que aqui nos ocuparemos.

* CLLC | Universidade de Aveiro

Palavras-chave: mudança linguística; prosódia; fonética acústica; projeto AMPER; variação diatópica.

Abstract: This study results from a broader research, framed within the AMPER project, with more than twenty years of existence (Contini, 2016; Contini, Romano, Moutinho & Rei, 2008). The various results obtained in studies carried out by us, especially in the field of prosody, confirm that the change of place may also imply change in speech. Although this variation is more easily perceived at phonetic and lexical levels, both in the north and in the south of continental and insular Portugal, the former also occurs and this is what we will focus on here.

Keywords: linguistic change; prosody; acoustic phonetics; AMPER project; diatopic variation.

1. Introdução

1.1. Mundo e mudança

Já no século dezasseis, encontramos na poesia referência ao tema da *mudança* como algo de inevitável e que é transversal a tudo o que nos rodeia. Vemos isto mesmo plasmado na música, na pintura, na arquitetura, na escultura, isto é, em todas as artes em geral. Também a língua não foge a esta regra, sendo por isso alvo de mudança.

Sendo construções humanas tão intrincadas, não deixa de ser admirável que existam tantas línguas, que dentro de cada uma delas se detetem várias normas, que ocorram tantos tipos de variação e a todos os níveis de análise linguística. Daqui resulta que uma mesma ideia possa ser expressa de milhares e milhares de formas diferentes.

O espanto perante a constatação da existência de tantas línguas e tão diferentes entre si, desde sempre, inquietou os povos e fez surgir, se não em todas, pelo menos em muitas culturas, um mito para a sua explicação, tal como surgem mitos para explicar quase todos os fenómenos que transcendem o nosso entendimento. Se um dos mais conhecidos, no mundo judaico-cristão, é o da Torre de Babel, em outras sociedades surgiram mitos igualmente interessantes.

Na Mesoamérica, por exemplo, os Astecas sustentavam o mito de que um único casal, o homem Coxcox e a mulher Xochiquetzal, sobreviveram a um dilúvio, e, estabelecendo-se na terra firme, tiveram numerosos filhos que,

misteriosamente, não tinham o dom da fala. Este foi-lhes concedido por uma pomba e eles começaram a falar, mas em diferentes línguas e não se entendiam (Islas Carmona & Arribas Urrutia, 2021, p. 284).

No Amazonas, os Ticuna têm um mito segundo o qual, em tempos remotos, todos os povos formavam uma só tribo e falavam uma só língua. No entanto, por terem comido ovos de colibri, alimento proibido, a tribo dividiu-se em grupos incapazes de se entenderem entre si, o que levou à sua dispersão (Islas Carmona & Arribas Urrutia, 2021, pp. 284-85).

Estes são apenas alguns de muitos mitos que explicam a existência de uma pluralidade de línguas. De um modo geral, ela está associada a uma situação de desgraça e calamidade ou a um castigo divino. Ou seja, a existência de línguas diferentes é encarada como algo de profundamente negativo, já que propicia a dispersão e o desentendimento entre os seres humanos.

Há cerca de 14 000 anos, o *Homo sapiens*, a única espécie homínideia que tinha sobrevivido à evolução, já tinha diferenciado milhares de línguas agrupadas em centenas de famílias linguísticas, desde as Ilhas Orkney da Escócia até à Tasmânia e desde o Alasca até à Terra do Fogo (Fischer, 1999, p. 58).

É difícil dizer quantas línguas existem no mundo atualmente. Ao longo dos séculos XX e XXI diversas línguas minoritárias foram sendo oficialmente reconhecidas (veja-se, a título de exemplo, o caso da língua mirandesa, considerada língua oficial em janeiro de 1999). Por outro lado, numerosas são também as línguas que se vão, infelizmente, extinguindo, como o caso do Dálmata.

De acordo com a página web *Ethnologue* (Eberhard, Simons & Fennig, eds., 2022), que monitoriza os idiomas desde 1950, falam-se atualmente 7151 línguas diferentes no nosso planeta. No entanto, cerca de 40% destas línguas estão presentemente em perigo de extinção, não apresentando, frequentemente, mais do que um milhar de falantes. Ao mesmo tempo, apenas 23 línguas abarcam mais de metade da população mundial. As 10 línguas mais faladas, de acordo com a mesma fonte, são: inglês, (1,5 mil milhões), chinês mandarim (1,1 mil milhões), hindi (602,2 M), espanhol (548,3 M), francês (274,1 M), árabe padrão (274,0 M), bengali, (272,7 M), russo (258,2 M), português (257,7 M), urdu (232,3 M). Tais números estão obviamente também relacionados com os dados demográficos.

1.2. Língua e mudança: as variedades linguísticas

Muitas das línguas do mundo são pluricêntricas, no sentido em que apresentam diferentes variedades nacionais, cada uma com o seu registo normativo codificado (Kristiansen, 2014, p. 1).

A pluricentricidade entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB), por exemplo, manifesta-se a nível da fonologia (p. ex. redução das vogais átonas no PE; diferenças na pronúncia de algumas palavras: PE *alface* [al'fasə], *tia* ['tiɐ] / PB [aw'fasa], *tia* ['tʃiɐ]); morfologia (p. ex. perda do morfema do plural no substantivo em PB); sintaxe (p. ex. a colocação dos pronomes clíticos na frase: PB *te amo*, *estou trabalhando* / PE *amo-te*, *estou a trabalhar*); léxico (p. ex. PE/PB *comboio/trem*, *fato/terno*, *equipa/time*, *fixe/legal*, *portagem/pedágio*); pragmática (por exemplo, formas de tratamento *tu/você*, em alguns Estados)¹.

Dentro de cada uma das variedades e em cada um destes níveis de análise, sintetizados no quadro 1, é sabido que também ocorrem diversos tipos de variação, de acordo com o lugar (variação diatópica), o tempo (diacrónica), o grau de formalidade (diafásica) e o grupo social (diastrática), o que permite diversas combinações de variação linguística, que colocam diferentes desafios ao investigador.

	Lugar (diatópica)	Tempo (sincrónica ou diacrónica)	Grau de formalidade (diafásica)	Grupo social (diastrática)
Pragmática				
Morfossintática				
Lexical				
Fonética/ fonológica	Nível prosódico – suprasegmental AMPER Estudos em geoprosódia	Evolução fonética		

Quadro 1. A variação linguística (fonte: elaborado pelas autoras).

1 Exemplos de nossa autoria e referidos por Soares da Silva (2014, pp. 147-148).

No caso do nosso grupo de investigação, os interesses agrupam-se essencialmente em torno de estudos sincrónicos e diacrónicos, de que se destacam os estudos em fonética segmental e em prosódia. Inclui-se nesta última a investigação em geoprosódia e, nela, o projeto AMPER. É neste âmbito que, em seguida, apresentaremos alguns resultados.

2. Que dizem os dados AMPER

2.1. O projeto AMPER e pesquisas anteriores

O Projeto AMPER, Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico, com a coordenação geral de Antonio Romano, Universidade de Turim, e coordenação para a língua portuguesa (PE e PB), AMPER-POR, pela primeira autora deste artigo, debruça-se sobre o estudo geoprosódico das variedades românicas. Trata-se de uma investigação que inclui análise acústica de *corpora* não lidos, gravados *in loco* junto de informantes não universitários, com mais de 40 anos. São gravados, com recurso a estímulos visuais, enunciados de frases comparáveis nas várias línguas românicas, contemplando todas as acentuações lexicais do português e com a mesma metodologia para todas as línguas envolvidas no projeto.

Em estudos anteriores, havia sido constatado que “há já dados suficientes que nos permitem apontar para a existência de um continuum prosódico que iria desde a faixa atlântica galega até à região do Minho português” (Moutinho & Fernández Rei, 2009, p.73). Num estudo posterior, as mesmas autoras também constaram a “posible existencia dun continuum prosódico que iría desde a faixa atlântica galega ata a rexión do Miño portugués, situando pois as variedades do suroeste galego (zona das Rías Baixas e Baixo Miño) próximas do portugués.” (Fernández Rei & Moutinho, 2016, p. 204).

Partindo destas pistas, que colocavam a hipótese de um agrupamento prosódico vertical, propusemo-nos efetuar o mesmo tipo de estudo, com pontos de inquérito, também ordenados verticalmente, mas, desta vez, no interior.

2.1. *Corpus* e metodologia do presente estudo

Os dados provêm de gravações junto de um total de 8 informantes masculinos com escolaridade básica, idades compreendidas entre 45 e 65 anos, provenientes de 4 regiões na faixa oriental de Portugal continental. Ordenadas de norte

para sul as regiões aqui consideradas são as seguintes: Beira Alta, Beira Baixa, Alto Alentejo e Baixo Alentejo.



Figura 1. Mapa de Portugal com indicação das regiões em estudo.

Tomámos em consideração enunciados de tipo interrogativo e declarativo, com estrutura sujeito-verbo-complemento, retirados de um *corpus* total que abrangia frases complexas, todos os tipos de acentuação e modalidades. No grupo nominal teremos em consideração apenas a acentuação proparoxítona – *pássaro* – e acentuação paroxítona no complemento – *Toneca*, correspondendo à estrutura do *corpus* AMPER-POR continente *O pássaro toca no Toneca./?*

As frases acima referidas foram produzidas três vezes por cada um dos quatro informantes, um de cada uma das regiões acima referidas. Após posterior análise acústica de um total de 80 vogais (2 frases x 10 vogais x 4 informantes) foram calculadas as médias dos resultados obtidos para os diversos parâmetros que, neste estudo, serão objeto de observação – frequência fundamental e duração.

Os procedimentos de constituição de *corpus*, recolha, análise acústica e tratamento estatístico dos dados são os mesmos que são utilizados em todas as equipas AMPER (Romano, Contini & Lai, 2014, pp. 27-51). A análise é efetuada através de programas informáticos ou interfaces especialmente desenvolvidas para o projeto. O objetivo final é o da integração numa base de dados multimédia, permitindo estudos comparativos, bem como a possibilidade de aplicação a estudos percetivos, dialectométricos (Moutinho et al., 2011) e cartográficos (Moutinho et al., 2019).

2.2. Alguns resultados - frequência fundamental

O parâmetro acústico da frequência fundamental – F0 – é um dos mais significativos no estudo da prosódia, pois permite a construção de curvas entoacionais visualmente significativas da melodia produzida nos enunciados orais. Os gráficos que a seguir se apresentam – gráficos 1 a 4 – foram obtidos em ambiente MatLab™ com interfaces especialmente desenvolvidas para o projeto por Antonio Romano (Romano, 2001) e disponibilizadas a todas as equipas que o integram.

Após a segmentação e análise do sinal delimitando todas as vogais, o programa extrai automaticamente dados referentes aos parâmetros de F0, duração e energia.

Para o parâmetro frequência fundamental, são apuradas três medidas em cada vogal, respetivamente em localização inicial, medial e final. Do alinhamento no tempo dos diversos valores, resultam os gráficos como os que de seguida se apresentam, onde se representa a vermelho a modalidade declarativa e a azul a correspondente interrogativa.

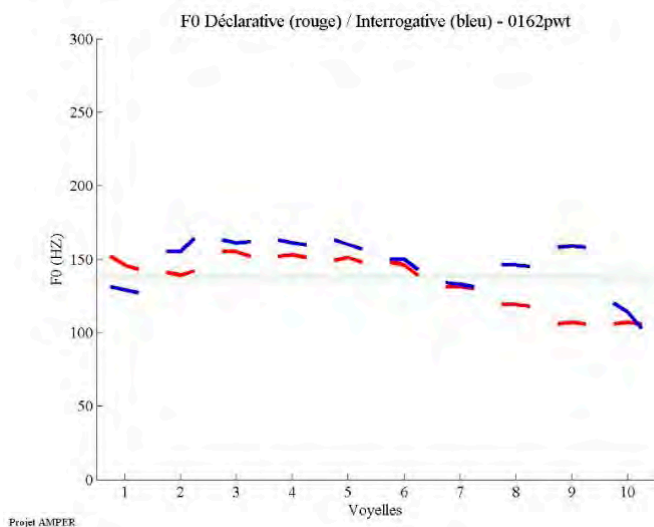


Gráfico 1. Resultados de F0 na produção do informante da Beira Alta.

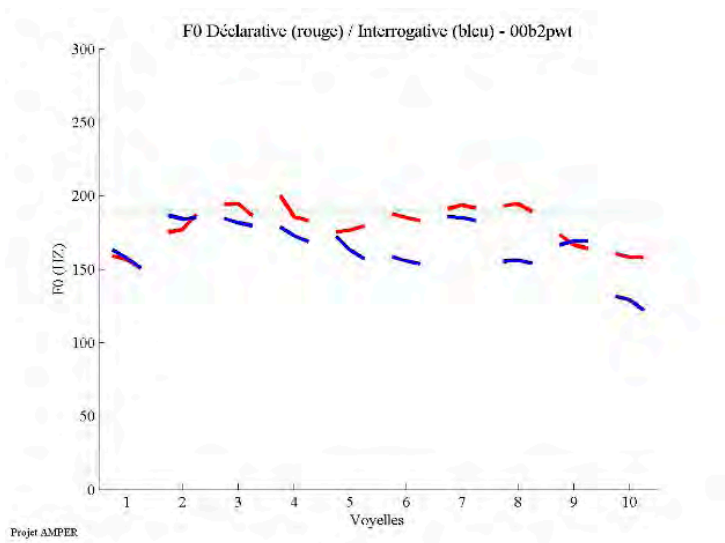


Gráfico 2. Resultados de F0 na produção do informante da Beira Baixa.

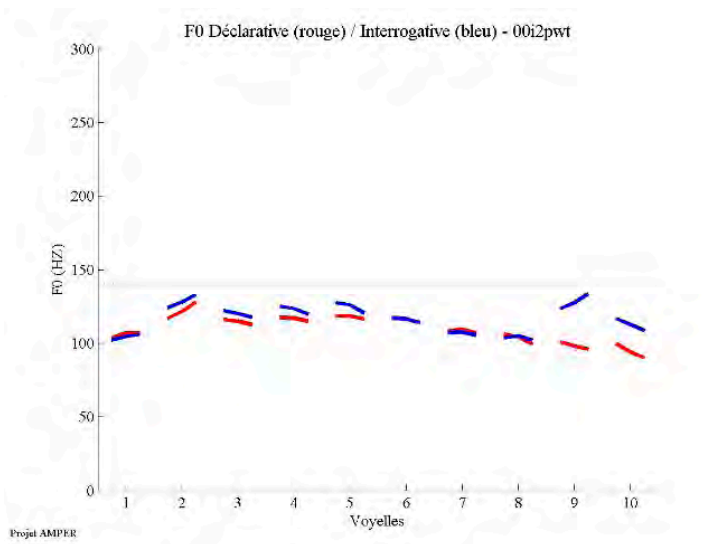


Gráfico 3. Resultados de F0 na produção do informante do Alto Alentejo.

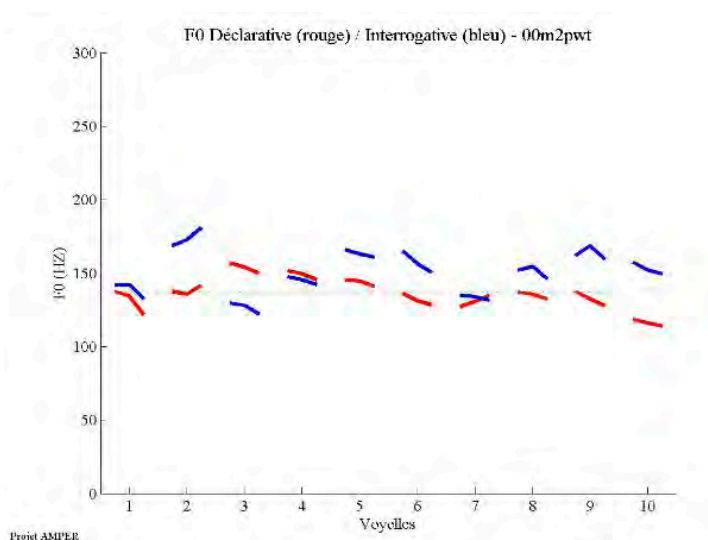


Gráfico 4. Resultados de F0 na produção do informante do Baixo Alentejo.

A observação do movimento melódico global registado nos gráficos relativos ao parâmetro da frequência fundamental, acima reproduzidos, mostra grande semelhança entre os vários locutores. Apenas constatamos que, para dois dos informantes – Beira Baixa e Alto Alentejo –, há uma maior distinção entre a modalidade declarativa e interrogativa.

Saliente-se ainda o facto de que, em todos os informantes, os enunciados apresentam-se com um contorno final circunflexo na interrogativa – com início do movimento ascendente de F0 na pré-tónica, ponto mais elevado de F0 no tonema, seguido de descida na pós-tónica final – e globalmente descendente no caso da declarativa.

Se fizermos a leitura global dos gráficos, do 1 até ao 4, estas semelhanças apontadas podem indiciar a existência de um *continuum* prosódico na faixa vertical interior, tal como em estudos anteriores verificámos no litoral.

2.3. Alguns resultados - duração

A extração do parâmetro da duração, medido em ms, medidos desde o início até ao final de cada uma das vogais produzidas, deu origem aos gráficos 5 a 8.

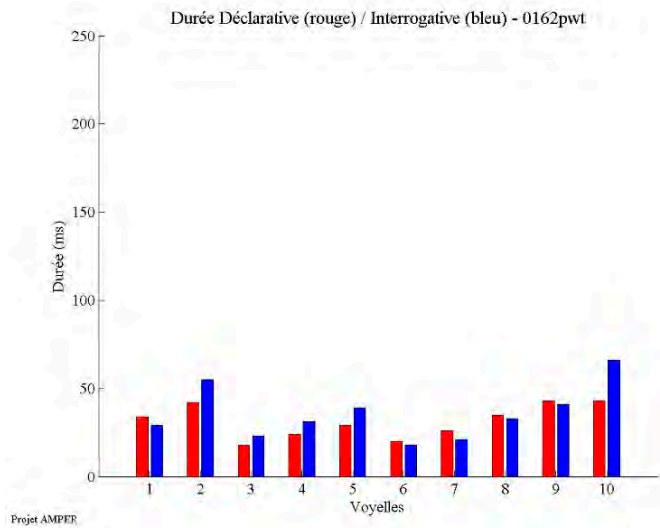


Gráfico 5. Resultados da duração na produção do informante da Beira Alta.

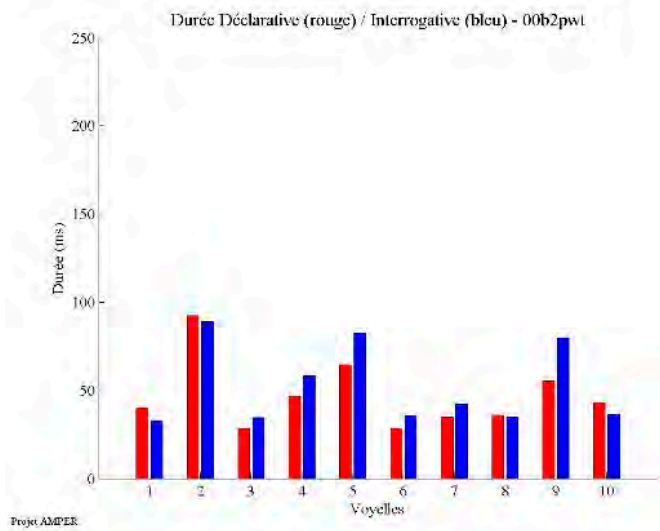


Gráfico 6. Resultados da duração na produção do informante da Beira Baixa.

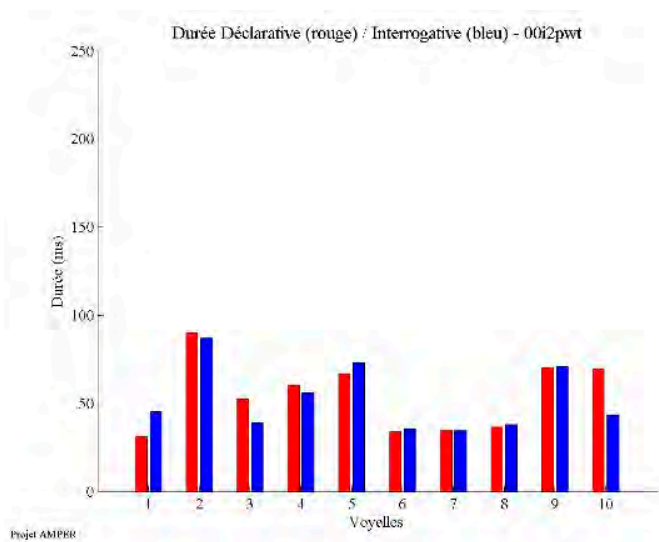


Gráfico 7. Resultados da duração na produção do informante do Alto Alentejo.

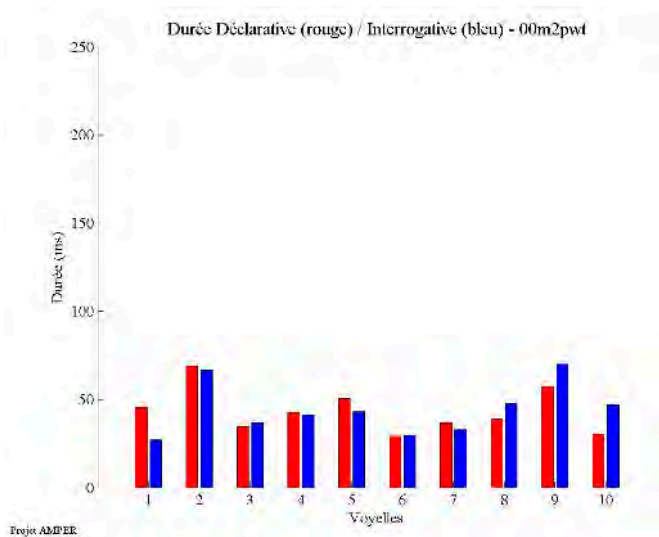


Gráfico 8. Resultados da duração na produção do informante do Baixo Alentejo.

Da observação destes gráficos, podemos notar que as maiores durações, dadas as características acentuais na língua portuguesa, se situam nas vogais tónicas, sendo que esta característica se apresenta mais evidente na última vogal acentuada da modalidade interrogativa, descendo para valores bem inferiores nas vogais pós-tónicas de ambas as modalidades.

Estas diferenças entre durações das vogais átonas e tónicas são mais acentuadas no falante da Beira Baixa. Por outro lado, a menor variação na duração das vogais verifica-se no falante do Baixo Alentejo. No entanto, estas diferenças não ocorrem de forma sistemática, não podendo, por isso serem caracterizadas como diferenciadoras.

3. Notas conclusivas

As mudanças ocorrem onde houver intervenção humana: nas ciências, literatura, dança, música, pintura, escultura, moda, arquitetura, em geral na vida quotidiana. Destaca-se, em particular, a mudança que se tem vindo a operar nas línguas em geral, nos vários domínios que as compõem, incluindo o nível prosódico.

De uma maneira geral, quase sempre se faz referência à variação linguística a propósito das diferentes formas de designar os objetos e a nível dos sotaques, aspetos mais evidentes para o falante comum. Em termos melódicos – estudo da entoação – também se verifica essa variação, o que justifica a pertinência de estudos como o que acabámos de relatar.

Na verdade, os nossos dados apontam para a presença de uma variação em termos melódicos no sentido vertical. Constatámos a existência de grande proximidade entre as variedades observadas, em ambas as modalidades. Por essa razão, e tendo em conta estes resultados, parece podermos responder afirmativamente à questão por nós formulada no título: mudança de lugar, mudança de falar.

Referências

- EBERHARD, D. M., Simons, G. F. & Fennig, C. D. (eds.). (2022). *Ethnologue: Languages of the World*. 25.ª ed. SIL International. Disponível em: <http://www.ethnologue.com> (acedido em junho de 2022).
- FERNÁNDEZ Rei, E. & L. C. Moutinho. (2016). Estudo xeolingüístico da entoación galego-portuguesa. In A. M. F. Planas (Coord.). *53 reflexiones sobre aspectos de la fonética y otros temas de lingüística* (pp. 203-208). Universidad de Barcelona.

- FISCHER, S., R. (1999). *A History of Language*. Reaktion Books.
- ISLAS Carmona, O. & Arribas Urrutia, A. (2021). La comunicación, factor estratégico en el universo y en la evolución de las especies. *Razón Y Palabra*, 25(110), 280-299.
- KRISTIANSEN, G. (2014). Introduction. Pluricentricity, language-internal variation and Cognitive Linguistics. In Soares da Silva, A. (ed.). *Pluricentricity. Langage variation and sociocognitive dimensions* (pp. 1-16). De Gruyter Mouton.
- MOUTINHO, L., Coimbra, R. L., Rilliard, A. & Romano, A. (2011). Mesure de la Variation Prosodique Diatopique en Portugais Européen. *Estúdios de Fonética Experimental*, vol. XX, 34-55.
- MOUTINHO, L. C. & Fernández Rei, E. (2009). Do sul da Galiza ao norte de Portugal: uma viagem através da frequência fundamental. *Fórum Lingüístico*, 5(1), 63-75.
- MOUTINHO, L. C. et al. (2019). Análise dialectométrica e cartográfica da variação linguística. In Moutinho, L. C., Coimbra, R. L. Fernández Rei, E., Sousa, X. & Gómez Bautista, A. (eds.). *Estudos em variação linguística nas línguas românicas* (pp. 249-259). UA Editora.
- ROMANO, A. (2001). *Analyse des structures prosodiques des dialectes et de l'italien régional parlés dans le Salento (Italie), approche linguistique et instrumentale*. Presses Universitaires du Septentrion.
- SOARES da Silva, A. (2014). The pluricentricity of Portuguese: A sociolecto- metrical approach to divergence between European and Brazilian Portuguese. In A. Soares da Silva (ed.). *Pluricentricity. Langage variation and sociocognitive dimensions* (pp. 143-188). De Gruyter Mouton.

Projeto *Literatura de Mulheres: memórias, periferias e resistências no atlântico luso-afro-brasileiro*¹

Project women's literature: memories, peripheries and resistance in the luso-afro-brazilian atlantic

MARGARIDA RENDEIRO* | SUSAN DE OLIVEIRA**

Resumo: O presente artigo visa apresentar o projeto *Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro*, aprovado para financiamento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2021 e que iniciou oficialmente em janeiro de 2022. O projeto reúne uma equipa de investigadoras de diversas instituições universitárias de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. O projeto foca-se na literatura escrita por mulheres portuguesas, brasileiras, angolanas, são-tomenses, cabo-verdianas, guineenses e moçambicanas em torno da relação da sua escrita com o espaço público de memória, inovando a escrita através de formas de resistência literária, criadas a partir das periferias sociais que ocupam.

Palavras-chave: Literatura de mulheres; memórias; periferias; resistências; Atlântico Luso-Afro-Brasileiro.

* CHAM, FCSH NOVA 1069-061 Lisboa

** Universidade Federal de Santa Catarina

1 Este artigo recebeu o apoio do Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Projeto *Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro* (<https://doi.org/10.54499/PTDC/LLT-LES/0858/2021>).

Abstract: This article shows an overview of the project *Women's Literature: Memories, Peripheries and Resistance in the Luso-Afro-Brazilian Atlantic*, approved for funding by the Foundation for Science and Technology in 2021 and officially set out in January 2022. This project involves a team of researchers from universities in Portugal, Brazil, Angola, and Mozambique. This project focusses on literature written by Portuguese, Brazilian, Angolan, San-Tomean, Cape-Verdean, Guinean and Mozambican women, delving into relations that can be established between their writing and the public space of memory. From the social peripheries they hold in society they innovate their writing through various forms of literary resistance.

Keywords: Women's literature; memories, peripheries; resistance; Luso-Afro-Brazilian Atlantic.

Introdução

O projeto *Literatura de Mulheres: Memórias, Periferias e Resistências no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro*, com o acrónimo *WomenLit*, aprovado para financiamento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do concurso I&D, em julho de 2021, iniciou oficialmente em janeiro de 2022. Envolve uma equipa de doze investigadores, com trabalho publicado sobre temáticas relacionadas com mulheres, periferias e resistência, que se encontram afiliados a instituições universitárias e de investigação científica em Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. Este projeto visa analisar as configurações poético-literárias da representação das (pós-)memórias, periferias e de formas de resistência em diversas obras escritas por mulheres nos vários países que integram o lato espaço luso-afro-brasileiro, sobretudo durante o século XXI.²

Os limites geográficos, dentro dos quais este projeto se ocupa, compreendem um denso emaranhado cultural, literário e linguístico, profundamente marcado pelas consequências políticas, sociais e culturais do projeto imperial e colonial português e pelas memórias que este passado produziu no tempo longo e num

2 Os investigadores envolvidos no projeto *WomenLit* pertencem às seguintes instituições: Centro de Humanidades, FCSH, UNL (centro e instituição de acolhimento); Centro de Estudos Sociais (instituição parceira); Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa (instituição parceira); Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Agostinho Neto, Universidade de Luanda, Universidade Eduardo Mondlane, e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

espaço tão amplo quanto diverso e que só velhas e persistentes lógicas coloniais poderão pretender ver nela uma ampla comunidade homogênea imaginada, no sentido em que Benedict Anderson (2006) a definiu; expressões que a ela se têm referido como “lusofonia” ou “comunidade de países de língua oficial portuguesa” ocultam, na maioria das vezes, a diversidade cultural neste espaço, sendo essencialmente categorias políticas e eminentemente ideológicas (Cahen, 2013, p. 298). A este propósito, no seu estudo sobre lusitanidade e lusofonia, o historiador Michel Cahen salienta o facto de a lusofonia constituir uma identidade leve, tipicamente pós-moderna e carregada pela persistência da história, existindo num plano meramente contextual e impossível de ser reificada como comunidade humana unificada (Cahen, 2013, p. 310). Mais recentemente, Vítor Sousa (2017) vê, no entanto, na lusofonia uma oportunidade para resistir à homogeneização cultural desde que o conceito seja mentalmente descolonizado e (re)construído numa práxis constante. Estas são duas das posições de um debate académico mais amplo sobre as afinidades e heterogeneidades que caracterizam um espaço vasto que integra Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde e que refletem muitos dos pressupostos da elaboração do projeto *WomenLit*. Assim, com o propósito de assegurar a evidência da heterogeneidade sociocultural, adotou-se a expressão “luso-afro-brasileiro” que, não sendo uma novidade na academia, é uma expressão que assegura as especificidades das diferentes nações, mantendo a memória dos laços que as unem por razões históricas, entre eles, o português como língua oficial destes países. Esta é a língua em que as diferentes obras do corpus do projeto foram escritas. Também por razões que à história pertence, se preferiu enunciar o Atlântico. É claramente um atropelo geográfico se considerarmos Moçambique à beira do Oceano Índico, mas um excesso que se justifica fundamentalmente como uma chamada para o peso da memória coletiva da construção do projeto imperial que se reflete em muitas das obras que constituem o corpus: a memória dos milhões de escravizados africanos que foram levados em navios negreiros portugueses pelo Atlântico para Portugal e, principalmente, para o Brasil, e de todos os movimentos migratórios que ligaram este imaginado triângulo geográfico que construíram e ainda marcam a história e o imaginário de Portugal, do Brasil e dos países africanos independentes desde a descolonização portuguesa em 1975; estes últimos marcados igualmente pelo peso da ancestralidade e da memória dos vários reinos africanos que existiam antes do projeto imperial. Não se esquece igualmente a memória dos milhões de povos ameríndios, vítimas de genocídio durante a construção do projeto imperial no continente americano. Aliás, a própria formação do Brasil apenas pode ser entendida neste vasto espaço

do Atlântico Sul, como defende o historiador Luís Felipe de Alencastro: “Desde o final do século XVI, surge um espaço aterritorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola. É daí que emerge o Brasil no século XVIII” (Alencastro, 2000, p.12). Esta é a história dos cruzamentos que se encontra subjacente ao aparecimento de literatura afro-brasileira, ameríndio-brasileira ou portuguesa afrodescendente, representada no projeto *WomenLit*. Problematisa os processos de construção de uma memória coletiva homogênea que consagrou essencialmente interlocutores brancos e rasurou a memória das minorias que fazem parte das heterogêneas comunidades pós-coloniais.

1. Literatura de mulheres como objeto de estudo

Avancemos, então, para o objeto de estudo. Porquê explorar especificamente a literatura escrita por mulheres? Num ensaio escrito em diálogo com o livro *O Sexo dos Textos* (1995) de Isabel Allegro de Magalhães, em que a autora procura diferenciar a literatura “mais próxima do que é a vida, historicamente determinada, das mulheres, e outra mais de acordo com a maneira dominante de estar no mundo, a dos homens” (Magalhães, 1995, pp.10-11), Irene Ramalho de Sousa Santos e Ana Luísa Amaral (1997, p. 4) argumentam que mais produtivo do que identificar quais os elementos sexuais nos textos literários para distinguir uma modalidade de escrita é considerar a forma como a experiência concreta e diferente de homens e mulheres na sociedade se reflete na escrita; deste modo, a escrita das mulheres - e, conseqüentemente, não uma “escrita feminina” - manifesta-se enquanto uma “concepção de literatura atenta à estrutura patriarcal de privilégios e opressões inscrita também no discurso dominante, e sensível aos diversos modos como a desigualdade sexual se projecta nas formas simbólicas do fenómeno poético”. Assim, como não ler ainda *Novas Cartas Portuguesas*, cinquenta anos mais tarde, como também o observaram Santos e Amaral (1997, p. 10), em que o “reconhecimento da diferença deixou finalmente de implicar a inevitabilidade da desigualdade e da discriminação” já que “o direito à diferença não se alcança senão pela conquista da igualdade”, como um exemplo paradigmático na literatura portuguesa de como a literatura escrita por mulheres se constitui num ato reparador para a memória coletiva portuguesa que visibiliza a diferença inscrita na experiência de vida das mulheres, historicamente subordinada e estereotipada numa memória coletiva patriarcalmente estruturada e, por isso, como obra profundamente

desestabilizadora? Citando Ana Luísa Amaral (2003, pp. 20-21), “a cultura e a arte experimentam-se no corpo, tanto quanto se inscrevem no que afinal é dele parte e não pode por isso ser considerado um pólo outro - o espírito, ou a mente, ou a criatividade artística”; consequentemente, “a escrita não está, enquanto produto humano, isenta da influência dos contextos histórico, literário, social ou religioso, porque deverá estar isenta da condição sexual de quem as produz?”

A memória coletiva ocidental e, mais especificamente, a que diz respeito ao espaço luso-afro-brasileiro, tem sido construída pelos homens, assumindo a perspectiva de um falso neutro masculino como perspectiva universal. A convenção literária ocidental, que toma a escrita como meio privilegiado do testemunho, tem sido do domínio masculino, como o mostra, aliás, a galeria de escritores consagrados, esmagadoramente composta por homens.³ As mulheres têm desconstruído e reconstruído essas memórias coletivas, acrescentando mais memória, num ato contínuo de resistência literária face a um processo histórico de construção da memória no espaço público que as coloca à margem e as silencia. As condições socioculturais vantajosas que os homens disfrutavam para escrever eram já denunciadas por Virginia Woolf, no início do século XX. Urgindo com as mulheres que escreviam, Virginia Woolf escrevia, em *Um Quarto Só para Si*, que continuassem a escrever “sozinhas e que a nossa relação é com o mundo da realidade e não só com o mundo dos homens e das mulheres [...] e que vale a pena trabalhar assim, mesmo na pobreza e na obscuridade” (Woolf, 2005, p. 162).

Considerando o amplo espaço geográfico em análise neste projeto e, não obstante ter decorrido um século sobre as palavras de Woolf, as mulheres continuam a escrever, resistindo e desconstruindo o mundo capitalista e patriarcal que as colocou e ainda coloca à margem dos vários centros de poder. Se *Novas Cartas Portuguesas* constituiu um exemplo paradigmático das últimas décadas do século XX, no que concerne, por exemplo, às literaturas africanas em língua portuguesa, a situação não foi diferente depois das independências. Em *A Mulher em África*, Inocência Mata e Laura Padilha (2007, p. 13) defendem que as obras das escritoras africanas “representam uma espécie de reacção à marginalidade e à *excentricidade* de sujeitos antes silenciados”. A marginalidade e a excentricidade têm afetado tanto mulheres como minorias étnicas num mundo capitalista e patriarcal. Prefaciando uma obra sobre a identidade das mulheres Roma (cigana), Olga Mariano, única poeta portuguesa Roma publicada, escreve

3 Um exemplo paradigmático a este respeito é a obra de Harold Bloom, *O Cânone Ocidental* (1994), que percorrendo vários séculos de literatura e da Idade Média até à atualidade, apenas identifica 3 escritoras dignas de integrarem o cânone literário ocidental (Emily Dickinson, George Eliot e Virginia Woolf). Tradução portuguesa publicada pela Temas & Debates, 1997).

que homens e mulheres Roma têm sido forçados “a abrir caminhos “muitas vezes com catanas”” para assegurar a especificidade da sua identidade e a respetiva visibilidade (Vasconcelos, Cunha & Mariano, 2017, p.4).

Os conceitos de memória multidirecional e de literatura-mundial são bastante relevantes para a estruturação do projeto *WomenLit*. Por memória multidirecional, conceito elaborado por Michael Rothberg (2009), entenda-se a articulação de memórias e de histórias traumáticas a partir legados em torno da raiz comum da violência histórica (colonialismo, racismo, genocídio, segregação étnico-racial). Rothberg opõe memória multidirecional à memória competitiva, uma memória excludente por natureza, assente numa narrativa hegemónica que secundariza todas as outras, não considerando os vários cruzamentos que os diferentes legados podem oferecer e, por conseguinte, não se tornando representativa da comunidade. A memória multidirecional intersecciona-se com o conceito de pós-memórias, conceito definido por Marianne Hirsch (2012), para se referir às memórias da geração herdeira dos sobreviventes do Holocausto, mas que tem sido utilizado em outros contextos que dizem respeito às memórias dos herdeiros de sobreviventes de experiências profundamente traumáticas. Estas memórias, que podem ser transmitidas através de histórias contadas em família ou pequenos filmes e fotografias de álbuns particulares, ajudam os sobreviventes a desconstruir o presente a partir desses legados e a projetar o futuro. Ao trabalhar com obras de diferentes mulheres que começaram a escrever no século XXI, o projeto *WomenLit* foca-se essencialmente nas pós-memórias que condicionam o trabalho poético-literário e procura interligar diferentes legados de violência histórica.

O conceito literatura-mundial foi definido pelo Grupo de Investigação da Universidade de Warwick (WReC), publicado em *Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World-Literature* (2015) que foi traduzido para português com a chancela da Unicamp Press, no Brasil, em 2020, com o título *Desenvolvimento Combinado e Desigual: Por uma nova teoria da literatura-mundial*. Aproximando-se da teoria do sistema-mundial, elaborada por I. M. Wallerstein (1974), e não indiferente ao conceito de modernidade singular cunhado por Fredric Jameson (2002), o WReC defende que literatura-mundial é aquela que reflete um sistema mundial “único e radicalmente desigual, uma modernidade singular, combinada e desigual”, sendo uma “categoria analítica não centrada num julgamento estético” (WReC, 2015, p. 49, tradução minha). Por isso, o hífen em literatura-mundial é o seu traço diferenciador que coloca este conceito em paralelo com a teoria de Wallerstein, assumindo-se a literatura como espelho de uma modernidade que comporta desigualdades simultâneas e afasta-o do conceito de literatura mundo, definido por David Damrosch (2003),

indiferente à sua historicidade. É de salientar que, depois da publicação deste livro no Brasil, a teoria da literatura-mundial constituiu o eixo temático de discussão do número 40 da *Via Atlântica*, em 2021, organizado conjuntamente por Mário de César Lugarinho, Emanuelle Rodrigues dos Santos e Paulo de Medeiros, membro do WReC. Ao pensar a literatura de língua portuguesa como uma literatura semiperiférica no sistema-mundial, os editores deste número temático estimularam a discussão em torno desta literatura, “no seu ténue equilíbrio entre centro e periferia” e a forma como ela contribui para a “reconfiguração da Literatura-Mundial” (Lugarinho et al., 2021, p. 9). Afinal, como argumenta Medeiros, “nem a periferia é tão remota como seria de imaginar, nem o centro é tão fulcral como se costuma pensar” (Medeiros, 2021, p. 218). Esta teoria oferece instrumentos de reflexão úteis para pensar as obras escritas pelas mulheres no Atlântico luso-afro-brasileiro à margem dos centros de consagração literários e nas periferias dos centros urbanos. O trabalho poético-literário dá conta da forma como, quando consideramos a literatura-mundial, criada no seio de um sistema capitalista e patriarcal, o sistema-mundial encerra várias desigualdades.

Deste modo, e tendo em conta que a diversidade das obras literárias reflete as mudanças políticas, culturais e sociais, o projeto *WomenLit* propõe a) analisar em que medida a literatura promove e atende as demandas políticas, sociais, raciais que estimulam a escrita das mulheres; b) analisar as formas de divulgação e a formação do público leitor para a literatura periférica das mulheres; c) contribuir para uma historiografia literária, particularmente da chamada literatura marginal, no espaço luso-afro-brasileiro, assegurando a visibilidade da escrita das mulheres; d) analisar a produção de significados a partir dos distintos lugares de fala da mulher em obras de autoras portuguesas, brasileiras e africanas de expressão portuguesa, particularmente depois da instauração das independências no caso das últimas; e e) identificar nas obras dessas mulheres as formas como o legado de autoras que as precederam se manifesta e se renovam configurações de resistência.

A equipa pretende desenvolver investigação que resista à homogeneização de uma identidade meta-discursiva de “voz de mulher” que ignora processos de construção complexos e plurais como o são aqueles que subjazem aos diferentes processos de escrita das mulheres no imenso Atlântico luso-afro-brasileiro. Exploram-se representações literárias e artísticas de resistências, com enfoque no século XXI, particularmente no que concerne às representações da memória pós-colonial e da periferia em obras produzidas à margem do chamado cânone literário, artístico e nas margens sociais, identificando formas de (des)continuidade entre estas vozes de mulheres e as que se fizeram ouvir no século XX,

particularmente no que concerne às escritoras africanas ativas durante as independências. Estabelecem-se relações e distinções entre elas ao explorar histórias escritas e performadas, através da *spoken word*, por mulheres, portuguesas, brasileiras, africanas, afrodescendentes e Roma, a partir dos seus lugares de fala, emergindo como “interrupção poética”. Resistem a narrativas históricas hegemónicas sobre o passado, refletem sobre a condição da mulher no presente e colocam em perspetiva a construção de uma modernidade, fundada no sistema-mundial capitalista, cuja expressão mais contemporânea assume um matiz neoliberal, patriarcal e neocolonial.⁴ Visibilizam o que a memória oficial rasurou, oferecendo-se o trabalho poético-literário como ato decolonial e, consequentemente, reparador.

A investigação do *WomenLit* divide-se em três linhas de investigação paralelas que respeitam as diferentes áreas geográficas: Portugal, Brasil e países africanos de expressão oficial portuguesa, estando alocadas a cada uma delas as diferentes investigadoras. Estas três linhas têm o objetivo de explorar a escrita das mulheres nos espaços geográficos em que se produzem enquanto construções discursivas, identificando as especificidades e diferenças da construção da voz e da escrita enquanto sujeito, proporcionadas pelos contextos nacionais, para discuti-las num espaço macro, como comunidade de mulheres imaginada, *excêntrica* e heterogénea, inserida no Atlântico luso-afro-brasileiro pós-colonial. É de salientar estudos como o já mencionado, organizado por Inocência Mata e Laura Padilha, *A Mulher em África* (2007), *Sexual/Textual Empires: Gender and Marginality in Lusophone African Literature*, organizados por Hilary Owen e Phillip Rothwell ou *Gender, Empire, and Postcolony* (2014), organizados por Anna Klobucka e Hilary Owen que, centrando-se em obras escritas por mulheres, dizem sobretudo respeito ao período das independências e pouco depois.

Descrevem-se a seguir as diferentes condições históricas, sociais e culturais das várias áreas geográficas que ocupam o projeto *WomenLit*. O projeto não pode nem pretende ser exaustivo do número de mulheres que escrevem nos diferentes espaços. A equipa identifica um número de autoras cujas obras e produção considera ser relevante para um projeto com estas características e em face dos

4 Não sendo um conceito criado por Maria Irene Ramalho de Sousa Santos (foi-o também utilizado por Stuart Hall, no âmbito dos estudos culturais), utiliza-se a expressão “interrupção poética” explorado por esta autora em *Interrupção Poética: um conceito pessoano para a lírica moderna* (*Veredas*, no.2, 2000) que se aplica quando: “a poesia irrompe da tensão mutuamente interruptiva entre aquilo a que chamamos o poético e aquilo a que chamamos o político. Pelo “político-que-interrompe” entenda-se aqui a estrutura naturalizada da sociedade ocidental que dá forma às vidas das pessoas e as condiciona, e, ao mesmo tempo, o modo como as pessoas são levadas a perceber e a experienciar a sociedade, e não a capacidade de intervir na sociedade e de a transformar e melhorar” (pp.237-238).

conceitos analisados: memórias, periferias e resistências. Por isso, existem autoras centrais, enquanto outras, com produção mais antiga, constituirão referências a partir das quais se podem estabelecer linhas de (des)continuidade em torno de diversas formas de resistência face a diferentes contextos de marginalidade.

2.1. Literatura de mulheres em Portugal

É objetivo evidenciar a diversidade de vozes que compõem a literatura portuguesa contemporânea, particularmente a partir da segunda década de 2000, e que vai muito para além do a que se encontra representada numa escolha de vozes de escritoras consagradas na literatura portuguesa. Muitas são autoras cuja escrita reflete não só a complexa herança do legado colonial português no século XXI como participa numa discussão mais alargada que desafia as narrativas de memória coletiva hegemónica, e também os vários matizes da história da exclusão e segregação de género, em que também se cruzam as discriminações étnico-raciais e culturais. Por isso mesmo, a equipa dedica particular atenção às autoras cujas obras fazem parte da emergente literatura portuguesa afrodescendente. Esta tem contribuído para dotar a discussão sobre Portugal pós-colonial no espaço público de uma polifonia até então ausente, desestabilizando perspetivas hegemónicas sobre o passado colonial. Sheila Khan (2015, p. 18) defende em *Portugal a Lápis de Cor*, os tempos pós-coloniais são os tempos em que devemos escutar as outras vozes - vozes de mulheres - com as suas narrativas e conhecimentos, que legitimamente compõem o puzzle histórico de Portugal pós-colonial. Entenda-se por estas vozes de mulheres, as vozes do sul global e ex-imperial, que têm sido silenciadas, e desvalorizadas. A partir do início do novo milénio, o número de narrativas de ficção escritas por autoras portuguesas afrodescendentes, tais como Yara Monteiro e Djaimilia Pereira de Almeida, Luísa Semedo, Telma Tvon ou Patrícia Moreira, que pensam a condição pós-colonial, tem aumentado lenta, mas paulatinamente. O facto de *Esse Cabelo* e, particularmente, *Luanda, Lisboa, Paraíso* de Djaimilia Pereira de Almeida (2015, 2018), terem sido obras premiadas variadas vezes é a face mais visível de um reconhecimento crescente desta literatura fundamental para que outras vozes se expressem e se façam ouvir

Depois de 1974, a literatura portuguesa contribuiu essencialmente para uma reflexão sobre a experiência do colonizador, a queda do império português e as suas consequências traumáticas sentidas num país que foi forçado a reajustar-se à sua dimensão real. Contudo, nestas reflexões, a experiência das minorias africanas foi pouco abordada, raramente representada e nunca em

nome próprio. A memória traumática dos povos colonizados foi deixada na sombra durante todos estes anos.

A multiculturalidade decorrente dos tempos pós-coloniais tem servido sobretudo como chavão para a promoção turística e económica do país. A promoção de uma modernidade fundada na multiculturalidade revela-se frágil quando a tensão social, resultante da coexistência de diversas identidades étnico-culturais, reforça o seu desajustamento perante a realidade do país pós-colonial, desvelando até que ponto o passado colonial permanece fantasmagoricamente. No entanto, tem estado muito pouco presente numa reflexão atual com o objetivo de repensar a (in)visibilidade e integração de memórias proporcionadas pelas novas vozes, herdeiras do império colonial, que coloque, por exemplo e no caso da literatura, em perspetiva os efeitos de um corpus literário construído em torno de um imaginário geográfico que tem Portugal como o centro deste mapa. Afrodescendência implica sentimentos de pertença numa condição que torna os indivíduos, nas palavras de Inocência Mata (2006, p. 289), “estranhos, porém em permanência”.

E se os povos africanos são a referência mais óbvia na história do colonialismo português (e europeu), o povo Roma (cigano) são a referência que tem teimado em permanecer na obscuridade, apesar de séculos marcados por éditos régios de expulsão, deportações, marginalização social e silêncio sobre a sua presença em Portugal. Por isso, o projeto *WomenLit* inclui no seu corpus Olga Mariano para poder expandir as reflexões de uma escrita herdeira de uma história mais ampla de segregações, parte de um legado comum de violência histórica, na qual, como escreveu metaforicamente esta autora, as mulheres se assumem guardiãs dos valores comunitários e culturais: “ Nós mulheres ciganas herdamos das nossas mães e avós, num testamento repetido e dinâmico, um castelo de missões, ao qual eu me vinculo” (Vasconcelos, Cunha & Mariano, 2017, p. 4).

O corpus de mulheres autoras inclui narrativa e poesia escritas por mulheres autoras portuguesas sobre as quais não pende a racialização, mas cuja escrita reflete não só a condição de género, mas - muito particularmente - a escrita de empatia e compaixão, como são os casos de Alexandra Lucas Coelho ou de Hélia Correia, que têm frequentemente inscrito o reconhecimento dos seus lugares de privilégio enquanto autoras brancas, portuguesas e europeias, não obstante a problematização do lugar social, literário e artístico da mulher. São textos de hospitalidade incondicional perante o Outro, sobre o qual pende o perigo da desumanização, no sentido que J. Derrida lhe deu: “A hospitalidade absoluta exige que eu abra a minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro [...], mas ao outro absoluto, desconhecido, anónimo, que eu lhe *ceda Lugar*, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a

ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome” (Derrida, 2003, pp. 23-25). As narrativas de Correia, nomeadamente em *Um Bailarino na Batalha* (2018), e, particularmente, nas várias narrativas de Coelho - de uma forma muito evidente, embora não exclusivamente, nas suas narrativas de viagem - constroem espaços narrativos que expõem a forma como o Ocidente se construiu historicamente a partir da generalização da experiência masculinizada, branca e eurocêntrica, que oferece um espaço colonial de hospitalidade condicionada ao não ocidental e à mulher, remetidos para o lugar do Outro na história em que o homem branco europeu é o único sujeito. Também repensam o cânone literário e o facto de, nele, a mulher ser frequentemente mais representada do que representante, como em *O Meu amante de Domingo* de Alexandra Lucas Coelho, em muitos aspetos, uma obra com vários excessos na esteira de *Novas Cartas Portuguesas*, em que, como observou Maria de Lourdes Pintassilgo no prefácio que escreveu a esta obra, “acontece o excesso de serem mulheres a quebrar os limites, a inverter a situação sujeito/objecto universalmente adquirida (...) as autoras matam de facto alguém: matam o fantasma do homem-senhor que paira no horizonte afetivo das mulheres” (Barreno, Horta e Costa, 2019, p.XXVIII). Se as obras referidas exploram questões que relacionam género e marginalidade (e excentricidade), *Deus-dará* (2016, 2022) é a obra ficcional que explora magistralmente o legado histórico do Atlântico luso-afro-brasileiro colonial a partir da história do Rio de Janeiro sob uma perspetiva profundamente interseccional de género e raça e cuja data de publicação coincide - quando não antecede mesmo - com a publicação da maioria das obras de autoras portuguesas afrodescendentes e muitas ações ativistas que visibilizam as vozes afrodescendentes e não brancas no espaço público português.

Por último, e não menos importante, o projeto *WomenLit* explora a visibilização do pensamento diaspórico ameríndio, em Portugal, que enfrenta as fantasias que persistem no imaginário imperial português contemporâneo que silencia(ra)m as memórias dos povos originários no que é hoje o Brasil. É o caso da publicação recente de narrativas e poemas de Ellen Lima e de Samara Ribeiro, duas escritoras brasileiras indígenas imigradas em Portugal, que são a face visível de uma escrita decolonial que enfrenta esses fantasmas e as fantasias. É de salientar que, não tendo iniciado o seu percurso em Portugal, é neste país, e na condição de imigrantes brasileiras, que as duas autoras intensificam os seus esforços de escrita. É a escrita de quem “habita a fronteira, sente na fronteira e pensa na fronteira” e experiencia o deslocamento e a (des)pertença (Mignolo, 2017, p. 19), parte de uma praxis decolonial necessária para enfrentar os assombramentos que

persistem no imaginário português contemporâneo. Colocam em prática a desobediência epistémica que se encontra igualmente no centro da literatura indígena em língua portuguesa publicada no Brasil. A escrita decolonial destas autoras cruza-se, em vários aspetos que dizem respeito ao “sentimento de fronteira”, com a escrita das autoras portuguesas afrodescendentes.

2.2. Literatura de mulheres no Brasil

Estudar a literatura de autoria de mulheres brasileiras negras e indígenas requer uma preocupação que é simultaneamente um compromisso: ter em consideração as polémicas conceptuais que envolvem as designações destas literaturas. O principal objetivo é, de facto, colocar em relevo o que realmente importa, ou seja, autorias e literaturas, no sentido de saber o que interessa às mulheres negras e indígenas quando se expressam e promovem a sua escrita. A perspetiva de género por si só não é suficiente para dar conta do racismo estrutural que as mulheres periféricas no Brasil enfrentam. A metodologia exige, por conseguinte, que se adote uma perspetiva interseccional sobre estas questões, avançando sobre a diversidade epistemológica que abriga as designações literatura negra ou afro-brasileira e literatura indígena e sobre as experiências de autoria que elas expressam. Estando estas mulheres à margem da formação e dos processos de consagração da literatura nacional brasileira, o projeto *WomenLit* pretende explorar o que a prática literária significa na contemporaneidade e quais as estratégias de resistência à rasura que elas utilizam a partir das múltiplas periferias (sociais, urbanas, literárias) em que se encontram. Por outro lado, explorar as várias intersecções possíveis - temáticas, experiências e condições de publicação - quando são colocadas em perspetiva com as autorias das restantes áreas geográficas que compreendem o Atlântico Luso-Afro-Brasileiro.

No caso específico da autoria negra, observa-se que, no momento histórico da idealização da literatura brasileira no século XIX, ela não foi incluída porque, inicialmente, a matriz literária era colonial e escravocrata e, num segundo momento, com a formação de um nacionalismo mestiço que promovia a unificação racial assente no embranquecimento da população, não interessava vincar as profundas exclusões e diferenças que marcavam esse nacionalismo. A literatura de autoria negra teve o seu marco fundador durante as lutas abolicionistas do século XIX, sendo Maria Firmina dos Reis a sua principal precursora, reconhecida pela historiografia literária somente na segunda metade do século XX. O abolicionismo na escrita de Reis (como também na escrita do seu contemporâneo, Luís Gama) era

não apenas a expressão da sua consciência individual, mas também o reflexo da formação do ideário que perpassava o pensamento antiescravista e anticolonial mais abrangente e que, apesar da confluência de lutas na época, marcou, sobretudo, a existência de duas matrizes para o abolicionismo: o abolicionismo branco, defendido pelos intelectuais provenientes das elites, e o abolicionismo negro, surgido das lutas dos escravizados. O abolicionismo branco, com as suas reconhecidas limitações jurídicas e civis impostas à população afrodescendente, prevaleceu sobre as lutas negras; a abolição como vitória das lutas negras ameaçava o ideário da nação mestiça e una. Conforme explica Eduardo de Assis Duarte,

A conformação teórica da literatura «negra», «afro-brasileira» ou «afrodescendente» passa, necessariamente, pelo abalo da noção de uma identidade nacional una e coesa. E, também, pela descrença na infalibilidade dos critérios de consagração crítica, presentes nos manuais que nos guiam pela história das letras aqui produzidas. Da mesma forma como constatamos não viver no país da harmonia e da cordialidade, construídas sob o manto da pátria amada mãe gentil, percebemos, ao percorrer os caminhos da nossa historiografia literária, a existência de vazios e omissões que apontam para a recusa de muitas vozes, hoje esquecidas ou desqualificadas, quase todas oriundas das margens do tecido social. (Duarte, 2020, p. 73)

A influência de Carolina Maria de Jesus, autora de *Quarto de Despejo*, publicado em 1960 e traduzido para treze línguas, foi decisiva para as mulheres negras na segunda metade do século XX, nomeadamente para Conceição Evaristo que publica o seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, apenas em 2003. É Evaristo quem cria o conceito de literatura de *escrevivência*, uma escrita atravessada pela memória e experiências de vida, conceito que é bastante importante para a análise da escrita das várias autoras não brancas analisadas no *WomenLit*:

Na verdade, quando eu penso em *escrevivência*, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a *escrevivência*, não, a *escrevivência* é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a *escrevivência*. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande. (Santana & Zapparoli, 2020)

No século XXI, a escrevivência de Evaristo estimula a produção de escrita das mulheres negras periféricas e de uma profusão de obras publicadas, a grande maioria em coletâneas de editoras pequenas e especializadas na divulgação desta autoria.

Um marco fundamental para este fenómeno da escrita de mulheres foi também a constituição do grupo Mulherio das Letras, surgido em 2017, a partir de uma página do Facebook, e que conta hoje com a participação de mais de sete mil mulheres, escritoras, ativistas e editoras, participantes em coletivos por todo o Brasil, agregando não só mulheres negras, que contribuiu para a promoção da literatura de autoria negra. Três coletâneas literárias já foram publicadas, todas elas pela pequena Editora Venas Abiertas, idealizada pela editora, e também escritora, Karine Bassi. Deste modo, o *WomenLit* explora este fenómeno contemporâneo que conecta a literatura ao ativismo feminista periférico e que combina vivências e resistências às escritas, editoras e formas de divulgação para preparar um diagnóstico analítico do impacto conceitual e epistemológico da atual literatura das mulheres negras e periféricas.

A literatura de autoria indígena (Thiél, 2006; Graúna, 2004; Dorrico e Danner, 2020)⁵ ganhou visibilidade na segunda metade do século XX, alargando o espectro de resistência à margem do conceito de literatura nacional. Para Julie Dorrico, escritora Macuxi, a visão de mundo dos colonizadores enforma a perspectiva da tradição literária brasileira, sobretudo a modernista a partir de Mário de Andrade:

A confusão de povos e localização geográfica foi um método adotado por Mário de Andrade no século XX, fato que, ao invés de aproximar a sociedade literária dos povos produtores de conhecimento intelectual coletivo, consolidou imagens desumanizantes e ergueu barreiras ainda mais altas e marginalizantes. A confusão contemporânea de povos indígenas, de troncos linguísticos e geografia recrudescer a prática homogeneizadora de que todos os povos são iguais e devem ser balizados pela política nacional de forma assimétrica. Tal postura simbólica e produtora de conhecimentos dominante fragiliza a luta por direitos étnicos à terra, à cultura e aos

5 Julie Dorrico, Leno Francisco Danner e Fernando Danner (2020) traçam um panorama atual da literatura indígena, termo que, defendem, já tem um uso consolidado na abordagem crítica dos textos de autoria indígena coletiva e individual. De acordo com estes autores, a literatura indígena no Brasil conta com cerca de 50 autores individuais que se autodenominam indígenas, centenas de obras publicadas, crescente fortuna crítica, grupos de estudo nas universidades, prêmios literários próprios e traduções. A Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino, ampliou o interesse das editoras por livros de autoria indígena classificados como literatura infantil e juvenil, mas as obras indígenas têm ultrapassado esse nicho.

modos de vida nativos, pois, em vez de mostrar a riqueza de valores — que o mundo de certa forma hoje se mobiliza para apoiar com a pauta em comum da ecologia —, enfatiza valores que fazem a sociedade desconfiar da possível aproximação aos povos originários. (Dorrigo, 2022, p.128)

O conceito de literatura indígena, que se fixa à margem do conceito de literatura brasileira, visa quebrar tanto o estereótipo como o essencialismo atávico que a tradição literária brasileira estabeleceu ao longo de dois séculos, como defende Daniel Munduruku:

Nossos escritos são literaturas, sim. E são indígenas, sim. Não há motivo para negar isso e menos ainda para partilhar com os escritores não indígenas o merecimento que nosso esforço tem conseguido em tão pouco tempo. Dizer que o que escrevemos é “apenas” literatura brasileira, é dividir com todos aqueles que escreveram, escrevem e escreverão coisas mediócras a respeito de nossa gente, um status que não foi construído por eles. Nossa literatura é indígena para que não se venha repetir que “somos os índios que deram certo”. (Munduruku, *apud* Tettamanzy, 2020, p. 334)

Esse movimento pela literatura brasileira indígena teve, em 1989, um momento que se pode considerar inaugural para a literatura das mulheres indígenas em particular quando o Grupo Mulher – Educação Indígena (GRUMIN), vinculado ao movimento indígena, lançou a cartilha *A terra é a mãe do índio: Nhãndecy*, assinada por Eliane Potiguara e escrita em português. Esta cartilha foi distribuída pelas comunidades indígenas de todo o país.

Várias escritoras, entre as quais se destacam Graça Graúna, Eliane Potiguara e Julie Dorrigo, enquadram a escrita num projeto mais alargado de preservação da memória, da subjetividade, da consciência coletiva e das identidades indígenas. A obra *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), de Potiguara, é pioneira neste sentido, abordando os impactos das diásporas indígenas e as perdas culturais e subjetivas que elas produziram juntamente com as territoriais. Por outro lado, para Graúna (2013, p. 15), “A literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização”. Rita Olivieri-Godet (2020, p.161) argumenta que a emergência das vozes indígenas na literatura, em conjunto com as afro-brasileiras, significa a “eclosão da estratégia da memória longa destinada a legitimar seus lugares enquanto povos fundadores e atores da história da nação e do continente americano”. É exatamente este aspeto que une as vozes brasileiras indígenas publicadas no Brasil

e em Portugal e que o *WomenLit* pretende explorar: a inscrição da densidade da *memória longa* da colonialidade no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro e que imprime desconforto a um imaginário colonial e imperial eurocêntrico cujos contornos se desenham na relação entre Portugal e as colônias africanas depois da independência do Brasil, no século XIX. Esta *memória longa* encontra-se presente na poesia de Ellen Lima ou de Samara Ribeiro, autoras brasileiras de origem indígena que se encontram a publicar em Portugal; assinale-se que esta memória está também presente no romance *Deus-dará* de Alexandra Lucas Coelho, publicado antes de Lima e de Ribeiro se iniciarem na escrita. Enquanto o romance de Coelho levanta a questão da responsabilidade portuguesa pelo legado histórico colonial, a escrita de Lima e de Ribeiro representa vozes e subjetividades que foram e têm sido rasuradas da memória coletiva no Atlântico Luso-Afro-Brasileiro.

Em síntese, o projeto *WomenLit* visa mapear e perceber a consolidação da literatura negra e indígena escrita por mulheres a partir desses marcos históricos, focalizando sobretudo o panorama atual em que essa autoria começa a deixar a invisibilidade através dos mais diversos projetos editoriais, demarcados esteticamente através da referência negra e indígena de pertença das autoras. A equipa, que conta com uma investigadora doutorada contratada para este efeito, propõe-se a identificar essa diversidade étnica das vozes da resistência indígena bem como conhecer e analisar a literatura indígena produzida nas aldeias e no meio urbano.⁶

2.3. Literatura de mulheres nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Algumas das autoras africanas que se analisam neste projeto iniciaram a sua produção literária nos últimos anos do período colonial português e muitas continuaram ou começaram a escrever depois das várias independências, conquistadas em 1975, em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. As várias obras das mulheres que integram o corpus deste projeto,

6 Na literatura indígena produzida nas aldeias encontram-se, por exemplo, o projeto “Uma experiência de autoria dos índios do Acre”, da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), que publicou 13 títulos de dez diferentes etnias entre 1983 e 1996; a já citada coleção “Narradores indígenas do Rio Negro” da FOIRN, que publicou *Antes o mundo não existia* e conta com outros oito títulos de etnias do noroeste amazônico; e o projeto “Literaterra”, da UFMG, com dezenas de publicações de povos de Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amazonas e Acre. O nome desse último projeto, de acordo com Maria Inês de Almeida (2009, p.24), vem da ideia de que “A grande diferença entre a escrita ‘ocidental’ e a escrita dos índios é que, para estes, o corpo da escrita, o corpo nosso, e o corpo da terra, se integram, multiplicadamente” (Almeida, 2009, p.24).

não constituindo uma lista completa de todas as autoras que se encontram ativas nestes contextos, representam a relevância da análise de uma escrita que dá conta dos diferentes processos de violência e resistência a que se encontram sujeitas estas mulheres africanas. Entre eles, destacam-se vários aspetos de subalternidade política e social, assim como as experiências vividas durante a colonização portuguesa. Ter-se-á em conta os modos como as consequências deste passado se manifestam no dia-a-dia das mulheres destes países e o potencial de ação e reação a estes legados que a literatura exprime. A seleção de obras e autoras reflete ainda uma escrita que se configura como resistência a identidades nacionais pós-coloniais que foram predominantemente construídas em torno das vivências dos homens e de visões marcadas pelo patriarcado.

Durante o período colonial, a preservação da memória e da tradição foi crucial para a formação das literaturas africanas de língua portuguesa. A tradição oral é fundamental para a preservação da memória. A escrita da resistência contribuiu para a construção das nações africanas emergentes e o conflito em torno de um olhar masculino mistificado e em função de uma colonialidade dos saberes e dos poderes. No contexto da repressão colonial, as escritoras foram relegadas ao estatuto de precursoras da escrita nacionalista masculina. Um exemplo é Noémia de Sousa que assinou as suas iniciais para esconder o seu género. A escrita das mulheres dá conta das continuidades sociais e culturais após as independências, como mostra Conceição Lima, cujas obras dão conta da violência colonial como um espectro nas narrativas de memórias são-tomenses; ou em Dina Salústio, Vera Tavares, Ngonguita Diogo, Dya Kasembe, Helena Neves Abrahamsson, Paulina Chiziane ou Lica Sebastião, cujas obras representam sociedades patriarcais em Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Algumas destas autoras africanas que escrevem em português são menos conhecidas em Portugal, por exemplo, contribuindo o projeto para divulgar as suas obras e, sobretudo, mostrar a diversidade que efetivamente existe para além dos poucos nomes conhecidos e vários deles premiados.

Considerações finais

Ao centrar-se na literatura escrita por mulheres, o projeto *WomenLit* assenta em duas abordagens metodológicas fundamentais: se por um lado, irá explorar o seu trabalho poético-literário, por outro lado, servirá como plataforma para ouvi-las e visibilizar as suas palavras no espaço público. Assim, para além da publicação de artigos e capítulos em revistas e publicações especializadas e da apresentação de

comunicações em conferências, e congressos, o projeto tem planeado - estando já em fase final de implementação - um website, onde disponibilizará os dados biobibliográficos e excertos de obras das várias autoras em análise. Para além do website, foi lançado, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o podcast *Todas as Vozes - Conversas com Mulheres do Atlântico Afro-Luso-Brasileiro*, com conversas conduzidas pelos diferentes investigadores não só com as diversas autoras, mas também com outras investigadoras que estudam literatura escrita por mulheres ou que se encontram envolvidas em projetos sociais e académicos que envolvem outras mulheres e nos quais a literatura é uma componente importante de resistência social. Ao contrário do que se possa presumir, o nome do podcast não tem nenhum erro: ao preferir a designação Afro-Luso-Brasileiro - em vez do Luso-Afro-Brasileiro que se encontra no nome do projeto - mostra o tanto que as designações que colocam os três termos em justaposição se podem reagrupar continuamente sem que isso implique o domínio de um termo sobre o outro; tal não seria possível, por exemplo, com a designação “lusófono”. Os episódios deste podcast serão carregados nas plataformas (Anchor, Spotify, Google Podcasts, Anchor Music, MixCloud e Stitcher) quinzenalmente.

Para além disso, foi planeado um documentário com uma seleção de entre 10 e 12 autoras escolhidas entre os diferentes países, cujas entrevistas serão gravadas localmente. Duas palavras são fundamentais para este documentário, como, de resto, para todo o projeto: diversidade e densidade. Por um lado, o documentário procurará mostrar a diversidade de vozes de mulheres, avessa à generalização, e atenta também aos circuitos de visibilidade e de circulação; por outro lado, procurará mostrar a densidade das subjetividades, igualmente contrária à homogeneização. Podcast e documentário são espaços de fala e de escuta privilegiados, cujo acesso se pretende que seja o mais amplo possível para que se divulguem as diferentes escritas nos diferentes países deste mapa geográfico desenhado.

A publicação final, sintetizadora de todo o trabalho desenvolvido durante o projeto *WomenLit*, e que reúne os contributos dos membros da equipa, procura deixar em evidência o que, na verdade, surge como fundamental neste projeto: a diversidade de vozes de mulheres no macro espaço do Atlântico luso-afro-brasileiro e micro espaço dos vários países desta área, o seu trabalho, enquanto ato contínuo de resistência literária e enquanto autoras da literatura-mundial que reflete as desigualdades prevaletentes no sistema-mundial, e a inscrição das suas (pós-) memórias, parte das suas escrevivências que desestabilizam e descolonizam as narrativas hegemónicas de memória(s) coletiva(s) no Atlântico luso-afro-brasileiro, abrindo a possibilidade para que a sua escrita se torne, efetivamente, num ato reparador de subjetividades rasuradas.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de. (2000). *O trato dos viventes - Formação do Brasil no Atlântico Sul, Séculos XVI e XVI*. Companhia das Letras.
- ALMEIDA, I. de (2009). *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Editora UFMG.
- ANDERSON, B. (2006). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso [1983].
- AMARAL, A. L. do (2003). O Meu Ofício é a Circunferência: Des-sexualizar o Poético? *Ex-Aequo*, 9, APEM, 9-35.
- BARRENO, M. I., Horta, M.T. e Costa, M.V. da. (2019) [1972]. *Novas Cartas Portuguesas*. A. L. Amaral (Org.). D. Quixote.
- CAHEN, M. (2013). 'Portugal is in the Sky': Conceptual Considerations on Communities, Lusitanity, and Lusophony. In E. Morier-Genoud & M. Cahen (Orgs), *Imperial Migrations: Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*. (pp. 297-315). Migration, Diasporas and Citizenship Series. Palgrave Macmillan.
- DAMROSH, D. (2003). *What Is World Literature?* Princeton University Press.
- DERRIDA, J. (2003). *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*. Trad. Antonio Romane; Rev. Tec. Paulo Ottoni. Escuta.
- DORRICO, J. (2022). A fortuna crítica (da exclusão): Makunaimi na literatura indígena contemporânea. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 14, 112-131.
- DORRICO, J.; Danner, F. & Danner, L. F. (Orgs.) (2020). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Editora Fi.
- DUARTE, E. de A. (2020). Literatura e afro-descendência. In E. A. Pereira (Org.). *Um tigre na floresta de signos, Estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil* (pp.73-85). Mazza.
- GRAÜNA, G. (2013). *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Mazza.
- HIRSCH, M. (2012). *The Generation of Postmemory: Writing and visual culture after the Holocaust*. Columbia University Press.
- JAMESON, F. (2002). *A Singular Modernity: Essay on the Ontology of the Present*. Verso.
- KHAN, S. (2015). *Portugal a lápis de cor. A sul de uma pós-colonialidade*. Almedina.
- KLOBUCKA, A. & Owen, H. (Eds). (2014). *Gender, Empire, and Postcolony: Luso-Afro-Brazilian Intersections*. Palgrave Macmillan.
- LUGARINHO, M. C., de Medeiros, P. e Santos, E. R. dos. (2021). A literatura-mundial e o sistema-mundial moderno. *Via Atlântica*, 1(40). São Paulo, Programa de Pós-Graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 7-12.
- MAGALHÃES, I. A. de. (1995). *O Sexo dos Textos e Outras Leituras*. Editorial Caminho.
- MATA, I. & Padilha, L. C. (2007). *A Mulher em África: Vozes de Uma Margem sempre Presente*. Edições Colibri.

- MATA, I. (2006). Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade. In: M. R. Sanches (Org.), *“Portugal não é um País Pequeno” - contar o ‘império’ na pós-colonialidade* (pp.285-315). Livros Cotovia.
- MEDEIROS, P. de (2021). Dialéctica da periferia: formas de resistência na literatura-mundial. In: *Via Atlântica*, 1(40). São Paulo, Programa de Pós-Graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 215-260.
- MIGNOLO, W. (2017). Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, 1(1), 12-32.
- OLIVIERI-GODET, R. (2020). A emergência de autores ameríndios na literatura brasileira. In J. Dorrico, F. Danner & L. F. Danner (Orgs.), *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo* (pp. 133-168). Editora Fi. Disponível em https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_68ccdefa44724e7aaf3feacd956ecb11.pdf.
- OWEN, H. & Rothwell, P. (2004). *Sexual/Textual Empires: Gender and Marginality in Lusophone African Literature*. Bristol University Press.
- POTIGUARA, E. (2004). *Metade Cara, Metade Máscara*. Global Editora.
- ROTHBERG, M. (2009). *Multidirectional memory: Remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford University Press.
- SANTANA, T. & Zapparoli, A. (2020) Conceição Evaristo - A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. *Itaú Social*. 09 novembro. Disponível em <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/> Acesso em: 06 setembro 2022.
- SANTOS, M. I. S. & Amaral, A. L. (1997). Sobre a ‘Escrita Feminina’. *Oficina nº 90, Oficina do CES*, Centro de Estudos Sociais, 1997. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/90.pdf>.
- SOUSA, V. (2017). *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia*. Edições Húmus/CECS.
- TETTAMANZY, A. L. & Lopes, N. L. (2020). As ideias a partir do lugar, ou como as criações indígenas pacificam o Antropoceno. In J. Dorrico, F. Danner & L. F. Danner (Orgs.) *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo* (pp. 325-349). Editora Fi.
- THIEL, J. (2006). *Pele Silenciosa, Pele Sonora. A Literatura Indígena em Destaque*. Editora Autêntica.
- VASCONCELOS, M., Cunha, J.R. & Mariano, O. (2017). *Mulheres Romani (ciganas): Rostos e Identidades*. AMSK/Brasil.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Academic Press.
- WREC (Warwick Research Collective). (2015). *Combined and Uneven Development: Towards a New Theory of World-Literature*. Liverpool University Press.
- WOOLF, V. (2005). *Um Quarto Só para Si*. Relógio d’Água Editores.

Formação de professores e a diversidade linguístico-cultural da sala de aula: novo cenário

Teacher education and linguistic-cultural diversity in the classroom: a new scenario

MARIA APARECIDA CALTABIANO

Resumo: São Paulo, Brasil, sempre foi considerada uma cidade de imigrantes, entretanto, até há algum tempo, era reduzido o número de alunos de diferentes nacionalidades nas escolas públicas de educação básica. Mais recentemente, na última década, esse novo cenário de diversidade étnica de estudantes tem mostrado ser um desafio para os professores. Por outro lado, pelo papel que o inglês passou a ter como língua de comunicação internacional, houve um aumento de escolas particulares bilíngues ou com oferta de programas bilíngues. Essas mudanças nos levaram a questionar como os professores estão sendo preparados para atuar nessa nova sala de aula.

Palavras-chave: formação de professores; diversidade linguística e cultural; contextos multilíngues; alunos imigrantes; escolas públicas.

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Abstract: São Paulo, in Brazil, is a state capital with a great number of immigrants, but not long ago, it was rare to find immigrant students in public schools. More recently, in the last decade, this new scenario, the ethnic diversity of their students, has proven to be a challenge for teachers. On the other hand, due to the role of English as an international language, there has been an increase in the number of bilingual private schools. These changes led us to question how teachers are being prepared to work in this new classroom.

Keywords: teacher education; linguistic and cultural diversity; multilingual contexts; immigrant students; public schools.

1. Introdução

São Paulo sempre foi conhecida como uma cidade de imigrantes e, como se sabe, há bairros onde a concentração de moradores de determinadas nacionalidades é maior; eles se estabeleceram inicialmente em algumas regiões, cujas características foram sendo alteradas ao longo dos anos: são italianos, japoneses, árabes, coreanos, chineses, bolivianos, haitianos, venezuelanos... Mesmo com a diversidade linguística e cultural fazendo parte da cidade, até certa época, há duas décadas, eram relativamente poucos os alunos em escolas públicas, que chamavam a atenção por serem imigrantes e não falarem o português. Na atualidade, dependendo do bairro, eles são muitos e de diferentes nacionalidades e muitos à procura de aprender, aperfeiçoar a língua portuguesa e frequentar as instituições escolares. Por outro lado, escolas particulares bilíngues na cidade de São Paulo sempre existiram, dentre algumas das mais antigas e tradicionais, lembramos as de alemão (Colégio Visconde de Porto Seguro¹), italiano (Dante Alighieri²), francês (Lycée Pasteur³), espanhol (Miguel de Cervantes⁴), inglês (St Paul's School⁵). Nos dias de hoje, há muitos outros colégios, considerados referências no ensino, que oferecem currículo bilíngue com foco no inglês, devido ao papel que a língua inglesa passou a ter como língua franca de comunicação global, embora outras línguas, como hebraico, japonês, coreano, chinês, além das já citadas, também sejam objeto de estudo em instituições escolares voltadas para determinadas culturas.

1 <https://www.portoseguro.org.br/>

2 <https://www.colegiodante.com.br/>

3 <http://www.lfpasteur.com.br/>

4 <https://www.cmc.com.br/>

5 <https://www.stpauls.br/>

Se até certa época, os cursos de formação de professores de línguas, incluindo os da nossa universidade, apenas contemplavam a questão da diversidade linguística e cultural como um dos temas de suas disciplinas, no momento presente, somente essa abordagem não é mais suficiente. Diversidade linguística e cultural sempre existiram, os alunos trazem para a escola características da sua região, da família, do seu meio social, que os tornam únicos, pela sua fala, pelas suas atitudes, necessidades e interesses. Um elemento novo foi acrescentado, eles vêm agora não somente de contextos socioculturais e regiões, mas de países diferentes.

Levando em consideração os desafios a serem enfrentados nesse novo contexto de sala de aula, a necessidade de mais discussão sobre esses temas e a formação do futuro profissional, foram propostas, tanto em inglês quanto em português, para o novo currículo⁶ do curso de Letras: Português e Inglês – Licenciatura, da nossa universidade, outras disciplinas (unidades curriculares) que têm como foco a diversidade de língua e cultura, o ensino bilíngue e contextos bi/multilíngues. Algumas delas: Língua Inglesa: Diversidade na Língua e na Cultura; Língua Portuguesa: História, Cultura, Identidade Nacional e Ensino; Tendências no Ensino de Língua Inglesa: Tecnologias e Educação Bilíngue e Ensino de Língua em Contextos Multilíngues, esta última, foco do presente trabalho. Assim, o nosso objetivo aqui é discutir a formação de professores para atuação em contextos bi/multilíngues, que se apresenta como um novo cenário de sala de aula. A pergunta que se coloca é: - Como os futuros professores estão sendo preparados para lidar com os desafios de uma nova sala de aula? O que esses professores em formação devem conhecer?

No presente trabalho, não iremos contemplar a questão do bilinguismo e educação bilíngue, que também gera muitas reflexões na atualidade, nosso foco é o aluno imigrante em escolas públicas. O artigo apresenta um panorama de alguns temas que são discutidos no curso de Letras, tendo em vista a formação do professor: inicialmente iremos rever a discussão sobre o mito do monolinguismo no Brasil, trazendo evidências de que o Brasil é um país multilíngue; em um segundo momento, o objetivo é comentar pesquisas e notícias encontradas no espaço virtual, que tematizam alunos imigrantes e na sequência, apresentaremos o que está sendo feito para preparar o discente para sua futura atuação em sala de aula, compartilhando nossa experiência com os leitores, levando-os também a refletirem sobre suas vivências.

6 O curso de Letras tem passado periodicamente por reformas e atualizações para atender às diretrizes de formação de professores tanto do Ministério da Educação quanto da própria universidade. O novo currículo Letras: Português e Inglês – Licenciatura começou a ser implementado em 2021. <https://www.pucsp.br/graduacao/letras-portugues-e-ingles-licenciatura>.

2. O Brasil é um país multilíngue!

Em seu artigo de 1999 - Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil, Cavalcanti, assim como Bagno (1999⁷) e outros, ressaltam que existe um mito de monolinguismo no país. E conforme Cavalcanti (1999):

“Esse mito é eficaz para apagar as minorias, isto é, as nações indígenas, as comunidades imigrantes e, por extensão, as majorias tratadas como minorias, ou seja, as comunidades falantes de variedades desprestigiadas do português. Em segundo lugar, uma das razões para essa estranheza pode ser decorrente de o bilinguismo estar estereotipicamente relacionado às línguas de prestígio no que se convencionou denominar bilinguismo de elite. Em terceiro lugar, esses contextos bilíngues de minorias são (tornados) invisíveis, portanto naturalizados, tanto por quem deles faz parte como pela sociedade envolvente, uma vez que as línguas faladas são de tradição oral, portanto estigmatizadas” (p.387).

Assim, como se sabe, o fato de se falar uma “única” língua em um país de grande extensão territorial como o Brasil, sempre foi motivo de “orgulho” e “vanglória” durante muito tempo, por razões variadas, incluindo políticas; havia pouca referência às línguas indígenas e africanas e à grande variedade do espanhol utilizado nas fronteiras com os países que compõem a América do Sul. E ainda, eram ignoradas e silenciadas⁸ as línguas dos muitos imigrantes que chegaram em nosso país em busca de melhores condições de vida e que estão nas raízes dos brasileiros: inicialmente italianos, japoneses, alemães, além de portugueses e espanhóis... As pesquisas sobre os falantes e suas comunidades de fala, contemplando a invisibilidade das línguas minoritárias, problemas de ensino e relações entre grupos sociais são relativamente recentes. Os estudos sobre a língua portuguesa existiam, mas contemplavam origem e formação do léxico, por exemplo, de uma perspectiva descritiva, influenciada pelas ideias da época e permanecem até hoje, de acordo com a orientação teórica adotada pelos acadêmicos.

Ao descrever o “cenário sociolinguístico brasileiro”, Cavalcanti (1999) lembra também da comunidade de surdos, referência sempre presente em orientações oficiais ao lado da comunidade indígena, quando se fala em contextos

7 Há edições mais recentes: Bagno, M. (2020). *Preconceito Linguístico* (56.^a edição. 8.^a reimpressão). Parábola Editorial.

8 Ver sobre Campanha de nacionalização na era Vargas, Estado Novo (1937-1945) e Decreto-Lei nº 406, de 04 de Maio de 1938.

bilíngues⁹. Quanto ao “bilinguismo de elite”, ainda destacado por Cavalcanti (1999), abrange principalmente as línguas inglesa e francesa, consideradas de mais “prestígio”. Claramente se vê a relação entre língua-povo e poder socioeconômico, político e cultural dos países de origem dessas línguas, incluindo também o alemão, espanhol, francês, italiano... A questão é complexa e instigante quando se analisa tal relação em contextos específicos; o alemão, por exemplo, pode ser considerado língua de prestígio se a referência é o alemão padrão, falado na Alemanha, Suíça, Áustria (mesmo em suas variedades), mas como língua minoritária no sul do Brasil, as atitudes em relação a ela são outras e muitas vezes preconceituosas, principalmente em determinada época. Tais aspectos podem ser evidenciados em trabalhos como os de Fritzen (2008), Schneider (2021) e na crônica - sempre lembrada - da escritora Rachel de Queiroz intitulada *Olhos Azuis* (1949):

“Nem parecem olhos de brasileiros aqueles olhos azuis que nos fitam as gentes de certas zonas do sul. [...] Quem anda pela chamada “zona alemã” dos estados do sul, e especialmente pelo “Vale do Itajaí”, em SC, a sensação que tem é de estar em país estrangeiro, e país estrangeiro inamistoso. E essa sensação nos é transmitida não só pela cor do cabelo e dos olhos dos habitantes, não só pelos nomes que se ostentam nas placas das lojas e dos consultórios, não só pelo estilo arquitetônico, é, antes e acima de tudo, pela fala daquela gente”.

Pesquisas como as de Fritzen (2008) ainda revelam que “os membros das línguas minoritárias, de forma geral, não se veem como sujeitos bilíngues e esse bilinguismo não é reconhecido pela sociedade majoritária” (p. 342).

Sim, podemos considerar o Brasil um país bilíngue: além da língua portuguesa, que é o idioma oficial¹⁰, Libras - Língua Brasileira de Sinais - é reconhecida por lei¹¹ como “meio legal de comunicação e expressão” no nosso país. Indo um pouco mais além, diríamos ainda que o Brasil é multilíngue, principalmente porque há outras línguas cooficiais¹² reconhecidas por municípios brasileiros. Entre elas, dos estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará, as línguas indígenas - nheengatu, terena, guarani; de municípios dos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, as línguas de imigração - pomerano,

9 Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue. Parecer CNE/CEB Nº: 2/2020.

10 Art. 13 da Constituição: A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

11 Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.

12 <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>.

talian, polonês, ucraniano. Ainda, são meios de comunicação, em solo brasileiro, as várias outras línguas, já referidas, consideradas minoritárias, por exemplo, o espanhol das fronteiras e dos grandes centros, como São Paulo, assim como o italiano, o árabe, o holandês, o japonês, línguas faladas em “colônias”, comunidades de imigrantes em determinadas regiões, mas invisibilizadas, por serem principalmente de tradição oral. Enfim, é uma questão complexa, investigada mais recentemente por vários pesquisadores, entre eles, Cavalcanti (1999; 2019), Santos & Cavalcanti (2008), Silva (2011).

3. Alunos imigrantes na pesquisa e na mídia

A questão dos imigrantes nas escolas tem sido preocupação e tema relativamente recente de estudo na área da Linguística Aplicada e Educação no Brasil, se compararmos com os Estados Unidos e países da Europa, por exemplo, que há mais tempo convivem com imigração e desafios decorrentes em todos os setores. No nosso caso, como referido, estamos tratando de alunos imigrantes em escolas públicas predominantemente na cidade de São Paulo e apresentando uma reflexão sobre a importância da formação do professor para atuar nesse novo cenário de sala de aula.

Como evidência da mudança de perfil dos alunos principalmente da rede pública, trazemos aqui os dados de uma investigação preliminar de 2018, onde esta pesquisadora, em coautoria com Macedo e Gervai¹³ examinaram como alunos imigrantes são representados pela mídia, mais especificamente, em matérias jornalísticas encontradas na internet e em publicações de órgãos oficiais, como a Secretaria da Educação. Com a palavra de busca “alunos imigrantes”, foram encontradas reportagens diversas sobre o tema, em jornais de referência no país, como O Estado de São Paulo, a Folha de S. Paulo e O Globo. Como metodologia da pesquisa, inicialmente foram feitos levantamentos para organizar um corpus e analisar as escolhas léxico-gramaticais relacionadas a alunos imigrantes, na perspectiva da linguística sistêmica-funcional (Halliday and Mathiessen, 2004, 2014). Os resultados apontam, nos grupos nominais, aspectos negativos e positivos: dificuldades e desafios dos alunos, barreiras linguísticas, preconceito, programas e projetos educacionais para adaptação, acolhimento e integração. Trazemos, a seguir, uma amostra de manchetes de algumas publicações, no período de 2013

13 Trabalho não publicado. Pesquisa originalmente elaborada para apresentação oral no 45th International Systemic Functional Congress, ocorrido em Boston (EUA), em 2018.

a 2018, que indicam o teor das reportagens; observa-se que nelas são apontados vários problemas de adaptação dos alunos, inclusive a necessidade de as escolas estarem preparadas para receber os imigrantes.

Em uma das notícias de 2013, no seu título, há sinalização de providências da Secretaria da Educação pelo aumento de alunos de diversas nacionalidades nas escolas da rede pública: *Educação cria núcleo especial para alunos imigrantes da rede estadual de ensino*. De 2016, dois exemplos refletem as dificuldades das crianças com comunicação (*enfrentam barreira da língua*), a necessidade do preparo das instituições escolares para tratar da questão e o acolhimento que estava sendo feito: *Crianças imigrantes enfrentam barreira da língua e despreparo da rede de ensino*; *Escola no centro de SP vira refúgio amigável para filhos de imigrantes*. Diz uma manchete da Folha de S. Paulo, de 2017: *Onda estrangeira força adaptação de escolas da rede municipal de SP*; do jornal Estado de São Paulo, mesmo ano de 2017: *Autista, não: imigrante. Crianças em adaptação são tratadas por escolas de São Paulo como casos de saúde mental*; *Alunos combatem bullying e xenofobia*. Observa-se, assim, que predominam aspectos relacionados à “adaptação”, “acolhimento”, mas também atitudes preconceituosas (*bullying, xenofobia*) em relação aos alunos. De 2018, temos a informação que *Estudantes imigrantes aumentam 112% em oito anos nas escolas brasileiras*, confirmando texto anterior de que *Estrangeiros de 82 nacionalidades estudam em escolas municipais de São Paulo* (2017). Embora essas questões estejam sendo apontadas nos últimos dez anos, na área da educação no Brasil, elas sempre existiram e continuam, infelizmente, quando se trata de imigração, em escala maior, dependendo do local, do país e da época.

Por outro lado, do mesmo período (2013-2018), encontramos no sítio da Secretaria da Educação¹⁴, as ações que são tomadas para acolher e incluir os alunos. Com a palavra de busca “imigrantes” e “estrangeiros”, vários títulos indicam as propostas, realizações e projetos de “boas práticas”, com destaque para “acolhimento” e “integração”: *Pais e alunos estrangeiros mostram a cultura do seu país na Feira das Nações* (2016); *Cartilha orienta educadores sobre o acolhimento de estudantes imigrantes* (2017); *Folclore é fonte de alfabetização e integração de estudantes estrangeiros* (2017). *Educação lança documentos que orientam acolhimento de alunos imigrantes* (2018); *Livro de experiências retrata a realidade de crianças e adolescentes imigrantes* (2018). Revendo os dados da pesquisa de 2018, para o presente trabalho, observa-se ainda, comparando as datas das reportagens, uma certa evolução nas políticas públicas educacionais, mesmo que tardias. Se até no

14 <https://www.educacao.sp.gov.br/?s=imigrantes>.

início de 2000, pouco se sabia sobre a questão, na atualidade o tema é de grande interesse. Lembramos que o reconhecimento de Libras – Língua Brasileira de Sinais, data de 2002 e com ela, a constatação de contextos bilíngues contemplando a comunidade surda. As Diretrizes Curriculares Nacionais para oferta de Educação Plurilíngue¹⁵ chegam em 2020, quase 20 anos depois. O documento reconhece a Educação Indígena, a Educação de Surdos, a Educação em regiões de fronteiras e línguas adicionais.

Embora a pesquisa de Heberle & Morgado (2016) não tenha como foco o aluno imigrante, chamou nossa atenção a análise realizada de como as identidades dos imigrantes são representadas verbalmente e visualmente em diferentes mídias. Os resultados indicam que nas imagens, os imigrantes são apresentados em grupos e em situações vulneráveis (p. 74), um pouco diferente das imagens dos alunos imigrantes que aparecem nas reportagens referidas anteriormente, publicadas pela Secretaria da Educação: crianças uniformizadas e aparentemente brincando juntas ou sendo atendidas pela professora¹⁶. Matérias jornalísticas refletem mais problemas, preconceito, enquanto aquelas veiculadas pelas instituições escolares levam o leitor a um interpretação de acolhimento e cuidado.

Em nossa busca de mais pesquisas sobre o tema, encontramos trabalhos recentes como os de Kohatsu, Ramos & Ramos (2020) e Kohatsu & Saito (2022); no primeiro, foi feita uma investigação “em uma escola pública de São Paulo com o intuito de conhecer a experiência no acolhimento de alunos imigrantes” (p.1). No artigo de 2022, Kohatsu & Saito trazem a perspectiva de alunos sobre “xenofobia na escola pública”, principalmente voltada para bolivianos, que eram em grande número na escola foco do estudo. Em ambos os trabalhos, são apontados a importância do olhar atento da gestão escolar e dos professores ao que está acontecendo no seu ambiente de trabalho, propondo ações e projetos para integração entre os alunos “estrangeiros”, descendentes e brasileiros.

Além de projetos e ações que são sugeridas para serem realizadas com os alunos, há artigos que registram o que está sendo colocado em prática no ensino do português, como língua de acolhimento (PLAC); como exemplo, temos o estudo de Vieira (2021). Ela relata sobre “o trabalho didático-pedagógico realizado em aulas de língua portuguesa para estudantes haitianos de um Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), localizado na periferia da cidade de São Paulo” (p. 44). O imigrante adulto precisa trabalhar e é importante

15 Parecer CNE/CEB nº 2/2020, aprovado em 9 de julho de 2020 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue.

16 Educação lança documentos que orientam acolhimento de alunos imigrantes (2018): <https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-lanca-documentos-que-orientam-acolhimento-de-alunos-imigrantes/>

conhecer a língua do país, mesmo que muitos já tenham curso superior e nível de escolaridade alto, obtido no país de origem. Como relata Vieira (2021), as turmas são heterogêneas devido a esse fator, entre outros.

Várias práticas têm sido propostas na área da educação para acolher e integrar os muitos imigrantes recém-chegados. Assim, apresentamos aqui evidências de problemas e desafios relacionados ao estudante imigrante da escola pública e uma pequena amostra de ações que têm sido realizadas. Como se sabe, na última década, o número de “estrangeiros” chegando ao Brasil aumentou por motivos variados, principalmente por situações socioeconômicas e políticas, crises em todo o mundo, consequentemente, o número de crianças imigrantes na rede pública de ensino também cresceu, embora muitas vezes invisibilizadas.

Mais uma vez trazemos a voz de Cavalcanti (2019), em sua discussão sobre a migração haitiana no país; a partir da análise de notícia de jornal, ela destaca o movimento acelerado de mudança na paisagem do país e novamente chama a atenção para a necessidade de formação de professores. Diz ela:

“Na pesquisa, ora em andamento, as implicações servirão para repensar, por exemplo, a formação de profissionais da educação para esse futuro-presente, cada vez mais complexo cada vez mais mutante na paisagem espaço temporal e linguístico-comunicativa do país” (p. 17).

4. Formação do professor na prática: uma proposta em elaboração

Questões relacionadas a bilinguismo e educação bilíngue são discutidas regularmente durante o curso de Letras Licenciatura, principalmente pelo grande número de escolas bilíngues e com oferta de programas bilíngues existentes hoje na cidade de São Paulo. Entretanto, nosso foco no momento é um dos aspectos da disciplina-unidade curricular Ensino de Língua em Contextos Multilíngues, que tem como objetivos: “a) levar o aluno à percepção de diferentes contextos plurilíngues e interculturais no Brasil e o reflexo desses contextos no ensino de línguas e na prática de sala de aula; b) levar o aluno à análise de situações de bi/multilinguismo, tendo em vista o ensino, a pesquisa e sua formação profissional”¹⁷.

17 Retirado do Plano de Ensino da disciplina/Unidade curricular, versão 2021 do Projeto Pedagógico do Curso.

Na concretização desses objetivos, durante as aulas, são levados aos futuros professores, por meio de leitura e discussão de textos acadêmicos, alguns referidos aqui, os temas apresentados em item anterior: o mito do monolinguismo; a diversidade linguística e cultural que caracteriza a sociedade brasileira e fatores decorrentes, como preconceito e xenofobia; a percepção do aluno imigrante nas escolas, prioritariamente na rede pública; o ensino do português como língua de acolhimento. São conduzidas reflexões críticas sobre pesquisas e como matérias jornalísticas tratam o tema do aluno imigrante, além de orientação de propostas de investigações elaboradas pelos discentes, a partir de seus interesses. Muitas vezes há desconhecimento de aspectos que envolvem o multilinguismo, abordados em aula, a partir de pesquisas acadêmicas e reportagens em vídeos, que são ponto de partida para discussão, por exemplo: a existência de línguas cooficiais e comunidades de imigrantes, como as do sul do Brasil (Fritzen, 2008), ou representada no documentário *Walachai*,¹⁸ local onde ainda se fala o hunsrückisch, dialeto alemão; conflitos e atitudes preconceituosas presentes em determinadas regiões de fronteira, como é o caso dos brasiguaios (Colognese 2012; Santos & Cavalcanti, 2008) e da divisa Brasil – Guiana Francesa (Day, 2013) ou mesmo em comunidades asiáticas (Bueno, 2020). Conforme já exposto, muitas investigações têm sido feitas sobre o tema e é importante o aluno tomar conhecimento do que ocorre, algumas vezes até no seu entorno.

Como esta disciplina-unidade curricular, objeto do presente artigo, ocorre no mesmo semestre em que os alunos de Letras Licenciatura estão indo às escolas para observação de aulas, parte do Estágio Supervisionado, um dos itens orientadores é ter um olhar mais atento para os alunos imigrantes ou descendentes, muitas vezes invisibilizados. Há trabalhos de nossos discentes onde constam, além de revisão da literatura, dados coletados por meio de pequenas entrevistas com relatos sobre dificuldades, adaptação, integração e diferenças culturais que mais chamam a atenção, que revelam alunos surpresos com hábitos cotidianos brasileiros e que levam ambos – imigrantes e futuros professores - a considerarem o olhar do outro sobre os respectivos países e culturas. Como ilustração, lembramos um caso relatado sobre um costume brasileiro de “ida ao supermercado”. Diz o aluno da Guiana (Inglesa), residente no Brasil há 4 anos, na época: “as pessoas daqui parecem que vão com a família ao supermercado como se fosse um passeio, não para comprar o que lhes falta em casa”. As descobertas e aprendizagens, iniciando com situações simples, contribuem para mais aceitação e um olhar mais crítico sobre as diferenças culturais e seus reflexos.

18 Walachai – trailer <https://www.youtube.com/watch?v=jkwr8TJcZKE>.

O exemplo nos leva a um dos eixos organizadores para o componente Língua Inglesa propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018)¹⁹, que é o da Dimensão Intercultural. Embora não estejamos falando em ensino do inglês, é apropriado lembrar a importância desse aspecto quando se trabalha com ensino-aprendizagem de línguas, principalmente quando há mais línguas envolvidas no processo. Diz a BNCC:

“A proposição do eixo **Dimensão intercultural** nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re)construção” (BNCC, 2018).

Acreditamos que uma amostra do que tem sido feito com os alunos e o fato de estarmos sempre avaliando e revendo nossas práticas, é um grande passo para atender às necessidades dos professores em formação frente às constantes transformações do mundo em todas as áreas.

5. Considerações finais

Como referido, estamos vivendo nos últimos dez anos mais desafios na área da educação, mais especificamente, nas instituições escolares, devido à onda de imigrantes ocasionada por problemas mundiais dos mais variados, desafios que provavelmente outros países já têm enfrentado. Há alunos de diferentes nacionalidades na sala de aula, principalmente da rede pública, em determinadas regiões da cidade de São Paulo, o que nos leva às questões iniciais do presente trabalho – como os futuros professores estão sendo preparados para os “tempos de mudança”, para o atual cenário da sala de aula, que envolve diversidade linguístico-cultural, mais complexa. Assim, procuramos trazer aqui algumas reflexões sobre temas considerados relevantes para incluir nas discussões com os futuros educadores: multilinguismo, diversidade, preconceito, integração, acolhimento. Há muitos outros que podem ser contemplados, incluindo as práticas de linguagem na sala de aula tendo em vista a diversidade de alunos e os diferentes contextos, a contribuição da tecnologia para o ensino, que é também importante nos dias de hoje, entretanto, nosso foco foi destacar a importância de um olhar mais atento para aqueles que estão à nossa frente: - Quem é o meu público? A

19 A Base Nacional Comum Curricular “deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil” (2018).

metodologia proposta está adequada aos meus alunos? Como mencionado, a diversidade linguística e cultural sempre foi muito grande no nosso país, todavia, mais um fator deve ser considerado: - De onde vem o meu aluno? Ele domina mais de uma língua? Por quê? Há uma barreira linguística entre os colegas e o professor? O quanto esse aluno está inserido e tem sido acolhido na escola? Como torná-lo mais “visível”, caso necessário? São muitos os fatores a serem considerados. Por isso, é importante essa atenção e reflexão crítica, esse olhar para a formação do professor que irá assumir uma (nova) sala de aula.

Esperamos que as reflexões aqui compartilhadas, trazendo um pouco da minha vivência e do que está sendo feito em nossa instituição com formação de professores, levem o leitor a tomar conhecimento do que ocorre ou repensar o seu contexto de sala de aula, tendo em vista o profissional que está sendo formado.

Referências

- BAGNO, M. (1999). *Preconceito Linguístico: O que é, como se faz* (1ª. ed.) Edições Loyola.
- BRASIL. (2018). *Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base*. Ministério da Educação. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- BUENO, A. (2020). Imigrantes japoneses e a língua portuguesa: um caso de preconceito linguístico. *Revista de Estudos da Linguagem*, 28(1), 455-478. Doi: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.28.1.455-478>
- CALTABIANO, M. A., Macedo, C. M. M. & Gervai, S. (2018, 23-27jul) Immigrants students in public schools: analyzing news on education actions. [Paper presentation] 45th International Systemic Functional Congress 2018. Boston, Mass, USA.
- CAVALCANTI, M. C. (1999) Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 15(3), 385-417. <https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000300015>
- CAVALCANTI, M. (2019). O pós-ápice da migração haitiana no país em notícia recortada em portal de notícias: algumas notas sobre escolhas epistemológicas. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 35(1), 1-22. <https://doi.org/10.1590/1678-460X2019350101>
- COLOGNESE, S. A. (2012). Brasiguaios: uma identidade na fronteira Brasil/Paraguai. *Tempo da Ciência*, 19 (38), 145-157. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/8739/6451>
- DAY, K. C. N. (2013). Fronteiras linguísticas e fronteiras políticas: relações linguísticas e sócio-históricas na fronteira do Brasil com a Guiana francesa. *Cadernos de Letras da UFF*, 23(47). <https://doi.org/10.22409/cadlettrasuff.2013n47a320>

- FRITZEN, M. P. (2008). Ich spreche anders, aber das ist auch Deutsch: Línguas em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47(2): 341-356. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132008000200005>
- HALLIDAY, M. A. K. & Mathiessen, C. M. I. M. (2004, 2014) *An introduction to functional grammar* 4th ed. Arnold.
- HEBERLE, V. & Morgado, M. (2016) Discussing the representation of immigrants: An integrated view from SFL, CDA and Multimodality. *International Journal of Language Studies*, 10(2), 57-78. <http://www.ijls.net/pages/volume/vol10no2.html>
- KOHATSU, L. N.; Ramos, M. C. P. & Ramos, N. (2020). Educação de alunos imigrantes: a experiência de uma escola pública em São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020213834>
- KOHATSU, L. N. & Saito, G. K. (2022). Xenofobia na escola pública: A perspectiva dos estudantes do Ensino Médio. *Psicoperspectivas*, 21(1), 137-148. <https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol21-issue1-fulltext-2554>
- SANTOS, M. E. P. & Cavalcanti, M. C. (2008). Identidades híbridas, língua(gens) provisórias - alunos “brasiguaios” em foco. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47 (2): 429-446. <https://doi.org/10.1590/S0103-18132008000200010>
- SCHNEIDER, M. N. (2021). Variação e discriminação linguística no ensino e aprendizagem de línguas em comunidades bilíngues. *Calidoscópio*, 7 (1): 79-85. <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/4857>
- SILVA, S. de S. (2011). *Línguas em contato: cenários de bilinguismo no Brasil*. Pontes Editores.
- VIEIRA, D. (2021). O ensino de português para haitianos em um Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo. In R. F. de Souza, J. Coura-Sobrinho, M. B. N. P. Diniz (Orgs.). *Português como língua de acolhimento: práticas e perspectivas* (pp. 44-50). Parábola Editorial. https://www.dropbox.com/s/9t6ofnk3c7jc074/PLAC_ebook.pdf?dl=0

Sites das matérias jornalísticas (por data de publicação):

Educação cria núcleo especial para alunos imigrantes da rede estadual de ensino
<https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-cria-nucleo-especial-para-alunos-imigrantes-da-rede-estadual-de-ensino/>
19/09/2013

Crianças imigrantes enfrentam barreira da língua e despreparo da rede de ensino
<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/alem-da-barreira-da-lingua-criancas-imigrantes-enfrentam-o-despreparo-da-rede-de-ensino-7023/>
24/02/2016

Pais e alunos estrangeiros mostram a cultura do seu país na Feira das Nações

<https://www.educacao.sp.gov.br/pais-e-alunos-estrangeiros-mostram-cultura-de-seu-pais-na-feira-das-nacoes/>
17/11/2016

Escola no centro de SP vira refúgio amigável para filhos de imigrantes

<https://m.folha.uol.com.br/educacao/2016/12/1841532-escola-no-centro-de-sp-vira-refugio-amigavel-para-filhos-de-imigrantes.shtml#:~:text=Instalado%20nas%20proximidades%20de%20um,Gysegen%2C%20ligadas%20%C3%A0%20Igreja%20Cat%C3%B3lica.>
15/12/2016

Autista, não: imigrante. Crianças em adaptação são tratadas por escolas de São Paulo como casos de saúde mental

<https://www.estadao.com.br/educacao/autista-nao-imigrante/>
30/03/2017

SP tem dez mil crianças e adolescentes estrangeiros na rede pública de ensino

<https://cbn.globoradio.globo.com/especiais/alunos-imigrantes/2017/05/16/SP-TEM-DEZ-MIL-CRIANCAS-E-ADOLESCENTES-ESTRANGEIROS-NA-REDE-PUBLICA-DE-ENSINO.htm>
16/05/2017

Escola municipal no Centro de SP desenvolve projetos especiais para integrar alunos estrangeiros.

Duas vezes por mês, os alunos de outra nacionalidade se reúnem para discutir o cotidiano escolar. Um programa de ensino de língua portuguesa para adultos ajuda a família a também se adaptar ao país

<https://cbn.globoradio.globo.com/especiais/alunos-imigrantes/2017/05/18/ESCOLA-MUNICIPAL-NO-CENTRO-DE-SP-DESENVOLVE-PROJETOS-ESPECIAIS-PARA-INTEGRAR-ALUNOS-ESTRAN.htm>
18/05/2017

Alunos combatem bullying e xenofobia.

<https://www.estadao.com.br/educacao/alunos-combatem-bullying-e-xenofobia/>
01/07/2017

Onda estrangeira força adaptação de escolas da rede municipal de SP <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/08/1910228-onda-estrangeira-forca-adaptacao-de-escolas-da-rede-municipal-de-sp.shtml>

19/08/2017

Folclore é fonte de alfabetização e integração de estudantes estrangeiros

<https://www.educacao.sp.gov.br/folclore-e-fonte-de-alfabetizacao-e-integracao-de-estudantes-estrangeiros/>

22/08/2017

Estrangeiros de 82 nacionalidades estudam em escolas municipais de São Paulo

<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/estrangeiros-de-82-nacionalidades-estudam-em-escolas-municipais-de-sao-paulo.ghtml>

02/11/2017

Estudantes imigrantes aumentam 112% em oito anos nas escolas brasileiras.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-02/estudantes-imigrantes-aumentam-112-em-oito-anos-nas-escolas-brasileiras>

20/02/2018

Como minha escola se preparou para receber alunos imigrantes e refugiados

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2052/blog-de-direcao-as-escolas-brasileiras-estao-preparadas-para-receber-alunos-imigrantes-e-refugiados>

03/08/2018

“Movimentos de fuga não são viagens”: A ficção distópica de José Eduardo Agualusa

“Escape moves are not travels”:
José Eduardo Agualusa’s dystopian fiction

MARIA DO CARMO MENDES

Resumo: Neste ensaio tenho como propósitos centrais: 1) Identificar em duas obras literárias de Agualusa, *Os Vivos e Os Outros* e *A Vida no Céu*, as inquietações mais prementes do escritor sobre marcas de desumanidade que vão moldando a interação entre seres humanos; 2) Demonstrar que as alterações climáticas provocadas pela interferência humana constituem uma das mais atuais denúncias do escritor, particularmente evidente na narrativa distópica *A Vida no Céu*; 3) Relevar as propostas de Agualusa para uma reconstrução da vida humana; 4) Sublinhar o sentido ético dos romances de Agualusa, assente em ideias-chave: o respeito pelas minorias raciais e linguísticas; a interação harmoniosa entre o ser humano e os seres não humanos; a defesa inabalável da tolerância, da liberdade de pensamento e de expressão.

Palavras-chave: Agualusa (José Eduardo); distopia; ecocrítica.

Abstract: In this essay my main purposes are: 1) To identify, in two of Agualusa’s literary works, *Os Vivos e os Outros* and *A Vida no Céu*, the writer’s most pressing

* Universidade do Minho

concerns about the marks of inhumanity that shape the interaction between human beings; 2) To show that climate change caused by human action is one of the most current laments of the writer, particularly evident in the dystopian fiction *A Vida no Céu*; 3) To disclose Agualusa's suggestions for reconfiguring human life; 4) To emphasize the ethical meaning of Agualusa's novels, based on key ideas: the respect for racial and linguistic minorities; the peaceful interaction between human beings and non-human beings; the unwavering protection of tolerance, freedom of thought and expression.

Keywords: Agualusa (José Eduardo); dystopia; ecocriticism.

1. Introdução

O escritor angolano José Eduardo Agualusa apresenta na sua vasta obra literária e ensaística reflexões sobre a atual situação do planeta - económica, histórica, política, linguística, cultural e ambiental - e representa, no contexto das literaturas africanas em língua portuguesa, uma das mais relevantes vozes de problematização do devir da humanidade.

É também evidente nas obras de Agualusa a defesa de um diálogo multicultural entre África, a Europa e o Brasil.

São igualmente muito relevantes as suas preocupações com o continente africano, em geral, e Angola, em particular.

Neste sentido, as obras de Agualusa espelham várias dimensões da contemporaneidade nas suas contradições e nos seus conflitos: linguísticos, culturais e civilizacionais. A busca de identidade marca a sua visão do humano e a sua produção literária oferece-se como um conjunto de propostas orientado para um recentramento de valores humanos.

As viagens do escritor permitem assinalar de modo exemplar essa procura pessoal e coletiva, ao mesmo tempo que põem em evidência numerosas fragilidades nas relações entre os povos, nas formas de autoritarismo que identifica, no amordaçamento de vozes dissonantes, as de denúncia, como é o seu caso.

Se textos mais breves (sobretudo crónicas) plasmam situações que merecem comentário, crítica e problematização, textos mais extensos, que integram a ficção romanesca do escritor, exibem o peso do passado, as turbulências do presente e as expectativas do futuro, encarado tendencialmente de modo algo desencantado.

Numa obra onde refletir sobre um mundo em mudança ocupa um lugar privilegiado, as alterações climáticas desempenham um papel crucial na obra de Agualusa, razão pela qual se torna pertinente uma leitura ecocrítica dessa mesma obra.

Neste ensaio procuro, assim: 1) Identificar em duas obras literárias de Agualusa, *Os Vivos e os Outros* e *A Vida no Céu*, as inquietações mais prementes do escritor sobre marcas de desumanidade que vão moldando a interação entre seres humanos; 2) Demonstrar que as alterações climáticas provocadas pela interferência humana constituem uma das mais atuais denúncias do escritor, particularmente evidente na construção de uma narrativa distópica, *A Vida no Céu*; 3) Releva as propostas oferecidas por Agualusa para uma possibilidade de reconstrução da vida humana; 4) Demonstrar que a ficção de Agualusa apresenta um profundo sentido ético, assente em ideias-chave: o respeito pelas minorias raciais e linguísticas; a interação harmoniosa entre o ser humano e os seres não humanos; a defesa inabalável da tolerância, e da liberdade de pensamento e de expressão.

2. Viagem e distopia

Retomo dois termos integrados no título deste ensaio, tomado de empréstimo do próprio José Eduardo Agualusa: viagem e distopia. Ambos ocupam um lugar destacado na vasta produção literária do escritor angolano:

- O primeiro porque o escritor entende a viagem como parte fundamental da sua própria existência e das vidas literárias de muitas das suas personagens (ao mesmo tempo que exclui do sentido voluntário que subjaz à viagem realidades como exílio e migrações forçadas, que merecem o seu interesse sobretudo em textos ensaísticos);

- O segundo porque, como defende na obra *O Paraíso e Outros Infernos* “Utopias e distopias são poderosos exercícios de imaginação que nos ajudam a compreender os erros dos atuais modelos políticos e a projetar e construir melhores modelos” (Agualusa, 2018, p. 163). Esta afirmação implica ao mesmo tempo uma análise do presente como realidade com diversos elementos “errados” – assim acontece nas considerações de Agualusa sobre problemas políticos, económicos, sociais e ambientais, de Angola como do resto do planeta – e uma sugestão de mudança alicerçada em ensinamentos ou simplesmente propostas que a ficção distópica pode conter.

Nas narrativas *A Vida no Céu* (2013) e *Os Vivos e Os Outros* (2020) viagem e distopia são dois temas intrinsecamente associados: na primeira obra, o esgotamento de recursos naturais no planeta Terra e a subida dramática do nível das

águas como consequência do aquecimento global levam o narrador a construir uma história que decorre em espaço supraterrrestre: o Céu, povoado por dirigíveis e balões de maiores ou menores dimensões, consoante a capacidade económica dos seus habitantes, e ligados por um engenhosa e complexa rede de fios, é o lugar de refúgio para os sobreviventes de um grande Dilúvio. Balões e dirigíveis são uma recriação contemporânea da mítica Arca de Noé. Neles se abrigam artefactos da vida terrestre – merecendo especial destaque os livros que foram salvos – e se preserva aquilo que constitui a memória da vida na Terra para as gerações mais velhas: animais não humanos e espécies vegetais.

Se a fuga para o céu não constitui uma viagem, nos termos em que Agualusa a entende, já as deambulações que o protagonista realiza, acompanhado por uma amiga e por uma feiticeira, são viagens dominadas por dois propósitos: o encontro do pai do protagonista, ele próprio um viajante chamado “Voador”, e a descoberta de vida na Terra ou, mais precisamente, de um pequeno território significativamente chamado Ilha Verde que, também não de modo fortuito, será localizado numa zona do Brasil antes ocupada pela Amazónia.

É também uma projecção pós-apocalíptica que confina um grupo de escritores africanos na Ilha de Moçambique ou Muhipiti em *Os Vivos e Os Outros*. Provenientes de vários países e reunidos para um festival literário, os escritores têm conhecimento de um Dilúvio universal, que devastou quase todo o planeta, deixando apenas incólume a Ilha de Muhipiti.

Os dois romances apresentam, portanto, cenários pós-apocalípticos que evocam o imaginário bíblico e o recriam. Em ambos os casos, a distopia assenta na concretização do sentido do termo, que partilho com Katherine Snyder: a imaginação de um futuro onde se conjugam elementos reconhecíveis (aqueles que definem existências passadas e presentes) e não identificáveis (os que são determinados pela necessidade de construir novos modos de vida e de interação humana e não humana):

The future as imagined in dystopian speculative fiction must be simultaneously recognizable and unrecognizable, both like and not-like the present. (...) we must see the imagined future in our actual present and also recognize the difference between now and the future as imagined. (Snyder, 2011, p. 470)

Uma ilha sonhada e encontrada (a Ilha Verde de *A Vida no Céu*) e uma ilha real com uma vasta História (a Ilha de Moçambique, em *Os Vivos e Os Outros*) não serão escolhas fortuitas para cenários destas duas narrativas.

Nos dois romances, as inquietações ambientais são privilegiadas e é sobre elas que aprofundo a análise de seguida.

3. Nostalgia da Terra

Em *A Vida no Céu*, a denúncia de atentados ambientais é anterior ao texto e surge representada num elemento paratextual relevante: a transcrição de uma canção de Chico Buarque, “Um Índio”: trata-se de uma reflexão sobre o extermínio de populações indígenas e a caça de aves:

Depois de exterminada a última nação indígena e o espírito dos pássaros das fontes de água límpida. Mais avançada que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias. (...). Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico (...), resplandecente descerá o índio. (Aqualusa, 2013, p. 11)

Uma declaração breve do protagonista sintetiza a vertente pós-apocalíptica do romance: “Depois que o mundo acabou fomos para o céu” (Aqualusa, 2013, p. 15).

Não se trata de uma antevisão de crença de vida no Além, mas sim de explicitar as circunstâncias que forçaram os habitantes da Terra a fugir para o Céu:

O grande desastre – o Dilúvio – aconteceu há mais de trinta anos. O mar cresceu e engoliu a Terra. A temperatura à superfície tornou-se intolerável. Em poucos meses fabricaram-se centenas de enormes dirigíveis. (...). Apenas um por cento da humanidade conseguiu ascender aos céus, escapando do inferno, lá em baixo. Uns seis milhões de navegantes. A maioria das balsas resistiu, infelizmente, pouco tempo. Caíram. Afundaram-se no mar. Dez anos depois do Dilúvio já só permaneciam entre as nuvens uns dois milhões de pessoas. (Aqualusa, 2013, p. 15)

Carlos Benjamim Tucano, protagonista e narrador, é um adolescente de 16 anos, já nascido no Céu. Apesar da sua jovem idade, tem consciência das razões que obrigaram milhões de habitantes da Terra a construir uma nova vida suspensa, assim como dos perigos que enfrentam os habitantes que conseguiram reconstruir as suas existências no Céu:

Muitas espécies de peixes não sobreviveram ao aumento de temperatura e à crescente acidez dos oceanos. (...). O calor é o primeiro perigo que os pescadores-mergulhadores enfrentam. À superfície da água o ar torna-se quase irrespirável. (...). Muitos pescadores embatem, ao saltarem, contra detritos humanos. (Aqualusa, 2013, pp. 16-17)

Os comentários da personagem aludem a uma situação atual a nível planetário: a subida da temperatura eliminou e continua a eliminar milhares de

habitantes dos mares; em última instância, põe em causa a sobrevivência humana. Esta é uma das denúncias que a Ecocrítica, hoje uma das mais relevantes áreas dos Estudos Literários e Culturais, vem fazendo e que escritores de diversos continentes têm plasmado em romances, contos e poesias líricas.

Carlos tem também consciência de que quase todo o modo de vida que os seus antepassados mais velhos construíram teve de ser totalmente alterado, o mesmo acontecendo com a geografia terrestre, que passou a ser alada: “Os países desapareceram, mas as cidades continuam a existir. O que se passa é que agora viajam. A toponímia tornou-se móvel” (Aqualusa, 2013, p. 20).

Este é um assunto muito atual no Direito Internacional: algumas ilhas na Polinésia (e.g., Tuvalu) estão praticamente submersas. A evidência sugere de imediato duas interrogações: isso significa que os países desapareceram, mesmo com os seus habitantes noutras paragens? Por exemplo, não podem ter representação nos Jogos Olímpicos?

Seria ingénuo considerar que a vida se alterou em absoluto, quando os sobreviventes se viram forçados a abandonar a Terra. Na verdade, os desequilíbrios sociais prevalecem nesse espaço supraterrrestre, pois as camadas monetariamente mais afortunadas habitam grandes dirigíveis, ao passo que os mais desfavorecidos vivem em balsas aéreas precárias ou emigram para os dirigíveis para desempenharem as tarefas mais humildes. A estratificação social é preservada, alimentando os privilégios de um pequeno grupo e mantendo um segmento maior da população em franjas social e economicamente desprotegidas.

De facto, nas grandes cidades flutuantes, mantêm-se rígidas divisões económicas e sociais e escasseiam oportunidades para os imigrantes, submetidos à exploração ou mesmo à exclusão. Como Carlos constata, “As cidades aéreas não foram construídas para competirem umas com as outras em velocidade (...). Elas competem umas com as outras em luxo e população” (Aqualusa, 2013, p. 86).

A viagem é um encontro com o outro, como se lê numa das entradas de um pequeno “dicionário filosófico do mundo flutuante”. Carlos cumpre este princípio do herói viajante: a sua narrativa é a de um autêntico herói viajante em busca do pai desaparecido e de um lugar terrestre: uma ilha coberta de vegetação, cumprindo, simbolicamente, o significado da ilha como espaço de felicidade.

O seu trajeto heroico pelo Céu vai ao encontro do sentido que o narrador lhe atribui: “O céu foi sempre um território propenso à magia” (Aqualusa, 2013, p. 53). Por isso, só aí podem acontecer histórias fantásticas: as aventuras de um adolescente e as memórias que as gerações mais velhas tentam preservar.

Seja pela memória de que, apesar de toda a devastação, a Terra continua a ser um lugar que proporciona felicidade, seja porque, afinal, no céu se mantêm comportamentos de marginalização, de discriminação e de exploração dos mais fracos, que importa contrariar, o que Carlos e todas as personagens que o acompanham nesta singular aventura desejam é regressar à Terra.

A nostalgia da Terra está omnipresente em *A Vida no Céu* e é sobretudo de saudade vegetal que se alimentam os mais velhos, como se ouve a um deles: “Havia árvores enormes e muito, muito velhas. As árvores eram os seres mais velhos do planeta. Morreram todas. Acho que morreram todas. (...). As árvores não são como os homens. Precisam de raízes. Não fincam raízes nas nuvens” (Aqualusa, 2013, p. 91).

Cumpre assinalar que o regresso à Terra, com a descoberta da Ilha Verde, é apresentado como a concretização de uma mudança: a vida nessa ilha revela que “não é um mundo perfeito” (Aqualusa, 2013, p. 186); regressar ao espaço terrestre é, em todo o caso, uma oportunidade de não replicar erros do passado, em especial aqueles que tornaram a vida impossível: os atentados ambientais. É esta a mensagem derradeira do texto, com um forte sentido ecológico: os sobreviventes exigem uma nova forma de vida capaz de preservar a riqueza e o valor (vegetal, faunístico e humano) da Natureza e de estabelecer uma relação harmoniosa com os ecossistemas:

Os cidadãos da República da Neblina requerem a proteção de grandes nações, de forma a preservar o pouco que subsiste das grandes florestas. Aceitam receber grupos restritos de viajantes, na condição de que estes respeitem as leis do território e não perturbem a frágil ecologia da ilha”. (Aqualusa, 2013, p. 187)

A vontade coletiva de emendar os erros do passado e de construir uma existência – local, mas necessariamente envolvendo o global – constitui a mensagem esperançosa de um episódio apocalíptico à escala universal. Não pode deixar de recordar uma das derradeiras obras do antropólogo, filósofo da ciência e sociólogo francês Bruno Latour (22 de junho de 1947-9 de outubro de 2022), intitulada *Où atterrir. Comment s'orienter en politique* (2017): o texto parte de uma experiência de pensamento: um avião cheio de passageiros procura um aeroporto para aterrar, mas não encontra nenhum; metaforicamente, é a situação em que nos encontramos com as alterações climáticas: cada vez há menos lugares para onde ir.

4. Felicidade na Ilha

É também numa ilha que se localiza a diegese de *Os Vivos e Os Outros*.

A ilha é um espaço muito relevante na história pessoal de José Eduardo Agualusa, que a ela dedica dois artigos em *O Paraíso e Outros Infernos*. No primeiro, designa a ilha de Moçambique – ou Muhipiti – como a sua “Ilha do Tesouro”, ou seja, como espaço de deslumbramento e de magia.

Reconhecida pela UNESCO como património da humanidade, esta ilha mereceu, ao longo dos séculos, o interesse de numerosos escritores de língua portuguesa: Camões, Bocage, Miguel Torga, Jorge de Sena, Mia Couto, Rui Knopfli ou Nelson Saúte.

Na ilha de Muhipiti, afirma Agualusa, principiou Moçambique. Lugar histórico onde se cruzam ao longo dos séculos europeus, africanos e asiáticos, é nela que escreve o romance *Os Vivos e Os Outros*. A sua homenagem à Ilha de Moçambique acontece porque a protagonista desta obra é a própria ilha (cf. Agualusa, 2018, pp. 14-15).

O sentido de felicidade pessoal que o escritor confessa viver nesta ilha é corroborado no segundo artigo, ao considerar que “a Ilha tem sido um magnífico exemplo de tolerância religiosa, étnica e cultural” (Agualusa, 2018, p. 242). Quer isto dizer que valores humanistas a solidariedade e o respeito por distintas crenças, raças e culturas constituem um modo fundamental de Agualusa compreender a existência humana, algo que porventura assume um notável sentido em tempos de intolerância religiosa, racial e cultural, como são os que ainda vivemos.

Na Ilha de Moçambique, para onde viajam em *Os Vivos e Os Outros* escritores de várias proveniências geográficas, rapidamente se percebe que um acontecimento devastador isolou este espaço do resto do mundo.

A perda de quaisquer contactos com o exterior, também na sequência de um Dilúvio, torna-se um pretexto para especulações sobre as causas que terão originado o eventual desaparecimento de milhões de seres humanos, não humanos e vegetais, e aquelas que justificam a sobrevivência de uma única ilha: “Lá, do outro lado, as casas transformaram-se em água, as árvores em água, as pessoas em água. Até a luz e o ar são feitos dessa mesma água sem fim do fim do mundo” (Agualusa, 2020, p. 175).

Esta catástrofe climática é complementada com a notícia de explosão de uma bomba nuclear em Jerusalém.

Ou seja, a narrativa identifica aspetos da deriva humana: o aquecimento global, causador da subida do nível das águas, e a constante ameaça de um conflito nuclear.

Permanece apenas uma ilha porque, retomando também neste romance o simbolismo deste lugar, “As ilhas são relicários. (...) Depois que o mundo acabar, recomeçará nas ilhas” (Aqualusa, 2020, p. 176).

A mitologia da ilha como lugar de felicidade e de encantamento (não por acaso no romance várias narrativas fantasiosas constroem-se nos poucos dias de encontro dos escritores em Muhipiti) atinge, ao sétimo dia (em nova evocação mitológica) um sentido redentor. O sétimo dia simboliza no texto de Aqualusa o termo de um período de ansiedade, de interrogações sem respostas, de temores sobre o futuro.

Afinal, o Dilúvio universal ainda não ocorreu; afinal, a deflagração de uma bomba nuclear na Cidade Santa de Jerusalém ainda não aconteceu.

Todavia, este final tranquilizador não escamoteia os receios e as ameaças que objetivamente pairam sobre a vida – humana e não humana. *Os Vivos e Os Outros* concluem com uma visão esperançosa, mas atribuem ao ser humano um papel determinante na concretização dessa visão – ou na sua destruição.

5. Conclusão

Concluo com três breves notas:

Primeira nota: em *A Vida no Céu e Os Vivos e Os Outros*, José Eduardo Aqualusa equaciona hipóteses que não integram meramente uma impossibilidade, mas que se vão tornando cada vez mais verosímeis: e se a devastação ambiental atingir um ponto tão extremo que impossibilite a vida na Terra? E se a deflagração de uma arma nuclear efetivamente ocorrer? E se os níveis de temperatura tornarem a Terra inabitável?

Estas são questões que a literatura contemporânea cada vez mais coloca:

Pensemos, no âmbito da literatura portuguesa, no romance de Miguel Real, *O Último Europeu*. 2284 (publicado em 2015) – onde o domínio do planeta por um só país obriga aqueles que não se submetem a um regime autoritário a fugirem para uma ilha do arquipélago dos Açores.

Pensemos ainda, no panorama da literatura estrangeira, na trilogia *MaddAddam* (2013) da escritora canadiana Margaret Atwood, particularmente no romance *The Year of the Flood* (2009) – onde um Dilúvio universal extermina quase toda a humanidade, sobrevivendo um pequeno grupo, sugestivamente chamado “Gardeners of God”, ao qual compete reconstruir todo o modelo de existência na Terra.

Possibilidades como guerras nucleares, colapsos dos ecossistemas terrestres ou domínio de governos autoritários não constituem temas novos na literatura; o

que a literatura das últimas décadas tem revelado é uma intensificação de narrativas apocalíticas e pós-apocalípticas que, em última instância, podem ler-se como propostas ou apelos para mudanças no presente.

O colapso da Natureza, a ameaça atômica ou a propagação de um vírus devastador não representam, assim, triviais temas para alimentar a criatividade literária (como a de outras artes – o cinema ou a pintura). Contêm o que se me afigura muito mais relevante: por um lado, propostas de reflexão acerca da ação humana, em especial a que se exerce sobre a natureza encarada como fonte inesgotável de recursos ou como entidade ao dispor de quaisquer caprichos humanos; por outro lado, sugestões de alteração imediata de muitos comportamentos humanos.

As preocupações ambientais ocupam um lugar de grande relevo na obra (ficcional e não ficcional) de José Eduardo Agualusa. Considere-se um caso não ficcional. Em *O Paraíso e Outros Infernos*, o escritor constata o grau de degradação dos ecossistemas terrestres e a senda catastrófica da existência humana:

(...) fico a saber que as flores estão a perder o perfume devido ao efeito de estufa e à poluição atmosférica, e que esta desgraça dificultará ainda mais a já difícil existência das abelhas, de cujo trabalho depende a vida das plantas e a nossa. (Agualusa, 2018, p. 110)

Não deixa de ser revelador que, na mesma coletânea de artigos, o autor evoque uma das obras de referência dos movimentos ecologistas: *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, cujo título reflete “a extinção em massa de muitas espécies de aves, como resultado do triunfo da agricultura industrial e da generalização dos pesticidas” (Agualusa, 2018, p. 218).

A bióloga marinha, escritora, cientista e ecologista norte-americana Rachel Carson (27 de maio de 1907-14 de abril de 1964) é uma das mais importantes pensadoras de questões ambientais do século XX.

O comentário de Agualusa chama a atenção para o pioneirismo de Carson, e o mesmo acontece numa extensa obra publicada por Margaret Atwood este ano, *Burning Questions – Essays and Occasional Pieces, 2004-2021*) onde as preocupações ambientalistas de Carson merecem vários ensaios.

A propósito da comemoração do quinquagésimo aniversário da publicação de *Silent Spring*, Atwood cofessa que o seu romance *The Year of the Flood* (2009) foi inspirado na norte-americana e qualifica *Primavera Silenciosa* como “o mais importante livro ambientalista do século XX. Versava sobre o envenenamento da biosfera pela ação do ser humano, que nela despejava uma miríade de químicos inventados no século XX e destinados a controlar doenças e parasitas” (Atwood, 2022, p. 213).

Defende ainda Atwood que uma das mais relevantes lições de *Silent Spring* é a de que “a aparente separação entre ser humano e natureza não existe” (Atwood, 2022, p. 217).

Num outro texto da mesma coletânea, Atwood analisa os três primeiros livros de Rachel Carson (*Under the Sea Wind*, *The Sea Around Us* e *The Edge of the Sea*) para explicar que, já antes de *Silent Spring*, a bióloga marinha norte-americana se assumiu como “uma figura crucial do século XX” (Atwood, 2022, p. 532). Recorda o refrão subjacente a esses três livros: *Olhe. Veja. Observe. Aprenda. Pasmе. Questione*, para concluir:

Rachel Carson ensinou as pessoas a olhar para o mar, a pensar sobre o mar de novas maneiras. Pegou neste mesmo tipo de raciocínio e aplicou-o à observação das aves – cujos números via diminuir – e daí resultou *Primavera Silenciosa*. Sem o seu trabalho sobre os oceanos, não teria desenvolvido as ferramentas que lhe permitiram investigar os efeitos dos pesticidas. (...) E se ninguém a tivesse ouvido, já não haveria águias, falcões-peregrinos nem, mais cedo ou mais tarde, felosas.

Rachel Carson é uma das venerandas avós dos movimentos ambientalistas dos nossos dias. Enquanto seres humanos, devemos-lhe muitíssimo, e se a nossa espécie chegar ao século XXII será em parte graças a ela. (Atwood, 2022, pp. 534-535)

Seguindo as propostas de Carson, as narrativas de Agualusa e de Atwood recomendam a substituição de uma visão antropocêntrica por uma visão ecocêntrica.

Segunda nota: no contexto das literaturas africanas de língua portuguesa, as narrativas distópicas revelam um denominador comum: a análise da relação pretérita (colonial) e presente (pós-colonial) entre o homem e o mundo natural. Quando Pepetela produziu uma narrativa a que deu o título *A Montanha da Água Lilás* (2000) ou uma outra, *O Quase Fim de Mundo* (2008), deparamo-nos com textos que projetam cenários catastróficos num espaço especialmente vulnerável: o continente africano.

Seja por erros de manipulação tecnológica, no segundo romance, seja por escassez de água como consequência da cobiça humana (em registo de fábula), no primeiro texto, Pepetela mostra-se um escritor comprometido eticamente com a devastação ambiental do continente africano, com o esgotamento de recursos naturais, o desmatamento selvagem, a extração igualmente descontrolada de ouro, diamantes e petróleo – contribuindo para aprofundar clivagens económicas e sociais – e a desertificação de África.

Terceira nota: o significado da viagem, na ficção de Agualusa, comporta uma ideia de identidade. Como o escritor afirma em *A Vida no Céu*, “*Identidade*: não tem a ver com o lugar onde nascemos, pois no céu tudo é movimento, mas sim com os lugares por onde passamos. *Identidade* é o que a viagem faz de nós enquanto continua” (Agualusa, 2013, p. 87). Os lugares por onde passamos constroem a nossa identidade e sobre eles recomenda o autor um comportamento eticamente comprometido (numa leitura ecocrítica), pois “A relação do homem com os restantes seres vivos parece-me uma boa medida do grau de sofisticação moral e ética de uma sociedade” (Agualusa, 2018, p. 101).

Referências

- AGUALUSA, J. E. (2013). *A Vida no Céu*. Quetzal.
- AGUALUSA, J. E. (2018). *O Paraíso e Outros Infernos*. Quetzal.
- AGUALUSA, J. E. (2020). *Os Vivos e Os Outros*. Quetzal.
- ATWOOD, M. (2022). *Questões Escaldantes. Ensaio e Textos Ocasionais, 2004-2021*. Tradução de Eugénia Antunes e Paulo Rêgo. Bertrand Editora.
- LATOURET, B. (2017). *Où atterrir ? Comment s'orienter en politique*. Editions La Découverte.
- SNYDER, K. (2011). Time to Go: The Post-apocalyptic and the Post-Traumatic in Margaret Atwood's *Oryx and Crake*. *Studies in the Novel*, 43(4), 47.

The automated analysis of affective facial expressions

A análise automatizada de expressões faciais de estados afetivos

MARIO A. S. FONTES* | SANDRA MADUREIRA*

Abstract: The objective of this chapter is to address issues relating to the automated analysis of facial expressions of affective states in the context of spoken communication. For the analysis of the facial muscle movements, the FACS Action Units are used. The architecture of automated systems for facial analysis is considered and experiments, confronting perceptual judgments of affective states with the results generated by automated systems, are discussed. Results from such experiments provide evidence for the operational strength of the automated systems to analyze facial Action Units in real time, favoring the analysis of dynamic aspects and allowing for a greater amount of data.

Keywords: automated analysis of facial expressions; expression of affective states; spoken communication; multimodality; visual prosody.

* PUCSP

Resumo: O objetivo deste capítulo é abordar a análise automatizada de expressões faciais de estados afetivos no contexto de comunicação falada. Como unidades analíticas são utilizadas as Unidades de Ação do sistema FACS de análise dos movimentos dos músculos faciais. A arquitetura dos sistemas automatizados de análise facial é considerada e experimentos, confrontando julgamentos perceptivos de estados afetivos com os resultados gerados por sistemas automatizados, são discutidos. Os resultados experimentais apontam para robustez dos sistemas automatizados em analisar em tempo real as Unidades de Ação da face, o que possibilita a consideração de aspectos dinâmicos e de maior número de dados.

Palavras-chave: análise automatizada das expressões faciais; expressão de estados afetivos; comunicação falada; multimodalidade; prosódia visual.

I - Introduction

In spoken communication situations, both vocal and body gestures play a relevant role in the expression and attribution of meanings by the interactants (Frith, 2009; Regenbogen et al., 2012; Jack & Schyns, 2015; Lange et al., 2022).

The interest in the role of facial movements in the expression of meanings was fostered by the anatomical-based research on facial movements developed by Ekman & Friesen (1976). As an output of their research the Facial Action Code System (FACS) was conceived to analyze facial muscle movements. Its analytic unity corresponds to individual components of muscle movement called Action Units (AUs).

A great deal of the research on facial expressions has explored associations between groups of AUs and kinds of emotions (Russell et. al., 2003; Scherer & Ellgring, 2007; Shan et al., 2021; Scherer et al., 2021). Besides emotions, other kinds of paralinguistic meanings such as attitudes have been focused (Rilliard et al., 2008; Rilliard et al., 2013; Mixdorff et al., 2017). Facial expressions of linguistic meanings such as focus (Carnaval, 2021) and intonation patterns (Miranda et al., 2020) as well as contrasts in culturally determined facial expression of meanings (Elfenbein & Ambady, 2002; Masuda et al., 2008, Chen et al., 2021) have also been investigated. Yet a great deal of research is needed to get a comprehensive view of the communicative role of facial expressions in human interactions.

A same utterance can have several meaning effects depending on its vocal prosody characteristics. Likewise, facial prosody can affect meaning attribution. In a bimodal perspective, it is not only how it is said but how it is shown in the

face and in the body and those aspects are extremely important to consider when investigating speech expressivity.

Facial expressions change not only related to the kinds of meanings one wants to express but they also change according to the interactant in the speech situation. Facial expressions are found to differ in adult- infant- and animal-directed speech and are used to call and maintain the partner's attention, to foster emotionally positive interactions, and to strengthen social bonds (Gergely et al., 2023).

Facial expressions are also found to differ culturally but the debate between the universality and the cultural specificity remains in the research agenda for the present and probably for the future. In relation to that, Ekman (1973) has an insightful comment. He claims that different aspects of facial expression are both universal and culturally specific.

This chapter addresses issues concerning the automated analysis of facial expressions of affective states in the context of spoken communication. Four aspects are discussed: characterization of affective states, the description of facial movements, the automated facial analysis methodology, and the effectiveness of facial movement descriptive analytical units for describing affective states. Both static and dynamic images are considered.

II - Characterization of affective states

In facial expression research work, semantic features of lexical items describing affective states, the ecological validity of the investigated scenarios and issues regarding concepts relating to affective states are complex and challenging to deal with.

In relation to semantic issues, Wierzbicka (2000) argues in favor of deriving methodological procedures for the semantic analysis of facial expressions from linguistic semantics methodology based on the following assumptions: facial expressions convey meanings comparable to those of verbal utterances; semantic analysis of verbal utterances or facial expressions must distinguish between the context-independent and contextual interpretations.

Wierzbicka (op. cit.) interprets facial expressions from a semiotic and experiential perspective. She considers the associations between meanings and individual gestures and meanings and between meanings and combinations of gestures. She argues that the combination of facial gestures does not imply the sum of their meanings since the sum can yield a diverse interpretation. The way she

interprets the associations between facial gestures and meanings is useful to consider the meaning effects of facial gestures, because a certain affective state may be associated with a cluster of Action Units and some of these Action Units may be part of other clusters associate with diverse affective states.

Wierzbicka's view of componential and contextual meaning features is in accordance with the theoretical approach on emotions as defended by Scherer (2005) in his discussion on the conceptualization and measurement of emotions.

Scherer distinguishes between emotions and feelings, the latter corresponding to the single component denoting the subjective experience process which is part of the total multimodal component emotional process. Anger, Sadness and Joy are emotions while love is a feeling. Attitudes are also viewed as associated with affective states. Attitudes, emotions, and feelings convey paralinguistic information.

Componential and contextual features must be considered in choosing labels to denote emotions and comparing emotion labels between languages. Mapping tasks, which are based on a reference-based method, have proven successful (Ogarkova et al., 2012) for obtaining semantic equivalence between languages in labeling emotional stimuli. The main point is achieving shared reference, that is convergence, on appraisals of emotionally evocative stimuli presented to native speakers of distinct languages.

In relation to the ecological validity of the investigated scenarios, mainly two of these scenarios are frequently found in bimodal studies focusing vocal and facial prosody: posed and real-life situations. Investigating posed affective states is investigating portrayals of affective states usually performed by actors or by research subjects. In such kinds of investigation, a same sentence is usually produced with different affective states. The speakers pretend they are angry, happy, bored, and so on, according to the instructions given by the researchers. These are not genuine affective states.

Investigating genuine affective states raises ethical concerns. Certain affective states must not be induced. Using real-life videos available on the Internet also raises ethical issues since, although they are publicly released, permission to be used in research may be required.

For research purposes on automatic detection of genuine and posed facial expressions a great number of facial expression databases have been built for testing methods of automatic detection of facial expressions.

Shan et al. (2021) presents a thorough review on sixteen facial expression databases and about thirty facial expression detection methods. Helpful information on content, format, features, number, age and gender of subjects, types of methods and percentage of accuracy are provided in tables produced by the authors.

In relation to the characterization of affective states, issues relating to the philosophical (Sartre, 2008; Spinoza, 2009), psychological (Darwin, 1872; James, 1884) cognitive (Scherer, 2003, 2005), physiological (Lövheim (2012) and socio-construtivist (Averill, 1980) concepts of emotion and between types of affective states such as emotions and attitudes must be considered when comparing research experiment results.

The various theoretical perspectives on emotional affective states expose the complexity involved in their expression and contribute to provide a comprehensive picture of the magnitude of the components.

III - The description of facial movements

The most known and used system of annotation is the FACS (Ekman et al., 2002; Ekman & Friesen, 1976). Manual analysis by FACS is extremely timing-consuming and much training is required to achieve expertise in identifying Action Units. Automated systems, on the other hand, perform in real time and allow for considerably larger amounts of data (van Bommel et al., 2020).

The FACS system as described by Ekman, Friesen and Hager (2002), describes sixty-four Action Units but most of the automated systems use around twenty. The AUs describe the movements of both the upper and lower parts of the face. Head movements are also described in the FACS system.

Action Units numbered from 1 to 9 refer to movements of the eyes, eyelids, eyebrows, and forehead, the ones numbered from 10 to 28 to movements of the lips, mouth, and nose, the ones from 41 to 46 refer to movements of the lid, and the ones from 51 to 58 to head movements, and 61 to 64 to eye directionality.

The categorization of the AUs is based on the movements of the facial muscles in reference to a neutral state. The AUs are also categorized according to the degree of intensity in which they are manifested. There are five degrees named from “A” to “E”. The “A” degree is the less intense and “E” degree the most intense.

IV - Automated facial analysis methodology

In most automated systems of analysis of facial expressions, about 20 AUs of the FACS system are considered. To be thoroughly analyzed, static or dynamic images must meet some requirements such as good lighting, adequate frame rate, and adequate camera position and angle.

Recommended practices for framing faces comprise the positioning of the camera at approximately the subjects 'eye level, face centered and frontal in the frame, face angles around 20 degrees and visible facial landmarks such as eye-brows, eyes, nose, and mouth.

These facial landmarks must be visible so that the automated algorithm can classify the facial expressions from image pixels modelling the face with a mask as shown in Figure 1.



Figure 1. Modelling the face with a mask for the classifying of facial expressions.

The analysis in Noldus FaceReader system, like other automated systems, is performed in three steps. The first spots the face in the visual stimuli using a deep learning-based face-finding algorithm. The second models the face by means of a deep neural network-based technique. The third classifies the facial expressions from image pixels by means of face pattern recognition by a trained deep artificial neural network whose training is based on manually annotated big datasets.

The network in Noldus FaceReader has been trained to classify the Facial Action Units and identify a neutral affective state, six basic emotional states (happy, sad, angry, surprised, scared, and disgusted), valence (positive or negative), arousal (active or non-active), gaze direction, head position, heart rate variability, and custom expressions (boredom, interest, and confusion). The left or right laterality of the facial muscle movements and asymmetric movements of the facial organs are also identified.

Facial movements and their intensities are identified in real time, quantitative and qualitative information on their features and charts which show the evolution of the features on time are generated.

The following sequences of figures (Figure 2 to 9) illustrate the information derived with the Noldus FaceReader automated system, version 8,1., from a static and a dynamic image in a same utterance “E eu ficava em casa, ia fazer comida, ficava fazendo as coisas” (“And I stayed at home, cooked, and did a lot of things”). The utterance belongs to a corpus extracted from interviews of a documentary by Eduardo Coutinho and analyzed in Fontes & Madureira (2015).

The percentage of the manifestation of the emotions detected in a frame of a static image (photo) differs from the percentage of the same frame in a dynamic image (video) because the calculus for the latter takes into account the changes over time while for the former only one moment in time is considered. Figure 1 illustrates this difference. It shows a static image as compared to a dynamic image. The frame taken into consideration is the same, but the percentage values differ.

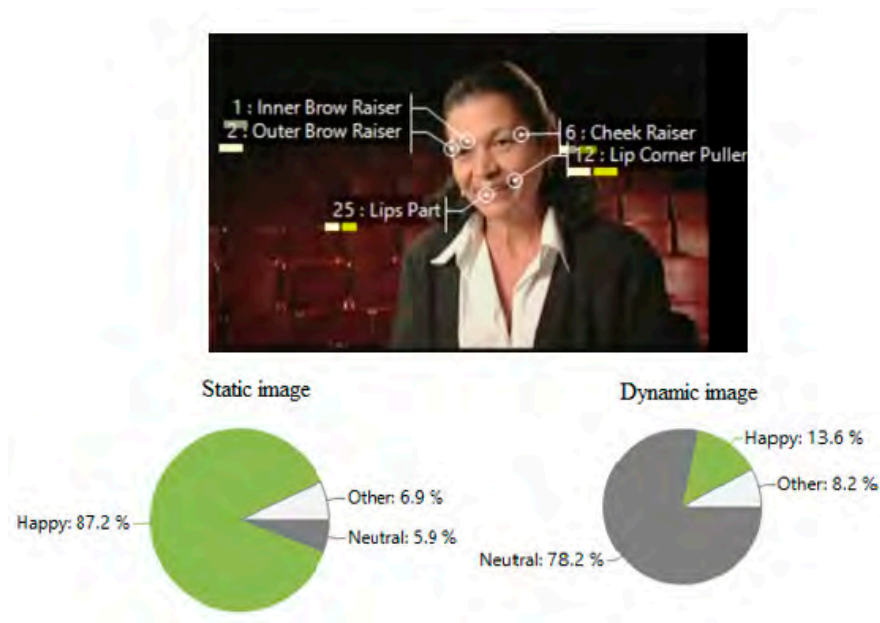


Figure 2. Percentage related to emotion manifestation in a same frame from a static image (photo) and from a dynamic image (video) as displayed in Noldus FaceReader expression summary chart.

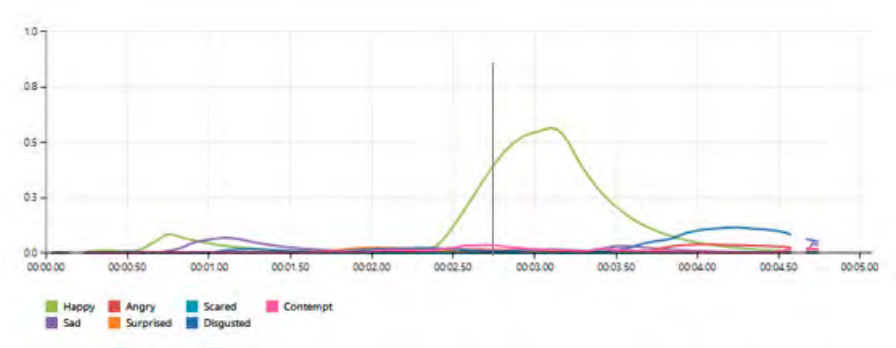


Figure 3. Contours showing the evolution of the metrics for the emotion state detection. The vertical gray line signals the moment the frame displayed in Figure 1 was taken.

AU	Trace	Slight	Pronounced	Severe	Max	Description
01	L R A A					Inner Brow Raiser
02	L R	B				Outer Brow Raiser
04	L R					Brow Lowerer
05	L R					Upper Lid Raiser
06	L R A	B				Cheek Raiser
07	L R					Lid Tightener
09						Nose Wrinkler
10						Upper Lip Raiser
12	L R	B B				Lip Corner Puller
14	L R L R					Dimpler
15	L R					Lip Corner Depressor
17						Chin Raiser
18						Lip Pucker
20	L R					Lip Stretcher
23						Lip Tightener
24						Lip Pressor
25	A					Lips Part
26						Jaw Drop
27						Mouth Stretch
43	L R					Eyes Closed

Figure 4. Table showing the number of the Action Unit, its laterality (“L” stands for left and “R” for right), its intensity degrees (Trace, Slight, Pronounced, Severe, Maximum) and the description of the Action Units in the analysis of a frame in a dynamic image corresponding to an utterance produced by a female subject.

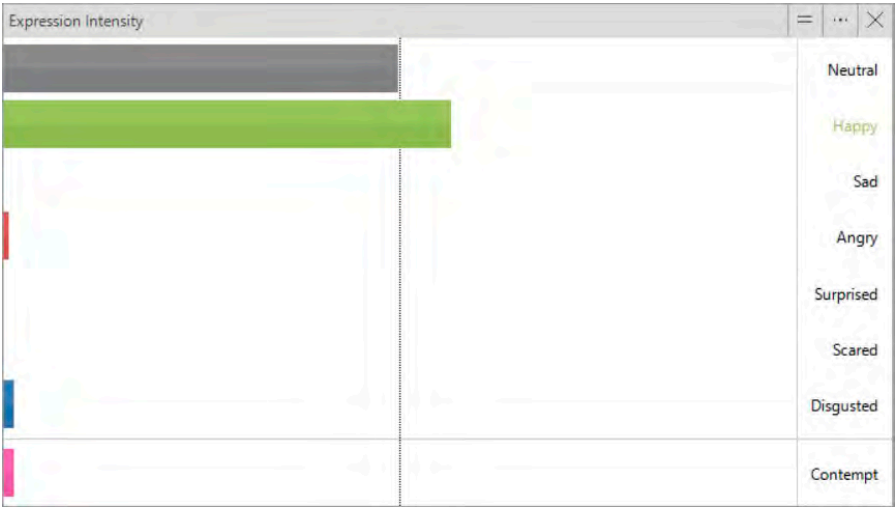


Figure 5. Bar chart showing the expression intensity of the emotions in a dynamic analysis.

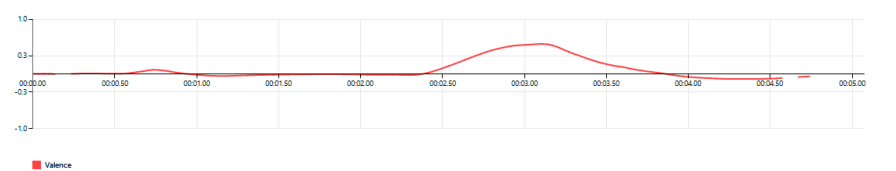


Figure 6. Contours showing the evolution of the metrics for Valence (positive above the baseline and negative below it) detection in a dynamic image corresponding to an utterance produced by a female subject.

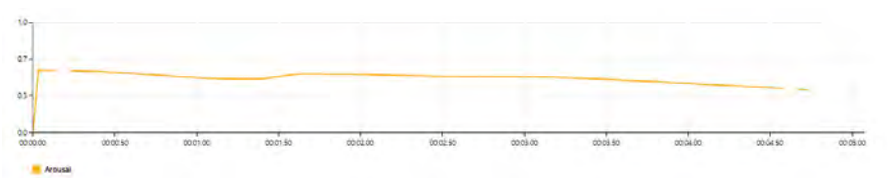


Figure 7. Contours showing the evolution of the metrics for Arousal detection (active above the baseline and non-active below it) in a dynamic image corresponding to an utterance produced by a female subject.

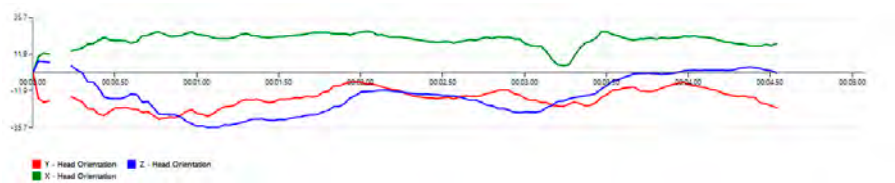


Figure 8. Contours showing the evolution of the metrics for head orientation in X, Y and Z directions (X= left/right; Y= upwards/downwards; Z= forwards/backwards) in a dynamic image corresponding to an utterance produced by a female subject.

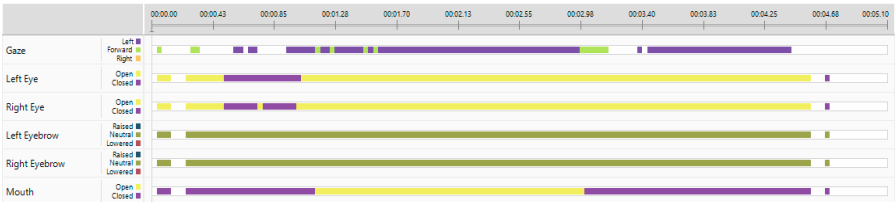


Figure 9. Contours showing the evolution of the timeline for gaze, eye directionality and mouth aperture in a dynamic image corresponding to an utterance produced by a female subject.

The possibility of automatically obtaining qualitative and quantitative information relating to facial movements and their dynamics over time widens research perspectives to cope with a large amount of data and can promote knowledge on speech expressivity. To correlate quantitative and qualitative variables, multidimensional methods such as Factor Analysis of Mixed Data (FAMD) which is a Principal Component Analysis method, can be used to explore associations between the variables (Husson & Pagès, 2011).

V - Automated analysis of facial movements and affective state descriptions

Automated systems for analyzing facial expressions provide accurate detection of facial muscle movements and can be helpful in interpreting the links between facial movements and meaning expressions. Four previously developed research works on vocal and visual prosody developed by Fontes and Madureira applying automated systems for analyzing facial expressions are summarized in sequence.

Madureira & Fontes (2019) used the automated system Affectiva SDK to investigate the correspondences between facial expression, vocal expression and meaning expression in a video excerpt of the reciting of a poem by a professional actor. Associations between visual, vocal, and meaning expression were made possible because correlations between facial Action Units and other features were processed across multiple levels by means of multidimensional statistical analysis.

The study by Fontes & Madureira (2019) applied automated analysis of facial expressions, combined with acoustic and perceptual analyses, to investigate the congruence between non-verbal and verbal cues in persuasive speech. The detection of facial movements generated by the automated system made it possible to identify two distinct strategies of persuasiveness.

Fontes & Madureira's (2022) production and perception experiment on the speech expression of true and false information also incorporated automated analysis of facial expressions. Results indicated convergence between visual prosody and meaning expression.

Fontes & Madureira (2023) made a comparison between the evaluation of basic emotions by a group of judges and that of an automated system. The results concerning the judges' evaluations were compared to the ones obtained by means of the automated analysis of the same set of visual stimuli (dynamic images) and were found to be convergent in terms of emotion evaluation. Furthermore, combinations of AUs associated with emotion expressions were found to be according to what is both theoretically predicted and empirically found in the literature on emotion facial expressions, as mentioned by Scherer et al. (2019).

Results from these four studies corroborate the operational strength of the automated systems to analyze facial Action Units in real time, favoring the analysis of dynamic aspects.

VI - Conclusion

In this chapter issues concerning the automated analysis of facial expressions of affective states have been addressed. Due to their communicative relevance, facial movements are worth investigating in relation to meaning expression and must be integrated in studies of speech expressivity.

The analysis of facial cues of affective states poses several challenges stemming from semantic aspects relating to the choice of lexical labels to name the affective states within a language and between languages, theoretical issues concerning methods and approaches on affective states, the expression of genuine

and posed affective states, static versus dynamic images, image capture techniques and multidimensionality of statistical tests.

Automated systems offer real time, accurate, dynamic, fine-grained analysis of facial expression data. They can be used to foster bimodal analysis of linguistic, paralinguistic and extralinguistic speech features in audiovisual data.

Acknowledgments

The second author acknowledges a university research fund (PUCSP/PIPEq/PIPRINT n. 21672).

References

- AVERILL, J. R. (1980). A constructivist view of emotion. In R. Plutchik & H. Kellerman (Eds.), *Emotion: theory, research, and experience*, vol. 1 (pp. 305-339). Academic Press.
- CARNAVAL, M. (2021). *Focalização no português do Brasil: um estudo multimodal* [303 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa)]. Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CHEN, C., Garrod, O. G. B., Ince, R. A. A., Schyns, P. G. & Jack, R. E. (2021). Facial Expressions Reveal Cross-Cultural Variance in Emotion Signaling. *Journal of Vision September 21*, 2500. doi:<https://doi.org/10.1167/jov.21.9.2500>.
- DARWIN, C. (1872/1965). *The expression of the emotions in man and animals*. University of Chicago Press.
- EKMAN, P. (1973). Cross-cultural studies of facial expression. In P. Ekman (Ed.), *Darwin and facial expression: A century of research in review* (pp. 169–222.). Academic.
- EKMAN, P. & Friesen, W. V. (1976). Measuring facial movement. *J Nonverbal Behav*, 1, 56-75. <https://doi.org/10.1007/BF01115465>.
- EKMAN, P., Friesen, W. V. & Hager, J. C. (Eds.). (2002). *Facial Action Coding System* (2nd ed.). Research Nexus eBook.
- ELFENBEIN, H. A. & Ambady, N. (2002). On the universality and cultural specificity of emotion recognition: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 128(2), 203-235. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.128.2.203>
- FONTES, M. & Madureira, S. (2023). *Visual cues of emotion expression: perceptual evaluation and automated system analysis*. Artigo submetido em janeiro de 2023. Não publicado.
- FONTES, M. A. S. & Madureira, S. (2022). Um experimento sobre a linguagem não verbal na detecção de efeitos de sentidos: o questionamento da autenticidade. In L. C. Moutinho,

- A. G. Bautista, E. F. Rei, H. Rebelo, R. L. Coimbra & X. Sousa (Org.). *Estudos em variação linguística nas línguas românicas – 2* (pp. 138-159). Universidade de Aveiro.
- FONTES, M. A. S. & Madureira, S. (2019). Vocal and facial expressions and meaning effects in speech expressivity. In *10th International Conference of Experimental Linguistics*, vol. 1 (pp. 81-84). Exling.
- FONTES, M. A. S., & Madureira, S. (2015). Gestural prosody and the expression of emotions: a perceptual and acoustic experiment. In *18th International Congress of Phonetic Sciences*, vol. 1 (pp. 1-5). University of Glasgow.
- FRITH, C. (2009). Role of facial expressions in social interactions. *Philos Trans R Soc Lond B Biol Sci*. Dec 12; 364(1535):3453-8. doi: 10.1098/rstb.2009.0142. PMID: 19884140; PMCID: PMC2781887.
- GERGELY, A., Koós-Hutás, É., Filep, L.A., Kis, A. & Topál, J. (2023). Six facial prosodic expressions caregivers similarly display to infants and dogs. *Sci Rep*. Jan 17, 13(1), 929. doi: 10.1038/s41598-022-26981-7. PMID: 36650174; PMCID: PMC9845226
- HUSSON, F., LÊ, S. & Pagès, J. (2011). *Exploratory Multivariate Analysis by Example Using R*. CRC Press.
- JACK, R.E. & Schyns, P. G. (2015). The Human Face as a Dynamic Tool for Social Communication. *Curr Biol*. 2015 Jul 20, 25(14), R621-34. doi: 10.1016/j.cub.2015.05.052. PMID: 26196493.
- JAMES, W. (1884). What is an emotion? *Mind*, 19, 188-205.
- LANGE, J., Heerdink, M. W. & van Kleef, G. A. (2022). Reading emotions, reading people: Emotion perception and inferences drawn from perceived emotions. *Curr Opin Psychol*. 2022 Feb., 43, 85-90. doi: 10.1016/j.copsyc.2021.06.008. Epub 2021 Jun 21. PMID: 34303128.
- LÖVHEIM, H. (2012). A new three-dimensional model for emotions and monoamine neurotransmitters. *Medical Hypotheses*, 78(2), 341-8.
- MADUREIRA, S. & Fontes, M. A. S. (2019). The analysis of facial and speech expressivity: tools and methods. In J. M. Lahoz-Bengoechea & R. P. Ramón (Eds.). *Subsidia: Tools and resources for speech sciences*. 1ed., v. 01 (pp. 1-150). Universidade de Málaga.
- MASUDA, T., Ellsworth, P.C., Mesquita, B., Leu, J., Tanida, S. & Van de Veerdonk, E. (2008). Placing the face in context: cultural differences in the perception of facial emotion. *Journal of personality and social psychology*, 94(3), 365-81.
- MIXDORFF, H., Hnemann, A., Rilliard, A., Lee, T. & Ma, M. K. N. (2017). Audio-visual expressions of attitude. *Speech Communication*, 95 (Issue C), 114-126. <https://doi.org/10.1016/j.specom.2017.08.009>2017.
- MIRANDA, L., Swerts, M., Moraes, J. & Rilliard, A. (2020). The Role of the Auditory and Visual Modalities in the Perceptual Identification of Brazilian Portuguese Statements and Echo Questions. *Language and Speech*.

- NOLDUS FaceReader: *Tool for automatic analysis of facial expressions: Version 8.1* [Software]. Wageningen, The Netherlands: Noldus Information Technology B.V., 2021.
- OGARKOVA, A., Soriano, C. & Lehr, C. (2012). Naming Feeling: Exploring the Equivalence of Emotion Terms in Five European Languages. In P. Wilson (Ed.). *Dynamicity in Emotion Concepts*. Frankfurt am Main, Peter Lang (Lodz Studies in Language; 27) doi: 10.3726/978-3-653-01466-2 <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:98125>
- REGENBOGEN, C., Schneider, D. A., Gur, R. E., Schneider, F., Habel, U. & Kellermann, T. (2012) Multimodal human communication - Targeting facial expressions, speech content and prosody. *NeuroImage*, 60(4), 2346-2356.
- RILLIARD, A., Martin, J. C., Aubergé, V. & Shochi, T. (2008). Perception of French Audio-Visual Prosodic Attitudes. *Proceedings of the 4th International Conference on Speech Prosody*. Campinas, SP, Brazil.
- RILLIARD, A., Moraes, J. A., Erickson, D. & Shochi, T. (2013). Social affect production and perception across languages and cultures: the role of prosody. *Leitura*, 2(52), 15-41.
- RUSSELL, J. A., Bachorowski, J. A. & Fernández-Dols, J. M. (2003). Facial and vocal expressions of emotions. *Annual Review of Psychology*, 54, 349-359.
- [HTTPS://DOI.ORG/10.1146/ANNUREV.PSYCH.54.101601.145102](https://doi.org/10.1146/ANNUREV.PSYCH.54.101601.145102)
- SARTRE, J-P. (2008). *Esboço para uma teoria das emoções*. Lepmpocket Editora.
- SCHERER, K. R. (2003). Vocal communication of emotion: a review of research paradigms. *Speech Communication*, 40, 227-256.
- SCHERER, K. R. (2005). What are emotions? And how can they be measured?. *Social Science Information*, 44(4), 693-727.
- SCHERER, K. R., & Ellgring, H. (2007). *Multimodal Expression of Emotion: Affect Programs or Componential Appraisal Patterns?*. American Psychological Association.
- SCHERER, K. R., Ellgring, H., Dieckmann, A., Unfried, A. M. & Mortillaro, M. (2019). Dynamic Facial Expression of Emotion and Observer Inference. *Front Psychol*. Mar 19, 10, 508. doi: 10.3389/fpsyg.2019.00508. PMID: 30941073; PMCID: PMC6434775.
- SCHERER, K. R., Dieckmann, A., Unfried, M., Ellgring, H. & Mortillaro, M. (2021). Investigating Appraisal-Driven Facial Expression and Inference in Emotion Communication [Article scientifique]. *Emotion*, 21(1), 73-95. <https://doi.org/10.1037/emo0000693>
- SHAN, J., Shuo, W., Chuanbo, H., Webster Paula J. & Li Xin (2021). Detection of Genuine and Posed Facial Expressions of Emotion: Databases and Methods *Frontiers in Psychology*, 11. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2020.580287>. DOI=10.3389/fpsyg.2020.580287.
- SPINOZA, B. (2009). *Ética. Autêntica*.
- VAN Bommel, R., Stieger, M., Visalli, M., de Wijk, R. & Jager, G. (2020). Does the face show what the mind tells? A comparison between dynamic emotions obtained from facial expressions and Temporal Dominance of Emotions (TDE). *Food Quality and Preference*, 85.

<https://doi.org/10.1016/j.foodqual.2020.103976>.

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0950329320302457>

WIERZBICKA, A. (2000). The semantics of human facial expressions. *Pragmatics & Cognition*, 8, 147-183. 10.1075/pc.8.1.08.

Oralidad y textos escritos: El caso del cómic

Orality and written texts:
the case of comics

NOEMÍ PÉREZ PÉREZ

Resumen: El propósito de este artículo es estudiar la manera como se manifiesta la oralidad en un tipo de obra como el cómic, en la que los códigos textual e icónico se complementan para que el lector pueda interpretar adecuadamente el mensaje que el autor quiere transmitir. Para ello, nos hemos basado en el trabajo de Rodríguez Rodríguez (2017), quien propone un modelo de análisis descriptivo por niveles (morfosintáctico, léxico-semántico, pragmático-cultural, prosódico y ortotipográfico), con la finalidad de comprobar de qué forma se refleja la lengua hablada en el cómic. La obra escogida para llevar a cabo este cometido es *Arrugas* (2008), de Paco Roca, que tiene una versión en portugués que salió publicada en 2022. Su estudio ha servido para identificar las marcas de la oralidad presentes en esta obra, así como las soluciones adoptadas ante los problemas derivados de su traducción a la lengua portuguesa.

Palabras clave: Cómic; oralidad prefabricada; análisis descriptivo; análisis contrastivo; portugués.

* DLC/CLLC | Universidade de Aveiro

Abstract: The aim of this work is to study the way in which orality is manifested in a work such as the comics, in which the textual and iconic codes complement each other so that the reader can adequately interpret the message that the author wants to transmit. For this purpose, we base our study on the work of Rodríguez Rodríguez (2017), who proposes a model of descriptive analysis by levels (morphosyntactic, lexical-semantic, pragmatic-cultural, prosodic and orthotypographic), with the aim of identifying how the spoken language is reflected in the comics. The book chosen for this study is *Arrugas* (2008), by Paco Roca, which has a Portuguese version published in 2022. Its study has served to identify the marks of orality present in this comics as well as the solutions adopted to the problems arising from its translation into Portuguese.

Keywords: comics; prefabricated orality; descriptive analysis; contrastive analysis; Portuguese.

1. Introdução

Se habla de oralidad elaborada o prefabricada para hacer referencia a la presencia de rasgos de la lengua oral en lo escrito, con el objetivo de imitar las interacciones orales cotidianas y de ayudar a que el texto le resulte verosímil al lector (García de Toro, 2004). Se trata, en definitiva, de un habla inventada o creada por un autor con la que se pretende caracterizar a los personajes y crear la ilusión de autenticidad (Brumme, 2008b). El interés por el estudio de este fenómeno ha ido en aumento en las últimas décadas, como se puede observar por el número considerable de publicaciones dedicadas a su análisis en textos escritos y audiovisuales. Ejemplo de ello son los trabajos de Ballard (2002), Chaume (2001, 2004), Brumme (2008a, 2012), Baños Piñeiro (2009), Morillas (2016) o Buendía Alcaraz (2020), por citar algunos. En relación con el cómic, la investigación acerca de la oralidad se ha centrado en ciertos aspectos concretos como las interjecciones, onomatopeyas o los marcadores del discurso y no en un análisis más general de los rasgos orales incluidos en esta clase de textos (Brumme, 2008b; Rodríguez Rodríguez, 2019).

Pocos son los trabajos que se centran en el estudio de algún aspecto relacionado con la traducción del cómic entre la lengua española y portuguesa, a pesar de que existen publicaciones de este tipo desde hace décadas. Tal es el caso de historietas ya clásicas como *El capitán trueno/Capitão Trovão* o *Mortadela y Filemón*, conocidos en Portugal como *Mortadela e Salamão*, o de obras de autores

más contemporáneos como Miguel Gallardo, Paco Roca, Antonio Altarriba o Miguel Ángel Martín. Asimismo, existen versiones en español de algunas de las historias creadas por Francisco Sousa Lobo, José Carlos Fernandes o Miguel Rocha. Si atendemos ahora al reflejo de la oralidad en textos escritos y su traslación entre esas dos lenguas próximas, se puede decir que es un tema que no ha sido abordado, como se puede comprobar por la falta de bibliografía al respecto.

Se pretende en este trabajo realizar una descripción de las marcas orales, principalmente de las relativas a las conversaciones orales espontáneas no planificadas, presentes en *Arrugas*, de Paco Roca, y en la versión en portugués, *Rugas*. En primer lugar, se abordará brevemente la relación entre textos escritos y la oralidad, centrándonos en el reflejo de esta en el cómic para, a continuación, analizar las dos versiones de la obra con el propósito de identificar los recursos empleados en ambos textos para reflejar la lengua hablada y emular, de este modo, las interacciones orales cotidianas. Como se podrá observar a lo largo del análisis efectuado, en el texto en portugués se respeta la plasmación de la oralidad del español recurriendo, sobre todo, a estructuras equivalentes o a su adaptación, con el objetivo de que los diálogos de los personajes resulten más naturales al nuevo lector.

2. Oralidad y cómic

Tal y como indica Briz Gómez (2014), es frecuente encontrar rasgos de la lengua oral en textos escritos, haciendo que surja un tipo de discurso caracterizado por ser híbrido, al ser fruto de esa mezcla de lo oral y lo escrito. La relación entre estos polos extremos

no es de oposición sino de interpenetración. Esto se muestra a menudo en la dificultad de separar en un mismo acontecimiento lo que tiene de práctica oral y lo que tiene de escritura (la escritura teatral, la conferencia leída o los apuntes tomados en una clase son ejemplos del modo en que se articulan ambos procedimientos). (Abascal Vicente, 2002, pp. 46-47)

Dentro de este grupo estaría el cómic que se situaría a medio camino entre la inmediatez y la distancia comunicativa (Koch y Oesterreicher, 2007), donde se ubicarían también todas aquellas formas discursivas en las que se produce esa interrelación entre la oralidad y la escritura, dado que “el lenguaje de la inmediatez comunicativa puede presentar una concepción hablada, aunque se observe

en el medio gráfico, mientras que un enunciado de distancia con una elevada concepción escrita puede realizarse en el medio fónico” (Brumme, 2012, p. 22).

El cómic es, por tanto, un medio escrito en el que se plasman elementos propios de la oralidad, cuyo discurso se caracteriza por ser prefabricado (Chaume, 2004) o fingido (Brumme, 2008b) debido a que “no coincide simplemente con la plasmación de lenguaje coloquial en un texto escrito, sino que supone la intervención de un autor y, por tanto, la selección de determinados rasgos típicos de la oralidad” (Brumme, 2008b, p. 10) como repeticiones, juegos de palabras, fraseología, coloquialismos, vacilaciones o frases simples, que ayudarían a dar autenticidad a las palabras de los personajes, y por medio de la reproducción gráfica de elementos fonéticos que servirían para caracterizar a los personajes (Rodríguez Rodríguez, 2019). Teniendo en cuenta el predominio del diálogo como forma de interacción en las historias de los cómics, el desafío no se encuentra, como indican Baños y Chaume, en intentar “to imitate spontaneous conversations, but in selecting specific features of this mode of discourse that are widely accepted and recognised as such by the audience” (2009, Par. 1). El objetivo es que las interacciones de los personajes, que son un reflejo de la lengua hablada, resulten naturales al lector.

No obstante, las marcas de la oralidad en el cómic no solo se manifiestan a través de rasgos lingüísticos, sino también se pueden encontrar en otros códigos de expresión como la imagen, la cual mantiene una estrecha relación con el texto al que complementa con el objetivo de transmitir un determinado mensaje y de que el receptor lo pueda interpretar de manera correcta. La inclusión de onomatopeyas, de metáforas visuales que representen algún tipo de sonido en el dibujo, la forma del contorno del globo, los signos de puntuación o el uso de negritas, por ejemplo, ayudan también a dar sonoridad al texto y a hacer, por tanto, que “el lector ‘oiga’ el sonido” (Rodríguez, 2019, p.101).

Traducir la oralidad y que el resultado produzca el mismo efecto en el nuevo destinatario del texto meta no es fácil, ya que el traductor “debe saber manejar el lenguaje hablado tanto en la lengua de partida como en la de llegada y la imitación de éste en determinado texto escrito” (Brumme, 2008a, p. 21). La complejidad de esta tarea pasa por la presencia de una vasta variedad de rasgos que evocan la lengua hablada (García de Toro, 2004), los cuales pueden poseer diferente tipo de significaciones que es necesario reconocer para poder identificar el papel que ejercen en cada interacción concreta. Además, se debe tener en cuenta la relación del código verbal con esos otros elementos que forman parte del cómic y que se interrelacionan entre sí, así como las características específicas del uso de la lengua y que esta, al igual que la imagen, es un elemento cultural más que

refleja valores, creencias, convenciones, prácticas, etc. No hay que olvidar que las lenguas poseen y expresan significados culturales que se hacen evidentes en la interacción, por lo que el significado e interpretación del mensaje y de la situación comunicativa está muy relacionada con las características culturales de cada comunidad o grupo social. Por ello, a la hora de realizar la traducción de un cómic se debe tener presente esta dimensión cultural asociada a la lengua, así como a otras convenciones propias de este medio como, por ejemplo, “los códigos iconográficos que forman parte del lenguaje narrativo del medio, que condicionan, sustentan y, en ocasiones, facilitan la interpretación y la traducción de la palabra escrita” (Porrás Sánchez, 2021, p. 4).

La nueva versión traducida debe poseer una fuerza expresiva igual a la del original y estar adaptada a las normas por las que se rige la lengua y cultura meta para que el resultado sea aceptable por parte del nuevo destinatario. Esto implica que el traductor debe realizar presuposiciones sobre lo que puede ser bien recibido o no por el lector y, para ello, debe conocer

más o menos los factores que gobiernan las posibilidades de que los textos y los fenómenos lingüístico-textuales sean aceptados o rechazados por una cultura o por un sector de la misma. Si de manera deliberada o inconsciente deciden aceptar los factores que favorecen la aceptabilidad y utilizar estrategias que la potencien, todo el acto de traducción se desarrollará siguiendo la norma inicial de aceptabilidad. (Tourney, 2004, p. 230)

Sin embargo, no siempre se produce ese trasvase de las marcas de oralidad de una lengua a otra, como comentan Naro (2008) o Rodríguez Abella (2016a, 2016b), lo cual provoca, entre otros aspectos, falta de información lingüística y cultural (Rodríguez Abella, 2016b) o la pérdida de matices de significación, de expresión o de sentido con respecto al texto original.

3. Metodología de análisis

Como ya se ha comentado en la introducción, la obra escogida para este estudio es *Arrugas*, de Paco Roca, la cual fue publicada en 2007 en España, mientras que en Portugal lo fue por primera vez en 2013 a cargo de la Bertrand Editora y una segunda, en 2022, por Levoir, que es la que hemos estudiado para realizar este trabajo. En ella el autor aborda el tema de la vejez y del Alzheimer que es la enfermedad que sufre Emilio, el protagonista, y a través de su historia y las de sus

compañeros, se retrata su día a día en la residencia en la que todos ellos viven en esta fase de sus vidas.

Para cumplir el objetivo propuesto de examinar la manera como se refleja la oralidad en la obra seleccionada, partiremos de la propuesta Rodríguez Rodríguez (2017), dado que estudia la oralidad prefabricada del cómic en su totalidad, atendiendo a los diferentes niveles de la lengua, y no se centra únicamente en ciertos aspectos concretos empleados de forma recurrente para emular el discurso oral como serían las onomatopeyas, las interjecciones, los marcadores temporales o los juegos de palabras.

Para la elaboración de su propuesta, Rodríguez Rodríguez (2017) tiene en cuenta el modelo contrastivo de Toury (2004), el enfoque funcional y el análisis textual de Nord (2005) y recurre, asimismo, a la propuesta de Chaume (2004) relativa a la traducción audiovisual que atiende a las dimensiones externa e interna de los textos audiovisuales, así como las particularidades propias de este tipo de traducción. Este tipo de textos comparte con el cómic la emulación del discurso oral y la presencia de diversos códigos de significación que se complementan y confluyen para la transmisión del mensaje.

En el estudio de la traducción al español de la obra de Joseph Gillain, *Le grand calumet*, Rodríguez Rodríguez (2007) propone, entre otros aspectos, un estudio descriptivo de la oralidad prefabricada en cinco niveles señalando, en cada uno de ellos, los rasgos empleados para emular el discurso oral. Así, para el nivel morfosintáctico tiene en cuenta las elisiones, omisiones, la construcción del discurso, la elipsis, la deixis y la expresión del tiempo verbal. A nivel léxico-semántico destaca la presencia del léxico común y de un campo semántico concreto como es el del *western*, de nombres propios (antropónimos, tratamiento, topónimos) o de fraseología. Por otro lado, las referencias socioculturales, histórico-políticas, artístico-literarias, lingüístico-discursivas (variación y registro lingüístico), así como los marcadores discursivos y la alternancia de códigos lingüísticos formarían parte del nivel pragmático-cultural. El análisis se completa con el nivel prosódico en el que se incluyen las onomatopeyas, las interjecciones, el subregistro musical, el titubeo o el alargamiento vocálico y el ortotipográfico, en el que se destacan los signos de interrogación, de exclamación, de puntuación o recursos tipográficos como el uso de la negrita.

La comparación entre el texto original y el meta le ha servido al autor para analizar, entre otros aspectos, la manera como se ha llevado a cabo la traducción, los recursos utilizados y las tendencias en la traslación de los rasgos de la oralidad prefabricada. Su objetivo es “esbozar qué rasgos presenta la traducción del cómic y, en consecuencia, qué normas podrían ser validadas como tales”

(Rodríguez Rodríguez, 2009, p. 202). Para ello, muestra los casos más significativos y pertinentes de cada uno de los niveles establecidos a través de fichas en las que se explican los contextos en el que aparecen las marcas orales, se justifica su uso y se comparan las dos versiones de la obra.

4. Las marcas de la oralidad en *Arrugas* y en *Rugas*

En nuestro caso en concreto, hemos partido del modelo previamente descrito para señalar los rasgos de la oralidad prefabricada en cada uno de los niveles y hemos comparado las dos versiones de la obra para observar las semejanzas y diferencias en el reflejo del discurso oral en un tipo de obra como el cómic, así como los mecanismos empleados para su traslación.

Al igual que autores como Rodríguez Abella (2016a, 2016b), quien estudia las marcas de la oralidad y su traducción entre dos lenguas próximas como son el español y el italiano, nuestro estudio tiene como fin identificar aquellas características que reflejan en mayor medida la espontaneidad y la naturalidad propia de las conversaciones orales coloquiales y la forma como son trasladadas a la versión en portugués. Nos gustaría comentar que en el primer nivel (morfosintáctico), nos centraremos en aspectos sintácticos, principalmente en los recursos empleados para la ruptura de la linealidad discursiva, debido a que no se han encontrado rasgos morfológicos que reflejen la lengua hablada, algo que parece coincidir con las conclusiones de otros autores como Chaume (2004), Baños Piñeiro (2009) o Rodríguez Rodríguez (2017), quienes comentan que se elude la inclusión de características morfológicas marcadas propias que la oralidad espontánea. En el nivel léxico-semántico la evocación de la oralidad recae en la presencia de léxico con rasgos coloquiales, mientras que los marcadores discursivos y las referencias socioculturales serán objeto de atención en el apartado dedicado a la dimensión pragmático-cultural. Entre otros mecanismos utilizados en el cómic para intensificar la expresividad del discurso de los personajes destacan las onomatopeyas, las interjecciones y las repeticiones que se situarían dentro del ámbito prosódico. Por último, atenderemos al uso y a la función de los signos de puntuación, aspecto poco estudiado en el cómic (Rodríguez Abella, 2016a), a los que se recurre también para el reflejo de la lengua hablada. Para finalizar, nos gustaría comentar que no es el objetivo de este trabajo extrapolar los resultados más allá de la obra en estudio, ni tampoco valorar la traducción realizada al portugués.

4.1. Nivel sintáctico

Sintácticamente, la evocación de la oralidad pasa por el empleo de oraciones simples, que mantienen una estructura sintáctica sencilla y convencional, por la preeminencia del uso del presente de indicativo y por enunciados incompletos que cumplen funciones expresivas. En estos casos, el lector puede interpretar sin problemas el mensaje no solo gracias al hilo discursivo que mantiene un alto grado de cohesión, a pesar de que queda interrumpido en estas situaciones, sino también al dibujo que ayuda a completar el significado y el sentido de aquello que se quiere transmitir. Ejemplos de esto lo encontramos cuando la mujer de Modesto está intentando que su marido, que tiene Alzheimer en un estado avanzado y al que se le puede ver con la mirada perdida, siga comiendo al no conseguir hacer nada solo. De ahí que ella tenga que darle de comer como a un niño pequeño:

-Una cucharadita más, venga.../ Uma colherada mais, vá lá...

Otro ejemplo que se puede destacar tiene que ver con Miguel, compañero de habitación de Emilio, cuando muestra su indignación ante sus compañeros de residencia por la manera como son tratados en su día a día mientras están comiendo en el comedor:

-No sé para qué tantas pastillas, tantas dietas y tantas prohibiciones.../ Não sei para quê tanta pastilha, tanta dieta, tantas proibições...

En otros casos, este tipo de enunciados se completan después de una breve pausa reflejada por medio de los puntos suspensivos, lo cual sirve para enfatizar la parte final del discurso y la expresión de sentimientos o emociones como irritación, enfado, asombro, sorpresa, contrariedad, etc. Esto, por ejemplo, sucede cuando Antonia le da en secreto a su nieto una serie de cosas que ella va guardando: una pastilla de jabón, aceite o Ketchup. Cuando el chico las recibe con cierto asombro, le dice:

-Pero, abuela...¿para qué quiero yo...? / Mas, ó avó... para que é que eu quero...?

Lo mismo se puede aplicar en la siguiente situación en la que Miguel se despierta de madrugada por el ruido que hace Emilio al afeitarse y al verlo le comenta sorprendido:

-¿qué?, pero... Emilio, que son las tres de la mañana / o quê? mas... Emilio, são três da manhã

Otros rasgos propios de la oralidad que se plasman en la obra son las vacilaciones que, junto con los enunciados incompletos, son una herramienta empleada para el reflejo de la ruptura de la linealidad del discurso, tal y como sucede en las conversaciones cotidianas como cuando, por ejemplo, Agustín le pregunta al médico por la cena: *¿Eh...? ¿qué...? ¿Ya... ya es la hora de cenar?! Hã? o quê? Já... já é hora de jantar?*

Como se ha podido observar a través de los ejemplos, los recursos empleados para emular el discurso propio de las conversaciones orales espontáneas a nivel sintáctico se trasladan sin mayores dificultades a la versión en portugués. Por ello, no se observan diferencias en la manera como se refleja la oralidad en esta última, pues se incluyen mecanismos equivalentes que en el texto en español que mantienen sus mismas funciones y valores. Destacan aquellos utilizados para interrumpir el hilo discursivo, como sucede con frecuencia en las interacciones orales cotidianas, que pueden ser reconocidos por los lectores de ambas lenguas y no les supondrá ningún tipo de problema a la hora de comprender el mensaje y lo que se quiere transmitir.

4.2. Nivel léxico-semántico

La presencia de cierto léxico marcado con rasgos coloquiales es una de las estrategias utilizadas para aumentar la expresividad propia de las conversaciones orales espontáneas (Briz Gómez, 2010; 2014), a las que se pretende emular. Así, podemos destacar términos y unidades fraseológicas que serían equivalentes en cuanto a su uso en los contextos comunicativos en los que aparecen, al registro y al significado como en:

- Acabará volviéndome loco/ ele vai acabar por dar comigo em doido*
- Agustín está más sordo que una tapia /o Agustín é surdo que nem uma porta*
- Estar forrada / estar cheia de massa*
- Dar la paliza / chatear*

Sin embargo, se han encontrado algunas excepciones en cuanto al uso de estructuras equivalentes entre las dos lenguas. Este sería el caso del siguiente ejemplo en el que se utiliza un término marcado como es *marchosos*, que no

existe en portugués. Por ello, en esta versión del cómic se produce una pérdida del rasgo coloquial y de matices de significación al emplear el adjetivo *dinámicos*, puesto que su significado en este contexto (personas a las que les gusta salir de fiesta) no se corresponde exactamente con lo que se quiere transmitir en el texto en español:

-los más marchosos se atreven a bailar un pasodoble / os mais dinámicos dão uns passinhos de dança

Lo mismo ocurre con *saco de pellejos* para referirse a las personas mayores a las que se alude por medio de *trastes acabados* en portugués, que no es una expresión tan despectiva como la española. Para hacer referencia a un hábito sexual de dos de los residentes se dice que *se tocan como quinceañeros*, expresión que se traslada por *portam-se como se fossem adolescentes*. Se produce en todos estos casos una pérdida de matices significativos y también de registro, pues en su traducción se emplea formas y estructuras no marcadas, como en el último ejemplo.

Queremos resaltar uno de los pocos ejemplos en la que se introduce ese rasgo de coloquialidad en la versión portuguesa, no existente en el texto en español. Esto sucede cuando Miguel explica que las residencias se construyen en lugares apartados y usa la expresión *no cu de Judas* para dar más énfasis a la idea de lejanía:

-...porque a los dueños les da lo mismo tener esta residencia que una charcutería, Y, claro, como los terrenos aquí en el campo son más baratos... / porque aos donos é-lhes igual ter uma lar ou uma charcutaria. E, claro, como os terrenos são mais baratos aqui no cu de Judas...

Se destaca, asimismo, la presencia de algunos insultos y palabras malsonantes equivalentes en ambas lenguas con función expresiva y enfática para reforzar e intensificar lo que se está diciendo y la actitud del hablante (*Guarro/porco; Gilipollas/parvos; mierda/merda*). Sin embargo, el insulto es utilizado también para caracterizar a un determinado personaje. Esto es lo que sucede con una joven que, a gritos, algo que se puede interpretar gracias al dibujo, se dirige a Emilio cuando este está visitando la planta de aquellos residentes que ya no pueden valerse por sí mismos. Se trata de una mujer que había sido okupa y que fue internada a causa de un accidente que la dejó tetrapléjica y por el hecho de que no tenía a nadie que cuidara de ella:

-¡Tú! ¡viejo hijo de puta! / Tu! Ó velho filho da puta!

A pesar de que *filho da puta* es considerado un insulto muy grave y pertenece a un registro vulgar (Almeida, 2021), se ha utilizado en la versión en portugués por ser un elemento de identificación y así lo entiende el lector. No obstante, en otras situaciones se emplea un término que puede resultar menos ofensivo con el objetivo de buscar una mayor aceptabilidad por parte del lector y que este no se sienta incómodo. Un ejemplo lo encontramos en el uso de *caraças* que es empleado en el texto en portugués en varios contextos comunicativos evitando, de este modo, la utilización de los equivalentes de los términos *joder* y *coño* que tendrían un registro más vulgar. Este tipo de expresiones son utilizadas para exteriorizar y resaltar el sentimiento, emoción o sensación que resulta de las circunstancias concretas que el hablante está experimentando.

Por otro lado, se pueden encontrar términos pertenecientes a los campos semánticos de la vejez y de la salud que tendrían un equivalente en portugués como: *alzheimer* / *alzheimer*, *artrosis* / *artrose*, *pulmonía* / *pneumonia*, *demen- cia*/ *demência*, *pastillas* / *comprimidos* - *remédios*, *estreñimiento* / *prisão de ventre*, *esquizofrenia*/ *esquizofrenia*, etc. Su inclusión responde a la necesidad de dar una mayor credibilidad al discurso de los personajes, pues con frecuencia sus conversaciones, a las que se pretende imitar, giran en torno a las diversas dolencias y achaques que sufren. Así, cuando el enfermero se acerca para dar los medicamentos a algunos residentes, Antonia y Dolores le comentan:

-Dame algo para el dolor de piernas, que estoy fatal/ Dá-me alguma coisa para a dor de pernas, que estou aflita

-Pues yo también estoy pachucha y Modesto está resfriado/ E eu também estou um bocado chocha, e o modesto anda constipado

En la siguiente situación, Antonia, Emilio y Miguel van a dar una vuelta en coche y en un determinado momento, Antonia les pide que paren en un bar porque necesita agua para tomar sus pastillas, pero se da cuenta de que se las ha dejado casi todas en la residencia y, por eso, comenta:

-Caray... Me he traído sólo las pastillas del estreñimiento. No he cogido ni las del azúcar, ni las de la circulación, ni las de la artritis.../ Caraças.... Só trouxe os remédios da prisão de ventre. Não trouxe nem os do açúcar, nem os da circulação, nem os da artrite...

A diferencia del anterior nivel, en este se encuentran algunas discrepancias a la hora de la traslación de, principalmente, insultos, palabrotas o de expresiones

coloquiales. En el texto en portugués se ha evitado el empleo de términos que pudiesen resultar demasiado groseros, atenuando su presencia en los contextos en los que aparecen con la elección de aquellas formas que no se consideran tan vulgares, aunque esto suponga la pérdida de ciertos matices de expresividad o de intensidad del discurso de los personajes.

4.3. Nivel pragmático-cultural

Desde el punto de vista pragmático, destacan aspectos lingüísticos-discursivos a los que se recurre con el fin de dar mayor naturalidad a las palabras de los personajes. En este caso, la plasmación de la oralidad se encuentra en la inclusión de marcadores discursivos característicos de las conversaciones orales espontáneas, utilizados por el hablante y por el oyente, por lo que poseen funciones interaccionales (López Serena y Borreguero, 2010). De este modo, se pueden encontrar aquellos empleados para interpelar al oyente, principalmente, a través de imperativos que en portugués se encuentran apoyados por la partícula *lá*, que da un mayor énfasis a la enunciación:

-Venga, vamos al sofá a hacer la siesta hasta la hora de cenar/ Vá, vamos para o sofá fazer a sesta até ao jantar.

-Vamos, Antonia. Haz un esfuerzo / Vá lá, Antónia, faz um esforço

En este otro ejemplo, encontramos otro tipo de marcador empleado a modo de control conversacional, con el que el hablante solicita la validación de lo dicho a través de expresiones como: *¿verdad?*, *¿no?*, *não?*, *não achas?*, etc.:

-Hoy lo hemos hecho muy bien, ¿verdad? / Hoje estivemos muito bem, não foi?

-Es humillante que te traten como a un niño, ¿verdad? / É humilhante ser tratado como uma criança, não é?

Como llamada de atención al interlocutor se recurre, asimismo, al uso de los nombres propios de los personajes que funcionan como vocativos y que aparecen en la versión en portugués sin adaptar (*Juan, Miguel, Sol, Dolores, Modesto, Agustín, Pellicer, Esteban, Félix, Julia, Cipriano*), lo cual puede dar lugar a extrañeza en el lector puesto que algunos no existen en esta lengua o tienen un equivalente como sería el caso de João o Estêvão, mientras que otros han sido adaptados ortográficamente como sucede con: *Emílio, Antónia* o *Rosário*. Se trata de

un recurso propio del discurso oral empleado para dar una mayor expresividad y que ayuda a la cohesión del discurso al igual que los marcadores del discurso.

En la obra también aparecen marcadores utilizados por el oyente o de contacto conversacional con función fática o de contacto (*sí/ pois; ya/ pois*), reactiva para mostrar acuerdo o desacuerdo (*sí/ pois; sí/ sim; claro/claro; pero/mas, vá lá; pues/então, etc.*) o expresiva (*bueno/ bem; pois; ¿en serio?/ a sério?*) (López Serena y Borreguero, 2010). Tanto estos como los empleados por el oyente en ambas versiones de las obras son equivalentes, es decir, tienen las mismas funciones y los mismos valores en los contextos en los que se insertan. Nos gustaría señalar que hay marcadores que tienen una forma igual o parecida entre el español y el portugués, pero no poseen los mismos valores o expresan lo mismo en ciertos contextos comunicativos (*pues/ pois*) y, por ello, es necesario encontrar un equivalente adecuado como se hace en el texto meta. Esto es lo que sucede con el uso de *ya*, que corresponde a *pois*, y se utiliza para indicar al hablante que se está atento y que se ha recibido el mensaje. En la siguiente situación, Esteban le comenta al enfermero Juan que no puede dormir debido a los ronquidos de su compañero de cuarto y aquel, que está distraído con otra cosa, le dice:

-Ya, sí... veré que se puede hacer / *Pois, sim..., vou ver o que é que se pode fazer*

Asimismo, los marcadores *sí* y *pois* sirven para confirmar algo o mostrar acuerdo con el hablante como se puede observar en el siguiente contexto:

-Pero... ¿Adónde vas por ahí? Es por aquí... / *Mas... para onde é que estás a ir? É por aqui...*

-Ah, sí / *Ah, pois*

En este otro ejemplo, la mujer del hijo de Emilio le recrimina su actitud y su poca paciencia ante la enfermedad de su padre, mostrando su reprobación por medio del empleo de *pero*, en el texto en español, y de *vá lá*, en el portugués:

-pero, Juan... ¿qué te cuesta seguirle la corriente a tu padre?/ *vá lá, Juan..., custa-te muito não contrariar ao teu pai?*

Si atendemos ahora a la dimensión cultural, de entre todos los aspectos que se incluirían dentro de ella (históricos, literarios, artísticos, etc.) destacan los socioculturales, a los que los hablantes recurren con frecuencia en las interacciones orales. Por ello, la presencia de este tipo de referencias, a las que se alude

a través de las palabras de los personajes, supone un reflejo de la naturalidad y espontaneidad de las conversaciones cotidianas. La realidad que se muestra en el cómic alude al estilo de vida de personas mayores que viven en una residencia, a sus preocupaciones, a su relación con la familia, a las enfermedades que padecen o a su forma de divertirse o de pasar el tiempo. En general, para estas referencias en la versión en portugués se usan términos equivalentes a los del texto en español como es el caso de: *jugar al bingo* / *jogar bingo* para pasar el rato o *poner los adornos de navidad al árbol* / *enfeitar a árvore de natal* porque se acerca la época navideña y es costumbre adornar las casas antes de que lleguen estas fechas.

Encontramos, no obstante, que algunas referencias han sido adaptadas a la cultura portuguesa buscando, de este modo, la aceptabilidad del lector como sucede, por ejemplo, cuando se menciona el *pasodoble*, que se traslada por *pas-sinhos de dança*, o cuando se hace referencia al puente del 12 de octubre que se adapta por la festividad del 1 de noviembre:

-¿Os habéis apuntado a la excursión del puente de octubre?/ Já se inscreveram na excursão do feriado de novembro?

Las soluciones encontradas en este nivel para el traslado de la oralidad del texto en español pasan por el empleo de recursos equivalentes que producen un mismo efecto o por adaptaciones, salvo alguna excepción como en los nombres de los personajes, que el lector portugués reconocerá como propios de su lengua y de su cultura.

4.4. Nivel prosódico

Rodríguez Rodríguez (2017) incluye en este nivel el estudio de onomatopeyas e interjecciones que se utilizan para imitar el sonido de objetos, de acciones o los producidos por la naturaleza y para la expresión de sentimientos o emociones, respectivamente. Las onomatopeyas poseen un valor gráfico y acústico (Gubern, 1974), aparecen mayoritariamente en el dibujo y en el texto en portugués se mantienen con la misma forma que en la versión en español: *tap* (golpe de una pelota en la cabeza y de un libro que se cierra bruscamente); *crak, crak, crak* (ruido de las bolas del bingo al girar el bombo y golpe metálico); *ras, ras* (rascarse la barbi-lla); *crunch, crunch, crunch* (andar sobre la nieve); *plaf* (sonido de un libro tirado con fuerza contra la pared); *clak* (ruido que hace el mando del coche al poner las luces), *klank* (pieza metálica al caer), *tac, tac, tac* (sonido que hace el bastón al

chocar con el suelo y al marcar el número de teléfono en el móvil), zzz (dormir), etc. A pesar de que pueda existir una onomatopeya en portugués para representar ciertos sonidos, esta no se usa como sucede, por ejemplo, con *plas* (aplaudir), cuyo correspondiente sería *clap*. En relación con la falta de adaptación de este tipo de formas, Brandimonte (2012) comenta puede deberse a “los altos costes de modificación y considerando que la pérdida de información para el lector de la traducción suele ser mínima con respecto al mensaje global” (2012, p. 155), aunque el lector no las reconozca como propias de su lengua.

Por otro lado, las interjecciones se encuentran dentro de los bocadillos de diálogo, tienen una función expresiva, proporcionan naturalidad a las palabras de los personajes, poseen en algunos casos diferentes valores semánticos que dependen del contexto comunicativo en el que se insertan y se adaptan teniendo en cuenta las características de la lengua meta (*huy/ui* o *ay/ai*). Son, como indica Torres Sánchez (2000), “fijaciones convencionales de sonidos naturales que, de acuerdo con las características fonéticas y fonológicas de cada lengua, adquieren representaciones lingüísticas variadas” (2000, p. 2).

Aunque el número de interjecciones no es muy numeroso, podemos resaltar el empleo de *ah*, para expresar duda, gritos y el lamento; *ay*, para el dolor o *eh*, para indicar desorientación. En el texto en portugués aparecen como: *ai* (duda y dolor), *ah* (dolor, gritos, carcajada, lamento) y *ãh/hã* (desorientación). La risa también se hace sonora a través de la repetición de las interjecciones: *ja/ah* o *ha* que indican una carcajada; *je/eh* o *he*, para la expresión de una risa cómplice o irónica y *ji/hi* o *ih*, que simbolizan malicia.

Encontramos en la obra abundantes repeticiones de letras, sílabas o palabras que ayudan al incremento de la expresividad, aunque no solo aparecen en la representación de la risa, sino también en frases y palabras enunciadas por algunos de los personajes de la historia. Son un recurso empleado para emular la hesitación y caracterizar a aquellos residentes que tienen problemas mentales, de memoria y con el lenguaje. Así, Juan repite siempre todo lo que oye varias veces mientras que la señora Sol, que tiene una obsesión por hablar por teléfono y llamar a sus hijos, pregunta: *¿Dón-dónde hay un teléfono? / on-onde é que há um telefone?*. A su vez Emilio titubea con cierta frecuencia como en: *cu-cuando yo trabajaba en el banco nunca celebrábamos estas tonterías/ q-quando trabalhava no banco nunca celebrávamos estas palermices*, aunque en alguna ocasión se elude este recurso en el texto en portugués. Esto es lo que sucede cuando Emilio llega tarde a comer y se justifica diciendo: *Me-me he despistado y no encontraba el comedor/ Despistei-me e não encontrava o refeitório*. En este caso, la diferencia en la construcción sintáctica de la oración hace que no se pueda repetir el

pronombre en el texto meta, pero tampoco se ha optado por duplicar alguna letra o sílaba de la primera palabra de la oración, como sucede en otras situaciones, por lo que se pierde el efecto que aparece en el texto en español.

En otras ocasiones los titubeos junto con las pausas, que se manifiestan por medio de los puntos suspensivos, representan el olvido y son un síntoma del avance del Alzheimer. Esto es lo que sucede en el siguiente ejemplo, cuando Emilio le intenta explicar al enfermero Juan dónde había estado:

-Muy bien, hemos estado en la... en la... en esa sala llena de.../Muito bem, estivemos na...na... naquela sala cheia de...

La intensificación de la expresividad también se da en el alargamiento vocálico y consonántico en onomatopeyas e interjecciones y en el uso de las mayúsculas, que ayudan a transmitir el volumen, como en el caso de: *BRRRRRR*, para indicar el ruido que hace la máquina de afeitar y que provocó que Miguel se despertase a las tres de la madrugada; de *HHHHHHHHH*, que representa el sonido del coche acelerando a toda velocidad o de *AAAAAH*, que alude a los gritos y lamentos de una residente de la segunda planta, en la que están aquellas personas que ya han pedido la razón o no pueden valerse por sí mismas.

Por último, queremos destacar la presencia de la rima en el poema que Antonia lee a sus compañeros y que está escribiendo para la función de Navidad:

*-“... y la vejez es algo natural, pero a nuestras familias no queremos molestar... / <<... e a velhice é natural, mas não queremos pesar à família”>>
-“pero no nos llaméis viejos, pues nos sentimos un saco de pellejos...” / <<mas não queremos ser chamados de “velhos”, porque não somos uns trastes acabados...>>
-“llamadnos mejor mayores...” / <<chamen-nos antes “seniores”... >>*

Como se puede observar, no se logra trasladar la rima a la versión en portugués, a pesar de la adaptación del texto. Los puntos suspensivos que aparecen intercalados en el discurso del personaje representan las pausas y el ritmo de lectura del poema, al que Miguel responde con otros versos rimados, cuyo efecto desaparece parcialmente en la versión en portugués de la obra:

-“Llamadnos mayores, pues solo vivimos para tener dolores” o mejor “llamadnos mayores porque no podemos movernos sin temblores” / <<chamem-nos antes “seniores”, que só vivemos para ter dores>>, ou, melhor ainda, <<chamem-nos “seniores” que pasamos a vida aos tremores>>

A pesar de que en la versión en portugués se respeta la recreación de la oralidad del texto en español con el empleo de recursos equivalentes o adaptaciones adecuadas a la lengua portuguesa, con los que se logra incrementar la expresividad de las intervenciones de los personajes, existen algunos casos en las soluciones encontradas como en la falta de reproducción de la rima o de las repeticiones de letras que hacen que se pierda tal efecto.

4.5. Nivel ortotipográfico

En este nivel destacan los signos de puntuación utilizados en ocasiones de forma no convencional por cumplir una función expresiva en ambos textos y por ser “el soporte perfecto para dar fuerza a la oralidad” (Rodríguez Rodríguez, 2017, p. 427), por lo que la justificación de su empleo es válida para las dos versiones de la obra. De entre todos, los puntos suspensivos son los que tienen mayor preponderancia en la obra en análisis y son utilizados para reflejar diferentes fenómenos orales, como ya se ha podido comprobar en apartados anteriores, tales como vacilaciones, titubeos, enunciados inacabados, pausas que simbolizan el olvido o representan un momento para meditar lo que se va a decir como, por ejemplo, cuando Emilio le pregunta a su compañero Miguel si no hay nadie despierto en la residencia, dado que parece que todos están durmiendo. Este se cruza de brazos y lleva una mano a la cara, lo que indica una actitud reflexiva y dice: *Pues... / Ora...* Después de un tiempo, le indica a Emilio que lo siga en una determinación dirección, hacia la que apunta el dedo índice de la mano derecha, y comienza a andar, diciéndole:

-Ah, sí... Ven / Ah, sim... Vem daí

-Te presentaré a la señora Rosario/ Apresento-te à dona Rosário

También se pueden encontrar casos en los que los puntos suspensivos aparecen al inicio de una intervención para indicar que se continúa con una conversación ya iniciada. Esto ocurre, por ejemplo, cuando en una viñeta se muestra a doña Rosario con su familia que ha ido a visitarla y les está contando que:

-... y allí en Estambul, en el hotel Pera, me reuniré con mi marido / ...e lá em Istambul, vou ter com o meu marido, ao hotel Pera...

En este ejemplo, los tres puntos finales también indican que doña Rosario seguirá relatando su historia. Asimismo, representan el susurro cuando Dolores

se acerca al oído de su marido, que está en una fase ya avanzada del Alzheimer, y le murmura algo que los demás no consiguen oír, pero que provoca que Modesto reaccione y sonría.

Resaltamos también el uso de los signos de exclamación con fines expresivos con los que se intensifica una determinada emoción o sentimiento, de ahí que, por ejemplo, acompañen a las interjecciones, pero no solo. Así, la impotencia del hijo de Emilio ante los problemas mentales del padre se refleja en el dibujo, donde se puede ver que se lleva las manos a la cabeza, y por sus palabras que se ven reforzadas por la presencia de signos de puntuación:

-¡yo no quiero ningún préstamo! ¡esto es desesperante, joder! / eu não quero empréstimo nenhum! Caraças, isto é de perder a cabeça!

En este otro contexto, señalan e incrementan el enfado de Antonia ante las palabras de Miguel sobre el tratamiento que las familias dan a sus mayores. Ella, que está sentada hablando tranquilamente, se levanta y le dice con las manos cerradas en forma de puño:

-¡No digas eso! Mi familia me quiere / Não digas isso! A minha família gosta muito de mim

Asimismo, acompañan a las repeticiones de palabras y frases que Juan siempre repite, por lo que sirven para la caracterización de este personaje, y a los gritos. Ayudan, por tanto, a señalar un volumen más elevado, algo que también se puede interpretar gracias a la imagen. Esto se puede observar, por ejemplo, cuando un enfermero entra corriendo en la habitación de Esteban porque ha oído ruidos y chillidos, y se lo encuentra dando golpes con una llave inglesa para acabar con Félix, su compañero de cuarto, puesto que no le deja dormir debido a sus fuertes ronquidos. Con la cara desencajada le grita:

-¡Quieto! ¡Estate quieto! / Quietos! Esteja quieto!

Por último, resaltamos la utilización en alguna ocasión de los signos de interrogación para marcar o reforzar el olvido como, por ejemplo, cuando le dan una pelota a Emilio y le dicen que se la tiene que pasar al compañero que tiene a su lado y él, desconcertado, mira el objeto que tiene entre sus manos y pregunta: *¿El qué? / a quê?*

Consideraciones finales

Este trabajo se ha centrado en el estudio de la oralidad prefabricada del cómic *Arrugas*, y de su versión en portugués, que se ha analizado desde una perspectiva descriptiva y comparativa con la finalidad de descubrir los principales recursos empleados para evocar las conversaciones orales espontáneas y, asimismo, de observar la manera como han sido trasladados en *Rugas*.

Teniendo en cuenta el análisis realizado, el reflejo o imitación de las características de la inmediatez comunicativa pasaría por el uso de enunciados incompletos, por el predominio de oraciones simples, por el uso del presente de indicativo, por la presencia de un léxico en el que se priorizan ciertos temas relacionados con la realidad de los personajes, por la inclusión de ciertas palabrotas, insultos, fraseología y marcadores interaccionales propios de las conversaciones orales, así como de repeticiones, titubeos, vacilaciones o de elementos y recursos a través de los cuales se manifiesta el sonido como son las onomatopeyas, las interjecciones, el tamaño de la grafía o por medio de los puntos suspensivos que, como se ha visto, cumplen diversas funciones y poseen diferentes valores según el contexto en el que se insertan.

Estamos, por tanto, ante un tipo de discurso híbrido y planificado por un autor que escoge una serie de rasgos con los que pretende dar credibilidad a las interacciones, las cuales deben resultar naturales al lector. En este caso concreto, estamos ante un discurso que resulta verosímil, dado que se adecua al tipo de personajes que aparece en la historia y a las situaciones comunicativas presentes en la obra, y que no estaría caracterizado por ser excesivamente coloquial, aunque sí se aprecian características que estarían dentro de este registro como son: los términos malsonantes, léxico o fraseología. Por esto mismo, no encontramos grandes diferencias entre las dos versiones, en las que la relación entre el texto y la imagen es fundamental, si bien se observan en la versión en portugués adaptaciones como en el caso de las palabrotas, en el orden de los elementos de la oración en ciertas ocasiones, en unidades fraseológicas, interjecciones, marcadores o referencias socioculturales. En algún caso, como se ha visto en el capítulo anterior, esas adecuaciones pueden llevar a la pérdida de matices de significación o de expresividad, sobre todo en el nivel léxico-semántico. Sin embargo, hemos encontrado otros rasgos que se mantienen como en la versión en español como sucede con las onomatopeyas o con algunos nombres propios, lo que pueda provocar cierta sorpresa o extrañeza en el nuevo lector destinatario.

Por último, nos gustaría comentar que no se ha pretendido establecer generalizaciones en relación con el análisis realizado, simplemente hemos abordado

de forma somera un aspecto que no ha sido trabajado entre las lenguas española y portuguesa como es el reflejo de la oralidad en el cómic, como un primer paso para poder en el futuro desarrollar y profundizar en este tema estudiando, por ejemplo, otras traducciones de cómics entre esas dos lenguas afines, lo cual ofrecería la posibilidad de observar los mecanismos empleados de forma recurrente para la traslación de la oralidad prefabricada entre el español y el portugués, entre otros aspectos relacionados con este medio.

Referencias

- ABASCAL, Vicente M. D. (2004). *La teoría de la oralidad*. [Tesis de doctorado, Universidad de Málaga]. <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/4151>
- ALMEIDA, J. J. (2021). *Dicionário aberto de calão e expressões idiomáticas*. <https://natura.di.uminho.pt/~jj/pln/calao/dicionario.pdf>
- BALLARD, M. (2001). *Oralité et traduction*. Artois Presses Université.
- BAÑOS Piñeiro, R. (2009). La oralidad prefabricada en la oralidad para el doblaje. Estudio descriptivo-contrastivo del español de dos comedias de situación: *Siete vidas y Friends* [Tesis de doctorado, Universidad de Granada]. <https://mapaccess.uab.cat/publications/phd-thesis/la-oralidad-prefabricada-en-la-traduccion-para-el-doblaje-estudio>
- BAÑOS-PIÑERO, R. y Chaume, F. (2009). Prefabricated Orality: A Challenge in Audiovisual Translation. In *TRAlínea, Special Issue (The Translation of Dialects in Multimedia)*. <http://www.intralinea.org/specials/%20article/1714>
- BRANDIMONTE, G. (2012). La traducción de cómics: algunas reflexiones sobre el contenido lingüístico y no lingüísticos en el proceso traductor. En A. Cassol, A. Guarino, G. Mapelli, F. Matte Bon y P. Taravacci (Eds.), *Metalinguaggi e metatesti. Lingua, letteratura e traduzione* (pp. 151-168). AISPI edizioni
- BRIZ, A. (2010). *El español coloquial: situación y uso*. Arco Libros, S. L.
- BRIZ Gómez (2014). Hablar electrónicamente por escrito. *CHIMERA: Revista De Corpus De Lenguas Romanes Y Estudios Lingüísticos*, (1), 77-89. <https://revistas.uam.es/chimera/article/view/255>
- BRUMME, J. (2008a). Traducir la oralidad teatral. Las traducciones al castellano, catalán, francés y euskera de *Der Kontrabass* de Patrick Süskind. En J. Brumme (ed.), *La oralidad fingida: descripción y traducción. Teatro, cómic y medios audiovisuales* (pp. 21-64). Iberoamericana – Vervuet.
- BRUMME, J. (2008b). Introducción. En J. Brumme (ed.), *La oralidad fingida: descripción y traducción. Teatro, cómic y medios audiovisuales* (pp. 7-14). Iberoamericana – Vervuet.
- BRUMME, J. (2012). *Traducir la voz ficticia*. De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110263268>

- BUENDÍA Alcaraz, A. (2020). *Los rasgos de la oralidad fingida y su tratamiento en la traducción de textos dramáticos en español, italiano e inglés* [Tesis de doctorado, Universidad de Murcia]. <http://hdl.handle.net/10201/98271>
- CHAUME, F. (2001). La pretendida oralidad de los textos audiovisuales y sus implicaciones en su traducción. En F. Chaume y R. Agost (eds.), *La traducción en los medios audiovisuales* (pp. 77-90). Publications de la Universitat Jaume I. <http://dx.doi.org/10.6035/EstudisTraduccio.2001.7>
- CHAUME, F. (2004). *Cine y traducción*. Cátedra.
- GARCÍA de Toro, C. (2004). Traducir la oralidad: su incidencia en el proceso de aprendizaje de la traducción. *Glosas didácticas* (13), 115-127. <https://www.um.es/glosasdidacticas/numeros/13.html>
- GUBERN, R. (1974). *El lenguaje de los cómics*. Ediciones Península
- KOCH P. y Oesterreicher, W. (2007). *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano* (A. López Serena, trad.). Gredos. (obra original publicada en 1990)
- LÓPEZ Serena, A. y Borreguero, M. (2010). Los marcadores del discurso y la variación lengua hablada vs. lengua escrita. En O. Loureda Lamas y E. Acín-Villa (coords.). *Los estudios sobre marcadores del discurso en español, hoy* (pp. 415-496). Arco Libros, S.L
- MORILLAS, E. (2016). Oralidad y narración. Un estudio de caso. *MonTI. Monografías de traducción e interpretación. Special Issue*, (3), 55-75. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2016.ne3.2>
- NARO, G. (2008). Las marcas de oralidad en el cómic *Iznogoud* y su traducción del francés al español. En J. Brumme (ed.), *La oralidad fingida: descripción y traducción. Teatro, cómic y medios audiovisuales* (pp. 95-114). Iberoamericana – Vervuert.
- PORRAS Sánchez, M. (2021). Los territorios comunes del cómic y la traducción: leer, interpretar, traducir, adaptar. *Estudios de Traducción*, 11, 1-10. <https://doi.org/10.5209/estr.76145>
- ROCA, P. (2008). *Arrugas*. Astiberri.
- ROCA, P. (2022). *Rugas* (J. Neves, trad.). Levoir.
- RODRÍGUEZ Abella, R. M. (2016a). Mimesis de la oralidad y cómic. *La torre di Babele: rivista di letteratura e linguística*, 12(12), 195-219. <https://www.torrossa.com/es/resources/an/4374438?digital=true#>
- RODRÍGUEZ Abella, R. M. (2016b). Las marcas de oralidad en la novela gráfica *Arrugas* (análisis de su traducción al italiano). *MonTI. Monografías de traducción e interpretación. Special Issue*, (3), 131-155. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2016.ne3.5>
- RODRÍGUEZ Rodríguez, F. (2019). Traducción, traductología e historieta Una mirada panorámica. *Tebeoesfera*, (7). https://www.tebeoesfera.com/documentos/traducccion_traductologia_e_historieta.html
- RODRÍGUEZ Rodríguez, F. (2017). *La traducción del cómic franco-belga: el caso de Jerry Spring. Estudio descriptivo y análisis traductológico* [Tesis de doctorado, Universidad de Córdoba]. <http://hdl.handle.net/10396/15084>

- TORRES Sánchez, M. A. (2000). *La interjección*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- TOURY, G. (2004). *Los Estudios Descriptivos de Traducción y más allá. Metodología de la investigación en Estudios de Traducción*. Cátedra.

Reflections on the English language teaching in Brazilian public schools

Reflexões sobre o ensino de língua inglesa na escola pública brasileira

SOLANGE MARIA SANCHES GERVAI

Abstract: Like Alvarez (2015), among other researchers, we believe that learning foreign languages (FL) can be an essential tool for understanding the ways of being of others and a central element of the self-identification process itself. Recent research carried out by the British Council (2015) and by Plano CDE points to the devaluation of (FL) teaching in Brazil. Why is English so undervalued in Brazilian public schools? What measures could be taken to make sure that the student who enters elementary school today can leave school being able to read or hold a simple conversation in English?

Keywords: foreign language; teachers; development; globalization.

Resumo: Como Alvarez (2015), entre outros pesquisadores, acreditamos que a aprendizagem de línguas estrangeiras (LE) pode ser instrumento essencial para a compreensão dos modos de ser dos outros e elemento central do próprio

* Universidade Paulista/SP

processo de autoidentificação. Pesquisa recente realizada pelo British Council (2015) e pelo Plano CDE aponta para a desvalorização do ensino de (LE) no Brasil. Qual a razão do ensino de inglês ser desvalorizado na escola pública brasileira? Que medidas poderiam ser tomadas para fazer com que o aluno que hoje entra no ensino fundamental possa sair da escola conseguindo ler ou manter uma simples conversa em inglês?

Palavras-chave: língua estrangeira; professores; formação; globalização.

Introduction

As pointed out by Giddens (2002), in this globalized world with a greater possibility of interrelation between different societies many challenges are presented by cultural multiplicity. Like Alvarez (2015), among other researchers, we believe that cultural differences can work positively, as windows through which individuals can meet, with the potential to develop a critical assessment of themselves and others.

An education that seeks the learning of foreign languages (FL) is fundamental as we understand that it can be an instrument to help understand others and a central element of the process of self-identification.

This research started from the reading of the data presented by the Brazilian British Council (2015) on the teaching of English in Brazilian schools. The study “The Teaching of English in Brazilian Public Education”, was carried out by the CDE Plan¹ for the British Council, aimed to understand the main characteristics of English language teaching in Brazil. The research sought to comprehend the context, ranging from public policies to everyday practices, collecting information from different regions of the country.

According to findings of the research, the teaching of English in Brazil faces serious problems. It pointed out the unpreparedness of public-school teachers, the lack of adequate didactic material and the little attention given to language teaching by educational managers. The research also collected data so as to offer some of the possible causes of inefficiency in teaching the English language.

Following this perspective, my quest was to understand, as an English public-school teacher and as a researcher, the points presented by the British Council

1 **PlanoCDE** - impact assessment research and consulting firm specialized in CDE class families in Brazil. Since 2009, developed projects for the main business institutes and foundations in the country, in addition to large companies and organizations linked to public policies.

about the devaluation of the teaching of (FL) in public schools in Brazil. Why is English so undervalued? What measures could be taken to help elementary public-school students to be able to read or hold a simple conversation in English?

In Brazil, 85% of students attend public schools. They take English classes starting from elementary school but, when they leave high school, most show that they cannot communicate in the language. One of the motivations of this research is to reflect on and discuss from my experience why students reach the end of high school without knowing the language – or knowing only the basics.

This work includes data collected from my personal action research carried out in elementary and high-school public schools in São Paulo (Brazil) and data from a group research of which I was a member during the years of 2013 to 2016. in a school in Santana de Parnaíba, where I was not a teacher but a researcher from a university group. We used qualitative research to promote reflection on given school problems. For this study, I tried to understand the data following the categories presented by the Plano CDE (2015) for the British Council.

This study is also theoretically based on the contributions of authors such as Rojo (2012), Kalantzis & Cope (2012), Lemke (2010), Kress (2003), Signorini & Cavalcanti (2010), Soares (2002), among others, whose research in the field of education points to the need of an analysis of the teaching practices of FL as an inclusive pedagogical action and closer to the new realities proposed by the digital world.

In this context, we believe that the learning of a FL is a fundamental element to develop an openness to different types of languages and points of view, defined by a diversity of social identities, present in a world like ours; computerized and globalized. As pointed out in the Brazilian National Curricular Parameters (1998)², learning a foreign language can bring several benefits to the student, as the excerpt below points out:

Learning a foreign language contributes to the educational process as a whole, going far beyond the acquisition of a set of language skills. It leads to a new perception of the nature of language, increases understanding of how language works and develops greater awareness of the functioning of one's mother tongue. At the same time, by promoting an appreciation of the customs and values of other cultures, it contributes to developing the perception of one's own culture through understanding the foreign culture(s) (1998, p. 37)

2 **National Curricular Parameter of Modern Foreign Language** (PCN, 1998); document produced by the Ministry of Education, whose function is to present the guiding parameters of what is desired regarding the way of approaching the concepts that will be treated by the teacher in the classroom.

For this reason, as a researcher and a teacher, I set out to try to understand the challenges of teaching a foreign language in public schools in Brazil where I work.

Applying the pedagogy of multiliteracies in FL

Based on the studies of the New London Group, Rojo (2012) presents a proposal for multiliteracy pedagogy that involves a “situated practice”, initially based on actions that are part of the students’ cultures. Rojo emphasizes the importance of culturally diverse flourishing, highlighting cultural difference and student local knowledge in the school context. Thus, like Rojo, we believe that teachers of English should discuss texts and the characteristics of contexts to understand students’ necessities functioning in this “multimedia” (Daley, 2010) and multimodal world, in order to rethink the school practices of language teaching.

Motta-Roth and Nascimento (2009, p.320) also highlight that in the “globalized and multicultural society, with its multiplicity of registers, discourses, communication channels and modes of representation, teachers must rethink the concept of literacy”. Thus, including activities in the classroom, which involve multimodal activities for the construction of the cultural meanings of texts, is a fundamental step to take into account the varied literacies present in different cultural, social or professional contexts.

In the same direction, Kalantzis and Cope (2008) suggest that meanings are increasingly constructed through multimodality, involving interfaces with visual patterns (colors, images), audio, gestural and spatial meaning. Rojo (2012) also highlights that multiliteracies, as they are multi, must meet the multiculturalism of the globalized society. For the author, the cultural multiplicity of the population concerns the circulation of hybrid texts that require various literacies in the social context, implying “a process of personal and political choice” (Rojo, 2012, p. 13).

Following this theoretical framework, I seek to promote exploratory and action research³ in my work, focusing on situated practices, which can lead me as a teacher to think about pedagogical projects that could include the student’s culture, the genres and designs available to incorporate new literacy practices in English, using technologies that can promote the process of appropriation of current media.

3 **Exploratory Action Research** is a form of inquiry that teachers can engage in to better understand their situations and take actions for improvement.

Reflecting on English teaching in Brazil

The idea of multiliteracy encompasses a work procedure which is different from the school literacy that we generally find in schools. It assumes that the teacher should promote a type of learning that includes the teaching of texts that use verbal and non-verbal languages, new technologies and skills that go far beyond written and spoken practices.

In Brazil, the teaching of the English language, as a foreign language, has become more and more of a challenge, as the teaching of this subject in the public educational scope has gone through and still goes through several difficulties.

In general, as pointed out by studies such as Davel (2011), the British Council (2015) and other researchers, there is a lack of didactic material, lack of environment for language learning, insufficient work hours for teachers that are sometimes unprepared and some even have little knowledge of the FL. These issues have directly and indirectly affected the quality of FL teaching and learning in Brazil.

Added to this whole panorama is the fact that many educators still do not value diversity and the possibilities of contact with other speakers of foreign languages, failing to take advantage of the communication potential allowed by new information and communication technologies (ICT).

Another important point, presented in the report by the British Council in Brazil is that foreign language teaching belongs to the diversified part of the Common Curricular Base, which means that it can be adapted regionally, with freedom of objectives, according to the different contexts of the country. Thus, some regions in Brazil can choose not to offer the English language (choosing, instead, the teaching of other languages).

In addition, the research carried out by the Instituto de Pesquisa Plano CDE for the British Council points out that the fact that foreign language teaching belongs to the diversified part of the school curriculum makes the foreign language less regulated and, many times, considered complementary, a situation that confers to English, when offered, a marginal role. In fact, we can see this by the small numbers of classes of the foreign language, when compared to other subjects.

This points to the problem of English teaching being poorly regulated in Brazil, hindering the implementation of evaluation processes and teaching measurement at the national level. So much that there are no indicators for English language

teaching, as IDEB⁴ and SAEB⁵ do for the teaching of Portuguese and Mathematics. This fact can really help reinforce the low importance given to the foreign language within the curriculum, making it more difficult to monitor the quality of the offer and to generate strategies to improve FL learning in the country.

As a result, each teacher is responsible for the teaching method and the technologies that will be incorporated. What we see is that teachers have autonomy to choose the pedagogical action, and their choices are not always based on the proposals offered by the National Curriculum Parameters of Foreign Language (PCN, 1998).

Methodological procedures

As a member of a research group, when we started research in a school, we tried to use a methodology that could promote teachers' engagement so that they would not only be a source of data, but also could learn from the research. We used a critical-collaborative research line of work (Ninin, 2011) chosen for its value in the collective elaboration of the educational process for the participation of the entire school team and, specifically, teachers, so as to promote reflection on procedures that could improve students' learning.

We opted for qualitative research of the case study type, understood by Lüdke and André (1986, p.17) as the most appropriate when the researcher's interest is to investigate a specific, particular situation, in which the case is delimited, but which can be another universe to add questions that are being discussed in other studies, for further reflection on a given problem.

Initially, data were collected from recordings of meetings with teachers and the school coordinator. In the various meetings, we took theoretical texts on the type of research proposed, texts on theories such as multiliteracy and on forms

4 IDEB is the Basic Education Development Index, created in 2007 by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (Inep), designed to measure the quality of national learning and set goals for improving education. It works as a national indicator that allows the population to monitor the quality of Education through concrete data, with which society can mobilize in search of improvements. The IDEB is calculated from two components: the school performance rate (approval) and the average performance in the exams administered by Inep. The approval rates are obtained from the School Census, carried out annually.

5 Saeb is the acronym used to designate the National Basic Education Assessment System, created by Inep to diagnose the level of learning of students in public and private schools in the country, as well as factors that may interfere with student performance. Each Saeb test consists of two blocks of Portuguese and two blocks of mathematics. Fifth-year students answer 22 Portuguese language questions and 22 mathematics questions. Those in the ninth year, 26 of each subject.

of pedagogical action, with space for discussion focused on the relationship between theories and practice.

For this article, the focus will be on one English teacher, and I also add my experience as an English teacher in public schools as I continue to teach and get data as action researcher.

When working with the group I could get information with various teachers from different areas, specifically I was able to focus on an English teacher about his practice at the school. The teacher reports presented throughout our conversations were recorded and grouped and analyzed into categories following patterns similar to the ones found in the Instituto de Pesquisa Plano CDE research.

When reflecting about my action in these last two years as an English teacher, I used the following categories to analyze my data. Those were: a) workload; b) school context; c) teachers' profile; d) main difficulties.

Analysis of the FL English teacher perceptions (group research)

One of the first problems pointed out by the English teacher was in relation to my presence at school. According to him, I was not familiarized with the school's administrative and pedagogical processes. In his view, my presence was strange to him and to the students.

Doing collaborative research is not an easy task. Even though being invited and accepted by the school, not all teachers understood the importance and possibilities that the research opportunity could represent, and many saw the proposals as an invasion of space.

The English teacher also pointed out the lack of time for activities outside the classroom routine. For the teacher, time for extra-class activities was scarce and that got in the way, as I suggested readings to discuss in our meetings, he claimed to have other classes in other schools with a total lack of time.

The English teacher was absent from several meetings and even from his classes when I was present at school. He seemed to run away from a possible "investigation" about his action as an English teacher.

Another point presented by him was the lack of evolution and proposals for solving problems. For the English teacher, our work did not seem to progress, as he wanted to learn mechanisms with immediate solutions. Besides this, the teacher tried to point out that our pedagogical proposal and vision was different from what he had to follow, therefore contradictory to what he had already programmed and what he followed in his classes.

The English teacher also complained about the lack of support material for his classes. And from conversations with the other teachers, we realized that there was also a lack of didactic material for teachers and students in general.

We also noticed that the computer lab didn't work properly. The Internet did not exist and there were few computers working in the school.

In addition to the aspects mentioned, the teacher complained about the insufficient class time to work on the vast content of the English language program. He also pointed out the loneliness he felt. For him, his subject had no connection with the others. A fact proven throughout the visits to the school. During the group meetings, we could see that there was no integration of the pedagogical work among the teachers participating in the meetings. No joint projects were developed, and meetings were more functional in small groups, and never with the entire school team. We saw that many teachers were in and out quickly to go to other schools, according to them; to complete the working hours so as to get better wages.

Reflections on my experience

For the past two years, I have taught at several schools in the same region as the initial research presented. I even had the experience of working online, because of the pandemic. Technology was a deficient first point I noticed as a teacher. The technological support was a total flaw; however, the didactic material was good, although many books were not suitable for the context of the kids and the schools.

I also realized that FL learning should be more valued and encouraged, including greater integration with other subjects.

What caught my attention in these two years was the lack of specific objectives to teach students so as to better prepare them for the market or to continue studies at universities. There was a lack of long-term objectives and a joint work project between areas. In fact, teachers rarely talk to each other.

I could see that the old literacy practices, linked to the practices of reading and writing on paper with no use of new communication technologies were common, although I could see an effort last year to implement teaching with the use of computers by teachers, as every teacher got a Chromebook and classrooms received stronger Internet, screens and projectors. The books used could also be projected on screen and we could use audio.

If we compare this second moment with the first research, it is possible to perceive an advance in the direction of the local government to include new

technologies, but it is also noticeable that they are totally in charge of the teacher's choice of how to use them.

Concluding

The result of my first research and my experience as a teacher observing my own classes highlighted results very similar to the ones found by the research of the Instituto de Pesquisa Plano CDE in relation to the teaching of English as a foreign language in Brazil. It really seems that the teaching of English has become increasingly a challenge, since the teaching of this subject in the public educational scope is still going through several difficulties. Through the analyzes we could group the following categories:

- lack of adequate didactic material, although I see a great change in recent years;
- the absence of an environment for language learning, mainly in areas where the schools are in very vulnerable contexts;
- insufficient or unavailability of modern equipment, though many schools are undergoing great change;
- workload and poorly prepared teachers, with even little knowledge of the foreign language.
- inadequate computers in the classroom;
- low speed Internet;
- lack of teacher motivation to use technologies;
- lack of adequate training;
- lack of specialized technical personnel;
- weak administrative support.

In addition, we also see that English teaching belongs to the diversified part of the school curriculum and it makes its teaching less regulated and often considered complementary, a situation that gives English, when offered, a marginal role. We can still notice few hours devoted to the foreign language classes, when compared to other subjects. I witnessed several schools without English teachers and many classes being taught by teachers not trained in English language teaching.

Added to these problems, the teaching of English is, in fact, still under-regulated in Brazil; and its offer presents no standardization. This fact makes

it difficult to implement assessment and measurement processes for teaching English at a national level. And we see that, in fact, there are no indicators for teaching English, as the SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) does for the teaching of Portuguese and Mathematics.

Through these tests, applied every two years in the public network and in a sample of the private network, the government rates the learning levels demonstrated by the evaluated students, explaining the results while including a series of contextual information as well. Still no information is gathered in relation to the learning of FL. There are no indicators for the teaching of the English language, which reinforces the low importance of the foreign language within the curriculum and makes it more difficult to monitor the quality of what is offered.

This fact can reinforce the low importance given to the foreign language within the curriculum, making it more difficult to monitor the quality of the offer or to generate strategies to improve foreign language learning in the country.

Besides that, each teacher is still responsible for the teaching method and technologies that will be incorporated in their classes. They have the autonomy to choose their pedagogical performance, and they do not always end up following what the National Curriculum Parameter for Modern Foreign Language (PCN, 1998) teaching proposes for FL.

Another fact noticed during my research calls attention and could be included. Children and teenagers are living in a time of so many stimuli, however, they seem to have:

- excessive stimuli without control;
- lack of limits;
- no tolerance to wait,
- low tolerance for frustration;
- low organization for problem solving;
- low self-discipline;
- low concentration.

In this context, it seems that besides dealing with the teaching of FL we face another problem. We, besides teaching the language, also have to offer tasks to develop fundamental skills for conscious and deliberate control over actions, thoughts and emotions required to plan; act; solve problems; judge priorities and filter out distractions. So, we as teachers should be encouraged to think about these aspects in our English classes.

We can conclude that a broad discussion about the role of English teaching in the education of young Brazilians is necessary as this research also indicated a context in which English, as a foreign language, does not have a clear role and no common strategic national plan for language learning, and it seems not to be considered relevant within the curriculum. The teaching of FL is seen as complementary, greatly harming the work of teachers and the importance that the students give to the subject.

Many teachers, like me, point out that we follow a lonely path of work, having to invest our own resources to have access to specific development in English. Besides that, with little institutional support, the planning and implementation of lessons depend excessively on our individual decisions and capacities.

Adding to this problem, teachers have no time to dedicate to teacher development and even less time to prepare classes, compromising their quality.

This scenario ends up by constituting factors of social exclusion of teachers and students, as the teaching of FL can be an instrument of inclusion and a space for learning in a critical way.

For this reason, I see foreign language teaching needs to be rethought as a State Policy. Governors change every four years in Brazil and change programs and actions, leaving many school professionals without focus or outlined goals.

I leave with the certainty that the school needs to include, in its horizon, the need to teach English in order to give real chances of choices to students, who, for the most part, have little contact with speakers of other languages and little possibility of studying at private language institutes.

Several points presented in this research are in line with the results of other studies. The results of the research presented by the British Council also concluded that a broad discussion on the role of teaching English in the education of young Brazilians is necessary. The data here also indicated a context in which English, as a FL, does not have a clear role and no common strategic plan for language learning with no monitors of quality to generate common strategies to improve language learning.

In this sense, the reflection remains as a contribution for FL teaching to be an instrument of inclusion and a space for critical learning and for teachers to be given due attention; in the form of opportunities to deepen their knowledge and improve working conditions.

We know that there are good teachers in public schools and many researchers working to improve the adversities that exist. What we dream of is for our country's Public Policies to look more carefully at the area of language teaching. As Schmitz (2011, p. 119) puts it "...it is possible to teach English in public

schools... if the teacher is not abandoned. Having support and attention in the form of scholarships for improvement courses. ... it is necessary to restructure a career in a regime of exclusive dedication and not based on a system of teaching hours”.

Teachers need to have a career that allows them to live and work with dignity, so that they can be held accountable for the results of their work.

References

- ALVAREZ, M. L. O. A questão da diversidade cultural no processo de integração latinoamericana: o grande desafio do século XXI. Acesso em dez. 2017 <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/218/177.pdf>
- BRASIL (1998). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF.
- BRITISH Council (2015). O ensino de inglês na educação pública brasileira: elaborado com exclusividade para o British Council pelo Instituto de Pesquisas Plano CDE. São Paulo, SP, British Council Brasi. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/estudo_oensinodoingl_esnaeducacaopublicabrasileira.pdf>. Acesso em 30 nov. 2017.
- DAVEL, M. A. N. (2011). *Representações sobre o ensino de inglês por parte dos professores de língua inglesa em colégios da Rede Estadual de Curitiba* [Monografia]. UTP.
- DAYLE, E. (2010). Expandindo o conceito de Letramento. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 49(2). Tradução Solange Gervai.
- GIDDENS, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Jorge Zahar.
- KALANTZIS, M. & Cope, C. (2008). Language Education and Multiliteracies. In S. May & N. H. Hornberger (Orgs.) *Encyclopedia of Language and Education* (pp. 195- 211), 2ed., Springer.
- KRESS, G. (2006). Multimodality. In B. Cope & M. Kalantzis (Orgs.), *Multiliteracies – Literacy Learning and the Design of Social Futures*. Routledge.
- LEMKE, J. L. (2010). Letramentos metamidiáticos: transformando significados e mídias. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 49(2).
- LUKE, C. (2006). Cyber-Schooling and Technological Change: Multiliteracies for new times. In B. Cope & M. Kalantzis (Orgs.), *Multiliteracies – Literacy Learning and the Design of Social Futures*. Routledge.
- LUDKE, M. & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária.

- MOTTA-ROTH, D. & Nascimento, F. S. (2009). Transitivity in visual Grammar: concepts and applications. *Linguagem & Ensino*, 12(2), 319-349.
- NININ, M. O. G. (2011). Pesquisa e formação na perspectiva crítico-colaborativa. In M. C. C. Magalhães & S. S. Fidalgo (Org.), *Questões de método e de linguagem na formação docente*. Mercado das Letras.
- ROJO, R. H. R. (2012). Pedagogia dos Multiletramentos. Diversidade cultural e linguagens na escola. In R. H. R. Rojo & E. Moura (Orgs). *Multiletramentos na escola*. Parábola Editorial.
- SCHMITZ, J. R. (2011). Dialogando com um professor de língua inglesa sobre a carreira docente e a escola pública. In: D. C. Lima (Org.). *Inglês em escolas públicas não funciona*. Parábola Editorial.
- SIGNORINI, I. & Cavalcanti, M. C. (2010). Língua, linguagem e mediação Tecnológica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 49(2), 511-524.
- SOARES, M. (2002). Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Ciberultura. *Educação e Sociedade*, 23(81), 1-14.

Romances históricos contemporâneos, vias ao pensamento decolonial

Contemporary historical novels,
paths to decolonial thinking

THIANA NUNES CELLA* | GILMEI FRANCISCO FLECK**

Resumo: Neste artigo propomos uma leitura do romance histórico contemporâneo latino-americano como via ao pensamento decolonial. Nesse sentido, realizamos uma breve abordagem da trajetória do gênero, demonstramos como ocorrem suas renovações estético ideológicas, bem como suas aproximações com os estudos decoloniais. Apresentamos análises de três narrativas representativas do intento crítico e interpelador da representação tradicional do passado: *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, e *A segunda pátria* (2015), de Miguel Sanches Neto. Dessa forma, evidenciamos como, na América Latina, os romances históricos contemporâneos associam-se ao pensamento decolonial e visibilizam perspectivas antes negligenciadas pela colonialidade.

Palavras-chave: decolonização; literatura pós-colonial; narrativas híbridas de história e ficção; pensamento decolonial; romance histórico contemporâneo.

* IFPR

** Unioeste

Abstract: In this paper we propose a view of the Latin American contemporary historical novel as a path to the decolonial thinking. Accordingly, we propose a brief approach to the trajectory of the genre, we demonstrate how its ideological aesthetic renovations occur as well as its approximations with decolonial studies. We also present analysis of three representative narratives of the critical and questioning intent towards the traditional representation of the past: *Guayrá* (2017), by Marco Aurélio Cremasco, *O herói provisório* (2017), by Etel Frola, and *A segunda pátria* (2015), by Miguel Sanches Neto. In this way, we show how, in Latin America, contemporary historical novels are associated with decolonial thinking and highlight perspectives previously neglected by coloniality.

Keywords: decolonization; post-colonial literature; hybrid narratives of history and fiction; decolonial thinking; contemporary historical novel.

Introdução

As discussões sobre a representação do passado pelo discurso histórico e pelo discurso literário são vastas e profícuas. Enquanto a história almeja a veracidade factual – ainda que pela ótica do vencedor –, a ficção habita o espaço da verossimilhança e abre um leque de infinitas possibilidades representativas. Nesse contexto, as narrativas híbridas de história e ficção contemporâneas, também denominadas como romances históricos contemporâneos, extrapolam o simples intento verossímil, mas também se configuram como uma forma de refletir criticamente e interpelar o passado e sua representação histórica tradicional.

Assim, as releituras do passado realizadas por meio da ficção contemporânea consolidam espaços em que, muitas vezes, a ressignificação crítica do passado articula vias ao pensamento decolonial¹ (Mignolo, 2008, 2014, 2020; Walsh, 2009, 2013, 2014), tomado aqui como a busca por pensar a partir de um lugar “outro”, de uma exterioridade colonial eurocêntrica. Dessa maneira, esses romances articulam e instigam um posicionamento crítico contínuo, capaz de

1 Discute-se uso dos termos descolonial e decolonial, optamos pela taxonomia suprimindo o “s”, respaldados pela proposta de Catherine Walsh (2009, p. 14-5), segundo a qual a nomenclatura marca uma distinção com o significado de- (des-) em seu sentido clássico: não intenta apenas aplacar, desfazer ou reverter o colonial, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial. Seu desígnio é, de fato, marcar e provocar um movimento contínuo de transgredir, intervir, insurgir e influir por um caminho no qual seja possível identificar, revelar e incentivar espaços outros, de exterioridades e construções alternativas.

resistir, intervir e influir para o movimento de reconhecer, desvelar e questionar a colonialidade do ser, do saber e do poder.

Na América Latina, as reelaborações ficcionais oferecem perspectivas interpeladoras da representação tradicional e hegemônica realizada pelo discurso historiográfico. Nestas, o passado colonial, justificado pela retórica da modernização e da civilização, é reelaborado, frequentemente, pela ótica de indivíduos e grupos esquecidos, omitidos ou negligenciados pela historiografia tradicional – tais como as perspectivas indígenas, afro-descendentes, femininas, dentre outras.

Esse projeto ideológico decolonial encontra um espaço fértil junto às renovações pelas quais o gênero romance histórico – clássico e tradicional – passou junto aos fenômenos denominados como *boom* e *pós-boom* da literatura latino-americana, ocorridos a partir de meados do século XX. Nesse processo, as transformações estéticas engendram novas modalidades do gênero que se conformam, primeiramente, no novo romance histórico latino-americano (Aínsa, 1991; Menton, 1993) e na metaficção historiográfica (Hutcheon, 1991, 2013), e, mais recentemente, no romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017).

Nos romances históricos contemporâneos, essas transformações ocorrem na forma da manipulação do material histórico, na ascensão de estratégias narrativas desconstrucionistas e experimentalistas e na mediação crítica entre a ótica tradicional e as impugnações mais radicais. Essas remodelações engendram a trajetória geral do gênero romance histórico, conforme proposto por Fleck (2007, 2017), composta pela fase acrítica, a fase crítica/desconstrucionista e a fase mais recente, a crítica/mediadora. Nesse contexto, a produção de romances históricos contemporâneos atua dinamicamente no acesso ao pensamento decolonial e às versões alternativas da história hegemônica, em outras palavras, como um recurso e elemento ativo no processo de decolonização.

Como representativos desse cenário, elegemos as narrativas paranaenses *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, na qual as incursões guaraníticas são ressignificadas pela perspectiva indígena; *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, que reelabora a primeira e única batalha naval ocorrida no Brasil, o episódio *Cormorant*, por múltiplas perspectivas marginalizadas; e *A segunda pátria* (2015), de Miguel Sanches Neto, história alternativa em que há a inversão do papel nacional no período da II Guerra Mundial, na qual o Brasil teria apoiado o Nazismo.

Por meio da análise dessas narrativas híbridas de história e ficção, demonstramos como, em distintas modalidades, os romances históricos contemporâneos associam-se à esfera pós-colonial e ao pensamento decolonial. Ao mesmo tempo,

oferecem versões distintas daquelas apresentadas pela historiografia tradicional hegemônica, proporcionando um revisitar crítico aos eventos conturbados do passado, ampliando a gama de suas interpretações e representações.

Nesse intento, pretendemos expressar e ratificar como o universo das releituras do passado realizadas por meio das narrativas híbridas de história e ficção, na América Latina, potencializa um espaço de prática político pedagógica, caracterizado pela resistência e não apagamento, que visibiliza perspectivas periféricas, omitidas ou marginalizadas pela colonialidade, aproximando-se ao que Sharpe (1992) denomina como história dos vencidos ou a história vista de baixo.

Para realizar essa tarefa, por acreditarmos na melhor compreensão do impacto das renovações das narrativas híbridas de história e ficção, primeiramente, abordaremos aspectos da trajetória do gênero na América Latina, bem como as formas com que essas transformações se relacionam ao pensamento decolonial. Na sequência, apresentamos as análises dos títulos selecionados e demonstramos como a problematização e a interpelação do passado realizado por essas narrativas ficcionais contribuem na revisão e contestação da colonialidade.

O romance histórico na América Latina: da tradição à desconstrução, vias ao pensamento decolonial

No panorama contemporâneo, os estudos sobre a produção de romances históricos apresentam-se como uma importante alternativa de possíveis informações sobre o passado histórico: além de nos munir dos aspectos da geografia, dos mitos, lendas e crenças locais, também possibilitam contemplarmos os aspectos ideológicos vigentes à época que o romance escolhe renarrativizar ou ressignificar², de modo que as narrativas híbridas nos oferecem formas distintas de conhecimento sobre o passado, pois

2 Na esfera das investigações sobre as narrativas híbridas de história e ficção, realizadas no âmbito ao Grupo de Pesquisa “Ressignificações do passado na América: processos de leitura, escrita e tradução de gêneros híbridos de história e ficção – vias para a descolonização”, empregamos as taxinomias distintivas “renarrativizar” e “ressignificar” frente ao amplo universo dessas produções. No primeiro caso, a referência dá-se àquelas escritas literárias que buscam narrar os eventos do passado sem alterar as bases ideológicas e o discurso colonialista, que caracteriza a historiografia hegemônica de cunho rankeano que, no passado, já os registrou. Já para o caso das narrativas literárias que se enfrentam com esse discurso tradicional, seja da historiografia ou do próprio romance histórico – em suas manifestações da modalidade clássica e tradicional –, para revelar outras perspectivas, agentes e condicionantes históricos utilizamos a lexia “ressignificar”. Essa, segundo a ideologia do Grupo, vai muito além da ressemantização, pois envolve um outro olhar para o passado colonialista, para a construção da identidade latino-americana e para a

[...] los estudios de la vida privada de cada época, tanto como los de la vida cotidiana, del trabajo y de la infancia, han permitido una más fiel reconstrucción de los contextos y la recreación de episodios más próximos a la verdad histórica. La visibilización de la mujer y de grupos silenciados, así como el rescate de costumbres y ritos sociales otorgan nuevos atractivos a la ficción de fuente histórica, ya que los narradores han sabido explotar los resultados de las investigaciones innovadoras. (Tacconi, 2013, p.22).

Desse modo, por ser, frequentemente, motriz de reflexões críticas sobre o passado de um grupo, lugar ou acontecimento histórico, as narrativas híbridas de história e ficção também são capazes de promover uma compreensão acurada do processo de formação das sociedades, bem como da substância intrínseca de nossas identidades e sua afirmação. Isso é possível uma vez que, na atualidade, nessas escritas híbridas há um visível predomínio de projetos não mais atrelados às exigências do poder vigente ou aos padrões eurocêntricos anteriormente cultivados massivamente pelo gênero.

Compreender como a trajetória das renovações desse gênero ocorreu na América Latina nos mune de uma perspectiva diacrônica capaz de evidenciar como, gradativamente, há o desatrelamento dos padrões coloniais, bem como sua contestação. Nessa incumbência, resgatamos as contribuições de Fleck (2017), quem organizou diacronicamente o percurso do gênero romance histórico na América Latina. O autor dividiu esse fluxo literário em três fases – acrítica, crítica/desconstrucionista e crítica/mediadora –, e classificou suas produções em cinco modalidades: romance histórico clássico scottiano, romance histórico tradicional, novo romance histórico latino-americano, metaficção historiográfica e romance histórico contemporâneo de mediação.

Dessa forma, a trajetória das produções literárias híbridas de história e ficção, consoante a Fleck (2017), pode ser dividida em dois grandes grupos:

1. O primeiro deles é formado pelas produções acríticas e engloba desde as produções do início do século XIX até aquelas produzidas na contemporaneidade. Estas produções deram origem à primeira fase da trajetória do gênero romance histórico e ela está constituída pelas modalidades do romance histórico clássico (scottiano) e o romance histórico tradicional. Tais modalidades caracterizam-se por um alinhamento discursivo e ideológico com os registros historiográficos hegemônicos da primeira fase da ciência histórica.

formação do cidadão, agente histórico não passivo frente à colonialidade do poder, do saber e do ser, conforme proposto por Mignolo (2014).

2. Já o segundo grupo é formado pelas produções críticas que, com algumas exceções, fizeram-se mais proeminentes no século XX, como resultantes de transformações desencadeadas pelo modernismo, pelo movimento da nova narrativa latino-americana – decorrente do modernismo e iniciada em 1940 –, pelo *boom* literário latino-americano – como ápice da nova narrativa latino-americana –, pelos movimentos de contracultura, engendrados, também, pelo pós-*boom*, e pela nova história. Esse segundo grupo que contempla amplamente narrativas híbridas de história e ficção críticas, o autor divide na segunda e terceira fases da trajetória do romance histórico:

- A fase crítica/desconstrucionista, cujas produções despontam na América Latina em meados do século XX. Tal produção é marcada pelo signo da crítica desconstrucionista e do experimentalismo linguístico e formal do período do *boom* literário latino-americano. Nessa, o discurso ficcional combate e desestabiliza as versões cristalizadas da história tradicional. Sua produção está consolidada pelas modalidades denominadas de novos romances históricos latino-americanos e metaficção historiográfica;

- A terceira fase é designada de crítica/mediadora. Nela, há uma reaproximação entre as modalidades anteriores da primeira e da segunda fase. Tal fase está formada por um grande número de obras contemporâneas nas quais é visível a mediação entre as características da tradição e as renovadoras. Essa fase é assinalada pela modalidade do romance histórico contemporâneo de mediação³.

Apesar de haver alguns impasses em relação à filiação da literatura brasileira ao desenvolvimento literário da América Latina, defendemos que o processo de emancipação da produção nacional, em especial, das narrativas híbridas de história e ficção, ocorrem de maneira similar ainda que em temporalidades diferentes, como já defendemos em Cella (2022).

De fato, a maior criticidade frente ao discurso histórico hegemônico, bem como sua problematização pela nova história, é por nós considerada como um impulso a um fluxo literário que se delineava, progressivamente, na América Latina desde o final do século XIX. Esse movimento ocorre por meio das ideias embrionárias que irão eclodir no modernismo hispano-americano – que, pela primeira vez, influencia diretamente a literatura europeia, vide Rubén Darío,

3 O conceito de romance histórico contemporâneo de mediação foi instituído por Gilmei Francisco Fleck em 2007, no artigo “A conquista do ‘entre-lugar’: a trajetória do romance histórico na América”, publicado no número 23 da Revista *Gragoatá* (2007). Neste, o autor contempla as transformações verificadas no gênero romance histórico e as contribuições ocorridas no contexto latino-americano, com destaque a esta tendência mais recente.

com a publicação de *Azul* (1888) – e vão atingir o seu auge durante o denominado *boom* da literatura latino-americana – com clímax na década de 1960.

Dessa maneira, o modernismo hispano-americano incitará a maior criticidade e autonomia literária, conduzindo ao que chamamos de maioria de nossas expressões em relação à literatura europeia, abandonando padrões e ditames copiados arbitrariamente. Décadas depois, essas implicações chegam, também, à literatura brasileira, com o modernismo brasileiro, instalado no início da década de 1920.

No Brasil, o modernismo alcança sua representatividade em nomes como Mário de Andrade e Oswald de Andrade na prosa da primeira geração, considerada aquela produzida até 1930. Na segunda geração (1930 – 1945), Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Êrico Veríssimo e outros, despontam como representantes da prosa regionalista, também chamada de romance de (19)30. Na terceira geração, denominada de geração de (19)45, é Clarice Lispector e sua narrativa intimista, e João Guimarães Rosa, com seu regionalismo e experimentalismo linguístico, que consolidam o movimento modernista brasileiro.

Nesse contexto, no espaço da América Latina, começam a se instalar as mudanças que, no futuro, implicarão no processo antropofágico a que se referiu Oswald de Andrade (1928) em seu *Manifesto Antropófago*: a produção (des)enlatada, ou seja, desatrelada da produção literária eurocêntrica. Esse processo de ruptura configura o espaço definido por Silviano Santiago (2000, p. 26) como o entre-lugar: aquele em que se instala a produção e re-produção transgressora do modelo colonizador, por meio de uma sutil perversão que encaminha para a reviravolta.

Na literatura nacional, como mencionamos, Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado, representantes do romance de 1930 – na segunda fase do modernismo brasileiro –, são considerados fundamentais para nossa transformação cultural literária. Entrementes, tal renovação é plenamente alcançada, ainda que tardiamente, em âmbitos culturais, literários e linguísticos, por Guimarães Rosa em 1956, com *Grande Sertão: veredas*.

No ápice das transformações literárias do *boom*, nos anos da década de 1960, essas narrativas veiculam posturas escriturais plurais, num painel multifacetado, que, em seus mais variados matizes, confluem para o experimentalismo linguístico e formal⁴. Nessa fase de maturidade do *boom*, ou período auge, em

4 Segundo Klock (2021) e Trouche (2012), o *boom* foi uma manifestação social, literária e histórica, que apresenta um campo de estudos ainda parcial e impreciso devido às distintas perspectivas que teóricos e autores literários oferecem sobre o evento, o que nos impossibilita defini-lo como um movimento estético e cultural homogêneo ou unificador, como afirma Klock (2021, p. 40-1): “Apesar dos esforços de críticos e teóricos em esboçar características gerais, é consenso

consonância com Klock (2021), destacam-se os nomes de Augusto Roa Bastos, Juan Carlos Onetti, Carlos Fuentes, Vargas Llosa, Julio Cortázar, dentre outros.

No Brasil, esse período coincide com a instalação e vigência da ditadura militar brasileira (1964 – 1985). Nesse momento, de acordo com Malcom Silverman (2000), há o florescimento de uma produção literária que apresenta como princípio fundamental o tom de protesto, de não resignação à situação política do país – ponto presente tanto em obras consideradas de bases ideológicas de direita como de esquerda –, decorrente de uma relação de causa e efeito da repressão exercida pela ditadura militar.

Na verdade, tanto a prosa longa quanto a curta, particularmente o conto, floresceram naquela época, como um registro histórico imediato, no que se chamaria de *boom*, apesar, ou talvez por causa, das medidas de repressão. Desde a ditadura de Vargas, o romance jamais servira tanto de veículo para disseminar a realidade nua e cruel na qual estava imerso o país, e onde buscava sua inspiração. Nisto reside sua importância, pois o romance se desenvolveu de forma vigorosa, enquanto os meios convencionais de comunicação estavam bloqueados; ele apresentava o outro Brasil, através do duro realismo, autobiografia semificcionalizada, tratamento cômico dos costumes urbanos, introspecção constrangida, épicos desmitificados, paródia, alegoria, sátira flagrante e surrealismo. (Silverman, 2000, p. 33).

Tal produção, tomada pelo autor como “novo romance”, possui, com copiosas exceções, maior valor histórico documental do que propriamente literário (Silverman, 2000, p. 13). Essa produção literária, portanto, também corrobora para os estudos da história política e social do momento e nos encaminha às discussões sobre as produções híbridas de história e ficção.

o entendimento de que o *boom* representou uma profunda mudança no sistema literário latino-americano ao concentrar criações legítimas e esteticamente rigorosas que suplantaram a ideia da literatura local, especialmente a do Romantismo e a do Realismo/Naturalismo, como cópia e dividendo do cânone europeu. [...] Isso não nos permite, contudo, pensar o *boom* dentro de parâmetros definidores de um movimento estético-literário homogêneo, pois não se identifica a expressão de um manifesto ou ideário estético, político ou cultural unificador. Pela análise do corpus literário verifica-se o predomínio da prosa ficcional. No entanto, tal peculiaridade não é suficiente para reunir os escritores sob um mesmo teto em virtude da diversidade de técnicas, características e temas explorados.”

Outro fator que dificulta as delimitações do *boom* é o envolvimento de diversos países no evento, os quais apresentavam diferentes momentos históricos e diferentes situações literárias. Por essa razão, as definições teóricas e conceituais atribuídas pela historiografia literária não são definitivas, devido à “força da arbitrariedade e da heterogeneidade dos autores e obras que pouco compartilham características e temas, mas que, decididamente, praticam um experimentalismo linguístico e formal.” (Klock, 2021, p. 41).

Reiteramos, ainda, que o fenômeno do *boom*, dos anos 1960 e 1970, está inserido em um contexto maior de renovação de nossa expressão em prosa que se iniciou na década de 1940 e estreou a denominada nova narrativa latino-americana, e que se estende até os dias atuais. A nova narrativa latino-americana compreende, portanto, tanto o *boom* como o pós-*boom*, e abrange (e determina), também, a produção de narrativas híbridas de história e ficção.

Por acreditarmos em seu alcance didático e metodológico, consideramos essa organização um fator facilitador do entendimento dessas transformações. Desse modo, optamos em reproduzir, na sequência, o quadro síntese elaborado por Fleck (2017, p. 131), organizado por fases, suas modalidades arquetípicas e a vigência de cada uma dessas produções.

Quadro 1 – Trajetória do gênero romance histórico: do romantismo aos dias atuais.

2 GRUPOS DE ROMANCES HISTÓRICOS		
Romances que buscam, por meio da ficção, ampliar e corroborar o discurso historiográfico hegemônico, que, no passado, erigiu heróis e modelos de homem e atitudes louváveis para o indivíduo no tempo presente. Produções nas quais a ficção se une à história para a exaltação do passado e dos sujeitos já consagrados pela historiografia.		Produções que, pela ficção, enfrentam-se com o discurso hegemônico da história e buscam problematizar a representação única e absoluta por meio da qual o passado foi registrado pela historiografia tradicional, atuando sobre as imagens consagradas dos heróis e sobre o discurso enaltecido, ações que se realizam com técnicas escriturais desconstrucionistas e mediadoras.
3 FASES DO ROMANCE HISTÓRICO		
1ª Fase: acrítica	2ª Fase: crítica/desconstrucionista	3ª Fase: crítica/mediadora
De 1814, com <i>Waverley</i> , consolidada em 1819, com o romance <i>Ivanhoé</i> , ambos de Walter Scott. Os romances históricos tradicionais – derivados dos scottianos – alcançam os nossos dias.	De 1930, com a obra crítica <i>Mi Simón Bolívar</i> , de Fernando González Ochoa – tendência consolidada em 1949, com <i>El reino de este mundo</i> , de Alejo Carpentier –, até os nossos dias.	Desde a década de 1980, consolidada com as reações do pós- <i>boom</i> , até os nossos dias.
5 MODALIDADES DE ROMANCES HISTÓRICOS		

1- Romance histórico clássico scottiano	2- Romance histórico tradicional	3- Novo romance histórico latino-americano	4- Metaficção historiográfica	5- Romance histórico contemporâneo de mediação
Narrativização de uma história de amor entre personagens puramente ficcionais, narrada em nível extradiegético, com um pano de fundo histórico preciso e personagens de extração histórica em papéis secundários.	Renarrativização verossímil de um acontecimento histórico de modo subjetivado, às vezes em nível intradieético, com intenções de exaltar a personagem de extração histórica e seus feitos para, assim, ensinar a versão hegemônica da história ao leitor.	Reelaboração paródica, carnalizada – quando não grotesca –, intertextualizada, multiperspectivista, experimentalista e/ou anacrônica de um episódio passado, a fim de impugnar sua versão oficial e revelar outras possibilidades de seu registro.	Narrativa apoiada em recursos autorreferenciais, metaficcionais e intertextuais na qual as opções escriturais da ressignificação do passado são tão ou mais importantes que a reelaboração crítica do acontecimento ou período histórico em si.	Ressignificação crítica e verossímil de um fato do passado de forma linear, realizada com linguagem amena e coloquial, centrada em uma perspectiva silenciada, excluída, esquecida ou ignorada pela versão historiográfica.
VIGÊNCIA DAS MODALIDADES				
Desde 1814/1819 até meados do século XX.	Do romantismo até os dias atuais.	De 1930/1949 até os dias atuais.	A partir do <i>boom</i> da literatura latino-americana até nossos dias.	Final da década de 1970 e início de 1980 – <i>pós-boom</i> – até os dias atuais.

Fonte: Fleck (2017, p. 131) – quadro revisto e ampliado pelo autor (Fleck, 2021, p.61).

Além da divisão basilar entre obras acríicas e críticas, a trajetória proposta por Fleck (2017) evidencia as renovações do gênero em sua transposição à América e, em especial, à América Latina. Trata-se de espaço no qual as transformações do romance histórico afloraram e adquiriram notável força de expressão, consolidadas em escrituras híbridas nas quais as renovações estéticas e formais atuaram conjuntamente ao potencial crítico e impugnador do passado – especialmente, do passado colonial.

Sobre os desdobramentos do romance histórico na América Latina, Fleck (2007) elucida a influência da colonização europeia no modo de articulação e manipulação do material histórico nas narrativas híbridas de história e ficção aqui desenvolvidas:

As rupturas que aqui se deram são, em parte, também consequência do tipo de história que nós vivemos. Há pouco mais de meio milênio fomos descobertos pelos europeus que anos mais tarde nos colonizaram. A nossa história passa, então, a ser escrita por eles, descobridores e colonizadores, em sua grande maioria, com o seu modo de ver, sentir, analisar e registrar. Neste contexto o romance histórico tradicional, ou mesmo aquele com certas rupturas que apareceu na Europa, não perduraria por muito tempo. (Fleck, 2007, p.154).

A trajetória proposta pelo autor, sintetizada pelo quadro acima, expressa, também, como as transformações e rupturas realizadas pelo romance histórico não anularam ou substituíram totalmente as produções acríticas anteriores. De fato, a coexistência entre as diversas modalidades segue e ainda é passível de renovações, como também aprofunda o autor:

Esta trajetória do romance histórico na América em nenhum momento ocasionou o completo desaparecimento de qualquer uma das modalidades mais tradicionais. Pelo contrário, o que se percebe em solo americano é a convivência de múltiplas modalidades do gênero que, submetido aos projetos estéticos e ideológicos dos romancistas deste continente, segue propenso às inovações. (Fleck, 2017, p. 156).

De fato, essas transformações permitiram romper com posturas canônicas e patriarcais, próprias do estado colonial, e acompanham a necessidade latino-americana da atitude de desobediência epistêmica e do pensamento decolonial propostas por Mignolo (2008; 2014; 2020), amparadas pelos estudos seminais de Anibal Quijano (2002), e seus desdobramentos realizados por Catherine Walsh (2009; 2013; 2014), dentre outros estudiosos. Sobre essa temática, ressaltamos que

[...] en la medida en que la colonialidad del poder, del saber y del ser se asienta sobre el racismo y el patriarcalismo, los movimientos sociales indigenistas son hoy las respuestas contundentes a la colonialidad del saber y del ser y, en consecuencia, a la colonialidad del poder. El pensamiento decolonial es el trabajo intelectual paralelo y complementario que no representa a los movimientos sociales. (Mignolo, 2014, p.12).

Assim, o pensamento decolonial sustenta-se no pensar outro, no pensar desde um *lôcus* diferente daquele pautado pelo pensamento colonial, pela colonialidade do poder, do saber e do ser, desarticulando e transgredindo o

paradigma modernidade/colonialidade. A desobediência epistêmica, nesse sentido, articula um movimento de ruptura e transgressão aos ideários alicerçados na colonialidade – próprios àqueles almejados pelos romances históricos contemporâneos de vertente crítica.

Nesse sentido, essa postura decolonial empenha-se em desprender-se de categorias epistêmicas que naturalizam a colonialidade – do poder, do saber e do ser – e se justificam pela retórica da modernidade e do progresso. Essa desarticulação ocorre por meio da instalação de um “paradigma-outro”, que é diverso e “pluri-versal”: *“No es un nuevo universal abstracto que desplaza a los existentes (cristianos, liberales, marxistas) sino que consiste en afirmar la pluri-versalidad como proyecto universal.”* (Mignolo, 2014, p. 14).

Assim, assumimos o pensar decolonial como uma forma de pensar diferente, o pensar “outro”, no pensamento limiar (Mignolo, 2020), pelas fronteiras e lacunas da história, impugnar, repensar e transgredir, como bem aponta Walsh (2013, p. 55),

[...] es atacar las condiciones ontológicas-existenciales y de racialización y generoización, incidir e intervenir en, interrumpir, transgredir, desencajar y transformarlas de manera que superen o deshagan las categorías identitarias – de hecho coloniales e impuestas – que han sido sujetas a la clasificación e inferiorización.

Nessa perspectiva, decolonização é o termo que se adequa às necessidades brasileiras – e latino-americanas – de problematizar o passado, e expressa nossa própria maturidade de pensar criticamente, sem se filiar a outros teóricos do eixo eurocentrista – sem haver o intuito de desvalorizá-los, mas com vistas ao cultivo e desenvolvimento da nossa própria criticidade.

O pensamento decolonial, nesse contexto, é uma forma própria e autônoma de repensar o sistema moderno/colonial a partir de uma ótica insurgente, plural e intercultural. A interculturalidade, aliás, é parte intrínseca do intento decolonial. Consoante a Walsh (2009; 2014), configura-se não apenas como um conceito de inter-relação, mas, sim, como processo de construção de conhecimentos outros, marcado pela insurgência de práticas pedagógicas – em seu sentido político e social – desde o local da diferença, a partir de uma atitude opositora, transformadora e contra hegemônica.

Para essa atitude, é mandatória a transição constante e confluyente daquilo que aprendemos, desaprendemos e reaprendemos – análogo, pois, ao processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização proposto por Bernd (1998). As vias à decolonização, como perspectiva, processo e projeto, são pautadas, portanto, pelas

“[...] *luchas de descolonización, luchas que aún requieren el aprendizaje, desaprendizaje y reaprendizaje, la acción, creación e intervención*” (Walsh, 2013, p. 24).

Na América Latina, a situação subalterna é imposta a partir do início do processo colonizador, ancorada na falácia da modernização. Por meio dessa justificativa, ocorre a imposição arbitrária de algo “melhor” ou “civilizado” sobre a cultura nativa latino-americana – o mito civilizatório –, mesmo que isso tenha significado utilizar a modernização/civilização como justificativa para a prática da violência feroz.

Essa temática é amplamente revisitada em *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, a primeira narrativa a que nos propomos analisar. Em seu universo diegético, a chegada dos jesuítas e bandeirantes nos solos guairenhos é reelaborada com mostras da perspectiva indígena, em que os embates entre os dois mundos são problematizados e ressignificados. Assim, reelabora o século XII paranaense, período marcado, principalmente, pela instalação das incursões guaraníticas e pelos inúmeros conflitos entre os indígenas e os jesuítas espanhóis, assim como pelos embates da população autóctone com os bandeirantes espanhóis e portugueses. A trama ficcional de *Guayrá* (2017) reconstrói um painel cultural amplo sobre a população autóctone, sob a perspectiva humanizadora daqueles que aqui existiam antes da chegada dos jesuítas, colonizadores e bandeirantes.

Dessa forma, o relato romanesco lança luzes sobre o passado obscuro do século XVII paranaense, praticamente apagado da historiografia do estado. A diegese proposta por Cremasco recupera um período histórico em que a maior parte do território do atual paranaense pertencia à Espanha e era ocupado por inúmeras reduções criadas pelos jesuítas espanhóis.

Em sua constituição estético formal, alicerçada em intrincados recursos linguísticos e estratégias estilísticas experimentalistas, pela pluralidade de fios narrativos e pela fusão crítica e desconstrucionista de elementos históricos amalgamados à trama ficcional, a composição de *Guayrá* (2017) conforma-se às narrativas próprias da segunda fase do gênero romance histórico e à modalidade do novo romance histórico latino-americano.

Em consonância com as premissas dessa produção latino-americana crítica frente ao passado histórico consignado nos registros oficiais, o relato ficcional interpela e ressignifica, de forma plural e crítica, a violenta história das reduções jesuíticas na, então, Província Jesuítica do Paraguai. Esse território, hoje, é identificado à região de Guaíra, local fronteiro entre o Paraná e o Mato Grosso do Sul, no Brasil, e o Paraguai. Ainda, as ações do universo ficcional também transitam pela Argentina ao longo do desenvolvimento narrativo, na busca pela “Terra prometida”.

Na tessitura ficcional, uma das principais linhas enunciativas descreve a trajetória da personagem Itawerá, também chamado de Jesus e de Jesus Itawerá, indígena que busca a vingança pela morte de seu pai, Atyguajé, líder da comunidade em que viviam antes da chegada dos “jurua” – como eram denominados os não nativos no romance. Esse fato, como se comprova no deslinde da diegese, altera completamente o curso da história daqueles grupos humanos nativos das terras cobiçadas por esses invasores.

Ao mesmo tempo, por meio de diferentes fios narrativos, a voz enunciativa – frequentemente enunciando desde o nível intradieético, mas oscilando entre voz homodieética e autodieética – engendra a reelaboração dos ataques bandeirantes às reduções do Guairá. Esses conflitos culminam com a fuga dos guaiarenhos pelo Paranapanema, guiados pela personagem Antonio Ruiz de Montoya, reconhecida personalidade de extração histórica que é reelaborada e desmistificada no universo ficcional. Ao término da narrativa, após a morte de milhares de indígenas e a destruição de centenas de *villas*, a travessia da personagem Itawerá reduz-se à busca pela Terra sem Mal, representativa tanto de um local livre e de pertencimento à população indígena, como do paraíso cristão.

O início dos conflitos é assim anunciado: “A paz no Paku foi rompida quando os campeiros atacaram a aldeia de Guaimbaró, na beira do Pirapó. Guaimbaró buscou ajuda de Mboixá para vingar a morte de tantos.” (Cremasco, 2017, p. 18). Dessa maneira dá-se início à representação e à narração de inúmeros episódios de conflitos violentos entre indígenas e estrangeiros. A presença dos primeiros jesuítas é descrita, tal como ao longo de todo o relato, com referências às crenças religiosas anteriores, com o olhar curioso do autóctone que estranha as criaturas recém-chegadas, como podemos conferir no excerto destacado abaixo:

Junto deles, dois estrangeiros: altos, tez branca, cobertos por vestes escuras, estranhamente, até os tornozelos. Pelos faciais quais macacos. Portavam duas taquaras nas mãos: a menor, posta cruzada, pouco acima do meio da taquara maior, lembrando os troncos das palmeiras que sustentam a rede de Nhanderu. (Cremasco, 2017, p. 23).

Nhanderu, também chamado de *Nhamandu*, é a denominação do deus supremo de origem tupi-guaraníca, figura mitológica criadora de outras deidades, tais como *Tupã*, *Karai*, *Nhandu Karai*, as quais também são inseridas na tessitura narrativa. Essa, aliás, é uma particularidade relevante para a compreensão e exame da diegese: Marco Aurélio Cremasco realiza intensa investigação histórica, cultural e linguística, e, assim, reelabora circunstâncias e retrata mitos, adensados por crenças religiosas, costumes tradicionais, aspectos da geografia

local, permeados pelo trabalho detalhado com a língua nativa, pertencente à família linguística tupi-guarani.

O intenso trabalho linguístico lexicográfico que, muitas vezes beira ao barroquismo, é traço relevante na modalidade do novo romance histórico latino-americano, marcado pelo experimentalismo linguístico, pelo qual podemos verificar que “*el lenguaje se ha vuelto la herramienta fundamental de la nueva novela histórica y acompaña la preocupada y desacralizadora relectura del pasado*” (Aínsa, 1991, p.85).

Nesse sentido, a linguagem configura-se como ferramenta de escrita que carrega a resistência cultural e por meio da qual ocorre, também, a visibilidade do tom decolonial em *Guayrá* (2017), que problematiza o passado colonial e sua representação. Um exemplo explícito dessa proposta é encontrado no trecho a seguir, em que as personagens refletem e questionam o uso da língua: “Os estrangeiros, de fato, precisam entender o que se esconde por trás de nossas palavras? Conhecendo-as, dominam-nos.” (Cremasco, 2017, p.83). Assim, a atitude indígena é de resistência frente à perda da língua, pois a sabem portadora da identidade, da liberdade.

Essa percepção é também explicitada no nível enunciativo pela ótica colonizadora: “Temos de levar a Igreja a esses traidores, porquanto vindo de todo Guayrá e eliminando as diferenças de fala, tudo a eles será possível. Será o começo do fim. Devemos confundi-los com a nossa linguagem para não mais se entenderem.” (Cremasco, 2017, p.109). Assim, no espaço em que se exigia o silêncio e a subserviência indígena, abre-se caminho para uma transformação a que Santiago (2000, p. 16) denominou como um “movimento de desvio da norma, ativo e destruidor”. Ação pautada especialmente pela atitude de falsa obediência: de assimilação e agressividade, aprendizagem e reação crítica.

No espaço da América Latina, ainda em consonância a Santiago (2000), apesar de toda intenção e estratégias colonizadoras, há uma gradativa impregnação do elemento mestiço, do híbrido, minando a noção de unidade e pureza europeia: “uma mistura sutil e complexa entre o elemento europeu e o elemento autóctone – uma espécie de infiltração progressiva efetuada pelo pensamento selvagem, ou seja, abertura do único caminho possível que poderia levar à descolonização.” (Santiago, 2000, p.15).

O intento descolonizador em *Guayrá* (2017) é articulado, sobretudo, pela visibilização de uma perspectiva “outra” sobre o período reelaborado, enquanto os manuais de história tradicional retratam o período como “uma página de relevo e brilho na história americana, escrita em *esplendidas realidades pelos insígnies missionários* da Companhia de Jesus.” (Martins, 1950, p.71 - grifos nossos)

Como recurso que confronta à representação histórica tradicional, está a forma – e a escolha vocabular – com que as vidas e a morte da população nativa são apresentadas, beirando à animalização e à objetificação. Essas escolhas causam estranhamento, também proposital, e compõem as estratégias narrativas para desestabilizar o leitor e potencializar a releitura crítica sobre o passado. Esses contornos estilísticos podem ser verificados no trecho do romance a seguir mencionado:

Cabeças mortas no Guayrá. Cadáveres aos abutres. O que resta é conduzido com paciência e prudência, pois o destino reserva mais do que gado e substitui a carne humana no apetite voraz da fome. Chega cabisbaixo, o gado. Chega e, imediatamente, é posto em um curral. Rumina o tempo, o tempo de ser abatido. Os velhos guayrenhos veem-se naqueles animais. O futuro que se apresenta nada difere do destino de ser vaca. (Cremasco, 2017, p. 55).

Esses paralelismos e comparações são formas de ressignificar, pela ficção, um passado antes apresentado sob uma ótica outra, áulica, voltada à missão catequizadora da igreja e à salvação das almas dos nativos. No projeto colonizador, ocorre o apagamento e a negação sistêmica do nativo – do próprio –, da cultura, da língua, do ser e do pensar latino-americano. Os resultados são identidades nacionais e imaginários sociais construídos a partir da negação, sob a matriz colonial da mestiçagem, que estabelece hierarquias sociais arbitrárias e desumanas.

Atuar no campo ontológico da interculturalidade e da decolonialidade é, portanto, um processo consciente de que a “[...] *colonialidad ha operado a nivel intersubjetivo y existencial, permitiendo la deshumanización de algunos, la sobrehumanización de otros y la negación de los sentidos integrales de la existencia y humanidad*.” (Walsh, 2009, p.30). Nesse sentido, *Guayrá* (2017) atua ativamente no movimento de (re)humanização do indígena de descrystalização do discurso histórico hegemônico e pode ser considerado como exemplar do ato de desobediência epistêmica, defendida por Mignolo (2008). Essa é a nomenclatura que o autor propõe ao ato de problematizar nossa “identidade em política”, concebida como a única forma de pensar de modo decolonial e de desvinculação das amarras da política imperial de identidade⁵, atuando como arma e ferramenta de desalienação e transformação.

5 Estabelecida como aquela que toma o processo de construção e de pensar a identidade de forma anacrônica em relação à existência desses povos, e à organização anterior – ignora (e anula) que antes da chegada dos europeus à América já existia uma civilização, com sistemas e valores definidos.

O mesmo ímpeto decolonial é alcançado pelo universo diegético de *O herói provisório* (2017), de Etel Frota. Com um avanço de quase dois séculos, a composição delinea o Paraná de meados do século XIX, marcado pelo coronelismo e pela escravatura, bem como pelos conflitos gerados na região da baía de Paranaguá. A composição romanesca circunda o Episódio *Cormorant*, ocorrido em 1850, e os atores envolvidos no episódio – em especial, o capitão Joaquim Ferreira Barboza, figura tomada pela população à época como um herói, que perde seu posto oficial, é obliterado pela historiografia tradicional e é desconstruído no deslindar narrativo.

O episódio *Cormorant* foi o estopim dos inúmeros conflitos gerados pelo tráfico de humanos na costa sul brasileira, impactado pela atuação inglesa como guarda dos mares, regida pela promulgação do *Slave Suppression Act*, em 09 de agosto de 1845. O episódio, considerado o primeiro grande movimento em direção à abolição da escravidão no Brasil, é revisitado em *O herói provisório* (2017) sob uma ótica contestadora da historiografia tradicional. A partir de uma intrincada trama narrativa, em que diferentes relatos são entrelaçados, acessamos perspectivas humanizadas, trajetórias de africanos escravizados, relatos de mulheres, em geral, o olhar daqueles que não possuem espaço nos registros oficializados e que colaboram a preencher os vazios deixados pela história.

Da mesma forma, a tessitura ficcional promove a desmitificação de imagens cristalizadas de personalidades e acontecimentos históricos. Esse empreendimento é alcançado, especialmente, por meio de recursos escriturais autoconscientes e intertextuais que evidenciam e demarcam como sua atitude impugnadora converge para a construção de um texto plural e questionador, capaz de interpelar e ressignificar a representação tradicional do passado.

Junto à figura do capitão Joaquim, há a construção de outras personagens densas fundamentais à narrativa, as quais se configuram como personagens metonímicas e caricatas, em outras palavras: figuras que representam toda uma categoria ou grupo social, caracterizadas de modo a reelaborarem – e desmitificarem criticamente – determinadas posições sociais e étnicas.

Dentre essas personagens, destacamos a africana escravizada⁶ chamada Ignácia, que sofre todo tipo de perseguição por sua senhoria, cuja crueldade a leva ao extremo do infanticídio e, conseqüentemente, à demência; Dona Eulália, grande proprietária de terras – e de Ignácia –, cuja perversidade não tem limites,

6 Destacamos, aqui, a utilização do termo escravizada ou escravizado em detrimento dos termos escrava e escravo, como uma forma de fazer ecoar, reiteradamente, que esses não eram meramente escravos, mas foram humanos livres submetidos à escravização por um sistema social e econômico arbitrário, racista e desumano.

beirando à insanidade perversa, e que sofre de compulsão alimentar, relacionada a sua infertilidade e abusos sofridos pelo pai na infância; Frei Tristão, quem vive uma castidade coercitiva – e um amor platônico e impossível com Maria Rocha – e abandona sua religiosidade; a enfermeira Maria Rocha, mulher livre e autônoma mal compreendida pela sociedade à época, que, por isso, se vê obrigada a deixar Paranaguá; o poeta Manoel, icônico intelectual inconformado com a realidade em que vivia, desencadeador de discussões críticas no plano narrativo; dentre outras personagens secundárias, tanto de extração histórica como puramente ficcionais, que se fundem ao universo diegético.

É a partir da caudalosa construção dessas personagens – que instauram o pluriperspectivismo narrativo – que a trama narrativa reelabora o Brasil colonial de meados do século XIX. Ao mesmo tempo, apresenta as problemáticas sociais atreladas à situação de subserviência nacional e à decadência do sistema escravagista – desumano, truculento, hediondo.

Paralelamente, a constituição diegética desestabiliza, intrinsecamente, constructos sociais que permeiam o imaginário social relacionado à época – seja a imagem do herói, do sacerdote, da guerra. Já em seu prólogo (sobre heroísmos e provisoriiedades) a autora apresenta indícios da busca por demonstrar a provisoriiedade de que trata o seu título:

Há os mártires.

Esses, imolados na ação, são incontestes e têm posteridade garantida.

Já do herói que sobrevive ao ato heroico se requer arte e malícia, bons contatos e traquejo social para a preservação dos critérios. Afinal, provisória é a vida, provisórios são os grupos, os afetos, os interesses. Provisório é o humano. Sendo, pois, o heroísmo um atributo humano, já vem marcado pela provisoriiedade.

Como se tentará demonstrar. (Frota, 2017, p. 9).

A efemeridade e a deformidade do humano, portanto, são temáticas constantes em toda a narrativa e recebem contornos críticos quando entrelaçadas à problematização de categorias sociais e discussões políticas. A questão estende-se, também, à efemeridade do passado, da história e à impossibilidade de sua representação discursiva imparcial, como podemos observar no excerto abaixo destacado:

Prestes a protagonizar a ação heroica para a qual fora escalado, ao herói foi confiscado o enredo da história que protagonizaria. O futuro Historiador, como já se viu, tratará de dar uma ajeitadinha nos fatos, com o recurso de adjetivos e ligeiras alterações nas denominações. (Frota, 2017, p. 226).

Assim, o discurso histórico é problematizado desde o seio ficcional, desestabilizando sua categoria de veracidade e propondo uma leitura outra sobre o passado, na qual os hiatos históricos são preenchidos por meio da ficcionalidade. O emprego dos recursos metaficcionais – que evidenciam os procedimentos escriturais, com ironia e humor, mencionam as estratégias de “dar uma ajeitadinha” e “ligeiras alterações” com relação à escrita da história tradicional – mostra-se contundente no relato.

Entre as personagens construídas pelo universo diegético, destacamos a figuração de Ignácia, africana escravizada – subjugada por Eulália –, que representa, metonimicamente, a população escravizada no território paranaense. Ignácia é uma menina que, após o falecimento de sua primeira senhora, é vendida à Eulália, que fica encantada por sua aparência, seus bons modos e por sua perfeita dicção do português:

A visão da negrinha magnetizou a Senhora Eulália. No momento em que lhe deitou os olhos, a quis para si, para o seu lado, para lhe fazer companhia, [...]. Para que ficasse sentada aos pés de sua cadeira, como uma escultura perfeita para ornamentar a sua sala, sua boneca favorita, um dos gatinhos de sua infância, uma filha adotada [...] e as palavras saíram da boca da escrava, claras, articuladas, *veja isto, Aloísio, quem por ventura ouvisse essa negrinha falando sem que estivesse vendo sua cara, pensaria se tratar de uma menina educada em Escola Normal na Corte. [...] dívida de gratidão, veja isto, Aloísio, repare como fala essa moleca!* (Frota, 2017, pp. 67-8).

A forma como a menina é descrita nesse encontro, assim como é tratada e considerada, assemelha-se ao tratamento para com um animal de estimação – tal como é explícito no trecho acima. Essa colocação alça, por sua vez, a reflexão crítica do discurso e do sistema escravocrata que tratava seres humanos como objetos e/ou animais, desumanizando-os.

Nesse sentido, no universo ficcional, Ignácia – e outras personagens secundárias – representa a vida daqueles que foram subjugados pelo sistema escravagista, conscientes e resistentes à precária situação da escravização ilegal em solo brasileiro: “[...] Ignácia se sabia livre pela Lei Feijó, como as dezenas de milhares de escravos trazidos a este Império depois de sua promulgação. [...] Sequestrada de sua pátria, trazida à força contra todas as leis, mantida cativa, Ignácia se sabe livre.” (Frota, 2017, pp. 71-2).

Ignácia é violentada pelo patrão, perseguida e torturada pelo feitor da fazenda, foi colocada em meio a uma rede de mentiras que a acusava de roubo, infelizmente, situações frequentes à população escravizada na época. Na tessitura

narrativa, essas são circunstâncias apresentadas a partir da ótica escravizada, de maneira a explicitar e denunciar a violência atroz, ao mesmo tempo em que humaniza e dá participação à população que sofreu as arbitrariedades deste período, como podemos verificar no excerto a seguir, em que Ignácia é submetida ao chicoteamento:

Quando a primeira chibatada cortou a sua carne, Ignácia em um instante compreendeu o enredo do que passara nesses últimos cinco dias de silêncio e pesadelo. Varada pela dor e pelo susto, enxergou Dita se afastando dali com Tunim no colo, contando alguma coisa muito engraçada para o menino, que ria, enquanto a velha, rindo com a boca, espiava para trás com o canto dos olhos marejados de lágrimas, e nessa mirada havia uma tal compaixão, que Ignácia soube que – ao menos naquele momento – não havia que temer pelo filho. (Frota, 2017, p. 199).

É dessa forma, também, que o texto tece sua crítica ao período e demonstra como os afrodescendentes escravizados sobreviveram a situações subumanas que não podem ser relativizadas, nem esquecidas. Essa marca da tessitura narrativa, vai ao encontro da – e problematiza a – atividade colonizadora que promoveu a desumanização e coisificação de humanos escravizados, e, ao mesmo tempo, impele-nos ao ato do revisitar decolonial, de resistência e ressignificação: “*pone en escena los actos de deshumanizar, desarticular, silenciar, objetivizar, cosificar y mercantilizar, a la vez que da presencia vital a estrategias decoloniales de resistencia, insurgencia, re-existencia y re-creación*” (Walsh, 2013, p. 58). Esse é, pois, aos nossos olhos, o papel do romance histórico em sua fase crítica, seja ela desconstrucionista ou mediadora. A promoção de sua leitura, estudo e análise torna-se, portanto, um ato decolonial, uma esperança na ampliação da conscientização sobre o passado para que, então, as mudanças no presente possam ocorrer. O romance histórico, visto assim, é via de decolonização efetiva e eficiente.

A articulação do intento re-humanizador é marca frequente em *O herói provisório* (2017) e ocorre paralelamente à desmitificação de figuras socialmente valorizadas, tais como a do sacerdote e do herói – imagem contestada pelo processo que confere o título da narração. Como já apontamos, o Capitão Joaquim Ferreira Barboza é concebido como um herói de guerra, que lutou em inúmeras batalhas, e finaliza sua atividade militar com a participação no episódio *Cormorant*.

O Capitão é reelaborado como um homem marcado pela guerra, cansado do papel sombrio das lutas, que não se percebe como um herói. Em suas conversas com Frei Tristão expõe como é assombrado pelas imagens de sua participação

nas batalhas de Catalán e da Cisplatina, perseguido por pesadelos: “Cada uma dessas imagens – as reais e as imaginárias, que já não distinguia em seus pesadelos – lhe trazia monstruosos remorsos.” (Frota, 2017, p. 157). Esteve por “[...] quase duas décadas a fio encharcando o chão do pampa de sangue lusitano, brasileiro e castelhano [...]” (Frota, 2017, p.163) na reconquista da Cisplatina, sobre a qual também reflete:

Foi um massacre do qual participei, Frei Tristão. E se não fôssemos nós os a vencer, teríamos sido nós os massacrados. [...] Aos mortos, a posterioridade. Aos que sobrevivem, tendo se destacado nesta gloriosa e memorável batalha, as condecorações. Ao Furriel Joaquim Ferreira Barboza duas medalhas e uma espada que Lurdinha areou religiosamente, uma vez por semana, até o dia em lhe foi confiscada, e o resto de uma longa vida para se haver com os seus fantasmas. (Frota, 2017, p. 162).

É por sua última atuação militar que perde a espada, e pela qual a desconstrução do herói é evidenciada, também, no desenvolvimento das ações no universo ficcional. Após sua atuação no episódio *Cormorant*, por ter atacado a embarcação inglesa, o protagonista perde o seu título de capitão, depois, é dispensado e retirado de seu ofício, tendo seus uniformes, espada e medalhas confiscados: concretizando a total anulação de seus atos heroicos. Assim, é retirado, explicitamente, de sua categoria de herói e resguardado ao esquecimento, como fica explícito: “encontraremos Joaquim amargurando a provisoriedade de seu heroísmo, na Capital da Província de São Paulo, respondendo ao Conselho de Guerra por sua atuação no episódio *Cormoran*. Será absolvido – a história tampouco registrará do que estaria sendo acusado.” (Frota, 2017, p. 254).

Outro ponto na constituição semântica da personagem que colabora para a desconstrução da figura heroica é que o Capitão se envolve, afetivamente e platonicamente, com Ignácia – quem amamentara seu filho quando do falecimento de sua esposa –, sendo ela a personagem representante de toda a categoria que, direta e indiretamente, ajudou a manter escravizada por sua atuação na batalha do *Cormorant*. Por seus sentimentos, recolhe-a e colabora em sua recuperação, passam a viver juntos e assume a tarefa de cuidá-la devido ao seu débil estado mental – provocado pelas tragédias que viveu.

Essa conjunção ganha uma dimensão ainda mais emblemática e contraditória haja vista o grande número de vidas negras supostamente ceifadas pelos afundamentos de navios durante o episódio comandado pelo capitão. De acordo com o narrador, nessa ocasião

[...] abriu[-se] um grande rombo no costado de sua embarcação. É quase certo que não havia registro prévio em sua memória da imagem dantesca de braços e pernas negras se debatendo na esteira rútila de um sol a nos ofuscar e a avermelhar ainda mais as águas tingidas de sangue desse Caribe coalhado de Corpos. Haverá quem diga que nesta manhã, enquanto o Astro afunda rapidamente nas águas do Cotinga, debate-se no seu porão um incerto número de braços e pernas negros acorrentados entre si. [...] Haverá quem diga tanta coisa, e jamais saberemos. (Frota, 2017, p. 231).

Dessa forma, pelo emaranhado ficcional de suas personagens – sejam elas puramente ficcionais ou de extração histórica –, a narrativa articula a desconstrução do herói e instala a problematização da representação oficializada do passado. Assim, o caráter interpelativo e impugnador é ocasionado tanto ao revelar perspectivas negligenciadas pelo discurso tradicional, como ao implantar as incertezas de seu discurso – como o faz tantas vezes a figura do narrador do romance.

Nesse sentido, a escritura híbrida analisada aproxima-se ao intento decolonial, ao denunciar a colonialidade, que é cúmplice e autora do sistema escravagista; e se emparelha ao intento de gerar a de(s)colonização por meio da desconstrução ou, nas palavras de Mignolo (2020, p. 121), “da descolonização como uma forma particular de desconstrução.”

A desconstrução como estratégia epistêmica decolonial também é uma característica marcante na terceira narrativa híbrida de história e ficção que nos propomos a analisar, *A segunda pátria* (2015), de Miguel Sanches Neto. Nessa, Sanches Neto realiza um recontar da história do Brasil às avessas: durante a II Guerra Mundial, Getúlio Vargas oferece apoio a Adolf Hitler e a consequência é um Estado em que a cassação aos direitos humanos, a violência e o autoritarismo dominam o sul do país.

No universo diegético, essa alteração desencadeia um efeito dominó em distintas áreas da vida social atrelados ao já existente Estado Novo. Dessa maneira, características presentes no período foram acentuadas pelo Terceiro Reich, tais como a xenofobia, o racismo, o arianismo, a segregação racial e social, dentre outros aspectos fascistas que ganham uma nova dimensão na trama ficcional.

A narrativa, arquitetada de maneira semi-linear, acompanha a trajetória de Adolpho Trajano Ventura e Hertha Sheiffer – alemã que ganha relevo durante a segunda guerra devido sua habilidade como pianista e a sua beleza. Ambos vivem secretamente um romance, do qual tiveram um filho, que passa a ser cuidado pelos avós paternos. Entre as personagens secundárias, portanto, estão os

pais de Ventura e diferentes soldados do partido nazista – que ocupam o âmbito puramente ficcional –, enquanto personalidades históricas como os próprios Adolf Hitler e Getúlio Vargas são reelaborados de maneira desconstrucionista e desmistificadora, com características cômicas e grotescas.

Estilisticamente, por sua estrutura semi-linear e linguagem fluída e coloquial, o romance é classificado como um novo romance histórico contemporâneo de mediação, pois concilia a crítica desconstrucionista – da qual a inversão histórica é o principal fator –, junto à elementos tradicionais, tais como a busca pela verossimilhança e a simplicidade linguística.

No transcorrer da trama narrativa, figuras e fatos ficcionais são amalgamados aos elementos históricos oficiais na missão de revisitar criticamente o passado nacional. Para isso, personagens de extração histórica como o próprio Adolf Hitler, Getúlio Vargas, Gregório Fortunato e Oswaldo Aranha são ficcionalizadas e inseridas em posições e situações não oficiais, tal como uma visita do líder nazista a Porto Alegre, onde, além de assinar um pacto com o Estado brasileiro, ocorre um encontro do Führer com a Hertha – quem era considerada a personificação dos ideais e da beleza alemã.

Ao serem realizadas, essas inserções ficcionais – muitas vezes irônicas ou desconstrucionistas – colaboram com a revisão crítica do passado histórico e de personalidades cristalizadas pelo discurso oficializado, fazendo com que sua representação tradicional seja questionada. Exemplo dessa reelaboração desmistificadora é a forma com que Adolf Hitler é ficcionalizado na diegese, muitas vezes, com aspectos fracos e infantilizados, além de repugnante. Enfoque que podemos verificar no seguinte excerto, no qual Hertha o avalia após um encontro sexual:

Sentada ali, começou a lavar os cabelos, que guardavam uma fragrância forte, um hálito podre, como se um vento ruim tivesse sido armazenado num bosque. Ele foi cruzá-lo mas, sem fora, ficou retido, impregnando-se nas casas das árvores. A seu lado, segurando fortemente seus braços, sentiu a respiração quente do Führer. Vinha de suas galerias interiores um odor de carne estragada, de lixo. Experimentara isso com outros homens, todos mais velhos. Era o cheiro da podridão do corpo, da velhice dos órgãos internos. Na primeira vez, pensou que fossem os dentes estragados. O senhor com quem ela estava tinha a dentição em ordem e não era dali o odor. Percebeu que aquilo brotava do corpo todo e não de um único lugar. Com o Führer, era mais intenso, talvez porque estivessem sob a terra. Quando ele respirava, ofegante, a seu lado, o hálito subia até os seus cabelos e parava ali. (Sanches Neto, 2015, p. 152).

É dessa maneira que as imagens cristalizadas das personalidades históricas são, gradativamente, desestabilizadas. Essa proposta vai além do campo semântico interpretativo, muitas vezes, é explícita na tessitura textual: “Precisamos nos afastar das grandes figuras para vê-las melhor, pensou” (Sanches Neto, 2015, p. 158). Essas especificidades que compõem o universo diegético colaboram para a ressignificação crítica engendrada pela trajetória da personagem protagonista.

Mais uma vez, é pelo olhar do negro subjugado que a visada decolonial é arquitetada. Em *A Segunda Pátria* (2015), a personagem protagonista é o engenheiro civil Adolpho Trajano Ventura, negro estudado que perde progressivamente sua liberdade, o emprego, a casa, seu filho mestiço e qualquer outro direito depois do pacto nazista. Ironicamente, o nome do protagonista, homônimo ao líder nazista alemão, lhe foi dado em homenagem ao filho do chefe de seu pai, morto durante a Primeira Grande Guerra. Esse chefe lhe garantiu seu *status* social, lhe ofereceu instrução e os primeiros estudos, o que o incentivou a estudos posteriores no Rio de Janeiro.

A personagem protagonista, apesar de ser um negro que alcançou uma posição de destaque em sua profissão, pouco comum à época, é simbólico de uma impossibilidade de mobilização social, pois seu status econômico/social é como que petrificado: apesar de estudado, concursado, bem resolvido, a cor de sua pele tornou a extingui-lo, a diminui-lo a um espaço de inferioridade e subjugação.

Essa redução humana é latente e explícita no universo diegético, Ventura perde todos os seus direitos e seus bens, é caçado como a um animal e, gradativamente, a personagem perde, também, sua identidade, seu nome, sua essência. Essa transformação é acentuada quando o engenheiro é levado à força à Fazenda Vita Nova, em que o estado de privação e degradação é extremo, sem nenhuma condição de higiene, alimentação precária e regime de trabalho escravo – condição similar àquela do período escravagista. Nesse mesmo local, o protagonista recebe uma nova identificação, dessa vez numérica: “Outro homem, com ferros quentes, inscreveu o seu número, de acordo com a certidão emitida pelo Partido Nazista. Era o nº 6.052. Tivera um nome durante a infância. Depois recebera outro. E agora era apenas esses dígitos.” (Sanches Neto, 2015, p. 62).

Percebemos, assim, que além do nível semântico, essa perda de identidade também ocorre no uso de seu nome. No início do romance o protagonista é chamado pelas personagens secundárias e pelo narrador heterodiegético, predominantemente, de Adolpho e no transcorrer da narrativa ele passa a ser denominado apenas de Trajano, o nome que seus pais haviam lhe dado antes do batismo. Essa alteração de nomenclatura é simbólica e está intimamente relacionada à

perda de direitos sofrida pelos negros e demais grupos marginalizados, sendo representativa não apenas da situação do protagonista, mas a toda uma comunidade de indivíduos, como é expressado no trecho a seguir:

Aos poucos, soube como sofriam os negros do Sul. Já não viajava com Getúlio, porém os seguranças que o seguiam, colegas de trabalho, lhe contavam.

- Voltaram à senzala, levam relho no lombo, só faltam os ferros nos pés, braços e pescoços.

Os pais de Gregório haviam sido escravos. Essa era uma memória que nunca poderia partilhar com o presidente. A servidão garantida pela violência, pela crueldade. (Sanches Neto, 2015, p. 281).

Dessa forma, por meio da inversão histórica e de diferentes perspectivas, *A segunda pátria* (2015) elabora uma crítica à realidade de sujeição e problematiza, intrinsecamente, a dicotomia civilização x barbárie – presente no seio do discurso colonial:

Se aqueles que se vangloriam de ser os mais civilizados enalteciam a selvageria, então estava certa ao buscar, entre os acusados de animais, a proteção. Sempre ouvia falar nos brasileiros, esse povo de negros e mestiços, como *makaken*. E talvez fossem a civilização. (Sanches Neto, 2015, p. 225).

É dessa maneira que a tessitura de *A segunda pátria* (2015) faz insurgir a resistência decolonial. Ao problematizar o passado e desestabilizar suas representações tradicionais também reflete suas implicações no presente, um presente que, como o próprio autor afirma em seu prefácio, é marcado por uma “época de radicalismos e amplia temas e episódios que ainda hoje são tabus no Sul do país” (Sanches Neto, 2015, p.9). Assim, no universo ficcional, “Tudo não passa, portanto, de um pesadelo. E este é um dos papéis da literatura: fazer com que vivamos acordados os piores sonhos da humanidade.” (Sanches Neto, 2015, p. 9).

Nesse sentido, *A segunda pátria* (2015) é consoante ao que Vargas Llosa afirma sobre a capacidade representativa da literatura ao propor que a mesma é capaz de dizer a verdade por meio do engodo, pois os romances não podem fazer outra coisa senão mentir, mas nesse ato expressam uma verdade peculiar, encoberta: “*las novelas mienten – no pueden hacer otra cosa – pero esa es sólo una parte de la historia. La otra es que, mintiendo, expresan una curiosa verdad, que sólo puede expresarse encubierta, disfrazada de lo que no es*” (Vargas Llosa, 2007, p.16). Desse modo, os elementos autênticos trazidos pela historiografia são

diferentes dos retratados pela literatura, pois as “mentiras” que a literatura conta trazem verdades impossíveis de serem contadas pelo historiador ou de outra forma, pois essas são veladas, deturpadas ou aumentadas, encobertas por uma espessa teia estilística ou pelo manto da fantasia, pois como assegura o autor: nos enganos da literatura não há engano nenhum.

Ao mesmo tempo em que o universo romanesco tece a ressignificação do passado, alimenta um apelo à resistência e à denúncia, pois “Era sempre assim com os povos outrora escravizados, nunca os perigos desapareciam completamente” (Sanches Neto, 2015, p. 283). Esse estar atento é, também, um chamado decolonial, à desobediência epistêmica clamada por Mignolo (2008), o desatrelamento à matriz racial colonial que suplantou grupos minorizados, excluídos e obliterados pela historiografia tradicional.

Cada uma a seu modo, as narrativas híbridas de história e ficção contemporâneas ora analisadas, instigam, portanto, esse desatrelamento epistêmico, que não pode ser construído a partir das memórias da civilização imperial/ocidental. As perspectivas marginalizadas – do indígena e do negro subjugado – propostas por esses romances históricos subvertem a lógica colonial e possibilitam a reflexão do passado desde um lugar “outro”, exterior e insurgente aos eixos dicotômicos de modernidade/colonialidade, civilização/barbárie.

Considerações finais

Em sociedades marcadas pelo passado de colonização extrativista e arbitrária, os estudos decoloniais em literatura histórica podem ser traduzidos como uma responsabilidade histórica e social frente às civilizações minorizadas, perseguidas, escravizadas e subjugadas. Neste texto, nos propusemos à discussão e análise de narrativas híbridas de história e ficção contemporâneas que engendram um apelo revisor a esse passado opressor e articulam vias ao que denominamos como pensamento decolonial.

Nesse intento, realizamos uma breve abordagem ao desenvolvimento do romance histórico na América Latina e demonstramos como o mesmo se relaciona à proposta decolonial. Na sequência, analisamos três romances históricos contemporâneos que propõem perspectivas de diferentes grupos subjugados pela colonialidade do poder, são eles: *Guayrá* (2017), de Marco Aurélio Cremasco, *O herói provisório* (2017), de Etel Frota, e *A segunda pátria* (2015), de Miguel Sanches Neto.

Por meio de nossas análises certificamos como as leituras da história pela ficção apresentadas favorecem uma nova compreensão do papel da literatura

nas ressignificações do passado e a problematização relativa à formação histórica nacional. Torna-se, assim, imperativo ressignificar criticamente o passado colonial, em que o mito civilizador e modernizador foi justificativa à escrita tradicional da historiografia, para o extermínio, a desumanização, a subjugação, a negação e o apagamento de comunidades – e sujeitos – indígenas e africanas.

Nesse sentido, a interpretação crítica de narrativas híbridas de história e ficção contemporâneas, à luz da proposta decolonial, nas concepções de Mignolo (2008; 2014; 2020) e Walsh (2009; 2013; 2014), torna-se uma tarefa de resistência, subversão e impugnação em face ao discurso histórico tradicional e hegemônico, bem como frente aos seus silêncios e omissões. Tal tarefa é, ao mesmo tempo, provocadora de elaborações coerentes sobre nossa compreensão individual e coletiva do passado, e sobre como esse passado arbitrário repercute na sociedade atual.

Referências

- AÍNSA, F. (1991). La nueva novela histórica latinoamericana. *Plural*, 240, 82-85.
- CREMASCO, M. A. (2017). *Guayrá*. Confraria do Vento.
- FLECK, G. F. (2017). *O romance histórico contemporâneo de mediação: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da história pela ficção*. CRV.
- FLECK, G. F. (2021). *Imagens escriturais de Cristóvão Colombo: um oceano entre nós – vozes das diferentes margens*. Navegando.
- PROTA, E. (2017). *O herói provisório*. Travessa dos editores.
- HUTCHEON, L. (1991). *Poética do Pós-Modernismo: História, Teoria, Ficção*. Imago.
- HUTCHEON, L. (2013). *Narcissistic narrative: the metafictional paradox*. Wilfrid Laurier University Press.
- MARTINS, R. (1950). *História do Paraná*. 3.ed. Editora Guaíra.
- MIGNOLO, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, 34, p. 287-324.
- MIGNOLO, W. (org.). (2014). *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. 2. ed. Del Siglo.
- MIGNOLO, W. (2020). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Editora UFMG.
- SANCHES Neto, M. (2015). *A segunda pátria*. 1. ed. Intrínseca.
- SANTIAGO, S. (2000). O entre-lugar do discurso latino-americano. In: S. Santiago. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural* (pp. 9-26). 2. ed. Rocco.

- SHARPE, J. (1992). A história vista de baixo. In: P. Burke (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas* (pp. 39-62). Editora Unesp.
- SILVERMAN, M. (2000). *Protesto e o novo romance brasileiro*. Editora da UFRGS.
- TACCONI, M. C. (2013). *Historiografía y ficción en nuevas novelas históricas argentinas*. 1. ed. Instituto de Investigaciones Lingüísticas y Literarias.
- VARGAS Llosa, M. (2007). *La verdad de las mentiras*. 2. ed. Punto de lectura.
- WALSH, C. (2009). *Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Ediciones Abya-Yala.
- WALSH, C. (2013). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir*. Tomo I. Ediciones Abya-Yala.
- WALSH, C. (2014). Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial. In: W. Mignolo (org.). *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*. 2. ed. Ediciones Del Siglo.

ISBN 978-989-755-945-7



9



cllc
universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas



dlc
universidade de aveiro
departamento de línguas e culturas

fct

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia